

# XII Mostra de Pesquisa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Produzindo  
História  
a partir de  
fontes primárias

Organizadores desta edição  
Angelita Santos da Silva  
Denise Nauderer Hogetop

**XII MOSTRA DE PESQUISA**  
Produzindo história a partir de fontes primárias

1ª Edição

Porto Alegre  
Rio Grande do Sul  
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS  
2015

*Governo do Estado do Rio Grande do Sul*  
Governador José Ivo Sartori

*Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos*  
Secretário Eduardo Olivera

*Departamento de Arquivo Público*  
Diretora Debora Flores

*Ficha Técnica*

Comissão de Seleção e Organização da XII Mostra de Pesquisa:

- Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do RS – AAAP-RS: Romilda Raeder
- Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul – AARS: Camila Couto
- Associação Nacional de História – ANPUH/RS: Fábio Kühn
- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS: Angelita Santos da Silva, Denise Nauderer Hogetop, Elizabeth Terezinha Martins de Lima, Giglioli Rodrigues, Roberta Capelão Valença Scholz, Vanessa Tavares Menezes, Viviane Portella de Portella

*Organização do evento*  
Vanessa Tavares Menezes (Historiadora/APERS)

*Organização desta edição*  
Angelita Santos da Silva e Denise Nauderer Hogetop (Técnicas em Assuntos Culturais/APERS)

*Capa:* Angelita Santos da Silva

D294 XII mostra de pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias [livro eletrônico]. / organizado por Angelita Santos da Silva e Denise Nauderer Hogetop. –.Porto Alegre : Arquivo Público do Estado do RS, 2015.  
382 p.  
ISBN: 978-85-64859-08-1

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader ou outro leitor de pdf.  
Modo de Acesso: <<http://www.apers.rs.gov.br>>

1. Pesquisa histórica. 2. História – Fontes primárias. I. Silva, Angelita Santos da. II. Hogetop, Denise Nauderer. III. Título.

CDU: 303.02 (093)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Pública do Estado do RS, Brasil)

## Sumário

Apresentação.....	7
Introdução.....	9
<b>Resumo de Pôsteres .....</b>	<b>11</b>
O resgate da lírica impressa em <i>O NOTICIADOR</i> (1832-1836)	
<i>Ana Cristina Pinto Matias.....</i>	<i>12</i>
Arquivo de memórias: registrando vivências na escola	
<i>Maria Bernadete Chaves Ramos e Angelita Pôrto e Silva .....</i>	<i>13</i>
Primeiro bispo do Rio Grande do Sul: de dono de escravos a figura solene	
<i>Elsa da Silva Sott .....</i>	<i>14</i>
Escravidão e liberdade no Vale do Rio dos Sinos (1870-1888)	
<i>Evandro Machado Luciano .....</i>	<i>15</i>
As tentativas de estupro nos processos do judiciário de Caxias do Sul nas décadas de 1930 e 1940	
<i>Francieli Beltrame Formao e Jamile Pinheiro Dllinghausen .....</i>	<i>16</i>
Institutos econômicos neoliberais: o Banco Mundial; investigação de modelos de crescimento e distribuição de renda para o Brasil: “models of growth and distribution to Brazil”	
<i>Gabriel Chaves Amorim .....</i>	<i>17</i>
A sessão “cá e lá” no jornal “Gazeta do Sertão” e a sua relação com a imprensa da corte do século XIX	
<i>Joana Rios Ribeiro Maia Carbonesi .....</i>	<i>18</i>
O Teatro Sete de Setembro e sua contribuição para a literatura em Rio Grande no século XIX	
<i>Leandro Kerr Gimenez .....</i>	<i>19</i>
Radicalização e repressão: o PTB e o Golpe em São Leopoldo	
<i>Maira Damasceno .....</i>	<i>20</i>
Os processos criminais de estupro em Caxias do Sul na década de 1930	
<i>Máisa Araujo Camelo e Luiza Horn Iotti .....</i>	<i>21</i>

**1. Os Escravos e suas Histórias .....22**

Manda que ao pó voltem os mortais: um estudo sobre a mortalidade diferencial na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810)

*Mirele Alberton* .....23

Casamento de escravos na freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre: 1772-1822

*Marina Camilo Haack* .....36

Cor e origem da população escrava de Porto Alegre durante a ilegalidade do tráfico de africanos (1831-1850)

*Grazielle Corso* .....48

Narrativas de resistência: as múltiplas versões da escrava Romana para a morte de sua Senhora

*Fernanda Coan, Fernanda Feltes e Lisiane Ribas Cruz* .....64

A escravidão nas estâncias pastoris do planalto médio do RIO Grande do Sul – Distrito de Jacuizinho (1850-1888)

*Linara Cristina dos Santos* .....79

“Por detrás da pia”: as muitas facetas do compadrio

*Hermes Gilber Uberti* .....98

**2. Patrimônio Documental e Cultura.....115**

Análise de políticas públicas de arquivo: um estudo com os municípios da Grande Porto Alegre/RS

*Francisco Weliton Oliveira Araujo Souza*.....116

Reflexões arquivísticas sobre o acervo do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore

*Francisco Cougo Jr.*.....130

**3. Revistas e Periódicos .....140**

Sociedade União Operária do Rio Grande: formação identitária a partir do jornal A Evolução

*Janaina Schaun Sbabo e Carmem G. Burgert Schiavon* ..... 141

Representações da guerra fria no discurso jornalístico norte-americano de Drew Pearson (1950-1957) <i>Leonice Portela</i> .....	150
A colaboração do Estado frente ao uso excessivo da violência policial: início e fim da questão Fleury (1968-1979) <i>Diego Oliveira de Souza</i> .....	163
Do Xá ao Aiatolá: a revolução iraniana através de Veja (1978-1979) <i>David Anderson Zanoni</i> .....	179
Sacerdote ejemplar y misionero celoso”: a utilização de exempla vitae de missionários coloniais na construção da memória de Guillermo Furlong Sj <i>Mariana Schossler</i> .....	199
<b>4. Crimes e Justiça Criminal</b> .....	<b>213</b>
“Dos atos aos autos”: a venda como espaço de transações comerciais e desentendimentos (São Leopoldo, 1846-1865) <i>Caroline von Mühlen</i> .....	214
Armadas com paus e facas: experiências femininas nos núcleos de colonização italiana do sul do Brasil (XIX) <i>Máira Ines Vendrame</i> .....	228
Dados sobre crimes passionais na fronteira sul-riograndense na Primeira República (1889-1930) <i>Carla Adriana da Silva Barbosa</i> .....	238
<b>5. Relações Sociais e Familiares nos Séculos XVIII e XIX</b> .....	<b>249</b>
Sob o olhar da igreja: análise da população açoriana através dos registros paroquiais de casamento e batismo na freguesia Nossa Senhora da Conceição de Viamão, entre os anos de 1747 – 1775 <i>Gabriela Pacheco Carvalho</i> .....	250
“Melhor sozinho do que mal acompanhado”: a vida celibatária e as outras formas de uniões da freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822) <i>Denize Terezinha Leal Freitas</i> .....	265

Distinguindo os iguais: apontamentos metodológicos sobre o estudo de atores sociais no Rio Grande de São Pedro da segunda metade do século XVIII <i>Rachel dos Santos Marques</i> .....	277
Anatomia de um grupo: análise do comportamento dos religiosos na freguesia de São José dos Pinhais (XVIII-XIX) <i>Carlos Antonio Pereira de Carvalho e Leonardo Pereira Santos</i> .....	287
Patrimônio, família e poder: a transmissão de grandes propriedades no século XIX <i>Andréa Pagno Pegoraro</i> .....	295
Dando a luz à liberdade: trajetória de uma mãe escrava e sua prole (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, século XIX) <i>Leandro Goya Fontella</i> .....	311
<b>6. Alguns Olhares sobre a História do Brasil</b> .....	<b>328</b>
Novos procedimentos de investigação para a história social: o uso de crônicas para geoprocessamento em história, através da obra de Hans Staden "História verdadeira e descrição de uma terra de selvagens" e do "Diário" do demarcador José de Saldanha <i>David da Silva Carvalho</i> .....	329
Republicanismismo na região da campanha e núcleo missionário: um perfil prosopográfico dos eleitores do terceiro círculo da província do Rio Grande do Sul (década de 1880) <i>Tassiana Maria Parcianello Saccol</i> .....	340
O nacionalismo brasileiro em uma área de imigração durante o Estado Novo: São Leopoldo e as ações da sociedade dos amigos de Alberto Torres <i>Rodrigo Luis dos Santos</i> .....	358
Os arquivos sobre a repressão: o sequestro dos uruguaios no acervo particular Omar Ferri <i>Paola Laux e Renata dos Santos de Mattos</i> .....	369

## **Apresentação**

É com muito prazer que apresento a versão digital da XII Mostra de Pesquisa, organizada pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers), departamento da Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (Smarh), em parceria com a Associação dos Amigos (AAAP), da Associação dos Arquivistas do RS (AARS) e da Associação Nacional de História Seção RS (ANPUH-RS), nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2014. Este evento tem o objetivo de divulgar e aproximar os pesquisadores que realizam seus estudos a partir de fontes primárias. As informações para a realização dos trabalhos podem ser encontradas tanto na documentação pertencente ao próprio Apers quanto aos documentos que estão em acervos privados ou em outros órgãos públicos.

Com o propósito de possibilitar a produção de conhecimento, a partir da realização de pesquisas, com base em fontes primárias arquivísticas ou em documentação salvaguardada em demais instituições de memória, o Arquivo Público instituiu, desde de 2003, a Mostra de Pesquisa do Apers. A partir de 2014, a mostra será realizada bianualmente.

Em sua décima segunda edição, a mostra já está consolidada entre os eventos de pesquisa e de conhecimento que aproximam pesquisadores, estudantes, estudiosos e demais interessados de várias cidades do território nacional. Mais uma etapa se cumpre, a de publicar e disponibilizar online para todos os interessados e, assim, difundir acervos variados e de metodologia diversificada na mais recente produção intelectual das ciências sociais, humanas e da informação.

Desejo uma boa e proveitosa leitura a todos!

**Eduardo Olivera**

Secretário da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos

Porto Alegre, novembro de 2015.





## Introdução

*Quando escrevemos um projeto,  
estamos mapeando de forma sistemática um conjunto de recortes.  
Estamos definindo uma cartografia de escolhas para elaborar a realidade.*

Suely Ferreira Deslandes

Projeto e pesquisa começam pelas ideias, percorrem por longo tempo o objeto a ser pesquisado para, então, se transformar em texto a ser lido e apreciado. Documentos do passado, por exemplo, são bastante procurados por acadêmicos e estudiosos. Por isso, um Arquivo, lugar de guarda e manutenção de seu acervo, procura disponibilizar seu acesso para qualquer pessoa interessada em se debruçar nesta antiga, curiosa e variada documentação.

Quando se pesquisa em Arquivos, utilizando-se fontes primárias, muitas vezes há uma fase quase exaustiva de exploração e análise de conjuntos documentais que antecede a própria construção do projeto. A recompensa deste trabalho intenso torna-se surpreendente. E é justamente o resultado de tantas e diversas pesquisas que vamos disponibilizar nas páginas que compõem os trabalhos apresentados na XII Mostra de Pesquisa do APERS.

Nos trabalhos desta edição, algumas fontes primárias utilizadas estão nos acervos custodiados pelo APERS. Ir *a campo* significou selecionar entre os 21 milhões de documentos, aqueles que responderam adequadamente à problematização criada pelo pesquisador, como *processos judiciais* (inventários, testamentos, processos-crimes), *atas de registro, livros de tabelionato*. Também há fontes utilizadas de outras *instituições arquivísticas* e de outros estados do país, o que reflete a importância e o alcance deste evento.

A abertura aconteceu na noite de 9 de setembro com o Professor do Departamento de História da UFRGS, Fábio Kuhn, representante da Associação Nacional de História – Seção Regional Rio Grande do Sul, e a representante da Associação dos Amigos do APERS, Sônia Burnett. Logo após, o palestrante Jônatas Marques Caratti, discorreu sobre a trajetória da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862).

Nesta edição, optou-se por agrupar os artigos em 6 grandes temáticas. A apresentação dos artigos se iniciou com **Os Escravos e suas Histórias** –, em seguida, a segunda temática, intitulada **Patrimônio Documental e Cultural**, trouxe elementos para o pensar sobre a importância da Gestão Documental no sentido de propiciar a pesquisa histórica e a análise de políticas públicas de arquivo. Na sequência, foi apresentado o acervo do **Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore** que abordou o

tratamento arquivístico. Encerrando a noite com o relato do projeto **Arquivo de Memórias**, construído a partir do resgate e da organização de documentos de uma escola.

Na tarde do segundo dia, 10 de setembro, foram apresentados artigos da terceira temática, cujas fontes de pesquisa utilizadas foram **Revistas e Periódicos**. À noite, os artigos trataram da quarta temática denominada **Crimes e Justiça Criminal**.

No último dia, 11 de setembro, a tarde se iniciou com **Relações Sociais e Familiares nos séculos XVIII e XIX**. E na noite de encerramento, o tema foi **História do Brasil e seus olhares** que percorreu sobre um período mais próximo, como o Regime de exceção (1964-1984), e um mais distante, como os relatos dos primeiros viajantes em terras brasileiras (Hans Staden, séc. XVI).

Agradecemos a todos participantes, ouvintes e palestrantes que abrilhantaram nossa consagrada Mostra de Pesquisa, que tem como objetivo maior proporcionar mais um espaço para a divulgação e o debate de artigos e pôsteres construídos a partir de fontes primárias.

Boa leitura a todos!

**Giglioli Rodrigues**  
Cientista Social/Técnica em Assuntos Culturais  
Arquivo Público do Estado do RS (APERS)

## **Resumo de Pôsteres**

## O RESGATE DA LÍRICA IMPRESSA EM *O NOTICIADOR* (1832-1836)

Ana Cristina Pinto Matias – FURG<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo o resgate histórico e literário do conteúdo do jornal *O Noticiador*, publicado entre 1832 e 1836, na cidade de Rio Grande e editado por Francisco Xavier Ferreira (1777-1838). Esta pesquisa vem sendo desenvolvida para a conclusão da dissertação de mestrado “Francisco Xavier Ferreira: primórdios da literatura no extremo sul brasileiro”, desenvolvida no PPGLetras – FURG – Mestrado em História da Literatura. Através da pesquisa em fontes primárias e secundárias, transcrição e atualização ortográfica, análises e pesquisas, foi possível o resgate de poemas e biografias de autores que publicaram no periódico. No periódico *O Noticiador*, foram encontradas mais de 80 poesias, que podem ser divididas nos seguintes temas: encomiásticas, histórico/nacionalista, histórico/rio-grandense e satíricas. Entre suas formas, estão presentes: o soneto, a glosa, poema livre, quadras e outros. Sendo que, diversos autores publicaram seus poemas no jornal, como: Antônio José Domingues, Matheus Gomes Viana, Francisco Xavier Ferreira, José Américo Ferreira Cambuim, etc. Neste trabalho, os poemas escolhidos para apresentação são: “Pátria, Patrícios meus, a iniquidade”, de José Américo Ferreira Cambuim (*O Noticiador*, 14 out. 1833), além de dois poemas do pelotense Mateus Gomes Viana: “Elogio recitado no Teatro Sete de Abril no faustíssimo dia 2 de dezembro de 1834” e do “Hino ao mesmo dia: Como livres respiramos” (*O Noticiador*, 15 dez. 1834). Nos poemas de Mateus Gomes Viana (Pelotas, 14.09.1809 – 1839), há uma homenagem ao imperador D. Pedro II em decorrência da passagem de seu aniversário, que motivou a um recital literário na cidade de Pelotas e posteriormente fora registrado no periódico, com o intuito de elogiar o então imperador ao exaltar a liberdade existente na nação brasileira. Os poemas estudados e registrados no jornal *O Noticiador*, de Francisco Xavier Ferreira, possui muitas vezes um tom de homenagem ou elogioso a alguma personalidade ilustre, sendo que era muito comum a produção de poemas encomiásticos nesta época. Assim, os estudos com periódicos possibilitam o resgate de poemas e outros textos literários que se fizeram presentes na época estudada.

**Palavras-chave:** Imprensa – Periódicos – História – Literatura – Século XIX

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras Português (FURG), mestranda em História da Literatura pelo PPG-Letras (FURG).

## ARQUIVO DE MEMÓRIAS: REGISTRANDO VIVÊNCIAS NA ESCOLA

*Maria Bernardete Chaves Ramos<sup>1</sup>*

*Angelita Pôrto e Silva<sup>2</sup>*

**Resumo:** A curiosidade e o interesse por atividades realizadas na escola e que estão presentes na memória afetiva da comunidade escolar, deram origem a uma pesquisa desenvolvida no ano de 2013, com alunos do 2º ano do II Ciclo (5º ano) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Ildo Meneghetti, localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Como objetivo de contribuir na construção da consciência dos alunos acerca da importância de se preservar uma herança cultural a partir do resgate e do registro de projetos desenvolvidos na escola, essa pesquisa teve a Educação Patrimonial como metodologia e embasamento teórico. Através de consulta a registros escritos e fotográficos existentes na escola, além de depoimentos de professoras responsáveis pelos projetos realizados no ambiente escolar entre os anos 2000 e 2012, nas áreas de Artes (artes plásticas, dança e música), Ciências (educação ambiental e robótica) e Educação Física (competições esportivas para integração das turmas), os alunos tiveram a oportunidade de conhecer, se apropriar e valorizar um patrimônio cultural do local em que estavam na época inseridos. Após o levantamento de dados, foram feitas cópias de fotos e registros escritos dos projetos como forma de sistematizar o trabalho, contendo: anos da realização, turmas e número de alunos que participaram em cada ano, títulos dos projetos, eventos dos quais fizeram parte e, com o conteúdo resultante, foi montado um arquivo identificando e contextualizando as atividades relatadas (muitas das quais representaram a escola em outros ambientes sociais e culturais, inclusive em outras cidades). O arquivo ficará disponível na Biblioteca da escola e poderá servir de fonte para consultas. Tal experiência foi riquíssima, revelando muito material e muita informação. A realização deste trabalho de pesquisasse constituiu num espaço para o exercício de cidadania, mediante o conhecimento e a valorização de um bem cultural relacionado à comunidade escolar, despertando nos envolvidos um sentimento de pertencimento e de responsabilidade para com a preservação dessa memória.

**Palavras-chave:** Educação – Pesquisa – Patrimônio

---

<sup>1</sup> Formada em Pedagogia pela UFRGS. Especialização em Linguagem e Letramento pela FAPA. Professora da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

<sup>2</sup> Formada em Educação Artística – Artes Plásticas pela ESASC (Escola Superior de Artes Santa Cecília). Professora da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

## PRIMEIRO BISPO DO RIO GRANDE DO SUL: DE DONO DE ESCRAVOS A FIGURA SOLENE

*Elsa da Silva Sott<sup>1</sup>*

**Resumo:** A presente comunicação fez parte do projeto Escravos, senhores e colonos: redes, conflitos e negociações no Vale do Rio Pardo durante o ano de 2013, que procurava analisar a relação entre escravos e seus senhores na região do vale do Rio Pardo durante o século XIX. Tinha como seu objetivo principal demonstrar a importância de fontes como testamentos e inventários para se compreender o cotidiano das relações sociais do referido período. As fontes utilizadas na pesquisa são constituídas de testamentos, inventários *post mortem* e a legislação que vigorou no período. A documentação primária, de origem judicial, utilizada na presente pesquisa encontra-se no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Após localizada, a documentação inicialmente, ela foi digitalizada e, por ser manuscrita e em alguns casos de difícil compreensão foi transcrita e depois analisada. O testamento e o inventário pesquisados são de Feliciano José Rodrigues de Araújo Prates, o primeiro Bispo do Rio Grande do Sul, visto pelos historiadores positivistas como uma pessoa solene. Através da transcrição e da análise do inventário e do testamento podemos facilmente notar que a história por trás da persona de Feliciano Prates é uma história bem mais simples e diferente daquelas narradas em alguns livros da história do Rio Grande do Sul e que, apesar do seu envolvimento com a igreja Católica, Prates assim como os outros homens influentes do período era um dono de escravos, fato não contado da sua história pela historiografia oficial. Pelo testamento, constatamos que o bispo possuía 10 escravos, dos quais 01 foi libertado. Os demais cativos foram deixados para seus herdeiros com estipulação de liberdade futura condicionada à prestação de serviços pelo período que variava entre 6 e 12 anos. No inventário encontramos a existência de 16 escravos e a relação completa dos bens deixados como herança não citados no testamento, fato esse justificado pela legislação do período. O imaginário popular sobre o bispo Feliciano também foi outro ponto levantado durante a pesquisa, em nenhum momento Prates é descrito em suas biografias e na história oral como dono de escravos como qualquer outro homem com poder financeiro da época. A partir desses pontos podemos concluir que as relações escravistas de produção permeavam de alto a baixo toda a sociedade brasileira do século XIX, inclusive clérigos como Dom Feliciano e que, através do estudo de fontes como inventários e testamentos, podemos escrever uma história distinta do discurso oficial patrocinado pela igreja, pela historiografia tradicional e do imaginário popular.

**Palavras-chave:** Inventário – Testamento – Bispo – Historiografia – Escravos

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de História da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

## ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO VALE DO RIO DOS SINOS (1870-1888)

*Evandro Machado Luciano*

**Resumo:** O estudo tem como tema a participação negra na constituição histórica do Vale do Rio dos Sinos nos últimos anos da escravidão. Em um primeiro momento focamos a espacialidade de São Leopoldo e seus distritos, entre os quais se destaca o município de Bom Jardim, atualmente divisa de Dois Irmãos e Ivoti. A investigação está vinculada ao projeto Memória, Cultura e História, que tem parceria e apoio da Fundação Scheffel. A proposta de estudo justifica-se pela invisibilidade dos negros como atores sociais na construção histórica da região do Vale dos Sinos. Ademais, a compreensão e novas perspectivas sobre a história da região e as condições de vida dos negros nas últimas décadas da escravidão neste local permanecem na obscuridade. Sendo assim, objetiva-se buscar a partir de fontes documentais indicativos de trajetórias individuais (de escravos e libertos) ou de grupos (famílias negras). Tenciona-se buscar informações que possibilitem entender as relações sociais entre os sujeitos históricos em questão. A presença negra nos anos finais da escravidão e sua participação, bem como os seus arranjos cotidianos, as estratégias organizadas pelos negros são os objetivos delineados para o estudo. Para tanto lançamos mão de documentos contidos no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), dentre outras instituições da região. Os subsídios da microhistória, especialmente no tocante à análise de determinado ambiente, ou indivíduo, como ponto de partida para o entendimento de relações complexas, servem de esteio para a pesquisa. Como resultados parciais apresentamos a leitura e a transcrição de cartas de alforrias e inventários contidos no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. A partir da leitura e da transcrição dos documentos realizados até o momento, podemos concluir que a presença do negro na história local e regional é significativa, no entanto, ainda necessita de estudos que desvelem e relacionem o período final de escravidão.

**Palavras-chave:** Negro – História – Escravidão



## AS TENTATIVAS DE ESTUPRO NOS PROCESSOS DO JUDICIÁRIO DE CAXIAS DO SUL NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

*Francieli Beltrame Formaio  
Jamilé Pinheiro Dllinghausen*

**Resumo:** O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa “História e poder: discursos e práticas de gênero no Judiciário de Caxias do Sul – 1900-1950” que tem como principal objetivo investigar quais as representações o Judiciário de Caxias do Sul elaborou, entre os anos de 1900 e 1950, sobre as mulheres que se envolveram em processos judiciais na posição de vítimas e/ou transgressoras. A principal fonte utilizada para este trabalho são os processos criminais que se encontram no acervo do Centro de Memória Regional do Judiciário, localizado junto ao Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul. Para se trabalhar com os processos criminais inicialmente devemos saber como ele se constitui, como ocorre a construção desse processo e também, como ponto fundamental, devemos conhecer os Códigos Criminais que permeiam o período em que a pesquisa está inserida. A metodologia utilizada é a de análise de conteúdo: os documentos produzidos pelo poder judiciário constituem o corpus da análise. Sendo que a cada etapa, se constitui uma análise diferente, nesta etapa estamos fazendo uma análise mais profunda nos processos de tentativa de estupro que se focam na década de 1930 e de 1940, sendo que nesta busca dos processos pretende-se perceber onde aconteciam essas tentativas de estupro, qual o perfil dos e das envolvidas nos processos e de que forma a mulher era defendida e/ou julgada pelo Poder Jurídico e pela sociedade na qual estava inserida, a fim de poder caracterizar como era visto o papel da mulher na sociedade Caxiense no período em questão. Percebemos que no período que permeia a pesquisa encontramos dois processos de tentativa de estupro um no ano de 1934 e outro no ano de 1945, visto este distanciamento percebemos que esses processos envolvem dois Códigos Criminosos o de 1890 e o de 1940. Através da análise desses dois processos, podemos perceber algumas semelhanças, ambos aconteceram com mulheres pobres, que se encontravam em situação de risco, que mesmo denunciando os agressores podiam ser consideradas culpadas pelo que aconteceu, tendo em vista o contexto da sociedade da época. No primeiro processo, a mulher era doente e foi considerada culpada pelo ato ocasionando a liberdade do acusado já no segundo processo, a mulher era casada, mas trabalhava lavando roupas pra fora e, como ocorreu à revelia do denunciado e o processo judicial ficou parado por muitos anos acabou sendo extinto por prescrição da pena.

**Palavras-chave:** Estupro – Mulher – Judiciário – Caxias do Sul – Poder

**INSTITUTOS ECONÔMICOS NEOLIBERAIS: O BANCO MUNDIAL; INVESTIGAÇÃO DE  
MODELOS DE CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA PARA O BRASIL:  
“MODELS OF GROWTH AND DISTRIBUTION TO BRAZIL”**

*Gabriel Chaves Amorim<sup>1</sup>*

**Resumo:** Orientado pelo professor Hernán Ramiro Ramírez, atuo no projeto de pesquisa: “Institutos Econômicos neoliberais: uma perspectiva transnacional e comparativa da imbricação de ideias, instituições e poder na Argentina, no Brasil e no Chile durante a segunda metade do século XX”. Além da pesquisa e leitura de bibliografia trabalhamos com pesquisa em fontes primárias e hemerográficas on-line. Atualmente estou trabalhando com uma fonte documental que se encontra no Arquivo do Banco Mundial, no fundo documental de dados e publicações de pesquisa, disponível também online. “Modelos de crescimento e de distribuição para o Brasil, Volume 1” É uma publicação Organizada pelo Banco Mundial e Lançado em Janeiro de 1980 pela Imprensa da Universidade de Oxford, em parceria com institutos de pesquisa brasileiros. Publicado em inglês exclusivamente o texto trás resultados de uma pesquisa com intuito de verificar as interações de crescimento e distribuição de renda no Brasil desde a década de sessenta. Como resultados trazemos quadros comparativos sobre salários, balanço de pagamentos, entrada de capital estrangeiro dentre outros importantes pontos sobre atuação brasileira na economia e na macroeconomia internacional. O documento faz ainda uma análise política apresentando a visão de que o golpe de 1964 que derrubou o governo de João Goulart alavancou a economia e estabilizou a política brasileira. Lance Taylor atuou neste trabalho de pesquisa e é um dos autores da publicação Taylor faz a seguinte afirmação sobre 1964:

[...] o golpe militar de 1964 inaugurou a primeira de um período de estabilização econômica [...] Um casamento sem precedentes do capitalismo privado e da intervenção estatal, produziu um surto de crescimento sem precedentes na história recente da América Latina. Infelizmente, o padrão de distribuição de renda era tal que grande parte da população não se beneficiou desse crescimento (TAYLOR, 1980)

Sustentamos que o neoliberalismo foi concebido como uma solução transnacional aos problemas estruturais do capitalismo mundial, que padecia de uma taxa de lucros decrescente e dificuldades políticas no embate ao comunismo, em especial a partir da Revolução Cubana, e, em particular, aos entraves das economias latino-americanas. Apesar da aparente contradição, ao pregar a liberdade econômica e a não intervenção estatal, o neoliberalismo utilizou a força do Estado para se impor, inclusive mediante meios repressivos, com os quais disciplinou os grupos que podiam lhes fazer oposição, não apenas nos setores subalternos, mas também dentro do empresariado, dos políticos, da tecnoburocracia e da intelectualidade em geral.

---

<sup>1</sup> Graduando de Licenciatura em História na Unisinos, atuando no projeto “Institutos Econômicos neoliberais: uma perspectiva transnacional e comparativa da imbricação de ideias, instituições e poder na Argentina, no Brasil e no Chile durante a segunda metade do século XX. ” Sob orientação do professor Dr. Hernán Ramiro Ramírez.

## A SESSÃO “CÁ E LÁ” NO JORNAL “GAZETA DO SERTÃO” E A SUA RELAÇÃO COM A IMPRENSA DA CORTE DO SÉCULO XIX

*Joana Rios Ribeiro Maia Carbonesi<sup>1</sup>*

**Resumo:** Esse pôster tem por finalidade apresentar a pesquisa que pretende analisar a sessão *Cá e Lá*, publicada no periódico *Gazeta do Sertão: órgão democrático* e assinada por *Indio Cariry*. A *Gazeta do Sertão* foi um jornal semanal publicado entre 1888 e 1891, em Campina Grande, província da Parahyba, sendo possível o seu acesso online através do site da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Teve no total 131 edições, sendo a primeira em 01 de setembro de 1888 e a última em 06 em maio de 1891, tendo o seu fim devido a ataques políticos. Irineu Ceciliano Pereira Joffily juntamente com Francisco Soares da Silva Retumba são os fundadores desse periódico e, também, seus diretores, redatores e editores. O jornal defendia o Partido Liberal e tinha grande influência em Campina Grande e nos arredores. O seu foco principal eram as notícias relacionadas à política da região, se preocupando também com os problemas enfrentados pela população local. É nesse contexto que se encontra a sessão denominada *Cá e Lá*, assinada pelo *Indio Cariry*. Essa sessão está presente em publicações entre 18 de julho de 1890 até o fim do periódico, por vezes estando presente na parte destinada ao folhetim, por vezes estando presente nas colunas. O seu assinante, *Indio Cariry*, era pseudônimo do próprio Joffily. Esse nome se remete aos índios que lutavam por suas terras, o sítio Genipapo, com os proprietários de terras da região. Então, através da leitura das edições do periódico, puderam-se tirar algumas conclusões sobre essa sessão. Dentre elas está o fato de se poder perceber nesse jornal e especificamente na *Cá e Lá* tendências presentes nos jornais da Corte, que são, normalmente, os periódicos mais destacados em pesquisas historiográficas. Na *Gazeta*, então, vê-se o jornal como agente político, como formador e difusor de opiniões e informações. Há grande comunicação entre o conteúdo presente na *Cá e Lá* e o restante do jornal, o que é particularmente interessante devido ao posicionamento do texto por vezes na parte denominada *Folhetim*. Essa sessão *Folhetim* é comum nos jornais do período, na qual estavam presentes não só textos de ficção, como crônicas, e que, quando escritos diretamente para um determinado jornal, tinham grande ligação com esse seu suporte. Dentre os temas desenvolvidos nesse espaço da *Gazeta* estão os políticos, como a oposição ao governador Venâncio Augusto de Magalhães Neiva e a ameaças sofridas devido a essa oposição. Outra das características que estão presentes na sessão *Cá e Lá*, que também é comum nos jornais cariocas, é o uso de pseudônimos e a própria caracterização desse personagem que assina o texto. Portanto, através da leitura desse periódico, pode-se perceber tendências da imprensa carioca nesse jornal do interior da Paraíba.

**Palavras-chave:** Jornal – *Gazeta do Sertão* – Irineu Joffily

---

<sup>1</sup> Graduação incompleta, Universidade de Brasília – UnB.

## O TEATRO SETE DE SETEMBRO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A LITERATURA EM RIO GRANDE NO SÉCULO XIX

*Leandro Kerr Gimenez<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar a colaboração do Teatro Sete de Setembro para a origem e a consolidação de manifestações literárias na cidade gaúcha de Rio Grande, no século XIX. A partir dos conceitos de sistema literário de Itamar Even-Zohar (2007), no qual sua “teoria dos polissistemas”, oferece elementos que implicam em um polissistema literário. Assim sendo, o teatro rio-grandino, como instituição, agrega fatores que implicam na manutenção da literatura como atividade sociocultural, colaborando para a formação desse sistema literário. Como frente de trabalho, tem-se a coleta, organização e análise de dados esparsos disponíveis em fontes primárias e secundárias. Sendo assim, a partir das informações encontradas em periódicos do século XIX, como textos líricos e dramáticos, será possível realizar suas análises históricas e literárias, bem como suas atualizações ortográficas. A partir de informações obtidas em exemplares do jornal *O Noticiador*, digitalizados e disponibilizados em CD-ROM, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pode-se verificar como, a partir da inauguração do Theatro Sete de Setembro, em 1832, a literatura rio-grandina acompanha seu desenvolvimento. A importância do teatro pode igualmente ser verificada pela publicação das peças teatrais *Os jesuítas ou o bastardo d’el Rey*, de José Manoel Rego Viana, e *O castelo de Oppenheim ou o tribunal secreto*, de Manoel José da Silva Bastos, encenadas e impressas na década de 1840. De mesmo modo, a contribuição para o incentivo da produção literária local pode ser medida pelos poemas publicados no jornal *O Rio-Grandense*, em decorrência da vinda do ator João Caetano dos Santos a Rio Grande, em 1854, os quais retomam os modelos greco-latinos e seus ideais clássicos ao mesmo tempo que apresenta algumas influências românticas. A importância deste trabalho justifica-se ao trazer à luz diferentes aspectos que contribuíram para a origem e a consolidação da literatura através da influência teatral na cidade de Rio Grande no século XIX. Além disso, colabora com o resgate de autores pouco conhecidos da literatura sul-rio-grandense e que tiveram um papel importante na formação intelectual e literária no extremo sul do Brasil.

**Palavras-chave:** Teatro – História – Literatura sul-rio-grandense

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras Português (FURG), mestrando em História da Literatura – FURG.

## RADICALIZAÇÃO E REPRESSÃO: O PTB E O GOLPE EM SÃO LEOPOLDO

*Maira Damasceno<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este trabalho contribui para o mapeamento municipal contido no projeto de autoria da Dra. Marluza Marques Harres, em parceria com a UFRGS e a Dra. Carla Brandalise, intitulado “A experiência democrática no Rio Grande do Sul e a Radicalização do PTB na década de 1960” que analisa a inserção e a radicalidade do trabalhismo no meio político Rio-grandense que se deu através do Partido Trabalhista Brasileiro na década de 1960. Nesta etapa procuramos explorar as informações referentes às perseguições sofridas por vereadores e militantes petebistas de São Leopoldo após o golpe dos militares em 1964. Os nomes investigados já foram verificados em pesquisas anteriores onde buscamos resgatar o contexto político leopoldense a partir do Partido Trabalhista Brasileiro através das atas da Câmara de vereadores de São Leopoldo dos anos de 1963 e 1964, em jornais da época e acervos particulares, onde foi constatado o envolvimento e apoio dos petebistas com as questões reformistas do governo Federal e de Leonel Brizola adaptando ideais às peculiaridades regionais, se envolvendo com questões sociais como educação e moradia. Desta vez foi utilizado como fonte o Acervo da Comissão Especial de Indenização, criada a partir da Lei n.º 11.042/97 onde o Estado do Rio Grande do Sul reconhece sua responsabilidade acerca dos danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos durante os anos de 1961 a 1979 estabelecendo normas para que fossem indenizadas. Este acervo se encontra no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS) e possui conteúdo variado como relatos, depoimentos, recortes de jornais, revistas, laudos e fichas criminais que possibilitaram cruzar seus dados com as informações já recolhidas e adicionar dados novos. Como resultados parciais verificamos que por suas posições, envolvimento e apoio a sindicatos, movimentos sociais e questões reformadoras do governo Federal e de Leonel Brizola, alguns vereadores e militantes petebistas foram perseguidos, presos, expurgados de seus cargos, além de sofrerem inúmeros constrangimentos ante a sociedade, amigos e familiares por serem considerados “agitadores”, “pregadores da ideologia comunista” ou “conspiradores” após a mudança de governo e a caça indiscriminada a “subversivos”.

**Palavras-chave:** Partido Trabalhista Brasileiro – Repressão política – São Leopoldo – Golpe Militar

---

<sup>1</sup> Graduanda de Licenciatura em História na Unisinos, bolsista da FAPERGS no projeto “A experiência democrática no Rio Grande do Sul e a Radicalização do PTB na década de 1960.” Orientação da professora Dra. Marluza Marques Harres.

## OS PROCESSOS CRIMINAIS DE ESTUPRO EM CAXIAS DO SUL NA DÉCADA DE 1930

*Máisa Araujo Camelo  
Luiza Horn Iotti*

**Resumo:** O projeto de pesquisa “História e Poder: discursos e práticas de gênero no Judiciário de Caxias do Sul – 1900-1950.” tem como objetivo analisar os processos do judiciário envolvendo mulheres a fim de recuperar a trajetória do papel da mulher e de seu modo de referência para a sociedade além de examinar como as mulheres envolvidas em processos foram representadas/julgadas pela sociedade e pelo poder jurídico no período compreendido entre 1900 a 1950. Para realização da pesquisa a fonte histórica escolhida foram os processos crimes, os quais fazem parte do acervo documental do Centro de Memória Regional do Judiciário - CMRJU, que integra o Instituto Memória Histórica e Cultural – IMHC da Universidade de Caxias do Sul – UCS. O CMRJU mantém uma base de dados onde os processos são catalogados e inseridos nesta base por tipologia, aproximadamente 10.000 processos já foram cadastrados. Para o projeto, uma pesquisa foi feita nessa base de dados e chegamos a um total de oitenta e seis processos crimes envolvendo mulheres, os quais são classificados nas seguintes tipologias: estupro, defloramento e sedução. Nesse primeiro momento da pesquisa, optou-se por trabalhar apenas os processos crimes de estupro para uma análise mais criteriosa, totalizando 10 processos. A metodologia utilizada na pesquisa é a de análise de conteúdo, onde os documentos produzidos pelo Poder Judiciário serão analisados por etapas. A etapa que está sendo realizada nesse momento é uma análise dos processos de estupro a fim de melhor compreender como ocorriam as relações de poder e o perfil dos envolvidos nos processos criminais da época, através de leitura e fichamento. Para compreensão desses processos é necessário analisar o Código Penal vigente do período, sendo que dos processos utilizados para a pesquisa o Código em questão é o de 1890. Esses processos de estupro do acervo do CMRJU começam a ser denunciados a partir de 1934, e percebe-se algumas semelhanças entre eles, dos dez processos selecionados para a pesquisa dois tem por conclusão o casamento da vítima com o acusado, fator este que extinguiu o processo.

**Palavras-chave:** Estupro – Gênero – Judiciário – Processos-crimes – História do judiciário

## **1. Os Escravos e suas Histórias**

# MANDA QUE AO PÓ VOLTEM OS MORTAIS”: UM ESTUDO SOBRE A MORTALIDADE DIFERENCIAL NA FREGUESIA MADRE DE DEUS DE PORTO ALEGRE (1772-1810)<sup>1</sup>

*Mirele Alberton<sup>2</sup>*

**Resumo:** Neste artigo foram analisados os registros de óbitos das populações livre e escrava da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre no período ente 1772 e 1810. O objetivo é realizar um estudo comparativo entre os assentos destes dois grupos populacionais a fim de melhor compreender algumas condições de vida desta sociedade sul-rio-grandense através das informações extraídas dos assentos paroquiais, tais como condições sociais, as práticas realizadas pela busca da “boa morte”, a sazonalidade dos eventos e questões sobre a saúde e enfermidades. A fonte foi objeto de uma análise quantitativa e qualitativa sob a perspectiva da demografia histórica.

**Palavras-chave:** Mortalidade – Óbitos – Demografia histórica – População – Causas morte

## Introdução

Os estudos que tratam da população no passado brasileiro em perspectiva histórica são escassos, sendo um desafio, sobretudo se feitos com base em registros paroquiais de óbito<sup>3</sup>. As informações neles contidas são escassas, principalmente se comparado aos registros de batismo e casamento. Outro motivo que pode ser considerado seria o fato de que fazer estudos com a temática da mortalidade pareça pouco convidativo, ou um tanto quanto mórbido.

Isso se deve, sobretudo, ao que Philippe Ariès<sup>4</sup> considera ser um tabu da morte, um tema que acaba por ser ocultado, deixado de lado ou mesmo proibido nas preocupações cotidianas dos homens ocidentais. Nesse sentido, Maria Luiza Marcílio<sup>5</sup> consegue fazer uma análise construtiva da visão que as civilizações têm da morte ao longo dos séculos e dos diferentes lugares. O temor da morte, tão presente no pensamento católico do período colonial, se faz presente ainda nos dias de hoje, pois mesmo agora os atos de testar, confessar e receber a benção dos sacramentos é de suma importância.

Este trabalho está vinculado ao Projeto de Pesquisa “Família e Sociedade no Brasil Meridional (1772-1835)”, coordenado pela Professora Doutora Ana Sílvia Volpi Scott e que faz parte do Grupo de Pesquisa do CNPq “Demografia & História”. A problemática proposta para este estudo é uma análise

---

<sup>1</sup> Salmos, 90:3.

<sup>2</sup> Graduanda do 7º semestre do Curso de Licenciatura em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista de Iniciação Científica UNIBIC, desde março de 2011, orientada pela Professora Dr<sup>a</sup> Ana Sílvia Volpi Scott.

<sup>3</sup> Os Registros Paroquiais que utilizei estão disponíveis no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e *online* no site: <https://familysearch.org>. Os primeiros livros de registro de livres e escravos foram consultados a partir de transcrições dos documentos originais, realizadas pela historiadora e arquivista da Cúria Metropolitana de Porto Alegre Vanessa Gomes de Campos, devido ao seu frágil estado de conservação. Os demais foram digitalizados por bolsistas do mesmo projeto, que também possuem problemas de conservação, como páginas corroídas ou desgastadas pelo armazenamento inadequado.

<sup>4</sup> Apud MARCÍLIO, Maria Luiza. A morte de nossos ancestrais. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 62-63.

<sup>5</sup> MARCÍLIO, M. L. (1983), Op. cit. 61-75.



comparativa da mortalidade diferencial entre indivíduos livres e escravos da Freguesia da Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, da Capitania do Rio Grande de São Pedro, entre os anos de 1772 (ano de fundação da freguesia) a 1810.

Embora a delimitação cronológica do projeto seja mais ampla, para esta comunicação foram analisados os assentos registrados até o ano de 1810. Nesta freguesia, os registros paroquiais de batismo, casamento e óbitos eram registrados em livros próprios e separados para a população livre e cativa. Até o momento, o cadastro dos referidos livros da população livres está completo, enquanto dos escravos segue em andamento, estando completo até 1810. Todavia, durante o trabalho com os registros dos escravos, encontramos alguns livres cadastrados, mesmo que na folha de abertura do livro esteja especificado que “ha de servir este livro, para nelle se lançarem os assentos dos mortos escravos desta Freguesia de Porto Alegre, e vai numerado, e rubricado por mim Vigario da Vara”<sup>6</sup>. Dentre as hipóteses, consideramos uma possível confusão dos padres ou do escrivão na hora de realizar o registro ou, o mais provável, dadas as poucas informações descritas, é que se tratasse de indivíduos pouco conhecidos na freguesia ou mesmo por não serem “bem vistos” naquela sociedade.

Para o período analisado nesta comunicação, reunimos 4.732 assentos de óbitos. Deste total, 2.786 referem-se aos indivíduos livres e 1.946 são referentes aos escravos. No que corresponde às causas de mortes, dispomos de 3.208 registros, entre livres e escravos, que possuem informações referidas pelos eclesiásticos, sendo equivalente a 1.282 para o sexo feminino e 1.926 para o sexo masculino.

### Os Registros Paroquiais de Óbito e suas Possibilidades

Os assentos paroquiais de batismo, casamento e óbito são, reconhecidamente, fontes ricas para os estudos das populações, permitindo a compreensão das condições de vida de um determinado lugar, assim como análises demográficas de cunho quantitativo e qualitativo. Este tipo de registro atendia, a princípio, todos os indivíduos de uma sociedade que compartilhassem da fé católica, mas sem fazer distinção por sua cor, naturalidade, residência, ocupação, idade, condição social ou jurídica. Segundo Maria Luiza Marcílio, teria sido graças a Demografia Histórica, uma ciência surgida na França ao final de 1950, que seriam criados os métodos e técnicas que possibilitam o estudo destas fontes através de tratamentos sistemáticos e adequados para revelar os sistemas de uma civilização<sup>7</sup>.

No trabalho de pesquisa utilizamos o programa NACAOB<sup>8</sup>, um banco de dados desenvolvido

<sup>6</sup> Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre / Livros de Óbitos de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, livro nº 2, folha 2.

<sup>7</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. Registros Paroquiais como fontes seriais que escondem realidades sociais inusitadas. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; FLECK, Eliane Cristina Deckmann (Org.). **A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX**. São Leopoldo: Oikos: UNISINOS, 2008, p. 48-56.

<sup>8</sup> A respeito do NACAOB, ver SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como opção para o caso luso-brasileiro. In: BOTELHO, Tarcísio. R.; VAN LEEUWEN, Marco. H. D. (Orgs.). **História social: perspectivas metodológicas**.

por Dario Scott<sup>9</sup>, especificamente para este fim. Para cada tipo de registro temos um formulário específico no qual são cadastradas as informações encontradas nos assentos paroquiais. Este procedimento facilita a consulta aos dados referentes a um indivíduo específico ou a extração de informações de um determinado período. Exportando as informações para planilhas conseguimos separar e analisar quantitativamente cada variável atribuída aos indivíduos (cor, estado civil, condição jurídica, relações familiares, relação com o evento – no caso analisado, o registro de óbito -, a condição de legitimidade, títulos/patentes, ocupação, causa da morte, naturalidade, residência e idade do falecido).

A determinação da forma como estes registros paroquiais deveriam ser elaborados pelos párocos das freguesias da América portuguesa foi definida em Salvador, no ano de 1707, quando da reunião de um sínodo católico que visava confirmar e adequar as orientações estabelecidas no Concílio de Trento (1545-1563) às terras lusas no continente americano. Desta assembleia saíam as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, divididas em cinco livros, que serviriam de guia para as questões da fé, do comportamento dos sacerdotes e dos fiéis católicos bem como devem ser realizados os ritos e sacramentos católicos.

Segundo consta no título 49 do livro quarto das Constituições, toda igreja paroquial deve ter um livro em que se assentem os nomes dos defuntos da seguinte maneira:

Aos tantos dias de tal mez, e de tal anno falleceo da vida presente N. Sacerdote Diacono, ou Subdiacono; ou N. marido, ou mulher de N. ou viuva de N., ou filho, ou filha de N., do lugar de N. freguez desta ou de tal Igreja, ou forasteiro, de idade de tantos annos, (se commodamente se puder saber) com todos, ou tal Sacramento, ou sem elles: foi sepultado nesta, ou em tal Igreja: fez testamento, em que deixou se dissessem tantas Missas por sua alma, e que se fizessem tantos Officios; ou morreo ab intestado, ou era notoriamente pobre, e por tanto se lhe fez enterro sem se lhe levar esmola<sup>10</sup>.

No caso dos registros de óbito da Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, a maioria destas informações é encontrada, de forma mais simples ou detalhada, especialmente quanto aos nomes, mas há algumas que não constam ou mesmo que não são cobradas pelas normas católicas. As encomendações, como missas, orações e ofícios, assim como os desejos quanto a realização da cerimônia fúnebre (tipo de cruz, mortalhas e as invocações aos santos de devoção) são quase que totalmente deixadas de lado. Apesar disso, constavam algumas informações que não eram exigidas pela normatização definida pelas Constituições Primeiras, como descrições mais específicas do indivíduo, com nomes completos, nomes de parentes, herdeiros ou testamentários, sua condição de

---

Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, p. 83-108.

<sup>9</sup> Mestre em Computação Aplicada pela UNISINOS e Doutorando em Demografia pela UNICAMP.

<sup>10</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, v. 79, 2007, Livro quarto, título XLIX, n° 831, p. 292.

legitimidade e/ou jurídica, possíveis atributos ou ocupações e, um dado diferencial que foi essencial para este estudo, as causas mortis, acompanhada também da indicação da idade ao óbito.

Por serem os próprios párocos os responsáveis pelo registro destes acontecimentos e, portanto, nossos interlocutores, considera-se que eram eles os responsáveis pela definição das informações que compunham os atos de batismo, casamento e óbito. Entretanto, Sheila de Castro Faria chama a atenção para os casos que continham afirmações como “aparentemente solteiro”, “sumamente pobre”, “dizem ser casado em”, entre outras, serem encontradas em assentos de indivíduos supostamente pouco conhecidos na comunidade, e para os quais os padres transcreveriam o que ouviam, parecendo mesmo “focacas”<sup>11</sup>. Outro ponto que pode justificar essa escassez de atributos identificadores seria pelo fato dos eventos nem sempre serem anotados diretamente no livro paroquial, conforme é possível inferir pela eventual quebra da ordem cronológica com a qual os assentos eram anotados em seus respectivos livros.

A análise dos dois livros de registros de óbitos em questão suscitaram questionamentos apenas em parte solucionados. No que diz respeito aos casos em que crianças foram registradas como “batizadas em casa *in articulo mortis* (ou em *periculum vita*)”, sabe-se que era uma medida tomada pelos párocos para assim encaminhar os inocentes, pois, segundo as leis católicas, uma criança filha de pais cristãos que viesse a falecer sem ter recebido o sacramento do batismo teria a sepultura eclesiástica negada<sup>12</sup>. Quanto ao fato de terem sido identificados indivíduos livres sendo registrado no livro dos escravos, o que pode ter ocorrido por um equívoco do padre, pela condição social ou espiritual do falecido, por não ter condições de pagar pelas despesas fúnebres ou mesmo por ser um estranho, alguém de fora da freguesia.

Por não ser uma regra nos primeiros momentos, a indicação destas causas de morte, inicialmente, apontava quase que unicamente mortes violentas ou mal definidas, como afogamentos, quedas, moléstias e febres, sendo raros os casos das enfermidades específicas. Entretanto, a partir de 1799, parece ser estabelecida uma obrigatoriedade, ou pelo menos uma preocupação mais sistemática, quanto à indicação das causas, pois a grande maioria dos assentos teve assinalado o motivo do falecimento.

## Os Sacramentos

As mortes não “planejadas” ou imprevistas impediam que os indivíduos tomassem as providências para ter aquilo que na época era tido como “boa morte”. Para todo católico, a morte era assunto considerado de grande importância no período colonial, pois “morrer repentinamente, por afogamento ou mal súbito, era desgraça muito maior do que a própria morte”, especialmente porque,

---

<sup>11</sup> FARIA, Sheila de Castro. Registros Paroquiais: documentos da Igreja católica. In: FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 311-312.

<sup>12</sup> VIDE, S. M. (2007), Op. cit, Livro quarto, título LVII, nº 857, tópico X, p. 301.

segundo as normas católicas dos manuais de “bem morrer”, seria imprescindível ao cristão “estar em dia com os sacramentos da confissão, comunhão ou viático (eucaristia ministrada aos enfermos impedidos de sair de casa) e, por certo, a extrema-unção, além de redigir testamento<sup>13</sup>”. Inclusive, aos primeiros sinais de doença, era recomendado pelas Constituições Primeiras que os médicos chamassem os sacerdotes, pois “antes que lhe applicuem medecinas para o corpo, tratem primeiro da medicina da alma, admoestando a todos a que logo se confessem, declarando-lhes, que se assim o não fizerem, os não podem visitar, e curar, por lhes estar proibido por direito<sup>14</sup>”.

Entre os 4.732 indivíduos livres e escravos presentes nos registros de óbito da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, durante o período abordado nesta investigação, percebeu-se que para ambos os grupos os índices dos que aparecem “sem referências” foram maiores tanto dos “com sacramentos” quanto dos “sem sacramentos”. Segundo Cláudia Rodrigues<sup>15</sup>, no estudo por ela realizado nas freguesias da Sé e do Santíssimo Sacramento, ambas do Rio de Janeiro, esta carência de referência aos sacramentos pode ser relacionada aos casos das mortes repentinas, a dificuldade de acesso dos párocos aos moribundos e a baixa proporção de sacerdotes por habitantes, especialmente em momentos de epidemias.

No total, os casos dos que receberam os sacramentos ou tiveram referenciados em seus registros a falta destes (ver tabela 1), representam menos de um quarto (1.081) da população total deste estudo. Nos casos dos registros com ausência de indicação dos sacramentos, pudemos perceber que, assim como no caso do Rio de Janeiro, de fato houve um maior número de relações com causas mortes mal definidas (dor, repentinamente, moléstias internas, etc.) e de mortes por causas externas (afogamentos, fatalidades, quedas entre outras). Já no caso dos indivíduos “sem sacramentos”, a diferença é pequena, pois dentre os 66 encontrados, são 38 os referentes a estes casos, enquanto os outros 28 possuem outras enfermidades informadas.

**Tabela 1 – Frequência das referências aos sacramentos segundo os registros de óbitos (1772-1810)**

Referência no Registro	Livres	Escravos	Total	%
Com sacramentos	766	249	1.015	23
Sem sacramentos	64	2	66	1,5
Sem referências	1.735	1.591	3.326	75,5
<b>Total</b>	2.565	1.842	4.407*	100

(\*) Excluídas do total geral dos óbitos (4.732) as 325 crianças inocentes/parvulas livres e escravas, resultando em 4.707 casos.

Fonte: NACAOB

<sup>13</sup>FARIA, Sheila de Castro. Morte. In.: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 410-412.

<sup>14</sup>VIDE, S. M. (2007), Op. cit, Livro primeiro, título XL, nº 160, p. 68.

<sup>15</sup>RODRIGUES, Cláudia. **Na fronteira do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 135-136.

Quanto aos 1.015 assentos em que havia a indicação específica dos sacramentos ministrados (ver tabela 2), notamos que a grande maioria (84,5%) dos finados receberam todos os sacramentos previstos, nas Constituições Primeiras: penitência, eucaristia e extrema-unção<sup>16</sup>. Nos demais casos, houve o predomínio da invocação conjunta apenas dos sacramentos da penitência e da extrema-unção, sugerindo que no momento em que o rito foi realizado pelo pároco, os enfermos já não estavam em condições de tomar a eucaristia<sup>17</sup>. Talvez por isso este tenha sido o sacramento menos recebido. Nas raras justificativas encontradas nos registros a respeito da falta dos sacramentos ao falecer, encontramos “por não os pedir” ou “por ter falecido outro lado do rio”.

**Tabela 2 – Relação dos sacramentos recebidos, segundo os registros de óbito (1772-1810)**

Sacramentos	Livres	Escravos	Total	%
Todos	667	246	913	84,5%
Sem sacramentos	64	2	66	6,20%
Extrema-unção	26	0	26	2,50%
Penitência e extrema-unção	40	2	42	3,70%
Penitência	19	0	19	1,80%
Penitência e eucaristia	14	1	15	1,30%
<b>Total</b>	<b>830</b>	<b>251</b>	<b>1.081*</b>	<b>100,00</b>

(\*) Excluídas as crianças inocentes/parvulas e os indivíduos sem referências.

Fonte: NACAOB

## Os Testamentos

O medo da hora incerta da morte acabava por “impor” aos fiéis cristãos a ideia de “bem morrer”, na qual a alma só descansaria em paz se partisse sem deixar assuntos pendentes. Esse pensamento talvez seja mais raro atualmente, mas para o período analisado tratava-se de, além de receber as últimas bênçãos espirituais, o moribundo deveria encaminhar a partilha e a organização de seus bens, se houvesse bens a deixar. Aos adultos livres/ libertos e sãos mentalmente, segundo consta nas Ordenações Filipinas<sup>18</sup>, nada poderia impedir o testador de dispor livremente de seus bens, enquanto aos demais, crianças, loucos, hereges, apóstatas, religiosos professos e escravos não seria permitido a realização do testamento. Contudo, no caso dos escravos poderia ser feita uma exceção, contanto que o proprietário o autorizasse a testar.

Nos registros analisados da Madre de Deus de Porto Alegre confirmamos a falta de testamentos por parte dos escravos, aparecendo apenas informações como “pertencente aos bens do falecido” ou “aos herdeiros de”. Já no caso dos indivíduos livres podemos perceber (tabela 3) que a grande maioria dos casos (estando inclusas as crianças) não possui sequer referência nos assentos, enquanto cerca de 9% das ocorrências, apesar de não ter realizado o manuscrito, parece ser justificado

<sup>16</sup> VIDE, S. M. (2007), Op. cit, Livro quarto, título XLV, p. 287-289.

<sup>17</sup> VIDE, S. M. (2007), Op. cit, Livro primeiro, título XXIX, p. 48-49.

<sup>18</sup> Apud RODRIGUES, C. (2005), Op. cit, p. 132.

pelos padres a sua falta, como nas circunstâncias de falecimentos repentinos ou violentos e, para a maior parte destes, os muito pobres.

No que se refere a pequena parcela de livres que fizeram o testamento<sup>19</sup>, os párocos foram bastante sucintos. Informavam apenas se foi ou não feito pelo falecido. Naqueles em que o falecido o havia realizado, era comum que também anotassem o(s) nome(s) do(s) testamenteiro(s). Sobre este ponto devemos considerar que, antes de se tornar um documento que serviria apenas para a transferência dos bens materiais do finado, esta era uma declaração das vontades *post-mortem*, na qual constava, por exemplo, a invocação a Deus e/ou da Santíssima Trindade e de santos e/ou anjos intercessores, o número de missas e intenções a serem realizadas por sua alma, as doações (sobretudo se fossem destinadas à Igreja ou alguma entidade beneficente), como seria realizado o cortejo, a cor e a qualidade da mortalha ou do caixão, etc. Podemos supor que a falta deste item no momento da morte poderia se dever pela fatalidade inesperada do evento, pela falta de tempo ou condição física e/ou mental do acometido, assim com pode evidenciar uma diferenciação social, pois uma vez que o indivíduo não tenha condições ou legados a deixar não tinha motivos para fazê-lo.

**Tabela 3 – Relação dos testamentos encontrados nos registros de óbito (1772-1810)**

Referência no registro	Livres	%
Fez testamento	59	2,1
Não fez testamento	253	9,1
Não refere	2.474	88,8
<b>Total</b>	<b>2.786</b>	<b>100</b>

(\*) Excluídos os 1.946 escravos.

Fonte: NACAOB

## O Sepultamento

Segundo João José Reis<sup>20</sup>, “uma das formas mais temidas de morte era a morte sem sepultura certa. E o morto sem sepultura era dos mais temidos dos mortos”. Dito isso, cabe aqui justificar que, segundo as Constituições Primeiras

É costume pio, antigo, e louvavel na Igreja Catholica, enterrarem-se os corpos dos fieis Christãos defuntos nas Igrejas, e Cemiterios delas: porque como são lugares, a que todos os fieis concorrem para ouvir, e assistir ás Missas, e Officios Divinos, e Orações, tendo á vista as sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deos nosso Senhoras almas dos ditos defuntos dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório [...] Por tanto ordenamos, e mandamos, que todos os fieis que neste nosso Arcebispado falecerem, sejam enterrados nas Igrejas, ou Cemiterios, e não em lugares não sagrados<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Ver mais em MARCÍLIO, M. L. 1983.

<sup>20</sup> REIS, João José. O espaço sagrado do morto: o lugar da sepultura. In: REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.171.

<sup>21</sup> VIDE, S. M. (2007), Op. cit, Livro quarto, título LIII, tópico 843, p. 295.

Entretanto, haveria ainda o medo de que, por exemplo, caso uma pessoa viesse a falecer afogada, o seu corpo se perderia e, portanto, sua alma ficaria vagando pela eternidade. Outro exemplo seria o caso dos escravos que, pela falta de humanidade dos seus senhores poderiam acabar por ser enterrados em cova qualquer, no campo ou no mato, como se fossem brutos animais<sup>22</sup>. Estes casos, de forma geral, não se aplicam a freguesia estudada, pois muito raros são os casos em que não é informado o local do sepultamento de um indivíduo.

Fossem cidadãos, escravos, marinheiros, estrangeiros ou soldados, o predomínio de sepultamentos ocorria no cemitério da Matriz da Madre de Deus, mas existindo alguns lugares distintos, como a capela e os altares da Matriz (destinado quase que exclusivamente aos eclesiásticos), capelas de fazendas de família e o adro, localizado na parte exterior da matriz, era destino mal visto por estar associado ao abandono e ao desleixo. Reis<sup>23</sup> afirma ainda que, o adro/cemitério, era local de desprestígio, pois era cova que se podia conseguir gratuitamente, comumente destinada a escravos e indivíduos livres pobres.

### **As Causas Mortes**

Em relação ao estudo das causas de morte atribuída aos falecidos, para compreender melhor estes casos em que aparecem distintas moléstias, enfermidades e doenças, fez-se necessário um suporte “técnico” específico do período colonial e que tratasse ou fizesse referência às noções relativas à medicina. Para tanto foram consultados manuais e dicionários de medicina de época, escritos por médicos, cientistas e padres que possuem descrições por verbetes, escritas de forma bastante simplificada, ideais para o uso doméstico. Possibilitam desta forma o entendimento das causas e a aproximação dos significados com os termos utilizados atualmente para descrevê-las, como por exemplo as camaras de sangue<sup>24</sup> (disenteria), o mal de sete dias<sup>25</sup> (tétano umbilical), o movito<sup>26</sup> (aborto) e o cancro<sup>27</sup> (espécie de tumor/câncer).

No decorrer da análise das causas mortes encontramos importantes diferenças quanto às atribuições descritas no período analisado. Entre 1772 e 1798, algumas indicações feitas pelos párocos foram bastante genéricas e mais características de mortes por causas externas, violentas e mal definidas, como “fatalidades”, “dores” e “moléstias incógnitas”. Já entre 1799 e 1810, identificamos males, doenças e moléstias que nos permitem realizar uma análise mais consistente das enfermidades

---

<sup>22</sup> VIDE, S. M. (2007), Op. cit, Livro quarto, título LIII, tópico 844, p. 295.

<sup>23</sup> REIS, 1991, p.175.

<sup>24</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessarias para Uso das Famílias**. 6. ed., Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. 2 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/diccionario/edicao/41>, v. 2, p. 418 e ver disenteria p. 887.

<sup>25</sup> CHERNOVIZ, P. L. N. (1890), Op. cit, v. 2, p. 359.

<sup>26</sup> CHERNOVIZ, P. L. N. (1890), Op. cit, v. 1, p. 460 e ver aborto p. 18.

<sup>27</sup> CHERNOVIZ, P. L. N. (1890), Op. cit., v. 2, P. 126.

que afligiam a população desta freguesia. Apesar de não termos encontrado documento que possa confirmar, acreditamos que esta mudança nos registros tenha se dado por intermédio da Metrópole.

Para facilitar a classificação<sup>28</sup> das doenças, estas foram organizadas em grupos específicos: doenças de pele, doenças reumáticas, parto (ou relativas a maternidade), infecciosas, mal definidas, mortes violentas, primeira infância, sistema circulatório, sistema digestivo, sistema geniturinário, sistema nervoso e sistema respiratório. Entre os primeiros dados analisados, pudemos identificar que no conjunto desta população, os grupos com maior número de casos e moléstias seriam o das doenças infectocontagiosas, sendo as bexigas (varíolas) e o sarampo as doenças mais encontradas, e do sistema respiratório, com o predomínio das moléstias do peito e de ar.

**Tabela 4 – Classificação das doenças por grupos**

<b>Classificação da doença</b>	<b>Nº de Casos</b>	<b>Causas mortes</b>
<b>Doença da pele e do tecido celular subcutâneo</b>	116	Apostema (89 casos), Lepra (4), Sarnas (15), Outros (8)
<b>Doenças reumáticas</b>	7	Gota (6 casos), Reumatismo (1)
<b>Gravidez, parto</b>	37	Parto (35 casos), Movito (2)
<b>Infecciosa</b>	949	Disenteria (111 casos), Bexigas (479), Sarampo (201), Febre (6), Tísico (88), Bichas (1), Garrotilho (15), Erisipela (8), Lombrigas (18), Bobas (7), Outros (9)
<b>Mal definida</b>	813	Moléstia interna (148 casos), Repentinamente (112), Inflamação (9), Chagas (29), Dor (12), Corrupção (12), Velhice (6), Febre podre (54), Moléstia incógnita (113), Apressadamente (5), Vários (64), Tubérculo (30), Outros (20)
<b>Sistema nervoso</b>	314	Estupor (99 casos), Ar de espasmo ou estupor (25), Apoplexia (14), Pasma (34), Doido(a) (4), Malina ou febre malina (112), Paralisia/Entrevado (19), Outros (9)
<b>Morte violenta e acidental</b>	170	Afogados (101 casos), Apareceu morto (2), Desastre (10), Queimaduras (10), Quedas (3), Fatalidade (29), Raio (9), Solada de cavalo (3), Outros (3)
<b>Primeira infância</b>	62	Tétano (umbilical) (4), Recém nascido (49), Convulsões (9)
<b>Sistema circulatório</b>	23	Aneurisma (16), Diabetes (2), Escorbuto (4)
<b>Sistema digestivo</b>	290	Hidropisia (130 casos), Diarreia (130), Moléstia da barriga (9), Hérnia (5), Icterícia (10), Fígado (4), Vômito (1), Dor ou inflamação no ventre (1)
<b>Sistema geniturinário</b>	12	Retenção ou dor de urinas (10), Molas (2)
<b>Sistema respiratório</b>	415	Defluxo (34), Pleuriz (36), Ataque ou dor no peito (169), Tosse (28), Resfriado (2), Constipação (10), Polmonia (11), Catarral (2), Esquinencia (2), Ar (120), Pontada (1)
<b>Não consta</b>	1524	N/C (1524)
<b>Total</b>	4732	Causas mortes dos óbitos de livres e escravos

Fonte: NACAOB.

Em consequência da “normatização” da inclusão das causas mortes a partir de 1799, realizamos uma análise mais específica das enfermidades por grupos de classificação com o propósito de distinguir quais as doenças e moléstias tinham maior incidência nesta população. Deste recorte de

<sup>28</sup> Modelo adaptado de MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “*Portanto, os senhores exigindo dos escravos mais do que podem, cometem um homicídio*”. *Vida e morte de indivíduos cativos nos oitocentos através dos registros de óbito (Porto Alegre /RS)*. Espaço Plural (Unioeste), v. 11, p. 78-89, 2010.



doze anos (1799-1810) temos 3.114 assentos com as causas mortes indicadas, dos quais 1.706 equivalem aos livres e 1.408 aos escravos.

Ao visualizarmos o panorama das causas de morte, percebemos que em dois momentos do período analisado, mesmo estando divididos por sexo e condição jurídica, os indivíduos desta freguesia sofreram com epidemias. A primeira delas foi uma epidemia de bexigas que teria acontecido no ano de 1804, afetando principalmente os livres e em menor proporção as mulheres escravas, sendo que, de 315 falecimentos, 135 sofreram com esta moléstia. A segunda epidemia foi identificada no ano de 1806 tendo o sarampo como principal agente maléfico. Novamente os principais atingidos seriam os livres e os menos afetados os indivíduos escravos, com o menor número sendo o dos homens. Neste ano foram registradas 483 mortes, dentre as quais 201 correspondiam ao sarampo.

### **A Sazonalidade dos Óbitos**

Ao analisarmos os dados sobre a sazonalidade, ficou evidente que, no geral, os meses de grande incidência da mortalidade eram abril, maio e junho. Assim como nas causas de morte, deduzimos que se devia principalmente ao clima úmido e frio característico do outono sul-riograndense, uma vez que um número considerável de óbitos tivesse por causas as moléstias do peito, ar, tosse, constipação e pontada. Já os meses de queda eram os de novembro, dezembro e janeiro, quando o clima ficava mais ameno.

No entanto, ao analisar separadamente de acordo com o sexo e a condição jurídica, identificamos algumas diferenças. O grupo das mulheres livres foi o que ficou mais próximo dos dados gerais, havendo uma queda diferencial no mês de março. Para as mulheres escravas, ao contrário, março foi o mês de pico, assim como dezembro, se diferenciando com a queda nos meses de fevereiro e abril. No caso dos homens livres, a maior incidência também ocorreu em março, com uma queda maior em setembro e outubro. Já os homens escravos enfrentariam um momento de alta em setembro e uma maior queda no mês de maio.

### **A Questão da Cor**

Quanto às informações de cor, pode-se perceber, mesmo nos registros de óbito, que a questão da ascensão social por meio do “branqueamento” ou, pelo menos, a “supressão” da referência à cor<sup>29</sup>, se aplica nesta sociedade. Dos 4.732 registros analisados, 2.184 possuem indicação de cor, sendo 515 destes correspondentes aos indivíduos livres e 1.669 para indivíduos escravos. Um exemplo desta

---

<sup>29</sup> Uma síntese das discussões historiográficas em torno do tema da cor pode ser encontrada em ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social dos libertos em Porto Alegre, 1800-1835**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009 [Capítulo 2 – “Viver em liberdade: ocupações, posse de escravos e acesso à terra”]. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008\\_ALADREN\\_Gabriel-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_ALADREN_Gabriel-S.pdf).

mudança, no caso dos escravos, pode ser notada por haver um maior número de indivíduos masculinos descritos como negros ou pretos (normalmente associada aos escravos africanos), enquanto as mulheres foram predominantemente declaradas como crioulas. Outro exemplo que pode ser considerado é o fato de que, dos 515 indivíduos livres indicados, mais da metade possui a cor crioula por informação.

Desde o momento do cadastro dos indivíduos da população da Madre de Deus, podemos perceber que entre os livres, o maior número dos registros não possui a informação da cor. Nos casos em que foi informada, houve o predomínio de pessoas declaradas como “pardas”. No caso dos indivíduos sem designativos de cor, podemos considerar a hipótese de que eram “socialmente considerados como brancos”, mesmo que não possuíssem a tez branca<sup>30</sup>. No que diz respeito aos escravos, a grande maioria possuía a descrição da cor, sendo que entre as mulheres predominavam a “cor” crioula, identificadora da mestiçagem e do “branqueamento”, enquanto para os homens a cor mais encontrada seria de pretos, que supostamente indicariam a sua naturalidade ou origem familiar africana.

### **Considerações Finais**

Esta é uma análise inicial destes registros paroquiais de óbito, a qual pretendemos concluir com o estudo do período total estipulado no Projeto de Pesquisa (1772-1835) em trabalho de conclusão de curso. No momento, além da busca por embasamento teórico, estamos dando continuidade ao processo de inserção dos livros de escravos da Madre de Deus de Porto Alegre.

Por hora, com base nos dados aqui apresentados e comparados podemos visualizar um breve panorama das condições nas quais partiam os indivíduos desta freguesia, espiritual e fisicamente. Chamamos atenção para as moléstias, doenças e enfermidades que afetavam esta população, as quais, apesar de algumas pequenas diferenças, pareciam afligir igualmente os distintos indivíduos residentes ou de passagem na freguesia de Porto Alegre.

Outro fator seria o tratamento dado aos escravos nos assentos até agora estudados, pois, apesar da dúvida quanto a existência de sub-registros, diferentemente do que normalmente se espera, por vezes os seus dados são mais completos do que o dos indivíduos livres, se devendo talvez pelo controle mais rígido de seus proprietários ou mesmo como forma de oficializar o motivo e o registro do falecimento.

### **Fontes**

---

<sup>30</sup> A este respeito ver, RIBEIRO, Max R. P. “Mestiçagem e os regimes de classificação da população nos registros batismais (Capela de Santa Maria, 1798-1834)”. Comunicação apresentada no **Colóquio Internacional Mobilidade Social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população** [Fórum de Pós-graduandos]. São Leopoldo: UNISINOS, 28 a 30 de outubro de 2013.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre / Livros de Óbitos de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre nº 1 e 2.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre / Livros de Óbitos de Livres da Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre nº 1 e 2.

### Referências Bibliográficas

ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social dos libertos em Porto Alegre, 1800-1835**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009 [Capítulo 2 – “Viver em liberdade: ocupações, posse de escravos e acesso à terra”]. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008\\_ALADREN\\_Gabriel-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_ALADREN_Gabriel-S.pdf).

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstrução da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em : <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessarias para Uso das Famílias**. 6. ed., Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. 2 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/4>.

FARIA, Sheila de Castro. **Morte**. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 410-412.

\_\_\_\_\_. **Registros Paroquiais: documentos da Igreja católica**. In: FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 304-312.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A morte de nossos ancestrais. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 61-75.

\_\_\_\_\_, Maria Luiza. Registros Paroquiais como fontes seriais que escondem realidades sociais inusitadas. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; FLECK, Eliane Cristina Deckmann (Org.). **A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX**. São Leopoldo: Oikos: UNISINOS, 2008, p. 48-56.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **“Portanto, os senhores exigindo dos escravos mais do que podem, cometem um homicídio”**. **Vida e morte de indivíduos cativos nos oitocentos através dos registros de óbito (Porto Alegre /RS)**. Espaço Plural (Unioeste), v. 11, p. 78-89, 2010.

NADALIN, Sergio O. **História e Demografia. Elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2004.

PÔRTO, Ângela: **O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1019-27, out.-dez. 2006.

REIS, João José. O espaço sagrado do morto: o lugar da sepultura. In: REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 171-202.

RIBEIRO, Max R. P. “Mestiçagem e os regimes de classificação da população nos registros batismais (Capela de Santa Maria, 1798-1834)”. Comunicação apresentada no **Colóquio Internacional Mobilidade Social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população** [Fórum de Pós-graduandos]. São Leopoldo: UNISINOS, 28 a 30 de outubro de 2013.

RODRIGUES, Cláudia. **Na fronteira do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 93-148.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História da medicina no Brasil (do século XVI ao século XIX)**. São Paulo: Ed. Brasiliense LTDA, 1947.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como opção para o caso luso-brasileiro. In: BOTELHO, Tarcísio. R.; VAN LEEUWEN, Marco. H. D. (Orgs.). **História social: perspectivas metodológicas**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, p. 83-108.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario; ALBERTON, Mirele. **Mortalidade no extremo meridional da América de Colonização Lusa: a população livre da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1829)**. In: X Congreso Asociación de Demografía Histórica, 2013, Albacete. Anais X Congreso Asociación de Demografía Histórica, Albacete: Adeh, 2013, v. 1. p. 1-33.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, v. 79, 2007.

## CASAMENTO DE ESCRAVOS NA FREGUESIA DA MADRE DE DEUS DE PORTO ALEGRE: 1772 – 1822

*Marina Camilo Haack<sup>1</sup>*

**Resumo:** Fundada em 1772 e no ano seguinte transformada em sede do governo da capitania do Rio Grande de São Pedro, a Freguesia da Nossa Senhora da Madre de Porto Alegre iniciou um processo de crescimento populacional, no qual a importância e o peso da população escrava foram também fundamentais. Neste momento os registros paroquiais católicos eram os meios pelos quais se registravam os principais momentos da vida de um indivíduo: batismo (nascimento), casamento e morte. Este trabalho visa analisar os registros de casamento dos escravos desta freguesia entre os anos de 1772 a 1822, que se constituem na principal fonte documental desta investigação. A análise inicial dos dados teve um caráter predominantemente quantitativo. Os resultados aqui apresentados trazem elementos para refletir a respeito da vida destes cativos, bem como da importância da mão de obra escrava para a formação e consolidação daquela sociedade.

**Palavras-chave:** Freguesia Madre de Deus – Escravidão – Registros paroquiais – Casamentos

### Introdução

A presente comunicação visa analisar os casamentos de escravos da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, no período de 1772 a 1822. Pretende-se analisar a sazonalidade dos eventos, assim como explorar as questões ligadas às naturalidades dos nubentes, refletindo também sobre o significado e a importância do casamento de escravos dentro da senzala e da freguesia.

Este trabalho está integrado ao projeto de pesquisa Família e Sociedade no Brasil Meridional entre as décadas de 1772 a 1835, orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Silvia Volpi Scott do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPG História/UNISINOS), e financiado pelo CNPq. A principal base documental do projeto é formada pelos registros paroquiais da freguesia referentes à população livre e escrava desde a sua fundação até o início da Guerra dos Farrapos (1835-45). Os dados levantados estão sendo inseridos no programa NACAOB<sup>2</sup>, desenvolvido especialmente para a inserção e análise dos mesmos<sup>3</sup>.

Os assentos paroquiais obedeciam à normatização definida pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)<sup>4</sup> para a administração e registro dos sacramentos cristãos – entre outros aspectos do catolicismo –, conforme o estabelecido pelo Concílio de Trento (1545-63). As

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Vinculada ao Projeto de Pesquisa Família e Sociedade no Brasil Meridional entre as décadas de 1772 a 1835, orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Silvia Volpi Scott, financiado pelo CNPq.

<sup>2</sup> SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como opção para o caso luso-brasileiro. In: BOTELHO, Tarcísio. R.; VAN LEEUWEN, Marco. H. D. (Orgs.). **História social: perspectivas metodológicas**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, p. 83-108.

<sup>3</sup> A documentação encontra-se no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), mas foram consultadas a partir das imagens digitalizadas dos livros de registros da freguesia da Madre de Deus disponíveis no site *Family Search* (<https://familysearch.org/>) e das transcrições de parte da documentação realizadas sob a coordenação de Eduardo Neumann e Fábio Kühn: NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. **Resgate de fontes paroquiais – Porto Alegre e Viamão, século XVIII**. Porto Alegre, 2006.

Constituições Primeiras expressavam ainda a preocupação com a manutenção do casamento dos escravos. A análise do texto das Constituições revela que considerava-se que o matrimônio dos escravos era um direito divino e humano, também impedia que os senhores de alguma forma separassem o casal. Porém, é explícito que o casamento, seja com livres ou indivíduos da mesma condição jurídica, não implicava em liberdade.

Conforme o direito divino, e humano, os escravos e escrava podem casar com outras pessoas cativas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrário pecam mortalmente, e tomam sobre suas consciências culpas de seus escravos, que por este tempos se deixa muitas vezes estar, e permanecer em estado de condenação<sup>5</sup>.

Em relação à “naturalidade” dos escravos, sabemos que reportava-se sobretudo aos portos de origem, não ao local de nascimento dos mesmos. De todo modo, mesmo com essa ressalva, foi possível verificar que a os escravos que se casaram na Madre de Deus teriam partido de diferentes pontos do continente africano. Com isso, pretendemos fazer uma análise destes portos, identificando quais as regiões de procedência predominantes.

A análise quantitativa destes casamentos de escravos será comparada com os casamentos dos livres no mesmo período na freguesia. Os primeiros resultados apontam que temos um número consideravelmente menor de casamento entre escravos se comparados com os de livres deste período.

### **A Importância dos Registros Paroquiais nas Sociedades Católicas**

Durante o período colonial do Brasil, uma das principais formas de controle da população se dava através de registros paroquiais. Tendo em vista que até o final do império o que vigorou foi o Padroado Régio, ou seja, o poder do Monarca se estendia aos assuntos religiosos, verificamos que estes registros podem ser considerados simultaneamente de cunho civil e religioso. Na ausência de censos populacionais propriamente ditos, a documentação eclesiástica tornou-se uma grande fonte para os pesquisadores interessados na análise populacional das sociedades coloniais. Normatizados em 1707 pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, os registros de batismo, casamento e óbito, cada qual com sua especificidade, deveriam conter determinadas informações padronizadas. Antes disto, no século XVI, o Concílio de Trento já havia tornado obrigatório a realização destes assentos. Nas palavras de Maria Silva Bassanezi:

<sup>4</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007 [1707].

<sup>5</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007 [1707], Livro primeiro, Título LXXI “Do matrimônio dos escravos”, p. 125-26.

Os livros de registro de batismo, casamento e óbito da Igreja “formam o corpo de dados mais importante existente para fundamentar os estudos da dinâmica e também do estado das populações modernas de tradição cristã” (M. L. MARCÍLIO, 1983). São imprescindíveis principalmente para o conhecimento de uma época em que não existia o Registro Civil – em que não havia a separação entre Estado e Igreja – ou seja, o Brasil no início da colonização portuguesa à Proclamação da República. Nesse período, o Registro Paroquial possuía um caráter religioso com força de um ato civil para cada indivíduo, servindo, inclusive, de base legal para operações seculares, como, por exemplo, os processos de herança.<sup>6</sup>

A população brasileira do século XVIII e XIX, predominantemente católica, foi influenciada por estas normatizações. O ritual do batismo, por exemplo, era o meio pelo qual o indivíduo inseria-se no mundo cristão e social. Carregado de significados religiosos e de crenças, era imprescindível que um indivíduo fosse batizado na igreja em seus primeiros dias de vida. No caso dos cativos, já nos portos da África (desde o início do tráfico negreiro), eram batizados e recebiam um nome cristão antes mesmo de embarcarem para o Novo Mundo. Este ritual poderia significar a salvação do cativo em caso de morte durante a viagem bem como a incorporação destes à esfera cristã. Além disso, também cumpria um importante papel no controle do contrabando de escravos<sup>7</sup>.

Em relação ao conteúdo dos registros de casamentos, Maria Silva Bassanezi consta que:

Pelas normas tridentinas, o registro de casamento deveria conter: a data do casamento, o nome de cada cônjuge e sua filiação, residência, naturalidade e a assinatura do sacerdote. [...] Muitas vezes, eram assinalados também: o local da realização do casamento, a idade dos cônjuges, a condição social dos nubentes, como por exemplo, o estado civil e o título. Em se tratando de nubentes escravos, sempre era anotado o nome do proprietário. Quando os cônjuges pertenciam às categorias sociais e econômicas mais elevadas, as anotações eram mais completas, incluíam os nomes de avós maternos e paternos de cada cônjuge, a paróquia e as dioceses de nascimento e moradia e, além do vigário e das testemunhas, outras pessoas presentes assinavam o registro<sup>8</sup>.

Nos registros analisados, temos sempre a data, a hora, a indicação de duas testemunhas e o nome do proprietário. Na maior parte dos casos, a naturalidade e a cor dos cônjuges. Em poucos casos foi possível identificar o nome dos pais dos nubentes, principalmente quando se tratava de filhos legítimos.

Um último aspecto introdutório a ser observado diz respeito à qualidade das informações anotadas pelo pároco responsável pelo registro do ato. Em muitos casos podemos atribuir a ele a falta ou, pelo contrário, a inserção de outros elementos e/ou o maior detalhamento das informações contidas nos assentos. Neste sentido, nas próximas etapas da investigação deverá ser dada atenção específica à

<sup>6</sup> BASSANEZI, Maria Silva. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 143.

<sup>7</sup> Sobre os registros paroquiais de cativos no período colonial ver em: SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Editora Nova Fronteira, 1998.

<sup>8</sup> BASSANEZI, Maria Silva. Op, cit., p.151-2.

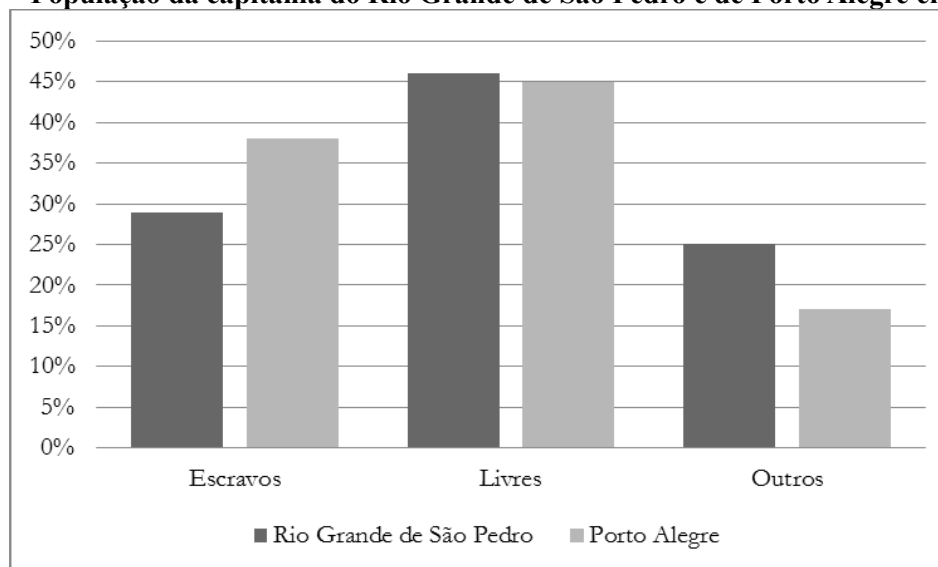
atuação destes padres na freguesia em questão. Outro aspecto a ser considerado é que o mais comum era que se tivesse maior cuidado com os elementos estranhos a realidade daquela sociedade. Assim, informações que eram de conhecimento geral da comunidade local não necessitavam ser registrados.

### Os Escravos no Rio Grande de São Pedro

Durante muito tempo a historiografia negou a presença e a importância da mão de obra cativa na capitania rio-grandense. No entanto, hoje sabe-se que a quantidade de escravos era muito significativa não apenas nas grandes charqueadas, mas em todo o Rio Grande de São Pedro. Muitas pessoas possuíam cativos em suas propriedades, mesmo que predominassem os proprietários de pequenas posses<sup>9</sup>. A população cativa da Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre era muito próxima em quantidade da população livre, segundo os dados do censo de 1814 apresentados no gráfico 01.

Nesta freguesia havia um total de 6.111 habitantes, dos quais 2.746 eram livres e brancos de ambos os sexos e 2.312 eram homens e mulheres cativos. Aproximadamente 40% da população era escrava, portanto. Segundo este mesmo censo, a capitania constava com 70.656 habitantes, dos quais 32.300 eram livres e brancos de ambos os sexos e 20.611 eram escravos de ambos os sexos. Assim, cerca de 30% da população era cativa. Este censo contém, também, informações sobre a quantidade de habitantes indígenas (8.655 para a capitania e 34 para a freguesia), livres de todas as cores (5.399 para a capitania e 588 para a freguesia) e recém-nascidos (3.691 para a capitania e 431 para a freguesia).

**Gráfico 1 – População da capitania do Rio Grande de São Pedro e de Porto Alegre em 1814 (%)**



Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 50.

<sup>9</sup> Para uma análise recente destes aspectos, ver: GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 – 1802**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2012. [Dissertação de mestrado].



## Dos Resultados

### A Quantidade e a Distribuição dos Registros

Conforme constatou Denize Terezinha L. Freitas em sua dissertação de mestrado, na virada para o século XIX, Porto Alegre e a capitania rio-grandense vivenciaram um crescimento significativo de sua população<sup>10</sup>. Além disso, a intensificação do tráfico negreiro para esta região ocorreu justamente nos primeiros anos dos oitocentos, como demonstrou Gabriel Berute<sup>11</sup>. Portanto, o aumento verificado no tamanho da população livre e cativa em Porto Alegre deve ter repercutido sobre os matrimônios registrados na freguesia.

Considerando o total de registros agrupados por década ao longo do período aqui considerado, nota-se no Gráfico 2 que o intervalo entre a primeira (de 1772 a 1779) e a penúltima década (1800-1809), os matrimônios de escravos tiveram um aumento de quatro vezes no total de matrimônios realizados. O mesmo acontece no caso dos nubentes livres que se casaram no mesmo intervalo de tempo, conforme pode ser observado abaixo.

**Gráfico 2 – População livre e escrava presente nos assentos de matrimônio da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, 1772-1822 (%)**



Fonte: NACAOB.

<sup>10</sup> FREITAS, Denize Terezinha Leal. **O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835**. São Leopoldo: PPG-História/UNISINOS, 2011 [Dissertação de mestrado], p. 28.

<sup>11</sup> BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2006. [Dissertação de mestrado].

Tomando como referência a população presente nos livros de casamento, podemos verificar que ao longo da virada do século XVIII para o seguinte, a quantidade de casamentos dos livres e cativos aumentou significativamente.

### **Sazonalidade**

Embora a igreja tenha estabelecido regras para a sacralização do matrimônio, Denize Freitas demonstra que a população vivia uma dinâmica particular, que procurava conciliar seus próprios interesses com a dinâmica da vida cristã.

O matrimônio é “cousa santa e se deve tratar santamente” (D’ALMEIDA, 1900, p. 27), portanto, pode-se afirmar que a sacralização do matrimônio buscava atender ao que estava previsto nas normativas e, principalmente, à ritualização do casamento. Todavia, por mais que a igreja buscasse a plenitude da aplicação das normativas, as adaptações e remediações à realidade luso-brasileira flexibilizaram – e muito – as normativas<sup>12</sup>.

Verificamos na análise da distribuição dos matrimônios por meses (Gráfico 3), que livres e cativos tendem a ter uma queda na realização dos matrimônios nos meses de dezembro e março. Respeitavam assim o Advento (período de quatro semanas que antecede o natal) e a Quaresma (período de quarenta dias antes da páscoa), respectivamente. São períodos religiosos em que se evitava realizar os matrimônios conforme os gráficos demonstram<sup>13</sup>. Dos 219 casamentos entre cativos analisados no período de 50 anos, nenhum ocorre no mês de dezembro e há apenas três para o mês de março.

Outra questão que poderia pesar na movimentação destes casamentos, tanto de livres quanto para escravos, eram os períodos de intensificação de trabalho, como na época de colheita. O mês em que mais houve casamentos envolvendo a população livre foi janeiro, enquanto para os cativos foi no mês de novembro. Meses que antecedem ou sucedem dezembro e março, que se caracterizaram pela de acentuada pausa de matrimônios.

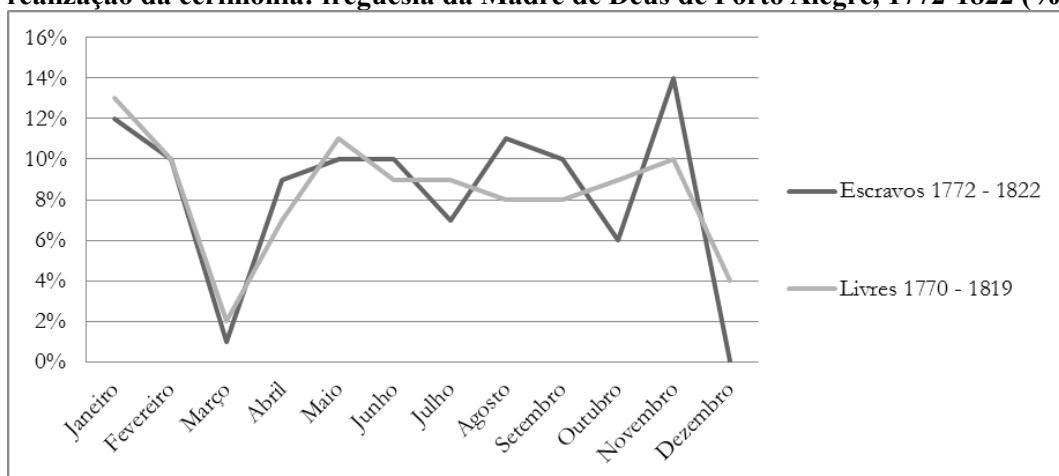
É visível que, nos meses de janeiro e novembro – que antecedem os tempos proibidos –, o índice de casamentos realizados aumenta, enquanto que em março e dezembro, caem. [...] Sendo assim, pela distribuição de casamentos por mês, pode-se identificar que a população livre que contraía matrimônio procurava atuar de acordo com os interditos religiosos. Quanto aos casamentos realizados durante os ditos “tempos proibidos”, o pároco salienta que os contraentes que se casarem no período do Advento e na Quaresma não recebem as bênçãos<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> FREITAS, D. Op. cit., p. 96.

<sup>13</sup> FREITAS, D. Op. cit., p. 96.

<sup>14</sup> FREITAS, D. Op. cit., p. 96-7.

**Gráfico 3 – Distribuição dos matrimônios da população livre e escrava de acordo com o mês da realização da cerimônia: freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, 1772-1822 (%)**



Fonte: NACAOB.

Constatamos que embora o número de casamentos diminuísse entre livres e escravos estes não cessavam nos ditos tempos proibidos, o que nos leva a considerar que a população vivia uma dinâmica em conjunto com as normas da igreja e procuravam as respeitar, mas que ainda assim encontravam espaço para vivenciar suas dinâmicas particulares.

### O Matrimônio dentro da Senzala

No meio urbano de Porto Alegre as senzalas possuíam menos cativos se comparadas com as senzalas do meio rural, com isto, a constituição de matrimônios tinha maior êxito no âmbito rural, pelo fato de possuir um número maior de cativos e melhores possibilidades de se estabelecer relações. Em sua dissertação de mestrado, Luciano Costa Gomes sintetiza e confronta diferentes perspectivas de autores que analisaram as formas de se estabelecer e constituir família dentro das senzalas. Uma questão a ser analisada para a formação de famílias e a realização de matrimônios dentro da senzala é a vontade do senhor, o que não excluía as possibilidades do escravo criar vínculos e “poder atuar sobre seu próprio destino”. Neste sentido, o tamanho da escravaria e o tipo de produção com o qual o senhor estava envolvido também era fator determinante. Havia ainda a questão se o proprietário preferia incentivar a reprodução de escravos dentro de sua senzala, ou simplesmente substituir esta mão de obra, levando em consideração o tempo e as despesas com o novo escravo até este tornar-se apto ao trabalho e o tipo de produção desenvolvida pelo senhor em sua propriedade<sup>15</sup>.

Em suma, se, por um lado, as famílias escravas desenvolvem-se em meio à relações de cunho paternalístico que se estabelecem entre senhores e escravos ao longo do período da escravidão negra

<sup>15</sup> GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 – 1802**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2012. [Dissertação de mestrado], p. 195-230.

no Brasil, por outro, tais famílias consubstanciam-se na manifestação da vontade da própria população cativa e expressam seus elementos culturais próprios. São, decerto, um instrumento de controle social empregado pelos senhores; mas são, igualmente, uma efetiva estratégia de sobrevivência da qual lançam mão os escravos<sup>16</sup>.

Neste trecho, José Flávio Motta, chama atenção para o fato de que se para o senhor o casamento poderia significar uma forma de controle da sua escravaria, para o escravo este poderia significar uma estratégia de sobrevivência.

Mas o desinteresse dos proprietários e a ausência de casamentos na igreja não são de modo algum uma medida da realidade escrava e da habilidade dos cativos em criar e manter laços de afeição, associação e sangue que tivessem significado efetivo e permanente em suas vidas<sup>17</sup>.

Casar-se na senzala, segundo análise de muitos autores, destaca-se aqui Robert Slenes<sup>18</sup>, significaria, também, obter alguns benefícios, dentre eles um espaço mais reservado dentro da senzala, a criação de roças que poderiam produzir excedentes e o fortalecimento de uma identidade dentro da comunidade. O autor destaca a identidade cultural africana como importante fator na consolidação das relações entre cativos.

Se para alguns autores, como Hebe Mattos<sup>19</sup>, o casamento dentro da senzala poderia significar uma semelhança com os livres pobres e resultar em uma aproximação com o senhor por meio de laços de parentesco, preferimos acreditar que, embora o matrimônio realmente pudesse resultar nestes fatos, isto não excluía a vontade do cativo, nem significava que suas ações fossem puramente determinadas e relacionadas à vontade do senhor.

Em trabalho já referido, José Flávio Motta<sup>20</sup> explorou profundamente as questões historiográficas que cercam os estudos da família escrava no Brasil, neste livro Motta retoma algumas considerações de Fernando H. Cardoso<sup>21</sup> sobre família escrava, indicando que um dos motivos para o baixo número de matrimônios de cativos estava relacionado ao desequilíbrio de sexo que existia entre os escravos. Em geral havia um número maior de homens do que mulheres. Os dados reunidos por Berute<sup>22</sup> indicam que havia este mesmo desequilíbrio sexual podia ser observado entre os escravos africanos e crioulos traficados para a capitania rio-grandense através do porto do Rio de Janeiro.

---

<sup>16</sup> MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo, FAPESP/Annablume, 1999. p. 211.

<sup>17</sup> SCHWARTZ, 1985, p. 380-1 *apud* MOTTA, José Flávio. p. 211.

<sup>18</sup> SLENES, Robert. **Na senzala uma flor; esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>19</sup> GOMES, L. Op. cit., p. 203.

<sup>20</sup> MOTTA, J. Op. cit., p.179-209.

<sup>21</sup> CARDOSO, FH.&IANNI, Octávio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.

<sup>22</sup> BERUTE, G. Op. cit., p. 56-7.

Acrescenta-se que segundo os registros aqui analisados, os casamentos de cativos em sua maioria envolviam indivíduos pertencentes ao mesmo senhor, o que poderia facilitar as relações dentro da senzala e evitar conflitos entre os senhores, caso esta relação gerasse filhos. Segundo Stuart Schwartz<sup>23</sup>, os escravos tendiam a estabelecer mais relações consensuais do que os livres, e os mesmos geravam mais filhos nestas relações. Conclui-se, portanto, que o sacramento do matrimônio tinha um peso muito maior na vida dos livres da freguesia do que para os cativos, considerando também o peso das dificuldades citadas para oficializar o casamento bem como as peculiaridades da vida cativa na senzala, algumas das quais tentamos abordar aqui.

### **Regiões de Procedência**

Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, era obrigatório que no registro de casamento o padre integrasse a naturalidade do indivíduo ao conjunto de informações do assento. No entanto, esta informação não esteve presente em todos os casos analisados. Dos 219 casamentos entre cativos que foram identificados, em 128 deles constava a naturalidade dos homens, sendo que em 118 eram de origem africana. No caso das mulheres, 121 constam naturalidade e 115 são de origem africana. Isso significa que pouco mais da metade dos nubentes tinham sua região de procedência designada.

Segundo Gabriel Berute<sup>24</sup>, verificou-se que a demanda por mão de obra escrava no Rio Grande de São Pedro era atendida pelo porto do Rio de Janeiro. Uma vez que traficantes de escravos da praça mercantil “carioca” tinham seus negócios vinculados principalmente com a região da costa Central-atlântica africana, eram os cativos oriundos desta região que predominavam entre os escravos estabelecidos na capitania.

A respeito das rotas de redistribuição do tráfico de escravos, Florentino afirma que:

Passando á distribuição dos africanos a partir do Rio, comprova-se o papel central do porto carioca para a reprodução do escravismo no Sudeste, e o mesmo na região Sul. Ao menos no que se refere ao século XIX, á sólidas indicações de que o Rio provia por via marítima boa parte dos africanos importados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. De acordo com a Gazeta do Rio de Janeiro, três entre cada vinte embarcações que em 1812 saíam do porto carioca para o Rio Grande do Sul, o faziam carregados com escravos.<sup>25</sup>

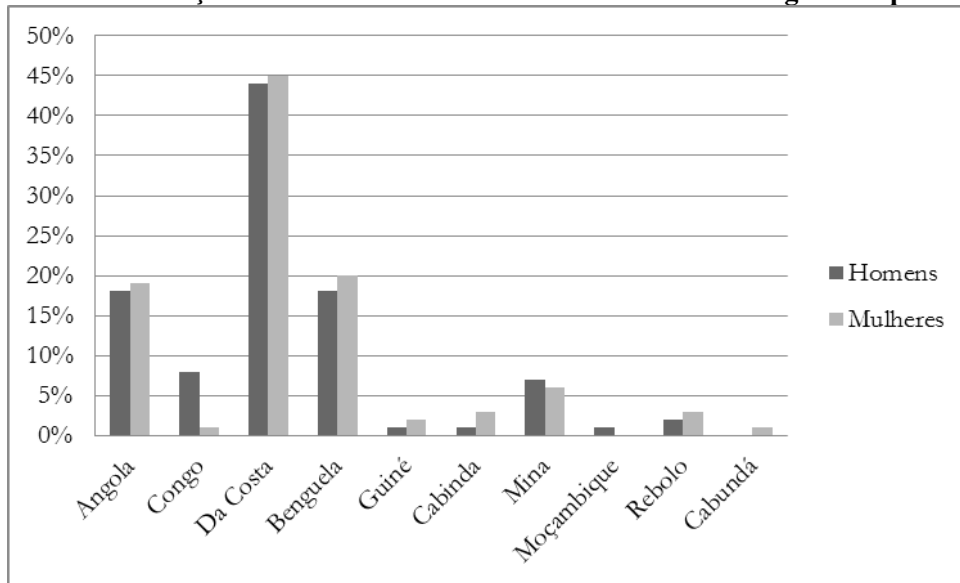
---

<sup>23</sup> *Apud* GOMES, L. Op. cit., p. 211.

<sup>24</sup> BERUTE, G. Op. cit., p. 46.

<sup>25</sup> FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX.** São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.38.

**Gráfico 4 – Distribuição dos nubentes africanos de acordo com as regiões de procedência**



Fonte: NACAOB.

A região de procedência “Da Costa” indicada no Gráfico 4 não representa uma localidade específica, mas uma designação mais abrangente, tal como “Guiné”. Entre as demais regiões acima verificadas, predominavam majoritariamente os africanos provenientes da região Central-Atlântica: Angola, Congo, Benguela, Cabinda, Rebolo e Cabundá. Com isso, verificamos que existe um grande número de indivíduos africanos casando-se na freguesia. Para uma análise mais aprofundada destes resultados, seria necessário fazer uma análise das cores destes indivíduos e seus respectivos significados. Tendencialmente, as designações de cor “negro” e “preto” estavam mais relacionadas aos africanos<sup>25</sup>. É uma análise que pretende-se fazer futuramente.

Queremos com isto chamar a atenção para o grande número de africanos que residiam e casavam-se na freguesia, pois suas regiões de procedência revelam algumas características culturais que poderiam influenciar nas formas de sociabilidade por eles acionadas e que poderão ser examinadas em trabalhos futuros. Percebemos também que os escravos tendiam a casar-se com seus iguais, africanos com africanos, confirmando a identidade cativa analisada anteriormente. Embora não tenhamos uma visão total devido a falta de informações dos registros, podemos utilizar estas primeiras fontes para fazer um mapeamento inicial destes indivíduos.

<sup>25</sup> Para uma análise recente do debate em torno das designações de cor, ver: ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social dos libertos em Porto Alegre, 1800-1835**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.; e WEIMER, Rodrigo. **Os nomes da liberdade: Experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX**. São Leopoldo: PPG-História/Unisinos, 2007. [Dissertação de mestrado].

## Conclusão

Este é um trabalho inicial de análise quantitativa destes registros. Buscamos sempre associar a análise da documentação aqui considerada com a confrontação com a bibliografia daqueles autores considerados como os principais interlocutores da análise. A importância de comparar estes registros de cativos com a população livre ressalta algumas diferenças e algumas semelhanças: sem dúvida os escravos estavam muito presentes na vida cotidiana desta freguesia na época analisada, e hoje os registros paroquiais podem nos ajudar a buscar um pouco mais das vivências daquela população. O contraponto desta análise quantitativa foram os casamentos de livres. Os primeiros resultados apontam que enquanto entre os livres, registramos 1.526 casamentos (1770-1819), enquanto entre a população escrava temos 219 casamentos (1772-1822) registrados com indivíduos da mesma condição jurídica. São mais de 31 casamentos em média, por ano para os livres e cerca de 4 para os escravos. Quando os registros foram analisados agrupados por décadas, contudo, percebeu-se, em números absolutos, que houve um aumento do número de casamentos de escravos. A partir deste trabalho almejamos que novas possibilidades de estudos se estruturam para a análise destes dados, e assim, poder retomar um pouco mais da vivência desses escravos, apontando o papel do casamento entre a população cativa e suas formas de se inserir na freguesia.

## Fontes

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (AHCMPA). 1º Livro de registros de casamentos da Freguesia da Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1800).

NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. **Resgate de fontes paroquiais – Porto Alegre e Viamão, século XVIII. Porto Alegre, 2006.**

## Referência Bibliográfica

BASSANEZI, Maria Silva. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825.** Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2006. [Dissertação de mestrado].

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX.** São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981.
- FREITAS, Denize Terezinha Leal. **O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835**. São Leopoldo: PPG-História/Unisinos, 2011. [Dissertação de mestrado].
- GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 – 1802**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2012. [Dissertação de mestrado].
- MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: FAPESP / Annablume, 1999.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas. Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004.
- NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. **Resgate de fontes paroquiais – Porto Alegre e Viamão, século XVIII**. Porto Alegre, 2006.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como opção para o caso luso-brasileiro. In: BOTELHO, Tarcísio. R.; VAN LEEUWEN, Marco. H. D. (Orgs.). **História social: perspectivas metodológicas**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, p. 83-108.
- SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, 2007.



## COR E ORIGEM DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE PORTO ALEGRE DURANTE A ILEGALIDADE DO TRÁFICO DE AFRICANOS (1831-1850)

*Grazielle Corso<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo apresenta parte dos resultados do trabalho de conclusão de curso intitulado “Tráfico Ilegal de Escravos e Características da Escravidão em Porto Alegre (1831-1850)”, defendido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2013. A pesquisa foi realizada principalmente a partir da análise de inventários de proprietários de escravos de Porto Alegre do início do século XIX. Esses documentos são guardados e foram catalogados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo do trabalho foi compreender como se configurou a escravidão na capital da Província do Rio Grande de São Pedro no período entre a promulgação das leis de proibição do tráfico de africanos escravizados para o Brasil – a primeira em 1831 e a definitiva em 1850. Os resultados da pesquisa indicam que ainda antes de 1850 ocorreram algumas modificações no perfil dos escravos traficados e nas estruturas do tráfico escravista.

**Palavras-chave:** Tráfico ilegal de escravos – Africanos escravizados – Escravidão em Porto Alegre (RS)

### Introdução

Muitos historiadores já evidenciaram a importância econômica da escravidão na consolidação do Rio Grande de São Pedro do Sul e a significativa contribuição da cultura africana na formação da população dessa província, mas algumas temáticas continuam pouco exploradas e as possibilidades de novos estudos ainda são diversas. O tráfico ilegal de africanos é um tema ainda pouco problematizado pela historiografia sobre o Brasil meridional e geralmente é estudado a partir de 1850, ano da promulgação da lei Eusébio de Queiroz, quando se considera que os esforços para impedir este comércio começam de fato a serem aplicados. No entanto, o tráfico de escravos já havia sido oficialmente proibido desde 1831. A intenção desta pesquisa foi compreender se no intervalo entre 1831 e 1850 houve modificações na configuração do tráfico escravista e no perfil dos indivíduos traficados em relação ao período de legalidade desta atividade. Estudar o caso da cidade de Porto Alegre parece bastante pertinente, considerando que esta era a capital da província, importante ponto de trocas comerciais e que desde sua formação dependia da mão-de-obra escrava negra <sup>2</sup>.

O estudo da dinâmica do contrabando é bastante complexo, pois, por tratar-se de uma atividade ilegal, raramente deixou fontes históricas que poderiam ser consideradas mais diretas – tais como registros oficiais de entrada de escravos nos portos. Neste estudo recorreu-se aos inventários

---

<sup>1</sup> Licenciada/bacharelada em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Em sua recente dissertação, Luciano Gomes aborda as estruturas econômicas, sociais e demográficas da capital do Rio Grande de São Pedro no seu período formativo (1772-1802). O principal argumento de Gomes é que Porto Alegre era desde seus momentos iniciais uma localidade dependente da escravidão. Ele constatou que parte da historiografia não considerava a escravidão significativa no Rio Grande do Sul e, por serem poucos os estudos que focaram o tema no século XVIII, percebeu a necessidade de um trabalho mais específico. Ver: GOMES, Luciano C. *Uma Cidade Negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

post-mortem com cativos arrolados, na tentativa de perceber através de suas informações quais foram as permanências e/ou mudanças no perfil dos escravos e pensar quais questões sobre o tráfico podem ser levantadas a partir destes dados. Os documentos analisados foram produzidos em Porto Alegre entre 1820 e 1850 – as informações da década de 1820 também foram incluídas com o objetivo de estabelecer comparações entre os anos anteriores e os posteriores à primeira proibição do tráfico atlântico de escravos. Para os três decênios foram contabilizados 1068 inventários com um total aproximado de 8700 escravos. Esta tarefa de quantificação dos dados inventariados apenas foi possível devido ao projeto Documentos da Escravidão, concretizado por bolsistas e funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), que catalogaram todos os inventários que incluíam escravos em suas descrições de bens.

Nos estudos sobre a escravidão é comum a utilização dos processos de inventários post-mortem, dado que a grande quantidade de informações, que geralmente repete-se nos vários documentos, possibilita um estudo serial desta fonte. Entretanto, estes documentos representam apenas uma parcela dos proprietários existentes em determinada localidade e usualmente estes pertenciam às camadas mais abastadas da sociedade, pois os indivíduos mais pobres não deixavam muitos bens ou mesmo dinheiro suficiente para cobrir os gastos de uma partilha judicial. A historiadora Júnia Furtado, referindo-se aos cuidados necessários com o uso de testamentos e inventários, aponta a necessidade de conferir qual a representatividade dessas fontes no conjunto da população e, além disso, alerta sobre a “possibilidade de haver distorção nas informações”<sup>3</sup>. Portanto, é necessário examinar com bastante cuidado o universo no qual foram produzidas as fontes e sempre que possível recorrer a outros documentos – como os censos disponíveis para o período. Deve-se considerar a possibilidade de alterações nas fontes, contudo, vale salientar que a produção de um inventário geralmente envolvia diversos indivíduos interessados e os dados deveriam estar em conformidade com aquilo que era considerado esperado ou o comum em determinado período.

### **Ilegalidade do Tráfico**

Ainda na primeira década do século XIX iniciou-se um lento processo de abolição do tráfico transatlântico de africanos. É desde 1807, especificamente, que os britânicos tentavam obter a condenação e a repulsa geral ao comércio negreiro – por motivações já bastante investigadas por historiadores, as quais não caberiam aqui comentar. Após o Brasil deixar de ser colônia de Portugal em 1822, as negociações com a Inglaterra se estenderam por quatro anos, até que em novembro de 1826 foi finalmente assinado o tratado que definia o prazo para a abolição do tráfico:

---

<sup>3</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida In: PINSKY, Carla. Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 106.

Ao fim de três anos, a contar da troca de ratificações do presente tratado, será considerado ilegal, para os súditos do imperador do Brasil, dedicar-se ao tráfico de escravos sob qualquer pretexto ou maneira, e o exercício desse tráfico por qualquer pessoa, súdito de Sua Majestade Imperial, após esse prazo, será julgado e tratado como pirataria.<sup>4</sup>

Os termos do tratado com os ingleses foram contestados por parlamentares brasileiros e apenas em 1831 votou-se no Brasil a primeira lei de abolição do tráfico. Projetos de revogação sugeriram esporadicamente, muitos deles atestavam a ineficácia da legislação, e os debates políticos sobre este tema continuaram até 1850.<sup>5</sup>

Manolo Florentino, ao abordar o tráfico legal no Rio de Janeiro (1790-1830), denotou que após 1826 o volume da importação de cativos aumentou consideravelmente – de acordo com ele, “as elites escravocratas do sudeste passaram à compra desenfreada de africanos, antes mesmo da ratificação do tratado de reconhecimento da emancipação (13/3/1827), que estipulava o fim do tráfico para dali três anos”<sup>6</sup>. Florentino também alegou que a entrada de escravos na Bahia e no norte/nordeste brasileiros aumentou a partir de 1827, confirmando a preocupação dos senhores de abastecer seus plantéis antes da ilegalidade.

O temor do fim do tráfico pôde também ser constatado no outro lado do Atlântico, de acordo com Roquinaldo Ferreira:

Imaginava-se, de fato, que o tráfico acabaria em 1830. E, por esta razão, as chefias africanas dos sertões da cidade de Benguela, quando faltavam apenas 70 dias para a proibição do tráfico, ameaçaram invadir a cidade. Nos sertões, os negociantes brancos eram presos e tinham que se arriscar em perigosas fugas noturnas para voltar à costa. Chegou-se a ‘questionar’ a soberania portuguesa sobre as possessões da Costa Ocidental da África [...]. Criaram-se apreensões tão fortes que os portugueses acabaram por se acautelar e reforçaram as forças de segurança em alguns pontos de Angola. Em Benguela construiu-se um novo forte para aumentar a defesa e foi aumentado o número de soldados na cidade.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> BETHELL, Leslie. *A Abolição do Tráfico de Escravos para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Expressão Cultura e Cultura Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 69.

<sup>5</sup> Jaime Rodrigues buscou recuperar a especificidade da discussão política e enfatizar os conflitos internos. Segundo o historiador, na primeira metade do século XIX começaram a surgir no Brasil as primeiras falas identificando supostos males na presença africana. No discurso do período e na produção intelectual os africanos (cativos ou não) eram responsabilizados pela “corrupção dos costumes”. O argumento da soberania nacional também era recorrente nos debates sobre o tráfico. No âmbito parlamentar, muitos defendiam que era necessário decidir esta questão sem a ingerência inglesa. Ver: RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2000.

<sup>6</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.47.

<sup>7</sup> FERREIRA, Roquinaldo do Amaral. *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996, p.7.

No período estudado por Florentino, o Rio de Janeiro era o maior porto de importação de cativos da América e o principal fornecedor destes trabalhadores para as outras províncias. Os portos da Bahia e de Pernambuco também tinham expressão e muitos dos escravos destas localidades eram comercializados em outras regiões. Entretanto, não se sabe ao certo como ocorriam essas distribuições, sobretudo após a interdição do tráfico, pois durante a ilegalidade houve mudanças dos locais de desembarque e das rotas de transporte dos africanos; além disso, não havia mais a necessidade de um registro oficial da entrada de escravos.

Mary Karasch estudou os diversos aspectos da vida dos escravos durante toda a primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro. Entre outros temas (cultura, religião, resistência e liberdade), a autora aborda a procedência dos escravos e faz também algumas considerações sobre o tráfico. Karasch comentou que, antes de 1824, os navios negreiros desembarcavam no porto e suas “mercadorias” eram encaminhadas para a alfândega, onde os eram imediatamente leiloadas se houvesse compradores. Em 1824, os comerciantes foram obrigados a mudar seus negócios para o mercado do Valongo, região onde se localizavam depósitos que guardavam os africanos até estes serem vendidos.

Na década de 1830, quando o tráfico transatlântico tornou-se ilícito, no Rio de Janeiro (e em outras partes do império) “os escravos passaram a suportar desembarques apressados e furtivos à noite, a quilômetros da cidade, e marchas forçadas até os armazéns da cidade, ou eram guardados em barracões escondidos”<sup>8</sup>. Não havia mais a necessidade de passar pela alfândega e até mesmo o Valongo funcionou na ilegalidade a partir de novembro de 1831, mas o negócio de escravos não foi abandonado até depois de 1850.

Karasch salienta que os escravos importados depois de 1831 possivelmente sofreram ainda mais do que os desembarcados anteriormente. Durante o período de legalidade do tráfico os africanos recém-chegados recebiam alguns cuidados até que estivessem em melhor condição física para serem vendidos, rendendo maiores lucros para os negociantes. Após a proibição estas poucas preocupações precisaram ser abandonadas pelos traficantes. Nas palavras de Karasch, na década de 1830:

[...] não havia tempo nem lugar para que os novos africanos descansassem e se recuperassem da longa jornada, exceto se o lugar de desembarque tivesse um barracão cuidadosamente escondido no qual pudessem ser alimentados e vestidos antes da marcha forçada até as fazendas ou ao Rio. Suspeita-se que embarques rudes e apressados e longas marchas – talvez de trinta e oitenta quilômetros depois de atracar para evitar os cruzadores britânicos – aumentavam as agruras e as taxas de mortalidade dos novos africanos.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p 74-75.

<sup>9</sup> Idem.

Sobre a comercialização e o tratamento dedicado aos escravos no Rio de Janeiro, as descrições mais detalhadas são de fontes anteriores a 1830, quando o mercado do Valongo era legal e aberto aos negociantes e aos viajantes estrangeiros. Sabe-se ao certo apenas que a vida dos cativos na cidade era insegura, devido ao tráfico e aos frequentes sequestros.<sup>10</sup>

O tráfico negreiro entre o Rio de Janeiro e o interior do Brasil era constante, escravos eram levados e trazidos de todas as partes. Karasch confirma que do Pará ao Rio Grande do Sul, através das relações estabelecidas entre proprietários e comerciantes, os cativos eram comprados e vendidos no Rio. Da costa fluminense partiam navios que viajam para os portos mais ao sul e esse transporte acontecia em embarcações muito menores do que aquelas que atravessavam o Atlântico e carregavam diversas mercadorias.

A Bahia recebia o segundo maior contingente africano através do tráfico atlântico e possivelmente compartilhava várias das peculiaridades apontadas para o Rio de Janeiro quanto aos desembarques clandestinos. Seus portos também funcionavam como entrepostos para os escravos recém-chegados da África e destinados a outras províncias. Quanto ao trânsito interprovincial, a pesquisa de Albertina Lima Vasconcelos destacou o Rio Grande do Sul como um dos principais destinos dos cativos. Centenas de passaportes analisados por Vasconcelos indicaram o envio de escravos para o Sul do Brasil na primeira metade do século XIX. Há referências a Rio Grande do Sul, Rio Grande, Porto Alegre, Ilha de Santa Catarina e Santa Catarina.

Vasconcelos construiu quadros de naturalidade/origem e também da ocupação dos escravizados enviados para o Rio Grande do Sul. Ela percebe uma grande quantidade de africanos provenientes da África Ocidental (principalmente Nagôs) e aponta que a maioria deles estava indicada nas categorias “outras ocupações”, “para o serviço” e “para dispor” - “como se representassem um estoque para posterior venda”<sup>11</sup>. A autora conclui que, mesmo na conjuntura de ilegalidade do tráfico transatlântico, o comércio interno continuou abastecendo e consolidando as relações escravistas, sendo que seu interesse fundamental era atender a demanda de mão-de-obra.

O historiador Marcus Carvalho também concentrou sua pesquisa na primeira metade do XIX (1822-1850), entretanto, sua intenção foi compreender as permanências e rupturas na escravidão em Recife durante este período. Os momentos posteriores à independência brasileira foram bastante conturbados em Pernambuco e os escravos foram protagonistas centrais da história desta província. A proibição do tráfico de escravos é bastante comentada.

Carvalho escreve que os documentos recolhidos nos arquivos pernambucanos e portugueses indicam que a quantidade de escravos desembarcados em Pernambuco depois de 1830 foi muito maior

---

<sup>10</sup> Em seu mais recente livro, *A Força da Escravidão*, Sidney Chalhoub aborda a precariedade da liberdade dos negros livres no século XIX e os problemas suscitados pela lei de 1831. Ver: CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>11</sup> VASCONCELOS, Albertina Lima. *Tráfico Interno, Liberdade e Cotidiano de Escravos no Rio Grande do Sul: 1800-1850*. Porto Alegre: *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2005, p. 8.

do que se supunha pela historiografia tradicional, que utilizou apenas fontes inglesas. As estratégias do comércio ilegal não foram muito diferentes daquelas executadas no Rio de Janeiro: “os navios desembarcavam escravos em vários pontos da costa e depois seguiam para Recife para se proverem de mantimentos para a travessia de volta [...] era na capital da província que eles [os traficantes] armavam o navio para a travessia do Atlântico”<sup>12</sup>. Nos relatórios de vistoria lidos pelo autor, percebe-se que era evidente quando uma embarcação havia transportado africanos quando esta chegava em lastro e “aguada” em Recife.

Pernambuco era um importante centro importador de escravos e Carvalho constata que a lei de 1831 foi completamente desobedecida, no entanto, percebe que algumas modificações começaram a ocorrer neste período. Os comerciantes mostraram maior preocupação com a duração das viagens tentando evitar a perda de vidas – e consequentemente de lucro – no mar. Velocidade, manobridade e tamanho das embarcações eram fatores importantes tanto para que as travessias do Atlântico fossem mais curtas quanto para que os desembarques clandestinos tivessem sucesso. Mas essa rapidez também dependia das negociações na costa da África que podiam demorar mais tempo que o desejado.

Quanto ao comércio entre Pernambuco e outras províncias, Marcus Carvalho faz poucos apontamentos, mas destaca-se o trecho a seguir:

Os traficantes que negociavam com o mercado pernambucano levavam os escravos para um porto ou outro, conforme contratos eventuais, sem necessariamente seguirem uma mesma ordem. Folheando-se os jornais locais, percebe-se que não era incomum comprar-se escravos para se vender noutras províncias, nas mesmas casas onde também se fazia o contrário: comprar-se gente vinda de outros lugares do país.<sup>13</sup>

O tráfico interprovincial era uma evidência em Pernambuco, assim como nas outras regiões brasileiras. Contudo, Carvalho ressalta que não havia meios de controlar esse fluxo e não é possível estimar quantos cativos foram importados desta província. O comércio no interior seria ainda mais difícil de computar, pois suas rotas seguiam pela zona da mata, o agreste e o sertão. É bastante provável que alguns escravos tenham partido de Pernambuco e chegado ao sul do Brasil, mas certamente em menor número que aqueles encaminhados do Rio de Janeiro e da Bahia.

Porto Alegre era o destino de muitos africanos que chegaram aos principais portos brasileiros e foram encaminhados diretamente para o Rio Grande de São Pedro, além de integrar as principais rotas internas de comércio – estabelecidas a partir das áreas escravistas mais destacadas – que traziam africanos e crioulos de acordo com a necessidade dos vendedores.

---

<sup>12</sup> CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora da UFPE, 2010, p. 102.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 124.

## Cor e Origem dos Escravizados

Mary Karasch escreve que os escravos no Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX eram inicialmente divididos entre brasileiros e africanos. Os brasileiros eram ainda discriminados segundo a cor da pele, enquanto os africanos eram classificados de acordo com seus locais de origem na África. Em poucos casos a origem regional dos escravos nascidos no Brasil era levada em consideração.

Nos processos de inventário de Porto Alegre apareceram cinco classificações de cor: negro(a), preto(a), pardo(a), mulato(a) e cabra (ou algumas derivações, como “mulatinha” ou “cabrinha”). Apesar de uma inicial percepção de “pardo” e “mulato” ou “negro” e “preto” como sinônimos, foi notável nos documentos analisados a utilização destas palavras distintas. Em alguns casos, estes termos aparentemente equivalentes foram utilizados em um mesmo documento para descrever diferentes escravos. Parece necessário tentar explicar, a partir da bibliografia, quais os possíveis significados de tais designações.

Silvia Lara afirma que a cor era um importante elemento de identificação e classificação social já no século XVIII. Ela comenta que de acordo com o dicionário de Raphael Bluteau o adjetivo “branco” indicava “alguém bem nascido, que até na cor se diferencia dos escravos que de ordinário são pretos ou mulatos”<sup>14</sup>. Ter a cor branca era uma marca de distinção e de liberdade – nenhuma pessoa de tez clara corria o risco de ser identificada como escrava. Entretanto, ser negro ou ter a pele mais escura criava uma associação, às vezes equivocada, com a escravidão. No Brasil setecentista a cor não traduzia necessariamente a condição social dos indivíduos, mas era sim um forte indicativo.

Lara comenta que nos relatos setecentistas era mencionada geralmente uma multidão de “negros” e “mulatos” livres ou libertos. Em outros tipos de registros desse período essas duas classificações eram encontradas em meio a outras: “preto”, “pardo” e “cabra”. Estes adjetivos eram usados “para designar ora a condição social, ora a cor da pele das pessoas, muitas vezes de modo intercambiável. É interessante, contudo, que a multidão seja em geral de ‘negros’ e ‘mulatos’ – não de ‘pretos’ e ‘pardos’”<sup>15</sup>. De acordo com a autora, as palavras “preto” e “negro” estavam associadas no dicionário de Bluteau, entretanto “negro” estava menos ligado à condição social do que “preto”. O termo “preto” remetia à identificação de escravo, enquanto “negro” estaria relacionado à cor ou origem.

Mary Karasch comenta que os termos “negro” e “preto” poderiam servir para os indivíduos nascidos no Brasil, mas que eram usados mais comumente em relação aos africanos. No entanto, para esta historiadora, o termo “negro” é que parece ter sido praticamente um sinônimo de “escravo”, mais

---

<sup>14</sup> LARA, Silvia H. No jogo das Cores: liberdade e racialização das relações sociais na América Portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina Célia L. (org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012, p.72.

<sup>15</sup> Idem.

especificamente de escravo africano. Enquanto “preto” seria um pouco mais aceitável e mais neutro, sendo usado em situações que se desconhecia a nacionalidade de dada pessoa. Segundo Karasch, os negros brasileiros preferiam o termo “crioulo”, que significava o nascimento no Brasil.

Silvia Lara afirma que ao longo do século XVIII, ao menos em parte do sudeste brasileiro, “pardo” tornou-se um termo utilizado por aqueles que reivindicavam uma identidade, privilégios e tratamentos específicos. Enquanto “mulato” tinha uma conotação mais pejorativa e muitas vezes era considerada uma característica infamante. Em situações raras, “mulato” foi verificado como um dos xingamentos que aparecem nos processos de injúria pesquisados pela autora.

No século XIX estes significados de “pardo” e “mulato” parecem ter se mantido. Karasch escreve que os “pardos” eram as pessoas de filiação africana e europeia, e que os próprios usavam este termo para se distinguir dos crioulos e de outros grupos racialmente mistos no Rio de Janeiro. Novamente “mulato” foi encontrado em algumas das fontes como uma palavra menos polida, que parecia ser utilizada frequentemente como insulto.

Por fim, também havia a designação de “cabra”, aparecendo com menor frequência nas fontes. Karasch também mencionou essa classificação: “cabra” era “um termo pejorativo para escravos de raça mista e, ao contrário de crioulo ou pardo, palavras que conotavam orgulho na identidade, não há imagens positivas ligadas a ‘cabra’”. Este termo incluía provavelmente os escravos de origem racial indefinida, que possivelmente eram também descendentes de indígenas.

Na tabela abaixo é possível conferir a distribuição das categorias de cor observadas para Porto Alegre, algumas diferenças são notáveis: após 1831 a designação “negro” torna-se menos frequente que “pretos” e o mesmo tipo de inversão acontece com “pardos” e “mulatos”. Note-se que a exposição dos dados foi dividida em três intervalos: o primeiro período tem seu início marcado pelo conjunto das fontes analisadas e se estende até 1825; o segundo conta-se a partir de 1826, ano em que foi assinado o tratado de abolição do tráfico, até o ano em que este deveria entrar em vigor; por fim, as duas primeiras décadas da ilegalidade do tráfico.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> O segundo intervalo coincide intencionalmente com a periodização definida por Manolo Florentino em seu estudo do tráfico de escravos. Ele dividiu o recorte temporal de 1796 a 1830 em três intervalos, apontando os anos de 1809 e 1826 como os principais momentos de ruptura. O primeiro intervalo (1796-1808) apresenta baixos índices de crescimento do tráfico, portanto é caracterizado pela estabilidade. Em segundo lugar, houve um acelerado aumento da entrada de navios negreiros provocado pela mudança da família real portuguesa para o Brasil e abertura dos portos brasileiros (1809-1825). O último período (1826-1830) está relacionado ao tratado de proibição do tráfico atlântico firmado entre os governos brasileiro e britânico e reflete as preocupações da elite que intensamente buscou adquirir mais escravos. Ver: FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 46-48.



**Tabela 1**

CLASSIFICAÇÕES DE COR DOS ESCRAVOS EM PORTO ALEGRE (Nº)

<i>Cor</i>	1820-1825	1826-1830	1831-1850
<i>Pretos</i>	37	22	232
<i>Negros</i>	47	25	36
<i>Pardos</i>	56	83	432
<i>Mulatos</i>	110	97	136
<i>Cabras</i>	35	20	71

*Fonte:* APERS. Catálogos de inventários *post-mortem* do projeto Documentos da Escravidão no RS, v.1 e v.2.

De acordo com Karasch “cor e origem racial dividiam os brasileiros uns dos outros, e a cidade do Rio de Janeiro talvez fosse mais estranha para o novo escravo que vinha de Pernambuco rural do que para um crioulo africano da Luanda urbana”<sup>17</sup>. Portanto, as dificuldades da adequação social e física atingiam a todos, e ter nascido no Brasil não significava escapar do trauma da adaptação à escravidão em uma cidade desconhecida.

Outras classificações são utilizadas para referenciar o lugar de nascimento ou origem dos escravizados, as mais comuns são: “crioulo”, “africano” e “de nação”. Também são frequentes os nomes das localidades africanas de origem (ou mais comumente dos portos que exportavam escravos na África).

“Crioulo” era um designativo de naturalidade bastante comum, que geralmente se aplicava aos negros nascidos no Brasil. Mary Karasch afirma que a maioria dos escravos que viviam no Rio de Janeiro tinha como origem “as províncias (hoje estados) do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo; e no Nordeste, Bahia e Pernambuco. Maranhão e Rio Grande do Sul aparecem mais depois de 1850, enquanto as outras províncias estavam minimamente representadas no Rio antes dessa data”.<sup>18</sup> Em Porto Alegre entre 1820 e 1850 poucos são os inventários que mencionam onde nasceram os escravos brasileiros, nestes processos as localidades mencionadas são: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

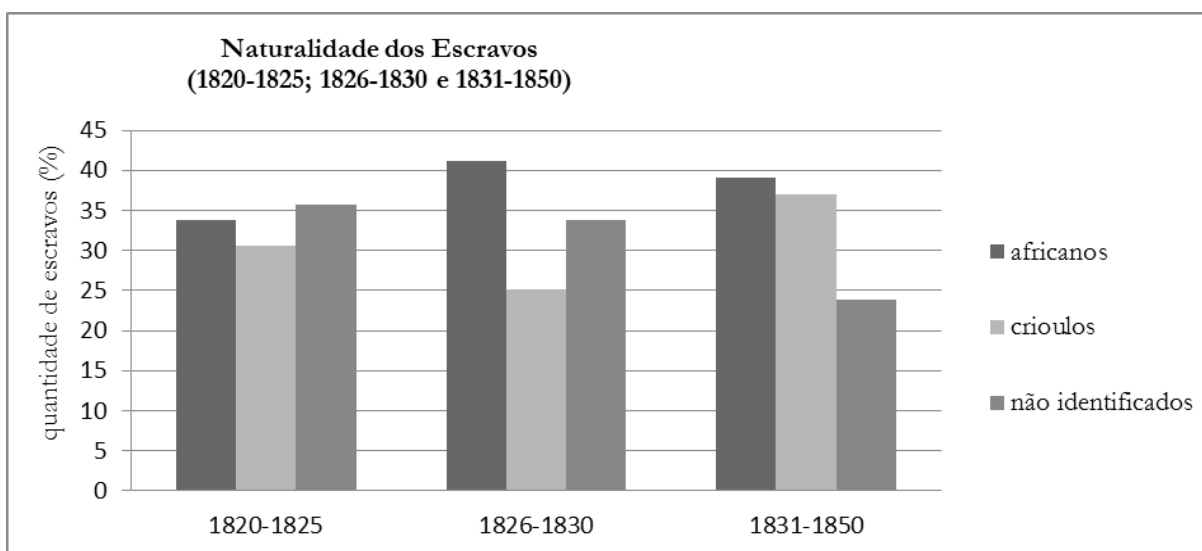
Os termos “de nação” ou “africano” indicavam origem africana, mas não especificavam melhor a procedência. Entretanto, em uma grande quantidade de documentação as “nações” são nomeadas. Karasch aponta sete nações principais: Mina, Cabinda, Angola, Caçange (Cassange), Benguela e Moçambique. Enquanto para Porto Alegre é necessário acrescentar a esta mesma lista a presença de muitos escravos provenientes do Congo e também “da Costa” africana.

<sup>17</sup> KARASCH, Mary C. Op. cit., p 41.

<sup>18</sup> Ibidem. p.38

Em sua pesquisa Karasch constatou que no ano de 1832 apenas 9,8% da amostra estudada era composta de escravos nascidos no Brasil, enquanto 73,3% eram africanos e os outros 16,9% eram desconhecidos. Ela considerou que “tendo em vista que muitos africanos foram levados para o Rio na pressa de importar escravos antes do fim do tráfico, essa amostra pode refletir com acuidade a proporção de africanos para brasileiros no início da década de 1830”<sup>19</sup>. Entre 1833 e 1849 a porcentagem variou de 50% a 63,5% e o censo de 1849 revelou que os africanos compunham 66,4% da população escrava daquela cidade. Karasch supõe – devido a uma dificuldade com os dados do censo – que a porcentagem de africanos deveria ser ainda maior, uma vez que muitos proprietários esconderam dos realizadores do censo os escravos importados ilegalmente após 1830. Portanto, possivelmente a população escrava do Rio de Janeiro variou entre dois terços e três quartos do total.

Os inventários de Porto Alegre indicaram porcentagens bastante diferentes (como é possível observar no gráfico abaixo). Após 1831 a parcela de africanos era de 39%, já os escravos nascidos no Brasil representavam 37% do total e o percentual de desinformação é de quase 24%.



Fonte: APERS. Catálogos de inventários *post-mortem* do projeto Documentos da Escravidão no RS, v.1 e v.2.

Já a diversidade étnica da capital da província rio-grandense parece ser tão extraordinária quanto a do Rio de Janeiro. Na tabela a seguir observa-se um resumo das origens africanas encontradas na documentação. Mas é importante considerar que esses termos são imprecisos, pois geralmente indicavam os portos de embarque ou as amplas regiões africanas. Karasch aponta o Centro-Oeste Africano e a África Oriental como terra natal provável da maioria dos africanos do Rio, enquanto a Bahia teria recebido uma quantidade maior de escravos da África Ocidental. A autora destaca que mesmo sem a utilidade de identificar precisamente a naturalidade dos cativos, essas listas

<sup>19</sup> Ibidem. p.41

são importantes porque revelam de qual forma os africanos e seus descendentes se definiram e se agruparam no Brasil.

**Tabela 2**  
**ORIGENS AFRICANAS EM PORTO ALEGRE (1820-1850)**

Regiões da África	Quantidade de escravos	% do total
<i>África Ocidental</i>		
Cabo Verde	1	0,03
Calabar	35	1,3
Haussá/Ussá	30	1,1
Mina	218	8,4
Nagô	85	3,2
<i>Cento-Oeste Africano</i>		
Angola	124	4,7
Benguela	291	11,2
Cabinda	283	10,9
Cabundá/Camundá	21	0,8
Cassange	74	2,8
Congo	407	15,7
Ganguela	9	0,3
Monjolo	122	4,7
Rebolo	140	5,4
<i>Centro-Oeste Africano</i>		
<i>Incerto</i>		
Moange/ Molange(?)	5	0,2
Mofumbe/Mossumbe	8	0,3
<i>África Oriental</i>		
Inhambané	1	0,03
Moçambique	217	8,3
<i>Região desconhecida</i>		
Africano	9	0,3
Nação	158	6,1
Da Costa*	349	13,4
<b>Total</b>	<b>2587</b>	<b>100,0</b>

*Fonte:* APERS: Catálogos de inventários *post-mortem* do projeto Documentos da Escravidão no RS, v.1 e v.2. - \* Nunca especificado se da Costa Ocidental ou Oriental.

No início do século XIX os principais portos africanos começaram a ser patrulhados pelos europeus e este bloqueio foi tornando-se mais eficiente com o passar das décadas. Inicialmente, o cumprimento das leis foi bastante negligente e os contrabandistas encontraram meios de seguir com o lucrativo negócio da exportação de escravos. Contudo, para que o tráfico tivesse continuidade, foram necessárias mudanças internas na África e no Brasil.

No continente africano, após a proibição do tráfico de escravos, a importação de mercadorias lícitas aumentou gradualmente. No entanto, é uma ilusão pensar que isto contribuiu para o fim do tráfico e da escravidão. Muitos africanos ainda foram transportados em navios que supostamente praticavam o “comércio legítimo” e escravos eram utilizados na África para cultivar e carregar os

artigos destinados ao mercado internacional. Na realidade “a escravidão tinha se tornado uma parte integrante da economia africana”.

Roquinaldo Ferreira pesquisou o comércio ilegal de escravos e o comércio lícito em Angola, entre 1830 e 1850. Ele constatou que apenas entre 1831 e 1855 entraram no Brasil aproximadamente 20% do número total de escravos que se estima terem sido trazidos para o Brasil em trezentos anos. Além disso, ele afirma que é plausível que aproximadamente 60% dos escravos trazidos durante o tráfico ilegal tenham vindo da região de Congo e Angola.

A proibição exigiu o deslocamento das rotas usuais do tráfico e dos locais de embarque na África. Em Luanda – capital de Angola e onde estava localizado o principal porto africano de exportação de escravos – tornou-se muito difícil continuar com esse comércio, portanto, novos pontos de embarque foram espalhados pela costa desta região como tentativa de resistência dos traficantes.

Quando começaram as tentativas de supressão do tráfico de escravos para o Brasil os traficantes na África perceberam a necessidade de alterar algumas rotas e portos de embarque dos africanos. Esta reorganização do tráfico teria modificado a frequência da importação de escravos de determinadas regiões africanas. Ferreira pesquisou as modificações ocorridas em Angola, principal área exportadora de africanos para o Brasil, evidenciando que os agentes do tráfico buscaram refúgio nos locais sem soberania definida, como Ambriz, o Rio Zaire e Cabinda. Luanda (capital de Angola) transformou-se em um centro de armazenamento de escravos, depósito e entreposto, mas perdeu importância como porto de embarque. A rota do tráfico e os portos de embarque na África deslocaram-se em pontos espalhados da costa de Angola. Fora de Luanda o tráfico continuava a ser um negócio vantajoso e lucrativo, apesar de mais perigoso.<sup>20</sup>

Paul Lovejoy atesta que a exportação de africanos sofreu uma queda na segunda década do século XIX – logo após a proibição britânica e a saída de outros países do tráfico – mas que voltou a aumentar nas décadas seguintes até 1850, quando de fato o contrabando começou a desaparecer. Ele explica que a oferta de escravos manteve-se nas regiões tradicionais e foi crescente em outros lugares para os quais a escravidão não tinha tanta importância anteriormente. Nas costas atlânticas houve uma diminuição nos envios de cativos em relação ao século anterior, enquanto o volume de embarques na África Oriental foi maior que em qualquer outro período.<sup>21</sup>

Na África Centro-Ocidental (Centro-Oeste Africano) houve uma explosão da demanda de escravos que provocou uma reorganização no interior da região, como foi explicado por Ferreira. Enquanto na parte mais ocidental da África, a região do Golfo do Benin continuou exportando muitos escravos até a década de 1850, pois as guerras iorubanas em Oió produziram grandes quantidades de

---

<sup>20</sup> FERREIRA, Roquinaldo do Amaral. *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996, p.160.

<sup>21</sup> LOVEJOY, Paul E. . *A Escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.215.

cativos; já a Baía de Biafra forneceu somente 14% de todos os enviados entre 1800 e 1843. Razias, sequestros e capturas eram comuns entre os diversos povos que habitavam essa região; o delta do rio Níger era melhor patrulhado pelos ingleses, portanto, desde 1830 ocorreu diminuição do tráfico – ao passo de um grande aumento na produção de dendê. Lovejoy afirma que as escravizações devem ter continuado, mas com os escravos sendo utilizados internamente.

A parte islâmica da África também se envolveu com o tráfico. Do norte africano e Oriente médio, através das regiões do Saara e do Mar Vermelho, a maioria dos escravizados provinha da parte superior do Nilo e da Etiópia. E no sudeste africano a grande demanda provocou um aumento no comércio de pessoas, em sua maioria, provenientes do vale do rio Zambeze, onde anteriormente só se comerciava ouro, marfim e outras mercadorias. Entretanto, de acordo com Lovejoy, foi na parte meridional da África Oriental que o tráfico explodiu no início do século XIX, e esta grande expansão também estava relacionada com o desenvolvimento da economia de plantation na costa oriental africana. As dificuldades de exportar escravos e o bloqueio do tráfico ressaltaram a possibilidade de utilizá-los mais perto da fonte de escravização. A estrutura das plantações era bastante parecida com as da América, lá cultivava-se cravo da Índia, coco e cereais para o mercado internacional; também se produzia grãos, que eram subsidiários ao cultivo do cravo da Índia e ao tráfico de escravos.

Enfim, Lovejoy conclui que o foco geográfico foi alterado, pois a demanda por escravos continuou muito grande. A costa ocidental da África tornou-se menos importante do que era nos séculos anteriores e as suas exportações declinaram consideravelmente já na primeira década do século XIX. Ele afirma que a África Centro-Occidental permaneceu por mais tempo, mas não muito depois de 1850 – o período de maior movimento se deu entre 1820 e 1870, o mesmo em que houve maior tráfico na região do vale do Nilo e através do mar vermelho.<sup>22</sup>

Considerando que as mudanças no continente africano tenham se refletido na composição étnica dos escravizados no Brasil, é possível analisar para Porto Alegre a quantidade de escravos em relação a suas regiões africanas de origem. Os resultados podem ser observados na **tabela 3**. Notam-se poucas alterações entre os dois primeiros intervalos de tempo – anteriores a proibição de 1831. África Occidental e África Oriental tiveram representatividade semelhante nos três períodos. Destaca-se que nas primeiras décadas de ilegalidade ocorreu uma grande diminuição na presença de escravos do centro-oeste africano, que foram os mais registrados durante os anos de estabilidade do tráfico. Este último fato pode estar relacionado ao significativo aumento no número de africanos de procedência desconhecida (listados nos inventários apenas como africanos, nação ou da costa).

---

<sup>22</sup> Idem, p. 221-228.

**Tabela 3**

REGIÕES AFRICANAS DE ORIGEM DOS ESCRAVOS DE PORTO ALEGRE (%)

<i>Região</i>	1820-1825	1826-1830	1831-1850
<i>África Ocidental</i>	12,79	10,35	11,58
<i>Centro-Oeste Africano</i>	60,85	55,00	41,18
<i>África Oriental</i>	5,23	7,67	7,18
<i>Desconhecida*</i>	21,12	26,96	40,04

Fonte: APERS. Inventários *post-mortem*. Fundo 004: Comarca de Porto Alegre/Localidade: Porto Alegre.

\* ou não informada.

Em Porto Alegre, entre 1820 e 1850, a maioria dos escravos africanos que tiveram sua origem especificada era proveniente do centro-oeste africano. O segundo maior grupo era originário da África Ocidental e os menos representados haviam partido da África Oriental. Estes dados são fortes indicativos de que os africanos foram encaminhados principalmente do Rio de Janeiro e da Bahia

Mary Karasch encontrou nas fontes sobre o Rio de Janeiro uma maioria de cativos de procedência da região centro-ocidental da África, no entanto, na capital do império brasileiro os africanos provenientes da parte mais ocidental estavam em menor número do que aqueles embarcados na costa oriental. Karasch afirmou que poucos eram os cativos da África Ocidental naquela cidade, enquanto a Bahia havia recebido maior quantidade de africanos dessa região. De fato, Albertina Vasconcelos indicou um grande fluxo de escravos proveniente da África Ocidental, principalmente identificados como Nagôs, que foram enviados da Bahia para a província sul-rio-grandense.

O aumento dos embarques realizados na África Oriental indicado por Lovejoy pode ser percebido muito timidamente nos dados de Porto Alegre. A quantidade de africanos vindos principalmente de Moçambique (como é possível observar na **tabela 2**) parece ter sido significativa mesmo durante a legalidade do tráfico.

## **Conclusão**

Entre outras características demográficas, a taxa de africanidade (ou seja, a razão entre o número de africanos e de nascidos no Brasil) é importante para apontar o nível de dependência dos proprietários com o comércio negreiro. A considerável porcentagem de africanos em Porto Alegre sugere que o fluxo de escravos recebidos ainda era constante nessa primeira fase de ilegalidade do tráfico.

Em relação ao tráfico de escravos, a análise das origens africanas, particularmente, é útil para tentar conferir possíveis alterações nos padrões de importação de escravos através do Atlântico e

também para tentar compreender a distribuição desses a partir dos principais portos de desembarque. Os dados de Porto Alegre indicaram uma grande quantidade de escravos provenientes da África Centro-Ocidental, que, em sua maioria, devem ter desembarcado em portos do Rio de Janeiro, dado que o estudo de Karasch os aponta como maioria na capital do Império. Já o considerável número de indivíduos vindos da África Ocidental possivelmente passou pela Bahia, considerando que Karasch afirma que os poucos no Rio de Janeiro tinham como origem essa região e que Vasconcelos observa em sua pesquisa que muitos escravos foram enviados diretamente da Bahia para o Rio Grande de São Pedro.

Fica claro que a partir de 1831 os mecanismos do tráfico precisaram ser modificados tanto na África quanto no Brasil, com o objetivo de manter o regime escravista, e isto se refletia até mesmo no perfil dos escravos de localidades menos centrais do Império, como era o caso de Porto Alegre. Justifica-se, portanto, o estudo dessa fase inicial da ilegalidade do tráfico e coloca-se a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem este tema sob a luz de outras fontes e leituras.

## Fontes

### ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS)

#### Inventários *post-mortem*

Fundo 003: Comarca do Rio Grande do Sul/Localidade: Porto Alegre

Subfundo I Vara Cível e Crime – Processos: 111, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120.

Subfundo II Vara Cível e Crime – Processos: 187-194

Subfundo Provedoria – Processos: 23, 25, 26, 27.

Subfundo I Vara de Família e Sucessão – Processos: 1045-1052, 1054, 1055, 1057-1076, 1078-1084, 1086-1094, 1096-1106A; 4024-4028.

Fundo 004: Comarca de Porto Alegre/Localidade: Porto Alegre

Subfundo I Vara Cível e Crime – Processos: 122, 124-130, 135, 136, 138, 139, 142, 146- 151, 152, 154, 155, 157-161, 164-166, 169-175, 177-179, 181, 183-193, 195, 197, 198, 201-203, 207, 208, 211, 212, 214-218.

Subfundo II Vara Cível e Crime – Processos: 196, 197A, 198, 200-202, 204, 205, 207, 211, 214-217, 220-227, 230, 233, 234, 235, 238, 241-243, 248-250, 252, 253, 255, 256, 260-263, 265-273.

Subfundo Provedoria – Processos: 4A; 28-30, 32, 33, 35-38, 42, 43, 46, 47, 52, 55, 56, 58-60, 65, 68-70, 72, 73, 77, 80, 84-86, 89, 90, 93, 94, 97; 1107-1121, 1123-1126, 1144, 1128, 1129, 1131-1133, 1135-1138, 1140, 1142, 1143, 1145, 1148-1155, 1157-1172; 1177-1182, 1194-1197, 1199-1218, 1221-1226, 1228-1233, 1235, 1234-1242, 1245, 1246, 1248, 1249, 1251-1270, 1273, 1277-1286, 1290-1302, 1304, 1306-1309, 1311, 1314-1317, 1321-1379, 1384-1398, 1401, 1402, 1405-1417, 1419, 1420, 1422, 1423, 1425-1427, 1430, 1431, 1433, 1435, 1437-1458, 1460-1473, 1475-1486, 1488, 1492-1504, 1506-1508, 1512-1516, 1518-1541, 1544-1555, 1557-1571, 1575, 1576, 1578, 1579, 1581, 1583, 1584, 1587, 1589, 1593-1608, 1610, 1611, 1613, 1617, 1618, 1620, 1622, 1624, 1626-1628, 1630-1639, 1642, 1645-1650, 1652, 1653, 1655, 1657, 1658, 1661-1670, 1672, 1675, 1676.

Subfundo II Vara de Família e Sucessão – Processos: 01-09, 11-17.

## Referências Bibliográficas

- BETHELL, Leslie. *A Abolição do Tráfico de Escravos para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Expressão Cultura e Cultura Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora da UFPE, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FERREIRA, Roquinaldo do Amaral. Brasil e Angola no Tráfico Ilegal de Escravos. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José F. S. (org.). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida In: PINSKY, Carla. Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- GOMES, Luciano C. *Uma Cidade Negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *The Brazilian Slavers and the Illegal Slave Trade, 1836-1851*. Dissertação de Mestrado, University of Wisconsin, Wisconsin, 1967.
- LARA, Sílvia H. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LOVEJOY, Paul E. *A Escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_; GRINBERG, Keila (org.) Dossiê - "Para inglês ver?" Revisitando a lei de 1831. In: *Revista Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Conjunto Universitário Cândido Mendes, 2007, v.29 n.1/3 jan/dez.
- RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2000.
- VASCONCELOS, Albertina Lima. Tráfico Interno, Liberdade e Cotidiano de Escravos no Rio Grande do Sul: 1800-1850. Porto Alegre: *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2005.
- XAVIER, Regina Célia L. (org.) *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.



## NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA: AS MÚLTIPLAS VERSÕES DA ESCRAVA ROMANA PARA A MORTE DE SUA SENHORA

*Fernanda Coan<sup>1</sup>*  
*Fernanda Feltes<sup>2</sup>*  
*Lisiane Ribas Cruz<sup>3</sup>*

**Resumo:** No ano de 1855, na Vila de Piratini, a escrava Romana e os escravos Domingos e José são acusados do homicídio de Albina Maria da Conceição, mulher de José Vicente da Cunha e Motta. Pela análise dos autos do processo-crime, que tramitou entre 1855 e 1856, pretendeu-se observar as relações de poder existentes entre Justiça, senhores e escravos nesse cenário, bem como o comportamento e as estratégias de defesa dos réus escravos diante da sociedade do século XIX. O estudo de caso foi realizado com base no Sumário de Culpa dos acusados e na legislação vigente à época sob a perspectiva da micro-história aplicada às fontes judiciais.

**Palavras-chave:** Escravidão – Criminalidade – Resistência – Fonte judicial – Micro-história

Levantes violentos de escravos foram aspectos importantes dentro do quadro geral do sistema escravista brasileiro. Por meio da formação de quilombos e de fugas, os cativos engendraram suas formas de resistência, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, em decorrência de um panorama de promulgação de leis referentes ao assunto e lento desmonte da instituição escravista. Guimarães (2001), ao analisar a criminalidade e a escravidão em Juiz de Fora no século XIX, comprovou que a falência do domínio senhorial, que gradualmente se fez sentir, elevou o número de casos indiciativos de outro tipo de resistência, correspondente aos crimes cometidos contra senhores de escravos, desde dilapidações patrimoniais até ofensas e atentados à integridade física do senhorio. Lima (1997) também ofereceu contribuições a essa perspectiva, ao investigar processos-crime mantidos pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em que figuram escravos como réus, julgados entre os anos de 1818 e 1833. Nesse levantamento, o autor encontra vinte e dois homicídios cometidos contra membros da casa senhorial no Rio Grande do Sul, demonstrando que a ocorrência desse tipo de crime acompanhou todo o período escravista, e não apenas seu momento de derrocada.

Entretanto, se por um lado casos julgados e outros documentos apresentam um panorama de violência no interior do sistema, apontando para a tensão contida nas relações entre cativos e proprietários, é preciso levar em conta as arbitrariedades desse sistema, em que pese a recorrência de condenações injustas e a reprodução contínua da dualidade que ora dava ao escravo *status* de sujeito, ora o reduzia à condição de objeto. Para esse cenário de desigualdade de condições legais, concorriam dois fatores, conforme Campos (2007): um deles era a produção de ampla rede de controle social pela sociedade escravista, por meio de leis e políticas que instrumentalizam a contenção dos escravos nos limites do domínio senhorial. A essa possibilidade vinculava-se outra característica do modelo, a saber a

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle. Estagiária do Arquivo Judicial Centralizado do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRG. Estagiária do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Graduanda em História pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle. Estagiária do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul.

permeabilidade entre o poder público e os interesses privados da elite brasileira. A violência enquanto forma de resistência pretendia, portanto, ser resposta aos abusos impetrados pelo sistema, ao que era replicada com o justicamento de escravos, que se constituía como espaço privado de atuação dos senhores e podia se efetivar formal ou informalmente. Guimarães (op. Cit.) lembra que esse poder explica em grande parte a imprecisão das estatísticas, pois a informalidade das sanções aplicadas aos escravos dispensava o ajuizamento de ações em muitos casos. O caso analisado a seguir chegou à Justiça, como Sumário de Culpa, permitindo que se conheça a história da escrava Romana, acusada de participar no assassinato de sua senhora, e servindo como exemplo de confirmação dos pressupostos aqui elencados.

### **Sobre a Fonte Judicial e a Metodologia Aplicada**

A incorporação de processos judiciais como fontes históricas foi um grande ganho para a construção historiográfica. O uso destes documentos por historiadores e antropólogos passou a ganhar mais atenção na década de 1980: neste período, foram lançadas importantes contribuições à historiografia brasileira como *Crime e cotidiano*, de Boris Fausto, lançado em 1984, e *Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chalhoub, em 1986<sup>4</sup>.

A partir de processos judiciais, pode-se perceber os mais diversos aspectos que compunham as sociedades e sua historicidade, como seu cotidiano e seus modos de entender e viver o mundo em que estavam inseridas. Grande exemplo disto é a análise de processos-crime envolvendo a escravidão brasileira, que se tornou tarefa bastante útil a quem se dedica a esta área da História do Brasil.

Porém, como nos lembra Keila Grinberg,

Os processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela Justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições policiais e jurídicas. Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados também como “mecanismos de controle social”, marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão (2009, p. 126)

Isso significa que, permeados pelo filtro da legislação, das autoridades e das instituições, esses documentos são produzidos por uma elite letrada e influente nas discussões políticas de todo o tipo, que se interessa em usar os mecanismos existentes para conservar seus privilégios. No caso da escravidão, esses instrumentos estiveram a serviço da reprodução do domínio senhorial, por exemplo.

Do mesmo modo, é preciso entender a participação dos atores no processo por sua subjetividade e as relações sociais de que participavam. Vogt e Radünz (2012) retomam diversos pontos fundamentais à análise de fontes judiciais. Os autores concordam com Grinberg em que é preciso atentar

---

<sup>4</sup> Cfe. GRINBERG, 2009.

para os escrivães, que em sua produção de texto já carregam o documento de subjetividade, sua ou do juiz que determina a edição dos autos. A seguir, faz-se necessário perceber que o documento em si não reproduz o cenário que o rodeia, ou a atmosfera de tensão e constrangimento que cobre a produção de interrogatórios, depoimentos e julgamentos. O texto do processo pouco diz também a respeito de quaisquer naturezas que possam ter os envolvidos. Assim, cabe ao historiador questionar e criar hipóteses em torno do que não é dito no decorrer da ação.

Tendo em vista, portanto, a ampla gama de possibilidades de interpretação que os processos-crime apresentam e sua possível utilização como mecanismos de controle que assumem uma visão particular da sociedade na esfera jurídica, analisar-se-á um Sumário de Culpa, que tramitou no Juízo do Termo de Piratini entre 1855 e 1856, e no qual figuram como vítima fatal Albina Maria da Conceição, mulher de José Vicente da Cunha e Motta, e como réus os escravos Domingos e Jose, cativos de João Jose Rodrigues Soares, e a escrava Romana, propriedade da vítima.

Para a análise dessa fonte, algumas referências foram fundamentais; dentre elas, a de Carlo Ginzburg. Em uma de suas obras mais famosas, *O queijo e os Vermes* (1987), Ginzburg apresenta uma proposta de pesquisa com base em análises detalhadas de cenários e atores até então marginalizados e sem valor, dando destaque, em sua interpretação, para a busca de articulações sociais e significados psicológicos em torno dos casos pesquisados. Por meio do personagem Menocchio<sup>5</sup>, o autor demonstra o uso desses pressupostos, enfatiza a possibilidade de pesquisa com redução de escala<sup>6</sup> e credencia sua metodologia para vir a ser essencial à Micro-História, por instrumentalizar o acesso à experiência de grupos específicos.

É com influências da Micro-História italiana e da História Social que pesquisadores brasileiros contribuíram de forma significativa para a historiografia com base na análise de processos-crime e no cruzamento destas fontes com outras, também primárias. Os processos-crime e as ações cíveis analisados por Sidney Chalhoub (2011), por exemplo, localizados no Arquivo do Primeiro Tribunal do Júri e Arquivo Nacional da cidade do Rio de Janeiro, permitiram ao pesquisador produzir descrições densas, carregadas de significados e ambigüidades.

E.P. Thompson *apud* Chalhoub (op. Cit.), expõe sua posição favorável à aproximação entre Antropologia Social e História Social. Na obra de Thompson, duas características se sobressaem para os historiadores que pesquisam grupos marginalizados. A primeira delas é “o protagonismo do indiví-

---

<sup>5</sup> O moleiro Menocchio é o protagonista da obra de Ginzburg, *Os queijos e os Vermes*, presente nos processos inquisitoriais do século XVI, foi denunciado ao Santo Ofício em 1583, preso em cárcere um ano depois e, após ter sido solto em 1586, foi condenado à morte em 1599. Menocchio sabia ler e escrever e foi denunciado por pronunciar palavras heréticas e por definir Deus de uma forma inadmissível para a Igreja.

<sup>6</sup> Cfe. TINEM & BORGES, 2003. Pelo uso da redução de escala, parte-se da vivência individual do sujeito histórico para se compreender o comportamento humano e a lógica dos fatos que o cercam. Ou seja, a redução de escala “representa um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção a generalização” (Levi *apud* Castro, 1997, pp. 135-136).

duo e do grupo social, a agência humana”<sup>7</sup>; a segunda, “a rigorosa contextualização” necessária à análise do indivíduo<sup>8</sup>. Dessa forma, Thompson evidencia a importância de o olhar do historiador voltar-se para as classes populares, ou seja, para as camadas inferiores da hierarquia social.

No caso a ser tratado a seguir, é preciso levar em conta não só esses preceitos gerais, mas também a posição social a que estavam relegadas as mulheres e suas estratégias particulares de agência. Quando se fala em escravidão, especificamente, pensa-se primeiro na escrava como um sujeito passivo em meio à vida na senzala. Rachel Soihet aponta para os equívocos contidos nessa visão:

As pesquisas têm demonstrado que as mulheres, sujeitas às mesmas condições que o escravo homem em termos de trabalho pesado e punições, reagiam de forma idêntica, tanto em termos de resistência cotidiana, como de imediata rebelião (1977, p. 222).

No esforço de entender as estratégias utilizadas pela escrava Romana, que será conhecida a seguir, é possível retirar contribuições do trabalho de Perrot, para quem “A perpetuação do ‘mito’ do poder masculino serve aos interesses dos dois ‘gêneros’; por trás da ficção desse poder, as mulheres podem desenvolver à vontade suas próprias estratégias” (1988, p. 171). Por outro lado, é preciso lembrar que nessa época é possível considerar o *status* jurídico da mulher como equivalente ao do escravo e ao da criança, conforme Mello *apud* Vieira (2014). O autor enfatiza, por exemplo, que a mulher possuía condição até mesmo inferior a do escravo, se fosse considerada a posição de um e outro ator nos debates políticos. Para Mello,

Algumas das leis criadas para os escravos os tratavam como sujeitos de direitos e obrigações, enquanto que a situação jurídica da mulher a anulava como pessoa jurídica ao legitimar sua dependência quase total das figuras masculinas da famílias: quando solteira o pai, depois do casamento o marido” (op. Cit., p. 2).

Sendo assim, imagine-se a opressão a que estava sujeita uma mulher escrava, que somava dois *status* amplamente submetidos ao patriarcado. Levando tudo isso em conta, segue-se a história da escrava Romana, cerca de vinte e sete anos, cativa de serviço doméstico e mãe de pelo menos uma criança, ainda recém-nascida.

### **O Caso de Romana: Resistência e Opressão**

Em dois de setembro de 1855, um domingo, Albina Maria da Conceição, esposa de Jose Vicente da Cunha e Motta, é assassinada com doze facadas. O crime dá origem a um processo em que são réus Romana, escrava da vítima, Domingos e Jose, escravos de João Jose Rodrigues Soares.

<sup>7</sup> “Il protagonismo degli individui e dei gruppi sociale, i’ human agency” (Cfe. Serna & Pons, op. cit., p. 35).

<sup>8</sup> “La rigorosa contestualizzazione” (Cfe. Serna & Pons, op. cit., p. 35).

Apontados ora como cúmplices, ora como autores do crime, cada um dos três escravos ilustra, ao longo do processo, inúmeras formas de resistência e opressão. Faz-se necessário enfatizar a riqueza das estratégias de Romana, que muito transmite a respeito da percepção do escravo sobre as relações sociais nas quais estava imbricado e da inventividade desse ator no uso de subterfúgios narrativos que lhe permitissem defender sua integridade e motivações. Os autos do processo (1855), por outro lado, demonstram diversas facetas da opressão contínua que subjugava os cativos, quer seja por sua objetificação, quer seja pela negligência a que estão relegadas suas narrativas e álibis. Nesse caso pode-se ainda investigar a existência de opressão de gênero, à medida que Romana é apontada enquanto mãe negligente, escrava desonesta que se aproveitaria da confiança da senhora para atentar contra sua vida, e causadora da vinculação de Jose com a ação ajuizada por apresentar comportamento inadequado, caso se opte por incluir na análise o ideal feminino vigente à época, vinculado a submissão e passividade.

No decorrer da ação, em suas fases policial e judicial, Romana oscila entre duas versões do acontecimento. Numa delas, aponta dois homens, um branco e um pardo, ambos de identidade desconhecida, como perpetradores do assassinato de sua senhora. Por meio dessa versão, a escrava explica que os dois autores do crime teriam chegado à casa de sua senhora, em que esta estava sozinha com Romana, e pedido para lá ficarem durante a noite. Enquanto Romana servia-lhes uma refeição por ordem de Albina, um dos homens teria levantado e ido em direção a sua senhora, esfaqueando-o. Romana teria corrido do outro homem, tendo derrubado ao chão a filha que carregava nos braços, e chegado à casa do irmão de sua senhora, Serafim José da Silva para contar-lhe o ocorrido. A escrava descreve também roupas, objetos e a quantidade de dinheiro que teriam sido roubadas da propriedade durante a perpetração do crime.

Noutra ocasião, Romana acusa os escravos Domingos e José, também réus no processo. Segundo essa versão, os escravos teriam chegado à casa de Albina também para pedir pousada e refeição. Da mesma forma, Domingos teria esfaqueado sua senhora, com a ajuda de José. Romana teria, sob ameaça, amarrado um maneador<sup>9</sup> no braço de sua senhora. A seguir, a escrava alega ter fugido para chamar Serafim. A filha a escrava teria caído ao chão em ambas as versões.

Já aqui é possível perceber aspectos da resistência discursiva de Romana. Inicialmente, ao optar pela versão dos dois homens desconhecidos, Romana menciona que sua senhora teria reconhecido um dos homens como Ezequiel. A identidade é negada por ele ao ser questionado por Albina. Quanto a seu acompanhante, a escrava alega que já o teria visto na casa de sua senhora. Romana denuncia que não recebera crédito por este testemunho. A seguir, então, opta pela segunda versão, em que aponta para os dois escravos como os culpados pelo crime. Em seu primeiro interrogatório, Romana explica o porquê de suas opções:

---

<sup>9</sup> Um maneador é uma espécie de correia de couro, muito usado para amarrar animais à noite.

que logo que susedeo o attentado contra sua senhora que ella respondente disse a verdade mas que não lhe quizerão acreditar desconfiando que ela com outras pessôas fosse entrada no crime, por isso depois de ter declarado com verdade todo seu successo, teve de mentir levantando o falço opposto a vontade de sua consciencia, contra o dito pardo e o dito preto escravos do Tenente João Jose Rodrigues Soares, denunciando a elles como autores de tal crime; porem que agora por se achar livre de ameaças e de susto vai referir o successo outra vez tal qual como acontesseu e contou a primeira vez quando deu parte (Sumário de culpa, fl. 6.)

A escrava diz ainda que seus senhores não quizeram acreditar que teriam sido brancos os autores do crime. Segundo ela, Serafim lhe teria dito que isso só poderia ser obra de negros, o que a teria levado a acusar Domingos e José. Noutro momento, Romana dá explicações a respeito do caráter das ameaças que teriam sido sofridas por ela:

que é verdade que fêz a declaração de quem tinha assassinado sua senhora foi o pardo Domingos, e o crioulo Jose, mas que o fez forçada pelas as ameaças do Senhor Jeremias e de seu Senhor que a intimidarão disendo que a matarião queimada se ela não dissesse quem tinha matado a sua senhora por que não acreditarão a primeira declaração d'ella respondente, e que também disião que o crioulo Jose devia de ser envolvido no crime por andar acamaradado com ella(op. Cit, fl. 20v)

Essas confissões são feitas por Romana em juízo, o que representa um fator interessante no processo: sempre que em presença de autoridades judiciais, a escrava opta por acusar os dois homens não-identificados. A acusação recai em Domingos e José apenas quando a ré é interrogada informalmente, em casa de seu senhor, o viúvo de Albina, José Vicente da Cunha e Motta, ou em outro lugar em presença de Motta e dos irmãos de Albina, Jeremias e Serafim. Por um lado, essa escolha indica que provavelmente a escrava sentia-se ameaçada pela presença de seus senhores, que possivelmente a coagiram a contar a história da forma que mais fosse conveniente a eles e ao decurso do processo. Afinal, quando Romana diz ter medo e achar que a versão “verdadeira” não receberia crédito, confirma a ideia de que muitos interrogatórios eram feitos para confirmar a culpa do réu, caso este fosse escravo. Segundo Solimar Oliveira Lima:

Os réus “falavam” pouco e através de intermediários. As perguntas judiciais, antes de registradas pelos escrivães, passavam por anuências de curadores. Além disso, havia, nos processos, muitas denúncias de espancamentos para confissão de crimes e de palavras não pronunciadas pelos réus. Assim, não poderíamos tomar a fala dos escravos como expressão real de seus pensamentos.<sup>10</sup>

Avançando nesse cenário, é possível até desconfiar de que talvez o Ezequiel reconhecido por sua senhora fosse de fato alguém conhecido do senhorio, e que a publicização dessa identificação não fosse interessante aos senhores de Romana por algum motivo. Entretanto, o fato de a escrava ter preparado outra versão a pedido de seus proprietários pode significar também que esperava com isso

---

<sup>10</sup> (LIMA,1997, p.23).

obter a proteção de seu senhor e curador nato, fazendo uso do que Slenes *apud* Guimarães chama de “sistema diferencial de incentivos”.<sup>11</sup>

Contudo, é interessante notar que Romana também expõe o constrangimento sofrido diante das autoridades. Ressalvando-se o fato de que a escrava adequa sua fala para um público que a julgaria em sua condição de mulher escrava, isto é, de um indivíduo entendido enquanto coisa, a acusação de constrangimento por parte de Romana denuncia a prática. A escrava demonstra assim acreditar no exercício da Justiça, ou, pelo menos, na possibilidade dessa denúncia restringir a credibilidade de seus senhores e da versão que eles lhe teriam estimulado a contar. Desse modo, a acusada faz uso de argumentos que julgou serem dignos da confiança da Justiça.

Se, de outra forma, as ameaças sofridas por Romana foram apenas um artifício discursivo em benefício da absolvição de Domingos e Jose (e da sua própria, já que a escrava, em momento algum, diz ter sido autora do crime), há a presença de indícios de que a ré tem conhecimento sobre a prática comum da coerção de escravos por seus senhores e sobre a informalidade desse mecanismo.

Outro aspecto interessante da argumentação de Romana está na sua forma de mostrar-se dentro dos limites do ideal de um escravo: obediente, servil e respeitoso. Enquanto conta uma ou outra versão para o assassinato de Albina Maria da Conceição, a cativa sempre enfatiza sua observância às ordens de sua senhora, no que diz respeito à preparação da refeição e ao acolhimento dos viajantes. Escrava de serviço doméstico, de acordo com suas respostas nos interrogatórios, faz questão de declarar também que sua fuga voltou-se não só à proteção de sua própria integridade, mas também ao acesso à casa do irmão de sua senhora, onde ela fora narrar o acontecimento e buscar ajuda. Ainda, Romana declara ter bom relacionamento com sua senhora, apontando inclusive para certa admiração por ela, o que fica claro quando diz “que ella dota senhora conhecia a muita gente”<sup>12</sup> e “que sua senhora era muito agradável e a todos sem distinção tratava bem”.<sup>13</sup> Outros depoentes procuram ratificar o bom relacionamento entre as duas, o que pode ser tanto uma simples observação como uma tentativa de dar provas do bom temperamento da escrava e, assim, de sua inocência. Luzia, comadre de Domingos, em cuja casa este estaria na noite do assassinato, declara: “que a preta Romana vivia bem com sua senhora e que não sabe que ella por modo algum concorresse para o delicto”.<sup>14</sup>

Mais do que um sinal de obediência, porém, o bom relacionamento dos escravos para com seus senhores contribuía para amenizar o dia a dia escravista, já demasiado infeliz por conta dos trabalhos forçados, de castigos psicológicos e físicos e da supressão de sua identidade e cultura.

---

<sup>11</sup> GUIMARÃES (2001, p. 19) explica que, para Slenes, a política senhorial de dominação baseava-se num “sistema diferencial de incentivos”, segundo o qual, para tornar os cativos dependentes, os senhores concediam a seus escravos alguns benefícios, como a possibilidade de formação de um pecúlio, laços de compadrio e outras formas de proteção.

<sup>12</sup> fl. 7v.

<sup>13</sup> fl. 7.

<sup>14</sup> fl. 13v.

Seguindo a mesma lógica do “sistema diferencial de incentivos” de Slenes<sup>15</sup>, os escravos que se dedicassem com esmero a seus senhores conquistavam apreço por seus trabalhos e, em consequência disso, podiam contar com alguns benefícios que os aproximassem da casa senhorial, por exemplo. O trabalho na cozinha, atribuição de Romana, era um desses benefícios. Ainda que continuasse sendo trabalho escravo, era mais leve do que as funções que exerciam os empregados fora da casa grande e ainda possibilitava o contato com o restante da casa e da família senhorial. Os homens também encontravam cargos menos árduos se mostrassem sua astúcia e utilidade, como aqueles que implicassem o uso de montaria e armas para correr o campo, caso dos escravos Domingos e José.

O único testemunho que contraria em parte essa boa convivência entre Romana e sua senhora é o de Jose, mas este não refere especificamente o relacionamento entre as duas. Conforme Jose, “a crioula Romana não gostava de viver naquelle lugar; isto por ella mesma diser a elle respondente”.<sup>16</sup> Jose e Romana, aliás, possuíam um relacionamento, o que explicaria ser ele o único a mencionar uma confissão de foro íntimo feita pela escrava. Isso leva às facetas que implicam a suposta participação de Jose no crime, e que são diferentes das de Domingos. Segundo o testemunho do inspetor de polícia, Antonio Simão Pereira, que escolhe a versão segundo a qual os autores do crime foram os dois escravos, a escrava Romana admitiu ter participado do homicídio. Ela teria sido cúmplice ao imobilizar sua senhora com um maneador, o que permitiu que Domingos e Jose matassem Albina. Além disso, a ré teria confessado que a mesa posta para a ceia seria sugestão dos dois escravos, para que parecesse que os autores do crime eram homens brancos. Conforme o depoimento do inspetor, Romana também teria confessado que o motivo do crime havia sido a expulsão do escravo José por Albina, em virtude deste ter constrangido Romana na frente de todos, gritando que não era o pai do filho dela. O depoente não diz mais nada a respeito dessa discussão, mas o próprio Jose comenta o fato. De acordo com ele, fora Albina quem teria dito que ele não era o pai da filha de Romana, ao que ele replicara que “não se importava”. A seguir, Romana teria perguntado a José se sua atitude lhe havia deixado irritado:

que elle respondeu que não deixava de estar, por que não esperava que ella procedesse tão mal, e finalmente que continuando a convirçar, elle disse que ella Romana lhe havia de pagar, que lhe dava uma sóva se tornasse a fazer outra, e que também é certo que quando estavam nessa conversa, que dona Albina disse que elle sucegasse<sup>17</sup>

O fato de o comportamento de Romana ter sido considerado inadequado por Jose diz respeito ao ideal feminino da época, ao qual Romana, por ter assim procedido, não se enquadrava. Tal observação é importante, pois um de seus senhores, Jeremias Pereira da Silva, usa isso em seu

---

<sup>15</sup> op. cit.

<sup>16</sup> f. 16.

<sup>17</sup> fl. 25v.



depoimento, o que pode ser entendido como um intento em reforçar a negligência de Romana e, conseqüentemente, sua participação no crime. O depoente explica que a filha de Romana teria sido mandada ao encontro da mãe para ser amamentada, “visto que elle para cuidal-a na falta de mai [sic] a tinha levado para sua casa”.<sup>18</sup> Em outro ponto, a intenção de Jeremias de imputar a culpa a Romana por cumplicidade no crime fica clara, pois este insiste em que ela lhe diga quem foi que imobilizou sua senhora com o maneador. Romana responde que havia sido Domingos, ao que Jeremias replica “que o nó indicava não ter sido dado por homem”.<sup>19</sup>

De acordo com esses dois testemunhos, Romana era não só incapaz como mãe, mas também como mulher que, ainda que escrava, estava submetida a um ideal genérico de conduta, que incluía submissão e fidelidade. Sendo assim, por que não seria ela também incapaz como escrava a ponto de revoltar-se contra sua senhora e participar em seu assassinato? Lembre-se que, conforme Andrade<sup>20</sup>, o século XIX marcou a ápice do sacramento da penitência, que contribuía como estratégia da salvaguarda da moral familiar, prevenindo práticas inadequadas ou libidinosas. Nesse ínterim, o autor aponta que a figura do padre tinha ao mesmo tempo a responsabilidade por zelar pela pureza da moça, pela fidelidade da esposa e pela honestidade da doméstica. Ou, como lembram Matos e Soihet:

Assim se opera uma construção sociocultural da feminilidade, que Simone de Beauvoir analisou (*O segundo sexo*, 1949), feita de contenção, discrição, doçura, passividade, submissão (sempre dizer sim, jamais não), pudor, *silêncio*. Eis as virtudes cardeais da mulher<sup>21</sup>

De acordo com essas premissas, é possível inferir que, mesmo se tratando de uma mulher escrava, que em princípio deveria ser tolhida apenas no âmbito do trabalho, recaíam sobre ela os ideais femininos em termos gerais, já que, como mãe e cativa, poderia tornar-se má influência não só para seus filhos, mas principalmente para os filhos de seus senhores. Nesse sentido, é válida a posição de Perrot, ao enfatizar que: “os significados das relações entre os gêneros, vistas como integrantes de um universo mais amplo, diversificado e complexo, não podem ser desvinculados das dimensões sociais e étnicas que permeiam as diferenciações que caracterizam uma dada sociedade”<sup>22</sup>.

A condenação instantânea dos escravos nos processos a que se refere Lima<sup>23</sup> recebe um reforço quando se verifica que Romana não possui um curador ativo. Seu curador nato, o senhor da cativa, José Vicente da Cunha e Motta, está presente em todos os interrogatórios, mas nada faz para defender sua curatelada, que é, antes de tudo, um bem de sua propriedade. É provável que, entre os motivos para não se pronunciar, estivesse o de que a vítima do crime era a esposa do curador.

<sup>18</sup> fl. 30v.

<sup>19</sup> fl. 32.

<sup>20</sup> 2013.

<sup>21</sup> 2003, p. 10.

<sup>22</sup> 2003, p. 21.

<sup>23</sup> op. cit.

Contudo, vista a questão por outro ângulo, parece estranho que Motta não atente para o fato de que, em casos de homicídio, o escravo condenado poderia ser considerado incurso no artigo 1º da Lei nº 4, de 10 de junho de 1835<sup>24</sup>, o que transferiria o direito sobre o culpado do proprietário para o Império; ou seja, acarretaria prejuízo ao senhor do escravo. Essa era a razão, inclusive, pela qual muitos crimes cometidos por escravos não chegavam até a justiça nesse período, pois certas penas geravam ônus aos senhores. A esse respeito, diz a Constituição de 1830, no artigo 60:

Se o réo for escravo, e incorrer em pena que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de açoutes, e depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazel-o com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar.<sup>25</sup>

De qualquer forma, a ausência desse curador ajuda a entender a adaptação do depoimento de Romana sobre o assassinato de Albina, pois sem um defensor a cativa não tinha quem a orientasse e defendesse de interrogatórios abusivos, fazendo com que ela reconfigurasse seus depoimentos de acordo com o que julgava que as autoridades policiais e da justiça acatariam. Em sua única manifestação, o curador da ré limita ainda mais suas possibilidades de defesa. Segundo ele, ao replicar um depoimento: “lhe pairesse que sua curada ainda não contou o facto do assassinato com todas as circunstancias que procederão”.<sup>26</sup>

Lembre-se também que o Aviso nº 7, sancionado em 25 de janeiro de 1843<sup>27</sup>, garantia o direito de defesa e de escolha do curador pelo réu ou ré, bem como a troca de defensor em caso de ineficácia, o que pode ser observado noutros processos envolvendo escravos – e que não acontece nesse caso, em que a negligência do senhor não foi considerada um motivo plausível para que a escrava conseguisse outro representante. O regulamento informava que eram beneficiários desse direito todos aqueles considerados miseráveis. Segundo Bulhões Carvalho, no livro *Incapacidade Civil e Restrições de Direito*<sup>28</sup>, as pessoas consideradas miseráveis eram aquelas que não tinham como arcar com despesas judiciais. Além disso, não há uma definição precisa sobre quem faria parte desse grupo. Porém, tanto nas leis romanas, como posteriormente nas Ordenações Filipinas, no Livro 32, Tít V., §§ 3 a 5, é citado o direito de curador para “(...) o órfão, viúva ou outra pessoa miserável”<sup>29</sup>.

Se Romana está desassistida ao longo de todo o processo, o mesmo não se pode dizer de Domingos e Jose: ao longo da ação, ambos são defendidos por seu proprietário, o tenente João Jose

---

<sup>24</sup> Art. 1º Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e ás suas mulheres, que com elles viverem.

<sup>25</sup> (MALHEIROS, 1866 apud RADUNZ; VOGT, p.188)

<sup>26</sup> fl. 51v.

<sup>27</sup> (BULHÕES CARVALHO, 1957, p.105 apud GRINBERG, 2008)

<sup>28</sup> (GRINBERG, 2008, p. 21)

<sup>29</sup> Ordenações Filipinas livro 3º, título 5 apud GRINBERG, 2008

Rodrigues Soares. Os escravos campeiros reafirmam seus álibis e para isso também contam com a ajuda de seu senhor, já que, se Domingos declara que esteve a caminho de Pelotas na data em que é cometido o crime e a mando de seu senhor e curador, Jose esteve justamente na casa de seu senhor em Camaquã e, por ordem sua, transitou pela região. Domingos, além disso, tem arroladas várias testemunhas que confirmam seu álibi, enquanto Jose recebe o aval de seu senhor quanto a sua história e ironiza: “nesse dia em que se diz que commetterão o crime que elle se achava em casa de seu senhor e por conseguinte que não podia ao mesmo tempo estar também em casa da finada”<sup>30</sup>.

Apesar de apresentarem testemunhos corroborados por um e outro depoente no processo, Domingos e Jose veem em dado momento suas histórias sendo desmentidas por outras testemunhas, Constantino e Miguel, escravos de Jose Joaquim da Silva, e pela versão de Romana que lhes aponta como autores do crime.

A esse tempo, Soares descobre uma articulação feita por Jeremias Pereira da Silva, que tinha estado na cadeia da Vila de Piratini, onde se encontrava Romana, e lá havia prometido libertá-la da prisão em troca de uma confirmação da culpa de Domingos e José. Do mesmo modo, Jeremias teria usado artificios para cooptar Constantino e Miguel, oferecendo-lhes dinheiro e prometendo que seus depoimentos não comprometeriam Romana. Com quatro testemunhas confirmando tal manobra, duas delas sendo soldados da cadeia e outra, funcionário público, Soares apresenta justificação denunciando a prática. Antes disso, sua proteção estende-se à Romana: segundo ele, “a confissão da crioula Romana foi feita com mêdo e inventada conforme ella mesma tem declarado”<sup>31</sup>. Dessa forma, pode-se perceber que o curador dos dois réus não apenas os assiste em suas contestações a testemunhas, mas também faz uso de mecanismos de defesa sofisticados, no que se diferencia em muito do proprietário de Romana.

Por fim, Domingos e Jose, que por seu curador apresentaram diversos indícios de sua inocência, e Romana, cuja participação no crime, como cúmplice ou autora, não tenha sido comprovada, são levados a julgamento. Nesse momento, um novo curador é instituído para Romana, tendo em vista a ausência de alguém que faça sua defesa. A nomeação tardia, contudo, muito pouco pode fazer para contornar a desconfiança consolidada em torno da escrava apontada como autora da morte da própria senhora.

De acordo com o Promotor Público interino, Jose Antonio da Costa Filho<sup>32</sup>, Jose e Domingos deviam ser pronunciados como incurso nas penas do artigo 192 do Código Penal, com as circunstâncias agravantes dos §§ 7º, 10, 12, 14 e 17 do artigo 16 do mesmo Código. Romana, por sua vez, devia ser enquadrada nas penas do artigo 1º da Lei de 10 de Junho de 1835, que estabelece a pena de morte aos escravos que atentarem contra a vida de seus senhores. Novamente, é perceptível a

---

<sup>30</sup> fl. 29.

<sup>31</sup> fl. 34.

<sup>32</sup> fls. 77v e 78.

intenção da condenação imediata dos três escravos, pois nem os mecanismos convocados pelo senhor de dois deles, cidadão e proprietário, é suficiente para eximi-los da acusação. O uso de diferentes resistências discursivas pelos escravos não se sobrepõe ao tratamento dado pela Justiça ao escravo. Em seguimento, o Juiz Municipal Bernardo Pires julga procedente a ação, “em face do corpo de delicto, suas próprias respostas, testemunhas, informantes, e confissão da ré (...) O escrivão recomende os réos na prisão em que se achão e lance os seus nomes no rol dos culpados”<sup>33</sup>. Os indícios contrários, a justificação apresentada por Soares e os clamores de Romana a respeito das ameaças que resultaram na acusação a Domingos e Jose são todos desconsiderados. Algumas perguntas feitas pelo Juiz retomam, inclusive, informações dadas pelas testemunhas que teriam sido chantageadas pelo irmão de Albina. Tais contradições parecem, entretanto, fazer algum sentido para o Júri, que opta por inocentar Domingos e José e culpar unicamente a escrava, concordando unanimemente com as assertivas voltadas a comprovar sua participação no crime. Romana é considerada incurso no artigo 1º da Lei 4, de 1835, que diz respeito especificamente à morte de senhores de escravos por seus próprios cativos. Domingos e Jose, por outro lado, são pronunciados nas penas do artigo 192 do Código Penal de 1830, que dispõe sobre homicídios perpetrados por escravos de forma geral<sup>34</sup>. Nesse caso, interessa comprovar, além da autoria no assassinato, as circunstâncias que o ocasionaram. No grau máximo, esse artigo também determinava pena de morte.

Absolvidos Domingos e Jose, restou à escrava Romana, simultaneamente tratada como propriedade de opinião irrelevante e como sujeito possuidor de direito de defesa (ainda que pouco observado nesse caso), a condenação. O escravo reduzido à coisa não tinha direito a propriedades, cargos políticos ou ao *status* de pessoa.<sup>35</sup> No entanto, quando cometia um crime, respondia à Justiça como sujeito:

Em relação à lei penal, o escravo, sujeito do delicto ou agente d'elle, não é cousa, é pessoa na acepção lata do termo, um ente humano, um homem enfim igual pela natureza aos outros homens livres seus semelhantes. Responde, portanto, pessoal e diretamente pelos delictos que cometta.<sup>36</sup>

Não se sabe se a pena de Romana foi executada, pois, no final do processo, há um pedido de clemência ao imperador por sua vida. Isso porque a Lei de 1835 na qual foi incurso a escrava condenada impedia que fossem apresentados recursos à decisão do Júri ou que a pena fosse revisada. Sequer era necessária a unanimidade de votos para que a pena de morte fosse utilizada; bastavam dois terços de votos favoráveis à condenação. Não fazendo menção a impedimento ao

---

<sup>33</sup> fls. 78 e 78v.

<sup>34</sup> “Art.192. Matar alguém com qualquer das circunstancias aggravantes mencionadas no artigo dezaseis, numeros dous, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze, e dezasete.” O artigo 16 enumera circunstâncias agravantes e atenuantes do crime.

<sup>35</sup> (RADUNZ; VOGT, p.187)

<sup>36</sup> (RADUNZ; VOGT, p.187 apud MALHEIROS, 1866, p. 28).

pedido de clemência, esse instrumento tornava-se, portanto, a única possibilidade de reversão da condenação. Regulamentado pelo parágrafo 8º do artigo 101 da Constituição de 1824<sup>37</sup>, o pedido de clemência ao Imperador era o mecanismo por meio do qual o Poder Moderador poderia perdoar e moderar penas impostas a réus condenados por sentença. Apesar disso, na prática, o perdão era dado a muito poucos. Em razão das influências iluministas, a legislação Imperial partia do princípio da igualdade dos homens perante à lei e da proporcionalidade entre pena e crime cometido. É correto dizer, contudo, que havia uma grande distância social entre o réu escravo e as autoridades judiciais. Nesse cenário, a pena de morte servia como uma solução para aqueles que se encontravam à margem da sociedade brasileira.<sup>38</sup>

Decorrente do exposto, não se pode afirmar que a vítima, Albina Maria da Conceição, foi assassinada pelos réus Domingos e Jose ou que a escrava Romana teve participação nesse homicídio. Os indícios apontam antes para uma condenação sumária dos escravos do que para um julgamento justo. A dinâmica social escravocrata fez com que Romana, escrava de José Vicente da Cunha e Albina Maria da Conceição fosse acusada como única autora do assassinato de sua senhora. Culpada ou inocente, é nítida a construção, pela escrava, de uma vida de adequação a um sistema que lhe privava de sua liberdade.

## **Conclusão**

O caso da escrava Romana demonstrou ser uma fonte riquíssima para análise de várias facetas da sociedade escravista no século XIX. No decorrer dos autos do Sumário de Culpa que condena a cativa à pena de morte, é possível verificar o modo pelo qual se operam as relações sociais e de poder entre senhores e escravos, a atuação da Justiça nesse tipo de ocorrência, suas problemáticas e avanços, e também o uso de recursos discursivos pelos cativos para defesa de sua liberdade. Sendo tal fonte muito ampla para que se discutisse todas as suas possibilidades no espaço restrito de um artigo, pretendeu-se dar centralidade a apenas alguns desses aspectos. Assim, observou-se e analisou-se o uso de artifícios narrativos pela escrava Romana, do que se pode depreender que a escrava cria relativamente no exercício da Justiça, quando apresenta sua denúncia às práticas abusivas de seus senhores no decorrer de interrogatórios informais permeados por ameaças, mas que não descartava tampouco a possibilidade de fazer uso da proteção de seus senhores em decorrência de sua obediência. Romana ilustra, dessa forma, algumas das ferramentas utilizadas por escravos em benefício de sua absolvição e sobrevivência – na Justiça e no cotidiano, como se pode ver pelo “benefícios” de que

---

<sup>37</sup> “Art. 101. O Imperador exerce o Poder Moderador (...) VIII. Perdoando, e moderando as penas impostas e os Réos condemnados por Sentença.”

<sup>38</sup> (HORNER, 2006)

dispunham Romana, Domingos e Jose ao exercerem tarefas mais moderadas em comparação com as de outros escravos.

A condenação da Romana, no outro extremo, confirmou o entrelaçamento de interesses privados e públicos e expôs a rede de controle social resultante dessa difusão. Ainda, pode-se observar algumas das tensões inerentes ao cenário escravista, que opuseram senhores e escravos num panorama em que a violência, não raras vezes, se fez presente.

Em razão desses fatores, conclui-se que, por um lado, a dominação senhorial tinha a seu serviço diversos mecanismos de contenção e sanção de escravos, que foram exaustivamente aplicados. Por outro, os escravos mantiveram diversas práticas de resistência que, à medida que se consolidaram, contribuíram largamente para a derrocada da escravidão no Brasil. Romana é apenas um dos exemplos da coexistência entre esses comportamentos: sua condenação, afinal, é produto do confronto desigual entre as forças da opressão e da resistência.

## Fontes

Sumário de Culpa, ano de abertura e baixa: 1856. Localização: A15082551, mantido pelo Arquivo Judicial Centralizado do Estado do Rio Grande do Sul.

## Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 4, de 10 de Junho de 1835**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1835, Página 5 Vol. 1 pt I (Publicação Original), Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-4-10-junho-1835-562367-publicacaooriginal-86366-pl.html>. Acesso em 10/06/2014

BRASIL, **Código criminal de 1830**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm). Acesso em: 10/06/ 2014

BRASIL. **Lei nº 4, de 10 de Junho de 1835**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-4-10-junho-1835-562367-publicacaooriginal-86366-pl.html>. Acesso em 10/06/2014

CAMPOS, Adriana Pereira. Crime e escravidão: uma interpretação alternativa. *In*: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e Cidadania no império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Hebe. História Social. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: LUCA, Tania Regina de; Pinsky, Carla Bassanezi (organizadoras). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. P. 119 – 139.

\_\_\_\_\_. **Liberta**: a lei da ambiguidade as ações de liberdade na Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GUIMARÃES, Elione Silva. Criminalidade e escravidão em um município cafeeiro de Minas Gerais – Juiz de Fora, Século XIX. In: **Revista Justiça e História**, vol. I, nº 1 e 2. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Departamento de Artes Gráficas, 2001.

LIMA, Solimar Oliveira. **Triste Pampa**: Resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no RS – 1818-1833. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

MATHEUS; Marcelo Santos. FONTELLA; Leandro Goya. Escravidão, microanálise e hierarquia social. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Roberto Staudt (Org.). **Uma história em escadas**. A microanálise e a historiografia latino americana. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. (Org.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. (Org.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.

RADÜNZ, Roberto; VOGT, Olgário Paulo. Condenados à força: a escravidão e os processos judiciais no Brasil. In: **MÉTIS**: história & cultura – v. 11, n. 21, p. 209-228, jan/jun 2012. Caxias do Sul: Educs, 2012.

SERNA, Justo; PONS, Anaet. O buraco da agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Roberto Staudt (Org.). **Uma história em escadas**. A microanálise e a historiografia latino americana. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TINEM, Nelci; BORGES, Lucia. **Ginzburg e o paradigma indiciário**. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, João Pessoa, 2003. Localizado em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.535.pdf> acessado em: 10/06/2014

VIEIRA, Taís Elaine do Nascimento. **Status jurídico da mulher brasileira no século XIX**. In: Revista Transdisciplinar Logos e Veritas, Vol. 01, nº 01, pp. 42-46. Rio de Janeiro: UNESA, 2014.

## A ESCRAVIDÃO NAS ESTÂNCIAS PASTORIS DO PLANALTO MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL – DISTRITO DE JACUIZINHO (1850-1888)

*Linara Cristina dos Santos*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo identificar a população escrava que viveu e trabalhou nas antigas estâncias pastoris do 4º Distrito de Passo Fundo, lugar denominado “Jacuizinho”, que englobava o território dos atuais municípios de Carazinho, Colorado, Não Me Toque e Saldanha Marinho, na segunda metade do século XIX (1850-1888). Através da análise de fontes primárias procurou-se discutir questões relativas ao papel do escravo dentro de uma estância pastoril, bem como as suas origens, o seu valor econômico, as atividades que exerciam, suas relações de sociabilidade, suas lutas e resistências à escravidão imposta e, por fim, a conquista da liberdade e o acesso a terra. O artigo também trata das concessões de liberdade que foram outorgadas pelos proprietários da região, tentando identificar as relações escravistas implícitas nas alforrias, que buscavam perpetuarem-se mesmo após a libertação do escravo.

**Palavras-chave:** População escrava – Estância pastoril – Concessões de liberdade

### **Introdução**

O artigo analisa as últimas décadas da escravidão no século XIX (1850-1888), nas antigas estâncias pastoris do 4º Distrito de Passo Fundo, lugar denominado “Jacuizinho”, que englobava os territórios dos atuais municípios de Carazinho, Colorado, Não Me Toque e Saldanha Marinho, trazendo à tona questões relativas ao papel do escravo dentro de uma estância pastoril, bem como as suas origens, o seu valor econômico, as atividades que exerciam, suas relações de sociabilidade, suas lutas e resistências à escravidão imposta e, por fim, a conquista da liberdade e o acesso a terra.

No que se refere às concessões de liberdade este estudo objetivou investigar o discurso escrito nas manumissões com o intuito de identificar elementos que mostrem as relações escravistas implícitas, que buscavam perpetuarem-se mesmo após a libertação do escravo.

Através da análise de fontes primárias como inventários post-mortem, testamentos, cartas de alforria, processos-crime, compra e venda de escravos, procurações, registros paroquiais, medição de terras, legislação abolicionista, recenseamento geral do Brasil de 1872, etc., e o cruzamento dessas fontes foi possível comprovar que a escravidão existiu nas antigas estâncias pastoris da região Planalto Médio gaúcho, tida pela historiografia tradicional como inexistente ou de pouca importância, já que se acreditava que a escravidão nos moldes de produção escravista teria ocorrido somente nas Charqueadas.

Nos últimos anos, surgem vários estudos acadêmicos com intuito de valorizar o escravo, sua resistência à escravidão imposta e suas estratégias para alcançar a liberdade. No entanto, na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul ainda é pouca a produção historiográfica sobre a escravidão nas fazendas pastoris da região. Podemos citar o estudo de Zarth (2002), sobre a estrutura agrária do Rio Grande do Sul, que revelou através de uma ampla pesquisa nos inventários post-mortem, que a presença cativa era constante em todas as regiões do Rio Grande do Sul. O historiador Mário Maestri



aborda a temática da escravidão em várias de suas obras, mas na obra “Deus é Grande, o mato é maior!” (2002) traz aspectos relevantes da escravidão sulina, inclusive nas estâncias pastoris da região. No que diz respeito aos estudos sobre a escravidão a nível regional, podemos citar a obra de Cristiane de Quadros de Bortolli (2003) que analisou a escravidão nos municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões comparando com estudos de outras regiões escravistas.

O que motivou este estudo foi descobrir porque havia um elevado número de cativos nas estâncias pastoris do distrito de Jacuizinho, se a principal atividade econômica era a pecuária e esta considerada incompatível com o trabalho escravo. Através do cruzamento das fontes primárias foi possível detectar que o cativo nessa região não trabalhava somente nas lidas campeiras, mas em atividades ligadas às práticas agrícolas e artesanais, além do serviço doméstico, quase sempre destinado às mulheres.

Entretanto, a importância desse estudo se deve a dar visibilidade aos escravos que viveram e trabalharam nessa região e que são antepassados de muitos afrodescendentes que aqui residem, os quais a partir de agora terão “pistas” para construir suas genealogias perdidas no tempo, pois este artigo priorizou citar os “nomes” dos escravos, a fim de dar subsídios às futuras pesquisas de histórias de famílias afrodescendentes.

## **O Povoamento do Planalto Médio do Rio Grande do Sul**

A ocupação do território missionário por luso-brasileiros começou efetivamente a partir da conquista das Missões em 1801, quando começam a se instalar na região militares para tomar posse do território conquistado. A apropriação das terras da região começou pelos campos nativos e com a formação das estâncias pastoris. De acordo com Zarth “os campos nativos foram adquiridos pelos futuros estancieiros através do simples expediente de obter a concessão das autoridades militares locais”.<sup>1</sup>

Dessa forma, militares e tropeiros conseguiram se apropriarem de vastas regiões de campos nativos que deram origem as grandes estâncias pastoris do século XIX. Estes militares e tropeiros praticavam uma colonização estancieira, ou seja, apropriação de grandes extensões de terra para a criação de gado vacum e muar de maneira extensiva. Isso pode ser explicado, porque essa região era rota do gado muar que seguia para a Feira de Sorocaba em São Paulo.

Na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, os estancieiros começaram a instalar-se na década de 1820, logo após a Expedição de Atanagildo Pinto Martins em 1816<sup>2</sup> e a criação da Freguesia

---

<sup>1</sup> ZARTH, Paulo Afonso. A Conquista da Fronteira Norte do Rio Grande do Sul. In.: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FELIX, Loiva Otero. RS: 200 anos Definindo Espaços na História Nacional. Passo Fundo: UPF, 2002. p.46.

<sup>2</sup> Sobre a Expedição de 1816 e Atanagildo Pinto Martins ver RODERJAN, Roselys Velloso. Raízes e Pioneiros do Planalto Médio. Passo Fundo: Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1991. p.68-82.

do Divino Espírito Santo da Cruz Alta em 1821, a primeira da região. Oriundos da região dos Campos Gerais do Paraná, esses militares-estancieiros fixam residência na região com seus familiares, escravos e agregados, começando, assim, a colonização luso-brasileira no município de Passo Fundo.

Uma das primeiras regiões a serem ocupadas pelos “paulistas”<sup>3</sup> foi a denominada “Jacuizinho”, entre o Rio Jacuí-Mirim e o arroio do mesmo nome, no atual distrito de Pinheiro Mercado, município de Carazinho.<sup>4</sup> O Patriarca Rodrigo Felix Martins e seus parentes da família de Quadros foram os pioneiros a ocupar as terras da região e formar as suas estâncias pastoris.

### **O Patriarca Rodrigo Felix Martins e a Fazenda São Benedito**

Rodrigo Felix Martins nasceu na Vila de Castro em 1782. Era filho do Capitão-Mor Rodrigo Felix Martins e de Ana Maria de Jesus. Casou no dia 21 de fevereiro de 1803 com Luiza Maria de Quadros, filha de Bernardo Pereira de Quadros e Branca Bueno de Moraes.

A historiadora Roselys Velloso Roderjan analisou as Listas de Ordenanças da Vila de Castro que informam que em 1814 Rodrigo Felix Martins “vive de negócios para o Sul possui dois escravos e um agregado”<sup>5</sup> Supõe-se que Rodrigo já era tropeiro neste período, pois segundo as Listas de Ordenanças “vive de negócios para o Sul”, e o grande negócio na época no Sul do país era a compra de muarens na região das Missões ou nos criatórios no Norte da Argentina e revendê-las nas Feiras de Sorocaba em São Paulo. Luiza Maria de Quadros faleceu em 1816, provavelmente no Rio Grande do Sul, porque as Listas de Ordenanças de 1816 informam que Rodrigo “está ausente para o Sul com sua mulher e filho Joaquim, escravo Adão e agregado Braz”<sup>6</sup>, já na Lista de 1817 registra Rodrigo como viúvo. Ele volta para Castro e a 08 de janeiro de 1818 casa-se com Reginalda Bueno de Moraes, irmã de sua primeira esposa.

O Alferes Rodrigo Felix Martins e sua numerosa família (formada por seus filhos, genros, noras, cunhados, agregados e escravos) radicaram-se na região Planalto Médio do Rio Grande do Sul na década de 1820, quando recebem as concessões de posse das autoridades militares. Em 28 de dezembro de 1824, o Comandante do Quartel de Cruz Alta Fidelis Militão Mourão deu posse a Rodrigo Felix Martins nos campos do Jacuizinho como ele havia requerido:

Diz o Alferes Rodrigo Felix Martins, que veio da Província de San Paulo estabelecer-se n’esta Fronteira, e como precisa de terreno tanto para formar seu estabelecimento para o sustento de sua numerosa família, como para criar algum

---

<sup>3</sup> A região dos Campos Gerais no estado do Paraná pertencia a Província de São Paulo na época.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. Dicionário Histórico e Geográfico de Carazinho. Passo Fundo: Gráfica UPF, 1992.

<sup>5</sup> RODERJAN, Roselys Velloso. Raízes e Pioneiros do Planalto Médio. Passo Fundo: Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1991. p. 127.

<sup>6</sup> Idem p. 127.

gado motivo porque pede a V.S, por bem deixa-lo se estabelecer nos campos do Jacuizinho (...)<sup>7</sup>

No inventário do Alferes Rodrigo Felix Martins, autuado em 1853, consta o nome de seus filhos e herdeiros: **Joaquim Roberto Martins**, com 50 anos de idade, casado com **Ana Emília de Quadros**; **José Fidelis Martins**, com 46 anos, casado com Ermenegilda Correia Martins; **Francisco Leandro Martins**, com 42 anos, casado com Maria Benedita do Amaral; **Francisco Xavier Martins**, com 40 anos, casado com Ana Antônia Martins; **Ana Claudina Martins**, com 44 anos, casada com **Bernardo Pereira de Quadros** e **Maria Liduina do Nascimento**, com 32 anos (filha do segundo casamento do alferes), casada com **Antônio Pereira de Quadros**. Foi necessário elencar todos esses nomes, porque eram estes os proprietários de escravos, que serão analisados neste estudo.<sup>8</sup>

Rodrigo Felix Martins, seus filhos e parentes eram proprietários de quase todo o território do 4º Distrito de Passo Fundo, lugar denominado na época como “Jacuizinho”, que englobava os atuais municípios de Carazinho (a sede da Fazenda São Benedito situava-se no atual Distrito de Pinheiro Marcado), Colorado, Não Me Toque e Saldanha Marinho.

Os campos do Jacuizinho, os quais recebeu a concessão de posse em 1824, estão assim descritos no inventário do alferes: “as casas da fazenda nominada San Benedicto, mangueiras, cercados e arvoredos tudo em mau estado”, também o campo pertencente a fazenda, que dividia por um lado com José Antônio de Quadros, com o Arroio Jacuizinho,<sup>9</sup> com o arroio denominado Pinheirinho, com os campos de seu filho Joaquim Roberto Martins e com Joaquim Manoel de Quadros<sup>10</sup>. Possuía também a invernada Campo Bom e o Campo da Glória separada em cinco quinhões: Invernada Não Me Toque<sup>11</sup>, Invernada do Meio, Invernada Sepultura, Invernada Palma e o Campo da Invernada da Glória<sup>12</sup>. No inventário do alferes tinha, ainda, relacionados nos bens de raiz, uma casa em Cruz Alta e um potreiro com casa e um terreno na Freguesia de Passo Fundo.

Devido a grande extensão de terras que o Alferes Rodrigo possuía, seus campos estavam pouco povoados de gado. Talvez isso possa ser explicado pelo fato de seu inventário ter sido feito oito anos após o término da Revolução Farroupilha, que devastou o gado da região.

Mesmo assim, é possível identificar um criatório de mulas, porque havia um número considerável de éguas 264 e seis burros exores, como assinala Zarth “a produção de muares estava estreitamente ligada à criação de fêmeas cavalares - as éguas - que são as matrizes para a criação

<sup>7</sup> FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. A Formação do Gaúcho. Passo Fundo: Diário da Manhã Gráfica da Editora, 1982. p. 88.

<sup>8</sup> Inventário de Rodrigo Felix Martins. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. Ano 1853. APERS. N13, M1, E10.

<sup>9</sup> O Arroio Jacuizinho é atualmente conhecido como Arroio São Pedro, na divisa do distrito de Pinheiro Marcado com o município de Saldanha Marinho.

<sup>10</sup> O campo da Fazenda São Benedito englobava o território atual do Distrito de Pinheiro Marcado, parte dos municípios de Saldanha Marinho e de Colorado.

<sup>11</sup> Atual município de Não Me Toque.

<sup>12</sup> O campo da Invernada da Glória localizava-se onde hoje está cidade de Carazinho.

daqueles, a partir do cruzamento com o burro.”<sup>13</sup>

Rodrigo Felix Martins foi cobrador de impostos dos farroupilhas na região e, durante a Guerra dos Farrapos, os campos do Jacuizinho foram um depósito de mulas dos inimigos da República rio-grandense, como consta na ordem enviada ao chefe de polícia farroupilha em 16/05/1839 “de enviar as mulas dos inimigos da República para Rodrigo Felix Martins, em Jacuizinho.”<sup>14</sup>

### **A População Escrava do Distrito de Jacuizinho**

Não há dúvida, que o escravo negro na região foi introduzido pelo patriarca Rodrigo Felix Martins, que os trouxe juntamente com a sua enorme parentela. Os cativos, além de ser a principal mão-de-obra das estâncias pastoris, também contribuíram para a colonização do Planalto Médio gaúcho.

Por isso, é de suma importância identificar quem eram os escravos dos fazendeiros que se instalaram nesta região, que são os antepassados da várias gerações subsequentes de afrodescendentes que ainda vivem nessa área. Como argumenta a historiadora Cristiane de Quadros de Bortolli “conhecer mais sobre o escravo negro no estado rio-grandense é relevante porque a história dos descendentes de africanos é muito mal contada e a historiografia baseia-se em fontes diversas, sendo essas, em sua maioria, escritas pelo branco.”<sup>15</sup>

O alferes Rodrigo Felix Martins tinha um plantel com 31 escravos, 17 do sexo masculino e 14 do sexo feminino. São eles: **Antônio**, 12 anos, Nação; **Rosa**, 14 anos, Nação; **Damazia**, 2 anos, Crioula; **Benedicto**, 4 anos, Crioulo; **Caetana**, 16 anos, Crioulo; **Pedro**, 11 anos, Mulato; **Francisco**, 11 anos, Mulato; **Gervásio**, 8 meses, Mulato; **Felippe**, 3 anos, Mulato; **Maria**, 25 anos, crioula; **Josefa**, 54 anos, Crioula; **Ignácia**, 35anos, Nação; **Maria**, 30 anos, Nação; **Cassimira**, 34 anos, Mulata; **Genoveria**, 14 anos, Mulata; **Gertrudes**, 13 anos, Mulata; **Cândida**, 8 anos, Mulata; **Clara**, 6 anos, Mulata; **Conceição**, 6 anos, Crioula; **Francisco**, Nação; **Maria**, Nação; **Amâncio**, 21 anos, Mulato; **Januário**, 18 anos, Crioulo; **Frustino**, 14 anos, Crioulo; **Antônio**, 30 anos, Nação; **Thomaz**, 40 anos, Nação; **Antônio Cará**, 28 anos, Nação; **José**, 26 anos, Nação; **Manoel**, 58 anos, casado, Crioulo; **Luiz**, 22 anos, Nação; **Caetano**, 44 anos, Nação.<sup>16</sup>

Como podemos perceber a maioria dos escravos, tinha a denominação de “nação”. Segundo o historiador Mário Maestri “os cativos nascidos no Brasil eram denominados **crioulos**, os chegados

<sup>13</sup> ZARTH, Paulo Afonso. História Agrária do Planalto Gaúcho. (1850-1920). Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997. p. 109

<sup>14</sup> FLORES, Moacyr. As tropas de gado na Revolução Farroupilha. In.: SANTOS, Lucila. S. Et al. (Org.). Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: Edições EST, 2000. p. 271.

<sup>15</sup>BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. Vestígios do Passado: a escravidão no Planalto Médio Gaúcho. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 19.

<sup>16</sup> Inventário de Rodrigo Felix Martins. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. Ano 1853. APERS. N13, M1, E10.

recentemente da África, de **novos** ou de **nação**.”<sup>17</sup>

Em relação à faixa etária, 60% dos trabalhadores escravizados eram adultos, Bruno Pessi define escravos adultos como “aqueles pertencentes a faixa entre 15 e 49 anos, quando a aptidão e o vigor físico já habilitavam as competências para o trabalho.”<sup>18</sup>

No que diz respeito ao estado civil dos cativos, somente o escravo Manoel consta como casado no inventário, mas não é possível identificar quem seria sua esposa e seus filhos. De acordo com Pessi “o casamento entre um escravo e um indivíduo livre ou liberto pode explicar a ausência, nos inventários, dos companheiros desses cativos casados.”<sup>19</sup>

No que se refere à ocupação dos cativos em uma estância pastoril, Paulo Afonso Zarth em seu estudo sobre a história agrária no Rio Grande do Sul no século XIX, classifica “os escravos em três categorias básicas: roceiros, campeiros e domésticos.”<sup>20</sup> Os primeiros eram lavradores responsáveis pelo abastecimento de produtos agrícolas para a estância. Os campeiros eram encarregados do trabalho pastoril e considerados melhores qualitativamente. Já os domésticos, onde predominavam as mulheres, tratava dos serviços rotineiros ligados a casa.

Já para a historiadora Cristiane de Quadros de Bortolli, que analisou os inventários post-mortem e os registros paroquiais dos municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões, constatou que “as atividades mais realizadas pelos escravos eram de lavradores, campeiros, roceiros e atividades domésticas; quanto às mulheres, em sua maioria, eram cozinheiras e costureiras.”<sup>21</sup> Nos documentos, selecionados para este estudo, somente nos processos – crimes do início da década de 1880 consta a profissão dos cativos, como o de Querina, escrava de Antônio Pereira de Quadros, cuja profissão era “lavadeira”,<sup>22</sup> já do escravo liberto Agostinho, a profissão citada é de lavrador.<sup>23</sup>

Como podemos observar, dos 31 escravos que Rodrigo Felix Martins possuía, não consta a profissão de nenhum. De acordo com Zarth, essa prática de não citar a profissão do cativo era comum nos inventários da região: “quanto aos inventários post-mortem, na maior parte dos casos não consta a profissão dos trabalhadores cativos.”<sup>24</sup>

---

<sup>17</sup> MAESTRI, Mário. Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 169.

<sup>18</sup> PESSI, Bruno Stelmach. A Família Escrava em Pelotas na segunda metade do século XIX a partir de inventários post-mortem. In.: Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Anais: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2011. p. 248.

<sup>19</sup> PESSI, Bruno Stelmach. Op. cit. p. 252.

<sup>20</sup> ZARTH, Paulo Afonso. Do Arcaico ao Moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2002. p.114

<sup>21</sup> BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. Op. Cit. p. 64.

<sup>22</sup> Processo-Crime N 131. E 144 C: 3. Ano 1881. APERS. Réus: Alfredo Constant do Amaral e Querina escrava de Antônio Pereira de Quadros.

<sup>23</sup> Processo-Crime nº 2278 M 53 E 118. Ano 1882. APERS. Réus: Agostinho, liberto e Joaquim preto.

<sup>24</sup> ZARTH, Paulo Afonso. Op. cit. p.116.

No entanto, ao analisarmos os bens arrolados no inventário de Rodrigo Felix Martins é possível identificar em quais atividades os escravos trabalhavam. Constatam-se as seguintes ferramentas relacionadas às práticas agrícolas: “6 foices de roçar velhas, 3 machados velhos, 6 inchadas meio uso, 2 ferros de arado meio uso”<sup>25</sup> entre outros instrumentos de trabalho. Através da descrição dessas ferramentas pode-se afirmar que era praticada a agricultura na estância São Benedito, isso pode explicar em parte o elevado número de cativos para uma fazenda pastoril. Outras ferramentas como “torno, bigorna, martelo de ferreiro e broqueadeira” foram descritas no inventário. Esses objetos indicam que funcionava uma ferraria na estância, logo a profissão de alguns escravos deveria ser a de “ferreiro”. Além dos vários apetrechos de montaria avaliados no inventário, havia também os utilizados no transporte de muares, ou seja, nas comitivas que se dirigiam a São Paulo como “as 13 cangalhas aparelhadas e competentes cabrestos, canastras e carretas”, esta última usada para o transporte de mantimentos.

Outro proprietário de escravos contemporâneo a Rodrigo Felix Martins era o seu cunhado José Antônio de Quadros. Nascido em Castro, filho de Bernardo Pereira de Quadros e Branca Bueno de Moares, casou-se em 1813 com Alda Brandina da Piedade. Fixou residência no distrito de Jacuizinho em 1824, conforme despacho expedido pelo Comandante da Fronteira, como ele mesmo declarou no registro paroquial de terras em 1855:

Declaro eu abaixo assignado, que sou senhor possuidor por despacho do Comandante da Fronteira, de 15 de março de 1824, de uma fazenda situada no lugar denominado Jacuhyzinho distrito desta Freguezia, povoada com animais de criar casas de vivenda aonde moro com mangueiras arvoredos e cultivados, tendo de frente huma legoa e duas de fundo, (...) Divide-se ao Norte por hum Boqueirão com Alexandre Luis da Silva e por dois arroios desaguando hum no rio Jacuhyzinho grande outro no Rio da Várzea, pelo Leste com outro arroio que sai nas cabeceiras do jacuhyzinho e desagua no Rio da Várzea, pelo Oeste com o Jacuhyzinho grande.<sup>26</sup>

Suas terras estavam localizadas “no atual povoado de Pinheiro Marcado, distrito de Carazinho, junto ao arroio Jacuizinho”<sup>27</sup> Seus campos faziam divisa com os de Joaquim Roberto Martins, Bernardo Pereira de Quadros e Alexandre Luís da Silva.

No inventário de José Antônio de Quadros, autuado em 1860, consta como herdeiros sua esposa Alda Brandina da Piedade e seus doze filhos: Clementina, Francisco Manoel de Quadros, Luzia Luiza da Silva casada com Alexandre Luís da Silva, Joaquim Manoel de Quadros, José Manoel de Quadros, Claudino Antônio de Quadros, Manoel Ignácio de Quadros, Laurindo Antônio de Quadros, Ermenegilda, Maria Rita, Severino Antônio de Quadros e Alexandre Luís de Quadros.

<sup>25</sup> Inventário de Rodrigo Felix Martins. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. Ano 1853. APERS. N13, M1, E10

<sup>26</sup> Registro Paroquial de Terras de Passo Fundo. Livro 1 nº 92. 1855. APERS.

<sup>27</sup> RODERJAN, Roselys Velloso. Op. Cit. p.133.

José Antônio de Quadros possuía 12 escravos, sendo a maioria crianças com idade entre 2 a 9 anos: **Rufina**, 6 anos; **Augustinho**, 9 anos; **Silveira**, 3 anos; **Marculina**, 2 anos; **Anchilino**, 2 anos; **Vicentina**, 3 anos; **Quintino**, 3 anos. Um casal de escravos idosos, **Antônio**, 60 anos; **Thomazia**, 55 anos e mais três cativos em idade adulta, **Benedicto**, 40 anos; **Maria**, 37 anos e **Lucinda**, 20 anos.<sup>28</sup> Apenas o casal de escravos idosos era de “nação”, os outros eram “crioulos” e a escrava Lucinda descrita como “mulata”.

Não há menção no inventário o estado civil dos cativos, mas podemos supor que se trata de uma família escrava, pois a maioria dos cativos eram crianças “crioulas”, ou seja, houve uma “reprodução sistemática dos escravos.”<sup>29</sup>

Bruno Pessi, em seu estudo sobre a família escrava em Pelotas, enfatiza que “a partir da interrupção do tráfico transatlântico há um crescimento dos nascimentos na população cativa, talvez impulsionado pelo interesse dos escravistas em manter seus plantéis.”<sup>30</sup> O mesmo autor explica que “era nas menores escravarias que a presença de crianças era mais expressiva,”<sup>31</sup> porque as maiores escravarias preferiam adquirir escravos mais velhos, em idade produtiva.

No caso do inventário do José Antônio de Quadros, feito em 1860, já havia sido proibido o tráfico de escravos e tratava-se de uma escravaria pequena, com 12 escravos. Podemos deduzir que se tratava de uma família escrava na terceira geração, já que os cativos idosos poderiam ser os pais de um dos escravos “crioulos” adultos, Benedicto ou Maria e as crianças poderiam ser filhos deste casal, ou ainda, da escrava Lucinda, visto que algumas crianças tem a mesma idade.

Quanto à profissão dos escravos não foi mencionado no inventário, mas pode-se afirmar que José Antônio de Quadros vivia de criar animais, especialmente mulas.<sup>32</sup> Isso pode explicar o número reduzido de escravos em idade produtiva, já que as atividades de pastoreio requerem pouca mão-de-obra e na maioria das vezes “o dono da casa e seus filhos cuidam do gado e os negros da plantação”<sup>33</sup> como assinalou Saint-Hilaire.

No que se refere ao número da população escrava no município de Passo Fundo, o Recenseamento Geral do Brasil de 1872, aponta um número elevado dos que se declararam “pretos”

---

<sup>28</sup> Inventário de José Antônio de Quadros. Cartório Órfãos e Ausentes. Passo Fundo. Ano 1860. APERS. A66, M2, E10.

<sup>29</sup> Sobre a “reprodução sistemática dos escravos” ver CONRAD, Robert. Os últimos anos da Escravatura no Brasil. (1850-1888). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.43.

<sup>30</sup> PESSI, Bruno Stelmach. Op. Cit. 250.

<sup>31</sup> Op. Cit. p. 262.

<sup>32</sup> No inventário de José Antônio de Quadros, autuado em 1860, estão descritos os seguintes animais que indicam a criação de muaras na fazenda: “43 éguas em cria de mula, 13 mulas de 2 anos, 16 mulas de 1 ano, 2 burros exores”, entre outros animais vacum e cavalari.

<sup>33</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem ao Rio Grande do Sul. Trad. A. M. da Costa. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p.135.

ou foram assim contabilizados: 436 homens e 336 mulheres, chegando a 76% da população do município.<sup>34</sup> Se considerarmos que havia escravos de cor “parda” esse número sobe ainda mais.

No entanto, se compararmos com outra fonte a “Matrícula Geral de Escravos”, instituída pelo Decreto nº 4.835 de 1º de Dezembro de 1871, esses dados do censo não estão assim tão fora da realidade, pois no inventário de Ana Claudina de Quadros, autuado em 1879,<sup>35</sup> constam os seguintes escravos matriculados: Gertrudes Matrícula Geral nº 921, Tibércio nº 923, Amâncio nº 924 e Marculina nº 926. Podemos deduzir com essas informações que havia pelo menos “926” escravos matriculados no município de Passo Fundo, pois segundo o Decreto nº 4.835, artigo 2º “as matrículas de escravos será feita no município em que eles residem.”<sup>36</sup>

Sem dúvida, havia um número considerável de escravos no município de Passo Fundo, contrariando os discursos que afirmam que nessa região “a escravidão teria sido inexistente ou sem importância”.<sup>37</sup>

### **O Escravo como Patrimônio!**

Os inventários são produzidos com a finalidade de arrolar os bens do falecido e fazer a partilha entre seus herdeiros.<sup>38</sup> Devido ao alto valor dos escravos, a sua avaliação era realizada por pessoas indicadas pelo juiz, muitos proprietários já deixavam testamentos destinando-os a quem deveriam pertencer.<sup>39</sup>

No distrito de Jacuizinho foi possível sentir as consequências da suspensão do tráfico negreiro, pois o valor do escravo disparou. Um escravo adulto em idade produtiva estava avaliado no inventário de Rodrigo Felix Martins, no ano de 1853, a 500\$000, mais que triplica de valor no inventário de José Antônio de Quadros, feito em 1860, chegando ao exorbitante valor de 1:800\$000 por um escravo. Como destaca Maestri “após o fim do tráfico, em 1850, o trabalhador escravizado valia um patrimônio!”<sup>40</sup>

---

<sup>34</sup> Recenseamento Geral do Brasil, 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br> último acesso em 30/11/13.

<sup>35</sup> Inventário de Ana Claudina de Quadros. Cartório Órfãos e Ausentes. Passo Fundo. Ano 1879. APERS. A187, M7, E 117.

<sup>36</sup> SENADO FEDERAL: Abolição no Parlamento; 65 anos de lutas (1823-1888). Volume 1. 2 ed. Brasília, 2012. p. 542.

<sup>37</sup> ZARTH, Paulo Afonso. A Conquista da Fronteira Norte do Rio Grande do Sul. Op. Cit. p.47.

<sup>38</sup> PESSI, Bruno Stelmach. A Família Escrava em Pelotas na segunda metade do século XIX a partir de inventários post- mortem. p. 246.

<sup>39</sup> BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. Vestígios do Passado: a Escravidão no Planalto Médio Gaúcho. p. 65.

<sup>40</sup> MAESTRI, Mário. Deus é grande, o mato é maior! Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. p. 99.



Na década de 1870, o valor de um cativo em idade produtiva se estabiliza em torno de 1:000\$000, como o escravo “Gervásio, mulato, 18 anos, avaliado em 1:000\$000” no inventário de Francisco Leandro Martins e de sua esposa Maria Benedita Amaral em 1872.<sup>41</sup>

Já no fim da década de 1870 o valor do escravo varia entre um conto de réis e 800\$000, como os escravos descritos no inventário de Ana Claudina de Quadros, filha do Alferes Rodrigo Felix Martins e casada com Bernardo Antônio de Quadros: “Gertrudes, 30 anos, crioula, 1:000\$000, Tibércio, 19 anos, 800\$000 e Amâncio, 15 anos, crioulo, 1:000\$000.<sup>42</sup>

No inventário de José Manuel de Quadros, filho de José Antônio de Quadros, que foi aberto em 1884, apresenta uma queda drástica do valor do escravo adulto. O cativo mais bem avaliado neste inventário é o escravo Ricardo, 22 anos, crioulo, no valor de 700\$000, os outros três escravos desse proprietário Fernando, 31 anos, sua esposa Vicentina, 25 anos e Rita de 20, foram avaliados em 400\$000 cada.<sup>43</sup> Segundo Cristiane de Quadros de Bortolli “a partir da segunda metade do século XIX, o escravo teve seu preço elevado, atingindo seu ápice em 1860 e 1870 e baixando após a década de 1880.”<sup>44</sup>

Como o escravo fazia parte dos bens do proprietário e era considerado um patrimônio, a sua transferência de propriedade, ou seja, a venda do cativo devia ser realizada através de escritura pública. As escrituras de compra a venda de escravos no distrito de Jacuizinho foram realizadas entre os anos de 1878-1883. Há 19 registros de compra e venda de cativos, num valor médio de 752\$941.<sup>45</sup> O proprietário que mais vendeu escravos neste período foi Antônio Pereira de Quadros, um total de sete escravas, a saber: Vicentina, Margarida acompanhada de suas filhas de nome Pulcina e Francelina, Efigênia, Querina e Marcelina.

Apresenta-se na maioria dos casos a venda casada, ou seja, a escrava acompanhada de seus filhos ou mais de um escravo pelo mesmo valor. As vendas casadas de mães e filhos podem ser explicadas por causa do que determinava o artigo 4º, parágrafo 7º, da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, que proibia em caso de alienação ou transmissão de escravos separar cônjuges e filhos menores de 12 anos, do pai ou da mãe.<sup>46</sup>

Bernardo Pereira de Quadros vendeu três escravas pardas de nome: **Vitalina**, 16 anos, **Laura**, também com 16 anos e **Inocência** com 19 anos.

---

<sup>41</sup> Inventário de Francisco Leandro Martins e Maria Benedita Amaral. Cartório Órfãos e Ausentes. Passo Fundo. Ano 1872. APERS. A140, M5, E117.

<sup>42</sup> Inventário de Ana Claudina de Quadros. Cartório Órfãos e Ausentes. Passo Fundo. Ano 1879. APERS. A187, M7, E 117.

<sup>43</sup> Inventário de José Manoel de Quadros. Cartório Órfãos e Ausentes. Passo Fundo. Ano 1884. APERS. A231, N9, E117.

<sup>44</sup> BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. Op. Cit. p. 77.

<sup>45</sup> Documentos da Escravidão: Compra e Venda de Escravos. Acervo dos Tabelionatos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2010. p.58-9.

<sup>46</sup> SENADO FEDERAL: Abolição no Parlamento; 65 anos de lutas (1823-1888). Volume 1. 2 ed. Brasília, 2012. p.528.

Francisco Xavier Martins, filho do Alferes Rodrigo Felix Martins, morador do lugar denominado “Não Me Toque”, vendeu dois escravos a Lázaro de Oliveira Vargas, no mesmo ano em que liberta doze de seus escravos. Pergunta-se por que os escravos **Bernardinho**, pardo, 17 anos e **Libônia**, parda, 13 anos, ambos avaliados em 600\$000, foram privados da liberdade?

Por fim, constatamos a venda da escrava **Maria**, preta, 51 anos, de propriedade de Manoel Ignácio de Quadros, que vendeu ao seu cunhado Alexandre Luís da Silva, juntamente com a filha **Clemência**, no valor de 800\$000.

### **O Sonho da Liberdade: as Manumissões Concedidas no Distrito de Jacuizinho**

Nesta parte do artigo, vamos analisar as cartas de liberdade concedidas a alguns escravos no distrito de Jacuizinho e tentar identificar as relações escravistas implícitas nas manumissões, como nos explica Sônego:

(...) a concessão de uma carta de liberdade vai muito além de uma simples concessão caridosa de seu senhor para com seu escravo. Nela estão implícitos elementos que auxiliam no entendimento de como as relações escravistas buscavam perpetuar-se mesmo após a libertação do escravo.<sup>47</sup>

A primeira carta de liberdade concedida no distrito de Jacuizinho foi no ano de 1862, quando o Joaquim Manoel de Quadros liberta o escravo Mathias:

Ecriptura de Liberdade que faz Joaquim Manoel de Quadros conforme abaixo se lavra: Saibão quantos este público instrumento de Escriptura de Liberdade que no anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito centos e sessenta e dous, aos quinze dias do mês de Abril do dicto anno, neste quarto districto de Jacuhyzinho Termo da Villa de Passo Fundo Comarca de Cruz Alta Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em casa de morada de Joaquim Manoel de Quadros, eu escrivão de Pas abaixo assignado e as testemunhas Fernando José Martins, Pedro Bueno de Quadros, Firmiano Pereira de Quadros, abaixo assignados, por ele foi dicto ser senhor e possuidor de hum Escravo de Nação de nome Mathias idade quarenta e oito anos e lhe concede “**todo o direito de liberdade de hoje para todo o sempre**”, ao que pede que assine o rogo o escrivão. (...) <sup>48</sup>

De acordo com Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho “as alforrias podiam ser de dois tipos: gratuitas e onerosas ou pagas.”<sup>49</sup> A carta de liberdade acima transcrita trata-se de uma alforria gratuita que “eram geralmente concedidas em retribuição aos “bons serviços” prestados ao senhor, à

<sup>47</sup> SÔNEGO, Aline. Sob a condição que continue em nossa companhia: as décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município rio-grandense (Cachoeira 1871-1889). Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História. Passo Fundo, 2011.

<sup>48</sup> Livro 1 de Transmissões e Notas (1858-1880). Folha nº 5 e verso. 4º distrito de Passo Fundo APERS.

<sup>49</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. Uma História do Negro no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p.146.

fidelidade, lealdade e outras qualidades valorizadas pela sociedade escravista”<sup>50</sup>, pois não consta cláusulas de prestação de serviço, visto que concede ao escravo a liberdade imediata: “todo o direito de liberdade de hoje para todo o sempre”.

As cartas de alforria gratuitas também podiam ser onerosas, pois “exigiam a prestação de serviço do escravo durante anos, até décadas.”<sup>51</sup> Como a carta de liberdade outorgada por Antônio Ferreira de Mello da localidade de Carazinho a 23 de abril de 1880:

(...) Digo eu abaixo assignado que sou possuidor de um escravo de nome João, crioulo, tendo sido até o presente no seu estado de cativo, somente achando de perfeito juízo e alojando com toda a espontaneidade dando-lhe a liberdade pela presente a faço, isto é: **somente pela condição do mesmo escravo me servir, como tem feito até o fim dos meus dias** e conluo que ficará bem para sempre.” Carazinho, 23 d’Abril de 1880.<sup>52</sup>

Paulo Roberto Staudt Moreira constatou, em seu estudo sobre as cartas de alforria concedidas em Porto Alegre, que “uma das formas dos senhores usufruírem do trabalho de seus escravos, contando com a obediência e dedicação dos mesmos, era a frequente estratégia de promover a liberdade após a morte de seus amos,”<sup>53</sup> como exigia a condição imposta na carta “do mesmo escravo me servir até o fim dos meus dias.” Segundo Albuquerque e Fraga Filho “pessoas idosas frequentemente recorriam a este expediente para garantir amparo até a morte”, mas também os senhores mais jovens utilizavam este meio “para garantir a obediência e lealdade do escravo”.<sup>54</sup>

Francisco Xavier Martins, que residia no lugar denominado “Não Me Toque”, libertou 12 escravos, contrariando as estatísticas dos estudos sobre alforrias, que “mostram que era raro senhor que libertava mais de dez escravos,”<sup>55</sup> de uma só vez.

Os escravos que receberam as cartas de alforria em 1º de outubro de 1880 foram: **Justina**, parda, 26 anos; **Pedro**, pardo, 38 anos; **Agostinho**, pardo, 16 anos; **Benedito**, pardo, 53 anos; **Caetana**, preta, 48 anos; **Laurentina**, parda, 25 anos; **Campolim**, pardo, 13 anos; **Camila**, preta, 20 anos; **Isidoro**, pardo, 10 anos; **Faustino**, preto, 43 anos; **Ângelo**, pardo, 28 anos; **Felipe**, pardo, 28 anos.

Pergunta-se o que levou o proprietário Francisco Xavier Martins libertar todos os seus escravos de uma só vez? As cartas de alforria não mencionam cláusulas de serviço ou alguma condição para alcançarem a liberdade plena.

---

<sup>50</sup> Idem p. 146.

<sup>51</sup> Op. Cit.p.146

<sup>52</sup> Livro 1 de Transmissões e Notas (1858-1880). Folha 114 e verso. 4º distrito de Passo Fundo. APERS.

<sup>53</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo: experiências de liberdade e escravidão. Percebidas através das cartas de alforrias -Porto Alegre (1858-1888). Porto Alegre: Edipucrs, 1996. p.56.

<sup>54</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. Op. Cit. p. 146.

<sup>55</sup> Idem p.146.

A título de exemplo, vamos transcrever uma das cartas de liberdade, a que foi concedida à escrava Justina:

Registro de Carta de Liberdade que faz Francisco Xavier Martins à sua escrava Justina como abaixo declara: “Declaro eu abaixo assignado, que sendo senhor legitimo possuidor da escrava Justina, matriculada com os números 456 da Matrícula Geral, com 26 annos de idade, a qual de minha livre e espontânea vontade e sem o menor constrangimento dou de hoje para todo o sempre sua liberdade em **“reconhecimento dos bons serviços e lealdade que da mesma recebi”**, ficando esta carta tao valiosa como se fosse escriptura para que goze e desfrute da dita liberdade, **sem que de maneira alguma haja poder chamar novamente ao captiveiro**. Em firmeza do que mandei passar a presente carta de liberdade e assigno. 1º de outubro de 1880. Francisco Xavier Martins <sup>56</sup>

Além de a carta conter como justificativa os “bons serviços” prestados e à “lealdade” dos escravos para com seu senhor, ela deixa claro que os escravos libertados por este instrumento legal não poderiam voltar de forma alguma ao cativo. No entanto, devemos destacar que “deixar de ser escravo e passar a condição de liberto, através da alforria, não significava tornar-se inteiramente livre”, porque “o liberto estava marcado com o estigma de ter vivido na escravidão.”<sup>57</sup> Como enfatiza Cristiane de Quadros Bortolli:

Ser alforriado, entretanto, não significava torna-se um ser inteiramente livre. Havia muitas restrições como não gozar de direitos políticos e permanecer na base da escala social agrária, mal se distinguindo da massa de escravos; ainda, os libertos não conseguiam trabalho, obrigando-se a juntar-se aos que viviam de pequenos serviços.<sup>58</sup>

Nesse sentido, passamos a relatar o que aconteceu a um ex-escravo de Francisco Xavier Martins, um ano após ter recebido a sua carta de alforria, para ilustrar como era difícil ser liberto no Brasil escravocrata do século XIX: Agostinho, ex-escravo de Francisco Xavier Martins e Joaquim preto foram acusados de terem furtado da propriedade de Antônio Ribeiro de Santana Vargas um vaca baia de pelo amarelo e tê-la carneado escondido no mato, provavelmente para sua própria subsistência, já que era difícil os libertos conseguirem trabalho. Ouvidas as testemunhas, cinco no total, o juiz decretou a prisão dos réus com direito a fiança estipulada em 400\$000 para cada um.<sup>59</sup> O rigor com que este caso foi tratado pela justiça da época nos mostra o medo que os proprietários tinham dos escravos libertos. Essa sentença, provavelmente, serviria de jurisprudência para casos semelhantes que poderiam vir a ocorrer, ou seja, o rigor da punição era para servir de exemplo. Como “o escravo era considerado uma mercadoria, a carta de alforria, a liberdade que lhe era concedida, era um ato

<sup>56</sup> Livro 2 de Transmissões e Notas (1880-1883). Folha 6 .4º Distrito de Passo Fundo. APERS.

<sup>57</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. Uma História do Negro no Brasil. p.155.

<sup>58</sup> BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. Vestígios do Passado: a Escravidão no Planalto Médio Gaúcho. p. 96.

<sup>59</sup> Processo-Crime nº 2278. Município de Passo Fundo. Ano 1882. APERS.

comercial”<sup>60</sup>, ela tinha um custo. Na maioria das vezes o escravo devia pagar o seu valor ao senhor ou tinha que continuar trabalhando, sem pagamento, durante sete anos, as famosas “cláusulas de serviço”. Estima-se “que entre 65 e 75 por cento das alforrias eram feitas a título oneroso ou tinham cláusulas restritivas.”<sup>61</sup>

No distrito de Jacuizinho também foram concedidas cartas de alforrias pagas, como a que fez Claudino Antônio de Quadros à sua escrava Lucinda:

(...) Faço saber a todos que esta carta de alforria que **atendo ao merecimento de minha escrava Lucinda n’esta data resolvi conferir-lhe a liberdade pelo preço e quantia de seis centos mil reis que nesta data recebi**. E para constar mandei passar a presente que vai com sello na forma da lei. Quarto Distrito do Termo de Passo Fundo 07 de setembro de 1881. Claudino Antônio de Quadros<sup>62</sup>

Na sociedade escravista do século XIX, o bom comportamento no cativeiro poderia acarretar uma futura concessão de liberdade por parte do senhor. Podemos constatar que em primeiro lugar na carta acima transcrita está escrito a justificativa da alforria “*atendendo o merecimento de minha escrava Lucinda*” depois, em segundo lugar, a quantia pela qual a mesma foi estipulada. Roberto Guedes Ferreira esclarece que:

(...) as alforrias pagas também eram concessões e não tinham conotação meramente econômica. Mesmo que fosse paga, o escravo tinha que convencer seu senhor a permitir a alforria. Conseguir o papel da liberdade nunca deixou de depender de uma negociação. Nunca foi uma questão meramente de mercado.<sup>63</sup>

Pergunta-se como a escrava Lucinda conseguiu angariar fundos para sua alforria? Já que não morava na cidade onde seria mais fácil a formação de um pecúlio ou ainda vender o excedente de uma produção agrícola adquirida de um lote destinado pelo senhor. Mas, como se tratava de uma mulher, é pouco provável que juntou o dinheiro para comprar a sua alforria trabalhando na roça ou criando algum gado, já que a quantia de seiscentos mil réis era alta para qualquer escravo até mesmo para os que viviam nos grandes centros urbanos. Segundo Albuquerque e Fraga Filho “a mulher era quem mais recebia carta de liberdade”, essa predominância segundo os autores, estaria ligada aos “laços íntimos que se formavam entre escravas, seus senhores e suas senhoras podiam favorecer as mulheres, em particular aquelas empregadas no serviço doméstico.”<sup>64</sup>

---

<sup>60</sup> BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. Op. Cit. p.95.

<sup>61</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. Op. Cit. p.147.

<sup>62</sup> Livro 2 de Transmissões e Notas (1880-1883). Folha 65 verso. 4º Distrito de Passo Fundo. APERS.

<sup>63</sup> FERREIRA, Roberto Guedes. A Amizade e a Alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade. (Porto Feliz, SP, Século XIX). Revista Afro-Ásia. 2007. p.116.

<sup>64</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. Op. Cit. p. 152.

As alforrias tinham também validade legal quando registradas nos testamentos abertos após a morte dos senhores. Ao escrever suas últimas vontades, o senhor ou a senhora declarava quais escravos ou escravas deviam ser libertados após sua morte.<sup>65</sup> Foi isso o que aconteceu no testamento de Joaquim Roberto Martins e de sua esposa Ana Emília de Quadros, aberto em 1874, que libertava todos os seus escravos e deixava uma área de terras para os mesmos proverem o seu sustento, mas com algumas ressalvas:

Declaramos todos os nossos escravos libertos, **a saber depois do falecimento de eu, minha mulher, e nosso filho Firmino, ficarão para asilo dos mesmos escravos a nossa casa de morada como o Campo do Capão do João** para sima até fazer diviza com os campos de meo compadre Antonio Pereira de Quadros.<sup>66</sup>

As condições impostas diziam respeito que os escravos só poderiam tomar posse do campo e da casa que lhes foi deixado em testamento após a morte de sua esposa Ana Emília de Quadros e seu filho Firmino Pinto Martins “para que sirvam de asilo aos mesmos escravos”. Essa promessa de ganhar uma área de terras, em uma época que era muito difícil o acesso a terra por parte dos negros libertos, era uma forma de prender os escravos, mesmo livres, para que continuassem trabalhando para a família do senhor por décadas.

De acordo com Pedro Ari Veríssimo da Fonseca os escravos que receberam a doação de doze quadras de campo, na fazenda Boa Vista, atual município de Saldanha Marinho, foram: “Felippe, Benedicto, Simplicio (capataz da fazenda), Vicente, Basílio e Vicente Canholo. Todos se assinavam Felix Martins.”<sup>67</sup>

Como não foram encontrados os inventários de Joaquim Roberto Martins e Ana Emília de Quadros para identificar quem eram de fato os seus escravos, foi recorrido a outras fontes como os registros paroquiais da Freguesia de N. S. da Conceição Aparecida de Passo Fundo. Sabemos também que alguns escravos foram deixados de herança por seu pai Rodrigo Felix Martins e outros aparecem em registros nos livros do tabelionato do 4º Distrito de Passo Fundo, com o cruzamento dessas fontes conseguimos identificar quem eram os escravos que foram libertados pelo casal e os que receberam a área campo de campo a eles destinada. Os escravos deixados de herança, quando do falecimento de Rodrigo Felix Martins foram **Maria**, crioula, **Luiz** de Nação, com 23 anos de idade e **Francisco**, mulato, com 11 anos.<sup>68</sup> Nos autos de medição de terras nº 629, no ano de 1874, Anna Emília de Quadros e seu filho Firmino Pinto Martins requerem a legitimação de posse de terras situadas na Serra

---

<sup>65</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. Op. Cit. p.146.

<sup>66</sup> Testamento de Joaquim Roberto Martins e Ana Emília de Quadros. Cartório Provedoria. Passo Fundo. Ano 1874. APERS. A57, M2, E117 1B.

<sup>67</sup> FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Formação do Gaúcho. p.89.

<sup>68</sup> Inventário de Rodrigo Felix Martins. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. Ano 1853. APERS. N13, M1, E10

do Jacuhy, no 4º distrito de Passo Fundo, nos autos de verificação de cultura efetiva consta que tinham morada habitual e cultura efetiva de milho e feijão os escravos Luiz e Benedicto.<sup>69</sup>

Nos registros paroquiais da Freguesia de N. S. da Conceição Aparecida de Passo Fundo foram encontrados os registros de casamento de **Vicente, Simplício e Francisco Felix Martins e, Felipe Felix Martins**, consta como testemunha do casamento de Simplício. No registro de casamento de Vicente Felix Martins e Amália Maria Martins datado de 05/12/1882 existe a seguinte menção “(...) elle, escravo de D. Anna Emília de Quadros.”<sup>70</sup> Como podemos atestar Vicente ainda não havia sido libertado na data de seu casamento, já que consta como “escravo de D. Anna Emília de Quadros.”

No entanto, no ano seguinte, em 30 de junho de 1883, Anna Emília de Quadros passa uma procuração a Claro Rodrigues da Silva para que a represente em juízo a fim de conceder aos seus escravos **Vicente, Francisco, Clemencio e Luiz**, o “direito as suas liberdades”.<sup>71</sup> Lembramos que os escravos do casal já deveriam ter sido libertados, com a abertura do testamento de Joaquim Roberto Martins em 1874. Surpreendente é o registro de procuração datado de 07 de julho de 1883, quando Anna Emília de Quadros constitui seu procurador Antônio Ferreira Prestes Guimarães para produzir a defesa dela “em uma ação que movem ou pretendem mover em Passo Fundo os escravos **Vicente, Francisco, Clemencio e Luiz**, principalmente a de indenização de salários que eles julgam ter direito”<sup>72</sup>

Fica claro, com o exposto acima, que os escravos que foram libertados continuaram trabalhando na fazenda sem receber salários, o que podemos concluir que mesmo libertos continuavam na condição de cativos, já que as liberdades concedidas por Anna Emília de Quadros em 1883 e, anteriormente, quando da abertura do testamento de seu marido Joaquim Roberto Martins no ano de 1874, não traziam embutidas cláusulas de serviço.

No que se refere ao acesso à terra, dos escravos que teriam sido contemplados com a doação do campo do Capão do João, apenas alguns dos descendentes do escravo **Basílio Felix Martins e Marculina Martins** são os que ainda possuem um pedaço de terra na área, que teria sido deixada aos escravos “que permanecessem junto com seus senhores até a morte de todos os membros da família”. As divisas, descritas na matrícula da área, com Claro Rodrigues da Silva, procurador de Anna Emília de Quadros, finado Antônio Pereira de Quadros e Joaquim Manoel de Quadros,<sup>73</sup> comprovam que se trata do chamado campo do Capão do João, deixado como herança aos escravos por Joaquim Roberto Martins e Anna Emília de Quadros.

<sup>69</sup> Autos de Medição nº 629, de Ana Emília de Quadros e Firmino Pinto Martins, município de Passo Fundo, Área 11.155.900m<sup>2</sup>. AHRGS. Porto Alegre- RS.

<sup>70</sup> Cúria Diocesana de Passo Fundo. Registro de Casamento de Vicente Felix Martins e Amália Maria de Oliveira. Livro 3 Folha 62.

<sup>71</sup> Livro 3 de Transmissões e Notas (1883-1887). Folha 3 verso. 4º Distrito de Passo Fundo. APERS.

<sup>72</sup> Livro 3 de Transmissões e Notas (1883-1887). Folha 5 e verso. 4º Distrito de Passo Fundo. APERS.

<sup>73</sup> Matrícula nº 2.941 do Livro 2 –RG do Registro de Imóveis de Santa Bárbara do Sul-RS.

## **Considerações Finais**

Concluimos com este estudo que a maioria dos escravos que viviam nas estâncias pastoris do 4º Distrito de Passo Fundo: Jacuizinho pertenciam às famílias Martins e Quadros.

O motivo do elevado número de cativos nas fazendas não pode ser comprovado, porque nos inventários post-mortem analisados não consta a profissão dos escravos. Entretanto, pode-se presumir, através dos bens arrolados dos inventariados, que a principal atividade dos proprietários de terras da região estava relacionada à pecuária, principalmente a criação e comercialização de muare, mas também há referências às práticas agrícolas, possivelmente para prover o abastecimento da estância.

Foi possível constatar como a suspensão do tráfico de escravos africanos, devido à promulgação da Lei Euzébio de Queiroz em 1850, influenciou no valor dos cativos, chegando a triplicar o preço de um escravo em idade produtiva.

Com relação às cartas de alforria concedidas no distrito de Jacuizinho, podemos atestar que a maioria delas eram gratuitas e que foram outorgadas pelos senhores em reconhecimento aos “bons serviços” e “lealdade”, sem cláusulas de prestação de serviços. No entanto, há casos que para prorrogar a escravidão, os proprietários prometeram uma área de terras aos cativos com a condição que permanecessem em sua companhia até a morte de todos os membros da família, isto é, por décadas. Apesar da crueldade dessa condição, alguns descendentes desses escravos só tiveram acesso a terra graças a esta cláusula testamentária.

## **Fontes Utilizadas**

### **1- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul- APERS**

Inventário de Rodrigo Felix Martins. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. Ano 1853. APERS. N13, M1, E10.

Inventário de José Antônio de Quadros. Cartório Órfãos e Ausentes. Passo Fundo. Ano 1860. APERS. A66, M2, E10.

Inventário de Ana Claudina de Quadros. Cartório Órfãos e Ausentes. Passo Fundo. Ano 1879. APERS. A187, M7, E 117.

Inventário de Francisco Leandro Martins e Maria Benedita Amaral. Cartório Órfãos e Ausentes. Passo Fundo. Ano 1872. APERS. A140, M5, E117.

Inventário de José Manoel de Quadros. Cartório Órfãos e Ausentes. Passo Fundo. Ano 1884. APERS. A231, N9, E117.

Testamento de Joaquim Roberto Martins e Ana Emília de Quadros. Cartório Provedoria. Passo Fundo. Ano 1874. APERS. A57, M2, E117 1B.

Livro 1 de Transmissões e Notas (1858-1880). Folha nº 5 e verso. 4º distrito de Passo Fundo APERS.

Livro 1 de Transmissões e Notas (1858-1880). Folha 114 e verso. 4º distrito de Passo Fundo. APERS.

Livro 2 de Transmissões e Notas (1880-1883). Folha 6 .4º Distrito de Passo Fundo. APERS.

Livro 2 de Transmissões e Notas (1880-1883). Folha 65 verso. 4º Distrito de Passo Fundo. APERS.

Livro 3 de Transmissões e Notas (1883-1887). Folha 3 verso. 4º Distrito de Passo Fundo. APERS.

Livro 3 de Transmissões e Notas (1883-1887). Folha 5 e verso. 4º Distrito de Passo Fundo. APERS.



Processo –Crime N 131. E 144 C. 3. Ano 1881. APERS.  
Processo –Crime nº 2278 M 53 E 118. Ano 1882. APERS.  
Registro Paroquial de Terras de Passo Fundo. Livro 1 nº 92. 1855. APERS.  
DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO: Compra e Venda de Escravos. Acervo dos Tabelionatos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2010. p.58-9.

## **2- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul- IHGRGS**

Autos de Medição nº 629, de Ana Emília de Quadros e Firmino Pinto Martins. Município de Passo Fundo, Área 11.155.900m². AHRGS. Porto Alegre- RS.

## **3- Arquivo da Cúria Diocesana de Passo Fundo- RS**

Registro de Casamento de Vicente Felix Martins e Amália Maria de Oliveira. Livro 3. Folha 62.

## **4-Registro de Imóveis de Santa Bárbara do Sul-RS**

Matrícula nº 2.941 do Livro 2 –RG do Registro de Imóveis de Santa Bárbara do Sul-RS.

## **Referências Bibliográficas**

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma História do Negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. **Vestígios do Passado: a escravidão no Planalto Médio Gaúcho**. Passo Fundo: UPF, 2003.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da Escravatura no Brasil. (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERREIRA, Roberto Guedes. **A Amizade e a Alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade**. (Porto Feliz, SP, Século XIX). Revista Afro-Ásia. 2007.

FLORES, Moacyr. **As tropas de gado na Revolução Farroupilha**. In.: SANTOS, Lucila. S. Et al. (Org.). Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: Edições EST, 2000

FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. **A Formação do Gaúcho**. Passo Fundo: Diário da Manhã Gráfica da Editora, 1982.

MAESTRI, Mário. **Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS**. Passo Fundo: UPF, 2002.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo: experiências de liberdade e escravidão. Percebidas através das cartas de alforrias -Porto Alegre (1858-1888)**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. **Dicionário Histórico e Geográfico de Carazinho**. Passo Fundo: Gráfica UPF, 1992.

PESSI, Bruno Stelmach. **A Família Escrava em Pelotas na segunda metade do século XIX a partir de inventários post- mortem**. In.: Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Anais: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2011.

RECENCEAMENTO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br> último acesso em 30/11/13.

RODERJAN, Roselys Velloso. **Raízes e Pioneiros do Planalto Médio**. Passo Fundo: Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1991

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Trad. A. M. da Costa. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SENADO FEDERAL: **Abolição no Parlamento; 65 anos de lutas (1823-1888)**. Volume 1. 2 ed. Brasília, 2012.

SÔNEGO, Aline. **Sob a condição que continue em nossa companhia: as décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município rio-grandense (Cachoeira 1871-1889)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História. Passo Fundo, 2011.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho**. (1850-1920). Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

\_\_\_\_\_. **Do Arcaico ao Moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Conquista da Fronteira Norte do Rio Grande do Sul**. In.: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FELIX, Loiva Otero. RS: 200 anos Definindo Espaços na História Nacional. Passo Fundo: UPF, 2002.

## “POR DETRÁS DA PIA”: AS MUITAS FACETAS DO COMPADRIO

*Hermes Gilber Uberti<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este texto tenciona discutir as redes de compadrio estabelecidas, na segunda metade do século XIX, por Zeferino Alves Machado e Mariana Leite da Conceição junto às “gentes” que residiam na freguesia de São Vicente Ferrer. Analisaremos as estratégias bem como o que estava “por detrás da pia”, ou seja, os arranjos que permeavam os elos compadrescos tecidos pelo casal que mantinha junto à sua casa de moradia um oratório particular. Espaço que serviu no estreitamento de laços de vizinhança e auxiliou na formação de um séquito de compadres e afilhados, que sob as bênçãos da Igreja Católica, converteram-se em aliados para demandas mundanas. Entre as muitas facetas propiciadas pelo parentesco simbólico enfatizaremos as teias verticais para cima, constituídas com a estirpe dos Victorino dos Santos, todavia não negligenciaremos as malhas assimétricas para baixo, onde trataremos dos enredos firmados com a família da escrava Benedicta.

**Palavras-chave:** Compadrio – Estratégia – Redes

### Primeiras palavras

Antes de discorrermos sobre as redes de compadrio tecidas por Zeferino e Mariana, malhas sociais que serão tratadas como uma das estratégias que contribuíram no processo de notabilidade social obtida pela estirpe dos Alves da Conceição junto à freguesia de São Vicente Ferrer, faz-se necessárias algumas rápidas considerações no que tange o aporte teórico-metodológico, bem como explicitar as categorias que se constituem nas vigas mestras deste texto. Em relação ao primeiro ponto iremos nos valer da micro-história social italiana que tem propiciado a muitos historiadores “outra leitura do social” na medida em que permite tratar dos “temas mais diversos de investigação a partir de uma perspectiva sintética e integradora, ao mesmo tempo em que atenta para a densidade e singularidade dos seus objetos”<sup>2</sup>.

Entre as possibilidades trazidas a lume pelo referido procedimento analítico iremos nos valer do elegante oximoro do *excepcional normal*<sup>3</sup>. A excepcionalidade, no caso ora estudado, talvez resida no fato de termos encontrado junto aos registros de batismos da capela de São Vicente Ferrer, no princípio da década de 1860, Zeferino Alves Machado e Mariana Leite da Conceição apadrinhando a prole de uma de suas escravas. Aliás, a única situação verificada em todos os livros da referida freguesia. Já a normalidade talvez fique por conta do que foi apurado para o ano de 1878, junto ao oratório da casa de moradia mantido pela estirpe em estudo, quando os filhos do referido casal assumiram a condição de padrinhos ao batizarem outras duas crianças de mãe cativa que pertenciam à família consubstanciando uma tática muito mais corrente nesse tipo de apadrinhamento conforme

<sup>1</sup> Doutorando do PPG História da Universidade do Rio dos Sinos. Professor Assistente do Instituto Federal Farroupilha – Reitoria.

<sup>2</sup> GRENDI, Edoardo apud LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p 158.

<sup>3</sup> GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

sugerem outros estudos<sup>4</sup>.

Ainda no que toca ao exercício de micro-análise que ora pretendemos desenvolver, intentamos utilizar também o paradigma indiciário proposto por Ginzburg<sup>5</sup>, buscando pequenos detalhes e indícios, juntando peças e “costurando-as” durante o processo de construção da trama. Desta forma, além dos registros religiosos, obtidos junto aos arquivos da Mitra Diocesana de Bagé (AMDB) e da Arquidiocese de Santa Maria (AASM), iremos também buscar “sinais” em outras fontes manuscritas conseguidas em arquivos de natureza não eclesiástica. Assim, iremos utilizar de documentos que foram garimpados junto ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRIS) e Arquivo do Judiciário Centralizado (AJC). Entre as fontes manuscritas destacamos as correspondências da câmara, atas das eleições, qualificações da Guarda Nacional, registros paroquiais de terras, carta de alforria e inventários *post-mortem*.

Cabe destacar também o método onomástico, onde o nome de certa forma passa a “conduzir” a trama, pois “o centro de gravidade do tipo de investigação micronominativa que aqui propomos persegue indivíduos concretos, buscando descobrir uma espécie de teia de aranha espessa, a partir da qual seja possível obter a imagem gráfica da rede de relações sociais em que o indivíduo está integrado”<sup>6</sup>. Destarte, a investigação micronominal que aqui propomos encontra-se nas linhas que partem e convergem para o nome, compondo uma espécie de teia de malha fina, onde se pode ter um panorama das urdiduras firmadas pelos consortes Zeferino e Mariana juntamente a outros agentes históricos tendo o foco de análise na prática cultural do compadrio e nas faces que ele engendrava entre elas, as de vizinhança, de clientela, de conotação política e de um modo especial aquelas estabelecidas com o “mundo do cativo”.

Entre as produções historiográficas que tivemos acesso e que se propuseram a abordar os elos compadrescos elenca-se a tese de Martha D. Hameister<sup>7</sup> que destacou às possibilidades de análise do parentesco fictício enquanto um mecanismo de afirmação social. Onde o tamanho do capital social de um indivíduo e ou de sua família passava pelo número de vezes que havia comparecido a pia batismal na condição de padrinho/madrinha. Desse modo os círculos sociais “extrapolavam os muros da igreja”

---

<sup>4</sup> Ver, entre outros: SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e transição: Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920**. Niterói: UFF, 1990, (Dissertação de Mestrado). FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. FERREIRA, Roberto Guedes. **Egressos do cativo: trabalho, família aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo 1798-1850)**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008. MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 2013.

<sup>5</sup> GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>6</sup> SERNA, Justo e PONS, Anaclét. O buraco da agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). **Uma história em escalas. A microanálise e a historiografia latino-americana**. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012, p. 44.

<sup>7</sup> HAMEISTER, Martha D. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006, 474 F. (Tese de Doutorado).

onde o apadrinhamento abria uma série de espaços que iam além dos preceitos religiosos, abarcando, entre outras, a dimensão política e econômica. Nesse sentido os laços do parentesco ritual encontravam consonância com as regras da sociedade brasileira baseada na família extensa e patriarcal que abria muitas possibilidades de “se aparentar”<sup>8</sup> e exercitar vários tipos de mandonismos ligados as práticas clientelistas.

Outra categoria que será de grande valia para ancorarmos nossas reflexões é a de estratégia que no entendimento de Jacques Revel “serve para qualificar, de maneira mais prosaica, os comportamentos dos atores individuais ou coletivos que foram bem-sucedidos [...] mas sem perder as noções de fracasso, de incerteza e de racionalidade limitada”<sup>9</sup>. Acreditamos que os escritos de Simona Cerutti também nos servem para pensarmos a questão dos estratagemas sociais, principalmente quando alertou sobre os perigos das pré-determinações de grupos tentando defini-los *a priori*, bem como de seus ardis, o que pode incorrer numa lógica mecanicista da sociedade, uma vez que “as regras do jogo são definidas pelas próprias relações sociais, mesmo que seus efeitos muitas vezes ultrapassem a vontade ou a consciência do indivíduo”<sup>10</sup>. Assim os estratagemas serão de grande valor principalmente quando discutirmos os mecanismos utilizados pelos Alves da Conceição que na busca de reconhecimento social mantinham junto à casa de moradia o oratório particular dedicado a Nossa Senhora da Conceição.

No que dista à manutenção destes “espaços com entradas francas para todos”<sup>11</sup>, adquiriam a condição de “remédio e meio de conservar a fé e piedade no povo simples e religioso dos nossos interiores que aí ouvem missa e confessam-se em grande número”<sup>12</sup>. A presença desses “recintos de fé”, que além das orações serviam também como *locus* onde se administrava os sacramentos, gerava ônus e bônus. As despesas ficavam por conta da hospedagem e da alimentação de dezenas de pessoas por muitos dias seguidos. Já os “ganhos” vinham de forma indireta, pois uma das formas de retribuir as gentilezas da hospitalidade era estreitando os laços através do compadrio o que conferia a seus proprietários uma oportunidade privilegiada para afirmação e exercício de reconhecimento social. A título de ilustração entre os anos de 1878 e 1880, o vigário Boaventura Garcia passou duas vezes pela estância de São Xavier permanecendo três dias na primeira ocasião e dois dias na segunda

---

<sup>8</sup> Rosicler Fagundes (2009, p. 128) ao tratar dos assentos de batismo, deixou o alerta de que são informações datadas “em um determinado momento, aqueles indivíduos estiveram próximos o suficiente para investirem no estabelecimento de um parentesco simbólico”, porém “esses laços não eram necessariamente eternos e podiam ser quebrados ou desrespeitados”. FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. **Esfaqueamento no púlpito: O comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do séc. XIX (1845-1865)**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, 158 F. (Dissertação de Mestrado).

<sup>9</sup> In: LEVI, Giovanni. **Herança imaterial: A trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 26.

<sup>10</sup> In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 188.

<sup>11</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, p. 124.

<sup>12</sup> Idem, p. 148.

oportunidade. Ao todo foram remidos do pecado original, por meio da água e dos santos óleos do batismo, sessenta e sete neófitos<sup>13</sup>. Os batizados “a granel” que aproveitavam a figura do padre itinerante renderam a família dos Alves da Conceição trinta e cinco relações nas quais eles foram convidados a serem partícipes das cerimônias.

Cabe ainda falar sobre a categoria de rede, para isso nos filiamos à definição proposta por Michel Bertrand enquanto “un complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, dentro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos directa o indirectamente y muy desigualmente”<sup>14</sup>. Do ponto de vista analítico elas podem se constituir em poderosa ferramenta permitindo “al mismo tiempo, el recorte analítico y la restitución de la unidad ambigua de las cosas” refletindo sobre “la frontera entre la descripción y la elaboración de modelos”<sup>15</sup>. No estudo que ora se apresenta iremos analisar algumas faces que permearam as conexões compadrescas firmadas pelos Alves da Conceição que consubstanciaram, entre outras, malhas de natureza política, de vizinhança e clientelares.

Por fim faz-se necessário uma rápida caracterização dos personagens centrais desta narrativa, Zeferino Alves Machado (1832-1886) e sua esposa Mariana leite da Conceição (1834-1924). Ele era natural da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte, mais precisamente do Rincão de São Pedro, sendo filho de Francisco Alves Damasceno e Joaquina Fagundes Bittencourt conforme foi apurado a partir dos assentos de batismo de seus filhos. Não sabemos ao certo quando se uniu em matrimônio com Mariana Leite da Conceição, sendo que a mesma era natural da freguesia de São Vicente e teve como seus genitores João Leite dos Santos e de Maria da Conceição. O que conseguimos descobrir foi que por volta de 1851 nasceu a primeira filha do casal, denominada de Joaquina, além dela também se constituíram em membros da prole dos referidos consortes Maria, Rita, Candida, João, Quirino, Conceição e Mariana, sendo que os homens, conforme podemos verificar em trabalho anterior incorporaram o sobrenome paterno - Alves Machado - enquanto que as filhas mulheres agregaram a terminologia Alves da Conceição<sup>16</sup>. Ainda na década de 1850 foi possível averiguar, por meio dos registros paroquiais de terras, que o casal era detentor de duas propriedades. Nas declarações feitas por Zeferino constaram que a parelha era moradora da serra de São Xavier, pequeno rincão que ficava localizado cerca de quatro léguas do povoado de São Vicente, localidade onde haviam constituído seu “arranchamento” e viviam do “cultivo de suas roças”<sup>17</sup>.

<sup>13</sup> AASM, *Liv. 1, ff. 46 v. a 53 v. n.º 82 a 135 e Liv. 2, ff. 08v. a 11r. n.º 138 a 151.*

<sup>14</sup> BERTRAND, Michel. **Los modos relacionales de las élites hispanoamericanas coloniales**: enfoques y posturas. Tandil: Anuário del IEHS, 2000, n.º 15, p. 78.

<sup>15</sup> MOUTOUKIAS, Zacarias. Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica. In: BJERG, María e OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995, p. 227.

<sup>16</sup> UBERTI, Hermes Gilber. **“A benção que se pede e a benção que se dá”**: Redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira, 1841-1914). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2011, 222 F. (Dissertação de Mestrado).

<sup>17</sup> APERS, **Registros paroquiais de terras**. São Gabriel, a. 1856, *liv. 47, ff. 32v. e 33, n.º 123 e 125.*

## O Balanço das Redes

Corria o mês de junho do ano de 1861 quando a inocente Candida, nascida cinco anos antes, teve a marca do pecado original remida junto ao batistério da Capela de São Vicente Ferrer, sendo que a neófita teve como padrinhos Cândido José da Silva Pereira e Cândida Victorino dos Santos<sup>18</sup>. O referido registro talvez nos revele aquilo que Hameister tratou como a transmissão de um bem simbólico ligado a “graça”, pois a criança recebeu o prenome dos padrinhos. Por seu turno, “ao ingressar na família espiritual de seus padrinhos, o fez na condição de débito: pois lhe devia o ingresso no mundo católico bem como seu próprio nome”<sup>19</sup>. Já do ponto de vista dos padrinhos, mais que uma lisonja, tal situação quiçá aponte na direção de mecanismos de ascensão e reprodução social, pois ao “emprestarem” seu prenome a menina também poderiam ser reconhecidos através de sua afilhada. Pouco depois a dádiva seria retribuída, uma vez que o lavrador<sup>20</sup> Zeferino juntamente com sua mulher abriram as portas de sua propriedade a fim de que os compadres Cândido e Cândida recebessem as bênçãos do matrimônio segundo o rito romano, tendo como testemunhas, além do casal proprietário do oratório, onde ocorreu o enlace, os cunhados José Maria Machado de Bittencourt e Maria Victorino dos Santos<sup>21</sup>.

Por essa época Cândido José da Silva Pereira já despontava como uma das lideranças políticas do partido liberal junto aos homens que viviam no povoado ou nas imediações de São Vicente, tendo em vista que havia sido eleito em 1863 para servir no cargo de juiz de paz distrital, função esta que ocuparia por pelo menos mais uma vez na década seguinte<sup>22</sup>, sugerindo-nos a existência de um capital político em torno de seu nome. Outra nuance que essa conexão de parentesco ritual trouxe em seu bojo dista sobre o fato de que quando Cândido José ocupou o cargo político pela segunda vez contratou o compadre Zeferino para que abrisse a picada que posteriormente permitiu a instalação de colonos de origem germânica no local denominado de Sertão, área que ficava nas adjacências das propriedades dos Alves da Conceição<sup>23</sup>. Tal acontecimento nos revela que “por detrás da pia batismal” e das relações

<sup>18</sup> AMDB, **Registro de batismo de Candida**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 6, ff. 54, n.º 264.

<sup>19</sup> HAMEISTER, Martha D. **Para Dar Calor à Nova Povoação...** op. cit., p. 80.

<sup>20</sup> Em relação ao ofício de lavrador o mesmo foi ratificado posteriormente nos autos de qualificação da Guarda Nacional.

HRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1872, m. 59.

Ide, a. 1873, m. 58.

Ibidem, a. 1874, m. 60.

<sup>21</sup> AMDB, **Registro de casamento de Cândido José da Silva Pereira e Cândida Victorino dos Santos**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1862, liv. 4, ff. 3, n.º 8.

<sup>22</sup> AHRS, **Atas das eleições da camara municipal de São Gabriel**. a. 1863 e 1872, cx. 205 e 207, m. 240 e 243.

<sup>23</sup> AHRS, **Correspondências da camara**. São Gabriel, a. 1871, cx. 205, m. 242.

Idem, a. 1875, cx. 205, m. 243.

simbólicas que encerravam os ritos religiosos perpassavam questões imanentes, tais como a possibilidade do compadre agregar renda através da prestação de trabalho para municipalidade.

Ainda no que toca as redes diádicas, isto é, “nós” tramados entre indivíduos com recursos desiguais abriremos espaço na sequência para discorrermos a respeito das relações assimétricas forjadas pelos Alves da Conceição junto a João Victorino dos Santos e Joaquina Carolina Fagundes, consortes que foram escolhidos para apadrinhar o rebento João<sup>24</sup>. O casal de padrinhos eram moradores da freguesia de São Vicente, tratava-se da ratificação de liames de vizinhança, ademais eram respectivamente pai e sogro dos cônjuges Cândida e Cândido. Conforme sugere o inventário *post-mortem* de Dona Joaquina Carolina Fagundes seu espólio evidencia uma família de proprietários que dispunham de milhares de hectares de terras e cerca de 2.400 reses de criar, além das dezesseis peças de escravos que compunham o rol dos bens avaliados. O montante mor chegou a casa dos 143:329\$110 réis (cerca de £ 13.676)<sup>25</sup>, portanto esta relação de parentesco fictício nos sugere que do ponto de vista da família que nos serve de pedra angular nesse estudo se configurou numa conexão “para cima”, isto é, firmada com indivíduos que faziam parte da elite local. Afora isso o apadrinhamento sugere que mais uma vez se efetivou a “herança imaterial da graça”, pois ao receber o primeiro dos sacramentos o rebento João passou a ter o mesmo prenome de seu padrinho e de seu falecido avô materno.

Na mesma feita, em que constituíram relações de parentesco religiosamente sancionadas pela igreja com indivíduos que figuravam num patamar superior na escala social, Zeferino e Mariana estabeleceram uma relação de compadrio pouco comum. Pois ao se constituírem os pais espirituais de Benedicta, filha natural da escrava Maria, se tornaram respectivamente padrinhos e compadres de duas de suas cativas<sup>26</sup>. Durante um bom tempo a ideia corrente na historiografia era a de que “nunca ouvi falar de algum senhor no Brasil ser também o padrinho, e nem acredito que isso ocorra, pois a ligação entre duas pessoas que isso supostamente produz é tal que o senhor nunca poderia pensar em mandar castigar o escravo”<sup>27</sup>. Segundo esse viés historiográfico os mundos da “senzala” e da “casa grande” tendiam a se manter afastados. Entretanto, outros trabalhos têm apontado que o apadrinhamento de escravos por seus senhores, mesmo ocorrendo de forma pontual e esporádica, também foi uma situação que marca a história da escravidão em nosso país<sup>28</sup>. Do ponto de vista do senhor recorrer a tal

<sup>24</sup> AMDB, **Registro de batismo de João**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 6, ff. 57v, n.º 265.

<sup>25</sup> APERS, **Inventário post-mortem de Joaquina Carolina Fagundes**. São Gabriel, Cartório dos Órfãos e Ausentes, a. 1876, n.º 297, m. 16, est. 107. Além do valor em réis também foi feita a conversão para libras esterlinas por se tratar da moeda mais estável do período. Para realizar tal empreitada recorreremos à tabela que consta no liv.ro de MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 254.

<sup>26</sup> AMDB, **Registro de batismo de Benedicta**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 6, ff. 57v., n.º 266.

<sup>27</sup> KOSTER apud SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 331.

<sup>28</sup> De modo geral fala-se que essa situação foi mais corrente em pequenas escravarias. Ver: RIBEIRO, Jaleca Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1990.



estratagemas poderia significar um instrumento de controle sobre sua escravaria uma vez que “a obediência e a humildade tornavam-se mais fáceis”<sup>29</sup>. Já na ótica do escravo o parentesco simbólico representava “num mundo hostil” a possibilidade “de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos filhos”<sup>30</sup>.

Entre as prebendas ambicionadas, sem dúvida, a mais cobiçada era a carta de alforria conforme assevera Jaleca Ribeiro. Está última em sua pesquisa sobre a província do Maranhão constatou que “escravos que tiveram por padrinho ou madrinha os seus senhores, obtiveram gratuitamente suas liberdades”<sup>31</sup>. No caso ora estudado não foi o que ocorreu<sup>32</sup>, pois passados alguns anos encontramos o prenome de Benedicta junto aos registros de batismo na condição de escrava de Zeferino sendo que a mesma apareceu como mãe de Benício<sup>33</sup> e Lucio<sup>34</sup>, pardos livres conforme o decreto 2040<sup>35</sup>. A condição de cativa seria ratificada no ano 1886 quando por ocasião do inventário de Zeferino onde a referida personagem foi citada com 34 anos e avaliada por 600\$00 réis<sup>36</sup>. Ao ter seu nome listado como uma das integrantes do plantel de escravos nos sugere que a situação apurada por Ribeiro (1990) para o Maranhão deve ser, no caso ora estudado, relativizada. Ademais nos faz pensar que se intenção da escrava Maria ao invitar seus senhores para apadrinhar sua filha, tivesse sido uma possível manumissão, a insídia fracassou.

Ao olharmos os nomes dos padrinhos e das madrinhas dos filhos de Benedicta (João e Quirino Alves Machado – Maria e Cândida Alves da Conceição), percebemos outro tipo de tática empreendida

---

<sup>29</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil...** op. cit., p. 132.

<sup>30</sup> SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) **História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 271.

<sup>31</sup> RIBEIRO, Jaleca Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista...** op. cit., p. 115.

<sup>32</sup> Em relação às cartas de liberdade produzidas pela família que nos serve de pedra angular neste estudo localizamos somente uma. A alforria foi concedida a mulata Firmina no ano de 1881 quando ela contava com 19 anos sendo que a mesma estabeleceu como condição a prestação de serviços por mais três anos. O instrumento de manumissão foi registrado por Francisco Alves Damaceno, conforme dito pai de Zeferino, sendo que a justificativa devia-se a uma vontade de sua falecida esposa Joaquina a qual tinha “grande estima e alta consideração” pela referida escrava.

**DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO: Catálogo seletivo de cartas de liberdade.** Porto Alegre: CORAG, 2006. Vol. II, p. 1142.

<sup>33</sup> AASM, **Registro de batismo de Benício.** São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 47v., n.º 89.

<sup>34</sup> AASM, **Registro de batismo de Lucio.** São Vicente, a. 1880, liv. 2, ff. 10v., n.º 148.

<sup>35</sup> O decreto n.º 2040 de 28 de setembro de 1871, mais conhecido como Lei do Ventre Livre, determinou que todos(as) filhos(as) de mãe escrava que nascessem após a aprovação da dita lei seriam consideradas “livres”. Contudo, os “ingênuos” deveriam permanecer em companhia da mãe até os oito anos, quando caberia ao dono de sua mãe decidir se a criança se tornava efetivamente livre. Nesse caso o senhor recebia uma indenização, ou poderia se valer do trabalho do menor até os 21 anos, quando aí sim a lei determinava a liberdade sem condições. A maioria dos senhores optou em contar com o trabalho dos filhos de suas escravas, pois após a proibição do tráfico Transatlântico em 1850 os preços da mão de obra cativa haviam aumentado consideravelmente, diante disso, era muito mais vantajoso valer-se do trabalho daqueles rebentos do que receber a compensação paga pelo governo. CHALHOU, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>36</sup> APERS, **Inventário post-mortem de Zeferino Alves Machado.** São Vicente, Vara da família, a. 1886 n.º 26, m. 2, est. 148B, cx. 20, ff. 8v.

nas redes de compadrio construídas pela escrava que além de ser afilhada de seus senhores também conferiu a condição de “guardiões espirituais” aos filhos de seu proprietário, ratificando, desta forma “alianças para cima”<sup>37</sup>. Contudo, não nos foi possível averiguar se a afilhada e comadre Benedicta desfrutou de algum tipo de privilégio dentro do grupo de escravos. Por sua vez, o estreitamento de laços entre a família do casal de senhores e as escravas nos remete as palavras de Giovanni Levi ao propugnar que “toda a ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”. Assim ao definir as margens “por mais estreitas que possam ser, dá liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que os governam”<sup>38</sup>.

Outro campo perspectivo passível de ser analisado a partir dos registros da catolicidade foram os enredos consubstanciados a partir do batizado do crioulo livre Manuel. Filho legítimo de Antonio Eugenio, preto livre natural de Minas Gerais e Maria Francisca natural da freguesia de São Vicente Ferrer<sup>39</sup>. A condição do pai do menino nos sugere que esses mecanismos de afirmação social utilizados pelos Alves da Conceição, que propiciaram a aproximação com os setores subalternos da população, também foram estendidos a um agente histórico que havia conseguido “romper” o universo do cativo. Outro ponto fica por conta da mobilidade do ex-escravos, pois conforme descrito o mesmo era natural da província das Minas Gerais, como não conseguimos localizar nenhum instrumento de manumissão em nome de Antonio Eugenio junto aos registros compilados pelo APERS, isso nos faz conjecturar que ele tenha obtido sua liberdade em momento anterior e depois migrado para freguesia. No entendimento de Hebe Mattos<sup>40</sup> a possibilidade de deslocamento de um lugar para o outro se constituía numa das premissas básicas que caracterizava a “experiência de liberdade”.

Eduardo Paiva<sup>41</sup> chama atenção para a possibilidade de análise dos qualificativos sociais. No caso ora abordado o menino Manuel foi descrito como crioulo, o que remete ao local de origem, isto é, alguém já nascido no Brasil, enquanto que a expressão livre indica a condição jurídica na qual ele se inseria no ato de seu batizado. Ainda no que toca os designativos de cor o pai do menino foi descrito como preto livre, expressão utilizada para ex-escravos. Roberto Ferreira<sup>42</sup> em seu estudo sobre a freguesia de Porto Feliz situada em São Paulo, no recorte de 1798-1850, percebeu que era muito

<sup>37</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade** (São João Del Rei - Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

<sup>38</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992, p. 135.

<sup>39</sup> AMDB, **Registro de batismo de Manuel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 6, ff. 57v., n.º 267.

<sup>40</sup> MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio...** op.cit., p. 39.

<sup>41</sup> PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 286 F. (Tese de Liv.re Docência).

<sup>42</sup> FERREIRA, Roberto Guedes. **Egressos do cativo...** op. cit.

corrente entre “egressos do cativo” recorrer a padrinhos livres, de preferência que não tivessem passado pela condição de cativo, o que no entendimento do autor seria um estratagema que entre outros efeitos contribuiria na mobilidade social ascendente por parte do ex-cativo.

Também cabe trazer a baila a tessitura firmada com os agregados Prudente Campos e Maria Caetana de Oliveira<sup>43</sup>. No entendimento de Cacilda Machado conseguir “agregar pessoas (isto é, reunir dependentes) representava dispor de força de trabalho complementar” e simultaneamente funcionava como “fonte de distinção social”<sup>44</sup>. Parece-nos que este batizado significou, por parte dos “patrões”, outra relação vertical para baixo, que procurava entre os subalternos formas de consenso e legitimação, criando de certa forma um espírito de coesão por onde perpassavam relações de clientela. Já do ponto de vista de Prudente e de sua companheira os papéis se inverteram, pois ligar-se a “pessoas situadas num patamar superior da hierarquia social representava um mecanismo de ascensão”<sup>45</sup>. Assim este tipo de tramado nos sugere que “nos interstícios dos sistemas normativos estáveis ou em formação, grupos e pessoas jogam uma estratégia significativa própria, capaz de marcar a realidade” que de forma alguma impedem “as formas de dominação”, mas eram capazes de “condicioná-las e modificá-las”<sup>46</sup>.

Porém os liames entre as duas famílias não ficaram limitados a essa conexão de parentesco simbólico, pois Marcolina Campos de Oliveira (1856-1936), uma das filhas do casal de agregados, passou a viver, por volta de 1880, segundo os padrões da Igreja Católica, de forma ilícita com João Alves Machado. Conforme Bressan a relação de concubinato não teria agradado a família do moço, entre outras razões teria pesado a condição humilde da rapariga<sup>47</sup>. No entanto, acreditamos que isso não tenha passado de um “mal estar” efêmero, pois no ano de 1885 os avôs paternos batizaram junto à matriz de São Vicente Ferrer o menino Francisco<sup>48</sup>. Elisabeth Kusnesof ao estudar os assentos batismais de livres na paróquia de São Cristóvão (RJ), constatou que, no caso de batizados descritos na condição de ilegítimos, a presença nos rituais de batismo, dos avôs na condição de padrinhos, acabava assumindo a condição de demonstração do envolvimento e apoio familiar as crianças que se

<sup>43</sup> AMDB, **Registro de batismo de Manoel**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 50v., n.º 111.

<sup>44</sup> MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades...** op. cit., p. 53.

<sup>45</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal...** op.cit., 321.

<sup>46</sup> LEVI, Giovanni. **Herança imaterial...** op. cit., p. 45.

<sup>47</sup> BRESSAN, Hermes. **Rincão dos Alves - raízes e história**: Jaguari – 4º Distrito: resgate da memória dos rinconenses. Jaguari: [s.n.], 2011. O estado de pobreza também foi verificado junto ao assento matrimonial de Francisco Campos de Oliveira e Ignacia dos Santos. O irmão de Marcolina e sua consorte foram dispensados, pelo pároco, das certidões de batismo pela extrema pobreza. O referido consórcio deu-se na condição de legitimação uma vez que os nubentes também viviam em concubinato. Além disso, um dos casais que testemunhou o casamento foi justamente Zeferino e Mariana o que corrobora a proximidade das duas famílias.

AASM, **Registro de matrimônio de Francisco Campos de Oliveira e Ignacia dos Santos**. São Vicente, a. 1881, liv. 1, ff. 39 r. e v. n.º 13.

<sup>48</sup> AASM, **Registro de batismo de Francisco**. São Vicente, a. 1885, liv. 3, ff. 27v., n.º 60. Além de Francisco, o referido consórcio resultou no nascimento de mais doze crianças Marcírio, José, André, Laudelino, João Antonio, Izaltino, Cândido, Mariana, Juvenal, Joana, Zeferino e Adélia conforme consta no **Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilista**. Porto Alegre: Selbach, 1934, p. 260.

encontravam em tal condição<sup>49</sup>.

Em relação à ilegitimidade<sup>50</sup>, no caso específico de São Vicente apuramos junto aos livros de batismo, para as últimas décadas do século XIX, um percentual de 41,82%. No que dista a participação do patriarca e da matriarca dos Alves da Conceição neste tipo de relação de apadrinhamento das dezoito vezes em que o casal fez par para desenvolver o apadrinhamento em nove delas tratavam-se de crianças descritas como filhos naturais. José O. Beozzo apontou que o batismo de certa forma poderia assumir, em casos de mães solteiras, a condição de redenção, uma vez que “a criança que não tinha pai reconhecido, ganhava de imediato um padrinho e uma madrinha que contraíam para com ela obrigações sagradas e por toda a vida”<sup>51</sup>. Do ponto de vista religioso, ter um padrinho significa ter alguém que lhe dava fiança ante Deus, já do ponto de vista civil, o pai espiritual abonava o afilhado perante a sociedade, talvez assim diminuindo a marca da ilegitimidade.

Outra faceta sugerida pelas relações de parentesco espiritual dos Alves da Conceição foi o reforço dos vínculos familiares diretos. Isso pode ser verificado através do apadrinhamento do neto Alvaro, filho legítimo de João Antonio de Oliveira e Rita Alves da Conceição<sup>52</sup>. Segundo propalou Carla Menegat “recorrer a parentes próximos no ato do batismo evidenciava que mesmo havendo a possibilidade de estabelecer laços tão sólidos como os do compadrio com indivíduos que não compartilhavam os laços sanguíneos a percepção da necessidade de reforçar estes últimos era privilegiada”<sup>53</sup> (2009, p.65). Ademais essa confirmação das malhas familiares também pôde ser observada ao analisarmos o rol dos prenomes legados aos descendentes. O nome recebido no momento do batizado possibilitava a pessoa adentrar no mundo da cristandade, contudo o ato de nomeação do indivíduo era passível de estabelecer, comprovar e de romper elos, em muitos casos, buscava “perpetuar” uma graça que poderia circular numa mesma família em várias gerações, uma espécie de bem simbólico que poderia ser legado aos membros da linhagem. Nesse sentido verificou-se a transferência dos prenomes Zeferino e Mariana entre os netos oriundos da união de João e

---

<sup>49</sup> KUSNESOF, Elizabeth Anne. “Ilegitimidade, raça e laços de família no Brasil do século XIX: uma análise da informação de censos e batismos para São Paulo e Rio de Janeiro”. In: NADALIN, Sergio Odilon et al. **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: Abep, 1990. p. 164-174.

<sup>50</sup> Segundo apresenta José Mateo à ilegitimidade pode ser classificá-la em três categorias definidas a partir da condição dos genitores. Desse modo, havia os “naturales: descendientes ilegítimos de padres solteros; adulterinos: hijos ilegítimos con al menos un padre casado” e aqueles que estavam no estrato mais inferior, “espúrios o sacrílegos: hijos de sacerdotes - obviamente concebidos después de la ordenación”). MATEO, José. **Bastardos y concubinas la ilegitimidad conyugal y filial en la frontera pampeana bonaerense (Los Lobos 1810-1869)**. Boletín do Instituto de Historia da Argentina y Latino America “Dr. Emilio Ravignani, n.º 13, 1996, p. 12.

<sup>51</sup> BEOZZO, José Oscar. As igrejas e a imigração. In: DREHER, Martin N. **Imigrações e história da igreja no Brasil**. Aparecida: Editora Santuário, 1993, p. 41.

<sup>52</sup> AASM, **Registro de batismo de Alvaro**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 47 v., n.º 87.

<sup>53</sup> MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 2009, 205 F. (Dissertação de Mestrado), p. 65.

Marcolina<sup>54</sup>.

As últimas informações que conseguimos a respeito do personagem Zeferino foram obtidas junto aos documentos produzidos pelos camaristas de São Vicente. O território foi elevado à condição de município autônomo de São Gabriel em 1882 mediante a lei n.º 1.364. Em janeiro do ano seguinte instalou-se a primeira câmara, e uma das medidas iniciais dos vereadores vicentinos esteve atrelada a picada de São Xavier, espaço de suma importância para economia da nova unidade administrativa, conforme destacavam os representantes do poder legislativo, por ser a via de comunicação para a fronteira por onde passava o gado *vacum* de corte e as carretas que transportavam gêneros alimentícios e madeira serrada. Pela mesma estrada também trafegavam as carretas rumo a Vila do Divino Espírito Santo de Cruz Alta e ao distrito da Palmeira, situadas na porção norte da província, onde se desenvolvia o “*commercio dos hervaes*”<sup>55</sup>.

José Maria Machado de Bittencourt não mediu esforços para que fosse contratado o cidadão Zeferino Alves Machado a fim de abrir o novo caminho, haja vista que já tinha experiência em trabalhos dessa natureza. Vale lembrar que o presidente da câmara naquele momento, que simultaneamente respondia pela função de delegado de polícia, anos antes havia comparecido junto ao oratório na serra de São Xavier onde juntamente com Zeferino e as respectivas esposas afiançaram o enlace de Cândido José da Silva Pereira e da cunhada Cândida Victorino dos Santos, conforme dito o mesmo que contratou Zeferino para que abrisse a clareira que possibilitou na década de 1880 à instalação da primeira leva de colonos alemães no interior de São Vicente. Uma vez acertadas as partes os trabalhos tiveram início em 1883 e a empreitada ficou pronta em 1886. Para tanto recebeu dois contos de réis, um conto adiantado e o outro ao final da tarefa foi repassado aos seus familiares tendo em vista que na prestação de contas feitas pelo poder legislativo vicentino o lavrador foi citado como morto<sup>56</sup>. Entretanto pela qualidade do serviço realizado e após uma solicitação feita pela viúva Dona

---

<sup>54</sup> **Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistista...** op. cit., p. 260. O mesmo vale para os membros da prole da filha Joaquina Alves da Conceição casada com Randolpho José da Silva Pereira, irmão do personagem Cândido estudado anteriormente. Entre os quinze filhos que o casal teve encontramos o referido reforço dos vínculos familiares através do batizado do primogênito José que teve seus avôs na condição de padrinhos, bem como a transmissão dos nomes Zeferino e Mariana a outros dois netos.

AMDB, **Registro de batismo de José**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1870, liv. 10a, ff. 128v., n.º 364.

AMDB, **Registro de batismo de Zeferino**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1871, liv. 10a, ff. 200, n.º 360.

AMDB, **Registro de batismo de Mariana**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1874 liv. 11b f. 35v., n.º 206.

<sup>55</sup> AHRS, **Relatorio de informações topográficas e historicas do municpeos do Brasil**. Correspondências da Câmara de São Vicente. São Vicente, a. 1886.

<sup>56</sup> AHRS, **Contrato entre a Camara da Villa de São Vicente e Zeferino Alves Machado**. Correspondências da Câmara de São Vicente, a. 1887.

Mariana Leite da Conceição diretamente aos camaristas, seu filho João Alves Machado fora confirmado na condição de zelador da picada<sup>57</sup>.

No que tange à trajetória da viúva Mariana, não obtivemos muitas informações, um dos poucos espaços onde encontramos seu nome foi junto aos assentos de batismo onde figurou na condição de madrinha em oito oportunidades. Na maioria das vezes teve a companhia de seu filho João que conforme foi citado em seu inventário *post-mortem*<sup>58</sup> assumiu a incumbência de cuidar de sua genitora em seus últimos anos de vida. Devido a isso foi beneficiado com a terça na colação dos bens que ficaram por morte sua mãe corrida no ano de 1924.

### **Considerações Finais**

Ao trilharmos a senda da micro-história, com ênfase na onomástica e no paradigma indiciário, tratamos das redes de compadrio firmadas pelo casal Zeferino e Mariana junto a outros núcleos familiares residentes na Freguesia de São Vicente Ferrer enquanto estratégias estabelecidas com o intuito de obter reconhecimento social. Nesse sentido salientamos a importância do oratório particular consagrado a Nossa Senhora da Conceição e mantido junto à casa de vivendas situada na serra de São Xavier onde dezenas de crianças foram remidas do pecado original através da água e dos santos óleos batismais.

Ao construir o tramado observamos que “por detrás da pia” a prática do compadrio congregava princípios transcendentais e imanentes, onde os parentes espirituais se converteram em aliados para as demandas mundanas. Tais como aquelas desenvolvidas por Cândido José da Silva Pereira quando ocupou o cargo de juiz de paz distrital concedendo benesses ao seu compadre no tocante a prestação de serviços e a possibilidade de agregação de renda. Situação que se repetiria anos mais tarde com José Maria Machado de Bittencourt que ao presidir a câmara do município de São Vicente oportunizou ao lavrador prestar serviços para municipalidade.

O balanço das redes também nos possibilitou discorrermos sobre as malhas diádicas, ou seja, relações estabelecidas entre personagens que ocupavam lugares diferentes dentro do tecido social. Destacamos as urdiduras de caráter vertical para cima, onde demos ênfase às teias de vizinhança estabelecidas com a rica família dos Victorino dos Santos. Paralelamente destacamos as de cunho vertical para baixo ao analisarmos o tramado que envolveu os Alves da Conceição e a família de agregados dos Campos de Oliveira, onde além do parentesco ritual abordamos a relação consensual entre João Alves Machado e Marcolina Campos de Oliveira que nos serviram de pretexto para abordarmos a faceta da prole ilegítima.

---

<sup>57</sup> AHRS, **Relatório da Camara da Villa de São Vicente a Assembleia Legislativa Provincial**. São Vicente, a. 1887, ff. 17.

<sup>58</sup> AJC, **Inventário *post-mortem* de Dona Mariana Alves da Conceição**. São Vicente, a. 1925, cx. 503, n.º 215.

Ainda no que concernem as relações assimétricas abrimos espaço para personagens de “pequeno quilate” tais como a escrava Maria e sua filha Benedicta que se valeram do parentesco simbólico a fim de estreitar laços com o “mundo da casa grande”. Todavia destacamos que se a pretensão da escrava ao convidar seus senhores para apadrinhar sua filha foi uma possível carta de liberdade, a estratégia falhou, pois cerca de vinte cinco anos depois ela foi descrita como uma das peças que faziam parte do plantel de escravos presentes no inventário *post-mortem* de Zeferino.

Analizamos também os liames que perpassavam pelo compadrio materializado junto ao preto livre Antonio Eugenio, de modo especial os qualificativos sociais presentes no registro de seu filho Manoel, enquanto uma tática empreendida pelo egresso do cativo, que ao “se aparentar” com pessoas que possuíam certa notoriedade social, pode ter constituído num mecanismo de reforço de sua condição de liberto, assim como uma forma de ascensão social.

Por fim a ciranda do compadrio nos mostrou o reforço dos elos familiares diretos, através do batizado dos netos onde o parentesco sanguíneo fora ratificado pelo parentesco ritual, o que possibilitou tornarem-se duplamente parentes. De modo especial aqueles firmados com o filho João, a quem coube a tarefa de substituir seu pai como zelador da picada de São Xavier, acompanhar sua mãe nos anos finais de sua vida e para tanto acabou assumindo a condição de herdeiro privilegiado, não só de bens materiais, mas constituiu-se no herdeiro do patrimônio simbólico que seus ascendentes haviam construído valendo-se das muitas faces que a prática cultural do compadrio propiciava.

## Referências

**ÁLBUM ILUSTRADO DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA.** Porto Alegre: Selbach, 1934.

BEOZZO, José Oscar. As igrejas e a imigração. In: DREHER, Martin N. **Imigrações e história da igreja no Brasil.** Aparecida: Editora Santuário, 1993.

BERTRAND, Michel. **Los modos relacionales de las élites hispanoamericanas coloniales:** enfoques y posturas. Tandil: Anuário del IEHS, 2000, n. 15, p. 61-80.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX.** IN: Locus: Revista de História, Juiz de Fora, Vol. 3, 1997. <http://www.ufjf.br/locus/edicoes-antteriores>.

BRESSAN, Hermes. **Rincão dos Alves - raízes e história:** Jaguari – 4º Distrito: resgate da memória dos rinconenses. Jaguari: [s.n.], 2011.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal:** família e sociedade (São João Del Rei - Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

**DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO: Catálogo seletivo de cartas de liberdade**. Porto Alegre: CORAG, 2006. Vol. II.

FAGUNDES, Rosicler M. R... **Esfaqueamento no púlpito: O comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do sec. XIX (1845-1865)**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, 158 F. (Dissertação de Mestrado).

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Roberto Guedes. **Egressos do cativo: trabalho, família aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo 1798-1850)**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HAMEISTER, Martha D. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006, 474 F. (Tese de Doutorado).

KUSNESOF, Elizabeth Anne. “Ilegitimidade, raça e laços de família no Brasil do século XIX: uma análise da informação de censos e batismos para São Paulo e Rio de Janeiro”. In: NADALIN, Sergio Odilon et al.. **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: Abep, 1990, p. 164-174.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.

\_\_\_\_\_. **Herança imaterial: A trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MATEO, José. **Bastardos y concubinas la ilegitimidad conyugal y filial en la frontera pampeana bonaerense (Los Lobos 1810-1869)**. Boletín do Instituto de História da Argentina y Latino America “Dr. Emilio Ravignani, n.º 13, 1996.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 2013.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.



MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas:** família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 2009, 205 F. (Dissertação de Mestrado).

MOUTOUKIAS, Zacarias. Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica In: BJERG, María e OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna.** Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo:** uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: UFMG, 2012. 286 F. (Tese de Livre Docência).

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Como se de ventre livre nascesse:** Experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 - c.1888. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2010, 305 F. (Dissertação de Mestrado).

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas:** A experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Jaleca Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888).** São Luís: SIOGE, 1990.

RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e transição:** Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. Niterói: UFF, 1990, (Dissertação de Mestrado).

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos.** Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: companhia das Letras, 1988.

SERNA, Justo e PONS, Anaclet. O buraco da agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). **Uma história em escalas.** A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012.

SILVA, Sidney Pereira da. **Os registros de batismo e a ilegitimidade entre a população escrava de Valença (Província do Rio de Janeiro – 1823-1835).** Rio de Janeiro: Revista do IHBG, a. 166, n.º 428, jul/set. 2005.

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) **História da vida privada no Brasil. Império:** a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

UBERTI, Hermes Gilber. **“A benção que se pede e a benção que se dá”:** Redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira, 1841-1914). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2011, 222 F. (Dissertação de Mestrado).

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta.** Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Niterói: UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2013, 475 F. (Tese de Doutorado).

### Fontes manuscritas

[Arquivo da Mitra Diocesana de Bagé](#)

Registro de batismo de Candida. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1861, *liv.* 6, *ff.* 54, *n.º* 264.

Registro de batismo de João. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1861, *liv.* 6, *ff.* 57v, *n.º* 265

Registro de batismo de Benedicta. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1861, *liv.* 6, *ff.* 57v., *n.º* 266.

Registro de batismo de Manuel. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1861, *liv.* 6, *ff.* 57v., *n.º* 267.

Registro de casamento de Cândido José da Silva Pereira e Cândida Victorina dos Santos. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1862, *liv.* 4, *ff.* 3, *n.º* 8.

Registro de batismo de José. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1870, *liv.* 10a, *ff.* 128v., *n.º* 364.

Registro de batismo de Zeferino. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1871, *liv.* 10a, *ff.* 200, *n.º* 360.

Registro de batismo de Mariana. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1874 *liv.* 11b f. 35v., *n.º* 206.

#### Arquivo da Arquidiocese de Santa Maria

Registro de batismo de Alvaro. São Vicente, *a.* 1878, *liv.* 1, *ff.* 47 v., *n.º* 87.

Registro de batismo de Benicio. São Vicente, *a.* 1878, *liv.* 1, *ff.* 47v., *n.º* 89

Registro de batismo de Manoel. São Vicente, *a.* 1878, *liv.* 1, *ff.* 50v., *n.º* 111.

Registro de batismo de Lucio. São Vicente, *a.* 1880, *liv.* 2, *ff.* 10v., *n.º* 148.

Livros de batismo *liv.* 01, *ff.* 46 v. a 53 v. *n.º* 82 a 135 e *liv.* 02, *ff.* 08v. a 11r. *n.º* 138 a 151.

Registro de matrimônio de Francisco Campos de Oliveira e Ignacia dos Santos. São Vicente, *a.* 1881, *liv.* 1, *ff.* 39, *n.º* 13.

Registro de batismo de Francisco. São Vicente, *a.* 1885, *liv.* 3, *ff.* 27v., *n.º* 60.

#### Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Atas das eleições da câmara municipal de São Gabriel. *a.* 1863 e 1872, *cx.* 205 e 207, *m.* 240 e 243.

Correspondências da câmara. São Gabriel, *a.* 1871, *cx.* 205, *m.* 242.

Qualificação Guarda Nacional. São Gabriel, *a.* 1872, *m.* 59.

Qualificação Guarda Nacional. São Gabriel, *a.* 1873, *m.* 58.

Qualificação Guarda Nacional. São Gabriel, *a.* 1874, *m.* 60.

Correspondências da câmara. São Gabriel, *a.* 1875, *cx.* 205, *m.* 243.

Relatório de informações topográficas e históricas do municípeos do Brasil. Correspondências da Câmara de São Vicente. São Vicente, a. 1886.

Contrato entre a Camara da Villa de São Vicente e Zeferino Alves Machado. São Vicente, a. 1887.

Relatório da Camara da Villa de São Vicente a Assembleia Legislativa Provincial. São Vicente, a. 1887, ff. 17.

#### Arquivo do Judiciário Centralizado

AJC, Inventário *post-mortem* de Dona Mariana Alves da Conceição. São Vicente, a. 1925, cx. 503, n.º 215.

#### Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Registros Paroquiais de Terras. São Gabriel, a. 1856, liv. 47, ff. 32v. e 33, n.º 123 e 125.

Inventário *post-mortem* de Zeferino Alves Machado. São Vicente, Vara da família, a. 1886 n.º 26, m. 2, est. 148B, cx. 20, ff. 8v..

Inventário *post-mortem* de Joaquina Carolina Fagundes. São Gabriel, Cartório dos Órfãos e Ausentes, a. 1876, n.º 297, m.16, est.107.

## **2. Patrimônio Documental e Cultural**

# ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ARQUIVO: UM ESTUDO COM OS MUNICÍPIOS DA GRANDE PORTO ALEGRE/RS<sup>1</sup>

*Francisco Weliton Oliveira Araujo Souza<sup>2</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho tem como proposta analisar as condições atuais dos arquivos municipais brasileiros quanto a sua organização, as políticas públicas de arquivo desenvolvidas, o cumprimento das leis referentes aos mesmos, a atuação profissional de arquivistas nestes ambientes. Tal pesquisa foi aplicada numa amostra dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. A pesquisa utilizou como instrumento de pesquisa um questionário semiestruturado, enviado via correio eletrônico para os participantes da mesma. Constatou-se que os arquivos estão ainda aquém do que a legislação e a literatura arquivística definem como ideal. Não possuem profissional capacitado, sem estruturas físicas adequadas, com o mínimo de instrumentos arquivísticos para desenvolver suas atividades, praticamente sem apoio dos gestores. Sem, inicialmente, um apoio da direção da instituição considera-se inviável desenvolver as atividades pertinentes aos arquivos afim de poder atender com eficácia à própria administração da instituição e aos usuários.

**Palavras-chave:** Arquivo Municipal – Políticas Públicas – Legislação Arquivística – Acesso à Informação

## **Introdução**

É inegável a significativa contribuição que os arquivos tiveram e têm para as administrações públicas, ao passo que essa ligação remonta desde o início das civilizações. Não é de hoje que se sabe que os órgãos públicos e os arquivos possuem uma relação de benefício mútuo, podendo assim dizer, em que aqueles preocupam-se em guardar e conservar bem seus documentos em local apropriado e estes, por sua vez, guardados de forma organizada, se tornam mais fáceis para a localização do que se procura, podendo servir futuramente para solução de problemas, para a tomada de decisões, para informar, para provar. A Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 2013), em seu artigo 216, parágrafo 2º, assim como a Lei dos Arquivos de 08/01/91 (BRASIL, 2013), em seu artigo 1º, mencionam o dever dos órgãos públicos, independente da esfera de governo, com seus acervos documentais, considerados patrimônios da União. O cuidado com esses acervos se aplica através de atividades arquivísticas essenciais: de gestão documental, da preservação do patrimônio documental e da garantia de acesso à informação pública. Corroborando esse compromisso dos poderes públicos com os documentos ainda pode-se trazer o artigo 23, capítulo III da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2013) que informa: Art. 23. É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: III- proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Com a finalidade de conhecer a realidade dos arquivos municipais, objetivou-se desenvolver essa pesquisa, afim de: identificar, por parte dos municípios, o cumprimento da legislação brasileira no que diz respeito à criação, organização e manutenção de arquivos públicos, subsidiando dessa forma a gerência municipal e garantindo direitos à população, através do acesso à informação pública; analisar

<sup>1</sup> Artigo originado do Trabalho de Conclusão Do Curso de Arquivologia na UFRGS.

<sup>2</sup> Arquivista.

as políticas públicas de arquivo desenvolvidas pelos arquivos municipais, contando estes com a colaboração da direção executiva para que assim possa melhor qualificar o trabalho da própria administração pública, promovendo eficiência e eficácia do trabalho, economia de custos, tempo e espaços, recuperação mais ágil da informação e, conseqüentemente, agilidade na tomada de decisões, além de padronização das tipologias documentais, controle de cópias, diminuição da massa documental e promoção de acesso a informação pública; avaliar o conhecimento por parte dos municípios da profissão de arquivista e suas atribuições, essenciais ao bom desenvolvimento do trabalho administrativo da instituição e, principalmente, tomar conhecimento se há arquivistas coordenando os arquivos municipais pesquisados.

### **Universo e Metodologia da Pesquisa**

O contexto geográfico escolhido para essa pesquisa foi a Região Metropolitana de Porto Alegre/RS (RMPA), constituída atualmente de 34 municípios, segundo Martins (2013), dos quais foram selecionados 16 deles para compor a amostra que será estudada neste trabalho. O instrumento de pesquisa utilizado para esse trabalho foi um questionário semiestruturado, distribuído em 5 módulos com perguntas abertas e fechadas, aplicado aos coordenadores dos arquivos municipais, através de contato via e-mail. Os 16 municípios participantes da pesquisa são: Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Portão, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia e Viamão. De todos os participantes somente um município não retornou com o questionário respondido. Com a coleta de dados desse instrumento pretendeu-se avaliar as condições, físicas e organizacionais em que se encontram esses arquivos municipais, verificar quais atividades arquivísticas são desenvolvidas nas suas rotinas de trabalho, averiguar a participação e contribuição do governo municipal para o desenvolvimento das atividades de arquivo, constatar o cumprimento das determinações legais no que diz respeito aos arquivos, verificar se há atuação de profissional de arquivo nesses setores, dentre outras considerações que podem ser obtidas dessa pesquisa.

### **Políticas Públicas: Conceito e Importância Social**

Depreende-se de Souza (2006, p.03) sobre Política Pública como sendo a elaboração de planejamentos visando ações que tem o propósito de atender as demandas solicitadas pela população, para que esta possa viver harmoniosamente. Essa construção de planejamentos e ações é exercida pelo governo conjuntamente com a participação popular. O povo tem nesse momento a oportunidade de dar sua opinião e votar no que considera necessário em sua comunidade. As demandas são avaliadas e verifica-se o que é prioridade no momento para atendê-las na medida do possível. Os cidadãos se

organizam em ONG's, sindicatos, associações de bairro para, dessa forma organizada e unida, levar suas reivindicações ao governo e assim poderem votar no que consideram necessário à sua região e cobrar resultados do governo.

Em se tratando de Políticas Públicas de Arquivo Souza (2006, p. 05) menciona que é de responsabilidade dos coordenadores dos arquivos, nesse caso os arquivistas, junto com as administrações públicas formular ações que atendam a determinados objetivos: primeiramente, o direito do cidadão de acesso à informação; em segundo lugar o apoio ao governo, bem como a proteção a memória e ao desenvolvimento científico.

Oliveira (2007) expressa a mesma importância dada as ações de políticas públicas, mencionadas anteriormente por Souza (2006), em outras palavras, como pode-se ver a seguir:

A implantação de políticas públicas de gestão documental em esfera municipal é condição indispensável para que as administrações municipais possam assegurar o **acesso** à informação, o **controle** das finanças públicas e **transparência** administrativa, bem como agregar **qualidade** aos seus serviços, de maneira a atender às crescentes demandas das sociedades modernas (2007, p.11-12, grifo do autor).

### **Levantamento dos Dados: Apresentação e Análise dos Arquivos Municipais**

A pesquisa foi desenvolvida usando como instrumento de coleta de dados um questionário, semiestruturado, em 5 módulos, aplicado via correio eletrônico, aos coordenadores dos arquivos municipais, entendendo-se como as pessoas mais indicadas para responder as questões elaboradas. O universo da pesquisa consistiu-se de uma amostra dos municípios pertencentes à Região Metropolitana de Porto Alegre/RS (RMPA). A partir do recebimento das respostas procedeu-se à análise dos dados coletados que, junto com a literatura a cerca do tema da pesquisa, permitiu-se chegar a uma interpretação das condições atuais dos arquivos municipais gaúchos.

O primeiro módulo de perguntas objetiva saber: Quanto a nomenclatura mais utilizada para o arquivo municipal, dentre o total de municípios participantes da pesquisa, ou seja 15, a denominação com maior expressão de respostas foi a de Arquivo Municipal, com 33,33%, em segundo lugar aparece Arquivo Central, com 26,66%. Arquivo Morto, mesmo não sendo uma terminologia usual no meio arquivístico, ainda assim obteve 13,33% das respostas. Outras denominações que não foram propostas apareceram como opções, assim como identificou-se uma denominação não comum, a de Patrimônio, com 6,66%. Por Arquivo Municipal entende-se do órgão que, vinculado a administração municipal, tem por finalidade custodiar os documentos por esta produzidos e recebidos, assim como disponibilizar o seu acesso a quem interessar, sendo que para isso faz-se necessário que a documentação esteja organizada, conservada e acessível para dar uma rápida resposta tanto a administração como ao cidadão. Verifica-se que não há uniformidade quanto a denominação desse

órgão dentro das Prefeituras pesquisadas, bem como percebe-se ainda a utilização de termos nada próprios, como Arquivo Morto, que denota um descaso com a documentação.

Quanto a instituição legal do arquivo na Prefeitura, do total de participantes obteve-se 66,66% das respostas que disseram que os municípios têm instituídos, por meio de ato legal, os seus respectivos arquivos dentro da sua organização administrativa. Em contrapartida, verificou-se em 26,66% das respostas que ainda não possuem arquivos instituídos legalmente, sendo estes somente vinculados a secretarias ou departamentos da administração e ainda 6,66% que não souberam responder a essa pergunta. Está previsto na legislação brasileira, a exemplo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2013) e a Lei dos Arquivos nº 8.159, de 08/01/91 (BRASIL, 2013), que os órgãos públicos, independente da esfera de atuação, devem institucionalizar, através de algum dispositivo normativo, um órgão que seja responsável pelo acervo documental, nesse caso o arquivo municipal.

Quanto a formação profissional do coordenador do arquivo, as respostas se apresentaram da seguinte maneira: pessoas com ensino fundamental: 13,33%; com ensino médio: 13,33%; com ensino superior incompleto (em diferentes áreas): 33,33%; tecnólogo em gestão de pessoas: 6,66%; historiador: 6,66%, pessoas com cursos diversos: 13,33%; não responderam: 13,33% e arquivista: não obteve resposta. Através da Lei nº 6.546 de 04 de julho de 1978 (BRASIL, 2013) e do Decreto nº 82.590 de 06 de novembro de 1978 (BRASIL, 2013) ficam criadas e regulamentadas as profissões de arquivista e técnico de arquivo, que através das atribuições que lhes são conferidos compreende-se que são os profissionais capacitados a trabalhar nesses órgãos, entre outros. Porém a realidade é bem diferente.

No segundo módulo de perguntas tem como foco as características dos acervos pesquisados: Quanto ao período compreendido pela documentação do acervo, 66,66% dos municípios responderam que eles são compostos desde a emancipação política ou desde a fundação dos referidos municípios. Em contrapartida, 53,33% dos municípios disseram que a documentação possui lacunas de tempo. Alguns municípios responderam as duas alternativas dessa questão. Dentre as políticas de arquivo estão as medidas de conservação e preservação dos documentos. Cabe aos órgãos governamentais, independente da sua esfera, adotar tais medidas para preservar seu acervo o mais completo e íntegro possível, individual e coletivamente, para que seja possível o acesso pela administração e pela população.

Quanto as condições em que se encontra o acervo, as respostas apresentaram-se da seguinte maneira: 60% dos municípios disseram que seus acervos estão danificados por manuseio/acondicionamento, 20% responderam que os acervos encontram-se infestados por agentes biológicos/roedores e 46,66% disseram que os acervos encontram-se em boas condições de consulta. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa. É visível, numa porcentagem significativa, o descaso com os acervos documentais públicos. Faz-se necessário planejamentos e ações conjuntas



entre o gestor do arquivo e o gestor municipal afim de propor medidas arquivísticas que solucionem ou amenizem os danos causados aos acervos.

Quanto ao estágio de tratamento do acervo, 20% mostram que seus acervos estão totalmente identificados, enquanto que 6,66% responderam que seus acervos estão totalmente organizados. Essa realidade dos acervos pode ter vários fatores determinantes. Acredita-se que uma solução seria conscientizar os gestores e demais políticos da importância que os arquivos têm para as administrações municipais e para os cidadãos, cabendo a eles subsidiar com os suportes básicos permitindo que se realize as atividades necessárias do setor, mantendo-os organizados e funcionais, afim de que estes possam servir a quem deles precisar.

O terceiro módulo propõe avaliar as atividades de arquivo desenvolvidas: Quanto ao arquivo fazer parte de um sistema/rede de arquivos, em 86,66% das respostas os participantes disseram que não integram nenhum sistema de ou rede de arquivos, de nenhuma esfera, enquanto 13,33% disseram que sim. Por Heredia (1993, p.207) entende-se sobre “sistemas de arquivos” como um conjunto de atividades articuladas através de uma rede de centros e serviços técnicos para normatizar o recolhimento, a transferência, o depósito, a organização, a descrição e os serviços com os documentos.

O objetivo de um sistema de arquivos é implementar, dentre os participantes do mesmo, a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, visando a gestão, a preservação e o acesso aos documentos de arquivo (SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS, 2013).

Quanto ao arquivo ser o órgão central do sistema/rede de arquivos, a maioria dos respondentes, ou seja, 73,33% disseram que não são o órgão central, enquanto 20% responderam que são o órgão central e 6,66% não responderam a questão. Verifica-se nesse contexto de perguntas que, dentre a maioria dos participantes da pesquisa, não há um sistema de arquivos nos municípios em questão e tão pouco há um órgão central responsável pela normatização das atividades.

Quanto ao arquivo promover gestão documental da documentação produzida/recebida pela Prefeitura (da fase corrente até a intermediária), em 66,66% das respostas os participantes disseram que não promovem gestão documental, enquanto que 26,66% disseram que promovem gestão dos seus documentos e 6,66% não responderam a essa questão. A gestão documental está prevista na legislação brasileira como uma das atividades arquivísticas que devem ser executadas nas administrações públicas, independente das esferas, pelos arquivos públicos, servindo de importante ferramenta arquivística por estabelecer medidas e rotinas com vistas à racionalização, à eficiência na produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos de arquivo.

As respostas dessa questão reforçam o que já foi verificado nas anteriores, que os municípios não possuem um arquivo municipal funcionando na sua plena capacidade, desempenhando as atividades que lhe cabem, proporcionando um serviço eficiente e eficaz à administração e aos cidadãos.

Quanto as demais políticas de arquivo implementadas pelo município, aqui procurou-se verificar quais das demais ferramentas arquivísticas, além da gestão documental, são utilizadas pelos arquivos municipais questionados para colaborar com o bom desenvolvimento das atividades desse setor. Considerou-se para essa questão: o Plano de Classificação de Documentos, a Comissão de Avaliação de Documentos, a Tabela de Temporalidade de Documentos, a Eliminação de Documentos, a Descrição de Documentos e a Difusão de Acervos. As respostas apresentaram-se da seguinte maneira: Plano de Classificação com 33,33%; Comissão de Avaliação de Documentos com 20%; Tabela de Temporalidade com 13,33%; Eliminação de documentos com 13,33%; Descrição de documentos com 20% e Difusão de acervos não obteve resposta e 6,66% não responderam a essa questão. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa. Pode-se perceber que os arquivos municipais pesquisados, na ausência de um profissional com conhecimento na área, não possuem as ferramentas necessárias para desenvolver suas atividades, bem como os demais setores a eles subordinados, comprometendo dessa forma a eficiência das atividades realizadas e dos serviços prestados a própria administração e ao cidadão.

No quarto módulo pretendeu-se analisar a estrutura e serviços do arquivo: Quanto a instalação do arquivo, com 26,66%, os participantes responderam que o prédio do arquivo é próprio para abrigar o acervo municipal; 40 % responderam que o prédio foi adaptado para o arquivo; 20% disseram que o prédio é alugado ou cedido para abrigar o arquivo; 33,33% responderam que o mesmo encontra-se fora da sede da Prefeitura e 40% dos participantes responderam que o espaço físico onde se encontra o arquivo hoje não tem condições necessárias para abrigá-lo. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa nessa questão.

A Câmara Técnica de Preservação de Documentos, vinculada ao CONARQ, através da resolução nº 13 de 09/11/2001(CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2001), publicou três obras referentes aos arquivos públicos, sendo que uma delas, denominada “Recomendações para a construção de arquivos” (2000), como o próprio nome da obra já demonstra, tem como finalidade orientar o planejamento para a construção, adaptação e reforma de edifícios que abriguem o acervo documental. Porém a realidade atual é a de que os locais onde estão armazenados os acervos documentais não foram planejados para essa finalidade e muito menos com as condições necessárias para abrigá-los e conservá-los, na maioria dos casos, como se pode ver pela pesquisa, são adaptados para essa função, o que reforça a ideia que se tem do descaso que os governantes possuem com a documentação pública.

Quanto as políticas de preservação dos documentos, a preservação de documentos é outra das ações arquivísticas mencionadas na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2013) e pela Lei dos Arquivos de 08/01/91(BRASIL, 2013), como necessárias para garantir a manutenção dos acervos públicos.

Quanto às respostas obtidas, 26,66% responderam que fazem controle ambiental do seu acervo; 46,66% adotam medidas de prevenção contra incêndios; 33,33% fazem tratamento de combate a microorganismos/insetos e roedores e 26,66% responderam que não adotam nenhuma dessas medidas para preservação dos seus acervos e 6,66% não responderam a essa questão. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa nessa questão. Verifica-se através das respostas que as políticas de preservação são pouco desenvolvidas e ainda não são executadas todas as ações possíveis pelos municípios, comprometendo a integridade física da documentação e por consequência a utilização da mesma pela administração e pela população.

Para auxiliar na questão da preservação documental o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), através do projeto “Como Fazer”, em parceria com a Associação dos Arquivistas de São Paulo, elaboraram algumas obras, dentre elas “Como fazer conservação preventiva em Arquivos e Bibliotecas” (2000), onde traz um conjunto de princípios básicos para a implementação e execução de planos de conservação.

Quanto ao arquivo possuir sistema informatizado para processamento técnico da documentação e recuperação da informação do acervo, considerando a tecnologia da informação um recurso muito utilizado por qualquer profissão e em praticamente todas as atividades, sabendo-se da sua grande contribuição, através de suas várias e variadas funcionalidades, objetivou-se saber se os arquivos municipais possuem sistemas informatizados para tratar os seus acervos. A resposta foi única, 100%, ou seja, todos os respondentes disseram que não possuem nenhum sistema informatizado.

No mundo contemporâneo e globalizado em que se vive, dominado pelos recursos tecnológicos, torna-se imprescindível que os arquivos se adequem a essa nova realidade e façam uso das vantagens que a tecnologia da informação proporciona para melhor desenvolver suas atividades e atender a administração e ao usuário. Para auxiliar nessa questão a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, vinculada ao CONARQ, produziu uma obra chamada “Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ” (2006), que tem como proposta estabelecer um conjunto de condições a serem cumpridas pela organização produtora/recebedora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos com a finalidade de garantir a sua confiabilidade e autenticidade, bem como seu acesso. Além disso, os requisitos são necessários para permitir a identificação de documentos arquivísticos em sistemas informatizados de informação.

Quanto a documentação do acervo encontrar-se disponível em rede, essa questão está relacionada com o contexto da anterior, sobre tecnologia da informação. Como resposta obteve-se 93,33% que disseram que os documentos não encontram-se disponíveis em rede e 6,66%, ou seja, 1 município respondeu que disponibiliza os documentos via Intranet. Pelo o que se apresenta nessas

respostas pode-se concluir que os serviços desempenhados pelos arquivos são prejudicados pela pouca ou nada usabilidade dos recursos tecnológicos.

Quanto às políticas de reprodução de documentos, os arquivos públicos devem estar preparados para fornecer a quem requisitar as informações de que mantiverem a guarda. Uma das maneiras de fornecer esse acesso é através das reproduções dos documentos. Dentre as possibilidades de reprodução de documentos: 73,33% responderam que se utilizam da fotocópia, 13,33% responderam que utilizam a digitalização, as demais opções: microfilmagem, eletrostática, transcrição não foram assinaladas. A opção outras recebeu 13,33% das respostas, porém não a especificaram. Outra forma de disponibilização da informação, que é muito eficiente por atingir um número muito grande de usuários de uma vez só, é através do acesso pela internet, através de endereço eletrônico que o arquivo público pode criar para melhor atender o usuário. Para auxiliar quanto a esse assunto a Câmara Técnica de Preservação de Documentos, vinculada ao CONARQ, através da resolução nº 13 de 09/11/2001(CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2001) publicou a obra “Diretrizes gerais para a construção de *websites* de Instituições Arquivísticas” (2000) que tem como proposta fornecer um referencial básico às instituições arquivísticas interessadas em criar ou redefinir seus *websites*.

Quanto ao atendimento ao usuário, essa questão insere-se no contexto do acesso à informação garantido aos usuários. Os resultados das repostas foram os seguintes: a forma presencial de atendimento obteve 73,33% das respostas; por telefone ficou com 60%; por e-mail e correspondência empataram com 20%. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa nessa questão.

Verifica-se que o atendimento presencial e por telefone ainda são os meios mais utilizados pelos usuários para solicitar alguma informação. Porém hoje as pessoas estão mais interativas, trocando muito mais informações com muita rapidez através das redes sociais. Cabe aos arquivos se utilizarem também desses recursos que as tecnologias da informação proporcionam para estabelecer um contato mais rápido e eficiente com os usuários e, dessa forma, disponibilizar uma quantidade maior de informação a um custo mais baixo e com um alcance maior de pessoas.

Quanto ao perfil do usuário, essa pergunta complementa-se com a anterior. Dentre as opções de respostas verificou-se que os funcionários das prefeituras foram os mais mencionados, com 86,66% delas, os cidadãos ficaram em segundo lugar com 46,66% e empatados com 6,66%, ficaram os estudantes e pesquisadores, enquanto a opção genealogista não obteve nenhuma resposta. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa nessa questão.

Faz parte das atividades do arquivo promover ações de difusão do acervo, bem como do arquivo para atrair os usuários às suas dependências, estimulando-os a explorar o seu conteúdo informacional. Atividades como palestras, visitas guiadas, exposições, ações culturais e educativas são algumas delas.

Quanto as condições de acesso à documentação, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2013), a Lei dos Arquivos de 08/01/91 (BRASIL, 2013) e a Lei de Acesso à Informação de 18/11/11

(BRASIL, 2013) têm pontos em comum, um deles é a garantia do direito de acesso à informação constante nos documentos públicos, dever esse empregado aos órgãos públicos, independente da esfera governamental.

Buscou-se verificar como esse acesso aos documentos públicos é fornecido aos usuários, 73,33% responderam que o acesso é restrito, enquanto 6,66% responderam que o acesso é livre e 20% responderam que não há consulta local da documentação.

Ressalvados os documentos considerados sigilosos dos quais dependem a segurança da sociedade ou os referentes a vida privada e imagem das pessoas que devem ser mantidos sob restrições de acesso, aos demais documentos deve-se fornecer o acesso, competindo aos arquivos respeitar a legislação em vigor sobre essa matéria.

Quanto aos recursos humanos, pretendeu-se verificar como é composto o quadro de pessoal dos arquivos municipais pesquisados. Em 86,66% das respostas prevaleceu como funcionários dos arquivos o pessoal administrativo, em 46,66% das respostas apareceram os estagiários e, empatados em 6,66%, apareceu o historiador e o bibliotecário, ou seja, 1 profissional trabalhando em cada arquivo. Quanto ao arquivista, não apareceu em nenhuma das respostas, como se percebera anteriormente. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa nessa questão. Além da ausência de profissional de arquivo também há a falta de capacitação dos funcionários para tratar dos acervos, o que certamente ocasiona num trabalho realizado sem conhecimento específico nesse tipo de atividade.

Por fim, o quinto e último módulo aborda as políticas e legislação de arquivos: quanto ao arquivo integrar políticas externas de arquivo, seja da esfera estadual ou federal, com a finalidade de implementar a Política Pública de Arquivos, receber orientações quanto as atividades a serem desenvolvidas pelo setor, apoio técnico e informacional, entre outras contribuições. Os órgãos citados como possíveis respostas foram: Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais (FNDAM) e Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS).

As respostas mais uma vez foram unânimes, todos, ou seja, os 100% dos participantes, responderam não participar de nenhuma política externa de arquivos. Isso prejudica as atividades desenvolvidas pelos arquivos, pois deixam de receber apoio, informações, orientações importantes para empregar em seus acervos.

Quanto o arquivo, bem como a Prefeitura, possuem conhecimento das leis sobre arquivos públicos (nesse caso, a Constituição brasileira de 1988 e a Lei Federal nº 8.159/91), elas trazem algo em comum, que é o dever do poder público, independente da sua esfera, de cuidar dos seus acervos documentais, através de gestão documental, da preservação do seu patrimônio e do acesso as informações públicas aos cidadãos. Tanto os Estados, como o Distrito Federal e os Municípios têm

direito de criar leis suplementares, que estejam de acordo com as federais, para criar mecanismos que atendam aos deveres dos órgãos públicos quanto aos seus acervos arquivísticos.

Dentre os participantes, 66,66% responderam que tem conhecimento dessas leis e 33,33% disseram não conhecê-las. Essas leis são tão importantes quanto as outras referentes aos órgãos públicos, a não só basta conhecê-las, mas colocá-las em prática.

Quanto o arquivo, assim como a Prefeitura, terem conhecimento da profissão de arquivista e de suas atribuições, pretendeu-se conferir a popularidade da profissão de arquivista entre os participantes. A grande maioria, 93,33%, responderam conhecer a referida profissão, enquanto que 6,66%, ou seja, um município respondeu não conhecê-la.

Nesse contexto da pesquisa a porcentagem dos que conhecem a profissão foi bem expressiva, quase unânime, contudo sabe-se que esta profissão mesmo sendo regulamentada há mais de 30 anos ainda enfrenta com a falta de conhecimento e reconhecimento da sua contribuição para as instituições em geral e para a sociedade.

Quanto a pretensão da Prefeitura em abrir processo seletivo para a contratação de arquivistas, complementando a questão anterior, as respostas apresentaram-se da seguinte maneira: 26,66% disseram que há a pretensão de contratar arquivista, 60% não manifestaram a mesma vontade e 13,33% não responderam a questão. Reforça-se a ideia de que não basta conhecer a existência do profissional, mas há também a necessidade de contratação do mesmo, visto a importante contribuição que ele pode proporcionar com seu trabalho.

Quanto a iniciativa do arquivo, junto com a Prefeitura, em se adequar a Lei de Acesso à Informação de nº 12.527/2001, lei esta que corrobora o que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2013) e a Lei dos Arquivos de 08/01/91 (BRASIL, 2013) já definiram como sendo dever dos órgãos públicos, de zelar pelo patrimônio documental, através do gerenciamento dos documentos e de sua preservação e, o tema principal dessa lei, do acesso aos documentos públicos pela população. Fica a cargo dos órgãos públicos criar mecanismos para fornecer essas informações com rapidez e eficiência, garantindo assim o direito a cidadania através do acesso à informação.

Das respostas obtidas, 20% deles disseram que não estão fazendo nada em relação a esse assunto, 66,66% responderam que estão tomando medidas no sentido de atender a lei e 13,33% não responderam a questão. Verifica-se com essa lei, além do reforço no compromisso com a documentação pública, a questão bem marcante do acesso aos documentos e do dever dos órgãos em providenciar meios para esse acesso, mas percebe-se que ainda levará muito tempo para se adequar a esta lei.

Quanto aos investimentos financeiros próprios com os quais conta o arquivo, este como órgão estabelecido em lei federal, com a finalidade de servir a administração e ao usuário, segundo minuta de projeto de lei para criação de Arquivos Públicos, constante no endereço eletrônico do CONARQ, têm como subordinados as unidades administrativas da instituição, nesse caso a Prefeitura, que devem

receber dele as orientações/recomendações de como desenvolver suas atividades com os documentos, visando maior agilidade e eficiência. O arquivo além de desempenhar suas próprias atividades, faz-se necessária estrutura física adequada, recursos humanos próprios e, algo muito importante, recursos financeiros para desenvolver as atividades necessárias.

Questionado aos participantes se possuem dotação orçamentária própria para os arquivos, 26,66% responderam que sim, 73,33% responderam que não. Sem recursos próprios destinados ao arquivo torna-se inviável desenvolver ações no mesmo.

Quanto aos recursos humanos do arquivo serem suficientes para a demanda de trabalho, os recursos humanos são imprescindíveis para o desenvolvimento em tempo hábil das atividades do setor, é indispensável que possuam conhecimentos específicos ou que recebam capacitações periódicas para que as atividades sejam desempenhadas com máxima qualidade possível.

Quanto a esse ponto questionado, 66,66% dos participantes responderam que não possuem recursos humanos suficientes e 33,33% responderam que sim.

Quanto o arquivo receber apoio político da Prefeitura para aprovação de projetos que visem melhorias no desenvolvimento do trabalho, preservação da documentação, divulgação do acervo, obteve-se, 46,66% responderam que os arquivos não recebem apoio político para aprovação de projetos, 33,33% disseram que sim e 20% não responderam a questão.

O apoio dos dirigentes municipais e demais políticos é muito importante para o desenvolvimento de ações, projetos, obras entre outras atividades nos arquivos, pois sem a aprovação deles não se pode fazer nada. Cabe ao responsável pelo arquivo conscientizar os políticos da importância que o mesmo tem para a administração e para os cidadãos, assim como apresentar perspectivas de resultados que se pode obter através do funcionamento dentro dos padrões dos arquivos.

## **Conclusão**

O presente trabalho teve como proposta analisar as políticas públicas desenvolvidas pelos arquivos municipais, assim como verificar o cumprimento das leis referentes aos arquivos por parte dos mesmos, identificar a participação de arquivistas na coordenação desses espaços de informação. Para tal objetivo tomou-se como amostra municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS.

Ao longo da análise e interpretação dos dados coletados pode-se verificar várias situações referente aos arquivos municipais que não estão de acordo com o que determina a legislação brasileira e com o que recomenda a literatura arquivística quanto a esse tema.

Não há uma uniformidade quanto a denominação do órgão dentro da instituição- Prefeitura, e ainda ocorre a utilização de termos nada próprios da área, do tipo “arquivo morto”, que denotam um descaso com a documentação.

A formação profissional do coordenador do arquivo é um ponto importante nessa pesquisa. Em nenhuma das respostas verificou-se a atuação de arquivistas, e sim, a de profissionais de áreas diversas, bem como pessoas com apenas o ensino fundamental e médio completos. Pessoas que não possuem o conhecimento específico da área dos arquivos e por conta disso são limitadas a oferecer um serviço com qualidade. Apesar de existir a profissão há mais de 30 anos, os arquivistas ainda são desconhecidos pela sociedade.

Os arquivos municipais não apresentam instrumentos arquivísticos elaborados conforme os modelos padrões para auxiliar nas atividades do setor, os que possuem não tem a mesma eficácia daqueles produzidos por um profissional. Os arquivos, como órgãos dotados de autoridade dentro da instituição, não estabelecem diretrizes para que as unidades administrativas sigam um padrão de trabalho. Eles não são vistos dessa forma, e sim como depósitos acumuladores de “papéis velhos”, apesar de a maioria deles ter o arquivo instituído legalmente em sua estrutura organizacional, como determina a legislação brasileira. Estes órgãos também não integram nenhuma política externa de arquivos que os auxilie com informações/orientações da área. Verificou-se que os acervos documentais, na maioria dos arquivos, encontram-se danificados ou prejudicados por ação de microrganismos ou insetos/roedores. No quesito tecnologia de informação todos foram unânimes em dizer que não possuem esses recursos que contribuem para agilizar e facilitar as tarefas a serem desenvolvidas.

No que diz respeito à questão do acesso aos documentos públicos, a grande maioria dos participantes da pesquisa ainda não executam atividades com essa finalidade, não obedecendo ainda a Lei de Acesso à Informação de nº 12.527 de 18/11/11 (BRASIL, 2013). Lei essa que garante o direito aos cidadãos de obter acesso às informações constantes em documentos de ordem pública. Em muitos dos arquivos pesquisados encontrou-se restrições de acesso aos documentos, certo de que não foi especificado os motivos para tal atitude, mas elas devem ser consideradas exceções à regra.

Dentre os arquivos pesquisados constatou-se que a maioria dos usuários desses órgãos são os próprios funcionários da administração municipal, em segundo lugar ficaram os cidadãos. Nesse mesmo contexto verificou-se que os arquivos não promovem ações de divulgação dos acervos documentais e dos próprios arquivos, atividade também conferida ao arquivista, difusão de acervos, para dessa forma atrair o público para conhecer e se utilizar dos seus serviços.

Os arquivos não contam com espaços adequados para guardar e preservar seus acervos. Carecem de quadro de pessoal para trabalhar nos arquivos, assim como capacitá-los para que melhor possam desenvolver suas atividades.

Os municípios em sua maioria mostraram conhecer as leis sobre os arquivos públicos, bem como sobre a profissão de arquivista, mas pouco ou nada fizeram para mudar suas realidades.

Acredita-se que o apoio dos dirigentes municipais é algo imprescindível para que as atividades, obras, projetos dos arquivos sejam executados, porém deve-se fazer um trabalho de



sensibilização junto a eles sobre a importância do arquivo e dos proveitos que o setor pode oferecer tanto para a administração como para a sociedade. Claro que se faz necessário que todo esse trabalho seja gerenciado por um arquivista que, contando com o apoio dos gestores municipais, com recursos financeiros, humanos e de materiais e com autonomia e autoridade, próprios dos arquivos, poderá fazer um trabalho que resulte em benefícios para a administração local e para a população.

Enfim, nessa amostra da pesquisa pode-se perceber que há muito para se fazer para mudar a realidade desse arquivos. Espera-se que com este trabalho possa, a partir da realidade apresentada, propor novas discussões, debates, e, principalmente, que se comece uma mudança na mentalidade dos políticos quanto a importância dos arquivos públicos.

## Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Publicações**. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes\\_publicacoes.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes_publicacoes.php)>. Acesso em: 25/09/2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 05 out 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 19/06/2013.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei Geral de Acesso à Informação Pública. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF. 18 nov. 2011, p.1. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 20/06/2013.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF. 9 jan. 1991. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 20/06/2013.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivos, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF. 05 jul. 1978. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm)>. Acesso em: 15/06/2013

BRASIL. Decreto nº 82.590, de 06 de novembro de 1978. Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF. 07 nov. 1978. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82590-6-novembro-1978-431857-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15/06/2013

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ . **Resolução nº 13, de 09 de novembro de 2001**. Legislação Arquivística Brasileira, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p.111.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. **Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ (Brasil). **Diretrizes para a construção de websites de instituições arquivísticas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

OLIVEIRA, Daise Aparecida. **Planos de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos para as Administrações Públicas Municipais**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2007. 414 p.

HERRERA, Antonia Heredia. **Archivística General: Teoria y Práctica**,. 6. ed. Sevilla: Diputacion Provincial de Sevilla, 1993. p. 207.

MARTINS, Cristina Maria dos Reis. **Caracterização da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2013. Textos para Discussão FEE n° 12. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/112.pdf>>. Acesso em 30/09/13.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Classificação: um dos problemas fundamentais da arquivística contemporânea. **Arquivo & Informação**, Brasília, v.1, n.1, p.3, 1995. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1252>>. Acesso em: 11/09/2013.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2006. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO\\_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf)>. Acesso em: 11/09/2013.

## REFLEXÕES ARQUIVÍSTICAS SOBRE O ACERVO DO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE

*Francisco Cougo Jr.<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo discorre sobre a trajetória do acervo documental do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF), os objetivos de sua existência, os problemas da falta de aplicação de métodos arquivísticos na organização do fundo e as divergências conceituais que marcam a forma como a instituição vê o repositório de fontes primárias. Também é apresentada uma sugestão teórico-metodológica a respeito de uma possível organização do acervo, através de um Quadro de Arranjo.

**Palavras-chave:** Arquivos – Tradicionalismo – Nativismo – Fontes históricas – Música gauchesca

A centenária história da música (gravada) do Rio Grande do Sul está marcada pela profusão de movimentos oriundos de distintos matizes e referências culturais. No entanto, seja através de manifestações populares, seja por conta de estudos realizados com o intuito de remontar as supostas “raízes” musicais do Estado sulino, a trajetória da musicalidade sul-riograndense tem como uma das marcas mais fortes a presença “gauchesca”, ligada aos costumes do homem do campo. A música oriunda desta vertente cultural – cujas primeiras gravações conhecidas remontam ao ano de 1913 – é a mais duradoura manifestação cultural do Estado e, mesmo que outros gêneros tenham surgido e/ou se desenvolvido na região, o conjunto rítmico-poético-musical “gauchesco” segue em condição de domínio, mesclando-se e influenciando outros movimentos musicais. Para fins conceituais, defino este cancionero a partir de suas características fundamentais – já analisadas por outros autores. Assim sendo, podemos compreender a “música gauchesca” como sendo:

(...) a produção musical criada e/ou inspirada a partir dos principais fatores identitários do Rio Grande do Sul, especificamente aqueles ligados ao contexto rural/agropastoril que é, em termos rítmico-harmônicos, fortemente influenciado pelo contato direto com a cultura dos países platinos (Argentina e Uruguai) e pela imigração ítalo-germânica – além do estreito vínculo com as culturas indígena, africana e portuguesa. A poética deste cancionero tem sido fortemente arraigada pela figura mítica do gaúcho – o habitante nômade da pampa, homem sem lei descrito por vasta literatura, sobretudo a partir do século XIX. As características deste “tipo social” constituem o cerne temático da “música gauchesca”: “franqueza nas atitudes e nas palavras, o narcisismo, a bravura quixotesca, a instantaneidade impulsiva das resoluções, a veemente vocação cívica, a altaneria, o bom senso de humor, mesclado a irreprimíveis explosões sentimentais e fatalistas” (LESSA, 2008, p.54-55)<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Historiador graduado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Ética, Educação & Direitos Humanos pela UFRGS e graduando em Arquivologia pela mesma instituição.

<sup>2</sup> COUGO JUNIOR, Francisco. A historiografia da “música gauchesca”: apontamentos para uma história. In: *Contemporâneos – Revista de Artes e Humanidades*, nº 10, maio/outubro de 2012. Disponível em: <http://www.revistacontemporaneos.com.br/n10/dossie/historiografia-musica-gauchesca.pdf>

É importante salientar que a “música gauchesca” é historicamente dividida em três movimentos musicais distintos, ainda que complementares. A divisão “clássica” do gênero aponta para três vertentes com características mais ou menos definidas, ao mesmo tempo dialógicas e refratárias entre si. O primeiro matiz, batizado de tradicionalismo, inclui o cancionário de inspiração folclórica, nascido a partir das pesquisas desenvolvidas pelo então recém-criado Movimento Tradicionalista Gaúcho, nos anos 1940; o segundo, chamado regionalismo, se refere à canção popular e comercial, muito próxima ao sertanejo do Sudeste brasileiro; o terceiro, mais recente, é classificado de nativismo, gênero consagrado a partir dos anos 70, com inspiração poética mais exigente quanto ao vocabulário e estatuto rítmico-melódico rigorosamente instituído por regramento próprio<sup>3</sup>.

Embora dividida em tais subgêneros a partir de contextos específicos, a “música gauchesca” não tem sido tema recorrente da produção historiográfica brasileira. Apesar dos avanços das últimas duas décadas, os poucos trabalhos desenvolvidos sobre a temática têm sido realizados em meio a inúmeras dificuldades. Um dos empecilhos mais comuns, apontados como causa preponderante da diminuta produção a respeito do tema, está no fato de que as fontes primárias para investigação histórica sobre o assunto são raras, esparsas e de difícil acesso. Neste contexto, e partindo da ideia de que cabe ao historiador-arquivista o papel de discutir e difundir a importância dos acervos documentais utilizados em seus trabalhos, proponho neste breve artigo uma reflexão a respeito daquele que – até o momento – pode ser considerado o maior repositório documental público sobre a “música gauchesca”, ou seja, o acervo do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF). Neste trabalho, portanto, enfocarei a trajetória da instituição, a formação de seu acervo documental e, principalmente, as condições de guarda, arranjo, preservação, acesso e difusão dos registros custodiados pelo IGTF. Mais do que difundir este arquivo pouco conhecido, tenho como objetivo propor algumas breves reflexões e sugestões arquivísticas a respeito da forma como tais documentos (fontes primárias quase inexploradas) têm sido custodiados por este órgão público ao longo dos anos.

### **O Tradicionalismo Institucionalizado**

O Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore foi criado pela Lei Estadual 6.736, em 19 de setembro de 1974, em plena ditadura civil-militar. Instituído definitivamente pelo Decreto 23.614, no mesmo ano, pelo então governador-coronel Euclides Triches (líder da ARENA estadual), o IGTF foi idealizado pelos mesmos entusiastas do Movimento Tradicionalista Gaúcho e, embora essa relação jamais tenha sido expressamente declarada, na prática a criação do Instituto serviu para aquinhoar um espaço para o MTG na esfera política do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com uma publicação da época, o IGTF foi idealizado para “atuar na área da pesquisa e divulgação da cultura rio-

---

<sup>3</sup> Para maiores informações a respeito desta divisão, consultar: LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *Nativismo: fenômeno social gaúcho*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2008.

grandense, especialmente nos campos do folclore, tradição, arte, história e sociologia”<sup>4</sup>. Desde o início, o instituto contou com forte presença de nomes diretamente ligados ao tradicionalismo gaúcho – que acabaria sendo a área cultural com maior enfoque nos projetos desenvolvidos pela entidade desde então. Embora criado com o objetivo de fornecer subsídios para pesquisas relativas ao resgate do folclore gaúcho, ao longo dos anos o IGTF também passou a atuar como mediador e promotor de debates, congressos e reuniões tradicionalistas, além de servir de “ponte” entre o Governo do Estado e as iniciativas do próprio MTG.

O nascimento do IGTF coincide com a consolidação cultural do tradicionalismo e a meteórica profusão dos festivais de música nativista Rio Grande do Sul afora. Desencadeados a partir do sucesso da Califórnia da Canção Nativa de Uruguaiana, cuja primeira edição ocorreu em 1971, os festivais iniciaram um movimento cultural que marcaria a música e a cultura gaúchas como um todo, estabelecendo uma vanguarda entre os já citados matizes musicais tradicionalista e regionalista (então em pleno ápice, graças ao reconhecimento nacional de nomes como Teixeira e José Mendes). O nativismo, fenômeno acompanhado com cautela (no início) e entusiasmo (nos anos seguintes) pelo MTG, foi logo incorporado à pauta do IGTF, que – a partir do final dos anos 70 – passaria a atuar como parte da estrutura operacional dos festivais. A contratação de técnicos e a aquisição de equipamentos de som e iluminação por parte do órgão fez com que o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore passasse a ser parte de tais eventos, fornecendo o aparelhamento e a capacitação profissionais necessários para levar ao público resultados mais qualificados. Nos anos 1980, o Rio Grande do Sul chegou a contar mais de duzentos festivais de música nativista, a maioria deles marcada por grande número inscitos, bom público, significativa produção artística e lançamento de diversos discos com as canções destacadas. Ao fazer um balanço do movimento cultural, o folclorista e fundador do IGTF, Barbosa Lessa, assinalaria esta época como a da “febre de gauchismo”<sup>5</sup>.

Data deste mesmo período, também, a formação embrionária do acervo documental do IGTF, previamente concebido com tal função. É importante salientar que tal acervo nasce – ainda que involuntariamente – respeitando um dos princípios mais caros à arquivística, o de refletir as funções do organismo produtor de documentos. Como já vimos, o IGTF era parte da promoção, idealização e realização dos festivais nativistas, motivo pelo qual seus técnicos e funcionários passaram a reunir uma série de documentos no intuito de comprovar o sucesso de tais empreitadas – ao mesmo tempo em que deixavam registradas, para a posteridade, as dimensões históricas de tal trabalho e a própria atuação do instituto. Em 1984, durante a gênese deste desarticulado acúmulo documental, o folclorista Paixão Côrtes escreveu sobre o acervo. Segundo Côrtes, a partir de 1981,

(...) foi enfeixado um acervo com vinte (20) volumes, contendo 4.200 páginas e documentos, entre os quais mais de um milhar de letras, relações diversas de autores, compositores, musicistas e intérpretes, fitas gravadas, etc., dentre as

---

<sup>4</sup> Folder de divulgação do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, s. data.

<sup>5</sup> LESSA, *Op. Cit.*, p.104.

composições pré-selecionadas para os aludidos acontecimentos musicais. (...) Além disso, registrou-se o aspecto histórico que originou a realização dos mencionados eventos musicais, suas razões, objetivos, regulamentos, a nominata dos seus criadores, organizadores, continuadores e das instituições que participaram, heroica e estoicamente nas primeiras e nas arrancadas subsequentes. (...) Acreditamos que este material servirá para uma análise comparativa das tendências da música com ‘gosto’ da terra rio-grandense, em relação ao panorama musical nacional e com as imposições que as indústrias discográficas, dispendendo de todos os recursos publicitários imagináveis, têm colocado no mercado consumidor do Rio Grande do Sul.<sup>6</sup>

Além do arquivo sobre os festivais, na década de 1980 o IGTF passou a abrigar também a Biblioteca e Hemeroteca Glaucus Saraiva, um repositório de quatro mil exemplares “dedicados ao folclore e ao tradicionalismo, com destaque para a cultura, dança, costumes, vestimentas, música e informações sobre escritores e artistas”<sup>7</sup>. Este setor do Instituto angariou um considerável acervo que inclui, além da própria biblioteca, o acervo de monografias da extinta Faculdade de Música Palestrina, composto por três mil estudos sobre Arte e Folclore no Rio Grande do Sul.

Em quarenta anos de história, o IGTF serviu a diferentes interesses, usos e apropriações, tanto por parte dos governantes de ocasião, quanto por agentes históricos do tradicionalismo. Se no passado o Instituto atuou como braço do MTG na esfera estatal, com o tempo a entidade passou a sofrer as consequências da falta de políticas de Estado para a cultura: confusão conceitual sobre seu papel social, falta de quadros e de verbas e contínuas mudanças de endereço – muitas vezes danosas ao acervo<sup>8</sup>. Em períodos alternados, o órgão transitou entre o abandono e o protagonismo nas lutas pela melhoria das condições dos centros culturais mantidos pelo Governo do Estado Rio Grande do Sul. Em um destes momentos de efervescência, no final dos anos 90, surgiria a ideia de renovar a importância do IGTF a partir de uma temática específica: a música. Nascia o Museu do Som Regional.

Como narram Knierim, Mesquita & Gonçalves, “constituiu-se o acervo do Museu do Som Regional através de uma campanha de doação de discos realizada no início do ano 2000”<sup>9</sup>. A campanha em questão, operacionalizada pela Juventude do Movimento Tradicionalista Gaúcho, coletou milhares de discos, fazendo surgir no IGTF uma coleção de 9.515 documentos fonográficos armazenados em diferentes suportes (discos de 78rpm, compactos, LPs, fitas e CDs). Pouco tempo depois, esse acervo foi reunido ao já existente arquivo dos festivais nativistas (citado por Côrtes em 1984, mas ampliado nos anos seguintes, à medida que o IGTF se integrava a novos certames) para formar o Museu do Som Regional. Desde o início, os discos angariados pelos jovens do MTG

<sup>6</sup> CÔRTEZ, João Carlos D’Ávila Paixão. *Aspectos da música e fonografia gaúchas*. Porto Alegre: Represom, 1984, p.39.

<sup>7</sup> IGTF, *Biblioteca Glaucus Saraiva*, disponível em [http://www.igt.rs.gov.br/?page\\_id=25](http://www.igt.rs.gov.br/?page_id=25), consultado em 14 de junho de 2014, às 19h30.

<sup>8</sup> Atualmente o IGTF está situado no conjunto de prédios do Centro Administrativo do Estado, na região central do município de Porto Alegre. No passado, o instituto ocupou espaços nas ruas Sarmiento Leite, Siqueira Campos e Chagas Leite, sempre na capital gaúcha.

<sup>9</sup> KNIERIM, Claudio; MESQUITA, Giovanni; GONÇALVES, Dilza Porto. *Museu do Som Regional: história e constituição do acervo*. Disponível em [http://www.igt.rs.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/Museu-do-Som-Regional\\_FIGTF1.pdf](http://www.igt.rs.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/Museu-do-Som-Regional_FIGTF1.pdf), consultado em 11 de junho de 2014, às 17h35.

receberam destaque no processo, sendo considerados – erroneamente – como documentos museológicos, em detrimento à documentação dos festivais, que permaneceu acondicionada de forma precária e sem nenhum tratamento. Como se pode constatar em Knierim, Mesquita & Gonçalves, o foco do Museu do Som Regional está no acervo discográfico:

O acervo está acondicionado em armários de ferro, tipo de escritório, e dividido por coleções: coleção dos festivais, coleção de Bandinhas Alemãs, duplas, trios, grupos e conjuntos, coleção dos músicos e intérpretes solos, música italiana, portuguesa e espanhola. Os itens com mais de duas cópias estão encaixotados com etiquetas indicando a qual coleção pertence. O Museu ainda não sabe se estas cópias irão compor uma reserva técnica ou irão para descarte. Os discos estão na vertical que é a maneira correta de acondicioná-los. Entretanto não há uma rotina de higienização e o processo de digitalização está parado desde 2004.<sup>10</sup>

Já a respeito do acervo que retrata a atuação do IGTF junto aos festivais nativistas, há um tratamento bastante diferente:

Já os dossiês dos festivais estão acondicionados em caixas, tipo arquivo, em estantes de Ferro e são divididas por festivais. Esse material não está higienizado e os textos possuem *clips* de arame de ferro que estão enferrujando. Os arquivos não estão devidamente organizados e há trabalho de pesquisa incipiente com este material.<sup>11</sup>

É importante destacar que o Museu do Som Regional não possui regularização institucional. Na prática, ele nada mais é que um setor mantido informalmente pelo IGTF. O espaço não conta com regimento próprio, missão e plano de preservação. O acervo também não está devidamente tombado pelo patrimônio. O problema institucional, grave sob qualquer perspectiva (e que não abrange a Biblioteca e Hemeroteca Glaucus Saraiva, que obedece a regimento próprio e dispõe de profissional capacitado para sua administração) é o reflexo da própria (escassez de) organização do acervo, marcada pela confusão conceitual, ausência de trabalhos esquematizados teórica-metodologicamente e elaboração de uma política de organização, preservação e difusão do acervo. Acreditamos que tais problemas tenham seu cerne no fato de que o acervo que compõe o Museu do Som Regional é, em realidade, um arquivo que poderia ser considerado como parte de um fundo documental constituído por todos os registros produzidos e/ou acumulados pela trajetória do IGTF. A organização deste fundo, assim como algumas definições a respeito da maneira como esta documentação pode ser tratada talvez possa resgatar a importância social e histórica de tal arquivo. A seguir, discutirei de que forma é possível operacionalizar – em termos arquivísticos – tais medidas.

### **Arquivo ou Museu? Os Problemas da “Confusão Conceitual”**

---

<sup>10</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>11</sup> *Idem, ibidem.*

Vázquez Murillo afirma que existem diferentes tipos de documentos, conforme suas características, atribuições e usos. De acordo com o autor, o documento museológico, por exemplo, pode ser definido como “cualquier soporte que lleve fijada una información tal, que sea posible exhibirla en un museo”<sup>12</sup>. Por outra parte, o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* aponta como documento a “unidade de registro de **informações**, qualquer que seja o **suporte**”<sup>13</sup>. Neste íterim, entendemos como documentos de arquivo aqueles registros oriundos/acumulados como reflexo das atividades de uma instituição a fim de comprovar estas mesmas atividades e de servir de subsídios testemunhais, probatórios ou histórico-culturais sobre a trajetória da mesma. Independente do suporte – se escrito, sonoro, visual – os documentos de arquivo nascem com funções delimitadas de acordo com órgão produtor.

Ainda que o conceito de documento museológico seja bastante vago e permita interpretações múltiplas, nos parece mais coerente considerar o conjunto de documentos do Museu do Som Regional – ou pelo menos parte dela – como um arquivo, isto é “conjunto de **documentos** produzidos e acumulados por uma **entidade coletiva**, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos **suportes**”<sup>14</sup>. Mais do que isso, é correto considerar tal acervo a partir dos preceitos arquivísticos, sobretudo graças à existência de uma relação orgânica entre os documentos como parte de um fundo documental. Ou seja: ao compreender o procedimento, a fundamentação e as relações que originaram o arquivo do IGTF – e, dentro dele, o acervo que retrata a participação do instituto como organizador dos festivais de música nativista –, trabalhamos com um “conjunto de documentos de uma mesma **proveniência**”<sup>15</sup>.

Esta organicidade está interposta na própria história dos volumes acumulados pelo acervo documental do Museu do Som Regional. Como já exposto, até meados dos anos 2000, o IGTF prestou apoio infraestrutural aos festivais de música nativista. Por conta do apoio estatal, da busca por publicidade, da promoção e da própria atuação dos servidores do instituto como parte do júri, da equipe técnica ou da organização dos festivais, surgiu a necessidade de produzir e coletar documentos que comprovassem tais tais atividades, uma necessidade que também contemplava a missão institucional do órgão – manter e difundir a cultura gaúcha através de promoções socioculturais, dentre elas a constituição de um acervo para pesquisas futuras.

Essas necessidades estão expostas no conteúdo dos documentos produzidos e acumulados ao longo das últimas três décadas. No acervo documental do Museu do Som Regional – chamado informalmente de Memorial dos Festivais – constam projetos de festivais, ofícios oferecendo colaboração ou endossando a importância dos certames junto a patrocinadores em potencial, listagens

---

<sup>12</sup> VÁZQUEZ MURILLO, Manuel. *Administración de documentos y archivos: planteos para el Siglo XXI*. Buenos Aires: Alfragrama, 2006, p.22.

<sup>13</sup> ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p.65 (grifos do original).

<sup>14</sup> *Idem*, p.19.

<sup>15</sup> *Idem*, p.88.



de canções inscritas nas disputas, material de divulgação, programas, regulamentos, propostas de alteração de estatutos, originais de canções submetidas ao júri e, principalmente, recortes de jornal referentes aos festivais como um todo e à participação do IGTF em particular. Estes documentos, acondicionados em 65 caixas-arquivo, se encontram armazenados em sacos plásticos, em conjuntos ordenados alfabeticamente, e de acordo com o nome de cada festival. Etiquetas contendo listas com os nomes dos certames depositados em cada caixa-arquivo sinalizam o conteúdo dos volumes. Não há uma relação, lista, índice ou qualquer outro instrumento de pesquisa mais elaborado a respeito do acervo.

De acordo com informações apuradas junto ao próprio Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, estes documentos permaneceram até meados dos anos 2000 enfileirados em pastas. O acondicionamento da documentação em caixas-arquivo ocorreu durante a tentativa de criação do Museu do Som Regional. Desde o início, os recortes de jornal sofreram procedimentos de clipagem, o que viria a facilitar a identificação e preservação dos mesmos. As datas cronológicas da documentação, de acordo com o que se pôde apurar, abrangem um período de 1976 a 2002.

### **O Acervo em Termos Arquivísticos**

Um rápido diagnóstico a respeito do acervo documental que compõe o chamado Memorial dos Festivais, dentro do Museu do Som Regional do IGTF, aponta para o fato de que tal arquivo é composto por registros de caráter testemunhal, com valor probatório e importância histórico-social. Uma das características que nos leva a tal conclusão está no fato de que o acervo reúne uma infinidade de registros sobre certames organizados, na maioria das vezes, por Centros de Tradições Gaúchas a partir da iniciativa de alguns poucos sócios destas entidades, agentes que nem sempre se dispuseram a guardar a documentação gerada – e que tornam tais fontes raras. O fato de encontrarmos documentos administrativos e de acompanhamento de atividades junto a registros guardados “para a posteridade” – documentos difíceis ou impossíveis de serem localizados em outro acervo – mostra a importância de tal arquivo para o entendimento a respeito da “música gauchesca” e, principalmente, do nativismo como fenômeno cultural. Tal documentação mostra não apenas os atores/agentes envolvidos na formulação e execução dos festivais, mas também seus interesses, os jogos de força, o oportunismo (inclusive dos patrocinadores e veículos midiáticos), o papel do Estado como interventor em tais processos e as polêmicas geradas a partir das discussões identitárias entre o que é ou não “ser gaúcho”. Constam neste arquivo, ainda, um considerável número de fontes capazes de apontar para o avanço ou o retrocesso de temáticas políticas no cancionário defendido por compositores/intérpretes do nativismo, canções tanto de cunho conservador – ao agrado de parte do tradicionalismo e da ditadura civil-militar da época – quanto progressista (algumas delas censuradas por tratarem de temas

nevrálgicos, como a luta pelo direito à terra no Estado, um dos tabus históricos do Rio Grande do Sul).<sup>16</sup>

Tais temáticas, reunidas ao próprio histórico da documentação, nos dão indícios para elaborar alguns questionamentos de cunho arquivístico. O primeiro deles está na reflexão sobre até que ponto seria pertinente seguir tratando um acervo iminentemente “de arquivo” – seja no suporte, seja no conteúdo – como parte de um museu, cuja coleção – baseada em discos de vinil – não dialoga organicamente com os documentos. Ao idealizar o Museu do Som Regional, os gestores do IGTF imaginaram que poderiam empreender uma iniciativa de cunho pedagógico e histórico, angariando registros fonográficos e tornando-os disponíveis ao público – para audição, conhecimento e investigação. No entanto, o que se percebe é que os documentos fonográficos reunidos, apesar de contemplar parte da proposta de criar subsídios para o estudo/pesquisa da “música gauchesca”, não possuem relação orgânica entre si, o que fica claro no Catálogo, publicado pelo IGTF no início dos anos 2000 e que traz detalhes breves sobre os mais de 9 mil discos pertencentes ao instituto<sup>17</sup>. O Museu do Som Regional, apesar de não ser mais que uma vasta coleção de LPs, fitas e CDs, ganhou mais espaço que o arquivo documental, mais raro e passível de consulta, um arquivo no rigor do termo, baseado nos princípios de proveniência e ordem original, as principais características atribuídas aos arquivos. Ao fim e ao cabo, tal indecisão conceitual condenou a documentação arquivada como Memorial dos Festivais ao silêncio e a um conseqüente abandono, caracterizado pela falta de políticas de conservação e difusão – que podem levar à própria desaparecimento dos registros.

Diante do quadro algo desolador apresentado pelo arquivo do Museu do Som Regional, entendo que seria interessante pensar a estrutura arquivística do próprio IGTF como um todo, tratando do acervo documental intitulado Memorial dos Festivais como uma das prioridades. Em primeira instância, e como política arquivística desde dentro da instituição, seria importante estabelecer a existência de um *Fundo Documental Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore*, conjunto de arquivos capaz de fornecer a base para a organização de todo o acervo. Somente dentro deste processo é possível pensar em um Quadro de Arranjo<sup>18</sup>, produção intelectual capaz de contemplar a documentação do fundo na íntegra, desde os registros de caráter administrativos da instituição – que podem ser tratadas a partir de uma série documental compartimentada em subséries, divisões e dossiês – até a documentação de caráter histórico-permanente, no qual se contempla o acervo dos festivais.

Em um exercício hipotético, baseado em pesquisas junto à documentação do IGTF, é possível considerar que tal documentação pode ser arranjada de acordo com sua proveniência e ordem original, a partir de séries documentais que englobem cada festival nativista contemplado com documentação

---

<sup>16</sup> Cf. FONSECA, Orlando. Nativismo: novas trilhas (?). In: QUEVEDO, Julio. *Rio Grande do Sul, 4 séculos de História*. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1999.

<sup>17</sup> IGTF. Catálogo da Discografia. Porto Alegre: Corag, s./d.

<sup>18</sup> Quadro de arranjo é o “esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo”, de acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, 2005, p.141.

no fundo. Tais séries podem ser divididas em subséries padronizadas (admitindo exceções), elaboradas a partir das redundâncias de tipologias e espécies documentais encontradas junto ao fundo. Desta forma, a seguir proponho – a título de exemplo – o trecho de uma estrutura de quadro de arranjo baseada na subsérie dedicada à documentação do atual Memorial dos Festivais, com ênfase em apenas um festival – já que se trata de um exemplo:

<i>Fundo Documental Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore</i>	
01	Memorial dos Festivais
01.1	Califônia da Canção Nativa (Uruguaiana, 1971-2002)
01.1.1	Projetos
01.1.2	Regulamentos
01.1.3	Promoção e divulgação
01.1.4	Produção cultural
01.1.4.1	Canções inscritas
01.1.4.2	Listagens de participantes
01.1.4.3	Listagens de jurados
01.1.5	Correspondência institucional
01.1.6	Hemeroteca
01.1.7	Discografia

É importante salientar que a disposição de festivais como subséries documentais, embora pareça discrepante do ponto de vista do pesquisador, obedece aos preceitos arquivísticos. Originalmente, a documentação do Memorial dos Festivais foi disposta por festival, sendo esta a ordem original a ser respeitada pelo arquivista. Como cada certame teve sua documentação acondicionada sem que outros critérios fossem considerados, é possível propor uma divisão organizacional que contemple a tipologia documental e o próprio conteúdo dos registros históricos. Daí a divisão em subséries e seções como “Regulamentos” e “Hemeroteca”. É importante salientar que cada divisão prevê dossiês capazes de separar a documentação por edição do festival arquivado, evitando que registros de certames diferentes possam se misturar. Eventualmente, dadas as especificidades de cada evento, poderão ser criadas outras subséries/seções pertinentes.

### **À Guisa de Conclusão**

Ainda que através de um exercício abstrato, este artigo traz uma proposição organizativa a respeito de uma parte do arquivo custodiado pelo Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, acervo público de fontes primárias, rico em informação e subsídios para o estudo da “música gauchesca”. Entendo que esta proposição, mesmo que pretensiosa e passível de rediscussão quando levada à prática, é parte do trabalho do arquivista e deve ser pensada a partir não apenas dos métodos e teorias da Arquivologia, mas também das necessidades de pesquisadores (historiadores, sociólogos,

antropólogos, musicólogos) e do próprio papel social do arquivo a ser organizado – neste caso, especialmente, de um organismo público.

Em termos arquivísticos, a elaboração de um quadro de arranjo precede a criação da descrição arquivística, instrumento de produção intelectual que vem a ser o primeiro item fundamental para o acesso e a difusão nos arquivos. Através da descrição, é possível saber exatamente quais documentos e temáticas podem ser encontradas nos arquivos. Entendo que as duas ferramentas – o quadro de arranjo e a descrição arquivística – devem ser prioritárias em arquivos públicos e de caráter permanente, ainda mais quando tais acervos contêm documentação caracterizada como fonte histórica – nascida e preservada com tal intuito. A publicação e difusão destes instrumentos, bem como sua constante revisão, são basilares para que um arquivo público possa exercer as funções sociais de subsidiar a construção do conhecimento e tornar conhecidas a memória e a história de tais instituições e de seus entusiastas.

Desta forma, esta reflexão – que certamente não se encerra nestas linhas – busca dialogar com os responsáveis pela administração do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, sugerindo a organização, arranjo, descrição e difusão de seu arquivo como política da instituição. Por acreditar que o caso do IGTF não é o único dentre os órgãos com finalidade cultural no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, considero tal diálogo como passível de ser incorporado a outras entidades sob responsabilidade desta unidade federativa, afinal, cada vez mais os arquivos são parte da sociedade de informação. E a cada dia dizem mais sobre nosso passado e presente.

### Referências Bibliográficas

CÔRTEZ, João Carlos D'Ávila Paixão. *Aspectos da música e fonografia gaúchas*. Porto Alegre: Represom, 1984.

COUGO JUNIOR, Francisco. A historiografia da “música gauchesca”: apontamentos para uma história. In: *Contemporâneos – Revista de Artes e Humanidades*, nº 10, maio/outubro de 2012. Disponível em: <http://www.revistacontemporaneos.com.br/n10/dossie/histografia-musica-gauchesca.pdf>.

FONSECA, Orlando. Nativismo: novas trilhas (?). In: QUEVEDO, Julio. *Rio Grande do Sul, 4 séculos de História*. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1999.

KNIERIM, Claudio; MESQUITA, Giovanni; GONÇALVES, Dilza Porto. *Museu do Som Regional: história e constituição do acervo*. Disponível em [http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/Museu-do-Som-Regional\\_FIGTF1.pdf](http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/Museu-do-Som-Regional_FIGTF1.pdf), consultado em 11 de junho de 2014, às 17h35.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *Nativismo: fenômeno social gaúcho*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2008.

VÁZQUEZ MURILLO, Manuel. *Administración de documentos y archivos: planteos para el Siglo XXI*. Buenos Aires: Alfragrama, 2006.

### **3. REVISTAS E PERIÓDICOS**

## SOCIEDADE UNIÃO OPERÁRIA DO RIO GRANDE: FORMAÇÃO IDENTITÁRIA A PARTIR DO JORNAL *A EVOLUÇÃO*

Janaina Schaun Sbabo<sup>1</sup>  
Carmem G. Burgert Schiavon<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo representa um olhar sobre a formação de uma das instituições representativas de maior alcance social do Estado, a Sociedade União Operária do Rio Grande (SUO), entidade que tem por marco de fundação o ano de 1893, prevalecendo com as suas atividades políticas, culturais e instrutivas até o ano de 1964. Dessa forma, procuramos suscitar uma discussão em torno da seguinte problemática: Qual o papel desempenhado pelo periódico *A Evolução* no que tange à construção da identidade dos operários rio-grandinos na virada do século XIX e início do XX, salientando que esta era uma folha editada pela instituição representativa abordada neste estudo. Para tanto, o texto apresenta discussões em torno da relação estabelecida entre a produção deste periódico, que tem por finalidade a propagação dos ideais de determinada classe social, no período compreendido entre os anos de 1934-1937.

**Palavras-chave:** Sociedade União Operária –Jornal *A Evolução* – Formação Operária

### Considerações Iniciais

A Revolução de 1930 alterou os rumos da República Velha no Brasil ao estabelecer uma ruptura na estrutura republicana vigente até então, ocasionando uma série de mudanças traduzidas, principalmente, por uma centralização administrativa do país e a conseqüente perda de poder por parte das elites regionais, notadamente, São Paulo e Minas Gerais.

Além disso, a década de trinta do século XX apresenta várias alterações no Brasil, tendo em vista que o país passa de uma posição agroexportadora para uma condição de base urbana industrial. É claro, não existe, neste momento, a consolidação capitalista no Brasil, entretanto, “os pressupostos, as bases, os fundamentos necessários para o desenvolvimento dessa nova ordem econômico-social foram lançados durante o primeiro governo Vargas” (DINIZ, 1999, p. 24).

Por outro lado, destacamos que a sociedade brasileira, desde os anos vinte, vivenciou inúmeras transformações, haja vista que a urbanização e a industrialização tomaram corpo e a classe operária, por sua vez, passou a lutar por melhores condições de vida<sup>3</sup>.

É dentro desse cenário de extrema ebulição política que Getúlio Vargas, um gaúcho formado por meio do contato que tivera com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), ascendeu ao cargo

---

<sup>1</sup> Licenciada em História (FURG). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPel).

<sup>2</sup> Licenciada em História (FURG). Doutora em História(PUCRS) e Professora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

<sup>3</sup> Sobre este ponto Eli Diniz esclarece que “não se trata de afirmar que a construção do capitalismo industrial no Brasil se deu nos anos 30. Como é sabido, a consolidação da ordem industrial ocorrerá algumas décadas depois, sobretudo, com a expansão impulsionada pelas políticas do governo Kubitschek. Porém, os pressupostos, as bases, os fundamentos necessários para o desenvolvimento dessa nova ordem econômico-social foram lançados durante o primeiro governo Vargas” (DINIZ, 1999, p. 24).

de Presidente da República do Brasil. Em consonância com a posse Vargas, tinha-se a formação de um episódio intitulado como “Revolução de 30”, responsável por encerrar o revezamento na ocupação de cargos públicos, sucessões realizadas pelas elites de Minas Gerais e São Paulo.

Já no início de seu mandato, que deveria ser em caráter provisório, Vargas estipulou algumas medidas, centralizando em suas mãos a organização política do país; entre elas, podemos citar a substituição dos então governadores estaduais por mediadores federais, ou seja, impondo restrições às decisões tomadas pelos gestores públicos.

Em consonância com estas atitudes, o então presidente estabelece condições que sinalizam intervenções na luta de classe, a partir da instituição da política trabalhista que preconizava algumas medidas, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), em novembro de 1930, além da formação de uma peça fundamental para este sistema de regulação social, como é o caso das Juntas de Conciliação e Julgamento, ou seja, entrava em cena um novo modo de controle sobre o movimento operário nacional.

A partir do decreto lei nº 19.700, instituído em 19 de março de 1931, o governo previa a oficialização sindical, regulamentada pelo Estado e, partindo desta premissa, o trabalhador brasileiro para ser contemplado ou poder usufruir de algum benefício advindo da legislação social deveria, obrigatoriamente, estar vinculado a algum órgão oficializado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Com base nestas considerações, este período é reconhecido como a década responsável pela busca da harmonia social, no momento em que a conscientização do operariado como sujeito pertencente a uma determinada classe social já estava em processo de amadurecimento, tendo em vista o fato da sua trajetória de luta e militância ocorrer desde o final os últimos decênios do século XIX.

Desse modo, demonstrar a construção da identidade do operariado implica sua demarcação, enquanto classe social, diferenciando-os do empresariado capitalista, bem como daquelas figuras construídas pelo discurso dominante, ou seja, dos indivíduos que oferecem risco à sociedade, haja vista a “preguiça” e a “indisciplina” por eles representadas. Não obstante, a partir das fontes analisadas, percebemos que a Sociedade União Operária do Rio Grande (SUO)<sup>4</sup>, entidade esta que se manteve atuante no cenário rio-grandino entre os anos de 1893 e 1964, não deixa de defender a presença da moral e da boa conduta entre os seus pares, sendo estas conquistadas mediante um instrumento privilegiado, como a educação, demonstrando a convicção de que o operário fazia parte da sociedade produtiva e que, dessa forma, deveria lutar por seus direitos.

Além das atividades pedagógicas realizadas pela entidade e das ideias que circulavam por meio de pessoas, devido à política imigratória que se fazia presente no Brasil e que acabou refletindo-se no Município do Rio Grande (localizado no sul do Rio Grande do Sul), os textos publicados na

---

<sup>4</sup> A Sociedade União Operária do Rio Grande (SUO) localizava-se em via central da cidade, tendo por marco de gestação o dia 24 de dezembro de 1893, no Município do Rio Grande (sul do Estado do Rio Grande do Sul); entretanto, a sua legítima fundação ocorreu na data simbólica de 1 de maio de 1894.

imprensa operária contribuíram para a construção identitária do proletariado no local. De qualquer forma, o contexto operário rio-grandino foi beneficiado, pois conforme fora mencionado anteriormente, a cidade recebeu, a partir de meados do século XIX, um grande contingente de trabalhadores advindos da Europa e que por sua experiência jornalística e literária, contribuíram de maneira incontestável para a formação da imprensa operária local.

### **O Jornal *A EVOLUÇÃO* e sua Função Representativa**

A fundação de jornais por trabalhadores e militantes operários foi uma das maneiras mais eficazes para a difusão do pensamento, da reflexão sobre a realidade e da união dos operários organizados, pois não tinha a intenção somente de informar, mas de conscientizar a classe e promover a adesão e solidariedade entre os companheiros.

Nesta direção, os primeiros jornais com este perfil no Rio Grande do Sul foram organizados por volta de 1870, em Porto Alegre, os quais tiveram por origem as associações mutualistas, conforme discorremos anteriormente, e por participação dos trabalhadores ligados ao comércio. Assim, torna-se válido apresentarmos um retrospecto acerca das primeiras folhas operárias surgidas no Estado: *O Caixeiro* (de 1873) e *O Social* (de 1874) na capital, já no interior tivemos *A Tribuna Socialista*, que data de 1878 e que teve por espaço de circulação a cidade de Pelotas.

Os periódicos continuaram surgindo e proliferando no cenário urbano com a instituição da República, no ano de 1889, destacamos algumas folhas como *A Gazetinha* de Porto Alegre, em 1891, a *Democracia Social* de Pelotas, em 1893, o *Echo Operário* de Rio Grande (em 1896), *A Democracia*, de 1905 e *A Luta*, de 1906, os dois de Porto Alegre.

Com o passar do tempo, o jornalismo operário foi ganhando contornos diferentes, modificando os seus objetivos conforme a corrente política predominante da época. Além disso, a imprensa era um local de debates, onde os militantes realizavam mudanças no movimento e, é nesta perspectiva – de que a luta política estava presente neste contexto – que o jornal pode ser concebido como um instrumento de ação. Dentro deste panorama é que o jornal *A Evolução* se insere, pois é lançado em um momento específico da SUO, onde havia a luta pelo seu fortalecimento enquanto entidade representativa, ao mesmo tempo em que explicitava a construção da identidade operária entre os trabalhadores associados.

O jornal, fundado no ano de 1934, salienta o fato de sua direção ser composta, também, pela Frente Sindicalista da cidade do Rio Grande. Entretanto, a partir da análise do periódico, observamos que a entidade estava em crise, fenômeno que pode ser constatado a partir dos insistentes chamamentos para suas reuniões, porque os sócios não se faziam presentes. Contudo, o jornal não menciona nas demais edições a sua vinculação com a Frente Sindicalista, mas sim, indica ser um



folhetim, que representava a Sociedade União Operária do Rio Grande. Com base nestas informações, relatamos que a gazeta possuía como órgão gestor esta última associação sindical.

Desse modo, a Sociedade União Operária (SUO) considerava-se a representatividade máxima entre o operariado rio-grandino, sendo a coordenadora do movimento na cidade, afirmação esta defendida pelo jornal em suas publicações, legitimando assim, a principal função deste periódico, que encontrava bases na necessidade de revitalizar a entidade e exaltar a identidade operária entre os trabalhadores da cidade do Rio Grande.

Estas afirmações são expressas na primeira tiragem da folha, momento em que o jornal expressa o objetivo da entidade ao afirmar: “Auxiliar A Evolução é dever de todo o operário consciente” (*A Evolução*, 01/05/1934, p. 01); estas palavras vão ao encontro da locução exposta na página posterior do mesmo dia, intitulada “Apelo”, no momento em que o jornal relatava:

Não tendo, como é natural, o nosso modesto semanário o apoio financeiro necessário à manutenção de um órgão de caráter genuinamente proletário apela para os nossos companheiros no sentido de aceitarem uma assinatura desta folha, ou cooperar com qualquer importância, para cujo fim se acha o nosso tesoureiro, companheiro José Pinho, o respectivo livro de assinaturas dos cooperadores. Igual atitude deverão ter para com todos os demais companheiros que por este ou aquele motivo deixarem de receber ‘A Evolução’.

A propaganda no nosso periódico se impõe como um dever a cumprir, pois que ele é de todos os trabalhadores em geral (*A Evolução*, 01/05/1934, p.02).

A ideia de que o jornal pertenceria a todos os trabalhadores remete ao estabelecimento de uma identidade social e, neste jogo de diferenças e semelhanças, que poderia ser acentuado por meio da valorização da imprensa, o jornal tinha por intuito conclamar a solidariedade entre a classe. Evidentemente, os discursos não estavam isentos de visões deterministas dos fatos, ou seja, apresentavam certo posicionamento ideológico; entretanto, constatamos que o folhetim não demonstra ter adquirido preferências políticas acirradas, certificando a sua real ligação com o heterogêneo perfil ideológico adotado pela União Operária desde a sua gênese, e é este episódio defendido pelo *A Evolução* durante os seus 4 (quatro) anos de circulação. Sobre o papel desempenhado por uma folha operária, Bilhão salienta que:

Sabendo-se que esse jornal era um dos suportes da disputa ideológica entre socialistas e anarquistas pela direção do movimento sindical, notificar a real condição de operários de seus dirigentes era um argumento poderoso, pois, caso essa dúvida se colocasse, poderia ameaçar a legitimidade desse corpo editorial diante dos operários, sendo, portanto, muito importante reafirmar, sempre que fosse o caso essa identidade (BILHÃO, 2008, p.36).

O jornal, que fora lançado pela primeira vez no dia 1º de maio de 1934, em comemoração ao quadragésimo aniversário da entidade, participou deste processo de revitalização da associação, sendo referenciado como uma folha operária, a qual destinava as suas publicações a esta classe trabalhadora

em específico e que sinalizava a importância desta data, que fora instituída na Europa, em 1889, no Congresso da Segunda Internacional, momento em que os militantes lutavam pelas 8 (oito) horas diárias de trabalho; já aqui no Brasil, a sua inserção ocorreu no ano de 1891.

Conforme indica Ana Loner, no Estado gaúcho, as comemorações se deram pela primeira vez nas cidades de Pelotas, em 1893, e em Rio Grande no ano posterior, esta última acontecida nas instalações da SUO, onde ocorreram saudações à imprensa e ao socialismo (LONER, 2001, p. 336). Assim, a SUO sempre soube utilizar esta data simbólica; a fim de favorecer a construção da identidade operária entre os trabalhadores do Rio Grande.

Por outro lado, destacamos que o periódico foi distribuído entre os rio-grandinos pela primeira vez no dia anterior de sua projeção, pois a edição de seu lançamento propagava o evento que estaria ocorrendo no dia posterior (1º de maio de 1934) da seguinte maneira:

A Sociedade União Operária, como nos anos anteriores, comemorará a grande data de hoje com o seguinte programa: Às 7 horas hasteamento, pavilhão social. Às 20 horas Sessão Solene, aberta com o hino da Sociedade, cantado pelos alunos da Escolada mesma; dissertará sobre a data o companheiro Gervásio Dias.

Na ocasião, com a ausência do então presidente da SUO – Carlos Silva–, Gervásio Dias, então gerente do jornal, fora incumbido de proclamar o discurso de comemoração do aniversário da entidade e, mais do que isso, ser o protagonista da cerimônia de lançamento do periódico *A Evolução* na cidade, enfatizando a relação do periódico com a União Operária.

Em sua primeira edição foram destacados os princípios que norteavam o programa seguido pela folha, a qual será caracterizada por propósitos trabalhistas, sendo produzida por operários e para operários, ou seja, dirigindo-se desde a sua fundação, ao seu principal público-alvo. Em outras palavras, o objetivo da publicação era de atuar no combate ao preconceito social, pugnar pelo cumprimento das leis trabalhistas, bem como proteger o trabalhador e unir o operariado em prol, da mesma causa, ações que seriam contempladas seja por meio das semelhanças, que atribuíam o sentido de unicidade ou mesmo pela carestia e pelas precárias condições de subsistência que passavam, aspectos evidenciados em suas páginas, conforme evidenciamos, a seguir:

[...] se somos iguais no sofrer, somos a família dos exploradores, dos oprimidos, dos famintos. E fome que dia a dia afugenta, nos unirá. Nada como no tempo e no espaço.

Que adianta os grupos divididos e subdivididos? Nada. Enquanto que permanecemos fracionados, sobre nossas cabeças pesará a vitória da burguesia, a exploração sem nome do capital, e fome e miséria dos nossos lares (*A Evolução*, 24/06/1934, p. 3).

Dessa forma, se o jornal tinha por intuito a consolidação e a união da classe que o organizava e, ainda, a comemoração do primeiro de maio da União Operária, ele acabava por estabelecer uma relação entre o periódico e a associação, assumindo e demonstrando a intenção de fomentar a identidade operária entre o grupo, a qual deveria estar em sintonia com a proliferação dos ideais

proletários. O jornal, por meio da sua propaganda, lutava ao lado do trabalhador. Observemos a seguinte passagem noticiada no *A Evolução*:

TRABALHADOR!

Queres o progresso do teu jornal?

Desejas engrandecer a tua classe com a publicação de uma folha genuinamente proletária?

Poderá ter vida longa um jornal sem recursos materiais sem depender da boa vontade da classe trabalhadora?

É claro que não.

Ajudarás muito a nossa e a tua causa apenas com isto:

Conseguindo mais uma assignatura para *A Evolução*.

(*A Evolução*, 08/07/1934, p. 3, grifo nosso).

Após o cerimonial e, juntamente, com o período em que houve a circulação da folha aqui destacada, a SUO havia assumido a posição de detentora da representatividade operária na cidade. Contudo, tais atitudes deveriam ser expostas por militantes que conduzissem com boa qualidade os ideais propagados pela entidade, para isto, o Estatuto determinava aos seus associados o mérito de superioridade intelectual, pois estaria incumbida de orientar e realizar a ascensão cultural dos trabalhadores, tendo em vista a necessária elevação intelectual dos militantes que participavam da produção do jornal. Com isso, manter a circulação de um periódico estava relacionado à sistematização e autenticidade do movimento operário, que deveria estar bem organizado a ponto de combater as mazelas formuladas pelo capitalismo, aspecto ilustrado no seguinte texto publicado pelo jornal no primeiro semestre de 1934:

Quem destróe a família é o Capitalismo, que rouba a mãe ao filho e escravisa-o numa, fabrica.

Emquanto discutir e vacilar na formação de vossa frente – unica, a burguesia une-se e provóca a vossa desunião.

Não vós presteis a essa divisão que nos mantem escravos (*A Evolução*, 06/01/1934, p. 4, grifo nosso).

Partindo do pressuposto de que a função dos intelectuais foi considerada de suma importância durante a década de 1930, uma vez que, segundo algumas concepções, existiam sujeitos superiores em comparação uns aos outros, relatamos que o jornal utilizou-se desta valorização perante as construções discursivas que tiveram a prerrogativa de difundir a intelectualidade. Com essa perspectiva, a partir de 1934, estes protagonistas sociais começaram a ter um espaço de divulgação dos assuntos relacionados ao mundo do trabalho, sendo que em um primeiro momento; somente os seus sindicatos, ou mesmo a própria entidade, é que abarcavam tais manifestações de cunho reivindicatório.

Diante da complexidade e inúmeras tendências políticas que podiam estar no interior da redação de cada jornal, torna-se difícil especificar, claramente, a opção seguida pelo periódico *A Evolução*, já que o posicionamento dos adeptos da SUO estavam relacionados à diversidade, aspecto que, conforme destacamos neste texto, ocasionou conflitos entre os militantes, mas que, com o tempo, a valorização deste quesito perdeu o seu lugar no campo das discussões, assumindo, assim, o perfil de heterogeneidade política.

De acordo com a perspectiva de que o jornal agia como um eficiente potencializador da corrente mais substancial, relacionada ao PCB (LONER, 1999, p. 482), enfatizamos que ele estava em conformidade com os pensamentos adotados por uma parte da Diretoria da entidade, a qual representava, e estava em consonância com as concepções caracterizadas pelo gerente do periódico – Gervásio Dias – militante que esteve no cargo durante todo o período de circulação do jornal (1934-1937), ou seja, durante o seu mandato, a folha pode ser admitida como seguidora da corrente comunista. Todavia, apesar desta constatação, o jornal admite no decorrer de suas páginas a adoção pelo seguinte emblema “Órgão dos interesses das classes trabalhadoras”, atribuindo a noção de que havia, no contexto rio-grandino, por se tratar de um folhetim local, a formação de uma classe determinada, a qual se reconhecia como pertencente a um grupo, conforme indica a imagem, a seguir:



Imagem 1: Jornal *A Evolução* (22/12/1935). Localização: Hemeroteca do CDH-FURG.

Partindo da hipótese de que a identidade operária é construída, também, a partir de relações com as distinções, oposições, com outras identidades e com formas distintas de concepções ideológicas, é que centramos esta discussão, pois interagem por meio da convivência e/ou conflito com diferentes identidades, contribuindo para a formação do processo dialético de transformação e re-elaboração da estrutura social. Para tanto, evidenciamos que é necessária a presença do sentimento de “auto-estima no trabalho” (THOMPSON, 2001, pp. 158-160), expressando o orgulho em realizar determinada função e de fazer parte deste grupo de trabalhadores que passam a ocupar um lugar no espaço tangenciado pelo mundo do trabalho. E nesta busca pela implementação de certo distanciamento com as estruturas rivais, há uma seleção dos aliados que possam contribuir para adquirir tais objetivos. Conforme pode ser observado na seguinte matéria noticiada pelo jornal:

Compreendida as origens e as finalidades dos partidos políticos burguezes, é óbvio que, nelles, o proletariado não deve colaborar.

Uma attitude porém é aconselhável:

Os trabalhadores unidos, numa frente-unica de explorados contra os exploradores, devem reunir-se em partido político e disputar, ás facções burguezas, a direção do Estado.

(*A Evolução*, 16/07/1934, p. 2).

Com base nestas afirmativas, constatamos que a SUO caracterizava-se como uma entidade comprometida com a formação da identidade proletária entre o operariado da cidade do Rio Grande, aspectos visivelmente dispostos nas páginas do jornal *A Evolução*, que no período de sua circulação, contribuíram para a delimitação de uma análise acerca da construção identitária dos operários rio-grandinos, uma vez que estas ideias passavam por meio das relações de reconhecimento, assim como também, pela reivindicação da memória da coletividade, herdada e reforçada através dos textos publicados em suas páginas.

### **Considerações Finais**

As transformações econômicas e sociais que ocorreram no final do século XIX e período inicial do século XX foram responsáveis por caracterizar a estrutura social e econômica da cidade do Rio Grande, aspectos que podem ser observados cotidianamente no interior do município.

Contudo, observamos por meio deste trabalho, que o processo de crescimento ocorreu em pontos distintos do país, mas sem deixar de salientar o papel de destaque atribuído à cidade, principalmente, no que concerne às mudanças em seu espaço físico, além das relações sociais que permeiam tal sociedade, destacando a Sociedade União Operária (SUO) como um reflexo dessa configuração, instituição que objetivava sistematizar a construção da identidade operária entre os trabalhadores da cidade, funcionando como um suporte ao operariado, em um período em que o trabalho era sinônimo de legitimação social.

Dessa forma, após o contato com as fontes, destacamos que para analisarmos os veículos utilizados pela SUO na construção da identidade operária, torna-se necessário contextualizar o período em que houve a formação da SUO, e o momento em que o proletariado a reconheceu como entidade máxima de representativa no município do Rio Grande. Seguindo este enfoque, analisamos o jornal *A Evolução* e a sua atuação no cenário rio-grandino, durante o ano de 1934, além de termos historicizado a fundação de sua entidade, a qual é considerada uma das instituições de maior relevância do Estado, posição adotada nos anos iniciais, mas que com o decorrer do tempo e as motivações externas acabara por perder o seu espaço.

Porém, a década de 1930 desenrolava-se, conjuntamente, com a formulação da legislação trabalhista, momento em que a entidade implantou medidas para a sua revitalização e que começa a se adaptar a estes acontecimentos, e é perante este contexto que a folha operária *A Evolução* entrou em cena.

Enfatizamos, ainda, o perfil político-ideológico da União Operária e concluímos que a instituição possuía um caráter diversificado e sem consistência, aspecto acompanhado pelo periódico no momento em que foi alicerçado, pois muito embora o fato de que existiam, entre os seus elaboradores, sujeitos adeptos da corrente comunista, o jornal não se assumia como tal, visto as perseguições que se afirmavam por parte do governo. Enfim, no presente texto destacamos a

funcionalidade atribuída à SUO, enquanto entidade comprometida com a estabilização da consciência operária entre os trabalhadores rio-grandinos, tendo por base os folhetins publicados no ano de 1934 e o seu Estatuto, que data de 1938.

## Referências

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e Trabalho**: Uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920). Porto Alegre: Eduel, 2008.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888- 1930). Pelotas: UFPel, 2001.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873- 1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **"Que a união operária seja nossa pátria"**: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora Brasiliense, 2001.

## Fontes

Atas – Sociedade União Operária do Rio Grande (SUO), Rio Grande.

Estatuto da Sociedade União Operária do Rio Grande (ano de 1938).

Jornal *A Evolução*, Rio Grande, anos de 1934; 1935; 1936; 1937 e 1938.

Localização das fontes: Centro de Documentação Histórica "Prof. Hugo Alberto Pereira Neves" da Universidade Federal do Rio Grande (CDH – FURG).

## REPRESENTAÇÕES DA GUERRA FRIA NO DISCURSO JORNALÍSTICO NORTE-AMERICANO DE DREW PEARSON (1950-1957)

Leonice Portela<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende realizar uma análise nas páginas da revista *O Cruzeiro* no período de 1950 a 1957, na coluna Carrossel do Mundo escrita pelo jornalista norte-americano Drew Pearson. Nesta pesquisa evidenciaremos o cruzamento da história com a imprensa e as representações que esta fazia do contexto dos anos de 1950 a 1957. Além de utilizarmos a revista *O Cruzeiro* como fonte de pesquisa, esta também será nosso objeto de estudo na medida em que se pretende analisar a revista nos seus intrincados bastidores e relações com o poder. Realizaremos um panorama dos artigos de Drew Pearson no período de 1950 a 1957, sendo classificadas em três Eixos Temáticos que se destacam como: a) Articulações Políticas dos Estados Unidos nas relações internas e externas; b) As ameaças do Comunismo; c) Guerra Fria na sua perspectiva de “guerra de nervos”.

**Palavras-chave:** Imprensa – Guerra Fria – Representações – Anticomunismo

### História e Imprensa

Para realizarmos o cruzamento da História com a Imprensa, teremos de ir num duplo viés utilizando a imprensa tanto quanto fonte de reconstrução de cenários históricos. P. Alberte e F. Terrou apresentam na obra *História da Imprensa* uma originalidade ímpar sobre as dificuldades de trabalhar com imprensa, mostrando que a noção de imprensa periódica abrangeu uma massa muito diferente de publicações e, “seus tipos de categorias se diversificaram a tal ponto que muitas vezes a variedade e a multiplicidade dos títulos acabam mascarando a unidade do conjunto”.

Como ressaltam P. Alberte e F. Terrou:

A sua função principal, que consiste em restituir à vida dos jornais e especificar o papel que eles representaram na evolução das sociedades, a história da imprensa acrescenta uma espécie de função derivada: a de ajudar os historiadores a utilizar o testemunho dos jornais. Não se pode construir ou compreender um determinado período histórico sem refletir sobre a evolução geral das sociedades; “de todos objetivos da pesquisa histórica, o jornal é talvez o que mantém as mais estreitas relações com o estado político, a situação econômica, a organização social e o nível cultural do país e da época dos quais constitui reflexo”.<sup>2</sup>

Nesse sentido, percebemos a importância de estudarmos a imprensa para compreendermos as relações de poder que estão interligadas com o cotidiano da sociedade. Como afirma Ana Maria Almeida Camargo no artigo *História dos, nos e por meio dos periódicos*:

não podemos dispensar a ida aos jornais, seja para obter dados de natureza econômica (câmbio, produção e preços) ou demográfica, seja para analisar múltiplos aspectos da vida social e política sempre com resultados originais e postura muito

<sup>1</sup> Mestranda em História – UFPBolsista – FAPERGS, leonice\_portela@hotmail.com

<sup>2</sup> ALBERT, P.; TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

distante da tão temida ingenuidade.<sup>3</sup>

A imprensa não controla as atitudes, crenças e pensamentos do público receptor, mas traz para sua atenção uma seleta agenda de tópicos para se refletir a respeito. Os corpos podem ser torturados, amordaçados, repreendidos, mas o pensamento de um homem jamais vai ser reprimido. “Onde quer que a imprensa seja livre e todos os homens saibam ler, tudo está salvo” afirmou Thomas Jefferson.<sup>4</sup>

De acordo com Derocina Alves Campos Sosa:

O uso de fonte jornalística como instrumento a ser utilizado em história política, conseqüentemente, não tem como deixar de levar em consideração o viés ideológico, presente ou na feitura do texto ou em sua leitura à época em que foi produzido. Isso conduz, inapelavelmente, à pesquisa não só das peças textuais em si, mas também do momento histórico em que foram produzidas e, dado o volume das mesmas, impõe-se ao pesquisador uma necessária e clara delimitação de cenários e tópicos envolvidos no processo.<sup>5</sup>

Ainda segundo Derocina Sosa, em seu artigo *História e Imprensa*, em relação à utilização da imprensa escrita como fonte para a História, observa-se que:

O discurso jornalístico obedece às regras históricas e é o resultado de uma posição sócio-histórica, na qual o conteúdo apresentado está visceralmente ligado ao seu tempo. A imprensa escrita, com a história, percebendo-se nelas situações concretas que remetem às especificidades reveladoras de sua ideologia e de seus contatos com o poder<sup>6</sup>

Maria Helena Capelatto, em *Imprensa, uma mercadoria política*, também destaca o papel da imprensa:

(...) “enquanto a gente não abrir espaço para partidos mais fortes, partidos ideológicos, mais enraizados, a imprensa vai continuar usurpando esse espaço que pertence aos partidos”. Por outras palavras, é o que expressa muito claramente um dos mais importantes homens de imprensa do século passado, Assis Chateaubriand, segundo o qual ela existia para conduzir a política, mais do que para dela participar. Aliás, o poder da imprensa, no sentido que aqui se lhe dá, esteve presente nas preocupações de todos os literatos e políticos desde o século XIX até o presente.<sup>7</sup>

Evidencia-se que a revista não é meramente mais uma fonte histórica utilizada pelo historiador, mas sim uma ponte entre as relações sociais e o cotidiano dos cidadãos de um determinado período da história. A revista é fonte de sua própria história e das mais diversas situações onde

---

<sup>3</sup> DE LUCA apud CAMARGO. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.p. 23

<sup>4</sup> ALBERT, P.; TERROU, F.. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 34.

<sup>5</sup> SOSA, Derocina Campos Alves. *Imprensa e História*. Biblos, Rio Grande, 19: 109-125 2006.

<sup>6</sup> SOSA, Derocina Campos Alves. *Imprensa e História*. Biblos, Rio Grande, 2006. p. 110.

<sup>7</sup> CAPELATTO, Maria Helena. *Imprensa, uma mercadoria política*. História e Perspectiva: Revista da Universidade Federal de Uberlândia, v. 4, p.131, 1991.



encontramos dados sobre a sociedade, costumes, informações sobre questões políticas e econômicas inseridas em suas representações através de palavras e imagens.

Derocina Sosa enfatiza:

A visão da imprensa como fiel refletora daquilo que está ocorrendo na sociedade, no entanto, justifica apenas um dos componentes dessa mesma imprensa. O outro é aquele ligado ao papel que a imprensa escrita vem desempenhando ao longo da história e mais precisamente da história do Brasil, ou seja, o de espaço privilegiado de exercício da política, como exposição de idéias ou ainda da política partidária, responsável pela construção dos discursos.<sup>8</sup>

Nesta perspectiva, justifica-se a necessidade de se ter um olhar apurado para os bastidores da imprensa com a qual se trabalha, no caso a revista *O Cruzeiro*, seu proprietário, Assis Chateaubriand e a coluna Carrossel do Mundo, escrita por Drew Pearson.

O estudo dos artigos de Drew Pearson podem contribuir para a compreensão do contexto histórico da Guerra Fria nas manifestações sobre o imaginário do comunismo em que estão inseridos. Como salienta Rodrigo Patto Sá Motta: “O imaginário anticomunista representava o adversário revolucionário, assim como suas ideias, como se significasse perigosa ameaça”<sup>9</sup>. Sobre o imaginário, adotamos o entendimento deste autor para o qual o mesmo significa o “um conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelos aspectos da vida social”<sup>10</sup>.

Ainda sobre o imaginário, Rodrigo Patto Sá Motta, destaca:

As campanhas e mobilizações anticomunistas deram origem à constituição de um imaginário próprio, uma conjunção de imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo. Naturalmente, dada a disposição de recusa integral ao projeto revolucionário, tais imagens negativas se concentram em apontar aspectos negativos nas doutrinas e práticas comunistas. Aos comunistas foi atribuído, ao longo do tempo, um elenco variado de qualidades negativas. Eles foram acusados de crimes de violência sem par e de conspirar contra a ordem social e a “*boa sociedade*”. Entre os alvos da ofensiva comunista incluíam-se os valores da moral tradicional, que eles supostamente pretendiam subverter como parte de seus planos revolucionários. No limite, chegou-se a associar a ação dos comunistas aos desígnios do próprio demônio, pois os revolucionários foram representados como encarnação do “mal absoluto”<sup>11</sup>.

<sup>8</sup> SOSA, Derocina Campos Alves. *Imprensa e História*. Biblos, Rio Grande, 19: 109-125 2006.

<sup>9</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O imaginário anticomunista e as representações do comunismo como ameaça estrangeira*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/ Fapesp, 2002. p. 27-37

<sup>10</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O imaginário anticomunista e as representações do comunismo como ameaça estrangeira*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/ Fapesp, 2002. p. 27.

<sup>11</sup> COELHO, Teixeira (org.). *Dicionário crítico de política cultural e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997, p.212.

A hegemonia dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial consistia em um monopólio das decisões estratégicas. Washington movia uma Guerra Fria contra o socialismo, ou melhor, contra a União Soviética. A corrida armamentista tornou-se uma resposta para a possível expansão das ideologias socialistas pelo mundo.

Como explana Eric Hobsbawm sobre as origens da Guerra Fria:

Segunda Guerra Mundial mal termina quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como a Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, a “guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida”. A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade.<sup>12</sup>

Drew Pearson descrevia os bastidores desta guerra de estratégias, entre os Estados Unidos - colocados como defensores do mundo- e a União Soviética - tida como exterminadora da raça humana, no artigo do dia 21 de janeiro de 1950, intitulado *A bomba atômica russa*:

Foi o General Hoyt S. Vandenberg quem fez a primeira insinuação sobre o que até agora tem constituído um segredo oficial: o aumento do número de bombas atômicas em poder da Rússia. A comissão de energia atômica informa à casa branca que os russos pretendem fazer explodir novas bombas atômicas no verão deste ano. O atraso dos Estados Unidos com relação à Rússia é significativo: Enquanto isso, a Rússia está acumulando estoques de bombas atômicas com tanta rapidez que os peritos de informação militar dos Estados Unidos calculam que terá bombas suficientes para empenhar - se numa guerra em 1956.<sup>13</sup>

As rivalidades estavam calcadas nas disputas de áreas de influências, como comenta Demétrio Magnoli:

Os estados estritamente “nacionais” não se consideram inimigos de morte, mas simplesmente rivais. Seus governantes não se consideram pessoalmente ameaçados pelos governos dos Estados vizinhos. Todo Estado é, aos olhos de qualquer outro Estado, um possível aliado; o inimigo de hoje é poupado porque pode ser o aliado de amanhã e porque é indispensável ao equilíbrio do sistema nestas circunstâncias, a diplomacia é realista, às vezes mesmo cínica, e é também moderada razoável.<sup>14</sup>

Este era o foco principal da Guerra Fria: um jogo de estratégias de relações diplomáticas. Nesta conjuntura se evidencia o discurso de Drew Pearson nas páginas da revista *O Cruzeiro*,

---

<sup>12</sup> HOBBSAWM, 1995, p. 224.

<sup>13</sup> O CRUZEIRO 21. jan. 1950, p. 58.

<sup>14</sup> MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Senise (Coord.). *O mundo contemporâneo: relações internacionais 1945-2000*. São Paulo: Moderna, 1996. p. 32.

mostrando de forma simbólica um embate num “*jogo de xadrez*”, no qual cada movimento deveria ser muito cauteloso.

Demétrio Magnoli realiza uma reflexão sobre a relação da imprensa e a política internacional, nos seguintes termos:

A confiança que une o leitor ao jornal liga-se à crença de que este é um “espelho do mundo”, um *retrato fiel da realidade*. O jornal confiável é aquele que informa sem sugerir. [...] realmente, política e ideologia estão presentes na organização de todo o noticiário que não é “neutro” ou “objetivo”. O jornal, ao contrário do que apregoa a teoria da objetividade jornalística, engaja-se na divulgação de uma concepção de mundo. Ele não é um “espelho do mundo”, mas um aparelho produtor de interpretações do mundo.<sup>15</sup>

Como comenta Karl W. Deutsch no texto *Como se Faz Política Externa*, sobre o período da Guerra Fria e as suas relações comerciais:

Em complementação ao fluxo internacional de bens e de dinheiro, os interesses econômicos e americanos no exterior incluem a aquisição de títulos de propriedade de terras, prédios, recursos minerais e meios de produção. Finalmente, os interesses, norte-americanos podem incluir a preservação ou a obtenção de condições particularmente favoráveis de comércio e de financiamentos para as empresas norte-americanas situadas naqueles países que, em alguns casos sejam relativamente dependentes dos Estados Unidos.<sup>16</sup>

O período da Guerra Fria suscitou muitos estudos que evidenciam o duelo entre duas potências os Estados Unidos e a União Soviética, assim como destaca o autor José Flávio Sombra Saraiva:

O curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo. Os Estados Unidos e a União Soviética assenhorearam-se dos espaços e criaram um condomínio de poder. Os nuances no sistema condominial de poder: da relação “quente” da Guerra Fria (1947-1955) à lógica da coexistência pacífica (1955-1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final dos anos 40 e início dos anos 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam.<sup>17</sup>

É interessante observar os eixos que alicerçam a Guerra Fria. Primeiramente a intensa busca pelo poder pelas manipulações e pela superioridade nuclear. Porém como podemos perceber nem tudo está conforme o planejado nesta bipolaridade de poder e não tarda para começar a ser preocupante. Segundo, torna-se alarmante a possível expansão do comunismo, o que deixaria a União Soviética com mais aliados tanto no âmbito das relações comerciais como também ideologicamente. Neste

<sup>15</sup> MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Senise (Coord.). *O mundo contemporâneo: relações internacionais 1945-2000*. São Paulo: Moderna, 1996. p.16.

<sup>16</sup> DEUTSCH, Karl W. *CURSO DE INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. 6v.p. 15

<sup>17</sup> SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais: dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*, Brasília, IBRI, 2001. p. 19

contexto, surgem as manifestações do imaginário comunista e a luta dos Estados Unidos contra a sua expansão, utilizando-se deste “perigo comunista” para dar continuidade ao seu rearmamento e conseguir frear a União Soviética nas suas expansões comerciais, ideológicas e principalmente nas questões de energia nuclear.

Alguns textos foram pesquisados para conseguir elucidar este contexto do imaginário anticomunista, tendo como peculiaridade as manifestações em jornais, revistas e nos folhetos católicos distribuídos pelas igrejas, os quais realizam uma profunda análise do discurso e quais os procedimentos e métodos são utilizados para interpretar este imaginário de terror, punição e proibição das práticas comunistas.<sup>18</sup>

Pierre Bourdieu afirma que:

as representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade e que contribuem para a realidade das divisões. (...) a força social das representações não está necessariamente proporcionada ao seu valor de verdade. O mundo social é também representação e verdade, e existir socialmente é ser percebido como distinto.<sup>19</sup>

O período de 1950 a 1960 foi o de maior efervescência da Guerra Fria e também, o auge da revista nas esferas nacional e internacional. A revista encontrava-se no seu apogeu de tiragens tendo estreitas relações econômicas e políticas com os governos da época. As representações da Guerra Fria através de Pearson constituem viés para a observação dessa realidade. O jornalista norte-americano Drew Pearson (1897-1969), era considerado um correspondente internacional<sup>20</sup> e um importante jornalista investigativo. Assinou a coluna *Carrossel do Mundo* entre os anos de 1947 a 1963, nas páginas da revista *O Cruzeiro*. O perfil jornalístico de Drew Pearson era, segundo ele mesmo, “*tendo seu olfato apurado estava sempre em busca de algo que não cheirava bem*”<sup>21</sup>. Evidencia-se a necessidade de interpretação que as opiniões assumem frequentemente sobre a política, onde exprimem seu pensamento acerca de noções baseadas na moral e em valores que consistem fundamentalmente na própria sociedade jornalística.

## **O Mundo nas Páginas de O CRUZEIRO**

---

<sup>18</sup> De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, o imaginário anticomunista era percebido em expressões como: “Nomear comunistas é nomear inimigos da Pátria”. “O inimigo de Deus”. O “perigo vermelho é uma ameaça que deveria ser enfrentada para o bem da sociedade”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/ Fapesp, 2002. p. 27.

<sup>19</sup> BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação*: elementos para uma reflexão crítica sobre ideia de região. Cap. 5, p. 118-121. In: BOURDIEU, Pierre *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2ª edição, 1998.

<sup>20</sup> Drew Pearson se intitula correspondente de vários países. BAMMANN, Kellen. *Americanização no Brasil e na Alemanha*: uma proposta de interpretação através dos grupos de pressão de O cruzeiro e Der Spiegel (1947-1957). Dissertação apresentada ao PPGH, PUCRS, 2011.

<sup>21</sup> PEARSON, Drew e ANDERSON, Jack.; Usa – Potência de Segunda Classe? São Paulo: Beste Seller, 1959. p.20

A revista *O Cruzeiro* foi fundada em 24 de maio de 1928, no Rio de Janeiro, na sede de o “*O Jornal*” onde funcionava num prédio estreito de três andares, localizado na Rua Rodrigo Silva, nº 14, que mais tarde foi conhecida como “O mundo em papel *couche*”. Em reunião com jornalistas convidados com o intuito de fundar a Sociedade Anônima Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, Assis Chateaubriand apresentou o investimento. Era uma revista semanal ilustrada, considerada à frente de seu tempo e a maior da América Latina, posteriormente circulando em todo o Brasil, em Portugal, na Argentina, no Chile e no México. Em seus 46 anos inúmeras reportagens de diversas faces foram feitas pela revista desde a cobertura do carnaval do Rio de Janeiro, a morte de Getúlio Vargas, disco voador na Barra da Tijuca, Bomba Atômica Russa, O desembarque de tropas americanas no Líbano, Espionagem em Berlim enriquecendo assim as suas 150 páginas em papel *couche*.

Com tiragem inicial de 50 mil exemplares, estabelecia um verdadeiro recorde para os padrões da época chegando à tiragem de 600.000.000 exemplares em média, entre o meio e o final da década de 1950, atingindo um público estimado entre 3 e 4 milhões de leitores (devemos lembrar que cada revista normalmente era lida por várias pessoas).<sup>22</sup>

Os temas culturais, a coluna social e a transformação de elementos da sociedade e da paisagem em espetáculo constituem os motes de um periódico voltado a entreter e informar o público.<sup>23</sup> *O Cruzeiro*, de fato foi mais do que uma revista ilustrada, foi um modelo para a mídia brasileira, ou, melhor dizendo, foi uma lançadora de modelos que motivou importantes mudanças nas estruturas da própria comunicação do país. Ao longo das décadas em que a revista circulou, as matérias e reportagens veiculadas em suas páginas ganharam a confiança dos leitores e eram, em larga medida, encaradas como “A Verdade” sobre os fatos e não apenas uma versão entre as muitas possíveis.<sup>24</sup>

Na história da revista o apoio aos políticos não era uma postura muito clara e, principalmente, quase nunca assumida publicamente. *O Cruzeiro* – assim como qualquer outro órgão de comunicação de Chateaubriand – podia publicar propagandas de campanha de outros candidatos opositores da mesma forma que publicava matérias, geralmente pagas, a respeito das realizações de governo, até mesmo de seus piores inimigos, caso isto se fizesse necessário. Este era um expediente interessante que garantia as fontes de renda necessárias à sobrevivência de suas empresas ao mesmo tempo em que mantinha junto ao público uma imagem de imparcialidade, o que aumentava sua credibilidade. O mais comum era que a resistência em liberar dinheiro para propaganda por parte de algum governante, ou mesmo pessoa influente, acarretasse destruidoras campanhas contra sua imagem.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> ROMANELLO, J. L. *A natureza no discurso fotográfico da revista O Cruzeiro: paisagens e imaginários no Brasil desenvolvimentista*. Assis, 2006. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual Paulista.

<sup>23</sup> GAWRYSZEWSKI, Alberto (Coord.). *O Cruzeiro: uma revista (muito) ilustrada*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

<sup>24</sup> GAWRYSZEWSKI, Alberto (Coord.). *O Cruzeiro: uma revista (muito) ilustrada*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p.55

<sup>25</sup> URSINI, Leslye Bombonato. *A Revista O Cruzeiro na virada da década de 1930*. Dissertação: Mestrado. Antropologia Social Universidade Estadual de Campinas 2000.

*O Cruzeiro* cobriu de forma marcante um expressivo e importante período histórico e foi considerada o rosto e a voz do Brasil, onde consagrou diversos jornalistas. Publicou inúmeras reportagens sobre os países que utilizavam energia nuclear como arsenal de guerra, onde selecionamos algumas reportagens, dentre elas se destacou as propostas de proibição de experiências nucleares discutidas na Conferência de Genebra e a repercussão do rearmamento da Alemanha e da União Soviética.

Realizamos a relação da imprensa com a história partindo do pressuposto de Eugênio Bucci, que afirma em seu livro *Sobre ética e imprensa*, “O jornalismo é conflito, e quando não há conflito no jornalismo, um alarme deve soar. Aliás, a ética só existe porque a comunicação social é um lugar de conflito. Onde a etiqueta cala, a ética pergunta.”<sup>26</sup>

O perfil jornalístico de Drew Pearson era, segundo ele mesmo, “*tendo seu olfato apurado estava sempre em busca de algo que não cheirava bem*”<sup>27</sup>. Evidencia-se a necessidade de interpretação que as opiniões assumem frequentemente sobre a política, onde exprimem seu pensamento acerca de noções baseadas na moral e em valores que consistem fundamentalmente na própria sociedade jornalística.

Nesta perspectiva de análise que calcamos nos estudos numa leitura além das representações das esferas do poder da imprensa como meio de comunicação, percebendo que os critérios de análise devem ser bem elaborados para não cairmos nas armadilhas de que as fontes *falam por si mesmas*. Temos que perpassar pelos inúmeros labirintos de análise do discurso, de análise da instituição que carrega as ideologias de seu proprietário, qual é o seu público alvo, suas relações com o Estado, suas relações com interesses internacionais, em não credibilizarmos ou de aceitarmos como verdade absoluta as afirmações contidas na imprensa, como já foi comum se fazer. Tânia Regina de Luca, em seu artigo *História dos, e por meio dos periódicos*, aborda o seguinte:

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermediário dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 45

<sup>27</sup> PEARSON, Drew e ANDERSON, Jack; *Usa – Potência de Segunda Classe?* São Paulo: Best Seller, 1959. p. 20

<sup>28</sup> DE LUCA, Tânia Regina. *Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.p. 111-112.

Percebemos um alargamento nas novas propostas de análises dos periódicos, porém como afirma Ana Maria Almeida Camargo, temos de ter alguns cuidados:

Depois de reiterar as armadilhas reservadas pela imprensa “corremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou texto inteiro de uma realidade” apresentamos diagnóstico preciso da situação.<sup>29</sup>

Neste sentido é que propomos desconstruir a imagem da imprensa como utilizada para confirmar hipóteses, e sim para ser utilizada para ampliar novos estudos, desafiando conceituar, mapear e esclarecer condições de produção.

Buscamos na análise do discurso da escola francesa, as contribuições de Michel Pêcheux e Michel Foucault, para podermos compreender como estabelecer esta estreita relação entre a história e imprensa na análise do discurso de Drew Pearson nas páginas da revista *O Cruzeiro*, que perpassa no contexto do maior conflito de poder, ideologias e de políticas diplomáticas no período da Guerra Fria, intitulado como uma guerra de nervos e de estratégias.

Como Bethania Sampaio Corrêa Mariani utiliza como principal fonte de análise, intitulada como *O comunismo imaginaria: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*:

A escola francesa de análise do discurso (de agora em diante AD) se apresenta como sendo uma teoria crítica da linguagem, uma teoria que, por se situar no entremeio das ciências sociais humanas, está sempre reinvestigando os fundamentos de seu campo de conhecimento: as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito, a AD se propõe a discutir e a definir linguagem e a natureza da relação que se estabelece com a exterioridade, tendo em vista seu objetivo principal de compreender os modos de determinação histórica dos processos de produção dos sentidos na perspectiva de uma semântica de cunho materialista. Para tanto, o fundador da AD, Michel Pêcheux, propôs articular três regiões do saber: o materialismo histórico, enquanto teorias das formações sociais e suas transformações; a lingüística, enquanto teoria dos processos não subjetivos de enunciação e a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Estas três regiões, ainda de acordo com Pêcheux, são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.<sup>30</sup>

Bethania Sampaio Corrêa Mariani elencou em seu trabalho quais os principais métodos de análise dentro da análise do discurso francesa que poderiam ser utilizados para interpretar os discursos comunistas na imprensa. Evidenciando o estudo do sujeito que escrevia as reportagens, a ideologia que norteava o jornal e contexto histórico em que estavam inseridos.

Pretendemos enfatizar primordialmente os estudos que se fazem presente na análise do discurso que perpassam pelos pontos primordiais o sujeito na figura do jornalista norte-americano

---

<sup>29</sup> DE LUCA, Tânia Regina. *Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.p.117

<sup>30</sup> MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginaria: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*: 1996. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.p.21

Drew Pearson, na ideologia que transcorre tanto na revista como fonte e objeto que são retratados em seus artigos publicadas na mesma, e no contexto histórico em que toda esta conjuntura da Guerra Fria.

O artigo do dia 25 de maio 1957: *Dulles não quer dar trigo à Polônia*<sup>31</sup> elucida bem o jogo de estratégias e articulações políticas, Drew Peason salienta:

Washington maio: embora os celeiros americanos estejam transportando de trigo, o Departamento de Estado tem dito aos intermediários do Governo polonês que devem ir procurar no Canadá o trigo de que necessitam para alimentar o faminto povo polonês.

A lei determina que o Secretário de Estado certifique que a Polônia é uma nação amiga, antes que esta possa candidatar-se a receber os excedentes americanos de alimentos. Trata-se de um ponto em que cabe discussão. Pode-se argumentar que o povo polonês é amigo, e que o Governo da Polônia, embora seja comunista, quer ser amigo.

Entretanto, o Secretário John Foster Dulles está preocupado com a reação que se desencadeará no país se ajudar os poloneses. Ao mesmo tempo, não quer que estes voltem de mãos vazias.

Dulles sabe também que os outros países satélites da União Soviética têm os olhos voltados para as negociações em Washington. Se a delegação polonesa regressar sem a ajuda ocidental, a Polônia ficará à mercê de Moscou e provavelmente o atual Governo moderado de Varsóvia não se conseguirá manter no poder.

Podemos ressaltar que todos os artigos são muito extensos, sendo prolixos. Expunham sobre muitos temas num mesmo artigo. Como em Washington estavam sendo publicados diariamente, estes era reunidos durante toda a semana e enviados para a revista para serem publicados semanalmente. Os artigos tinham em média em torno de 21 dias de diferença entre os acontecimentos e a publicação dos artigos em *O Cruzeiro*. Porém alguns acontecimentos eram publicados muito antes, exemplo a descoberta da Bomba Atômica pela União Soviética nos artigos do ano de 1950, Drew Pearson afirmava que a União Soviética possuía uma Bomba Atômica, que não tardaria para que o mundo tomasse conhecimento. Alguns títulos eram repetidos anos depois, alguns artigos passam a sensação de que foram reescritos e que não contém a linguagem jornalística Drew Pearson dos anteriores.

## **Considerações Finais**

Propomos desconstruir a imagem da imprensa como sendo utilizada para confirmar hipóteses, e sim para ser utilizada para ampliar novos estudos, desafiando conceituar, mapear e esclarecer condições de produção. Para estabelecer esta estreita relação entre a História e Imprensa na análise do discurso de Drew Pearson nas páginas da revista *O Cruzeiro*, que perpassa no contexto do maior conflito de poder, ideologias e de políticas diplomáticas no período da Guerra Fria, intitulado como uma guerra de nervos e de estratégias.

Percebemos que os artigos publicados pela revista *O Cruzeiro* estão intimamente ligados aos eixos centrais que tornam tão efervescente a Guerra Fria, que se referem ao anticomunismo, as

---

<sup>31</sup> REVISTA O CRUZEIRO. Rio de Janeiro: 25. mai. 1957 p. 86.



manipulações de energia nuclear num intenso rearmamento dos Estados Unidos e União Soviética e as relações comerciais e diplomáticas que se estabelecem com todos os países do globo numa intensa busca de aliados ou na ampliação das áreas de influência.

Aspiramos integrar o conteúdo dos artigos como elemento fundamental na reconstrução do passado neste contexto de Guerra Fria articulando as relações nacionais e internacionais. Tendo como proposta de estudo analisarmos como o Brasil se insere neste contexto de Guerra Fria, sendo em alguns momentos acusados de comunistas, ora sendo ressaltado como uma peça importante nas relações comerciais como os Estados Unidos.

### **Referências Bibliográficas**

BAMMANN, Kellen. *Americanização no Brasil e na Alemanha: uma proposta de interpretação através dos grupos de pressão de O cruzeiro e Der Spiegel (1947-1957)*. Dissertação apresentada ao PPGH, PUCRS, 2011.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (Dir.) *História do século XX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2007.

BOURDIEU, Pierre *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1998.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2011.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos Cristãos*. São Carlos: Ed. Universidade Federal de São Carlos, 2009.

DEUTSCH, Karl W. *Curso de introdução às relações internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. 6v.

DE LUCA, Tânia Regina. *Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GAWRYSZEWSKI, Alberto (Coord.). *O Cruzeiro: uma revista (muito) ilustrada*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

HOBBSAWM, E. J.; *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- LIMA, Fernanda de Almeida de. *Língua e discurso: aproximações*. Revelli – Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas– v.4, n. 1 – março de 2012 – p.186-188
- MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Senise (Coord.). *O mundo contemporâneo: relações internacionais 1945-2000*. São Paulo: Moderna, 1996.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginária: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*: 1996. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- MEYRER, Marlise Regina. *Representações do desenvolvimento nas Fotorreportagens da Revista O Cruzeiro (1955-1957)* 2007. Tese (Doutorado em História) - Pontífice Universidade de Católica do Rio Grande do Sul, 2007.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/ Fapesp, 2002.
- MORAIS, Fernando. *Chatô o Rei do Brasil: A vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NETTO, Accioly. *O império de papel: os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3.ed. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. (Coord.) *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- PEARSON, Drew e ANDERSON, Jack.; *Usa – Potência de Segunda Classe?* São Paulo: Beste Seller, 1959.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.
- PINSKY, Carla Bassamezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PONTES, F. S.. *Teoria e História do Jornalismo: desafios epistemológicos*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2009.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- ROMANELLO, J. L. *A natureza no discurso fotográfico da revista O Cruzeiro: paisagens e imaginários no Brasil desenvolvimentista*. Assis, 2006. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual Paulista.
- SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva (org.). *Relações internacionais: dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*, Brasília, IBRI, 2001.
- SERPA, Leoni. *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945)*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2003.
- URSINI, Leslye Bombonato. *A Revista O Cruzeiro na virada da década de 1930*. Dissertação: Mestrado. Antropologia Social Universidade Estadual de Campinas 2000.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Da Guerra Fria à Crise*. 4.ed. Porto Alegre, UFRGS,2006.

### **Fontes Primárias**

Museu Hipólito José da Costa

Localidade: Porto Alegre/RS

REVISTA O CRUZEIRO 21. jan. 1950, p. 58.

REVISTA O CRUZEIRO 25. mai. 1957, p. 86.

## A COLABORAÇÃO DO ESTADO FRENTE AO USO EXCESSIVO DA VIOLÊNCIA POLICIAL: INÍCIO E FIM DA QUESTÃO FLEURY (1968-1979)

*Diego Oliveira de Souza<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este estudo dedica-se à atuação do Esquadrão da Morte em São Paulo, no período de 1968-1979, buscando evidenciar elementos para a compreensão da colaboração do Estado brasileiro frente ao uso excessivo da violência policial. Para tanto, trata da estrutura organizacional voltada para o extermínio de criminosos comuns em São Paulo, bem como aborda as tentativas de promover a responsabilização pelos crimes daquela organização policial. Ao mesmo tempo, discute a Questão Fleury, entre seu início e fim, com foco nos apontamentos circunstanciais da morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury. Desse modo, a partir de forma interpretativa contundente, concebida através de novos indícios sobre o caso, aponta o encerramento da Questão Fleury e suas evidências com o colaboracionismo do Estado brasileiro.

**Palavras-chave:** Colaboracionismo do Estado – Violência Policial – Esquadrão da Morte – Questão Fleury

### Introdução

A chamada Questão Fleury em seu desenrolar, entre 1968 a 1979, e sua relação com as iniciativas do Estado brasileiro para realizar a responsabilização pelo uso excessivo da violência policial são temas tratados neste estudo. O recorte temporal adotado corresponde ao início das atividades do grupo de extermínio, registrado pela imprensa da época, até o momento em que ocorreu a morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury em Ilhabela, no litoral de São Paulo, no ano de 1979.

Importante notar que a Carta Constituinte, outorgada em 1967, considerada a institucionalização do Golpe Civil-Militar de 1964, antes da vigência do AI-5, havia estabelecido a eleição indireta para presidente da República e tornado a Segurança Nacional responsável por todos os cidadãos, conforme seu artigo 89: “Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei”. Agrega-se a este estabelecimento, de acordo com Marco Antônio Villa, a alteração da composição da estrutura máxima do Poder Judiciário brasileiro, o Supremo Tribunal Federal (STF), pois houve aumento em seu número de membros, alcançando o total de dezesseis ministros.<sup>2</sup>

Necessário enfatizar também que os acontecimentos de 1968, na Europa, na Ásia e na América Latina, marcaram com bastante intensidade a vida cultural e política da sociedade brasileira, tendo em vista que, conforme Daniel Aarão Reis, “o planeta tornava-se uma aldeia global”.<sup>3</sup> Além disso, o quarto ano da deposição do presidente João Goulart, também foi marcado pela resistência à Ditadura Civil-Militar, destacando-se nesse período a atuação política do Movimento Estudantil.

---

<sup>1</sup> Técnico do Ministério Público Federal (MPF), lotado na Procuradoria da República no Estado Rio Grande do Sul. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Linha de Pesquisa Migrações e Trabalho. Endereço Eletrônico: diego.o.souza@hotmail.com.

<sup>2</sup> VILLA, Marco Antônio. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011, p. 98-100.

<sup>3</sup> REIS, Daniel Aarão. 1968: O curto ano de todos os desejos. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1-2, Jan./Dez. 1998, p. 32.

Como bem nos lembra Angélica Müller, naquele ano “(...) o protagonismo juvenil foi o cerne de uma luta que se externou nas ruas do país, clamando por liberdade e democracia”.<sup>4</sup>

De outro lado, entre o final de 1968 e os primeiros dias de janeiro de 1969, telefonemas misteriosos, dirigidos aos meios de comunicação, diagnosticavam “uma estranha epidemia que transformava marginais em defuntos”.<sup>5</sup> Tratava-se da ação do grupo clandestino Esquadrão da Morte, formado por policiais civis de São Paulo, uma associação criminosa que envolvia investigadores e delegados de polícia, voltada para a eliminação sumária de presidiários e outros envolvidos em crimes comuns. Assim, o objetivo deste estudo é analisar a atuação do Esquadrão da Morte, em São Paulo, através da relação entre os perpetradores diretos de violência e seus facilitadores. Com isso, pretende-se refletir sobre a dinâmica organizacional e operacional do Esquadrão da Morte paulista, compreendida através da formação de um sistema organizacional de promoção de atrocidades policiais associado à construção ideológica da Doutrina de Segurança Nacional.

Em relação a algumas interpretações, já produzidas, em história da violência, agregando-se a elas as dificuldades impostas pela necessidade de se reinterpretar o passado à luz do presente, cabe enfatizar, como assevera Arlette Farge que durante os anos 1970, a violência foi vista de forma relativamente positiva, como meio de constituir laço social e de lutar contra toda tentativa de poder abusivo.<sup>6</sup> Entretanto, a partir de 1980, as perspectivas de análise histórica mudaram, pois os “atores sociais dominam a cena” (e não somente os supostos chefes) passam a ser estudados em suas intenções e práticas.<sup>7</sup>

Sendo assim, é necessário considerar que nos casos de violência policial, comandados pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury, deve-se estabelecer um sistema teórico que incluía não só perpetradores diretos de violência, mas também seus facilitadores, em especial os altos funcionários do governo, os quais muitas vezes ignoravam, desculpavam, apoiavam ou até mesmo recompensavam as atividades daquela organização criminosa. Ademais, a problematização deste estudo, de forma geral, está focada na relação entre a Ditadura e o Estado de direito, no Brasil, no período de 1968-1979. A relação de cooperação e integração entre os setores majoritários dos altos escalões dos poderes Militar, Judiciário e Executivo, é analisada a partir da seguinte questão: como a estrutura política e administrativa do Estado de São Paulo colaborou na manutenção do uso excessivo da violência policial? A fundamentação metodológica deste trabalho é constituída a partir de duas categorias teóricas, extraídas da obra conjunta de Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo.<sup>8</sup> As ações do Esquadrão da Morte paulista foram analisadas através da noção de *operadores direto da violência*,

---

<sup>4</sup> MULLER, Angélica. O Congresso de Ibiúna: uma narrativa a partir da memória dos atores. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula (orgs.). **1968: 40 anos depois**. História e memória. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009, p. 63.

<sup>5</sup> VEJA, Edição 109, 07 de outubro de 1970, p. 26.

<sup>6</sup> FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 30.

<sup>7</sup> Ibid, p. 32.

<sup>8</sup> HUGGINS, Martha Knisely; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip George. **Operários da violência**: policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

atribuída aos componentes do Esquadrão, e da noção de *facilitadores da violência*, direcionada aos representantes da administrativa pública federal, associados aos representantes da administração paulista, vinculados diretamente à área da Segurança Pública (Governador do Estado e Secretário de Segurança).

A produção do extermínio sancionada pelo Estado, e a possibilidade de uma dinâmica totalitária em sociedades democráticas tornam-se possíveis em determinados contextos políticos e sociais, como alertam os autores Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo.<sup>9</sup> O caso da atuação do Esquadrão da Morte, em São Paulo, marcado pelo excessivo uso da violência policial, necessita ser tornado conhecido a toda a sociedade, sob pena de repetição permanente do quadro de brutalização da ação policial sobre membros da sociedade civil.

### **A Estrutura Organizacional de Extermínio: As Primeiras Atividades do Esquadrão da Morte Paulista (1968-1973)**

No final de 1968, ilustrando a maneira como se dava a conduta ética e moral dos encarregados da aplicação da Lei Penal brasileira, as ações dos grupos armados de policiais civis, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, faziam parte do cotidiano jornalístico. No Rio de Janeiro, as ações eram executadas pela *Scuderie Le Cocq*, sendo assim descritas:

Os corpos dos marginais surgem à margem das estradas, no fundo dos buracos, em ruas abandonadas. Nos pulsos trazem marcas de algemas. Sobre o peito o emblema do **Esquadrão da Morte**: a caveira e dois ossos em xis. (...) E todos os dias surgem notícias de caçadas a bandidos que os policiais consideram irrecuperáveis.<sup>10</sup>

A origem do Esquadrão da Morte em São Paulo, para Martha Huggins, está diretamente relacionada às patrulhas motorizadas da Polícia Civil, as Rondas Unificadas do Departamento de Investigações (RUDI) e as Rondas Noturnas Especiais da Polícia Civil (RONE), bem como a chegada das montadoras de veículos à Grande São Paulo, entre os anos de 1958-1959. Além disso, a autora bem nos lembra que

A bifurcação da RONE de São Paulo, dividindo-se em esquadrões da morte formais e informais, ocorreu quando Fleury foi estimulado pelos mais altos funcionários do estado a convidar alguns de seus colegas da RONE a se juntarem a ele fora do serviço para eliminar pessoas com as quais não se podia lidar com eficiência através do sistema social formal de controle da polícia e da justiça.<sup>11</sup>

Entre 1968 e 1969, telefonemas misteriosos diagnosticavam “uma estranha epidemia que transformava marginais em defuntos”, tratavam-se dos primeiros crimes do Esquadrão da Morte

---

<sup>9</sup> Ibid., p. 34-35.

<sup>10</sup> VEJA, Edição 13, 04 de dezembro de 1968. São Paulo: Editora Abril, p. 26.

<sup>11</sup> HUGGINS, Martha Knisely. **Polícia e política**: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998, p. 159 e 162.

paulista.<sup>12</sup> Em meados de abril de 1969, mesmo diante da negação da existência do Esquadrão da Morte de São Paulo e daquele do Rio de Janeiro, os integrantes de tais organizações criminosas garantiam que com a justiça sumária e drástica diminuía o número de assaltos. A Revista *Veja* asseverava que as mortes em São Paulo chegavam a 44 e no Rio de Janeiro, onde o grupo de extermínio era mais antigo, os mortos passavam de 200, além disso, contrariando as justificativas para as mortes, o periódico afirmava:

(...) enquanto os misteriosos relações públicas dos esquadrões carioca e paulista (apelidados de Rosa Vermelha e Lírio Branco) telefonam para as redações dos jornais com os endereços de novos 'presuntos', quase sempre bandidos de segundo time, os titulares estão matando e roubando no centro das grandes cidades.<sup>13</sup>

Embora, atuasse também nas ruas, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), de São Paulo era um dos palcos de maior destaque da atuação do Delegado da Polícia Civil paulista, Sérgio Paranhos Fleury. Nas memórias de Frei Fernando de Brito, de novembro de 1969, editadas pelo seu companheiro dominicano Frei Betto, esse local assim é referido:

O casarão vermelho é um animal sinistro; o apetite insaciável; a voracidade, incontida. As paredes grossas, pesadas, não permitem que o lado de fora se ouça o deglutir ávido, envilecido, desse enorme Moloch erguido, solene, no centro de São Paulo. Largo General Osório, 66. Mais um algarismo idêntico e tem-se o número da Besta.<sup>14</sup>

Em 02 de outubro de 1970, o Procurador de Justiça Hélio Bicudo denunciou os 16 participantes (3 delegados e 13 investigadores), do Esquadrão da Morte paulista, envolvidos na execução de Antônio de Sousa Campos (“Nego Sete”) ao Juiz de Direito da Comarca de Guarulhos, Mário Fernandes Braga.<sup>15</sup> Em 21 de outubro de 1970, o Delegado Fleury compareceu ao Foro da Comarca de Guarulhos, em audiência relativa a morte de “Nego Sete”, recusando-se a responder quase todas as perguntas.<sup>16</sup> Entre os policiais denunciados, pelo Procurador de Justiça Hélio Bicudo, como sendo os responsáveis pela morte do Antônio de Sousa Campos (“Nego Sete”), muitos durante a realização da fase de interrogatório, presidida pelo Juiz de Direito Mário Fernandes Braga, alegaram que o primeiro depoimento prestado na Corregedoria do Presídio do Tiradentes, em São Paulo, havia ocorrido sob coação, outros disseram que a intenção do processo era afastá-los do seu trabalho de combate ao “terrorismo”. Por isso, alguns depoimentos merecem destaque, dentre o depoimento do

<sup>12</sup> VEJA, Edição 109, 07 de outubro de 1970. São Paulo: Editora Abril, p. 26.

<sup>13</sup> VEJA, Edição 33, 23 de abril de 1969. São Paulo: Editora Abril, p. 40.

<sup>14</sup> BETTO, Frei. **Diário de Fernando**: nos cárceres da ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 15.

<sup>15</sup> BICUDO, Hélio Pereira. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. 4 ed. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1977, p. 163.

<sup>16</sup> VEJA, Edição 112, de 28 de outubro de 1970. São Paulo: Editora Abril, p. 18.

investigador Nathanel Gonçalves de Oliveira, reproduzido pela Revista *Veja*, o qual apresenta certa surrealidade nos fatos narrados:

Onde o senhor esteve no dia 23 de novembro de 1968? Na casa de minha irmã. Qual a rua e o número? Não sei. O senhor estava afastado do serviço ou de férias? Não. Então quem lhe deu autorização para ficar na casa de sua irmã? Fui autorizado por ela. Ela é sua chefe? Era sábado, eu não estava trabalhando.<sup>17</sup>

A entrevista do Governador do Estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, realizada em 08 de dezembro de 1970, ao programa “Pinga-Fogo”, da Televisão Tupi, acerca das investigações desenvolvidas pela Corregedoria de Polícia, demonstrou a colaboração do poder público estadual, em meio ao Governo da Ditadura de Médici, com as práticas do Esquadrão da Morte paulista. O então governador, demonstrando plena sintonia com as opiniões do Secretário da Segurança Pública Hely Lopes Meireles,<sup>18</sup> questionado sobre a verdade acerca do Esquadrão da Morte, assim se manifestou:

Faz-se uma onda muito grande com relação ao 'Esquadrão da Morte'. 'Esquadrão da Morte' não existe como organização. Isto é invenção, isto é promoção, isto é **oposição à polícia** que muitas vezes é sacrificada e injustiçada; e ela é injustiçada no mundo inteiro. A polícia não é simpática. (...) Não existe como forma, como dizem, organizada. Isto é **sensacionalismo**: o que existe é como existe em qualquer parte do mundo: a polícia precisa se defender em termos de não morrer para que nós não morramos nas mãos dos marginais.<sup>19</sup>

Diante das fortes pressões da Administração Pública Federal, o Procurador de Justiça Hélio Pereira Bicudo foi afastado das investigações relacionadas ao Esquadrão da Morte, em São Paulo, em 03 de agosto de 1971. Com a justificativa de uma ação mais efetiva, do Governo Federal, ocorreu a substituição daquele membro do Ministério Público Estadual, passando a responsabilidade das investigações e processos a vários Promotores Públicos da Capital paulista e das Comarcas onde seguiam os feitos já ajuizados, ficando a coordenação final a cargo do Procurador Geral de Justiça de São Paulo, na época o Oscar Xavier de Freitas.<sup>20</sup> Durante o ano de 1973, os processos movidos contra o Esquadrão da Morte, comandado pelo Delegado Sérgio Fleury, tomaram rumo diferenciado, a partir do caso de José de Souza Cruz (“Dedé”) e o envolvimento dos componentes do Esquadrão com o tráfico de drogas. Este último indivíduo, era:

<sup>17</sup> VEJA, Edição 117, de 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Editora Abril, p. 28. Necessário ainda, evidenciar, na mesma matéria, a fala do investigador Cleomenes Antunes, o qual em depoimento anterior, na Corregedoria do Presídio Tiradentes, afirmara ter visto o Delegado Fleury no dia do crime, e durante a audiência da ação penal desmentiu-se, através de uma insólita justificativa: “O doutor Nelson (juiz corregedor) ameaçou me pendurar no pau-de-arara, da mesma forma que a polícia pendura os presos no Departamento de Investigações”.

<sup>18</sup> Durante a gestão do Secretário da Segurança Pública Hely Lopes Meirelles, surgiu, em São Paulo, a Operação Bandeirante (OBAN) mecanismo político-jurídico voltado para o enfrentamento da dissidência política da Ditadura Civil-Militar. O “terrorismo político”, na visão de Hely Lopes Meireles, “(...) começou em São Paulo no dia da minha posse na Secretaria da Segurança Pública, em 10 de abril de 1968, com a primeira bomba sendo jogada contra o quartel-general da extinta Força Pública, hoje Polícia Militar.” Para maiores detalhes, recomenda-se a leitura da entrevista do ex-Secretário da Segurança Pública concedida ao jornalista Antônio Carlos Fon. Ver: FON, Antônio Carlos. *Tortura: A história da repressão política no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Global, 1980, p. 23.

<sup>19</sup> A entrevista foi transcrita e reproduzida em: BICUDO, Hélio Pereira. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. 4 ed. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1977, p. 125-126, grifos nossos.

<sup>20</sup> BICUDO, Hélio Pereira. Op. cit., p. 93.



Conhecido num pequeno círculo de relações, frequentado por ladrões, traficantes de tóxicos e policiais corruptos, havia assistido a execuções anteriores do grupo de extermínio paulista. Em dezembro de 1968, por deixar de atender uma requisição (dinheiro) que lhe fazia o ex-guarda civil Ademar Augusto de Oliveira, o Fininho, com quem mantinha 'estreitas relações comerciais', caiu na desgraça do esquadrão da morte paulista e em seguida o seu corpo apareceu crivado de balas.<sup>21</sup>

A partir da denúncia do promotor público Djalma Lúcio Barreto, os autores ou coautores do assassinato de José de Souza Cruz (“Dedé”) seriam o próprio “Fininho”, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, os investigadores Astorige Correa de Paula e Silva (“Correinha”) e João Carlos Tralli (“Trailer”). A investigação sobre o assassinato de “Dedé”, diante de tantos outros casos nas mesmas circunstâncias, foi uma das poucas que conseguiu ir além da fase de sindicância e nas vésperas do julgamento do caso, acabou recebendo duas importantes testemunhas de defesa, nos casos do Esquadrão da Morte, o ex-governador paulista Roberto Costa de Abreu Sodré, bem como o ex-Secretário de Segurança, de seu governo, Hely Lopes Meirelles. Os dois foram arrolados como testemunhas a favor do investigador Astorige Correa de Paula e Silva, o “Correinha”.

Em 29 de Janeiro de 1973, o ex-governador paulista Roberto Costa de Abreu Sodré, frequentemente acusado de omissão diante da epidemia de mortes de pessoas envolvidas em crimes comuns, durante sua administração (1969-1971), assim se manifestou em seu depoimento: “Mantenho a mesma opinião de que não há grupo organizado para a prática de atos criminosos dentro da Polícia”.<sup>22</sup>

Em relação ao ex-Secretário de Segurança Hely Lopes Meirelles, naquela ocasião, asseverou-se que o mesmo não havia conseguido desfazer por completo as declarações, em contrário, do padre Agostinho Oliveira, o qual o acusava de omissão diante dos extermínios de presidiários. O sacerdote, em 1969, havia prestado assistência aos sentenciados no Presídio Tiradentes, e recorrido ao então Secretário de Segurança Hely Lopes Meirelles para denunciar vários casos de presos, sumariamente executados, os quais haviam sido retirados daquele Presídio. Em relação a estes acontecimentos, Hélio Bicudo nos lembra que

O ambiente reinante no Presídio era de terror. O padre [Agostinho Oliveira] tentou apresentar estes fatos - aliás notórios - ao conhecimento das autoridades policiais. Mas as barreiras foram se levantando diante dele, até que lhe vendaram a entrada no Presídio. Intrigado com a interdição, procurou o próprio Secretário de Segurança, com que logrou falar ao fim de repetidíssimas delongas junto ao portão da residência deste último. Ali mesmo, e de pé, o Sr. Hely Lopes Meirelles foi direto ao assunto e avisou-o de que estava dispensado da assistência moral que prestava aos presidiários, pelo fato de constituir um estorvo para a Administração.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> VEJA, Edição 231, 07 de fevereiro de 1973. São Paulo: Editora Abril, p. 22.

<sup>22</sup> VEJA, Edição 231, 07 de fevereiro de 1973. São Paulo: Editora Abril, p. 24.

<sup>23</sup> BICUDO, Hélio Pereira. Op. cit., p. 39.

No dia 31 de outubro de 1973, respondendo o total de nove processos por envolvimento nas ações do Esquadrão da Morte, ocorreu o que parecia impossível, o Delegado Sérgio Paranhos Fleury passou a ocupar uma cela especial, no Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), na cidade de São Paulo. A prisão preventiva do Delegado, até que ocorresse o julgamento definitivo pelo Tribunal Popular (Júri), foi decretada em 22 de outubro de 1973, por unanimidade pelos desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, os quais julgaram existir indícios veementes apontando o Delegado como integrante do Esquadrão da Morte e responsabilizando-o, em companhia de dois subordinados – João Carlos Tralli (“Trailer”) e Astorige de Correa de Paula e Silva (“Correinha”) – pelo assassinato do traficante de entorpecentes José de Souza Cruz (“Dedé”), ocorrido em janeiro de 1969, cujo corpo crivado de balas foi encontrado boiando no Rio Sapucaí, em Minas Gerais.<sup>24</sup>

Diante da possibilidade do governo da Ditadura Civil-Militar acabar tendo um dos principais responsáveis pelo êxito do enfrentamento à dissidência política fora de seus esquemas de segurança, foi necessário agir para garantir que o Delegado Sérgio Paranhos Fleury não fosse definitivamente preso pelas sucessivas acusações no âmbito de sua atuação no Esquadrão da Morte. Com o Delegado Fleury encontrando-se preso no DEOPS, o Governo Federal, em dezembro de 1973, promoveu uma reforma de dispositivos do Código de Processo Penal, através do projeto de lei de autoria do deputado federal Cantídio Sampaio, líder do governo da Ditadura. Essa mudança consubstanciou-se na Lei nº. 5.941/73, chamada de “Lei Fleury”, a qual garantiu-lhe o direito de responder/acompanhar seu processo em liberdade. A partir de então, foi negada ao Estado a possibilidade de realizar a prisão preventiva de réus primários que possuíssem bons antecedentes (residência fixa, emprego, família). Para o Procurador de Justiça Hélio Bicudo, a “Lei Fleury”:

Foi o passo inicial para uma verdadeira limpeza de área. Em seguida, vieram os afastamentos de promotores e juizes. Tudo pronto para o julgamento do homem símbolo do 'Esquadrão da Morte', ato que não passou de uma farsa, pois a sua absolvição, dentro do quadro descrito, era decorrência inarredável e serviu, apenas para reforçar a convicção generalizada de que não falharia o esquema armado para a sua absolvição.<sup>25</sup>

Contudo, o desenvolvimento da estrutura organizacional de extermínio voltada para eliminação de presos comuns, consubstanciada no desenvolvimento das atividades do Esquadrão da Morte paulista, em especial entre 1968-1973, solidificou-se através das ações do Governo do Estado paulista, na pessoa do Governador e do Secretário de Segurança Pública. Depois de definir o

---

<sup>24</sup> VEJA, Edição 269, 31 de outubro de 1973. São Paulo: Editora Abril, p. 22. Necessário ressaltar que há uma contradição por parte da Revista *Veja*, no tocante a data do assassinato de José de Souza Cruz (Dedé) pelo Esquadrão da Morte paulista, pois na Edição 231, de 07 de fevereiro de 1973, há a indicação de que o crime ocorreu em Dezembro de 1968. De todo modo, a variação de um mês na data da morte do referido indivíduo não influencia os resultados deste trabalho.

<sup>25</sup> BICUDO, Hélio Pereira. Op. cit., p. 101.

surgimento da estrutura do Esquadrão da Morte, passa-se aos acontecimentos relacionados à morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury.

### **Apontamentos acerca da Questão Fleury: A Investigação sobre a Morte do Delegado e as Evidências do Colaboracionismo do Estado**

Após a análise do surgimento do Esquadrão da Morte, em São Paulo, e da participação do Delegado Sérgio Paranhos Fleury naquelas atividades criminosas, este estudo volta-se para a reflexão sobre a investigação realizada para elucidar a morte do Delegado. Em 01 de maio de 1979, ocorre aquilo que a Revista *Veja* definiu como o encerramento inesperado da Questão Fleury:

Aos 46 anos incompletos – ele nasceu a 19 de maio de 1933, em Niterói -, o mais célebre policial da história do país morreu [...] no litoral de Ilhabela, silencioso balneário a 200 quilômetros de São Paulo, onde descansava desde a tarde de domingo. Nos primeiros minutos da terça-feira, ao passar do barco 'Cabo de São Tomé' para a lancha 'Patras', ancorados no píer do Iate Clube Ilhabela, Fleury caiu no mar.<sup>26</sup>

Há de se destacar que a atuação do Delegado Fleury, no final dos anos 1970, perdeu parte do apoio dos representantes da Ditadura Civil-Militar. Conforme o ex-Delegado da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, Cláudio Guerra,

No final dos anos 1970, Fleury tinha se tornado um homem rico, desviando dinheiro dos empresários que pagavam para sustentar ações clandestinas do regime militar. Não obedecia mais ninguém, agindo por conta própria. E exorbitava. Sua situação começou a ficar enrolada, e os militares linha-dura lhe tiraram o apoio.<sup>27</sup>

Para avaliar os argumentos utilizados no chamado encerramento da Questão Fleury, buscou-se analisar as motivações do então promotor público Hugo Nigro Mazzili, da Promotoria de São Sebastião, do Ministério Público do Estado de São Paulo, para realizar o encerramento das investigações das circunstâncias da morte do Delegado paulista. Sendo assim, analisou-se o Pedido de Arquivamento do Inquérito Policial nº. 460 de 1979, instaurado na Delegacia de Polícia Civil de Ilhabela. A versão do afogamento acidental surge na portaria de instauração do expediente investigativo, a qual foi instaurada com data de um mês antes dos fatos:

O caso é de afogamento acidental, visto ter a vítima se desequilibrado e caído ao mar vindo a falecer. O boletim de ocorrência, calcado na versão das testemunhas, demonstra que a vítima escorregou, caindo ao mar, afogando-se. (...) Um perito de

---

<sup>26</sup> “Um símbolo da década. O homem que encarnou a violência dos anos 70 morre no litoral de Ilha Bela – e com isso se encerra inesperadamente a 'Questão Fleury'. VEJA. Edição 557, 09 de Maio de 1979. São Paulo: Editora Abril, p. 28.

<sup>27</sup> GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma guerra suja**. Depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, p. 102.

Ilhabela, apresentou o facultativo o laudo, onde concluiu 'do exposto e observado, e baseados nas informações colhidas, concluímos tratar-se de um corpo em estado real de morte que faleceu, provavelmente, em conseqüência de afogamento.<sup>28</sup>

Visando atender os objetivos deste estudo, é necessário observar-se a manifestação das testemunhas da morte do Delegado Fleury, consideradas as únicas provas do Inquérito Policial. De forma geral, todas as testemunhas ouvidas afirmaram que Fleury foi retirado da água por dois marinheiros. Do depoimento de Gilberto José da Rosa, único marinheiro localizado pela equipe policial responsável pelas diligências da investigação, o pedido de arquivamento registra que o mesmo “(...) contou ter puxado *o corpo pelo tornozelo*, e, ajudado pelo pessoal que se achava embarcado, içou o corpo. Contou que da boca da vítima saía espuma branca e que estava ela meio arroxeadada. Falou que, chamado o médico, a vítima morreu.”<sup>29</sup> Em seu depoimento, o Arquiteto, Marc Bóris Rubin contou que estava na companhia da vítima, quando resolveram passar de um barco a outro, visto estarem ancorados lado a lado. Talvez por escorregar a vítima caiu ao mar - conta ele — “dando umas poucas braçadas sob a água”, afirmou que dois marinheiros atiraram-se água para resgatar o corpo. Outra testemunha, o Sr. Judmar Carlos Piccoli (dono da embarcação Patras), comerciante amigo da vítima, contou que repentinamente esta caiu ao mar, possivelmente por um “mal súbito”, sendo resgatado seu corpo por dois marinheiros. A viúva Maria Izabel Oppido Fleury relatou que dois marinheiros resgataram o corpo e “seu marido se debatia e expelia água pelo nariz e pela boca”.<sup>30</sup> Sendo assim, da análise das “provas testemunhais” ou mesmo com afirmou o promotor Hugo Mazzili, das “questões que ficaram no ar”, tem-se que:

Embora a prova, quase que à unanimidade, fale em dois marinheiros que teriam resgatado o corpo, o Marinheiro Gilberto não endossou essa circunstância e a autoridade policial não identificou quem teria sido o outro marinheiro, para ser ouvido. Da mesma maneira, não foi localizado o tal de “Luciano”, ou “Lúcia Schwartz”.<sup>31</sup>

De se ressaltar ainda que, conforme Maria Izabel Oppido Fleury, depois de jantar no restaurante do Iate Clube de Ilhabela, o casal resolveu voltar ao Adriana I, recém-comprado pelo Delegado e “(...) ao deixar o clube, o casal visitou outro barco para tomar uma taça de champanhe a convite do dono, o empresário Luciano Schwartz”.<sup>32</sup> Outra questão que traz dúvidas sobre o rumo das

<sup>28</sup> BRASIL. Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria Pública de São Sebastião. Requerimento de arquivamento. Inquérito Policial nº. 460/1979. Promotor público Hugo Nigro Mazzili. São Sebastião, 19 de junho de 1979, p.01. Disponível em: <<http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/delfleury.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

<sup>29</sup> Ibid, p. 02.

<sup>30</sup> Ibid, p. 02.

<sup>31</sup> BRASIL. Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria Pública de São Sebastião. Requerimento de arquivamento. Inquérito Policial nº. 460/1979. Promotor público Hugo Nigro Mazzili. São Sebastião, 19 de junho de 1979, p. 03. Disponível em: <<http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/delfleury.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

<sup>32</sup> ÉPOCA, Edição 52 de 17 de Maio de 1999. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/19990517/soci3.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

investigações sobre a morte do Delegado Fleury é a não realização da autópsia do cadáver. Conforme o promotor Hugo Mazzili, a autópsia não havia sido feita, somente o exame necroscópico. Em entrevista à Revista *Veja*, o médico Matuzalém Vilela, da Santa Casa de Ilhabela, afirmou não existir legista, naquele nosocômio, o que teria impedido a determinação da real *causa mortis*.<sup>33</sup> Diante disso, o promotor Mazzili, baseando-se em argumentos oriundos da Medicina Legal, os quais referiam as dificuldades do diagnóstico da morte por afogamento, ressaltando a relevância da prova testemunhal nestes casos, assim se manifestou acerca da autópsia:

Nem é o caso de se cogitar disso, a esta altura, visto que a despeito da falta de tal exame, não há controvérsia sobre as circunstâncias da morte. (...) ninguém afirma que a vítima foi empurrada, nem que houve dolo ou culpa pela sua morte.<sup>34</sup>

Além dessa questão, aponta-se a existência de lesões recentes verificadas no corpo do Delegado Fleury. Esse parece ser o maior ponto não esclarecido, após aquele das testemunhas não localizadas, o segundo marinheiro e o empresário Luciano Schwartz. Para o promotor público, a *espuma de cogumelo* mais reforça a tese do afogamento, entretanto conforme o exame necroscópico havia uma:

Equimose de aproximadamente **doze centímetros de comprimento** por dois de largura, disposta horizontalmente na **face lateral direita do pescoço**, logo acima da fossa supra-clavicular, uma lesão escoriada linear de trinta milímetros de extensão, disposta horizontalmente, na face lateral direita do pescoço, sobre a equimose citada no item anterior; duas lesões escoriadas lineares medindo respectivamente de dez a quinze milímetros, dispostas verticalmente, na face lateral direita do pescoço.<sup>35</sup>

Para Hugo Mazzili, considerando que tais lesões são apenas descritas no laudo pericial, não havendo provas para se acreditar em origem criminosa dentro da prova do inquérito, tais lesões são consideradas:

Meras equimoses ou escoriações que poderiam ter sido causadas na tentativa de salvamento, arrastando-se a vítima pelo meio usual (pescoço), por braços e mãos rudes de marinheiros. Contudo, o marinheiro Gilberto afirma que trouxe à tona a vítima pelo tornozelo, como não foi encontrado o outro marinheiro, **não se sabe se este pegou a vítima pelo pescoço ou se tais lesões leves teriam sido causadas pelos que içaram o corpo ao barco**.<sup>36</sup>

<sup>33</sup> VEJA. Edição 557, 09 de Maio de 1979. São Paulo: Editora Abril, p. 29.

<sup>34</sup> BRASIL. Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria Pública de São Sebastião. Requerimento de arquivamento. Inquérito Policial nº. 460/1979. Promotor público Hugo Nigro Mazzili. São Sebastião, 19 de junho de 1979, p. 04. Disponível em: <<http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/delfleury.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

<sup>35</sup> Ibid, p. 05, grifos nossos.

<sup>36</sup> BRASIL. Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria Pública de São Sebastião. Requerimento de arquivamento. Inquérito Policial nº. 460/1979. Promotor público Hugo Nigro Mazzili. São Sebastião, 19 de junho de 1979, p. 05, grifos nossos. Disponível em: <<http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/delfleury.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Não se pode deixar de mencionar as considerações do promotor Hugo Mazzili sobre o relatório policial do Inquérito da morte de Fleury. Conforme, consta no pedido de arquivamento da investigação, Mazzili nos diz que o relatório policial daquele Inquérito “(...) curiosamente foi datilografado a fls. 36/7 com fita e máquinas diferentes, e com estilo diferente, inclusive na redação das palavras - a fls. 36 se diz 'Yate Clube de Ilhabela' e a fls. 38 vira 'Iath Club Ilhabela'; a fls. 37 se fala em 'datilográfico', e a fls. 38 em 'dactilográfico'.<sup>37</sup>

De toda sorte, em 20 de junho de 1979, o requerimento de arquivamento do Inquérito Policial, instaurado para investigar a morte do Delegado Sérgio Fleury, foi acolhido pelo Juiz de Direito Manoel de Lima Júnior, “nos termos do Parecer do Ministério Público”. Já em 28 de março de 1980, sob a inspeção do corregedor Arthur Cogan, Procurador de Justiça Corregedor do Ministério Público do Estado de São Paulo, na companhia do seu assessor Luiz Antonio Fleury Filho, o Inquérito foi novamente revisto e nenhuma irregularidade encontrada.<sup>38</sup>

Da análise do pedido de arquivamento do Inquérito Policial instaurado para investigar a morte do Delegado Fleury, surgem algumas questões contundentes. Em relação às circunstâncias da morte, pode-se questionar se o outro marinheiro indicado pelas testemunhas, como tendo participado do resgate do corpo, ou mesmo o Sr. Luciano Schwartz, não localizado pela autoridade policial, poderiam apresentar elementos ensejadores de controvérsia sobre as reais circunstâncias da morte do Delegado Sérgio Fleury. Na reportagem da Revista *Veja*, Luciano Schwartz é referido como tendo auxiliado Judmar Carlos Piccoli a massagear e aquecer as costas de Fleury.<sup>39</sup>

Contudo, diante da oitiva das demais testemunhas do ocorrido, aquela que diretamente estaria envolvida no resgate do corpo de Fleury da água, o marinheiro Gilberto José da Rosa não afirma a existência de outro marinheiro. Sendo assim, surge a questão: Como ficam as demais testemunhas, todas teriam se enganado em suas declarações? Outro ponto, decorrente da análise do trabalho do promotor Hugo Mazzili, trata-se da precariedade do Inquérito Policial, instaurado para investigar a morte do Delegado, a qual era tão grande que o promotor público utilizou-se da matéria publicada na Revista *Veja* para embasar seu pedido de arquivamento da investigação do ocorrido.

Passados vinte anos da morte do Delegado Fleury, em maio de 1999, o jornalista Percival de Souza trouxe novas informações sobre o caso. A morte do “Delegado da Ditadura” nunca foi esclarecida porque, conforme as informações trazidas pelo jornalista, houve ordem superior para o corpo não ser examinado no Instituto Médico Legal (IML). O então Diretor do IML de São Paulo, o médico-legista Harry Shybata, afirmou, na referida reportagem, que havia recebido ordens superiores, do Delegado-Geral da Polícia Civil de São Paulo, Celso Telles para não autopsiar o corpo de Fleury.<sup>40</sup> Celso Telles, na mesma reportagem, justificou a ordem emitida, naquela madrugada, alegando que

---

<sup>37</sup> Ibid., p. 06.

<sup>38</sup> Ibid., p. 07.

<sup>39</sup> VEJA, Edição 557, 09 de Maio de 1979. São Paulo: Editora Abril, p. 29.

<sup>40</sup> ÉPOCA, Edição 52, de 17 de Mai. de 1999. “O porão de Fleury”. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/19990517/soci3.htm>.> Acesso em: 10 jun. 2012.

havia a “evidência de sinais externos da morte”, bem como dezenas de agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), tinham vasculhando o litoral atrás de pistas de um possível atentado contra Fleury e nada encontraram.

De outro lado, o livro de memórias do ex-Delegado da Polícia Civil, do Estado do Espírito Santo, Cláudio Guerra traz novas revelações sobre a morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury. No primeiro momento, deve-se ressaltar que tanto Cláudio Guerra como Sérgio Paranhos Fleury faziam parte da Comunidade de Informações da Ditadura Civil-Militar, sendo este o conjunto de órgãos do Estado responsável pela segurança interna do país e pelo combate à “subversão”. Em São Paulo, de acordo com as informações do ex-Delegado do DEOPS, do Espírito Santo, o líder da Comunidade de Informações “(...) foi durante muito tempo o delegado Fleury, do DOPS, que também comandava o aparelho de tortura da rua Tutoia.”<sup>41</sup>

Diante daquelas questões expostas a partir da análise do pedido de arquivamento do Inquérito Policial, instaurado para investigar a morte do Delegado Sérgio Fleury, Cláudio Guerra traz argumentos capazes de superar aquelas lacunas deixadas pela investigação da Polícia Civil de Ilhabela, bem como pelo trabalho do promotor público Hugo Nigro Mazzili. Diante do contexto de abertura política, iniciada em 15 de março de 1979, com a posse de João Figueiredo, os rumos da repressão policial-militar foram alterados. Sendo assim, a decisão sobre a morte de Fleury, no âmbito da Comunidade de Informações, teria ocorrido em reunião presidida por Carlos Alberto Brilhante Ustra,<sup>42</sup> em março de 1979, conforme Cláudio Guerra:

Foi uma decisão unânime da nossa comunidade, em São Paulo, numa votação feita em local público, o restaurante Baby Beef, no horário do almoço (...) Estávamos sentados à mesa eu, o coronel do 1º Exército doutor Ney, o coronel-aviador Juarez de Deus, o Ustra, o coronel Perdigão, o comandante Vieira e o delegado Calandra. (...) Ustra abriu a reunião. Ele estava numa cabeceira da mesa, não sei se por hierarquia militar, e Perdigão, na outra. De um lado, eu estava com o comandante Vieira e o delegado Aparecido Laerte Calandra, que era muito ligado ao coronel Ustra. No outro lado da mesa, o doutor Ney e o coronel-aviador Juarez. Éramos sete. Quem decidia mesmo era o doutor Flávio (o coronel Perdigão), mas em reunião assim quem presidia era o Ustra.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma guerra suja**. Depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, p. 98.

<sup>42</sup> Em contraposição a essa afirmativa, na página eletrônica, mantida na rede mundial de computadores pela senhora Maria Joseíta S. Brilhante Ustra, esposa de Carlos Alberto Brilhante Ustra, a mesma afirmou que o Coronel Ustra foi afastado da Comunidade de Informações, em 14 de novembro de 1977, quando assumiu o comando do 16º Grupo de Artilharia de Campanha, em São Leopoldo/RS, não retornando mais a esta Comunidade até o final da sua carreira na ativa. Na visão dela, o Coronel Ustra não teria "poder" para influenciar sobre a morte de Fleury - em 1979 -, se há 5 anos já não morava em São Paulo, não pertencia à Comunidade de Informações e residia em São Leopoldo. Ver: USTRA, Maria Joseíta S. Brilhante. *História encomendada, muita grana ou surto psicótico*. Disponível em: <[http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=6887&Itemid=107](http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=6887&Itemid=107)>. Acesso em: 18 jun. 2012.

<sup>43</sup> GUERRA, Cláudio, Op. Cit., p. 99-100.

Naquela reunião, referida por Cláudio Guerra, foi discutida a maneira em que ocorreria a morte de Sérgio Paranhos Fleury, sendo que a sugestão acerca da simulação de um acidente, elaborada pelo próprio Cláudio Guerra, foi aceita e conforme suas palavras:

Também palpitei que seria necessário colocar gente ligada a Fleury na simulação do acidente. Só assim conseguiríamos chegar perto dele. (...) Fui então escalado pelo coronel Perdigão e pelo comandante Vieira para comandar a execução. Chegamos a ficar vários dias em campana em frente à Viva Maria, esperando algum momento de descuido por parte dele, mas não aconteceu. (...) Dias depois, os planos mudaram porque Fleury comprou uma lancha. Informaram-me que a minha ideia do acidente seria mantida, mas agora envolvendo essa sua nova aquisição – um 'acidente' com o barco facilitaria muito o planejamento. Disseram-me também que outra equipe faria o trabalho. Iriam usar o pessoal das Forças Armadas, da Marinha, do Cenimar, pois a execução se daria na lancha.<sup>44</sup>

A partir dessas informações, confrontando-as com as lacunas deixadas pela investigação do Inquérito da morte de Fleury, instaurado em 1979, a possibilidade do descarte, de um dos maiores colaboradores da Ditadura Civil-Militar, toma corpo. Isso porque, naquela investigação, deve-se lembrar que não foram localizadas todas as testemunhas do caso, dentre elas o segundo marinheiro e o empresário Luciano Schwartz, e nem mesmo foram explicadas as recentes lesões constatadas no corpo da vítima, muito menos realizou-se a autópsia para definir a real *causa mortis*. Na versão da morte de Fleury, defendida por Cláudio Guerra, o Delegado paulista teria sido dopado e golpeado por uma pedra:

Não sei qual substância usaram para dopá-lo, mas sei que foi colocada na bebida com a droga. Fleury ainda levou, de um homem de sua confiança uma pedrada na parte de trás da cabeça. (...) Os indícios do envenenamento estão numa perícia feita, mas que não foi divulgada. Ficou de posse do Exedito (Marques Pereira, delegado de polícia aposentado), delegado que substituiu Fleury no comando formal do DEIC.<sup>45</sup>

De acordo com o apontado sobre a morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury, acredita-se que esta morte pode ser compreendida como sendo parte da estratégia da Ditadura Civil-Militar para promover a abertura política *lenta, gradual e segura*. Tal possibilidade pode ser analisada, ao considerar-se o fato de que parte da oposição política à Ditadura vigente tinha a intenção de promover um “Tribunal de Nuremberg nos Trópicos”, visando à responsabilização pelos crimes praticados pelos agentes de Estado, durante o período em que as Forças Armadas estiveram no poder no País. Neste sentido, deve-se notar o surgimento do Tribunal Bertrand Russell (TBR) II e os esforços do senador italiano, do Partido Socialista Independente, Lélío Basso de constituir um tribunal tomando como referência àquele formado, em novembro de 1966, por Bertrand Russell, na companhia da Jean-Paul

---

<sup>44</sup> GUERRA, Cláudio, Op. Cit., p. 104-105.

<sup>45</sup> Ibid., p. 105-106.



Sartre, para examinar e julgar os crimes dos EUA no Vietnã.<sup>46</sup>

Diante disso, a possibilidade do Delegado Fleury, no momento da abertura política, vir a ser preso e acabar indicando toda a sua rede de colaboradores, ou mesmo ser condenado num futuro tribunal internacional não pode ser descartada como sendo um dos motivos desencadeadores de sua morte. A argumentação do ex-Delegado da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, Cláudio Guerra, fornece bons elementos para justificar a eliminação do expoente e promover o encerramento da Questão Fleury, através da versão oficial baseada na tese do afogamento.

De outro lado, cabe ressaltar que nas circunstâncias envolvendo as investigações acerca do Esquadrão da Morte paulista, o Estado passou a promover iniciativas de responsabilização pelo uso excessivo da violência policial, na aplicação da lei, frente apenas aos crimes comuns, deixando de lado iniciativas voltadas para combater os excessos ocorridos na apuração de crimes políticos. Agregando-se a isso, o fato de Fleury ser figura influente na época, bem como a inatividade estatal para realização de investigações envolvendo policiais, daqueles tempos, apenas ter sido encerrada pela insistência do Procurador de Justiça Hélio Bicudo e pelo escândalo internacional gerado pelos crimes do Esquadrão da Morte. Com isso, há que se ressaltar que:

O Ministério Público realizou investigação criminal direta em 1973, durante o regime militar e quando ainda não possuía a maioria de suas modernas atribuições. Depois, a inexistência das garantias constitucionais do Ministério Público, notadamente a inamovibilidade, facilitava o 'abafamento' das investigações criminais, tudo conforme os interesses do governo.<sup>47</sup>

Contudo, o colaboracionismo Estatal aparece de forma evidente na investigação insatisfatória, realizada quando da morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury. As lacunas deixadas durante a investigação policial e mesmo durante o pedido de arquivamento do Inquérito Policial nº. 460 de 1979 somente indicam a urgência de se encerrar de vez a Questão Fleury.

## Palavras Finais

Ao longo deste artigo, tratou-se do início e fim da Questão Fleury, almejando compreender a relação entre o uso excessivo da violência policial e o colaboracionismo do Estado em sua realização, no período de 1968-1979, o qual se concretizou na atuação do Esquadrão da Morte paulista, possível diante da omissão de agentes do Estado em promover a apuração e a responsabilização dos crimes praticados por esta organização criminosa.

---

<sup>46</sup> ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 233. Para maiores detalhes do julgamento dos crimes estadunidenses cometido no Vietnã, Ver: RUSSEL, Bertand; SARTRE, Jean-Paul; DEDIJER, Vladimir (orgs.). **Estados Unidos no banco dos réus**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

<sup>47</sup> PONTES, Manuel Sabino. Investigação criminal pelo Ministério Público: uma crítica aos argumentos pela sua inadmissibilidade. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1013, 10 abr. 2006, p. 13. Disponível em: <<http://www.mp.rn.gov.br/userfiles/file/RevistaMP/RevMP0002.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Em 1968, o apoio e a facilitação do desenvolvimento de estrutura organizacional voltada para o extermínio de criminosos comuns foram dois elementos capazes de originar o Esquadrão da Morte paulista. Ademais, a colaboração do governo do Estado de São Paulo, no período de 1969-1971, através da manipulação política, correspondente a negativa da existência do Esquadrão da Morte, realizada pelo Governador Roberto Costa de Abreu Sodré e pelo Secretário de Segurança Hely Lopes Meyrelles, estimulada pelo governo Federal, caracterizou a atuação dos facilitadores da violência policial.

No contexto da memória sobre a Ditadura Civil-Militar, em especial na passagem dos 50 anos do Golpe de 1964, a tese de afogamento do Delegado Fleury não se justifica, diante do surgimento de novos fatos relacionados ao caso. Esta tese é contraposta pela tese da eliminação de arquivo, tendo em vista as consequências da possibilidade da divulgação das informações acerca da rede de colaboradores do Esquadrão da Morte paulista. Acredita-se assim que o encerramento da Questão Fleury está compreendido dentre os mecanismos estabelecidos para promover a abertura política do período ditatorial iniciado em 1964.

Contudo, diante do exposto, apresentou-se diversas ocasiões que evidenciam o apoio político-financeiro recebido, pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury, do governo Estadual de São Paulo, na pessoa do governador Abreu Sodré e do Secretário de Segurança Hely Lopes Meirelles, os quais, em diversas oportunidades, negaram de forma enfática a existência do Esquadrão da Morte paulista. Aliás, o governo da Ditadura Civil-Militar, através do general-presidente Médici, também demonstrou a mesma prática colaboracionista ao aprovar a Lei 5.941/73, na qual o primeiro beneficiário foi o próprio Delegado.

### **Fontes Pesquisadas**

- BRASIL. Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria Pública de São Sebastião. Requerimento de arquivamento. Inquérito Policial nº. 460/1979. Promotor público Hugo Nigro Mazzili. São Sebastião, 19 de junho de 1979. Disponível em: <<http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/delfleury.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- Revista *Veja*, Edição 13, 04 de dezembro de 1968. São Paulo: Editora Abril.
- Revista *Veja*, Edição 33, 23 de abril de 1969. São Paulo: Editora Abril.
- Revista *Veja*, Edição 109, 07 de outubro de 1970. São Paulo: Editora Abril.
- Revista *Veja*, Edição 112, 28 de outubro de 1970. São Paulo: Editora Abril.
- Revista *Veja*, Edição 117, 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Editora Abril.
- Revista *Veja*, Edição 231, 07 de fevereiro de 1973. São Paulo: Editora Abril.
- Revista *Veja*, Edição 269, 31 de outubro de 1973. São Paulo: Editora Abril.
- Revista *Veja*, Edição 557, 09 de Maio de 1979. São Paulo: Editora Abril.

Revista *Época*, Edição 52, de 17 de Maio de 1999. “O porão de Fleury”. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/19990517/soci3.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

### Referências Bibliográficas

BETTO, Frei. **Diário de Fernando**: nos cárceres da ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

BICUDO, Hélio Pereira. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. 4 ed. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1977.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FON, Antônio Carlos. **Tortura**: A história da repressão política no Brasil. 5 ed. São Paulo: Global, 1980.

GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma guerra suja**. Depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

HUGGINS, Martha Knisely. **Polícia e política**: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

HUGGINS, Martha Knisely; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip George. **Operários da violência**: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

MULLER, Angélica. O Congresso de Ibiúna: uma narrativa a partir da memória dos atores. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula (orgs.). **1968: 40 anos depois**. História e memória. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009, p. 63-80.

PONTES, Manuel Sabino. Investigação criminal pelo Ministério Público: uma crítica aos argumentos pela sua inadmissibilidade. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1013, 10 abr. 2006. Disponível em: <[www.mp.rn.gov.br/userfiles/file/revistamp/revmp0002.pdf](http://www.mp.rn.gov.br/userfiles/file/revistamp/revmp0002.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

REIS, Daniel Aarão. 1968: O curto ano de todos os desejos. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1-2, p. 25-38, Jan./Dez. 1998.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

RUSSEL, Bertand; SARTRE, Jean-Paul; DEDIJER, Vladimir (orgs.). **Estados Unidos no banco dos réus**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

USTRA, Maria Joseíta S. Brilhante. **História encomendada, muita grana ou surto psicótico**. Disponível em: <[http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=6887&Itemid=107](http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=6887&Itemid=107)>. Acesso em: 18 jun. 2012.

VILLA, Marco Antônio. A história das constituições brasileiras. São Paulo: Leya, 2011.

# DO XÁ AO AIATOLÁ: A REVOLUÇÃO IRANIANA ATRAVÉS DE *VEJA* (1978-1979)<sup>1</sup>

*David Anderson Zanoni*<sup>2</sup>

**Resumo:** Ao longo da década de 1970, o Irã passava por um momento de instabilidade política e social, o qual, no final dessa década, culminou em um levante popular que decretaria o fim de uma monarquia autocrática e ditatorial do xá Mohammed Reza Pahlavi. Desta forma, iniciava-se no Irã a República Teocrática Islâmica, liderada pelo aiatolá Ruhllloh Khomeini. O processo de queda da monarquia e promulgação de uma República Teocrática Islâmica, o qual, a historiografia denominou Revolução Iraniana, foi mundialmente explorado pelos meios de comunicação de massa, inclusive no Brasil. A partir disto, procuramos analisar como o periódico brasileiro semanal *Veja* abordou o processo iraniano, a partir de algumas edições que, inclusive, foram capa do semanário. Sendo assim, nossa proposta contempla o estudo da história através da imprensa. Assim, objetivamos analisar a história por meio da imprensa, problematizando os eventos a luz do conteúdo noticiado pelo semanário *Veja*.

**Palavras chave:** História e imprensa – Irã – Representações – Revista *Veja* – Revolução iraniana

## Introdução

A partir de setembro de 1978, Teerã, capital do Irã, foi tomada por uma crescente onda de manifestações populares que exigiam a deposição do xá Mohammed Reza Pahlevi. A partir de 1963, Mohamed Reza Pahlevi, iniciou um conjunto de reformas político-econômicas e de infra-estrutura que visavam modernizar o, entendido pelo monarca o atrasado Irã. Objetivando tornar o país uma potência regional, nos moldes ocidentais, o monarca dera início a uma série de medidas governamentais que foram chamadas de “Revolução Branca”. Entretanto, tais reformas não contemplavam, em nada, o bem estar de grande parte da população iraniana, a qual sofria com sérios problemas assistências na saúde, educação e, praticamente, inexistiam leis trabalhistas.

Segundo Osvaldo Coggiola,

[...] era um “plano de desenvolvimento”, ideia então em voga nos países “subdesenvolvidos”, que beneficiava somente uma elite urbana em detrimento da maioria da população que vivia que vivia na zona rural, que não possuía sequer luz elétrica ou água encanada. O governo, em vez de reinvestir os lucros dos seus projetos em programas sociais, passou a investir em tecnologia militar de ponta, tornando-se, em pouco tempo, o maior comprador mundial da produção bélica norte-americana. Assim aumentou o fosso entre a classe dominante e a maioria pobre da população. (COGGIOLA, 2007, p.45)

Seu governo, uma monarquia que perdurava 37 anos, era contestado por uma população cada vez mais descontente em virtude da repressão política estatal, das diferenças sociais gritantes, além da exploração e más condições de trabalho, sobretudo, dos funcionários das petrolíferas. Além disso, o xá tinha o firme propósito de secularizar a política de Estado, ou seja, separar totalmente religião da

<sup>1</sup> Parte da proposta apresentada e aprovada como projeto de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – PPGH/UPF em 2013/01.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – PPGH/UPF. Bolsista Capes. Orientado pelo Professor Dr. Adriano Comissoli. E-mail: david\_zanoni@hotmail.com

política no Irã. Contudo, os clérigos xiitas iranianos, há anos presentes nas discussões políticas, sobretudo com relação ao comportamento e hábitos tradicionais dos iranianos (homens e mulheres) através dos preceitos da fé islâmica e os ensinamentos do Alcorão, não concordariam em serem deslocados do processo político. Desta forma, estabelecia-se um choque entre o projeto laico do xá, entendido como modernizante, e o islã iraniano, este encarado como entrave para o progresso proposto pelo monarca.

[...] as reformas do xá aprofundaram a secularização e a ocidentalização no Irã o que não agradou em nada os líderes religiosos que detinham grande influência sobre a população. Os religiosos entendiam que tal modernização infringia os costumes islâmicos e deturpavam a cultura do país. O xá ficou conhecido a partir de então como “inimigo do islã (AZEVEDO, 1999, p.398).

Com o passar dos anos, sobretudo a década de 1970, as contestações populares a essa política excludente e de privilégios às elites, além da abertura do país ao capital estrangeiro, principalmente estadunidense, foram se agravando e tomando contornos irreversíveis. A partir disto, líderes religiosos, valendo-se do mote popular, incitaram a população, já descontente com o discurso de “ocidentalização” e “destruição” dos costumes islâmicos, enraizados na sociedade iraniana a gerações. Neste processo temos o destaque do líder religioso, o aiatolá Khomeini, exilado pela ditadura do xá desde 1964. Cabe ressaltar que, neste processo de instabilidade política e social, as mesquitas foram os locais de organização para a insurgência iniciada em 1978.

Na década de 1950, Khomeini convenceu-se de que a única maneira de o Irã ser governado com justiça e honestidade era com os ulemás<sup>3</sup> participando ativamente do governo. Suas ideias desenvolveram-se nesse sentido durante os anos 1960, quando iria para o exílio<sup>4</sup>. (GORDON, 1987).

Ruhollah Khomeini mostrou à consciência nacional que um homem poderia se opor publicamente ao autoritarismo do xá. Sua prisão pelas mãos da autoridade secular somente ampliou sua reivindicação por justiça. Atraindo mercadores, professores, operários e profissionais, Khomeini basicamente tomou as rédeas da luta contra o xá Mohamed Reza, que seus protetores estrangeiros haviam roubado das mãos dos nacionalistas em 1953. (MACKEY, 2008, p.226).

Mesmo no Exílio, Khomeini orientava, através dos líderes locais, as ações de contestação ao regime do xá. “Sua obstinada defesa do Islã e do Irã tinha lhe valido a liderança sobre muitos ulemás e o apoio de grande número de outros iranianos”. (GORDON, 1987). Contudo, a política ditatorial e repressiva do monarca, não permitia qualquer contestação ao seu regime. Através de sua polícia política, a SAVAK, o xá Pahlevi, coagia e reprimia violentamente a população que, gradativamente, se organizava ainda mais em torno do ideal de deposição do governo monárquico.

<sup>3</sup> Homem de instrução religiosa.

<sup>4</sup> No dia 21 de março de 1963, nas vésperas do Nawruz, ano novo iraniano, Khomeini acusou o governo do Irã de conspirar com os Estados Unidos e Israel para destruir o Islã. A partir deste acontecimento, as rivalidades entre o líder religioso e o governo do xá se acentuaram, fazendo com que Khomeini deixasse o país sob ameaças de morte em 1964.

Os acontecimentos relacionados ao tenso momento político-social iraniano seriam acompanhados e noticiados incessantemente pelos meios de comunicação televisivos e impressos mundialmente. Assim, tomando este fervor midiático como referência, buscou-se saber como tais fatos estavam sendo reportados pela imprensa brasileira. Desta forma, chegamos ao periódico semanal *Veja*. A revista noticiou, quase semanalmente, exceto com algumas raras edições de pausa, todo o processo pré e revolucionário iraniano desde 1978, quando se deram as primeiras manifestações populares contra o regime, até a queda da Monarquia em janeiro de 1979, com a fuga do Xá Mohamed Reza Pahlavi, iniciando seu exílio nos Estados Unidos. Posteriormente o semanário acompanhou a instauração da República Teocrática Islâmica Iraniana, dirigida pelo líder e mentor religioso Aiatolá Ruhollah Khomeini até sua morte em 1989.

Até pouco tempo atrás, o Irã parecia um reino encantado. Segundo maior exportador de petróleo do mundo, superado apenas pela Arábia Saudita, o velho império persa, situado entre os confins das Arábias e União Soviética, pouco maior que o estado do Amazonas, tornou-se um Oasis milionário. [...] Como explicar que um império com tamanho poderio econômico e militar tenha sido abalado, quase ao ponto de ruptura, por uma rebelião popular comandada por líderes religiosos muçulmanos, cuja única arena real é seu próprio fanatismo? (VEJA, ed. 539, p.36-37).

Neste trabalho, iremos analisar as representações de *Veja* acerca dos fatos relacionados com a revolução iraniana em 1979 e seus desdobramentos iniciais da recém instaurada República Islâmica. Tendo em vista que imprensa não é um veículo descompromissado de opinião, a qual exprime uma ideologia, mesmo que, às vezes, de forma implícita, objetivamos analisar com que enfoque *Veja* transpôs os fatos do Irã no recorte supracitado. Entendemos esse pressuposto da imprensa através das palavras de MARIANE (1999), a qual considera que,

o ato de noticiar (...) não é neutro nem desinteressado: nele se encontram, entrecruzam-se, os interesses ideológicos e econômicos do jornal, do repórter, dos anunciantes bem como, ainda que indiretamente, dos leitores. Além desses fatores, as forças políticas em confronto no momento histórico em que divulga um acontecimento vão constituir também os sentidos produzidos pelas notícias (MARIANE, 1999, p.102-121).

Neste trabalho, estamos compreendendo o conceito de representações a partir da leitura de Roger Chartier. Segundo este autor,

As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto às lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 2002, p. 91-110).

A escolha da Revista *Veja*<sup>5</sup> do Grupo Abril, justifica-se pelo intenso enfoque e cobertura aos fatos ocorridos no Irã no recorte temporal que norteia a problemática da pesquisa, além do fácil e irrestrito acesso através de seu acervo digital. Além disso, *Veja* é destaque entre o segmento de revistas com cunho jornalístico devido ao seu poder de circulação no país e no exterior. Em seus números mais recentes, a tiragem do periódico tem em média 1.182.981 exemplares semanais, sendo que destas 904.393 são assinaturas e 137.172 são comercializadas de forma avulsa. Assim, a revista caracteriza-se como o “carro chefe” das publicações do grupo Abril.<sup>6</sup>

Também consideramos importante citar, como referência teórica em nossa proposta, o trabalho do historiador Edward Said, em seu clássico “Orientalismo: O oriente como invenção do Ocidente”, de 1978. Nesta obra, reimpressa pela terceira vez em 2003, Said analisa como o termo orientalismo foi utilizado para a construção de uma representação do Oriente no Ocidente. Essa construção fora realizada com bases ditas acadêmicas e científicas, pois se baseavam em pesquisas, dos chamados orientistas, nas mais diversas áreas do saber: biologia, filosofia, lexicografia, história, geografia, etc. Assim, tais estudos tinham respaldo na erudição e intelectualidade, o que, segundo Said, sugere imparcialidade e objetividade. Said afirma que o Orientalismo, “leva-nos a perceber que o imperialismo político rege todo o campo de estudo, imaginação e instituições eruditas -, de tal maneira que torna o ato de evitá-la uma impossibilidade intelectual e histórica”. (2003, p. 42).

Num contexto de dualismo/maniqueísmo cultural, que busca, por vezes, reforçar o discurso diferenciador entre Oriente e Ocidente, propõe-se discutir e analisar que elementos, visualizados no conteúdo do periódico, podem contemplar e reforçar esta hipótese de construção e/ou reconstrução da representação sobre o *outro*, por meio da mobilização do contexto iraniano pela mídia nacional.

## **A revista *Veja***

Lançada em setembro de 1968, *Veja* iniciava sua trajetória como uma proposta inovadora. Tão diferente, em relação às revistas do seguimento que já existiam – *Cruzeiro* e *Manchete* – que causou um grande impacto nos leitores que compraram sua primeira edição. Ao contrário do que se esperava, tal impacto, porém, fora negativo. Principalmente para Vitor e Roberto Civita, respectivamente dono da Editora Abril e diretor do semanário. O número seguinte do periódico, após o lançamento, sofreria uma queda drástica nas vendas, conseqüentemente fruto deste primeiro contato.

---

<sup>5</sup> A revista *VEJA*, terceira maior publicação semanal de informação do mundo, lidera o ranking das marcas mais lembradas entre os consumidores na categoria revista, e ocupa o terceiro lugar no total de marcas de todos os segmentos avaliados. É o que revela a pesquisa ABA (Associação Brasileira dos Anunciantes) /Top Brands 2009, realizada entre os dias 27 de julho e 11 de agosto de 2009 com homens e mulheres entre 20 e 65 anos das classes A, B e C das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Curitiba, Belo Horizonte e Salvador. Disponível em <http://www.publiabril.com.br/pesquisas/13> acesso em 18 de julho de 2013 às 15h50min.

<sup>6</sup> Informações disponíveis em <http://www.publiabril.com.br/tabelas-gerais/revistas/circulacao-geral> acesso em 20 de julho de 2013 às 18h20min.

A estranheza dos leitores fora tamanha que os anos que se seguiram seriam de declive total. Chegou-se, inclusive, a cogitar o fechamento da revista, contudo, Roberto Civita, convicto de seu projeto, manteve a revista funcionando, apelando, às vezes, ao pai um tempo a mais. O tempo, como sabemos, terminou por dar-lhe razão. Nas palavras de Thomaz Souto Corrêa

Mas foi do maior fracasso de vendas que a Abril teve em toda sua história que nasceu a maior revista brasileira, quarta do mundo na sua categoria: *Veja*. Lançada em 1968, talvez com a mais cara campanha de propaganda jamais feita para uma revista no Brasil, *Veja* esgotou setecentos mil exemplares na primeira edição. E foi caindo, caindo, até chegar abaixo dos cem mil. A expectativa gerada por uma marca que falava em ver (apesar do *e leia* pequenino embaixo de *Veja*), fez com que a revista ilustrada aguardada por quem comprou o primeiro número fosse um enorme desapontamento (CORRÊA, 2008, p. 218).

Segundo Maria Celeste Mira, *Veja* nascera da experiência que Roberto Civita, filho do proprietário da Editora Abril, o empresário ítalo-brasileiro Victor Civita, adquiriu após formar-se em jornalismo na Pennsylvania e do período como estagiário do grupo *Time-Life*. Sua tese de conclusão de curso teve como temática a Editora *Curtis* da Philadelphia<sup>7</sup>. Assim, ao regressar dos EUA, em 1958, Roberto proporia ao pai uma revista aos moldes de *Time*, ou seja, uma revista ilustrada, entretanto com conteúdo jornalístico e diversificado, nacional e internacional. (MIRA, 2001)

Mesmo tendo um grande planejamento publicitário para o seu lançamento, encarado como um dos maiores da história dos impressos brasileiros, *Veja* passou por sérios problemas administrativos nos primeiros anos de vendas. E isso ocorreu por alguns elementos, entre eles, o estranhamento dos leitores com o formato do periódico, sendo que o público esperava uma revista ilustrada aos moldes de *Manchete* e *Fatos e Fotos* e, revistas de entretenimento leve, sem aprofundamento de caráter jornalístico. No entanto, depararam-se com uma revista informativa e jornalística, vista por muitos como “pouco atrativa aos olhos”.<sup>8</sup>

O fato que melhor explica o pleno sucesso de vendas do primeiro número é a mobilização proposta por uma imensa e substantiva campanha publicitária. Criada pela agência Standard sob o comando dos publicitários Roberto Duailib, Neil Ferreira e Anibal Gustavini, a campanha incluiu a veiculação de um programa de 12 minutos especialmente produzido pela Rede Record de Televisão e transmitido em rede nacional, no horário nobre das 22 horas do domingo que antecedeu seu lançamento, onde se apresentava ao futuro público leitor as imagens da produção da revista. Além disso, na mesma noite de domingo aconteceu um jantar para 600 pessoas na boate paulistana *O Beco* e nas salas de cinema de todo o país, antes da exibição dos filmes em cartaz, foi veiculado um documentário de Jean Manzon sobre o lançamento da revista, feito nos meses anteriores, durante o preparo dos pilotos. (VILLALTA, 2002, p.11)

<sup>7</sup> CF. MIRA, a Curtis Publishing Company havia sido nada mais nada menos do que uma das gigantes norte-americanas na primeira metade do século. Criada por Cyrus Curtis na Philadelphia, Pennsylvania, no final do século XIX, ela cresceu rapidamente a partir de 1908. Em 1970, após a morte do seu fundador e da concorrência com o rádio, a Editora vende sua lista de assinantes para a revista *Life*. (grifos nossos).

<sup>8</sup> Cf. MIRA, Maria Celeste. Durante os cinco primeiros anos, *Veja* operou no vermelho, com sua vendagem em banca despencando dos 650 mil exemplares no primeiro número até em torno de 20 mil exemplares, situação dramática para uma revista da Editora Abril.



Com um público leitor acostumado as grandes imagens de *Manchete* e *Cruzeiro*, além do ainda grande número de analfabetos no Brasil, o estranhamento da nova revista parecia inevitável. Porém, a campanha publicitária de *Veja*, não deixara claro essa perspectiva, pelo contrário, o próprio nome sugeria que seria uma revista extremamente ilustrada, recheada de imagens e com fácil assimilação aos seus consumidores. Assim, sua chegada às bancas era extremamente aguardada pelo público, ávidos de conhecer a nova publicação.

Era necessário agir para salvar a revista, caso contrário o desfecho seria, inevitavelmente, “fechar as portas”. Assim, Roberto Civita e Mino Carta tiveram a ideia que salvaria a revista. Iniciaram um processo de encarte de imagens sobre grandes fatos que estavam ocorrendo a partir de 1969. O primeiro deles seria a saga de Apollo 11, a missão da Agência Espacial americana, NASA, e a chegada do homem a lua. Mapas rodoviários do Brasil também seriam encadernados juntamente às edições, sendo assim mais uma das estratégias utilizadas para socorrer a revista. Em 1971, montou-se uma proposta de assinaturas, com o intuito de fidelizar os leitores e garantir as vendas do semanário.

Enquanto a revista se adaptava às características do mercado brasileiro, alguns esforços adicionais foram importantes para o sucesso futuro. A fim de tornar a revista mais desejada, um fascículo com a história da ida do homem à Lua foi encartado. Era “A conquista da Lua – de Galileu até hoje”, lançado em 1969. Mais dois se seguiram, um sobre “Anos 60, a década que mudou tudo”, também em 1969, e outro, sobre “História do século XX”, em 1974. (CORREIA, 2008, p.220).

Além disso, Mino Carta convidou Millôr Fernandes, já famoso cartunista, para fazer parte do grupo de redação no ofício de chargista, sendo responsável por duas páginas de humor semanais. Publicaram-se resenhas de filmes e livros. Colocou-se na abertura da revista uma entrevista com perguntas e respostas, mais tarde estas entrevistas se consagrariam como as páginas amarelas.

As páginas amarelas, consagradas hoje, guardam um caricato conto. Sua origem, segundo o próprio Roberto Civita fora uma mera obra do acaso, na verdade teria sido o resultado de uma falta de papel para impressão. O fato é que, observou-se no parque gráfico, uma quantia considerável de páginas amarelas, tendo em vista que estavam às vésperas do próximo número, os redatores e Roberto, não tiveram escolha a não ser fazer uso das tais folhas, tendo em vista não atrasar a entrega do periódico às bancas e, principalmente aos assinantes. Portanto, de um mau planejamento, ou falta dele, surgiram as páginas amarelas, às quais atualmente são reservadas para entrevistas.

A partir dessas ações, a revista tomou novo fôlego e gradativamente foi aumentando suas vendas, recuperando, nos anos seguintes, a quebra dos primeiros e negativos números iniciais.<sup>9</sup> Essas adaptações, portanto, demonstram a preocupação da imprensa com o elemento mercadológico, uma vez que, no caso de *Veja*, buscou-se entender as necessidades ou gostos dos consumidores para

---

<sup>9</sup> Outra medida fora a adoção de um “*caderno de investimentos*”, o caderno de economia teve tamanha aceitação que anos mais tarde tornou-se a revista *Exame*.

umentar a vendagem e consequentemente manter-se no mercado. Maria Celeste Mira retrata outros fatores deste crescimento.

A partir de 1973 a circulação cresce sem parar devido as sucessíveis campanhas de assinatura e diversas alterações editoriais e gráficas, em 1981 ultrapassa os 500 mil exemplares, em 1984 já era a revista de maior faturamento da empresa. *Veja* teve de se adaptar ao padrão de visualidade do leitor contemporâneo, muito afeito às imagens que o bombardeiam de todos os lados. Em 1984 a revista chegou ao quinto lugar mundial com 800 mil exemplares, e em 1996 ao terceiro, aonde ultrapassava a marca de 1 milhão de exemplares. (MIRA, 2001, p. 93).

Passadas as dificuldades iniciais, *Veja* teve rápida ascensão no mercado, e o contexto político e social brasileiro foram pontos altos desse crescimento, ou seja, acontecimentos relevantes não faltaram. Sobretudo, tento em vista o regime militar, iniciado em abril de 1964, que, de um lado, promovia a perseguição aos opositores do governo, e, de outro, a revolta daqueles que não concordavam com o modelo político repressor existente.

### Por que o Irã Vira Notícia em *Veja*?



Veja, Ed. 540 de 10/01/1979 p. 38

Através das leituras sobre as notícias vinculadas ao Irã em nosso *corpus* de pesquisa, observamos que uma das questões mais recorrentes, no semanário, está vinculada ao petróleo iraniano. Com a crise política estabelecida desde o início das manifestações populares contra o governo monárquico do xá Mohammed Reza Pahlevi, em 1978, a produção petrolífera no Irã apresentou queda constante. A revista, assim, anunciava, em vários momentos, os números da vertiginosa diminuição na produção petrolífera e discutia, exaustivamente, a possibilidade, segundo seu discurso, da eminente falta do produto, acarretando desta forma, no esvaziamento do fornecimento de petróleo para os países ocidentais, inclusive o Brasil. Como para época o Irã era o segundo maior produtor e exportador do produto para o mundo, *Veja* esboçara sua preocupação seguidamente sobre esta temática.

Na edição nº. 540, de 10 de janeiro de 1979, o semanário trás a questão do petróleo em um Box explicativo, sob o título: “Torneiras que fecham”, no qual, além de demonstrar a preocupação sobre a falta do produto no Brasil, expõe em números os prejuízos da diminuição na produção petrolífera iraniana para alguns países, europeus, africanos e os Estados Unidos. É importante

observar, igualmente, a preocupação de situar o leitor geograficamente sobre o Oriente Médio, o que demonstra uma espécie de caráter didático e explicativo da revista.

Responsável até o início da atual crise por 10% da produção mundial de petróleo – 280 milhões de toneladas por ano, ou 6 milhões de barris por dia -, o Irã é um fornecedor vital para os países ocidentais e o Japão. [...] Caso paralisação nas refinarias se prolongue, vários países poderão ser obrigados a recorrer ao racionamento de combustível. Entre os mais prejudicados estarão a África do Sul e Israel, que não têm acesso ao petróleo dos países árabes. [...] O governo americano, por sua vez, fez um apelo para que os consumidores reduzam o gasto de combustível. (VEJA, ed.540, p.38).

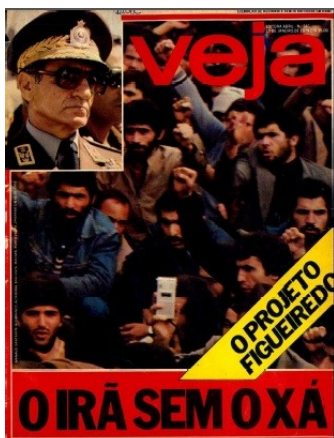
Fica evidenciado aí a preocupação da revista com a questão do abastecimento de petróleo, o que, como dizemos, é recorrente em várias edições ao longo do recorte deste estudo, ou seja, 1978-1989. Com relação às explicações sobre a falta de produção petrolífera, o atributo principal é o caos organizacional iraniano, decorrente do processo de revolta popular contra o governo.



VEJA, ed. 531, capa, 10/01/79

Assim, são comuns os relatos sobre as greves nas petrolíferas, o que propicia a visão de que os trabalhadores não estão sendo impedidos de trabalhar em virtude do caos, mas eles mesmos abandonam seus postos de trabalho, não apenas nas refinarias, mas no serviço público, nos bancos e nas escolas, desta maneira, gerando uma total crise nos vários âmbitos do Estado Iraniano. “Na semana passada, enfim, ocorreu algo inimaginável até algum tempo: uma onda de greves atingiu serviços essenciais como correios, bancos e aeroportos, acabando por se alastrar para o sensibíllimo, vital setor do petróleo, base de toda a economia nacional”. (VEJA, ed. 531, p.40).

### **Veja e a Revolução Iraniana de 1979**



VFIA 541 capa 17/01/79

A edição nº. 541 de 17 de janeiro de 1979, *Veja* anunciava a queda da Monarquia de Mohammed Reza Pahlevi e o triunfo dos opositores ao seu regime. A capa desta edição enfatiza o povo iraniano e coloca em um pequeno Box a imagem do xá, trajado com roupas militares, com expressão de derrota e insatisfação.

Entretanto, no conteúdo interno da revista, na reportagem de capa, *Veja* preocupa-se em mostrar outros elementos, dentre os quais estão as relações internacionais do Irã com os Estados Unidos e a importância do Irã na economia mundial. Além disso, o semanário

procura traçar um panorama de todo o governo de Mohammed Reza Pahlavi durante seus 37 anos no trono do governo iraniano.

“Abandonado pelos Estados Unidos, o xá anuncia que deixará o Irã. Com a monarquia iraniana desabando, a instabilidade ronda uma região vital do mundo”(VEJA, 541, p.28). Esse era o título da reportagem de capa da revista, que trazia entre outras questões, a preocupação com o que ela chama de região vital. Tal expressão, relatada no decorrer da reportagem, se deve a preocupação com o abastecimento de petróleo a vários países, o qual o Irã é responsável. Salienta o periódico que, com a mudança governamental liderada por religiosos antiocidentais, as exportações poderiam sofrer embargos, o que comprometeria países dependentes deste recurso.

E o jogo do Irã, para todo o mundo, tem conseqüências pesadas. Com os formidáveis 6 milhões de barris que, em épocas normais, jorram por dia de seus campos de petróleo, o Irã representa um papel de relevância na economia mundial, especialmente para os países ocidentais. [...] e teme-se que um regime antiocidental, eventualmente instalado em Teerã, possa rever as prioridades de suas vendas”. (VEJA, 541, p.28).

Com a crise governamental iraniana, em um processo de transição, sem um governo ou governante instalado no poder, sem um regime político declarado, o semanário lança a seguinte questão: “Que espécie de governo os americanos gostariam de ver instalado em Teerã?” A própria *Veja* na sequência responderia: “Por enquanto, as fichas de Washignton estão lançadas no próprio governo do primeiro-ministro Bakhtiar”.(VEJA, 541, p.32).

O governo provisório de Bakhtiar, fora uma estratégia política de Reza Pahlavi para atenuar as manifestações e contestações ao seu governo, na tentativa de arregimentar forças opositoristas, em uma possibilidade de conciliação para manutenção da monarquia. Entretanto, de nada adiantou tal manobra, pois a população iraniana já não o queria mais no governo.

De qualquer modo, o semanário analisa que Bakhtiar é moderado – um social democrata formado na França – o qual, ainda seria melhor para os estadunidenses do que “um regime inspirado no fundamentalismo religioso muçulmano, principal catalisador das massas sublevadas iranianas e que tem como líder um religioso exilado na França”. (VEJA, 541, p.32)

Em um segundo momento, ao fechar a sessão anterior, *Veja* trás um segundo título reportagem. “Caindo das alturas: a vertiginosa queda do xá, do poder absoluto à solidão de um regime em ruínas”.(VEJA, 541, p.34). Neste título, a revista se ocupa em demonstrar a queda meteórica do que era conhecido como um governo estável e sem as mínimas possibilidades de ter um final tão repentino como o fora. Inclusive, em visita a Teerã em 1977, um ano antes do início das manifestações, o próprio presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, relatava que nunca havia visto um governo e um país em tamanha harmonia.

A revista procura fazer um panorama da dinastia Pahlevi, lembrando que Mohammed Reza Pahlavi herdara de seu pai o trono do Irã, o monarca Reza Khan. Lembra igualmente do episódio

ocorrido em 1953, quando o xá sofrerá um golpe de estado de seu primeiro ministro Mossadegh, e teve de deixar o Irã as pressas. Episódio este que estava se repetindo naquele momento, em 1979. Entretanto, a revista deixa de mencionar que este golpe foi arquitetado pela CIA para enfraquecer opositores e fazer o xá retornar ainda mais influente ao Irã, abrindo assim, de vez, as portas do país para os Estados Unidos.

O periódico também faz alusão a figura do xá no episódio de 1953, conhecida mais tarde nos Estados Unidos como “*Operação Ajax*” em um relato de um agente que denunciara o esquema para a imprensa. Neste ponto *Veja* diz com relação ao jovem xá, fazendo um contraponto com o monarca que fugia do Irã em 1979.

Ninguém podia imaginá-lo, então como o monarca absolutista e empreendedor em que iria se transformar no começo da década de 1970. E nada indicava que o Irã, então uma relíquia decadente da antiga civilização persa, poderia ascender, com o boom petrolífero ao clube das nações milionárias do planeta (VEJA, 541, p.32).

Um país portando em fase de crescimento e próspero, o qual anteriormente era decadente e a partir das iniciativas do xá, tornava-se uma potencia da região do Golfo Pérsico. Contudo, *Veja* omite, nesta edição, o desequilíbrio social existente no Irã, sobretudo a partir das iniciativas da “revolução branca” em 1963. Vale lembrar que foram justamente essas medidas que incitariam a população a insurgir contra o governo, no entanto, sendo violentamente reprimidas pelas forças militares leais ao monarca.

Além disso, a edição não menciona o fato que as empresas responsáveis pela extração do petróleo eram estrangeiras, sendo assim, a maior parte da lucratividade delas, portanto, vai para o país de origem; que os recursos obtidos pelo governo eram revertidos em melhorias para a elite iraniana e não para a grande parte da população. Assim, podemos entender, a partir deste contexto, que a ideia de progresso entendida por *Veja* está ligada ao poderio econômico, oriundo do petróleo ou dos petrodólares e não ao contexto de bem estar social.

### **Orientalismo<sup>10</sup> e a Revolução Iraniana através das Imagens de *Veja***

Neste estudo, propomos a ideia de utilizar o conceito de orientalismo, capitaneado por Edwar Said, ao nosso objeto de estudo, a revista semanal *Veja*. Tal propósito se deve por entendermos que, a partir da análise de conteúdo do semanário, os elementos observados na revista exemplificam algumas das preocupações levantadas por Said em sua obra. Por exemplo, o dualismo entre Ocidente e Oriente fica exposto, como veremos, no conteúdo de *Veja*. Mesmo que de forma implícita, por vezes, tal elemento não deixa de ser mantido, no que podemos entender como uma maneira de construção de

---

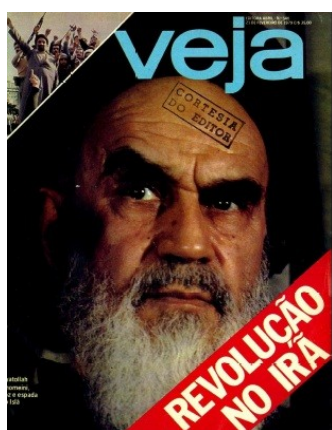
<sup>10</sup>Segundo Said, comparado a estudos orientais ou estudos de área, é verdade que o termo Orientalismo deixou de ser o preferido dos especialistas atuais, não só porque é demasiado vago e geral, como porque conota a atitude arrogante do colonialismo europeu do século XIX e do início do século XX. (SAID, 2003, p.28).

uma imagem e representação do Oriente Médio, neste caso do Irã, e da cultura e religião islâmica desta região aos leitores da revista.

O Orientalismo não é um simples tema ou campo político refletido passivamente pela cultura, pela erudição ou pelas instituições; nem é representativo ou expressivo de alguma execrável trama imperialista “ocidental” para oprimir o mundo “oriental”. É antes a *distribuição* de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filosóficos; é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica ( o mundo é composto de duas metades desiguais), mas também de toda uma série de “interesses” que, por meios como a descoberta erudita, a reconstrução filosófica, a análise psicológica, a descrição paisagística e sociológica, o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente. (SAID, 2003, p.40-41).

Desta forma, seguindo as ideias propostas por Said, procuramos confrontar nosso objeto de estudo, ou seja, o conteúdo da revista *Veja* acerca da revolução iraniana. Neste caso, o conteúdo da edição 546 de 21 de fevereiro de 1979, a qual, trás em sua capa a imagem do líder religioso, o Aiatolá Ruhllloh Khomeini em destaque e, em um pequeno espaço no canto superior da capa, alguns iranianos empunhando armas, em um sinal do confronto entre civis e militares na insurgência popular iniciada em meados de 1978.

Na reportagem de capa da edição 546 de fevereiro de 1979, a revista trazia o seguinte título: “*As chamas do Islã*”. A conotação com a religião islâmica é uma constante na reportagem de capa que segue. Nesta edição *Veja* faz um panorama dos eventos em Teerã a partir da volta de Khomeini, dando a entender, portanto, que a volta do líder teria instigado ainda mais as massas na tomada total desmobilização do governo anterior, ou seja, a volta de Khomeini é entendida como um “divisor de águas”, nos eventos acerca do processo revolucionário.



[...] bastaram onze dias, da presença de Khomeini em Teerã, após um exílio de quinze anos [...] para que a insurreição iraniana ganhasse os contornos definitivos de uma revolução. [...] um verdadeiro assalto popular ao poder.. (VEJA, 1979, p.34).

A ligação de intransigência e violência ligada ao líder Ruhllloh Khomeini é constante nas reportagens. As imagens normalmente trazem a figura do aiatolá junto a tanques de guerra, armas e aos conflitos em Teerã. Quanto ao xá, a revista limita-se dizer que seu governo de 37 anos fora conduzido com “mãos de ferro”. O periódico não deixa de frisar que junto às ações da massa: ataques a prédios públicos, polícia, bancos, ou seja, o caos generalizado, sempre ouviam-se gritos de exaltação ao líder Khomeini.

VEJA, 546, capa, 21/02/79

Com relação ao caráter religioso, o semanário preocupa-se em deixar cristalizada a estreita ligação entre o islã e a política. Em praticamente todas as páginas que seguem, a questão religiosa como vetor político e contestatório é mencionado. Assim, o islamismo toma contornos, por vezes, fanáticos e extremos. Inclusive, nesta edição, existe um Box exclusivo para tratar tal assunto, com o título: “*a contestação política em nome de Alá*”.

Nesta análise, *Veja* mostra que em Washington, o departamento de Estado chamado “*centro de operações para crises*” trabalhava vinte e quatro horas, analisando os possíveis desdobramentos dos eventos no Irã. Tal preocupação dava-se pelo fato da morte do embaixador estadunidense no Afeganistão Adolph Dubs, morto em uma troca de tiros entre, forças soviéticas, as quais controlavam o país neste período, e guerrilheiros muçulmanos xiitas.

A morte do embaixador fez extravasar para além das fronteiras do Irã, na mesma semana da revolução iraniana, as atenções para um fenômeno ainda intrigante mas que toma, dia a dia, um ritmo irreversível: a utilização da religião islâmica como ponta-de-lança para atos políticos extremistas (VEJA, 1979, p.35).

Portanto, essa vinculação direta entre a religião e o caráter político oculta praticamente toda questão social, na qual a revolução iraniana se pautava. Os 37 anos do governo de Mohammed Reza Pahlevi<sup>11</sup> pouco são mencionados. O desequilíbrio social e as perseguições políticas a qualquer ideia oposicionista ao seu governo igualmente são ocultados. Será que o semanário estava preocupado com a censura do regime militar brasileiro? Seria possível pensar que relatar, de maneira mais aprofundada o governo Pahlevi seria demasiado próximo a realidade brasileira?

Penso que não seria exagero de nossa parte ponderar tais questões, entretanto, guardadas as especificações e contexto, o Irã era transposto pelo semanário como um país em colapso político e isso se devia ao descontrole populacional insurgente, organizado em torno dos apelos de um líder religioso que, segundo *Veja*, utilizando da crença popular e do islã, promovia um assalto ao poder governamental iraniano.

### **Modernidade x Atraso: Ocidente x islã**

Analisando nosso objeto de estudo através do *corpus* delineado, observamos constantemente um discurso que procura balizar conceitos como modernidade e atraso ou retrocesso infraestrutural, social, político, econômico e cultural quando comparado o governo de Mohammed Reza Pahlevi e a promulgação de uma República Islâmica. Assim, temos o embate entre o projeto moderno, reformador, progressista e liberal do xá, com projeto retrógrado, socializante, controlador do aiatolá Khomeini.

---

<sup>11</sup> Cf. COGIOLLA (2008). “No Irã, enquanto os Britânicos enriqueciam o país permanecia cada vez mais desigual socialmente. Na refinaria de Abadan, o salário era de 50 centavos por dia, sem direito a férias remuneradas, auxílio doença ou indenização por invalidez. As condições de vida eram extremamente insalubres, não havia água encanada nem eletricidade [...] enquanto os administradores da Anglo-Iranian vivam em enormes casas, com ar condicionado, piscinas e belos jardins.

A origem deste choque entre o Oriente Médio em relação ao modelo entendido como ideal, uma espécie de paradigma ocidental de sociedade: progressiva, liberal e científica, é debatida por Armstrong (2001), quando a autora afirma que,

O mundo islâmico foi sacudido pelo processo de modernização. Em ser um dos líderes da civilização global, o mundo islâmico foi rápida e permanentemente reduzido, pelas potências européias, a um bloco dependente. Os muçulmanos foram expostos ao desprezo dos colonialistas, que estavam tão inteiramente imbuídos do ethos moderno que muitas vezes ficavam estarecidos com o que eles só podiam ver como atraso, ineficiência, fanatismo e corrupção da sociedade muçulmana. Eles presumiram que a cultura européia sempre fora progressista, e lhes faltou a perspectiva histórica que lhes permitira ver que eles estavam simplesmente vendo uma sociedade agrária pré-moderna, e que alguns séculos mais para trás a Europa tinha sido exatamente tão “atrasada” (ARMSTRONG, 2001, p.198-199).

Para ilustrar essa discussão, podemos observar na edição 532 de novembro de 1978, em que *Veja* fazia a seguinte pergunta em um Box: “O que querem os ayatollahs?”. Após fazer uma análise conjuntural dos eventos que vinham ocorrendo no Irã, supracitados. Posteriormente a partir da página 42 a revista parece responder a questão.

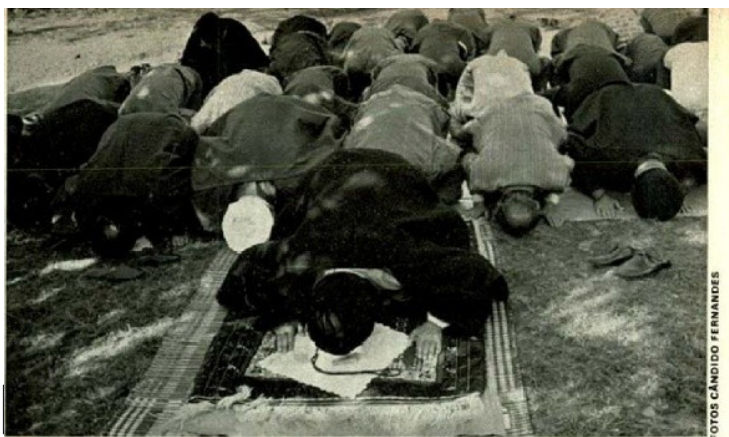
O sonho dos ayatollahs talvez seja reconverter todo o país ao ritmo imutável que hoje se observa na santa Qom. Ali, não há antenas de televisão a desfigurar a paisagem e nenhum cinema público ameaça seduzir os mais vulneráveis. Também não há lugar para bebidas alcoólicas, e todas as mulheres usam o *chador*, o tradicional manto que lhes cobre o rosto e o corpo, passando boa parte de seu tempo a tecer finos tapetes persas (VEJA, ed. 532, p.42).

No trecho acima, fica visível um preconceito com relação aos valores islâmicos pregados pelos religiosos. O fato de valorizar os aspectos distantes da cultura ocidental ligada à televisão e ao cinema, ou seja, símbolos da, nas palavras de Guy Debord (1992), “Sociedade do Espetáculo” é motivo de um ataque sarcástico pelo semanário. Além do distanciamento ao consumo de bebidas e mulheres seminuas, comuns nas sociedades ocidentais e, ao que parece atribuindo status positivo nisto e negativo para as mulheres muçulmanas pela sua preservação sexual, o que vale lembrar, recomendada no Alcorão.

As diferenças religiosas e os ideais não deveriam impedir o progresso da sociedade, e os cientistas, os monarcas e os funcionários públicos insistiam que estavam livres do controle eclesiástico. Assim, os ideais de democracia, do pluralismo, da tolerância, dos direitos humanos e do laicismo não eram simplesmente ideais sonhados por cientistas políticos, mas eram, em parte, ditados pelas necessidades do Estado moderno. Descobriu-se que uma nação, para ser eficiente e produtiva, tinha de ser organizada democrática e secularmente. Mas também descobriu-se que, se as sociedades organizassem todas as suas instituições conforme as novas normas racionais e científicas, elas passariam a ser indomáveis e os Estados agrários convencionais não seriam páreo para elas (ARMSTRONG, 2001, p. 195-196).



O fim e ao cabo, tais atributos, portanto, são vistos como exógenos e, desta forma, na visão do periódico, na contra mão da modernidade. A revista ainda terminaria esta sessão questionando a seguinte questão: “Será possível voltar esse dia-a-dia num país onde hoje se constroem centrais nucleares, há intermináveis congestionamentos de trânsito e faturam-se 60 milhões de dólares diários com as exportações de petróleo?”. (VEJA, 532, p. 42).



FOTOS CÂNDIDO FERNANDES

Contudo, o semanário, em sua construção discursiva, ocupa-se constantemente de uma estratégica jornalística, a fala em terceira pessoa. Com isso, projeta-se com impessoalidade, dando ao receptor a ideia de objetividade, imparcialidade e, busca da veracidade no conteúdo reportado, uma suposta reconstrução

fiel e real dos fatos. Segundo a pesquisadora Julia Nander Dietrich (2006), parafraseando Barros (2003)<sup>12</sup>. “A utilização da terceira pessoa como porta-voz do discurso é, um recurso utilizado na ‘criação’, ou no emprego de uma objetividade que ‘finge’ um distanciamento da enunciação e ao mesmo tempo lhe confere um efeito de ‘verdade objetiva’ baseada na premissa da investigação jornalística”. (apud BARROS, 2003, p.55)



No cemitério de Teerã: promessas de vingança

Um dos mortos: o total era incalculável

VEJA, 536, 13/12/78 p.38

A edição 536 de 13 de dezembro de 1978 inicia com uma citação de Khomeini ao povo iraniano. “Povo iraniano: sacrificai vosso sangue para proteger o Islã e depor o tirano... O sangue triunfará sobre a espada!” (Ayatollah Ruhollah Khomeini). Além disso, temos as imagens acima, as quais, mais uma vez, reforçam a questão da violência e o rancor do povo iraniano ao governo do xá.

<sup>12</sup> A construção midiática da identidade islâmica no pós 11/09: Demonização de uma civilização e apagamento da memória histórica mundial. Artigo apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006. Disponível em <http://ebookbrowse.net/r0319-1-pdf-d32158251>.

Desta vez, uma das imagens frisa a participação da mulher muçulmana no movimento que objetiva o fim da monarquia. “Mas, na prática, os ayatollahs, inimigos intransigentes de qualquer evolução, nunca conseguiram exercer influência ao nível de governo – ao contrário, receberam sucessíveis golpes da monarquia”. (VEJA, 539, p.37)

No ocidente, o Islamismo começou a ser visto como força anti-ocidental e anti-democrática, instigadora de actividades subversivas e terroristas. Os E.U.A. nunca se conseguiram recompor da virulência anti-americana da Revolução Iraniana de 1978-1979. Durante meses a fio, as televisões de todo o mundo transmitiram imagens das multidões iranianas em fúria gritando *slogans* anti-americanos, queimando a bandeira dos Estados Unidos e acusando os E.U.A. de serem o “grande satã” – designação que perduraria na retórica fundamentalista até os nossos dias (PINTO, 2003, p.17).

A legenda deixa explícito seu ideal, ou seja, vingança. A segunda imagem trás a violência, seguidamente ressaltada, e uma sequência lógica da primeira imagem, enfim, o perfil de ódio pelas mortes ocorridas durante os embates entre militares e população civil. O que não vemos, entretanto, são fotos que mostrem as forças do xá, ou seja, o exército imperial, este não aparece no enfrentamento com a população, quem é colocado sempre em evidência, portanto, é substancialmente a população iraniana, ora mulheres, ora homens, mas em comum destacando os olhares raivosos e sedentos pela queda da monarquia.

Desde o início, a cultura avançada da Europa, chegando, como chegou, com um exército moderno extremamente eficiente, foi sentida pelo Oriente Médio muçulmano como um assalto. A expedição de Napoleão ao Egito e à Síria fracassou. Ele pretendia atacar a Índia britânica desde o norte, com a ajuda da Rússia. Isto deu ao Irã uma importância totalmente estratégica e, no decorrer do século seguinte, os britânicos estabeleceram uma base no sul do país, enquanto os russos tentavam ter o controle do norte. Nenhum dos dois queria que o Irã se tornasse integralmente uma colônia ou um protetorado (até descobrirem petróleo lá, no início do século XX), mas ambos dominariam a nova dinastia *qajar* e, assim, os xás não ousaram fazer nenhuma manobra sem o apoio de, pelo menos, um dos dois poderes (ARMSTRONG, 2001, p.201).

Todas as imagens e passagens discursivas supracitadas, procuram deixar claro que o caráter religioso da revolução no Irã está ligado a irracionalidade e a um perfil anti-progressista. Esta imagem do islã e dos iranianos, neste caso, é construído constantemente nas edições analisadas, tanto no conteúdo discursivo quanto no iconográfico. O choque entre modernidade e o islã fica evidente, utilizando da vinculação de caos estabelecido pela paralisação dos serviços públicos e, sobretudo, da significativa diminuição da produção petrolífera no Irã em 1979. Outro elemento que mostra-se presente no material analisado é o ataque dos islâmicos aos valores da cultura ocidental. É importante para o semanário deixar claro, para seus leitores, o quanto os religiosos iranianos refutam símbolos ocidentais modernos, como por exemplo, cinemas, restaurantes, televisão, bebidas alcoólicas, etc.

Assim, parece-nos que a intransigência dos clérigos é fanática, descabida e intolerante, obviamente esta leitura está implícita no discurso de *Veja*.

### A “Crise dos Reféns” em *Veja*

Em 4 de novembro de 1979, estudantes iranianos<sup>13</sup> invadiram a embaixada estadunidense localizada na capital iraniana. Após uma ação rápida, o grupo tomou a embaixada e fez cerca de 52 dos funcionários como reféns. Começava um episódio, dentro do contexto da revolução iraniana, que duraria exatos 444 dias.

Na edição 584 de 14 de novembro de 1979, *Veja* exploraria os eventos ocorridos em Teerã a partir do que ficou chamado, mais tarde, como “crise dos reféns”. Os estudantes iranianos reivindicavam a extradição do xá Mohammed Reza Pahlevi, para ser julgado pelo novo regime no poder e a devolução dos bens do monarca, sobretudo as reservas de dinheiro, depositados em bancos americanos.

Podemos observar, novamente, que a imagem de Khomeini está em maior destaque na página, ao lado temos um grupo de mulheres usando o chador e pessoas armadas, supostamente indicando os iranianos participantes dos confrontos com as forças legalistas à monarquia. Ao fundo, também, é possível ver parte de uma Mesquita, local de orações dos muçulmanos. Esta capa fora uma montagem, onde estão inseridos elementos ligados ao islã e, obviamente ao Irã. Contendo, portanto, elementos, em forma de desenho, como a religião, a luta revolucionária e as mulheres iranianas. Desta forma, *Veja* trás um ato de seqüestro vinculado a todo o povo iraniano, sua cultura e religiosidade, tendo Khomeini como centro.

Na reportagem de capa, o título “*O Estado terrorista*”, descreveria os acontecimentos iniciados a partir de 4 de novembro de 1979, vinculando diretamente o Irã com atos terroristas e mostrando como se deu a invasão ao prédio público estadunidense. [...] “o Irã praticou um ato terrorista contra um outro Estado nacional – ponto culminante de descontrole de um regime que fuzila em massa seus adversários e está construindo no limiar do século XXI um Estado baseado em princípios medievais”. (VEJA, 1979, p.38).

Neste contexto, aonde a revista generaliza os atos dos estudantes iranianos ao povo do Irã e seus costumes, parece oportuno parafrasear Edward Said quando o mesmo diz que,

Na demonização de um inimigo desconhecido em relação ao qual a etiqueta “terrorista” serve ao propósito geral de manter as pessoas mobilizadas e enraivecidas, as imagens da mídia atraem atenção excessiva e podem ser exploradas em épocas de crise e insegurança.. (SAID, 2003, p.22).

---

<sup>13</sup> Cf. (GORDON, 1987), “A maioria dos componentes do grupo que tomou a embaixada era de estudantes de engenharia, medicina, química e ciências matemáticas, quase todos pertencentes à classe média iraniana. A maior parte desses estudantes tinha se agrupado inicialmente na universidade para reuniões políticas e religiosas”.

O caráter revanchista antiamericanista é extremamente explorado pelo conteúdo do semanário. Diversas vezes *Veja* utiliza ironicamente termos como “*grande satã*”, “*demônio americano*”, o “*lobo americano*” etc., para fazer menção de como os iranianos vêem os Estados Unidos. Entretanto, não explica de onde vem esse rancor declarado aos americanos. Não lembra, aos leitores, por exemplo, as diversas intervenções estadunidenses ao Irã, impondo um modo de vida alheio ao iraniano. Obviamente, a revista não diria que a atitude dos estudantes é correta, pelo contrário, nada justifica um ato de seqüestro, entretanto, ocultar um ponto da história, mostrando apenas o que parece ser conveniente é fazer uma construção parcial e unilateral dos eventos expostos.

Para Said,

[...] a história é feita por homens e mulheres, e do mesmo modo ela também pode ser desfeita e reescrita, sempre com vários silêncios e elisões, sempre com formas impostas e desfiguramentos tolerados, de modo que o “nosso” Leste, o “nosso” Oriente possa ser dirigido e possuído por “nós” (SAID, 2003, p.17).

Seguindo o perfil irônico e sarcástico, *Veja* também faz referência a elementos iranianos de maneira desregrada. Chama os religiosos de turbantes, em uma referência a uma espécie de chapéu, ou proteção da cabeça, a qual os iranianos utilizam, não apenas como adorno estético, mas como utilitário de proteção contra as fortes temperaturas comuns no clima de países do Oriente Médio.

A ironia é um poderoso recurso de formação de opinião. Além de lutar para definir uma agenda pública e os critérios de relevância do conhecimento – o que vale a pena saber –, *Veja*, ao usar a ironia, exercita o poder de dizer: “isto é imoral, grotesco ou simplesmente ridículo; e você, leitor, evidentemente não pensa (não pode pensar) diferente de nós, pois pensar diferente de nós tornaria você imoral, grotesco ou ridículo” (BENETTI, 2007, p. 42).

“O xá de turbante: messiânico e intratável, Khomeini reina como o novo czar dos iranianos”. (VEJA, 584, p.33) Este é mais um título das reportagens de *Veja* na edição 584. Novamente o semanário faz uma análise biográfica do líder iraniano atribuindo-lhe adjetivações como intratável ancião de Qom, explicadas ao longo da reportagem que segue. Pode-se observar de imediato que poder e religião novamente se entrelaçam nas abordagens do periódico.

Há quem nunca o tenha visto sorrir em seu reduto em Qom, a cidade sagrada, a 150 quilômetros de Teerã – repleta de mesquitas e que se orgulha de não possuir uma única antena de TV agredindo seus horizontes em um único cinema a ameaçar com impurezas a mente de seu povo. Dali, a figura messiânica do aiatolá, 80 anos, longas barbas brancas, o olhor esquivo e opaco sobre sobrancelhas cerradas dirige sua delirante revolução iraniana (VEJA, 584, p.41).

Além de atacar de forma explícita o líder religioso, o retratando como casmurro e aferrado, o periódico classifica estranhamente elementos comuns para os ocidentais, como televisores, e sua

programação, antenas parabólicas, cinemas, etc., ausentes naquela cidade. A cidade de Qom, portanto, é retratada, na reportagem, como um lugar exótico e estranho ao olhar ocidental, desta maneira, com certa inferioridade às outras cidades aonde, elementos da cultura ocidental são comuns e, até mesmo parecem, imprescindíveis.

## Considerações Finais

Ao fazer uma análise documental do conteúdo da revista *Veja*, com o propósito de verificar a construção de representações acerca do Irã, em um contexto revolucionário, podemos, a partir disto, tecer algumas considerações a respeito do estudo realizado.

A revista vincula o caráter religioso como vetor propulsor do levante popular ao governo imperial do xá Mohammed Reza Pahlevi. Sendo que, o fator religioso apenas fora um canal de comunicação para a organização do movimento contestatório. Lembramo-nos que as mesquitas eram o único local não censurado pelos órgãos governamentais do xá. Assim, o periódico generaliza a religião islâmica e a vincula, por vezes, diretamente com o fanatismo ou fundamentalismo religioso. Quando, na verdade, as pessoas estavam tendo seus costumes reprimidos e cerceados pelo regime repressor da monarquia, através da polícia do xá, a SAVAK. Como nos diz Cogiolla,

[...] o governo, ao invés de reinvestir os lucros dos seus projetos em programas sociais, passou a investir em tecnologia militar de ponta. [...] O xá proibiu o uso do véu pelas mulheres, fazendo com que muitas delas, desacostumadas com tal situação, vivessem confinadas em suas casas. A censura ao clero e a invasão a uma escola religiosa, onde setenta estudantes foram mortos pelas forças do xá, também contribuíram para a sua imagem de “inimigo do islã (COGIOLLA, 2008, p.45).

A partir da tomada da embaixada dos Estados Unidos pelos estudantes iranianos, *Veja* faz um intenso ataque a República Islâmica iraniana, chamando-a de *Estado terrorista*, *Estado pirata*, a qual, com este ato, promovia a quebra do respeito a um estado democrático.

Contudo, os Estados Unidos estavam abrigando o principal alvo da revolta iraniana, o xá. Obviamente que para esta população, já enraivecida pelas questões já discutidas, além dos inúmeros iranianos que morreram nos confrontos com o exército legalista, tal exigência era vital e não aceitariam nada a menos do que a extradição do monarca.

Entretanto, os Estados Unidos, em seu pragmatismo na política externa, não concederia tal exigência, tendo em vista que esta questão é vista como terrorismo e o chamado “primeiro mandamento” na política internacional estadunidense é não negociar com “terroristas”.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Com relação a política externa dos Estados Unidos e suas relações com o Irã ler: ARANTES, Maria Inez F. **Os EUA e a Guerra como instituição: o caso do Irã**. 2004. Dissertação (Mestrado) – PPG em Sociologia Política, Florianópolis, UFSC, 2004.

Um ato terrorista é identificado através da sua conveniência política. A administração Bush declarou que estados que apóiam o terrorismo são, eles mesmos, terroristas. Ao fim da década de 1970, campos de refugiados palestinos foram atacados pela milícia cristã em Sabra e Shatila, no Líbano, com o apoio do Ministro da Guerra israelense, Ariel Sharon, que nunca foi formalmente responsabilizado pelo atentado. (ARANTES, 2004. p.146)

Portanto, podemos perceber que a revista se posiciona em convergência ao dialogo estadunidense ao manter em seu discurso a ilegalidade dos atos iranianos. Ocultando o apoio norte-americano ao governo do xá, passa a seus leitores que o antiamericanismo iraniano não tem base e nem sentido, assim configurando um país violento, irracional e extremista.

Sem dúvida trata-se de uma das catástrofes intelectuais da história o fato de que uma guerra imperialista fabricada por um pequeno grupo de funcionários públicos norte-americanos não eleitos, tenha sido desencadeada contra uma ditadura em frangalhos no Terceiro Mundo por razões puramente ideológicas, ligadas a dominação mundial, controle da segurança e escassez de recursos, porém com os reais objetivos mascarados – e sua necessidade defendida e explicada – por orientalistas que traíram o compromisso acadêmico (SAID, 2003 p. 15-16).

Portanto, com as pesquisas até então realizadas e observando os exemplos acima citados, que já evidenciam a parcialidade do discurso divulgado na revista nessa construção do *Outro*. Desta forma, propomos este estudo para melhor compreender como um veículo midiático impresso pode construir representações de uma sociedade e sua cultura. Apresentado uma sociedade com simplificações e reducionismos.

Através de uma alocução que vincula tal sociedade e seus costumes com ações de violência, ao fundamentalismo religioso, ao anti-ocidentalismo e, principalmente, ao terrorismo de estado. Cabe ressaltar que este estudo não termina aqui. Na verdade exige, sem dúvidas, uma continuada pesquisa para abranger mais categorias de análise, bem como levantar novas hipóteses e problemáticas com relação ao objeto de pesquisa aqui escolhido.

## Fontes e Referências Bibliográficas

ARMSTRONG, Karen. **O Islã**. Tradução – Anna Olga de Barros Barreto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ARANTES, José Tadeu. **O perigo do Islã é não conhecê-lo**. São Paulo: Editora Mostarda, 2005.

ARANTES, Maria Inez F. **Os EUA e a Guerra como instituição: o caso do Irã**. 2004. Dissertação (Mestrado) – PPG em Sociologia Política, Florianópolis, UFSC, 2004.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**, tradução Luis Antonio Reto e Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2011.

BENETTI, Marcia. “**A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja***”. *LÍBERO* - Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Casper Líbero. ISSN: 1517-3283. Disponível em <http://www.casperlibero.edu.br/canais/index.php/revista-libero,c=105> acesso em 20 de maio de 2013 às 13h39min.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COGIOLLA, Osvaldo. **A Revolução Iraniana**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FIGUEIREDO, Wellington dos Santos. **O mundo Islâmico no discurso da *Veja***. Diversidade e Uniformidade. Rio de Janeiro, 2008.

LUCCHESI, Marco. **Caminhos do Islã**, tradução Ana TherezaVieira, Cynthia Marques de Oliveira e Sérgio Guimarães. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

KAMEL, Ali. **Sobre o Islã**: afinidades entre muçulmanos, judeus e cristãos e as origens do terrorismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MACKEY, Sandra. **Os iranianos**: Pérsia, Islã e a alma de uma nação, tradução Solution Idiomas Ltda. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos Chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

MARIANE, Bethania S.C. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C.L. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

REVISTA VEJA. Acervo digital. Disponível em [www.veja.com.br/acervodigital](http://www.veja.com.br/acervodigital)

SAID, Edward W. **Orientalismo**: O oriente como invenção do Ocidente, tradução Rosaura Eichenberg – São Paulo: Companhia das letras, 2007.

SILVA, Carla Luciana. ***Veja*: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Cascavél: Edunioeste, 2009.

## **SACERDOTE EJEMPLAR Y MISIONERO CELOSO”: A UTILIZAÇÃO DE EXEMPLA VITAE DE MISSIONÁRIOS COLONIAIS NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE GUILLERMO FURLONG SJ**

*Mariana Schossler<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo evidenciar o quanto os aspectos positivos e negativos que Furlong destacará nas trajetórias de Segismundo Asperger e Heinrich Peschke acabaram por construir uma memória acerca da atuação da ordem na América. Além disso, pretendemos explorar a utilização que o jesuíta argentino faz destes *exempla vitae* para uma reflexão sobre a sua própria atuação. Para tanto, utilizaremos os artigos da edição de 1979 da revista *Archivum*, procurando encontrar, nos mesmos, indícios que nos remetam à aplicação destes *exempla* pelo jesuíta para sua própria trajetória, a partir da maneira pela qual é lembrado tanto pelos membros da Companhia que lhe dedicaram homenagem no periódico, como também pelos autores leigos que nela apresentaram trabalhos que versam sobre o jesuíta argentino.

**Palavras-chave:** Guillermo Furlong SJ – Heinrich Peschke – Segismundo Asperger – Trajetórias – Memória

### **Introdução**

Durante cerca de sessenta anos, Guillermo Furlong SJ<sup>2</sup> pesquisou as trajetórias de vida de missionários jesuítas que atuaram em diversos ofícios, inclusive, aqueles ligados às *artes de curar*. Para realizar este trabalho, visitou diversos arquivos localizados tanto na Argentina, como também na Europa e na América do Norte. Ao encontrar documentos que considerava úteis, procurava lê-los, copiava as passagens que lhe interessavam e, com algumas linhas de sua própria autoria, ligava os excertos das

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, com bolsa CNPq, orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliane Cristina Deckmann Fleck.

<sup>2</sup> Furlong era filho de imigrantes irlandeses e ingressou na Companhia de Jesus aos 13 anos de idade, em 1903. Em meados de 1905, foi enviado por seus superiores à Espanha para dar continuidade a sua formação. Após estudar por um ano em Gandía, o jesuíta argentino dirigiu-se ao antigo mosteiro de Veruela, na província de Aragão. Lá, ao mesmo tempo em que lia e estudava os autores clássicos, Furlong passou a ter algumas lições de metodologia e paleografia. Em 1910, iniciou seus estudos de Filosofia, desta vez, em Tolosa (MAYOCHI, 2009) e, um ano mais tarde, foi enviado aos Estados Unidos, para o Woodstock College, anexo à Universidade de Georgetown, onde, em 1913, obteve seu PhD, e teve a oportunidade de entrar em contato com a escrita de biografias como a *Life of Samuel Johnson* (1787), de James Boswell, o que pode ter despertado seu interesse posterior pelo gênero (PADILLA, 1979, 73). Em meados de 1913, Guillermo Furlong retornou à Argentina. No mesmo ano, o jesuíta argentino iniciou suas funções como historiador da Companhia de Jesus. Segundo Geoghegan (1979), Furlong passou a frequentar o *Archivo General de la Nación*, o *Museo Mitre* e algumas bibliotecas privadas (Geoghegan, 1979; Mayoichi, 2009), ocasião em que conheceu o historiador Enrique Peña. “O senhor Peña foi quem orientou definitivamente ao padre Furlong para a investigação histórica, presenteando-lhe com o seguinte conselho: ‘Não leia livro algum de história, mas opte por uma linha de pesquisa, uma série de temas afins, e frequente o Archivo General de la Nación em busca de materiais sobre estes temas e lhe asseguro que, passados dez ou quinze anos, ficará assombrado com o material que terá reunido...’” (GEOGHEGAN, 1979, p. 36, tradução minha). Em 1920, Furlong retornou à Espanha, para a conclusão dos seus estudos de Teologia, tendo sido enviado ao Colegio Máximo de Sarriá, em Barcelona. De acordo com Mayoichi (2009), já neste período, Furlong manifestava forte interesse na história da América platina do período colonial. Em 1924, após receber a ordenação sacerdotal, retornou à Argentina e a sua atuação como professor das disciplinas de Literatura castelhana, Apologética, História argentina, Instrução cívica e Inglês. Em 1929, publicou seu primeiro livro sobre temas históricos, intitulado *Glorias Santafesinas*, que versa sobre a história da Argentina colonial. A quantidade de documentos e informações que conseguiu reunir em suas visitas realizadas a arquivos e bibliotecas argentinas e europeias possibilitou também a escrita de diversos artigos, muitos deles publicados na revista *Estudios*, da Academia Literaria del Plata e da Universidad del Salvador, de Buenos Aires. Estes textos versaram, em sua maioria, sobre a história da Companhia de Jesus na América Meridional, sendo que, em vários deles, Furlong se aproximou do gênero biográfico.



fontes uns aos outros, formando uma narrativa em que o material produzido pelo biografado tivesse destaque em relação às demais partes do texto.

Dado o fato de que os excertos retirados das fontes e publicados em forma de texto biográfico eram precisamente escolhidos, tendo em vista um fim predeterminado, todo o discurso do jesuíta argentino se articula de modo a exaltar a imagem dos missionários estudados, o que, por conseguinte, pretende interferir positivamente na imagem da própria Companhia de Jesus e seu trabalho na América. Ao mesmo tempo, é nesta imagem dos missionários coloniais, construída através do trabalho historiográfico de Furlong, que o historiador jesuíta procura encontrar o *exempla vitae* para sua própria atuação.

Levando-se em consideração apenas os casos aqui estudados, de Segismundo Asperger e Heinrich Peschke, podemos identificar quais foram os aspectos de suas atuações valorizados de forma positiva pelo historiador argentino e quais aqueles que não foram considerados como adequados a um membro pela Companhia. No caso dos aspectos positivos, estes são reiterados a todo o momento no texto, fazendo com que sejam apropriados pelo leitor, enquanto que os comportamentos que merecem alguma repreensão sejam apresentados, mas sem receber grande atenção, de modo a evidenciar que devem ser desconsiderados.

A partir destas considerações, o presente capítulo tem por objetivo evidenciar o quanto os aspectos positivos e negativos que Furlong destacará nas trajetórias de Segismundo Asperger e Heinrich Peschke<sup>3</sup> acabaram por construir uma memória acerca da atuação da ordem na América. Além disso, pretendemos explorar a utilização que o jesuíta argentino faz destes *exempla vitae* para uma reflexão sobre a sua própria atuação. Para tanto, utilizaremos os artigos da edição de 1979 da revista *Archivum*<sup>4</sup>, procurando encontrar, nos mesmos, indícios que nos remetam à aplicação destes *exempla* pelo jesuíta para sua própria trajetória, a partir da maneira pela qual é lembrado tanto pelos membros da Companhia que lhe dedicaram homenagem no periódico, como também pelos autores leigos que nela apresentaram trabalhos que versam sobre o jesuíta argentino.

### **Heinrich Peschke e Segismundo Asperger**

---

<sup>3</sup> Os trabalhos foram publicados na forma de artigos, como o texto intitulado *Un médico colonial: Segismundo Asperger*, que integra a edição de fevereiro de 1936 da revista *Estudios*, de Buenos Aires, ou sob a forma de livro, como as obras *Médicos argentinos durante la dominación hispánica* (1947) e *Naturalistas argentinos durante la dominación hispánica* (1948). Os textos de Furlong se caracterizam por uma grande quantidade de informações acerca das atuações de missionários que atuaram como profissionais da cura, como Asperger e Peschke, com base em documentos da própria Ordem, razão pela qual tornam-se referência quase obrigatória aos pesquisadores que se dedicaram à análise da atuação da Companhia de Jesus na região do Rio da Prata.

<sup>4</sup> Os artigos presentes no volume 13 da revista *Archivum*, publicado em 1979, constituem-se de homenagem a Furlong, devido aos cinco anos de seu falecimento. Nos utilizaremos, principalmente, dos seguintes textos: *Homenaje al padre Guillermo Furlong S.J.*, de Luis Avila; *Algo acerca de Guillermo Furlong S.J. como bibliógrafo y bibliófilo*, de Domingo Buonocore; *Guillermo Furlong, académico de la Historia*, de Enrique de Gandía; *Apuntes para una biografía de Guillermo Furlong*, de Abel Geoghegan; *El hombre, el sacerdote, el historiador*, de Enrique Mayochi; *La biblioteca del P. Furlong*, de Federico Oberti; *Una especialidad: las biografías*, de Ernesto Padilla; *Furlong, el hombre*, de Vicente Sierra; *Guillermo Furlong S.J.*, de José Sojo.

O Irmão Heinrich Peschke nasceu em 1674<sup>5</sup>. Natural de Glatz, Boêmia, atual República Tcheca, ingressou na Ordem em 1694 e atuou no Colégio de Córdoba entre os anos de 1698 e 1729. Estudou medicina, obtendo diploma de “físico”<sup>6</sup> e, ao chegar à América, ficou encarregado do ofício de boticário. Em uma carta escrita pelo Ir. Peschke ao Padre Geral da Companhia, o missionário se refere às condições de trabalho na botica, dizendo que “*El boticario tiene aquí que desempeñar el oficio de médico. [...] a veces en medio de tempestades, otras con calor sofocante*”<sup>7</sup>. Em uma segunda carta ao Padre Geral, Peschke afirma, ainda, que a única botica da região era a instalada em Córdoba, o que fazia com que necessitasse de grande quantidade de medicamentos para o auxílio aos enfermos<sup>8</sup>. Embora se mostrasse preocupado com as condições do atendimento da botica, conseguiu “*realizar [...] una obra altamente benéfica en favor de la población cordobesa, aliviando a los enfermos y asistiendo a los del Colegio y a cuantos acudían a él en busca de drogas, medicinas y recetas*”<sup>9</sup>. Peschke faleceu em 1729, após cerca de 30 anos de trabalho missionário. Ao cotejarmos os períodos de atuação de Asperger e Peschke, constata-se que o jesuíta da Boêmia, com certeza, conviveu com o austríaco, no período em que este último esteve atuando no Colégio de Córdoba.

Na Carta Anua de 1720-1730, o padre relator, ao registrar a sua morte, dedicou-lhe as seguintes linhas:

*Cerró la lista de los difuntos del Colegio de Córdoba el Hermano Coadjutor Enrique (sic) Peschke, natural del Condado de Glatz en Alemania, y de la ciudad del mismo nombre. Había vivido en el Paraguay por espacio de treinta y un años, y desempeñado el cargo de farmacéutico, y de procurador. Piadosamente, como había vivido, espiró el 14 de Noviembre de 1729, a la edad de cincuenta y tres años. Hacía 35 años que había entrado en la Provincia de Bohemia.*<sup>10</sup>

Já o Padre Segismundo Asperger nasceu em 1678<sup>11</sup>, na cidade de Innsbruck, atual Áustria. Ingressou na Companhia de Jesus em 1705<sup>12</sup> e atuou como missionário de 1717 a 1772<sup>13</sup>. Não permaneceu por todo este período no Colégio de Córdoba, atuando também em algumas reduções, com destaque para a de Apóstoles. Sabe-se que Asperger não estudou Medicina, mas que trouxe consigo para a América um vasto conhecimento sobre práticas curativas e plantas medicinais, já que, durante o período de sua formação, trabalhou junto a um hospital na Europa. Embora tenha atuado, primeiramente, como professor no Colégio de Córdoba<sup>14</sup>, exerceu já neste período, concomitantemente, o ofício de médico, que viria a ser uma de suas principais funções. Sabe-se que

<sup>5</sup> STORNI, 1980, p. 219.

<sup>6</sup> À época, utilizava-se o termo “físico” para designar ofícios ligados às *artes de curar*.

<sup>7</sup> PESCHKE apud FURLONG, 1947, p. 94.

<sup>8</sup> PESCHKE apud FURLONG, 1947, p. 95.

<sup>9</sup> FURLONG, 1947, 94.

<sup>10</sup> C. A. 1720-1730 [1928] p. 472.

<sup>11</sup> STORNI, 1980, p. 16.

<sup>12</sup> STORNI, 1980, p. 16.

<sup>13</sup> FURLONG, 1936; 1947.

<sup>14</sup> SZÉKÁSY, n/d.

em 1718, prestou atendimento médico durante uma epidemia em Córdoba<sup>15</sup>. Asperger foi também um grande observador das práticas curativas autóctones<sup>16</sup>, utilizando-se deste conhecimento para escrever um receituário, intitulado *Tratado breve de medicina*,<sup>17</sup> e no qual foram relacionadas diversas plantas nativas americanas e suas aplicações. Além desta obra, foram publicadas algumas descrições de plantas medicinais no periódico *Telégrafo mercantil, rural, político-econômico, e historiógrafo del Río de la Plata*<sup>18</sup>. Embora os artigos tenham sido publicados apenas em 1802, algumas décadas após a morte do missionário, o *Telégrafo* atribui a autoria dos textos a Asperger.

Quando da expulsão da Companhia dos domínios coloniais castelhanos em 1767, Segismundo Asperger foi o único missionário autorizado a permanecer na Província do Paraguai, pois ele

*se encontraba en el pueblo de Apóstoles, del territorio de Misiones, cuando acaeció la expulsión de los Jesuitas de 1767 y 1768, pero se hallaba entonces tan avanzado en edad, tan cargado de enfermedades, tan imposibilitado de poder valerse, que fue el único Jesuíta que no participó de los rigores del ostracismo.*<sup>19</sup>

De 1768 até 1772, ano de sua morte, o missionário foi assistido por religiosos de outras ordens que se encontravam nas proximidades, tendo falecido em Apóstoles, a 23 de novembro de 1772<sup>20</sup>.

### **Os *Exempla Vitae* e a Construção da Memória de Guillermo Furlong**

Para a reflexão que estamos propondo, empregaremos o conceito de memória na acepção dada por Candau<sup>21</sup>, onde

a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele”. A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda sua integridade parece “insustentável”.

---

<sup>15</sup> FURLONG, 1947, p. 85.

<sup>16</sup> FECHNER, 2010; MAÑÉ GARZÓN, 1996.

<sup>17</sup> MEIER, n/d, p. 79. Este receituário é tido como extraviado, sendo referido nas obras de Furlong (1936; 1947) e de Anagnostou (2011).

<sup>18</sup> Embora tenhamos tido acesso a apenas três artigos de Asperger (1802a; 1802b; 1802c), Anagnostou (2011) refere a existência de mais um artigo de autoria (presumida) do missionário. Estes artigos trazem uma descrição morfológica de plantas como a “*yerba del Paraguay*”, a “*nuez moscada*” e a “*vireyna silvestre*”, as suas propriedades medicinais, o modo de utilização (inclusive descrevendo a maneira como os indígenas se utilizam das plantas, instrumento fundamental utilizado pelos jesuítas para a descrição das propriedades curativas de espécies nativas da América), suas contra-indicações e efeitos colaterais. Os artigos tinham por objetivo informar a população de como poderiam proceder na utilização destas plantas em práticas curativas.

<sup>19</sup> FURLONG, 1947, p. 83.

<sup>20</sup> FURLONG, 1947, p. 90.

<sup>21</sup> 2012, p. 9.

Nesta definição, a memória é entendida como uma construção, havendo, em razão disso, uma seleção daquilo que será rememorado. Também para Jacques Le Goff<sup>22</sup>, “de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada [...] pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade”. Em sua obra intitulada *História e Memória* (2003), Jacques Le Goff reconstitui os caminhos traçados pela memória de diferentes povos, desde a antiguidade até o tempo presente. O autor constata que, mesmo antes do surgimento da escrita, os indivíduos preocupavam-se com a conservação da chamada memória étnica, a partir dos conhecidos “mitos de origem”. Em sociedades que já possuíam a técnica da escrita, as primeiras manifestações de construção de memória se dão a partir de estelas e monumentos consagrados a determinados indivíduos, sendo os mais notórios os governantes e reis. Têm-se aí as primeiras tentativas de conservação dos grandes feitos destes indivíduos, com o intuito de lembrar a todos de suas realizações e de torná-los exemplos para as próximas gerações. Durante a Idade Média, a conservação da memória nas sociedades cristãs se dá a partir de valores e crenças considerados ideais para a conduta do bom cristão.

Neste sentido, a memória não valoriza o fato em si, mas a representação, o significado que o mesmo tem para a sociedade em questão e poderá ter para as próximas gerações<sup>23</sup>. Embora o grupo de indivíduos seja mutável, dada a condição da existência humana, as representações acerca dos fatos vividos podem ser compartilhadas, repassadas de geração em geração e, perpetuadas, estando sempre mediadas pelo ambiente cultural e social às quais se encontram vinculadas<sup>24</sup>. Ainda mais: uma sociedade, mesmo que não tenha vivido determinados fatos que se encontram muito afastados no tempo, pode utilizar-se da História e dos fatos vividos pelos seus antepassados para preencher as lacunas, chegando, inclusive, a “reinventar” um passado e suas representações sobre o mesmo<sup>25</sup>.

Tomando estes referenciais teóricos, entendemos o processo de construção de memória como uma seleção de representações acerca de fatos – vividos ou não – que são destacadas e transmitidas de acordo com parâmetros predefinidos acerca daquilo que deve ser rememorado, garantindo, assim, a perenidade de um discurso acerca da “realidade”.

Na escolha dos acontecimentos destacados, [...] é preciso observar o trabalho de construção da identidade que vai se fundar sobre os *memoranda*, quer dizer, as coisas “dignas de entrar na memória”. Essa formulação não é totalmente rigorosa, pois sugere um registro passivo de uma seleção de coisas do passado, ideia muitas vezes subjacente no discurso sobre a “manutenção das tradições”.<sup>26</sup>

---

<sup>22</sup> 2003, p. 535.

<sup>23</sup> Candau (2012) diferencia dois tipos de memória: a primeira corresponde à lembrança acerca do fato em si, que é compartilhada por todos; a segunda constitui-se da representação acerca do fato, que é individual; é de acordo com esta segunda definição que penso a palavra memória.

<sup>24</sup> CANDAU, 2012; HALBWACHS, 1990.

<sup>25</sup> HALBWACHS, 1990.

<sup>26</sup> CANDAU, 2012, p. 94-95.

Como bem observado por Pollak, Esta seleção de fatos atende aos objetivos das sociedades e de instituições que, visando perpetuar-se no imaginário e na memória, constroem representações acerca de si mesmas, pois

[...] nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento alimenta-se de referências culturais, literárias e religiosas.<sup>27</sup>

No caso de Furlong, selecionar determinadas características das atuações dos missionários por ele estudados é procedimento essencial para a construção de uma memória acerca dos mesmos, bem como os meios dos quais pode ser utilizar para dar crédito às suas afirmações. Vamos analisar, primeiramente, o caso de Asperger, a quem o jesuíta argentino classifica como “*médico meritíssimo de la ciencia curativa, [que] dedicóse con afán y con éxito, nunca rivalizado en las regiones del Río de la Plata, al alivio de sus semejantes*”<sup>28</sup>. Chama a atenção do jesuíta argentino o fato de que o padre Asperger, mesmo com pouca idade, já havia, aos olhos de seus contemporâneos, tornado-se um médico. Quando da epidemia de varíola ocorrida em Buenos Aires em 1718, Asperger não contava ainda com vinte anos completos, tanto que Furlong se dedica a discutir se o missionário possuía ou não formação acadêmica em medicina nesta época, concluindo que o mesmo seria ainda muito jovem para possuir tal formação acadêmica. Entretanto, não se deve desconsiderar que Asperger tivesse, de fato, tal conhecimento acerca de práticas curativas quando iniciou seus trabalhos na botica do Colégio de Córdoba. Segundo O’Malley<sup>29</sup>, as *Constituições* estipulavam que os noviços tinham que “dedicar um mês de serviço em um hospital”. Pode-se, então, aventar a hipótese de que o missionário tenha, naquela época, demonstrado interesse nas *artes de curar* ou até enfrentado, ainda na Europa, em alguma casa para enfermos, uma epidemia de varíola, o que fez com que conhecesse o tratamento básico a ser administrado nos pacientes.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que os jesuítas estudados por Furlong não exerceram as *artes de curar* apenas por necessidade ou em função de sua formação anterior ao ingresso na Companhia de Jesus. A própria ordem incentivava a dedicação às ciências, na medida em que eram um meio de exaltação da obra divina e, também, de exercício de caridade.

[...] em primeiro lugar, muitos jesuítas tinham a profissão de físicos e farmacêuticos e eles consideravam que seus cuidados com os doentes era uma das obrigações do bom cristão. [...]Em segundo lugar[...], a natureza refletia a onipotência de Deus e a divina providência. Descrever e explorar a natureza era, assim, uma maneira de louvar a Deus.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> POLLAK, 1989, p. 11.

<sup>28</sup> FURLONG, 1947, p. 83.

<sup>29</sup> 2004.

<sup>30</sup> ANAGNOSTOU, 2007, p. 1-2, tradução minha.

A valorização deste conhecimento, tanto por parte da historiografia leiga, como também pela própria historiografia jesuítica aponta para a intenção de creditar à ordem as bases da ciência americana atual. Afinal, grande parte das plantas nativas da América, que hoje são reconhecidas por suas propriedades medicinais, foi catalogada por estes missionários através da rigorosa observação, primeiramente, de sua utilização pelos indígenas, e, posteriormente, pelas próprias experiências que realizaram com ervas, folhas e cascas nas boticas das reduções e dos colégios jesuíticos.

Entretanto, podemos considerar que o fato de que a atuação de Asperger como profissional da cura ganhe especial destaque e espaço em suas obras<sup>31</sup>, se deva à documentação encontrada pelo jesuíta argentino, cujos autores associam, em determinados momentos, o nome do missionário à cura dos enfermos. Embora, e como já visto no capítulo anterior, os documentos utilizados pelo autor não estejam devidamente contextualizados, estes acabam por confirmar os julgamentos de Furlong de que realmente o missionário era um grande médico.

Por outro lado, ao reconstituir a trajetória deste membro da Companhia de Jesus, a valorização de características como zelo, caridade e comprometimento constrói em torno ao missionário uma aura de bondade, aproximando-o das particularidades inerentes dos santos, dada sua classificação como “*sacerdote ejemplar y misionero celoso [que] consagró sus energías todas a la dura labor de cristianizar a nuestros indígenas*”<sup>32</sup>. Neste ponto, grande parte da narrativa se desenvolve a partir de suas realizações como missionário, trazendo uma lista das reduções nas quais atuou e enfatizando aquelas nas quais atuou como cura<sup>33</sup>, o que mostraria o sucesso de sua atuação, constituindo-se em exemplo a ser seguido pelos demais membros da ordem de sua época. O fato de ter sido designado como cura de redução aponta ainda para a possibilidade de Asperger ter sido dotado de grande carisma, o que garantiu uma maior proximidade com os indígenas, razão pela qual dedicou-se também à evangelização dos autóctones.

No caso de Heinrich Peschke, percebe-se uma variação em relação aos pontos que Furlong deseja enfatizar. O texto dedicado ao missionário possui apenas três páginas, enquanto que o artigo dedicado a Asperger na revista *Estudios* tem cerca de vinte páginas. Num primeiro momento, o jesuíta argentino pretende construir uma argumentação em torno das opiniões de Peschke feitas na primeira carta endereçada aos seus pais. Como já visto no capítulo anterior, encontramos problemas de contextualização do documento utilizado, e grande parte dos excertos publicados novamente são selecionados com o objetivo de exaltar a figura do missionário, ressaltando as dificuldades por ele encontradas para realizar seu trabalho.

---

<sup>31</sup> Furlong dedica a maior parte da primeira metade de seus textos para a descrição da atuação de Asperger como missionário. Seus conhecimentos acerca de medicina são novamente explorados na parte final dos textos, quando também são analisados manuscritos a ele atribuídos. (FURLONG, 1936; 1947; 1948).

<sup>32</sup> FURLONG, 1947, p. 83.

<sup>33</sup> O cura era o padre responsável por determinada redução. Normalmente tinha consigo outro padre para auxiliá-lo ou, na falta deste, um irmão.

Praticamente toda a segunda e a terceira páginas do texto dedicado a Peschke são destinadas a reproduzir um documento que, embora não seja dito abertamente, Furlong considera extremamente polêmico. Em 1702, o missionário envia uma carta diretamente ao Padre Geral da Companhia de Jesus, à época, o padre Tirso González (1687-1705)<sup>34</sup>, em que disserta sobre as dificuldades que a botica do Colégio de Córdoba, da qual Peschke era encarregado, atravessava. Segundo o missionário, o estabelecimento não atendia apenas aos padres, irmãos e estudantes, mas também a toda a comunidade citadina, bem como dos arredores de Córdoba. Assim, havia um consumo de medicamentos muito maior do que os recursos disponíveis no estoque. Além disso, Peschke afirmava que alguns doentes pagavam pelos medicamentos que solicitavam na botica, mas que isto não era regra, sendo que muitos enfermos, seja por possuir renda muito baixa ou outro motivo qualquer, nunca haviam contribuído com a botica, deixando o déficit ainda maior. Neste sentido, o jesuíta solicitava permissão ao Superior Geral para restringir o auxílio da botica apenas aos membros da Companhia de Jesus ou então, para solicitar pagamento pelos remédios fornecidos aos leigos, o que melhoraria consideravelmente a situação da botica.

Cabe lembrar que quando Peschke escreveu aos seus pais sobre sua destinação para a botica, ele já havia apresentado um panorama geral de seu funcionamento nos anos anteriores a sua chegada, descrição que Furlong considerou exageradas e próprias de um recém-chegado, contestando a avaliação que o irmão austríaco havia feito das condições do estabelecimento. Ao mesmo tempo, ao reproduzir grande parte da segunda carta, Furlong simplesmente não faz qualquer comentário sobre o relato do irmão jesuíta, admitindo apenas que a botica pode ter sido fonte de desgosto para Peschke em função de suas precárias condições.

É preciso, ainda, considerar que a carta que o irmão Peschke escreveu diretamente ao Padre Geral da Companhia aponta para uma transgressão, uma desobediência à hierarquia interna da ordem. Segundo Ayerra<sup>35</sup>, na ordem, em sua origem,

*todos eran sacerdotes, y tenían un celo extraordinario en sus almas; que estaban totalmente entregados al apostolado y que aunque hubieran sido cuatro veces más, no hubieran podido satisfacer a tantas necesidades. Por eso se comprende con facilidad qué duro les resultaría hacer de portero, cocinero, etc., por no poder ayudar a las almas con sus ministerios. Así brotó la idea de admitir a otros, que les ayudasen en las cosas temporales y espirituales; y se les llamó COADJUTORES espirituales y temporales.*

Como se pode constatar, era obrigatória a obediência dos irmãos aos seus Superiores. O irmão coadjutor deveria reportar-se, primeiramente, àqueles missionários que estivessem encarregados de supervisionar o trabalho na casa ou na redução<sup>36</sup>. Neste sentido, deveriam prestar atenção a essa

---

<sup>34</sup> BANGERT, 1972.

<sup>35</sup> 1963, p. 19-20, grifos do autor.

<sup>36</sup> No caso das reduções, o irmão, caso estivesse trabalhando fora das casas da Companhia, deveria responder primeiramente ao cura da mesma. Já os irmãos que atuavam, por exemplo, no Colégio de Córdoba, provavelmente, teriam um padre a quem se reportariam como autoridade imediata.

hierarquia na própria casa ou redução, o que já se encontrava previsto nas *Constituições*, sendo que, provavelmente, não seria bem vista a atitude de ignorar seus Superiores na residência e na Província, reportando-se diretamente ao Superior Geral da Companhia de Jesus.

*Brillen en los HH. CC. principalmente la sincera piedad, la modestia, el amor de la pobreza (pues por las muchas ocasiones de las diversas administraciones tienen más peligro de violarla), el amor al trabajo, la obediencia fiel – que deben esforzarse por conservarla inmune del moderno espíritu de independencia – no sólo al Superior de la casa y al Ministro, sino también a los oficiales de los que dependen más de cerca.*<sup>37</sup>

Deve-se sinalizar, no entanto, que esta carta de autoria de Peschke não faz de sua atuação um exemplo de todo negativo. Podemos considerar que havia aí apenas um alerta, uma demonstração de que desvios como esse poderiam ocorrer, principalmente, se o missionário tivesse certa urgência em qualificar o atendimento aos enfermos na botica do Colégio de Córdoba.

Neste sentido,

A prosopopeia memorial apresenta várias características de *Exemplum*: idealização, personagens-modelos nos quais são mascarados os defeitos e enaltecidas as qualidades, seleção de traços de caráter julgados dignos de imitação, “lendas de vidas” *post mortem* que podem fabricar deuses – não se fala hoje em dia da “ressurreição” de Che? -, transcendendo as qualidades pessoais do defunto “através de um modelo que combina arquétipos e estereótipos” etc. A emulação dos grandes homens do passado pode então manifestar-se a partir de formas de tanatocracia ou, mais comumente, por tentativas de panteonização, que serão sempre jogos identitários para o grupo, sociedade ou nação.<sup>38</sup>

A partir dos modelos de conduta apresentados por Furlong, idealizados e selecionados de tal maneira a servir perfeitamente ao seu propósito de exaltar todo o trabalho da Companhia de Jesus, o jesuíta e historiador argentino insere-se no regime de historicidade próprio de sua época, onde

Pode-se dizer que, pelo menos até o final do século XVIII e início do XIX [e, por que não até o século XX?], as biografias acompanhavam um regime de historicidade que buscava, no passado, exemplos, positivos ou negativos, para as ações tomadas no presente: era a chamada ‘história mestra da vida’ (*historia magistra vitae*), pela qual cabia ao passado iluminar o futuro. Esta [...] repousava sobre a idéia de que o futuro não repetia o passado, porém não o excedia jamais (movia-se no interior do mesmo círculo, com as mesmas regras do jogo, a mesma providência e os mesmos homens, partilhando a mesma natureza humana)’. Essa fórmula remonta a Cícero, mas os gregos já a praticavam desde os séculos IV a.C., senão já no século V a.C., com Tucídides. [...] Tal perspectiva foi retomada pelo Cristianismo e pelos historiadores medievais expressando-se, de forma muito nítida, nas hagiografias, as vidas de santos, cujo objetivo era, sobretudo, pedagógico: mais do que apresentar a vida de um homem, essas narrativas edificantes ofereciam modelos de conduta, de virtude, de caridade, de castidade, de fé, etc.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> AYERRA, 1963, p. 39.

<sup>38</sup> CANDAU, 2012, p. 143.

<sup>39</sup> SCHMIDT, 2003, p. 58-59.



Nesse sentido, pode-se afirmar que a construção de uma memória sobre a atuação da Companhia de Jesus no Novo Mundo, a partir da valorização das atuações de determinados indivíduos, se propõe, de fato, a garantir uma visão positiva sobre o trabalho realizado pela Ordem por cerca de 160 anos<sup>40</sup>. Percebe-se, assim, o grande esforço por parte da Companhia em construir e preservar uma memória acerca de sua atuação. Em relação a esta constatação, consideramos pertinente a observação feita por Roger Chartier, de que

A história deve respeitar as exigências da memória, necessárias para curar as infinitas feridas, mas, ao mesmo tempo, ela deve reafirmar a especificidade do regime de conhecimento que lhe é próprio, o qual supõe o exercício da crítica, a confrontação entre as razões dos atores e as circunstâncias constrangedoras que eles ignoram, assim como a produção de um saber possibilitada por operações controladas por uma comunidade científica.<sup>41</sup>

Neste momento, após identificarmos como os aspectos positivos e negativos destacados por Furlong nas trajetórias de Asperger e Peschke influíram na construção de uma memória acerca da atuação da Companhia de Jesus na América, cabe-nos, ainda, explorar a maneira como o jesuíta argentino é lembrado pelos autores que colaboraram com a edição de 1979 da revista *Archivum*, publicada em sua homenagem.

Em geral, os textos apresentados na revista possuem caráter elogioso. Apenas no primeiro texto analisado, de Geoghegan<sup>42</sup>, pode-se encontrar um mais evidente caráter acadêmico. Os demais foram redigidos a partir de reminiscências, da imagem que os autores guardavam do jesuíta falecido havia cinco anos. Em alguns textos, podemos encontrar relatos de como Furlong recebia de forma cordial as pessoas que iam visitá-lo em seus aposentos no Colégio del Salvador, em Buenos Aires; suas opiniões sobre as suas incansáveis pesquisas, sobre sua atuação como sacerdote, etc. Neste sentido, formam um conjunto, uma espécie de “quebra-cabeças” que tem por objetivo delinear a personalidade de um personagem conhecido de todos os autores que colaboraram para o número especial. A partir disso, torna-se importante analisarmos este conjunto de textos, sendo que este número da revista é dedicado especialmente ao jesuíta argentino.

Segundo Sierra<sup>43</sup>, Furlong procurava, nas trajetórias dos missionários que estudava, condutas que pudessem servir de exemplo para a sua própria atuação e, por isso, era necessário rememorar a atuação da Companhia na América platina durante o período colonial. Segundo o mesmo autor, o jesuíta argentino considerava-se como alguém que havia tido a sorte de atuar em um momento em que podia contar com tecnologias várias. Se, nos séculos XVII e XVIII, os missionários jesuítas tinham que realizar viagens longas, contando apenas com mulas ou carretas para o transporte, sendo que, em

---

<sup>40</sup> A Companhia de Jesus instalou sua primeira missão na Província do Paraguai em 1607, sendo expulsa dos domínios coloniais americanos da Coroa castelhana em 1767 (BARNADAS, 2008).

<sup>41</sup> CHARTIER, 2010, p. 12.

<sup>42</sup> 1979.

<sup>43</sup> 1979.

diversas ocasiões, faziam os caminhos a pé, no século XX, Furlong pôde realizar viagens de trem, mesmo que estas não fossem as mais confortáveis, devido à grande quantidade de poeira entrando pelas janelas. Mesmo assim, e apesar de todas as dificuldades encontradas, os missionários do Setecentos e do Oitocentos produziram obras extensas que versavam sobre diversos temas, principalmente, de etnografia. Já Furlong, devido às distâncias encurtadas, pôde aproveitar o máximo de seu tempo para a realização de suas pesquisas, apropriando-se, nas palavras de Sojo<sup>44</sup>, do modo norte-americano de trabalhar, que tanto admirava.

Ao mesmo tempo, segundo Avila<sup>45</sup>, a atuação do jesuíta argentino estaria totalmente de acordo com o projeto apostólico da Companhia de Jesus:

*Fue una compañía de hombres que tuvo como jefe a Jesús; por eso, fue un proyecto al servicio de la Iglesia, para la mayor gloria de Dios y salvación de las almas. Fue un proyecto apostólico que en su tiempo se expresó como una unidad armónica de cultura, religión, de ciencia y virtud, de pensamiento teológico y pensamiento político, de fe y cultura. Proyecto que se concibió a través de cuatro campos de acción: las misiones entre infieles; la educación en colegios y seminarios; los estudios científicos, y la tarea pastoral (misiones populares, predicación a públicos diversos, ejercicios espirituales, dirección espiritual, ministerio sacramental, celebraciones litúrgicas).*

O mesmo autor ainda lista algumas das características que seriam as mais marcantes em Furlong: o fervor religioso de conversão, o serviço à cultura argentina durante os cinquenta anos de pesquisa historiográfica, sua generosidade e entusiasmo. Assim como Furlong, também estes autores que dissertaram sobre sua atuação fizeram escolhas em relação àquilo que mencionaram ou não em seus textos, construindo, desta maneira, também, uma memória sobre a atuação do historiador argentino.

## **Considerações Finais**

Segundo Ricoeur<sup>46</sup>, uma memória individual pode tornar-se coletiva a partir de um processo de identificação com a memória de outrem. Determinado grupo pode ter vivido um fato histórico, mas também lembrar-se dele de modos diferentes, dadas as condições sociais dos indivíduos e aquilo que pretendem rememorar. Entretanto, alguns pontos em comum podem ser encontrados, o que faz com que por um processo de analogia entre as lembranças – que geralmente ocorre em comemorações – cada memória individual irá, pelo menos em parte, se reconhecer naquele todo e passará a fazer parte desta memória coletiva.

Se transpusermos este pensamento para o caso de Furlong, constataremos que aqueles que conheceram o jesuíta guardaram, cada um a seu modo, lembranças sobre ele. No caso de uma

---

<sup>44</sup> 1979.

<sup>45</sup> 1979, p. 140.

<sup>46</sup> 2007.

comemoração – a escrita dos textos para a revista *Archivum* – as lembranças de cada autor se uniram para formar um todo, uma certa memória coletiva sobre Furlong. Por conhecerem as obras do jesuíta, estes autores irão identificar em sua vida alguns dos aspectos por ele valorizados nas trajetórias de certos jesuítas, o que, também, os remete à história da Companhia de Jesus, levando-os a conceberem também uma memória sobre aqueles personagens dos séculos XVII e XVIII.

É preciso considerar, ainda, que os trabalhos produzidos por Furlong sobre as trajetórias de vida de missionários que atuaram na América durante o período colonial estão ligados a algo maior, a um projeto escriturário da própria Companhia de Jesus, que valoriza um missionário ideal que remete a seu fundador, Inácio de Loyola. Cabe, por isso, a cada pesquisador que toma contato ou se utiliza das obras do historiador jesuíta ficar atento à intencionalidade que subjaz a sua produção historiográfica.

## Referências

### Fontes

AVILA, Luis. Homenaje al padre Guillermo Furlong S.J., **Archivum**, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 139-148.

BUONOCORE, Domingo. Algo acerca de Guillermo Furlong S.J. como bibliógrafo y bibliófilo, **Archivum**, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 103-110.

CARTAS ÂNUAS DE LA PROVINCIA DEL PARAGUAY (C. A). Años 1720-1730. Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Tradução Digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 1994.

FURLONG, Guillermo. Un médico colonial: Segismundo Asperger. **Estudios**. Nº 54, p. 117-148, 1936.

\_\_\_\_\_. **Médicos argentinos durante la dominación hispánica**. Buenos Aires: Editora Huarpes S.A., 1947.

\_\_\_\_\_. **Naturalistas argentinos durante la dominación hispánica**. Buenos Aires, Huarpes, 1948.

GANDÍA, Enrique de. Guillermo Furlong, académico de la Historia, **Archivum**, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 65-72.

GEOGHEGAN, Abel Rodolfo. Apuntes para una biografía de Guillermo Furlong, **Archivum**, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 31-42.

MAYOCHI, Enrique Mario. El hombre, el sacerdote, el historiador, **Archivum**, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 43-56.

OBERTI, Federico. La biblioteca del P. Furlong. **Archivum**, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 149-152.

PADILLA, Ernesto E. Una especialidad: las biografías. **Archivum**, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 73-76.

SIERRA, Vicente D. Furlong, el hombre, **Archivum**, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 61-64.

SOJO, José Antonio. Guillermo Furlong S.J., **Archivum**, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 57-60.

## **Bibliografia**

ANAGNOSTOU, Sabine. **The international transfer of medicinal drugs by the Society of Jesus (sixteenth to eighteenth centuries) and connections with the work of Carolus Clusius**. Disponível em [http://www.knaw.nl/Content/Internet\\_KNAW/publicaties/pdf/20061066\\_Clusius\\_13.pdf](http://www.knaw.nl/Content/Internet_KNAW/publicaties/pdf/20061066_Clusius_13.pdf). Acessado em 20/09/2011.

\_\_\_\_\_. **Missionspharmazie: konzepte, praxis, organization wissenschaftliche ausstrahlung**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2011.

ASPERGER, Segismundo. Las virtudes de la yerba del Paraguay. In: **Telégrafo mercantil, rural, político-econômico, e historiógrafo del Río de la Plata Tomo 3. N° 6, 1802a, p. 79-81**. Disponível em: <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?u=1&num=87&seq=105&view=image&size=100&id=njp.32101025281500>. Acessado em 10/04/2012.

\_\_\_\_\_. Nuez Moscada. Sus usos, y virtudes. In: **Telégrafo mercantil, rural, político-econômico, e historiógrafo del Río de la Plata Tomo 3. N° 6, 1802b, p. 79-81**. Disponível em: <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?u=1&num=109&seq=244&view=image&size=100&id=njp.32101025281500>. Acessado em 24/04/2012.

\_\_\_\_\_. Vireyna silvestre. Sus usos, y virtudes. In: **Telégrafo mercantil, rural, político-econômico, e historiógrafo del Río de la Plata Tomo 3. N° 6, 1802c, p. 79-81**. Disponível em: <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?view=image;size=100;id=njp.32101025281500;page=root;seq=244;num=222;orient=0> . Acessado em 24/04/2012.

AYERRA, Jacinto. **El hermano coadjutor en la actual Compañía**. São Paulo: Loyola, 1963.

BANGERT, William V. **Historia da companhia de Jesus**. São Paulo: Loyola, 1972.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620**. Bauru. SP: Edusc, 2006.

CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. **Estudos Avançados**, Vol. 24, N° 69, 2010, p. 7-30.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

FECHNER, Fabian. Heilkunde und Mission – Zum Quellenwert der Heilpflanzenkompendien aus der Jesuitenprovinz Paraguay. **Archivum Historicum Societatis Iesu**, N° 79, p. 89-113, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice. 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

MAÑÉ GARZÓN, Fernando. **Historia de la Ciencia en el Uruguay**. Tomo I. Del Descubrimiento al Fin de las Misiones Jesuíticas. Uruguay: Imprenta Tradinco S/A., 1996.

MEIER, Johannes. «**Totus mundus nostra fit habitatio**» **Jesuitas del territorio de lengua alemana en la América portuguesa y española**. Disponível em [http://www.bn.gov.ar/descargas/pnbc/estudios/pnbc\\_estudio8\\_jesuitasalemanes.pdf](http://www.bn.gov.ar/descargas/pnbc/estudios/pnbc_estudio8_jesuitasalemanes.pdf). Acessado em 13/08/2011.

O'MALLEY, John. **Os primeiros jesuítas**. São Leopoldo: Editora Unisinos; Bauru: EDUSC, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 2, Nº 3, 1989, p. 3-15.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade, **Métis: história e cultura**, v. 2, nº 3, p. 57-72, jan/jun, 2003.

STORNI, Hugo. **Catálogo de los Jesuítas de La Provincia del Paraguay (1875-1768)**. Roma, Institutum Historicum S.I., 1980.

SZÉKÁSY, Miklós. **La Obra de los Jesuítas Húngaros en Sudamérica**. Disponível em [http://www.bn.gov.ar/descargas/pnbc/estudios/pnbc\\_estudio9\\_hungaros.pdf](http://www.bn.gov.ar/descargas/pnbc/estudios/pnbc_estudio9_hungaros.pdf). Acessado em 13/08/2011.

VANCE, John. Introduction. In: VANCE, John (Org.). **Boswell's life of Johnson: new questions, new answers**. Georgia-USA: University of Georgia Press, 1985.

## **4. Crimes e Justiça Criminal**

## **“DOS ATOS AOS AUTOS”: A VENDA COMO ESPAÇO DE TRANSAÇÕES COMERCIAIS E DESENTENDIMENTOS (SÃO LEOPOLDO, 1846-1865)**

*Caroline von Mühlen*<sup>1</sup>

**Resumo:** “Casa de negócio”, “armazém de secos e molhados”, “venda”, “loja comercial”, “taberna”, “botequim” são algumas das denominações encontradas na historiografia e nas fontes primárias analisadas para referir-se a um estabelecimento que promovia transações comerciais, compra e venda de produtos diversificados, encontros para discutir sobre política, religião e falar sobre a vida dos vizinhos. Os empreendimentos comerciais podiam ser tanto um espaço de sociabilidade, na qual ocorriam jogos de carta, troca de ideias, bailes; como um local de conflito, motivado algumas vezes pela ingestão excessiva de algum tipo de bebida por alguns frequentadores, resultando em xingamentos, brigas ou desordens. O objetivo desse artigo não é estudar a venda e a riqueza que os vendedores acumularam ao longo de sua vida, mas observar o cotidiano através da análise dos desentendimentos que ocorriam nesse espaço, entendidos aqui como um meio de expressão para conquistar os seus direitos e espaço na sociedade. Para tal análise serão usados processos criminais referentes à Vila de São Leopoldo, dos anos de 1846 até 1865, do século XIX.

**Palavras-chave:** Vila de São Leopoldo – Século XIX – Processo-crime – Venda – Desentendimentos

“Levantou-se dentro da sala um forte barulho seguido de gritos e choro”<sup>2</sup>. Esse trecho consta no ofício escrito pelo Sargento Comandante do Destacamento de Polícia, Manoel Francisco Miranda e incluso no processo criminal envolvendo o réu José Pereira Manoel Filho, natural de São Leopoldo, com 30 anos de idade, solteiro, de profissão lombilheiro, porém na época do processo dizia viver de “negociar gado”, foi acusado pela Justiça de ferir o alemão Pedro Cassel durante um baile público. Nos vários processos analisados, o termo “barulho” foi utilizado tanto pelas testemunhas, quanto pelo escrivão para designar, segundo nosso entendimento, briga, conflito e desentendimento.

Na noite do dia 13 de novembro de 1864, “a uma hora mais ou menos da noite”, no salão de baile do alemão Emílio Schülder,” localizado no subúrbio de São Leopoldo, na Lomba do barro vermelho “levantou-se dentro da sala forte barulho seguido de gritos e choro das mulheres que se achavam na sala, e penetrando então dentro dela vi que os cabeças do barulho eram José Pereira Maciel Filho, Bernardo, por apelido Castelhana e Antônio conhecido por Antônio da Ângela”<sup>3</sup>. O Sargento Miranda, no seu ofício, relata que no dia da briga havia baile público em duas casas de negócio; sendo um na Vila de São Leopoldo e o outro na casa de Emílio Schülder.

Naquela noite o Sargento Miranda ficou responsável pela segurança da casa de Schülder onde ocorria um baile público. Relata que estava sozinho no momento da briga, por isso o réu foi preso e remetido a Cadeia Civil meia hora após o ocorrido, quando o mesmo já estava voltando para casa com

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Bolsista CNPq. Orientando do Professor Doutor René E. Gertz. E-mail: [carolinevm7@gmail.com](mailto:carolinevm7@gmail.com).

<sup>2</sup> APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 65, maço 3, estante 77, 1865, Autora: A Justiça, Réu: José Pereira Maciel Filho, Folha 3. Todas as transcrições das fontes primárias utilizadas ao longo desse texto foram adaptadas de acordo com as regras gramaticais atuais, entretanto não realizamos as alterações no sentido da palavra.

<sup>3</sup> APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 65, maço 3, estante 77, 1865, Autora: A Justiça, Réu: José Pereira Maciel Filho, Folha 3.

a sua família, visto que o Sargento foi até a Cadeia da Vila solicitar reforço de dois guardas para atuar o réu e dar-lhe voz de prisão. No mesmo ofício, Miranda aponta mais informações sobre a estrutura judicial e criminal da Vila de São Leopoldo que se iniciou no ano de 1846, quando ocorreu a elevação da Capela Curada à condição de Vila, e conseqüentemente, a estruturação de um aparelho político-administrativo<sup>4</sup>. Após dezenove anos da instalação do aparato político, administrativo e judicial, o último ainda era muito precário e desorganizado. Fica evidente que faltava efetivo na Cadeia Civil, pois na noite da briga, no salão de baile de Schülder, havia somente quatro guardas no destacamento. Destes, o Sargento solicitou uma patrulha de dois soldados para se “colocar na porta do primeiro” salão de baile, na Vila de São Leopoldo. Os outros dois soldados ficaram de guarda na Cadeia Civil, pois lá havia quatro indivíduos presos. Dessa forma, a segunda casa de baile ficou sob sua responsabilidade, que deveria evitar qualquer conflito.

O depoimento das testemunhas e o exame de corpo de delito confirmam que Pedro Cassel foi ferido na testa - sobre o olho direito, acima da sobrancelha - por um instrumento cortante e perfurante isto é, uma faca de ponta. Das nove testemunhas chamadas para depor no inquérito policial, três delas foram contestadas pelo réu, alegando que Ernesto Borgers e Theodoro Severino também poderiam ter provocado o ferimento na vítima, uma vez que estavam presente no momento da briga - por isso também seriam suspeitos<sup>5</sup> - e pelo fato de Severino ser inimigo do réu. O primeiro afirma que o réu estava armado com uma faca, mas não sabia se havia sido esta que feriu a vítima. O Sargento Manoel Francisco Miranda também foi chamado para depor e confirma que o réu portava uma faca, assim como as demais testemunhas declararam. O réu, por sua vez, contesta a afirmação dizendo “que não era exato ter estado o réu com uma faca na mão na ocasião do conflito, porque dela tinha feito entrega a ele testemunha antes do conflito, visto ser ele Sargento de Polícia e pessoas de sua amizade”<sup>6</sup>. É comum encontrar nos processos as expressões “por ouvir dizer”, “estava presente, mas não viu quem feriu”, “não sabe dizer”. Karl Mosma aponta que após um conflito, os envolvidos e testemunhas contam versões acerca do que aconteceu para as pessoas da comunidade, seja na igreja, na rua, no bar ou em qualquer outro lugar. Dessas versões, surgem novas interpretações que serão contestadas no

---

<sup>4</sup> O artigo 3º da Lei Provincial, nº 4, de 1º de abril de 1846, dizia que “as casas da Câmara e Cadeia da nova Vila serão construídas à custa dos habitantes do município” (MOEHLECKE, 2006: 25). Além disso, “a Câmara Municipal de Vereadores tinha a seu cargo tudo quanto dizia respeito à polícia e economia das povoações e seus termos, pelo que tomava deliberações e provia por suas posturas” (MOEHLECKE, 2006: 27). Entretanto, em 1886, o prédio próprio da Câmara de Vereadores, ainda se encontrava em construção. As posturas policiais, compostas por vinte e sete capítulos, foram aprovadas nos dias 13 e 14 de agosto, após sucessivas sessões na Câmara de Vereadores (MOEHLECKE, 2006: 30).

<sup>5</sup> Segundo o procurador do réu, o depoimento da testemunha era suspeito e “não exato”, visto que no momento da briga “tendo havido garrafadas quebradas e atirada por muitos indivíduos na ocasião desse conflito” todos presentes podiam ser suspeitos. “Pode muito bem ser que a própria testemunha atirando a sua garrafinha acertasse naquele Pedro Cassel ou em Guilherme Clos, que também me consta ter sido ferido, e que para livrar-se da cumplicidade do delito queira atribuir ao acusado, pois que no conflito era bem possível que atiravam as garrafas quebradas ainda mais prova a pouca veracidade do depoimento”. APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 65, maço 3, estante 77, 1865, Autora: A Justiça, Réu: José Pereira Maciel Filho, Folha 10 verso.

<sup>6</sup> APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 65, maço 3, estante 77, 1865, Autora: A Justiça, Réu: José Pereira Maciel Filho, Folha 17.



Tribunal do Júri. Num processo criminal ou inquérito policial somente as versões do réu, vítima e testemunhas serão utilizadas para reconstituir a circunstância dos acontecimentos<sup>7</sup>.

Chamou a nossa atenção o fato de que a maioria das testemunhas estava no salão de baile no momento do conflito, mas no depoimento alegam não saber quem provocou o ferimento em Cassel e Clos. Preferiram informar que “ouviram de outras pessoas” que José Pereira Maciel Filho foi o autor das facadas! Apesar das poucas e repetidas informações, o Subdelegado de Polícia do 1º Distrito de São Leopoldo, Valentim Geier informa que o réu “se acha preso na Cadeia Civil desta Cidade por ter ferido com uma faca o Pedro Cassel, sendo no ato de perpetrar o crime e, por isso, em flagrante do delito pelo Sargento Comandante do Destacamento desta Cidade”<sup>8</sup>.

No dia 22 de maio de 1865, às 10 horas da manhã foi realizada uma sessão ordinária do Júri para decidir pela absolvição ou condenação do réu. Após o sorteio dos jurados, apresentação das versões da defesa e acusação foi publicada a sentença, na qual, o Tribunal do Júri decidiu pela absolvição do réu José Pereira Maciel Filho do crime de ferimentos leves contra Pedro Cassel, após o pagamento de fiança, no valor de quinhentos e sessenta e cinco mil réis, tendo João Jorge Schreiner como fiador.

A história de José Pereira Maciel Filho e Pedro Cassel parece ser um bom exemplo para mostrar que a venda podia ser muito mais que um espaço de sociabilidade. Nesse caso fica evidente que era frequente haver desavenças e desordens “nessas casas”, pois é o único processo criminal que encontramos – até o presente momento - onde tanto o réu quanto o Sargento Miranda confirmam essa hipótese. Tramontini (2003: 302) lembra que aos domingos, a população tinha o costume de frequentar templos religiosos, jogar carta e organizar bailes, que por sua vez tinham como local privilegiado a venda, pois esta geralmente se localizava num local estratégico da vila<sup>9</sup>.

A venda é seguramente o lugar de maior movimento na colônia, e toda Picada tinha pelo menos uma. Era o lugar onde se realizavam as trocas comerciais, onde o produto dos colonos era cotado e onde estes podiam adquirir gêneros que não produziam. Lugar onde entre um charuto, um copo de vinho ou aguardente e uma rapadura se discutia e ficava sabendo de todas as novidades, desde políticas até religiosas, onde seguramente também se fazia mexericos da vida dos vizinhos e que realizavam negócios e transações entre frequentadores. Lugar que podia se transformar, num fim de semana, num salão de baile, possibilitando reuniões de famílias, o encontro de jovens casadoiros<sup>10</sup>.

Ângela Sperb, ao analisar o inventário de João Pedro Schmitt, constata que a venda podia exercer múltiplas funcionalidades: favorecer as transações comerciais, promover a compra e venda produtos diversificados, encontros para discutir sobre religião, política e falar sobre a vida dos

---

<sup>7</sup> MOSMA, 2005: 159.

<sup>8</sup> APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 65, maço 3, estante 77, 1865, Autora: A Justiça, Réu: José Pereira Maciel Filho, Folha 27.

<sup>9</sup> REINHEIMER, 1999: 76.

<sup>10</sup> SPERB, 1987: 17-18.

vizinhos. São Leopoldo era um excelente espaço para abertura e fixação de uma venda<sup>11</sup>. Desde o início da colonização no Rio Grande do Sul, os imigrantes tomavam posse de sua propriedade, plantavam e produziam excedentes. Marcos Witt citando Lucildo Ahlert (2005: 77-87) destaca que

os colonizadores, ao tomarem posse de sua propriedade, tiveram que se preocupar desde logo com a necessidade de produzir excedentes para serem vendidos, pois precisavam de recursos para pagar as dívidas contraídas com a compra de terras. Assim, surgiram em todas as localidades as 'vendas', onde ocorria a comercialização desses excedentes, em forma de troca de produtos da agropecuária por mantimentos e vestuário. Os agricultores levavam à 'venda' ovos, galinhas, manteiga, banha e em troca traziam tecidos, sal, açúcar e outros produtos não existentes na propriedade.

Esse modelo de estabelecimento comercial ocupava um lugar de destaque no cenário colonial, pois “constituíram-se numa das *peças-chave* para o desenvolvimento da Colônia Alemã”, além disso, a venda também foi “um *locus* colonial privilegiado, onde vendeiro e freguês negociavam, repartiam novidades e *tomavam partido* nas mais diversas situações” políticas, religiosas e sociais<sup>12</sup>. Nas vendas se comercializava de tudo: de gêneros agrícolas – milho, feijão - a produtos agromanufaturados – banha, farinha, aguardente -, mas também não podiam faltar os produtos adquiridos na capital da província. Havia um grande sortimento de produtos que vinham do interior da colônia ou da capital. Janaína Amado destaca que a loja comercial<sup>13</sup> surgiu logo após que os imigrantes venceram as primeiras dificuldades<sup>14</sup>. Como ocorria o escoamento do excedente produzido nas picadas? No esquema da página 37, Janaína Amado explica que tudo que era produzido na área rural era levado até o comerciante e dono da venda rural, que por sua vez, entregava ao comerciante do núcleo, seja por terra ou rio, até Porto Alegre, capital da província. “A produção da venda rural até o centro de São Leopoldo era transportada em animais de carga até o vau e daí, em barcas, pelo rio, ou somente pelo rio, quando localizada nas suas margens” (AMADO, 2002: 36-37). O vendeiro além de controlar a vida das pessoas, manter contato com a capital da província, com certeza, era a única pessoa que sabia de tudo o que ocorria na região. De acordo com Ângela Sperb (1987: 18),

---

<sup>11</sup> WITT, 2008: 176.

<sup>12</sup> WITT, 2008: 14-15

<sup>13</sup> Baseada no Relatório do Inspetor José Thomaz de Lima, de 1829, Janaína Amado destaca que a primeira loja comercial – venda – que surgiu no núcleo colonial foi do colono Ignácio Rasch. Na nota 12, a autora cita: “Assim o inspetor da Colônia se referiu em 1829 ao primeiro comerciante de São Leopoldo: ‘...o colono Ignácio Rasch, que como tem uma venda e algumas patacas todos se ligam a ele, e por isso se vai fazendo de dia em dia mais atrevido, sem respeitar a Lei e nem pessoa alguma...’ (AH, Colonização, Códice 289, Relatório do Inspetor José Thomaz de Lima, 1829)” (AMADO, 2002: 67). Ângela Sperb afirma que o vendeiro era a pessoa mais bem informada do núcleo colonial, respeitada porque estabelecia as regras das negociações e também podia decidir o destino de muitas pessoas, pois tinha muita influência.

<sup>14</sup> “Quando as primeiras dificuldades foram vencidas, os imigrantes passaram a plantar também produtos europeus, como centeio, trigo, batatas. Os poucos excedentes iniciais foram trocados entre os próprios colonos, mas à medida que aumentavam as colheitas e a situação melhorava, fazia-se necessário escoar a produção para mais longe e trocar os produtos por outros, agrícolas ou não, que o colono não produzia (sal, café, vinagre, pólvora, etc.)” (AMADO, 2002: 36).

Sem nenhuma dúvida era o vendeiro a pessoa mais bem informada de toda a região e também aquele que de uma certa forma podia decidir sobre os destinos de um grande grupo de pessoas. Era ele que estabelecia as regras nas transações comerciais com os colonos. Era ele que direta ou indiretamente se comunicava com São Leopoldo e Porto Alegre e de lá trazia toda a sorte de novidades. O vendeiro sabia de tudo e de todos. O estar bem informado, acrescido do controle econômico que exercia, faziam-no um sujeito de prestígio e poderoso na povoação. Prestígio que uma certa forma o próprio Código Comercial do Império lhe proporcionava. Poder, sobretudo econômico, que lhe advinha através do controle da atividade comercial que lhe revertia na forma de concentração de riqueza.

Além de venda e moradia, junto a essa casa de negócio podia haver um salão de baile. Esse espaço era muito comum no mundo colonial – tanto na vila como nos distritos. Constatamos isso quando analisamos o processo criminal envolvendo o réu José Pereira Maciel Filho e a vítima Pedro Cassel, na qual o Sargento confirma que no mesmo dia havia dois bailes – um no subúrbio e outro na vila. Concordamos com Martiny (2010: 272) quando enfatiza que “os bailes constituíam um dos principais eventos sociais que movimentavam a sociedade local”. Além da elite outros setores da população frequentavam esse espaço, fosse para comprar e vender o excedente, estabelecer relações, trocar ideias, se divertir – jogando carta e frequentando os bailes – e beber. A casa de comércio podia ser um espaço de sociabilidade, mas também um local de discussões, brigas e desentendimentos. Sandra Fernández pondera que a “sociabilidad refiere a la aptitud que lleva a los sujetos a agruparse de manera voluntaria en asociaciones”. Nesse sentido, nem o indivíduo nem a sociedade pode ser entendido isoladamente, mas sim através das relações entre e com os outros indivíduos. E essas sociabilidades podem tomar várias formas, das mais institucionalizadas até as informais, nas quais predominam os laços mais íntimos e afetivos. A sociabilidade só é mantida através de uma complexa rede de relações sociais que envolvem os indivíduos. Através dessa rede ou “capital social”<sup>15</sup>, ocorre à circulação ou troca de bens, serviços materiais ou imateriais, bem como, amizades, parentescos, etc. enfim, para Simmel, a vida é um movimento pela qual não cessam de se remodelar as relações sociais entre os indivíduos<sup>16</sup>.

No Rio Grande do Sul surgiram inúmeros espaços de sociabilidade, com diferentes motivações que acolhiam os diversos grupos sociais, como clubes, assembleias, reuniões, bailes, jogos, etc. As atividades desenvolvidas na Europa e no Brasil reproduziam-se no mundo ocidental e também na vida social da província, que justamente com as manifestações regionais dos imigrantes, criaram novas formas de sociabilidade.

A sociabilidade desenvolvida nas cidades sul-rio-grandenses ocorreu, primeiramente no espaço privado das casas, onde se recebiam a elite local e os visitantes para saraus, ou sessões de canto. Nos clubes, tanto da capital quanto do interior, **o baile era a atividade social por excelência**, assim como ir ao teatro e frequentar a missas

---

<sup>15</sup> “Pierre Bordieu entiende por capital social la red de apoyos a la que podía recurrir el individuo: la ayuda recibida de parientes, vecinos o patronos; el crédito para la asistencia médica; la intercesión de autoridades e instituciones; la mediación para conseguir trabajo, etc.” (RHEINHEIMER, 2009: 18)

<sup>16</sup> WILD, 2009.

aos domingos e/ou nos dias de festa. Casamentos e batismos eram motivos para uma reunião de amigos e familiares e um momento de lazer bastante esperado. As festas religiosas ocupavam lugar de destaque, especialmente as do Espírito Santo e Corpus Christi, entre os lusos, e Natal e Páscoa, entre os imigrantes<sup>17</sup>.

Às casas comerciais – como venda ou como salão de baile – foram, sem dúvida, o espaço colonial de maior destaque e privilegiado da Colônia Alemã. Local privilegiado de sociabilidade e de frequentes desordens, como apontou o Sargento Miranda, em 1865. Procuramos demonstrar até aqui a existência e importância da venda, como espaço multifuncional, para os indivíduos no cenário colonial, pois era no tempo livre que muitas vezes frequentavam esses locais. Entendendo a venda como espaço de sociabilidade, procuramos observar o cotidiano da mesma através dos desentendimentos que ocorriam nesse espaço. Nessa perspectiva, o caso envolvendo José Pereira Maciel Filho e Pedro Cassel serviu como exemplo para elucidar algumas questões apontadas ao longo do texto.

### **De uma Prática de Lazer e Sociabilidade a um Espaço de Conflito e Desentendimento: *Locus Colonial Privilegiado***

A conversa informal que estes homens levam no botequim, ao redor de uma mesa ou encostados no balcão, sempre sorvendo goles de café, cachaça, cerveja ou algum vinho bem barato. Era ali, nos papos da hora de descanso que se afogavam as mágoas da luta pela vida e se entorpeciam os corpos doloridos pelas horas seguidas do labor cotidiano<sup>18</sup>.

Ao estudar o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro, Chalhoub constata que havia uma tentativa de estigmatização dos locais de lazer popular – botequim e quiosque – e dos pobres urbanos que frequentavam esses espaços pela imprensa da época. Observa ainda que por trás desses rótulos estigmatizantes havia um projeto republicano que visava transformar “desordeiros e vadios” em “morigerados e trabalhadores”, bem como a tentativa de impor entre os populares os hábitos de trabalho de uma sociedade burguesa, voltada para a acumulação de capital (CHALHOUB, 2001:256-257).

Quanto ao primeiro aspecto apontado por Chalhoub, na citação acima, de que no botequim reuniam-se pessoas, preferencialmente do sexo masculino, cabe destacar que este estabelecimento comercial “funcionava geralmente também como venda”, apesar da denominação, identificamos que se tratava de um espaço de sociabilidade semelhante ao que era frequentados pelos imigrantes alemães, do sexo masculino na sua maioria, na Vila de São Leopoldo. Já informamos anteriormente que a venda podia receber outras denominações, no entanto, não encontramos a denominação botequim nas fontes primárias e historiografia consultada para o São Leopoldo. Chalhoub (2001: 260)

---

<sup>17</sup> RAMOS, 2006: 426. Grifo nosso.

<sup>18</sup> CHALHOUB, 2001: 256-257.

define o botequim como “um estabelecimento com uma área interna mais espaçosa, onde se encontram não só o dono e seus caixeiros e fregueses, mas também as mesas, cadeiras e estoque de mercadorias do proprietário. Este, portanto, tem de zelar pela ordem em seu estabelecimento, do contrário verá ameaçada a integridade do capital investido no pequeno empreendimento econômico”. Apesar da denominação, percebemos a partir da definição do autor, que se tratava de um empreendimento comercial que possuía uma infinidade de funções, assim como as vendas frequentadas por inúmeras pessoas na Vila de São Leopoldo, fosse para beber no balcão, vender e comprar produtos, conversar e se divertir.

Entre os anos de 1846 a 1865, localizamos sessenta e cinco processos criminais<sup>19</sup> julgados pelo Tribunal do Júri de São Leopoldo<sup>20</sup>. Dos sessenta e cinco processos, dezesseis destes se passaram na venda. Como a casa comercial possuía múltipla funcionalidade – venda, moradia e salão de baile – analisaremos os processos criminais em dois momentos: primeiro quando ocorreram na venda e por fim no salão de baile.

O primeiro processo teve início no dia 11 de agosto de 1849, quando Jacob Bier queixou-se da agressão sofrida por Felipe Dräyer e Gabriel Schneider, oito dias antes. O ferido disse que no dia três do mesmo mês foi até a casa de negócio do alemão Theobaldo Ermel, por volta das três horas da tarde “para fazer algumas compras de mais necessidade para sua família”<sup>21</sup>. Nessa ocasião chegaram Felipe Dräyer e Gabriel Schneider com o objetivo de espancá-lo. “Ali ambos, os dois deram pancadas com um rebenque de cabo de ferro do qual resultou uma ferida e várias contusões na cabeça, assim como também no peito e nas costas”<sup>22</sup>. O autor informou que o crime foi premeditado, uma vez que o Dräyer e Schneider foram procurá-lo na sua residência, mas como não estava presente no momento, os réus seguiram até a casa de negócio do Ermel, onde Bier fazia as suas compras.

Após a denúncia da vítima, deu-se início a um processo criminal, na qual foram inquiridos os réus e testemunhas para dar suas versões sobre o que ocorreu naquela tarde de três de agosto. No depoimento das testemunhas não fica claro o motivo da briga. Encontramos alguns indícios no interrogatório de Gabriel Schneider que se defende argumentando que “tendo o dito Bier empurrado o

---

<sup>19</sup> Para André Rosemberg, o processo criminal constitui-se num “feixe de discursos construído pela instância jurídica, cujo objetivo, para além de produzir uma verdade sobre o crime, objetiva inserir o ato criminalizável numa instância discursiva normalizadora” (ROSEMBERG, 2006: 11). Apesar da interferência de inúmeras vozes na organização desse feixe discursivo, é possível, através da análise do processo criminal, historicizar o modo de vida, de trabalho, de festejar, de brigar e reivindicar os direitos de distintas classes sociais.

<sup>20</sup> Os processos criminais do Tribunal do Júri de São Leopoldo estão situados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), documentação de cunho qualitativo, é uma importante fonte documental, uma vez que, permite identificar pequenos detalhes nas descrições do crime pelas autoridades, bem como nos depoimentos das testemunhas e réus, acompanhando, assim, as diferentes versões e as estratégias da defesa e acusação.

<sup>21</sup> APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 8, maço 1, estante 77, 1849, Autor: Jacob Bier, Réu: Felipe Dräyer e Gabriel Schneider, Folha 2.

<sup>22</sup> APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 8, maço 1, estante 77, 1849, Autor: Jacob Bier, Réu: Felipe Dräyer e Gabriel Schneider, Folha 2.

Felippe Dräyer e que indo apartá-los o mesmo Bier lhe deu um soco no rosto, e que isto motivou-lhe em sua defesa também o deu no dito Bier”<sup>23</sup>. Nos demais dias que seguem o processo, Schneider solicitou incluir autos de defesa e por intermédio do seu defensor público alega que o réu agiu em “legítima defesa”, pois o mesmo sempre foi uma pessoa “pacífica e respeitadora das leis”, enquanto que Bier “é um homem rixoso e provocador”. Primeiramente, o réu é acusado pelo crime de ferimento provocado em Bier, entretanto após a sessão do Tribunal do Júri, os jurados decidiram pela absolvição do réu mediante o pagamento de fiança no valor de quatrocentos mil réis.

A análise desse processo fornece alguns indícios das divergências que ocorriam entre os indivíduos pertencentes ao mesmo grupo étnico. São inúmeros os processos criminais, cujos réus e vítimas eram de origem alemã. Além disso, na maioria das vezes as testemunhas inquiridas para depor nos processos também eram da mesma origem étnica. Mesmo pertencendo ao mesmo grupo étnico às versões dos fatos devem ser confrontados, pois é através desse exercício que as divergências intra e extra grupo se evidenciam. Com isso, não queremos dizer que somente alemães e seus descendentes frequentavam a justiça. Cabe lembrar que esse tipo de fonte reflete a criminalidade total que chegou ao conhecimento do aparato jurídico, por isso, os sessenta e cinco processos encontrados não representam toda a violência ocorrida, em São Leopoldo, no período de 1846 a 1865, mas os atos que chegaram a Justiça e se transformaram em autos, pois vários desentendimentos podiam ser resolvidos informalmente pelos envolvidos e outros não chamaram a atenção das autoridades. O caso envolvendo Bier e Schneider ocorreu na venda de um colono alemão, mas esse “acerto de contas” podia ter ocorrido em qualquer outro espaço da vila.

Havia certa preocupação das autoridades locais quanto à realização desse tipo de evento. Dessa forma, em 29 de maio de 1846, foi aprovada uma lei que regulamentava o bom funcionamento dos bailes, bem como controlava esse tipo de atividade de sociabilidade e estipulava a cobrança de impostos por evento<sup>24</sup>. Em outro documento, Jacob Geier, proprietário de uma casa de comércio e um salão de festas, na Vila de São Leopoldo, registra a sua opinião nas Atas da Câmara Municipal de São Leopoldo acerca deste espaço de integração e sociabilidade, no qual relata que todo ano realizava bailes pensando no ganho financeiro e capital social que adquiriria e não no divertimento dos seus fregueses<sup>25</sup>. Doze anos após a aprovação da lei que regulamentava o funcionamento e estipulava a cobrança de imposto, o Subdelegado de Polícia Antônio José da Silva (ilegível) recebeu um ofício do Presidente da Câmara Municipal de São Leopoldo, no dia 10 de agosto de 1858, na qual “ordenasse aos Inspectores de Quarteirão que em todos os fins de mês me remetessem uma relação dos bailes públicos que se dessem neste Distrito para em vista da mesma serem obrigados ao pagamento dos

---

<sup>23</sup> APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 8, maço 1, estante 77, 1849, Autor: Jacob Bier, Réu: Felipe Dräyer e Gabriel Schneider, Folha 10.

<sup>24</sup> AHRS, Documento 5, Fundo Câmara Municipal, Tipo Correspondência Expedida, maço 258, São Leopoldo, 1849.

<sup>25</sup> AHRS, Documento 200, Fundo Câmara Municipal, Tipo Correspondência Expedida, maço 257, São Leopoldo, 1848.

direitos que a lei impõe”<sup>26</sup>. Promover bailes podia ser um importante negócio para o proprietário do espaço adquirir mais recursos financeiros, conforme apontou Geier, mas também para São Leopoldo, que através da lei exigia o pagamento de impostos e controlava o funcionamento, caso contrário não poderiam ser realizados. A vigilância em relação à realização desses eventos deveria ser constante, pois como afirmou o Sargento de Polícia Manoel Francisco Miranda, no processo crime analisado no início desse artigo, eram “frequentes os desentendimentos nesses espaços”<sup>27</sup>. Sendo assim, encontramos seis processos criminais que se destacam por dois motivos: acontecer em meio a bailes e fornecer informações do que podia acontecer nesse espaço.

Na noite de cinco de maio de 1850, domingo, o Guarda Nacional Pedro Hert Júnior estava “em divertimento de música” na casa de negócio de João Nicolau Schweitzer quando foi espancado pelos réus Antônio Ludwig<sup>28</sup> e Antônio Kirchen, ambos moradores de Sapiranga. A primeira testemunha a depor no processo foi o próprio dono da “casa de divertimento”, João Nicolau Schweitzer. O mesmo informou que “houve grande barulho”, dando origem ao conflito entre as partes. Schweitzer foi apartar a briga, quando viu o autor estava com uma faca na mão e o acusado Ludwig “se achava bêbado”<sup>29</sup>. As testemunhas arroladas para depor sobre o que aconteceu naquele domingo à noite, na casa de baile, são unânimes a afirmar que Antônio Ludwig atacou Pedro Hert, enquanto este estava no balcão bebendo e se divertindo. “Antônio Ludwig vindo por de trás de Pedro Hert e agarrando pelos cabelos botou no chão e lhe deu muita pancada”<sup>30</sup>. Ao dar a sua versão sobre os fatos, o acusado relata que não era culpado, porque somente foi apartar a briga entre Kirchen e Hert, já as testemunhas afirmam que o motivo da agressão dever-se-ia por estar vestido com a farda da Guarda Nacional, entretanto nos demais dias que seguem o processo, o Tribunal do Júri decidiu pela absolvição do réu.

Como nosso objetivo não é unicamente descrever os processos criminais, mas sim trazer informações que confirmam a nossa hipótese de que a venda podia ser um espaço de desentendimento, cabe destacar ainda que não era somente o indivíduo comum mais propenso a apresentar tal postura, mas também se apresentaram a Justiça alguns agentes *exponenciais*<sup>31</sup> da elite local de São Leopoldo. Constatamos, através dos processos criminais, que a venda era um espaço frequentado por muitas pessoas de distintas classes sociais, sendo os bailes e reuniões “uma de suas principais atividades

---

<sup>26</sup> MHVSL. Documento 03. Câmara Municipal de São Leopoldo. Função executiva. Posturas Policiais. Caixa 3, 1858.

<sup>27</sup> APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 65, maço 3, estante 77, 1865, Autora: A Justiça, Réu: José Pereira Maciel Filho, Folha 3.

<sup>28</sup> Conforme consta no auto de qualificação, Antônio Ludwig, 31 anos, natural da Prússia, filho de Fernando e Gertrudes Ludwig, era casado e vivia da agricultura, em Padre Eterno. APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 12, maço 1, estante 77, 1850, Autor: Pedro Hert Júnior, Réu: Antônio Ludwig e Antônio Kirchen, Folha 4.

<sup>29</sup> APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 12, maço 1, estante 77, 1850, Autor: Pedro Hert Júnior, Réu: Antônio Ludwig e Antônio Kirchen, Folha 6.

<sup>30</sup> APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 12, maço 1, estante 77, 1850, Autor: Pedro Hert Júnior, Réu: Antônio Ludwig e Antônio Kirchen, Folha 9 verso.

<sup>31</sup> Termo usado pelo historiador Marcos Antônio Witt para designar os indivíduos pertencentes à elite local.

sociais”<sup>32</sup>, onde alguns procuravam manter e ampliar suas redes sociais e outros resolver as suas divergências. Miquéias Mügge define muito bem a importância da venda para os imigrantes. “As vendas, lugares onde pessoas se encontravam, tomavam partido das situações políticas imperiais, provinciais e municipais, negociatas eram fechadas, acordadas e descumpridas. Ali homens eram assassinados quando jogavam bilhar; local para onde corriam os descontentes espalhar notícias frescas”<sup>33</sup>.

O caso que vamos analisar agora tem como réu e autor agentes *exponenciais* de São Leopoldo, visto que um era Tenente e outro Capitão da Guarda Nacional. A importância dos envolvidos na sociedade local ficou mais expressiva quando ao longo do processo a comunidade realiza dois abaixo assinados: um em favor do Capitão Bento Alves e outro contra o Tenente Blauth. Vamos aos fatos!

O Capitão José Bento Alves, 42 anos de idade, nasceu na Freguesia de Santa Ana do Rio dos Sinos. Filho do Major Manoel Bento Alves<sup>34</sup>, agente *exponencial* na história da região, na época do processo, ano de 1864, residia no 4º Distrito de São Leopoldo, Picada dos Dois Irmãos. O Capitão José Bento Alves é réu do sumário de culpa ex-offício instaurado pelo autor Tenente Guilherme Blauth<sup>35</sup>, para esclarecer o que aconteceu na noite de 18 de setembro, quando o Tenente da Guarda Nacional Blauth foi gravemente ferido por um tiro uma arma de fogo pelo “delinquente<sup>36</sup>” Alves.

No auto de perguntas, o Tenente Blauth diz que estava na casa de negócio de Henrique Pedro Land, no dia dezoito de setembro, quando foi atingido por um tiro de pistola disparado pelo Capitão José Bento Alves. O autor alega que o motivo para tal ato deveu-se porque o réu não queria pagar a quantia em dinheiro que devia ao ofendido. Dando prosseguimento ao processo são chamadas oito testemunhas. Todas elas são de origem alemã e por isso solicitam a Justiça um intérprete – Valentim Geier e Nicolau Stumpf - para responder as perguntas do Júri. Com exceção de Pedro Wolf e Henrique Pedro Land, negociantes e donos de casa de negócios – locais frequentados pelas partes antes da tentativa de morte -, as demais testemunhas classificaram-se como lavradores. Ao serem questionados sobre o que aconteceu naquela noite e os motivos que levaram o Capitão Alves disparar um tiro a queima roupa em Blauth próximo a venda do negociante Henrique Pedro Land são unânimes a afirmar que ambos tiveram desavenças “não só por causa do mesmo jogo como também por motivo das eleições”<sup>37</sup>.

---

<sup>32</sup> GRÜTZMANN, 2008: 66.

<sup>33</sup> MÜGGE, 2012: 155.

<sup>34</sup> Major Manoel Bento Alves foi eleito no dia 23 de julho de 1831, como o Primeiro Juiz de Paz de São Leopoldo. HUNSCHE, 1979: 16.

<sup>35</sup> Guilherme Blauth vivia no 4º Distrito de São Leopoldo, na Picada dos Dois Irmãos. Apesar de no processo aparecer como “Tenente”, dizia viver da agricultura.

<sup>36</sup> O Delegado de Polícia, José Alves de Azevedo Magalhães, em ofício de atuação das partes e testemunhas para depor no processo qualifica o réu como “delinquente”. APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 60, maço 3, estante 77, 1864, Autor: Tenente Guilherme Blauth, Réu: Capitão José Bento Alves, Folha 2.

<sup>37</sup> 71 60, maço 3, estante 77, 1864, Autor: Tenente Guilherme Blauth, Réu: Capitão José Bento Alves, Folha 23.



A partir do depoimento das testemunhas o 2º Suplente de Delegado de Polícia, André Miguel dos Santos, resume o que ocorreu naquela noite.

Mostra-se do depoimento das testemunhas que às seis horas da tarde daquele dia o ofendido se achava na casa de negócio de Pedro Wolf na Picada dos Dois Irmãos a espera do acusado com quem desejava falar acerca de uma questão de caminho e que chegando este tocando uma tropa de gado às nove horas da noite nessa mesma casa começaram ambos em muito boa harmonia e inteligência, jogaram por algum tempo e (...) na ocasião do jogo tiveram uma pequena alteração por causa do mesmo jogo todavia sendo causa de pouca importância e concluíram o jogo em paz e retiram-se juntos na melhor harmonia, voltando pouco depois o ofendido a essa casa buscar um embrulho de que se tinha esquecido (...) dirigindo-se a casa de Pedro Land ai chegou às dez horas da noite, e perguntando pelo acusado, soube que este ainda não tinha ai chegado, então saindo o ofendido para fora da casa começou a gritar pelo nome do acusado, o qual aparecendo pouco depois começaram a alterar ambos em altas vozes, terminando em pouco tempo (...) com um tiro<sup>38</sup>.

A primeira testemunha, dono da casa de negócio, onde ambos estavam jogando carta, destaca no final do seu depoimento, que existem várias versões sobre os fatos, sendo que uns defendem o Tenente Blauth e outros o Capitão Alves, “mas não sabe o que é certo”. De fato, tanto nesse processo e demais citados aqui, como em qualquer outro processo criminal jamais saberemos se os depoimentos são verdadeiros, uma vez que as informações que chegam ao Tribunal do Júri são apenas versões dos fatos e o processo constitui-se no resultado das práticas sociais e das leis/normas da época, aplicada por policiais, magistrados e peritos<sup>39</sup>. Para autores como Chalhoub (1986 e 1990) e Fausto (1984) os processos criminais apontam cenas do cotidiano dos indivíduos. Essa fonte permite também conhecer os procedimentos jurídicos e a atuação de cada funcionário da Justiça para a confecção de um processo criminal, além de fornecer indícios, sinais e pistas das camadas populares, apesar desses documentos serem intermediados pela pena dos escrivães de polícia<sup>40</sup>.

No interrogatório, o réu afirma que o ofendido após perder três partidas do jogo de carta, Blauth teria dito palavras injuriosas ao réu, chamando-o de “ladrão” e “negro”, além de afirmar que o réu devia dez mil réis. Além dessas informações, as nove testemunhas da defesa chamadas para depor no processo declaram que o Tenente Blauth “era desordeiro e rixoso”. Francisco Zimmer, testemunha de acusação, afirmou que o autor “era pacífico, mas quando se excedia na bebida procurava sempre travar questões sobre qualquer motivo e que neste estado faria algumas desordens”<sup>41</sup>. No processo encontramos um abaixo assinado entregue no dia 22 de junho de 1864 pelos moradores do 4º Distrito de São Leopoldo, Freguesia de São Miguel, na qual

---

<sup>38</sup> APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 60, maço 3, estante 77, 1864, Autor: Tenente Guilherme Blauth, Réu: Capitão José Bento Alves, Folhas 43-45.

<sup>39</sup> RIBEIRO, 1995: 11.

<sup>40</sup> RIBEIRO, 1986: 8.

<sup>41</sup> APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 60, maço 3, estante 77, 1864, Autor: Tenente Guilherme Blauth, Réu: Capitão José Bento Alves, Folhas 24.

atestamos e juramos se necessário for, nos abaixo assinados moradores da Freguesia de São Miguel na Picada dos Dois Irmãos, 4º Distrito da Cidade de São Leopoldo, que o Tenente do Guarda Nacional Guilherme Blauth residente nesta picada é dado a embriaguez assim como muito desordeiro, e que todas as vezes que quer insultar, espancar e maltratar qualquer indivíduo, trata de beber bebidas espirituosas, e quando está dessa forma a nada respeita e nem tem contemplação com pessoa alguma, e ainda menos com seus desafeiçoados à quem sempre ataca-os neste estado e traiçoeiramente<sup>42</sup>.

Já no ano de 1863, o Barão de Jacuhy enviou um ofício ressaltando as qualidades e bravura do Capitão Alves que serviu desde o início da revolução até o fim, sendo um oficial valente, prudente e cumpridor de ordens. Da mesma forma, em 25 de junho de 1864, os moradores do 4º Distrito da São Leopoldo, no lugar denominado Campo Bom, remeteram ao Tribunal do Júri um abaixo assinado ressaltando as qualidades do Capitão Bento Alves<sup>43</sup>. Após a sessão pública do Tribunal do Júri, por unanimidade de votos, os jurados concluíram que o réu cometeu o crime de ferimento grave em “legítima defesa”. Sendo assim, o Júri absolveu o réu José Bento Alves da acusação promovida pelo autor Guilherme Blauth que desistiu de apelar para o Tribunal da Relação.

Os processos criminais aqui analisados revelam-se uma possibilidade de análise do cotidiano da Vila de São Leopoldo. A historiografia mais recente vem mostrando uma relação muito próxima entre as práticas criminosas e o cotidiano social. Os processos criminais apontam para o resgate do cotidiano de um grupo específico ou variado. Segundo Bretas (1991: 49), são recentes e escassas as pesquisas e pesquisadores que privilegiam a temática do crime e violência e que utilizam os processos criminais como fonte principal. Tramontini ao estudar a organização social dos imigrantes em São Leopoldo constatou que os desentendimentos, bebedeiras, brigas verbais e físicas podiam ser uma forma de expressar seu descontentamento, de conquistar espaço, de reivindicar por seus direitos. Os desentendimentos não ficaram limitados a um determinado grupo social. Podemos encontrar desde escravos até indivíduos *exponenciais* como autores ou réus nos processos criminais. Também não podemos esquecer que os conflitos não ocorreram somente na casa comercial colonial, apesar de haver frequentemente desavenças, mas também em outros espaços da Vila. Estes podiam ter motivações políticas, sociais e pessoais. Por fim, reforçamos a ideia de que este tipo de fonte pode ser “ótimos observatórios sociais”, pois é através da análise da mesma que podemos observar as motivações e sensibilidade dos indivíduos envolvidos<sup>44</sup>.

## Referências Bibliográficas

---

<sup>42</sup> APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 60, maço 3, estante 77, 1864, Autor: Tenente Guilherme Blauth, Réu: Capitão José Bento Alves, Folhas 105.

<sup>43</sup> Os moradores qualificaram o Capitão Bento Alves como “indivíduo pacífico” merecedor de toda consideração e respeito, “ser honrado, probo e honesto”. Capitão Alves era na época considerado um indivíduo exponencial, ou seja, um imigrante influente e de forte liderança dentro da estrutura social.

<sup>44</sup> MOREIRA e CARDOSO, 2013: 506.

- AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2ª ed. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.
- BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 49-61, 2º semestre de 1991.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque*. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicampo, 2001.
- FERNÁNDEZ, Sandra e CALDO, Paula. *Por los senderos del epistolario: las huellas de la sociabilidad* (mimeo).
- GRÜTZMANN, Imgart; DREHER, Martin Norberto; FELDENS, Jorge Augusto. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: Recortes*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. *Primórdios da vida judicial de São Leopoldo*. Porto Alegre: EST, 1979.
- MARTINY, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”. *Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Cai, 1875-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2010.
- MOEHLECKE, Germano Oscar. A câmara ao longo dos tempos. In.: SILVA, Haike Roselane Kleber da e HARRES, Marluza Marques. *A história da Câmara e a Câmara na história*. São Leopoldo: Oikos, 2006, p. 25-44.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt e CARDOSO, Raul Rois Schefer. “Auto de reconhecimento da cabeça de um preto apresentada pelo Capitão de Mato”: crime, honra e negociação na formação de uma comunidade de senzala (Porto Alegre/Taquari, século XIX). *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 2, nº 7. Setembro de 2013, Edição especial. P. 503-521.
- MOSMA, Karl. História de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fonte para o estudo de relações interétnicas. In.: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Osvaldo (Orgs.). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFCar, 2005.
- MÜGGE, Miquéias Henrique. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, Editora UNISINOS, 2012.
- RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822-1889). In.: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.; Coord.). *Império*. Passo Fundo: Mérito, 2006. V. 2, Cap. 19 (Coleção História Geral do Brasil).  
\_\_\_\_\_. *Teatro da sociabilidade. Um estudo dos clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850-1930*. 2000. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2000.
- REINHEIMER, Dalva Neraci. *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História)- Unisinos, São Leopoldo, 1999.
- RHEINHEIMER, Martín. *Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009.
- RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

ROSEMBERG, André. *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça em Santos*. São Paulo: Alameda, 2006.

SPERB, Ângela Tereza. O inventário de João Pedro Schmitt. In.: *Anais do IV Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS, 1987, p. 17-44.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia alemã de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

WILD, Bianca. *Georg Simmel: compreensão inicial*. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/645632>. Acesso em: 17/04/2014.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

### **Fontes pesquisadas**

#### **APERS:**

APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 65, maço 3, estante 77, 1865, Autora: A Justiça, Réu: José Pereira Maciel Filho.

APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 8, maço 1, estante 77, 1849, Autor: Jacob Bier, Réu: Felipe Dräyer e Gabriel Schneider.

APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 12, maço 1, estante 77, 1850, Autor: Pedro Hert Júnior, Réu: Antônio Ludwig e Antônio Kirchen.

APERS, Tribunal do Júri, Comarca de Porto Alegre, Processo crime nº 60, maço 3, estante 77, 1864, Autor: Tenente Guilherme Blauth, Réu: Capitão José Bento Alves.

#### **AHRS**

AHRS, Documento 5, Fundo Câmara Municipal, Tipo Correspondência Expedida, maço 258, São Leopoldo, 1849.

AHRS, Documento 200, Fundo Câmara Municipal, Tipo Correspondência Expedida, maço 257, São Leopoldo, 1848.

#### **MHVSL**

MHVSL. Documento 03. Câmara Municipal de São Leopoldo. Função executiva. Posturas Policiais. Caixa 3, 1858.

## ARMADAS COM PAUS E FACAS: EXPERIÊNCIAS FEMININAS NOS NÚCLEOS DE COLONIZAÇÃO ITALIANA DO SUL DO BRASIL (XIX)

*Máira Ines Vendrame*<sup>1</sup>

**Resumo:** A imigração italiana para os núcleos de colonização no sul do Brasil, a partir das últimas décadas do século XIX, se caracterizou pela transferência de famílias camponesas, principalmente da região norte da península itálica. Sozinhas ou em grupo, seguindo o convite de conhecidos ou parentes, muitas famílias decidiram abandonar definitivamente a pátria de origem. Nos locais de ocupação, passaram a reviver costumes e determinadas práticas sociais, exercendo no espaço da comunidade e da vizinhança certo controle sobre os comportamentos ofensivos à conservação do bem viver. No presente artigo, apresentar-se-ão, primeiramente, as estratégias acionadas pelos imigrantes para facilitar as transferências dos parentes da Itália para a América, observando o papel das mulheres no deslocamento e na acomodação na terra de adoção. Posteriormente, através de fontes como processos-crimes, mostrar-se-ão algumas experiências de controle e punição exercida pelas mulheres imigrantes nos núcleos de colonização do Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Rio Grande do Sul – Imigração Italiana – Mulheres – Violência

### As Transferências

Os primeiros grupos de imigrantes italianos que começaram a chegar ao Rio Grande do Sul, a partir de 1875, eram formados na maior parte pelo casal, filhos e parentes. A presença feminina era considerada importante nessa fase inicial da ocupação e acomodação do grupo. Nos povoados coloniais, a presença da mulher italiana estava ligada à transferência de todo o grupo familiar para as terras brasileiras. Partiram acompanhadas dos maridos, pais e irmãos, ou ainda, emigravam seguindo os companheiros e familiares. Como exemplo disso, tem-se o caso de Luigi Toniazzo que, em 1893, imigrou acompanhado de dois filhos, deixando outros na companhia da esposa no vilarejo natal. Na sequência, passados dois anos, Cristina, mulher de Toniazzo, juntou-se ao marido na Colônia Garibaldi.<sup>2</sup>

Porém, enquanto alguns chegavam acompanhados dos filhos, muitos imigraram na companhia de amplo agregado familiar. Esse foi caso do camponês Paulo Bortoluzzi que partiu da Província de Treviso à frente de parentes e conhecidos com o objetivo de fundar uma comunidade num dos núcleos de colonização do território sul-rio-grandense. Os grupos de emigrantes que partiram da região do Vêneto – norte da Itália –, a exemplo daquele coordenado por Paulo Bortoluzzi, devem ser estudados levando-se em conta um quadro de estratégias parentais e redes de apoio local. As opções adotadas por uma família funcionavam como um estímulo para as demais. Bortoluzzi partiu na companhia de um total de trinta pessoas, além de outros parentes, vizinhos e conhecidos das comunas próximas de Piavon, formando um agregado de mais de duzentos indivíduos (VENDRAME, 2013, p. 84, 92, 125).<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Pós-doutoranda PNPd/CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>2</sup> “Minha viagem à América”, Luigi Toniazzo. In: DE BONI, 1977, p. 11-25.

<sup>3</sup> Sobre a trajetória do imigrante Paulo Bortoluzzi, ver: VENDRAME, 2013.

Para além do tipo de experiência migratória, os deslocamentos em etapas aparecem como uma estratégia pela qual as famílias camponesas italianas pensaram e articularam a viagem de transferência para a América. Assim que chegavam às novas terras, os imigrantes passavam a remeter informações variadas aos parentes que haviam ficado do outro lado do Atlântico, convidando-os para juntarem-se a eles e também advertindo em relação aos cuidados que deviam tomar na viagem. De acordo com imigrante Andrea Pozzobon, a família partiu da Província de Treviso, em 1885, para um núcleo colonial, localizado na região central do Rio Grande do Sul, graças à troca de informações com “o primo Annibale Mattiuzzi”. Abandonaram a pátria sabendo que as terras no local de destino eram “férteis e planas, pois “arroz, trigo, milho e frutas já estavam sendo cultivados há anos por colonos, na maioria do Vêneto” (POZZOBON, 1997, p. 51-52). Desse modo, entende-se que a troca de cartas surge como um recurso eficaz para conferir segurança na realização de um projeto coletivo de deslocamento.

Muito além de ser um projeto individual de homens com espírito aventureiro, a ideia da emigração fazia parte de uma decisão conjunta, articulada em família ou no grupo parental extenso, podendo, em alguns casos, envolver quase toda uma aldeia. Chegando ao local de destino, as mulheres passaram a assumir atividades variadas a fim de garantir a autonomia das unidades domésticas. Em ambos os lados do Atlântico, elas atuaram de forma a garantir o sucesso das iniciativas do grupo familiar. Na península itálica, eram responsáveis por funções ligadas ao cultivo, permanecendo nas aldeias, principalmente nas áreas de montanha, enquanto os homens participavam de migrações sazonais ou temporárias. As atividades agrícolas que estavam sob o cuidado das camponesas constituíam um ponto de equilíbrio das economias da casa, pois forneciam os produtos necessários à subsistência das famílias. Além disso, tornavam possível a existência de um “modelo circular” de emigração (CORTI, 1990; RAMELLA, 2001, p. 151).

Nas comunidades coloniais, as imigrantes assumiram papel semelhante ao ocupado pelas mulheres na terra natal. Enquanto os homens se afastavam temporariamente das propriedades para se empregar em outros serviços, geralmente na construção de ferrovias ou na abertura de estradas, conforme indicou o imigrante Paulo Rossato, elas ficavam na propriedade cuidando das plantações e animais domésticos. No ano de 1883, Rossato (29 anos), após ter se estabelecido com a esposa, Raquel Massingnani (23), num lote de terra próximo à Colônia Caxias, localizada na região da Serra Gaúcha no Rio Grande do Sul, passou a enviar sucessivas cartas aos pais na Itália.<sup>4</sup> Convidando a mãe para imigrar, o referido imigrante dava indicação de algumas das atividades de responsabilidade feminina, reforçando o quanto essas eram necessárias para garantir o sucesso econômico da família nas novas terras. Rossato afirmou ser necessária a presença da mãe no núcleo colonial, uma vez que cabia a ela se dedicar à “criação de galinhas e porcos”.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Cartas de Paulo Rossato. In: DE BONI, 1977.

<sup>5</sup> Carta de Paulo Rossato aos pais de 7 de maio de 1884. In: DE BONI, 1977, p. 41.

Procurando incentivar a transferência do restante do grupo familiar, o referido imigrante recomendou aos familiares que partissem todos alegres sem medo de abandonar os “patrões”, que não eram amigos, mas, sim, inimigos das populações do campo. Especialmente à mãe, solicitava que não ficasse ouvindo os irmãos dizendo que lamentavam que seu sangue fosse pelo mundo, pois partiam para viver melhor.<sup>6</sup> Assim, por meio das cartas de Rossato, é possível perceber tanto as estratégias de transferência do grupo como a lógica de organização do trabalho nas novas terras. Internamente, cada membro de uma família assumia funções de acordo com idade e sexo, devendo trabalhar para garantir a sobrevivência e reprodução do grupo, pois o que importava era o coletivo e não o individual.

Independentemente de a família ser nuclear ou extensa – nesse caso, incluía, além do casal, filhos, avós, cunhados (as) e algum parente – todos os membros do grupo deviam estar envolvidos na concretização de um projeto coletivo: a reprodução camponesa nas terras de adoção. A coabitação de um amplo agregado era prática comum nas áreas de colonização italiana, caracterizando, desse modo, a dinâmica das escolhas e do trabalho, já que era pensada levando em conta o número de pessoas que viviam juntas. No entanto, essa configuração era temporária, estando as famílias em contínuo movimento, ora se ampliando, ora sendo reduzidas.

Conforme se viu anteriormente, nas cartas enviadas pelos imigrantes aparecem referências sobre o papel da mulher na questão do equilíbrio da economia doméstica nos núcleos coloniais. Apesar de raramente surgirem como autoras das correspondências, elas estão por trás das solicitações, saudações e recados aos parentes distantes. Pedem aos que iriam imigrar para o Brasil utensílios domésticos e objetos pessoais.<sup>7</sup> Por outro lado, as cartas também são utilizadas para incentivar a transferência de moças solteiras, visto que existia a possibilidade de realizarem um bom casamento. Em recado encaminhado a um parente, o italiano Rossato declarou: “Estou certo que o local lhe agradaria, e haveria de, com pouco dinheiro, dar as filhas Betta e Brígida em casamento, porque homem não é difícil de encontrar por aqui”. Em outra carta, comunicou a notícia do casamento da própria irmã, com alguém da sua idade que fazia “3 barris de vinhos”, união essa vista como vantajosa.<sup>8</sup> Rossato também procurou advertir os conterrâneos para possíveis preocupações em relação ao futuro dos filhos, orientando a um jovem parente para que esse casasse antes de imigrar, pois “seria melhor que viesse para cá já com a mulher”.<sup>9</sup>

A existência de um circuito de cartas permitiu que os imigrantes informassem os familiares distantes, facilitando, ao mesmo tempo, o acionamento de redes sociais preestabelecidas. Os avisos sobre as condições de sobrevivência no Novo Mundo, a obtenção de lotes coloniais, a oferta de trabalho e o suporte dos recursos relacionais para foi imprescindível na escolha pelo caminho da imigração (VENDRAME, 2013, p. 143-144). Tanto o conteúdo quanto a própria circulação de

<sup>6</sup> Cartas de Paulo Rossato ao pai, 22 de junho de 1884; Carta de Paulo Rossato ao pai, 7 de maio de 1884 In: DE BONI, 1977, p. 39-41, 50.

<sup>7</sup> Cartas de Paulo Rossato. In: DE BONI, 1977, p. 67-70

<sup>8</sup> Carta de Paulo Rossato ao irmão, 18.04.1885. In: DE BONI, 1977, p. 67.

<sup>9</sup> Carta de Paulo Rossato ao irmão, 29.06.1884. In: DE BONI, 1977, p. 57.

correspondências ajudam a entender o papel ativo que tiveram os imigrantes na transferência e acomodação das famílias nas áreas de colonização italiana do Rio Grande do Sul.

### **Crimes na Vizinhança**

Na ausência do chefe da casa, as mulheres camponesas ficavam responsáveis por todos os trabalhos nos lotes coloniais.<sup>10</sup> Quando da morte do conjugue, assumiam a direção total da propriedade, ou ainda, das casas de negócios, tomando, assim, a posição ocupada anteriormente pelo marido. Enquanto comerciantes, muitas vezes, necessitavam do auxílio de um homem – irmão ou algum conhecido – para realizarem determinadas atividades. Portanto, não se pode desconsiderar o fato de algumas imigrantes tomarem a direção dos negócios, principalmente depois da morte dos maridos. Isso foi o que ocorreu com a italiana Emma Tognotti, que, em 1879, chegou à Colônia Silveira Martins na companhia de familiares e conhecidos. A morte do companheiro, dono de uma casa de comércio na sede do núcleo, após ser atingido por tiros de arma de fogo na própria residência, abriu espaço para que Emma passasse a realizar constantes viagens de negócios até a cidade de Santa Maria. Durante esses deslocamentos ela era “acompanhada por um moço” imigrante que residia na região colonial.<sup>11</sup>

Posteriormente, pode-se analisar novamente o comportamento da viúva no processo-crime no qual é réu o italiano Pedro R., amásio da mesma. Emma, que é acusada de mandar “fazer suas cobranças a ponta de faca ou a boca de pistola”, passa a ser investigada como cúmplice do crime cometido pelo companheiro. Pedro R. havia desferido tiros mortais sobre outro italiano, por ocasião de cobrança de dívida. Apesar de existirem comentários entre a população local de que Emma “mandava fazer suas cobranças a força”, um grupo de imigrantes da sede da Colônia Silveira Martins<sup>12</sup> encaminhou um abaixo-assinado para as autoridades. Nesse documento, defenderam a comerciante, afirmando que a mesma distribuía, quando necessário, remédios para os italianos que careciam.<sup>13</sup>

No testamento, elaborado em janeiro de 1898, Emma declarou ser casada, porém, se encontrava separada do marido há vinte sete anos. Ela chegou à região colonial sem marido, unindo-se, na sequência, com um comerciante, mas logo ficou viúva. Como não teve filhos, instituiu como seus legítimos herdeiros os três sobrinhos menores. Deixou a terça parte de seus bens para Francisco Diego dos Reis, como forma de remuneração por ter cuidado dela durante o período de dez anos. Os bens de Emma somavam no total cinco lotes de terra urbanos, mais casas, móveis e utensílios

<sup>10</sup> Nos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul, as mulheres realizavam a maior parte das tarefas: 100% das atividades domésticas, 50% das atividades principais e das complementares na pequena propriedade agrícola (GIRON, 2008, p. 13).

<sup>11</sup> Processo-crime, Santa Maria, Cartório Cível e crime, nº 1602, maço 54, 1887. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

<sup>12</sup> A Colônia Silveira Martins é o quarto núcleo de colonização italiana do Rio Grande do Sul, estando localizada na região central do território gaúcho.

<sup>13</sup> Processo-crime, Santa Maria, Cartório Cível e crime, nº 1602, maço 54, 1887. APERS.



domésticos, entrando na partilha apenas as terras.<sup>14</sup> A trajetória dessa mulher mostra que as imigrantes que chegaram às áreas de colonização não foram indiferentes à própria história. Ativas, elas acionaram recursos para fazer valer projetos individuais e familiares.

Por meio da pesquisa em fontes judiciais é possível chegar aos desempenhos femininos em diferentes situações. Na região colonial, as moças se empregavam como domésticas em casas de famílias italianas, muitas vezes, eram elas “órfãs” e “miseráveis”. Mas as “filhas de família” com boas condições econômicas também eram alugadas em residências de conhecidos a fim de receberem a “educação doméstica”.<sup>15</sup> Frequentemente, jovens órfãs surgiam em investigações como vítimas de defloramentos. Porém, os casos de violação apenas eram revelados quando as transgressões sexuais se tornavam conhecidas devido o nascimento de um filho ilegítimo ou se havia suspeita de infanticídio (VENDRAME, 2013, p. 299).

Os documentos criminais são definidos como os traços concretos de uma cultura, pois oferecem a possibilidade de reconstruir os modos pelos quais as mulheres percebem, praticam e exprimem a realidade (Grendi *apud* RAGGIO, 2004). Eles permitem acessar os espaços cotidianos e os desempenhos das imigrantes nos núcleos coloniais, informando sobre práticas sociais e códigos morais. No espaço da vizinhança, é comum elas aparecerem envolvidas em conflito por questões de divisas, animais, rumores ofensivos à honra feminina e “rixas antigas”, surgindo, por causa desses motivos, como autoras de emboscadas contra as rivais. Entre as casas vizinhas as disputas podiam ser frequentes, porém, a população colonial atribuía grande estima aos co-residentes que não se envolviam em conflitos.

\*\*\*

Agora, analisar-se-á alguns casos de confrontos, demonstrando, assim, de que modo as mulheres imigrantes aparecem nas fontes criminais. Nas comunidades do sul do Brasil, as italianas possuíam maneiras exclusivas para punir àquelas que lhes causavam constrangimentos, agindo de forma violenta contra as vizinhas que prejudicavam sua casa com comentários injuriosos. Seu cotidiano era marcado pela preocupação com as necessidades diárias de sobrevivência da família, cuidados com os nascimentos, doenças, mortes e fatos que viessem a desestabilizar a economia doméstica. Elas podiam ser vistas em protestos contra as autoridades, nos bastidores incentivando os maridos ou ainda como protagonistas de rituais de humilhação pública. Ativas nos locais onde moravam e eficientes em divulgar notícias, elas reuniam-se para atacar rivais comuns. Tanto no espaço privado como no público, buscavam defender a honra individual e familiar contra comentários injuriosos.

---

<sup>14</sup> Inventário, Santa Maria, Cartório de Órfãos e Ausentes, Testamento de Emma T., maço 15, 1898. APERS.

<sup>15</sup> Depoimento de Cirilo Z. In: Apelação. Garibaldi, Habeas-corporis, Cartório Cível, nº 1224, nº 1905. APERS.

As formas de poder e controle social que as mulheres faziam uso para defender seus bens materiais e imateriais podem ser compreendidos através das pesquisas em fontes criminais, conforme poderá ser percebido nos eventos que serão apresentados na sequência. Em março de 1898, a imigrante italiana Maria Boschi (40 anos, casada, agricultora), moradora na 3ª Léguas de Caxias do Sul, denunciou a vizinha ao subdelegado Antônio Menegotto. Relatou que, ao se dirigir para casa onde trabalharia, foi agredida a cacetadas pela agricultora Josefina Manosso (27 anos, casada) e seu marido. O casal de vizinhos a estava esperando num lugar de “capoeira de mato”, ambos “armados de cassetetes”.<sup>16</sup> Rebatendo a denúncia, Josefina apresentou outra versão sobre o episódio. A mesma afirmou ao subdelegado que no dia em questão estava em sua residência quando ouviu Maria provocá-la aos berros da estrada. Estando armada com “faca podão e um cassetete”, se dirigiu a ela “com palavras injuriosas” e ameaças, pronunciando que ia “beber todo o meu sangue e comer o meu fígado”. Frente a tais palavras, Josefina foi para fora da casa e acertou três cacetadas na ofensora, conseguindo desarmá-la.

Justificando o procedimento de proferir as “cacetadas”, o marido de Josefina afirmou que toda a vez que Maria Boschi passava “em frente a sua casa insultava a esposa com palavras injuriosas e obscenas que ofendiam a sua moralidade”. E ainda, que a mesma já havia comentado entre a vizinhança que iria colocar fogo em sua casa, acusando Maria de ter uma vida de “complicado escândalo”. Apesar das versões diferentes sobre como teria ocorrido o embate entre as rivais, ambas as opiniões indicam as circunstâncias possíveis dos confrontos que ocorriam no universo social por elas vivido. Em depoimento, outras testemunhas confirmaram que entre Maria Boschi e Josefina Manosso existiam “rixas antigas”. Uma tensão latente entre as mulheres podia se transformar em confronto direto nos momentos em que circulavam pela vizinhança. As causas das desavenças não foram apresentadas, apenas as trocas de palavras sugerem as condenações realizadas em relação às imoralidades julgadas escandalosas.

Neste caso, a denúncia às autoridades em relação ao comportamento da agressora surge como recurso para constranger à rival, da qual havia recebido diversas “cacetadas”. A não resolução de querelas, bem como a manutenção de hostilidades com as vizinhas, gerava um clima de insegurança constante e desconfiança mútua, podendo perdurar por longo período. No entanto, a denúncia, a abertura de investigação policial, ou ainda, o julgamento judicial não era uma garantia de que localmente seria restaurada a harmonia entre as partes.

Prova disso pode ser analisado no conflito ocorrido entre três italianas na manhã do dia 30 de dezembro de 1896, em uma das ruas da sede da ex-Colônia Silveira. As imigrantes Maria Colla (17 anos, solteira, costureira) e Ernesta Cattani (27 anos, casada, lavradora) atocaiaram a conterrânea Margarida Ceratti (57 anos, viúva, comerciante) exigindo reparação por ofensas anteriormente proferidas. As agressoras, armadas com paus, deram em Margarida diversas “bordoadas”, provocando

---

<sup>16</sup> Depoimento de Maria Scuro Boschi. Inquérito policial, 26 de março de 1898. Caxias do Sul, Habeas-corpus, cível e crime, maço 70, nº 1673. APERS.

“escoriações nas partes genitais” e, por fim, arrancaram um dente da vítima. Além de receber “desapiedadamente muitas bordoadas pelo rosto e por todo o corpo”, a viúva foi exposta ao “vexame público”, uma vez que as agressoras “levantaram suas vestes e chamaram os vizinhos para presenciarem o ato”. De acordo com depoimento das testemunhas, a agredida havia “injuriado à honra das acusadas”, sendo atacada por tal motivo.<sup>17</sup>

Como estratégia de proteção, os vizinhos das agressoras Maria Colla e Ernesta Cattani não forneceram maiores explicações sobre os procedimentos das acusadas. Provavelmente, partilhavam da ideia de que era direito delas exporem ao constrangimento a responsável por “injuriar a honra” das mesmas. A reprovação e censura pública também eram válidas por ter Margarida buscado proteção junto ao subdelegado, antes de ser atacada na via pública. Desse modo, a viúva só fez aumentar a fúria das vizinhas ao recorrer à autoridade policial. As atitudes dramáticas, humilhantes e simbólicas de reprovação perante os olhares da população local se aproximam dos rituais de *charivari* muito presentes nas comunidades rurais da Europa pré-industrial.<sup>18</sup> Os atos de desaprovação coletiva contra os transgressores combinavam violência física com palavras ofensivas e atitudes obscenas, semelhantes às praticadas contra Margarida Ceratti.

Para entender o significado dos conflitos é preciso compreender o contexto que conferia sentido a determinadas palavras e comportamentos. As ofensas graves à honra feminina, geralmente se encontravam ligadas a preocupações de caráter sexual: castidade, fidelidade e virgindade. As imigrantes Ernesta e Maria, por meio do ritual de humilhação, buscaram reparar os prejuízos à própria reputação. Apesar da manutenção da paz ser um dos valores prezados nos núcleos coloniais, as vinganças através de violências físicas eram necessárias enquanto recursos de controle. Na esfera cotidiana, as pessoas faziam escolhas que podiam passar da simples murmuração para o confronto e escárnio público.

A opinião pública que se formava localmente era responsável por evitar ou aumentar os prejuízos à reputação das envolvidas. Por isso, os embates, as vinganças e as punições ocorriam invariavelmente na estrada e sob o olhar da vizinhança. De diferentes modos, as famílias se encontravam envolvidas nas disputas que aconteciam na comunidade, pois partilhavam da compreensão de que tinham obrigação moral de auxiliar na restauração da tranquilidade (FARR, 1987, p. 846). A assistência poderia vir de modos e ocasiões diversas. Como, por exemplo, a proteção dispensada às agressoras no momento em que essas estavam sendo julgadas pelas leis do Estado.

Nos núcleos coloniais, as imigrantes procuravam exercer uma vigilância cotidiana sobre os comentários e comportamentos ocorridos na vizinhança. De forma agressiva, através de palavras, golpes e punições físicas e simbólicas, as mulheres buscavam fornecer respostas imediatas às desconfianças que contra elas circulavam, repreendendo a ofensora. No caso anteriormente descrito, se

---

<sup>17</sup> Depoimentos. Processo-crime, Santa Maria, cível e crime, nº 1203, maço 39, 1896. APERS.

<sup>18</sup> Sobre os rituais de *charivari* punição pública e formas de controle exercidas pelas comunidades, ver: THOMPSON, 1991; BIANCO, 2005.

percebe que o castigo contra a viúva Margarida se apresentava como um corretivo humilhante que deveria ser assistido pela comunidade, tanto que as agressoras convidaram a população para presenciar o acontecimento, demonstrando a legitimidade que possuíam. Ao mesmo tempo, ratificaram o repúdio à possível interferência das autoridades policiais em embates de desafiância da honra.

As acusadas Ernesta e Maria foram libertadas e o processo-crime arquivado. Esse tipo de resultado era recorrente nos julgamentos de crimes em que famílias de uma mesma comunidade se encontravam envolvidas. Uma das principais características era a formação de redes de proteção e solidariedade, reflexo da existência de escolhas de pacificação local. O desenvolvimento de um acordo privado entre as famílias envolvidas em desavenças – prejudicadas na manutenção da sobrevivência e na reputação – apresentava-se como uma saída proveitosa. Contudo, em muitos casos, somente depois de o crime estar sendo julgado pela justiça do Estado é que as partes em disputa estabeleciam um acordo para restaurar a paz.

O bem viver na vizinhança do povoado era ameaçado pela rivalidade entre as pessoas, principalmente quando fofocas ofendiam a honra individual e familiar. Logo, a repressão física aparecia como mecanismo de domínio sobre o que era dito em público ou divulgado pelos canais de avaliação local (CAVALLO: CERUTTI, 1980). Nos núcleos coloniais, as imigrantes procuravam exercer uma vigilância cotidiana sobre os comentários e comportamentos ocorridos na vizinhança. A punição aplicada à viúva Margarida fazia parte de um repertório de corretivos que tinha por objetivo castigar e revidar insultos à honra. De tal modo, o comportamento das imigrantes que “baixaram a roupa” da agredida, “exibindo o traseiro”, batendo nas “partes íntimas” e arrancando os “cabelos dos órgãos genitais” fazia parte de um ritual de humilhação simbólica, compartilhado e aceito pela população colonial.

A reação ativa das mulheres frente à divulgação de comentários e palavras que depunham contra a honra familiar muitas vezes era violenta, tornando-se protagonistas de vinganças. Em julho de 1905, no lugar chamado Travessão Cremona - Caxias do Sul, Elzira Bachi (21 anos, solteira, agricultora) voltava da “vila a cavalo junto com o irmão” e o noivo. Num determinado ponto da estrada, apareceu Josefina Mecca que lançou contra Elzira “palavras injuriosas”, chamando-a de “putana”. Em contra-ataque, Elzira respondeu que não permitiria ser chamada de puta “porque meu noivo não casaria com uma puta”, partindo para cima de Josefina com um chicote que reagiu armada de faca. A primeira recebeu alguns ferimentos no abdômen.<sup>19</sup> No momento das agressões, as pessoas que se encontravam presentes parecem não ter interferido para evitar o conflito, antes o contrário, pois o pai de Josefina Mecca foi quem primeiro proferiu insultos contra Elzira, incentivando a filha para que exigisse satisfação por ofensas anteriores.

Ao ser aberta investigação policial, várias testemunhas apresentaram fatos que indicavam a fama negativa de Josefina. Segundo o depoimento de alguns imigrantes, Josefina já havia se tornado

---

<sup>19</sup> Depoimento de Elzira Bachi. Processo-crime, Caxias do Sul, cível e crime, nº 1127, maço 40, julho de 1905. APERS.

motivo de falatórios na vizinhança, e essa questão era por si só um fato negativo que pesava contra a reputação da acusada. Com base nas afirmações das testemunhas, o subdelegado apresentou os antecedentes da “criminosa” de acordo com a avaliação realizada pelas pessoas que viviam no núcleo colonial.

(...) Esta nomeada Josefina Mecca é uma mulher que *já deu o que falar* muito de si, enamorando-se a torto e direito, casados e solteiros; roubando galinhas e provocando a muitos, anda armada quase sempre de revólver ou faca, *ameaça os vizinhos* pelo que tinham verdadeiramente medo por ser ela atrevida, e não se importando em atirar-se contra um homem ou uma mulher. Já tem ela dito, e todos os vizinhos o confirmaram, que não tem medo de quem quer que seja, nem de autoridades, e que as facas que carrega comprou de propósito para meter na barriga de diversas conhecidas suas (...).<sup>20</sup>

Por este comportamento, Josefina não obteve o apoio das pessoas no processo movido por Elzira Bachi. Manter a paz com os vizinhos requeria um exercício diário de tolerância. Era latente a possibilidade de surgir intrigas e conflitos entre as famílias e casas limítrofes, principalmente por causa da constante vigilância e controle social exercido pelos que residiam na comunidade. Depunham contra a fama de Josefina Mecca qualificações de ser ela “namoradeira”, valente, destemida e andar armada, uma ameaça para todos os vizinhos. Para as mulheres que deviam conservar sua honra intacta, o comportamento de Josefina era escandaloso. Quando julgada pelo tribunal a jovem “valente” não foi encontrada na região colonial, alegando os familiares ter ela se transferido para outro município. A denúncia contra a “moça de maus costumes” serviu, ao menos, como mecanismo de controle social – constrangimento e coação – acionado pela vizinhança.<sup>21</sup>

Nas comunidades coloniais, os crimes eram consequência de emboscadas e assaltos violentos nas estradas, sendo seguidos invariavelmente por uma progressiva troca de acusações ou divulgação de comentários que ofendiam a honra das rivais, geralmente ligadas à sexualidade. Entende-se que a análise dos processos-crime permite perceber as maneiras de agir, os modos de resolução das tensões, condutas toleradas e as que não eram aceitas. Nesse sentido, a participação das mulheres em conflitos e outros ritos de violência ajudam a refletir sobre as experiências femininas nas comunidades rurais fundadas pelos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul.

## Referências bibliográficas

BASSANEZI, Maria Sílvia. “Mulheres que vêm mulheres que vão”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.) *Nova história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 169-193.

---

<sup>20</sup> Relatório elaborado pelo subdelegado João Paternoster. Processo-crime, Caxias do Sul, cível e crime, nº 1127, maço 40, julho de 1905. APERS.

<sup>21</sup> O caso foi encerrado após um ano da abertura do processo. Josefina não foi encontrada pelas autoridades.

BIANCO, Furio. *Contadini, sbirri e contrabbandieri nel Friul del Settecento*. La comunità di villaggio tra conservazione e rivolta (Valcellina e Valcolvera). Verona: Cierre Edizioni, 2005.

CAVALLO, Sandra; CERUTTI, Simona. “Onore femminile e controllo sociale della riproduzione in Piemonte tra sei e settecento”. In: *Quaderni Storici*, Vol. 44, 1980, p. 346-383.

CORTI, Paola. “Donne che vanno, donne che restano. Emigrazione e comportamenti femminili”. In: *Annali Cervi*, 12, 1990.

FARR, James R. “Crimine nel vicinato: Ingiurie, matrimonio e onore nella digione del XVI e XVII secolo”. In: *Quaderni Storici*, Vol. 66, 1987, p. 839-854.

GIRON, Loraine. *Dominação e subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: EST, 2008.

POZZOBON, Zolá Franco. 1997. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: EDUCS.

RAMELLA, Franco. “Reti sociali, famiglia e strategie migratorie”. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.

RAGGIO, Osvaldo; TORRE, Angelo (a cura di). *Edoardo Grendi. In altri termini: Etnografia e storia di una società di antico regime*. Milano: Feltrinelli, 2004.

THOMPSON, Edward. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VENDRAME, Máira Ines. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. Tese (doutorado em história), PUCRS, Porto Alegre, 2013.

## DADOS SOBRE CRIMES PASSIONAIS NA FRONTEIRA SUL-RIOGRANDENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

*Carla Adriana da Silva Barbosa<sup>1</sup>*

**Resumo:** Os crimes passionais têm sido examinados por diferentes pesquisadores nos últimos anos. No Brasil, temos importantes trabalhos que clarificam muito sobre o tema, mas estes estão mais voltados ao eixo São Paulo – Rio de Janeiro, voltados principalmente à Primeira República Brasileira. O Rio Grande do Sul carece de mais estudos a respeito deste objeto, principalmente das regiões distantes da capital. O que trago aqui, é um conjunto de dados referentes a Fronteira do Estado, retirados de processos criminais existentes no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, pesquisados na elaboração de minha tese, ainda em andamento. As categorias de análise foram criadas por mim, através da leitura destes processos.

**Palavras-chave:** Relações de gênero – Crimes passionais – Rio Grande do Sul – Primeira República

Este trabalho inicia com o advento da República, quando os padrões políticos e administrativos do Brasil foram alterados, inclusive com a elaboração de um novo Código Criminal, em 1890. A escolha pelo período republicano brasileiro (1889-1930) se deu porque em fins do século XIX e início do século XX, intensas transformações impetraram os diversos níveis sociais brasileiros. Com o fim da Monarquia e o começo da República, as novas elites, que baseavam suas inspirações no darwinismo social e no positivismo de Comte, iniciaram uma desestabilização da sociedade e cultura tradicionais, a fim de alcançar o progresso (ao menos na teoria). Houve um intenso crescimento da população urbana brasileira, principalmente com a chegada de imigrantes estrangeiros e uma campanha extensiva para viabilizar projetos de modernização, embelezamento e europeização das cidades, principalmente as capitais. Entre estes projetos de remodelação das cidades, os códigos sanitários foram usados na tentativa de diversas intervenções, sobretudo, em relação às moradias e modos de vidas dos pobres<sup>2</sup>.

A moral burguesa, assim como sua estrutura social, atravessava uma etapa de afirmação à época. Os ideais burgueses definiam seus territórios, distinguindo o domínio público do privado, o certo do errado. O discurso jurídico foi composto pelo olhar público, pelo que se via – eis a importância dada à testemunha ocular num processo. Assim, os discursos médico e jurídico partem de uma evocação moral que lhes permite circular tanto na esfera pública (discurso jurídico) quanto privada (discurso médico)<sup>3</sup>.

Como o Código Penal republicano apresentava um caráter clássico e liberal, assim como o de 1830, o crime prosseguia sendo encarado na extensão própria do fato e não na do delituoso. Desse modo, sua reforma não concebeu uma inovação quanto às instituições designadas ao controle da criminalidade. Isso também não aconteceu com as leis civis que não lograram uma sistematização

<sup>1</sup> Aluna de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS. Bolsista Capes.

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*; vol 03, tradução Hildegard Feist. São Paulo : Companhia das Letras, 2009, p.91-92.

<sup>3</sup> CORREA, Silvio M.S. *Sexualidade e poder na Belle Époque de Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994, p.57-59.

moderna que tivesse capacidade em atender às reclamações profissionais do Direito. A conservação do ordenamento foi realizada em detrimento dos que se socorriam da justiça. O judiciário republicano também manteve a divisão das competências, das praxes de processos e a formação organizada pelo império. Contudo, o sistema prisional e a polícia passaram por reformas, principalmente voltadas para a profissionalização e para a introdução de elementos regenerativos aos presos sentenciados que cumpriam penas em regime celular.

Quanto à definição das esferas de atuação da União e dos Estados, a constituição republicana assinalou duas posições: a defesa dos magistrados (proibia a magistratura eletiva e condicionava a demissão dos magistrados à condenação por sentença judicial) e a possibilidade dos Estados controlarem o Poder Judiciário. Dessa forma, tomando em consideração os princípios constitucionais da União, os Estados formaram uma política de interdependência, com constituição e leis específicas. Assim, os governos estaduais tinham controle sobre os magistrados. Em relação ao campo de atividades criminais, estabeleceu-se a disposição de uma justiça que funcionava apenas quando os mecanismos processuais fossem despertados por ações dos promotores ou da polícia.

Depois de despertados, os mecanismos processuais funcionavam da seguinte forma: o juiz de direito, comumente, nos crimes de ação particular, dava início à ação penal mediante queixa-crime, formulada por representante legalmente constituído. O querelante/queixoso pedia a abertura do processo ao apresentar testemunhas e justificativa. Se houvesse necessidade, era solicitada à polícia uma investigação sobre o caso. Ao juiz de direito cabia o sumário de culpa, procedendo ao interrogatório das testemunhas e a audição do acusado. Em se tratando de crimes de ação pública, era a polícia quem dava início às investigações, cabendo ao promotor oferecer a denúncia do caso<sup>4</sup>.

Nosso enfoque será a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul; território amplamente identificado no imaginário popular com a violência, imagem esta que foi objeto de pesquisa de diversas obras de nossa historiografia. Entretanto, pouco estes estudos se valeram das reflexões das identidades de gênero em seus objetos, e como estas se relacionavam em suas convivências domésticas e públicas. Temos alguns trabalhos neste sentido voltados à região de Porto Alegre, mas em relação à Fronteira a temática permanece inexplorada.

Esta opção temática deve-se pela longevidade das práticas de vidência entre homens e mulheres unidos por laços afetivos/sexuais – procedimento estes ainda presentes em nossa contemporaneidade. Mesmo com esta preponderância, nenhuma obra da historiografia sul-riograndense se dedicou a analisar este problema com profundidade. Escolhemos a República Velha por sua importância na formação de uma moralidade burguesa que se impunha uniformemente sobre uma vasta gama de nichos culturais e grupos sócio-econômicos de origem diversa.

Ao examinarmos as relações de gênero na análise histórica, passamos a ter ao nosso alcance um dos importantes vetores pelos quais as relações sociais são perpassadas que não exclui demais

---

<sup>4</sup> SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Polícia, violência e patrimonialismo em São Paulo (1889-1930). *MÉTIS: história & cultura* – v. 6, n. 11, p. 69-91, jan./jun. 2007, p14.



outras formas de manifestação de poder, tais como etnia, classe e posição econômica. Assim, ao nos focarmos nestas relações, estaremos enriquecendo o a percepção das múltiplas manifestações sociais em suas hierarquias, precedências, contingências e preponderâncias.

Como nos lembra Sueann Caulfield em seu trabalho sobre a defesa da honra no Rio de Janeiro entre 1918-1940<sup>5</sup>, deverão ser tomadas precauções ao efetuarmos a leitura de processos criminais como fonte de informação sobre valores culturais. Primeiro, porque existe um problema de mediação oficial, ou seja, nestes registros estão excluídas as perguntas e sugestões feitas pelos interrogadores, e os escrivães empregam uma linguagem técnica que provavelmente obscurece as nuances dos testemunhos originais. Além disso, as pessoas fazem relatos e interpretavam personagens diante da Justiça esperando convencer os oficiais de polícia ou juiz; podendo ou não acreditar em suas próprias histórias e talvez até desempenhar papéis distintos em diferentes situações.

O registro legal e sua linguagem produzem uma narrativa de “verdade” que favorece apenas seu regime técnico. Muitas vezes um depoimento ou mesmo crime era incorretamente registrado. Dessa forma, o notariado jurídico excluía as formas que poderiam colocar sua existência em cheque e perpetuava-se como única fundamentadora da realidade. Entretanto, é possível encontrar nas entrelinhas dos depoimentos evidências de como vítimas, réus e testemunhas descreviam não somente os acontecimentos que os levaram à Justiça, mas também diversos tipos de relações sociais e condutas que consideravam corretos ou não. Mesmo quando mentiam ou inventavam posturas morais, faziam-no de uma forma que acreditavam ser verossímil e, portanto, ajudam a traçar os limites da moralidade comum. Uma crítica freqüente ao uso de processos criminais como fonte para a história sócio-cultural é que eles registram mais experiências de sujeitos marginais que normas sociais.

A partir da análise do perfil das vítimas, réus e testemunhas e com a leitura dos registros de crimes conjugais, fica claro que os dramas representados nas salas de audiência não eram meramente um reflexo de desvios anti-sociais. Em geral, eles surgiam a partir de crises em relacionamentos e conflitos não tão incomuns aos casais de diferentes. Concluindo, a utilização de processos criminais não significa partir em busca “do que realmente se passou”, porque esta seria uma expectativa inocente. É importante estar atento aos fatos que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos e mentiras ou contradições que aparecem com freqüência.

Levaremos em conta os preceitos acima sobre a análise de processos criminais para a construção desta pesquisa, que utiliza os processos crimes que se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, especificamente os que dizem respeito às cidades de Alegrete, Bagé, Santana do Livramento e Uruguaiiana e que pertencem ao Cartório Cível e Crime de cada uma delas. Esta fonte apresenta dados relativos à complexa diversidade em que se estabeleciam os laços intrapessoais entre sujeitos deste local e período, revelando-se como um meio de melhor conhecer a

---

<sup>5</sup> CAULFIELD, Sueann. *Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. São Paulo: Unicamp, 2005.

sociedade e os arranjos conjugais de diferentes grupos sociais que ali se expõem. Através dos processos-crimes podemos observar o funcionamento dos sistemas normativos inseridos nestes processos, que, aliás, não estavam isentos de contradições, e também verificar os interstícios de liberdade de que dispunham diferentes sujeitos. Como nos lembra a antropóloga Mariza Corrêa:

A análise dos processos penais mostra de maneira persuasiva que os papéis sexuais não são categorias sociais separadas, independentemente definidos por seus atributos inerentes, mas são, antes, pólos de uma relação social e derivam seu sentido da natureza institucionalmente definida desta relação (...) <sup>6</sup>.

Por trabalhar com o espaço de fronteira do Rio Grande do Sul, escolhemos estas cidades por serem as mais importantes da região (Alegrete, Bagé, Santana do Livramento e Uruguaiana). Tais cidades possuem uma extensa documentação deste tipo, porém, utilizaremos apenas as que dizem respeito ao recorte aqui proposto.

### **Os Crimes Passionais em sua Maioria Classificatória**

Entre os anos de 1889-1930, o município de Alegrete (termos Alegrete e São Francisco de Assis) apresentou 28 processos envolvendo crimes passionais; Bagé (termo D. Pedrito) 10 processos; Santana do Livramento 07 processos e Uruguaiana (termo Quaraí) 04 processos. Aqui apresentarei os principais dados retirados destes processos em relação aos crimes passionais, contabilizados em sua maioria de cada localidade e do total entre as mesmas.

ALEGRETE	
1. Grau de relação	Amásios
2. Mês	Setembro
3. Ano	1914 e 1915
4. Dia da semana	Quarta-feira
5. Hora	16h e 21h
6. Estação do ano	Inverno
7. Local	Privado
8. Idade do acusado	22 e 23 anos
9. Idade do ofendido	Não consta
10. Estado civil do acusado	Solteiro
11. Estado civil do ofendido	Solteiro
12. Profissão do acusado	Militar do Exército
13. Profissão do ofendido	Não consta
14. Grau de instrução do acusado	Semianalfabeto
15. Grau de instrução do ofendido	Não consta
16. Naturalidade do acusado	Rio Grande do Sul
17. Naturalidade do ofendido	Não consta
18. Residência do acusado	Alegrete

<sup>6</sup> CORRÊA, Mariza. *Morte em família: Representações Jurídicas de Papéis Sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p.12.

19. Residência do ofendido	Alegrete
20. Quem prestou socorro	Coresidentes
21. Instrumento utilizado	Arma branca
22. Alegação	Completa privação de sentidos e de inteligência no ato do crime
23. Ofendido morreu?	Não
24. Acusação (artigo)	303 do Código Penal
25. Tipologia	Altercação por ciúmes
26. Veredito	Absolvido

BAGÉ	
1. Grau de relação	Ex-amásios
2. Mês	Fevereiro, Março e Maio
3. Ano	1915 e 1925
4. Dia da semana	Terça-feira
5. Hora	23h
6. Estação do ano	Verão
7. Local	Privado
8. Idade do acusado	Não consta, 20 e 28 anos
9. Idade do ofendido	Não consta
10. Estado civil do acusado	Solteiro
11. Estado civil do ofendido	Não consta
12. Profissão do acusado	Não consta
13. Profissão do ofendido	Meretriz
14. Grau de instrução do acusado	Semianalfabeto
15. Grau de instrução do ofendido	Não consta
16. Naturalidade do acusado	Rio Grande do Sul e não consta
17. Naturalidade do ofendido	Não consta
18. Residência do acusado	Dom Pedrito – Bagé
19. Residência do ofendido	Dom Pedrito – Bagé
20. Quem prestou socorro	Coresidentes
21. Instrumento utilizado	Arma de fogo
22. Alegação	Acidental
23. Ofendido morreu?	Não
24. Acusação (artigo)	303 do Código Penal
25. Tipologia	Ciúmes
26. Veredito	Absolvido

SANTANA DO LIVRAMENTO	
1. Grau de relação	Amásios
2. Mês	Outubro
3. Ano	1917, 1913, 1915, 1916, 1917, 1919, 1920
4. Dia da semana	Domingo e Sexta-feira
5. Hora	16h
6. Estação do ano	Primavera
7. Local	Privado
8. Idade do acusado	Não consta, 20, 22, 23, 25, 29 e 64 anos
9. Idade do ofendido	Não consta
10. Estado civil do acusado	Solteiro
11. Estado civil do ofendido	Não consta
12. Profissão do acusado	Militar do Exército

13. Profissão do ofendido	Não consta
14. Grau de instrução do acusado	Alfabetizado
15. Grau de instrução do ofendido	Não consta
16. Naturalidade do acusado	Rio Grande do Sul e Santana do Livramento
17. Naturalidade do ofendido	Não consta
18. Residência do acusado	Santana do Livramento
19. Residência do ofendido	Santana do Livramento
20. Quem prestou socorro	Vizinhos e polícia
21. Instrumento utilizado	Arma branca
22. Alegação	Inocente
23. Ofendido morreu?	Não
24. Acusação (artigo)	303 e 294 do Código Penal
25. Tipologia	Altercação
26. Veredito	Absolvido

URUGUAIANA	
1. Grau de relação	Amásios
2. Mês	Setembro
3. Ano	1907, 1910, 1917 e 1918
4. Dia da semana	Domingo, Segunda-feira, Quarta-feira e Sábado
5. Hora	09h, 11h, 13h e 19h
6. Estação do ano	Inverno
7. Local	Privado
8. Idade do acusado	23 anos
9. Idade do ofendido	Não consta, 20, 25 e 33 anos
10. Estado civil do acusado	Solteiro
11. Estado civil do ofendido	Solteiro
12. Profissão do acusado	Proprietário, militar do Exército, guarda municipal e não consta
13. Profissão do ofendido	Não consta
14. Grau de instrução do acusado	Não existe uma maioria
15. Grau de instrução do ofendido	Não existe uma maioria
16. Naturalidade do acusado	Rio Grande do Sul
17. Naturalidade do ofendido	Rio Grande do Sul e não consta
18. Residência do acusado	Uruguaiana
19. Residência do ofendido	Uruguaiana
20. Quem prestou socorro	Coresidentes, familiares, visitas e não houve socorro
21. Instrumento utilizado	Arma de fogo
22. Alegação	Inocente e completa privação de sentidos e de inteligência no ato do crime
23. Ofendido morreu?	Sim e não
24. Acusação (artigo)	303 do Código Penal
25. Tipologia	Acidental, ciúmes, pacto suicida e queria o fim do relacionamento
26. Veredito	Absolvido

	ALEGRETE	BAGÉ	SANTANA DO LIVRAMENTO	URUGUAIANA
1. Grau de relação	Amásios	Ex-amásios	Amásios	Amásios
2. Mês	Setembro	Fevereiro, Março e Maio	Outubro	Setembro
3. Ano	1914 e 1915	1915 e 1925	1917, 1913, 1915, 1916, 1917, 1919, 1920	1907, 1910, 1917 e 1918
4. Dia da semana	Quarta-feira	Terça-feira	Domingo e Sexta-feira	Domingo, Segunda-feira, Quarta-feira e Sábado
5. Hora	16h e 21h	23h	16h	09h, 11h, 13h e 19h
6. Estação do ano	Inverno	Verão	Primavera	Inverno
7. Local	Privado	Privado	Privado	Privado
8. Idade do acusado	22 e 23 anos	Não consta, 20 e 28 anos	Não consta, 20, 22, 23, 25, 29 e 64 anos	23 anos
9. Idade do ofendido	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta, 20, 25 e 33 anos
10. Estado civil do acusado	Solteiro	Solteiro	Solteiro	Solteiro
11. Estado civil do ofendido	Solteiro	Não consta	Não consta	Solteiro
12. Profissão do acusado	Militar do Exército	Não consta	Militar do Exército	Proprietário, militar do Exército, guarda municipal e não consta
13. Profissão do ofendido	Não consta	Mertriz	Não consta	Não consta
14. Grau de instrução do acusado	Semianalfabeto	Semianalfabeto	Alfabetizado	Não existe uma maioria
15. Grau de instrução do ofendido	Não consta	Não consta	Não consta	Não existe uma maioria
16. Naturalidade do acusado	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul e não consta	Rio Grande do Sul e Santana do Livramento	Rio Grande do Sul
17. Naturalidade do ofendido	Não consta	Não consta	Não consta	Rio Grande do Sul e não consta
18.	Alegrete	Dom Pedrito – Bagé	Santana do Livramento	Uruguaiana

Residência do acusado				
19. Residência do ofendido	Alegrete	Dom Pedrito – Bagé	Santana do Livramento	Uruguaiana
20. Quem prestou socorro	Coresidentes	Coresidentes	Vizinhos e polícia	Coresidentes, familiares, visitas e não houve socorro
21. Instrumento utilizado	Arma branca	Arma de fogo	Arma branca	Arma de fogo
22. Alegação	Completa privação de sentidos e de inteligência no ato do crime	Acidental	Inocente	Inocente e completa privação de sentidos e de inteligência no ato do crime
23. Ofendido morreu?	Não	Não	Não	Sim e não
24. Acusação (artigo)	303 do Código Penal	303 do Código Penal	303 e 294 do Código Penal	303 do Código Penal
25. Tipologia	Altercação por ciúmes	Ciúmes	Altercação	Acidental, ciúmes, pacto suicida e queria o fim do relacionamento
26. Veredito	Absolvido	Absolvido	Absolvido	Absolvido

DADOS CRUZADOS ENTRE AS CIDADES DE ALEGRETE, BAGÉ, SANTANA DO LIVRAMENTO E URUGUAIANA	
1. Grau de relação	Amásios
2. Mês	Setembro
3. Ano	1915
4. Dia da semana	Quarta-feira
5. Hora	16h
6. Estação do ano	Inverno
7. Local	Privado
8. Idade do acusado	22 e 23 anos
9. Idade do ofendido	Não consta
10. Estado civil do acusado	Solteiro
11. Estado civil do ofendido	Não consta
12. Profissão do acusado	Militar do Exército
13. Profissão do ofendido	Não consta
14. Grau de instrução do acusado	Semianalfabeto
15. Grau de instrução do ofendido	Não consta
16. Naturalidade do acusado	Rio Grande do Sul
17. Naturalidade do ofendido	Não consta
18. Residência do acusado	Alegrete
19. Residência do ofendido	Alegrete
20. Quem prestou socorro	Coresidentes

21. Instrumento utilizado	Arma de fogo
22. Alegação	Completa privação de sentidos e de inteligência no ato do crime
23. Ofendido morreu?	Não
24. Acusação (artigo)	303 do Código Penal - CAPITULO V - DAS LESÕES CORPORAES: <b>Art. 303.</b> Offender physicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue: Pena – de prisão cellualar por tres mezes a um anno.
25. Tipologia	Altercação por ciúmes
26. Veredito	Absolvido

### Considerações Finais

Em apenas dois dos processos, os acusados eram mulheres. Assim, notamos que noções de honra masculina e feminina eram fundamentadas de forma diferenciada, não promovendo a construção de uma igualdade social entre homens e mulheres. O crime de paixão era uma maneira de regular o controle das mulheres sobre o seu corpo e suas atitudes, pois ele acontecia quando se rompia com os padrões vigentes. Assim, justificava-se a necessidade de punir este ato de rebeldia para evitar sua disseminação na sociedade. Para Matos essas concepções de mulheres e de relação amorosa eram ambíguas e complementares, mas unificadas por uma essência feminina caracterizada pela volubilidade, logo com potencial para a infidelidade, de modo que teriam nos homens objetos de seus caprichos. Essas representações tendem a justificar a relação de dominação entre os gêneros e apregoam uma essência única e negativa para as mulheres em contraponto à essência dos homens<sup>7</sup>.

O crime de paixão era o castigo a uma conduta feminina divergente nas formas de adultério, traição, insubordinação. O adultério feminino devia ser penalizado com a violência do homem, para que fosse guardado o parâmetro estabelecido de honra masculina. A reação do homem à traição era requerida pela sociedade e amparava o crime passional. A desaprovação social ao homem estava na falta de reação à inadequação feminina e não ao fato de afrontar contra a vida de outro ser humano. O homem que não reagisse poderia sofrer uma série de repreensões da sociedade, o que demonstrava que o crime passional almejava impor regras ao comportamento de homens e mulheres para que fosse salvaguardado e perpetuado o ideal estabelecido.

A honra masculina era mantida pela relação entre racionalidade, trabalho e domínio sobre as mulheres. Não respeitar a qualquer um destes pontos produzia problemas na união conjugal. Sob este cenário, as acepções jurídicas eram pedagógicas, pois indicavam a repercussão que o comportamento indevido podia ocasionar; compondo as masculinidades e as feminilidades que era

<sup>7</sup> MATOS, Maria Izilda Santos; FARIAS, Fernando Antônio. *Melodia e sintonia: o feminino, o masculino e suas relações em Lupicínio Rodrigues*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996, p. 158.

difundidas socialmente e os reinventando para construir o criminoso passional. Este, que era construído juridicamente, dispunha da tese da passionalidade e dos perfis de gênero que estavam profundamente enleados à implantação da passionalidade utilizada nos casos de homens e mulheres que maltratavam e até mesmo matavam seus companheiros. Levando em conta a literatura específica da época, pode-se afirmar que em uma ação penal não se avalia o crime de forma apartada, mas os sujeitos envolvidos e as condições nas quais ele foi efetuado. Existe, assim, o propósito de elaboração da veracidade jurídica, o que indica a obrigação penal aos eventuais agentes de infrações tanto quanto a concepção de sujeitos como seres providos de princípios. Desse modo, os processos criminais são um reflexo da sociedade. Postulados são concebidos sobre os envolvidos e sobre esse fundamento esses são ajustados ou não em um programa civilizador, de forma que o direito penal validando as atitudes auxilie a continuidade da ordem social. Abordar sobre os responsáveis pelo delito é inevitável, pois que é vestígio dos princípios sociais das práticas cotidianas, das perspectivas de comportamentos que determinam uma escala do feito homicida, que pode ser reputado como ‘vil’ em um momento e ‘legitimado’ em outro.

### **Fontes**

Processos Criminais – Alegrete: 1889-1930. APERS.

Processos Criminais – Bagé: 1889-1930. APERS.

Processos Criminais – Santana do Livramento: 1889-1930. APERS.

Processos Criminais – Uruguaiana: 1889-1930. APERS.

### **Bibliografia**

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

\_\_\_\_\_. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAULFIELD, Sueann. Em **Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. São Paulo: Unicamp, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª ed., 2001.



CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada, 3 : da Renascença ao Século das Luzes**; tradução Hildegard Feist. São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

CORRÊA, Mariza. **Os Crimes da Paixão**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **Morte em família: Representações Jurídicas de Papéis Sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CORREA, Silvio M.S. **Sexualidade e poder na Belle Époque de Porto Alegre**. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARGE, Arlette. **Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIII<sup>e</sup> siècle**. Paris: Seuil, 1992.

\_\_\_\_\_. *O Sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp. 2009.

\_\_\_\_\_. *Lugares para a história. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2011.*

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MATOS, Maria Izilda Santos; FARIAS, Fernando Antônio. **Melodia e sintonia: o feminino, o masculino e suas relações em Lupicínio Rodrigues**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

Souza, Luís Antônio Francisco de. *Polícia, violência e patrimonialismo em São Paulo (1889-1930)*. **MÉTIS: história & cultura** – v. 6, n. 11, p. 69-91, jan./jun. 2007.

WIESNER-HANKS, Merry E. **Gender in History: Global Perspectives**. 2.ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.

ZENHA, Celeste. **As Práticas da Justiça no Cotidiano da Pobreza: um Estudo sobre o Amor, o Trabalho e a Riqueza Através dos Processos Criminais**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 1984.

## **5. Relações Sociais e Familiares nos Séculos XVIII e XIX**

# SOB O OLHAR DA IGREJA: ANÁLISE DA POPULAÇÃO AÇORIANA ATRAVÉS DOS REGISTROS PAROQUIAIS DE CASAMENTO E BATISMO NA FREGUESIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VIAMÃO, ENTRE OS ANOS DE 1747 – 1775

*Gabriela Pacheco Carvalho<sup>1</sup>*

**Resumo:** Esta comunicação pretende analisar a formação inicial da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, através dos registros paroquiais entre os anos de 1747 – 1775, tendo como principal objetivo identificar e perceber como o contingente populacional açoriano se instalou nos Campos de Viamão, após recrutamento por parte da coroa para povoar o Rio Grande de São Pedro. Como fonte, utilizamos os livros de casamento e batismo da dita freguesia. Procuramos explorar como estes ilhéus foram descritos e quais as relações sociais foram estabelecidas ao olhar atento da igreja, grande reguladora da vida cotidiana no Brasil colonial. A metodologia consiste na quantificação dos dados coletados e na qualificação das informações obtidas. Com os resultados neste trabalho apresentados, pretendemos contribuir com a compreensão dos estudos nos campos da história das populações no meridional brasileiro, durante o período colonial.

**Palavras-chave:** População – Imigração açoriana – Batismo – Casamento

## **Introdução**

Nos anos finais do século XVII e início do século XVIII o território sulino apresentava um quadro de disputas por territórios entre Portugal e Espanha. Suas fronteiras necessitavam ser definidas e este espaço ocupado e povoado para garantir a posse das terras meridionais lusas. Como forma de garantir este território Portugal lança edital nas ilhas açorianas com uma série de benefícios aos interessados em emigrarem, entre muitas das promessas destacamos a entrega de um quarto de léguas em quadra por casal para cultivo e moradia, bem como sementes e ferramentas.

O edital foi lançado nas Ilhas Açorianas no ano de 1747, logo após já em 1750 podemos encontrar registros destes ilhéus pelas paragens sulinas. Pelo projeto da Coroa Portuguesa, estes imigrantes deveriam se dirigir a região das Missões, porém a guerra guaranítica (1753-1756) os mesmos foram impossibilitados de chegar ao seu destino. Assim, a alternativa para os imigrantes açorianos foi instalar-se durante o trajeto, o que incluiu a freguesia Nossa Senhora da Conceição de Viamão.

Nossa Senhora da Conceição de Viamão foi a segunda freguesia fundada no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1747, mesmo ano que se inicia os livros de batismo, casamento e óbito da paróquia local. Utilizamos para este estudo apenas os livros paroquiais de batismo e casamento. Deste modo, analisamos a população açoriana nos primórdios da formação da freguesia.

A análise do conjunto de matrimônios e de batismos que ocorreram nesta paróquia tem como foco principal perceber a inserção social dos imigrantes naturais das ilhas dos açores e suas estratégias, para verificar se houve comportamento endogâmico entre os ilhéus. Para tanto é necessário estudar as informações contidas nos assentos paroquiais de maneira que um dos aspectos mais importantes é a naturalidade dos envolvidos, principalmente dos noivos, dos pais dos batizados e quando possível a

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), gabycarvalho\_@hotmail.com

identificação dos padrinhos. Neste sentido segue neste trabalho a análise dos dados coletados das fontes paroquiais, a fim de caracterizar a imigração açoriana e suas escolhas na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, entre os anos de 1747 – 1775.

## **Os Registros Paroquiais de Casamento e Batismo**

Para este estudo utilizamos primordialmente as fontes paroquiais de registros de casamento e batismo transcritos, disponíveis a partir do projeto “Resgate de Fontes Paroquiais”<sup>2</sup> em que é possível ter acesso os assentos de casamento, batismo e óbito através de tabelas e documentos em formato pdf, em que é descrito o ato dos registros. Os assentos paroquiais são uma fonte riquíssima para o período colonial, visto que cobre boa parte da população independente da condição social ou jurídica dos indivíduos. Os livros paroquiais para Viamão são de caráter misto, ou seja, podemos ter presente no mesmo livro tanto pessoas de condição jurídica livre como podemos notar a presença de escravos, forros e administrados.

No período colonial não havia separação entre Estado e Igreja, o que tornava os registros paroquiais, uma forma de normatizar e vigiar a vida em sociedade da população colonial brasileira. Segundo Bassanezi:

Registros produzidos pela Igreja, particularmente, têm um peso muito grande, pois, guardam informações de uma época em que não existia o Registro Civil – em que não havia separação entre Estado e Igreja – ou seja, o Brasil do início da colonização portuguesa à Proclamação da República.<sup>3</sup>

Assim, o período colonial foi marcado pelo Padroado Régio, ou seja, havia uma união selada através de bulas papais em que a Coroa Portuguesa assumia para si a construção e manutenção das Igrejas e capelas, enquanto a Igreja legitimava e reafirmava o poder do monarca. O Rei português passou a levar a fé católica às novas terras conquistadas, pois se entendia que as ações de colonizar e evangelizar estavam colocadas em pé de igualdade. Logo, os registros paroquiais, configuravam um meio de controle da sociedade através da Igreja, pois esta era uma instituição ligada diretamente a administração colonial.

Estes registros paroquiais foram regidos pelo conjunto de normas instituído através de sínodo realizado na Bahia, sob o comando do arcebispo Monteiro e Vide. Este conjunto de normas ficou conhecido como: *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, datado do ano de 1707. Esta espécie de manual visava regularizar as ações sociais dos colonos, e pretendeu dar conta de lacunas na legislação canônica, justamente pelas especificidades na sociedade colonial brasileira (entre alguns

---

<sup>2</sup> NEUMANN, Eduardo & KUHN, Fábio. Resgate de fontes paroquiais – Porto Alegre, Viamão, século XVIII. Porto Alegre, 2006.

<sup>3</sup> BASSANEZI, Maria Silvia. Uma fonte para o estudo da migração e do migrante: os registros dos eventos vitais. *Idéias*, Campinas (SP), n. 2 (nova série), p. 89-107, 1º semestre 2011, p. 91.

aspectos a escravidão), contudo as *Constituições* deveriam ser seguidas por todos os fiéis, assim como salienta Casimiro:

s colonos deveriam, pois, obediência às constituições religiosas a obra composta de cinco volumes, previam, detalhadamente, como deveria ser o comportamento dos fiéis e do clero. Essas normas e proibições eram descritas nas *Constituições* de forma esmiuçada e em todas as suas variações.<sup>4</sup>

Portanto, estas fontes tornam-se riquíssimas em informações, possibilitando estudos demográficos populacionais, antes mesmo dos primeiros censos. Todavia, é importante salientar que alguns livros paroquiais devido à má conservação e o tempo, estão muitas vezes deteriorados, o que pode dificultar os estudos das fontes. Para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão foi possível analisar apenas o início do livro I de casamento entre os anos de 1747 e 1759, justamente por já se encontrar em péssimo estado de conservação.

O registro paroquial de casamento deveria apresentar segundo os parâmetros estabelecidos nas *Constituições*, a data em que foi celebrado o matrimônio, o nome de cada nubente, bem como de seus respectivos pais, a moradia e a naturalidade dos noivos e a assinatura do padre. No primeiro livro de Viamão analisado nesta pesquisa estas informações aparecem em alguns casos, acompanhadas de pequenas observações sobre os nubentes e o ano de registro das habilitações matrimoniais. Consta nos registros em média duas testemunhas, podendo este número variar chegando a ter até quatro testemunhas. Nos assentos de casamento de escravos da freguesia de Viamão, o nome dos proprietários também é registrado.

Já para o registro de batismo ficou firmado segundo as *Constituições* que deveria constar o nome do batizando, nome dos pais da criança e se a mesma era legítima ou natural, o local de moradia dos pais, e o nome de dois padrinhos (um padrinho e uma madrinha) ou pelo menos o nome de um deveria constar, além da data da realização do batismo e a assinatura do padre responsável. Nos registros estudados para Viamão em alguns casos notamos informações como os nomes dos avós e suas respectivas naturalidades.

Em alguns assentos de batismo, assim como ocorreu para os assentos de casamento, foi registrada a condição jurídica e a indicação de títulos e ocupações dos indivíduos envolvidos no ato do batizado. Para nosso estudo é importante a indicação da naturalidade dos envolvidos, pois deste modo podemos identificar os naturais das Ilhas e conectar as escolhas feitas no ato dos sacramentos do batismo e casamento.

Embora as *Constituições*, determinassem que a criança fosse batizada até oito dias após o nascimento, em nossos registros muitos assentos não constam a data de nascimento dos batizados.

---

<sup>4</sup> CASIMIRO, Ana Palmira. *Constituições religiosas e educação na Bahia setecentista. In: VII Seminário nacional de estudos e pesquisas do HISTEDBR, 2006. Navegando pela história da educação brasileira. Campinas: graf. fe - HISTEDBR/UNICAMP, p. 1-15, 2006. p. 2.*

Do total de 1497 batismos para a freguesia de Viamão, apenas 419 consta a data de nascimento dos batizados, ou seja, pouco mais de 20% do total de registro.

Em outros casos encontramos informações adicionais em determinados registros, como exemplo quando a criança se encontra em perigo de morte e teve que ser batizada em casa, ou quando se informa, por exemplo, que os avós são incógnitos. Os registros de crianças escravas ou de forros apresentam poucos dados, até o ano de 1775 em nenhum registro de escravos foi declarado os avós e alguns apresentam apenas um padrinho.

Estas lacunas e informações adicionais nos registros, talvez possam ser atribuídas ao pároco que redige o assento. Dentre o período que abrange este estudo (1747 – 1775) foi possível verificar a participação de 23 padres e 9 frades, que passaram a ser nossos interlocutores, uma vez que, são os responsáveis por ministrar e registrar os assentos de batismo. Notamos um rodízio de padres nestes assentos e cada qual a sua forma registrava os batizados, o que confere este caráter tão variado para as informações coletadas.

Para este estudo as informações coletadas através dos registros paroquiais, foram inseridas em um software<sup>5</sup> que possibilita um melhor manuseio e organização dos dados, assim como sua extração através de planilhas do Excel. O primeiro contato com esta ferramenta foi possibilitado pela iniciação científica enquanto bolsista do projeto “Gente das Ilhas: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 – 1790” sob a coordenação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Silvia Volpi Scott.

A partir destes registros paroquiais foi realizada a análise seriada dos dados, nos possibilitando indicativos e padrões estabelecidos pelas relações sociais vigentes para o período. Desta forma, por exemplo, foi possível confirmar o dito popular português “Se queres bem casar, casa-te com teu igual”. Notamos através dos dados que 82% dos casamentos ocorreram entre pessoas de condições jurídicas iguais, ou seja, através da análise quantitativa, ao confrontarmos os dados pudemos instituir padrões sociais.

O método deste trabalho procurou conciliar o estudo demográfico da população registrada nos assentos paroquiais de Viamão, com a perspectiva da História Social. Buscamos perceber através das séries de casamento e batismos a inserção e estratégia dos imigrantes açorianos dentro da dita freguesia, entender as articulações familiares e os laços estabelecidos perante o olhar atento da Igreja Católica, muito presente no período colonial brasileiro. Como ressalta Nadalin:

Trata-se, fundamentalmente, de utilizar as séries de dados obtidos das atas de matrimônios como indicadores de determinadas relações sociais e padrões culturais. Ou seja, este tratamento exploratório da documentação completa-se por um interrogatório adequado as cifras, tendo em vista uma problematização apropriada.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> O software denominado de NACAOB (nascimento, casamento e óbito) foi desenvolvido especialmente para a inserção dos registros paroquiais pelo prof. Dario Scott.

<sup>6</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Abep, 2004. p. 86.

Este pensamento aplica-se aos registros de batismo, estabelecendo vínculos dos números alcançados, para estabelecer as normatizações e suas discrepâncias. Não podemos deixar de ressaltar a importância da formação de redes de compadrio dentro desta sociedade colonial, uma vez que, a hierarquia e as formas de ascensão embasavam-se em princípios de privilégios, estar bem articulado dentro da sociedade e manter um bom relacionamento pessoal com a comunidade, poderia ser indicativo de um futuro promissor, ou pelo menos de garantir a estabilidade adquirida.

Neste sentido, a seguir iremos descrever a instituição do casamento e a inserção dos açorianos nos registros paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, bem como a análise dos batismos, perceber qual a participação destes ilhéus nos assentos paroquiais.

### **A Instituição do Casamento**

A instituição do casamento como sacramento pela Igreja católica se deu a partir do Concílio de Florença datado do século XV. Neste concílio o matrimônio passou a ser considerado um sacramento, devendo, portanto, contar com o consentimento de ambos os nubentes. A Igreja pretendia com isto, fortalecer as uniões consensuais, evitando escândalos de casamentos secretos e artimanhas para burlar a imposição das famílias perante o casamento de seus filhos.

Mas foi com o Concílio de Trento (1545-1563) - quase um século depois -, que este sacramento foi normatizado e passou a se configurar a necessidade de ser registrado nos livros eclesiásticos. Até então, algumas Igrejas faziam registros de casamento e batismo por conta própria, sem considerar qualquer normatização. Para o Brasil colonial o matrimônio foi normatizado pelas já citadas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

Hespanha não deixa de ressaltar que mesmo se tratando de acordos em que o consentimento familiar era importante, não devemos esquecer que este sacramento era a base familiar, e estava envolvido em um amor característico da época. O amor como forma de ambos os nubentes tornarem “carne de uma só carne” os noivos deveriam se entregar espiritualmente, pertencendo desta maneira um ao outro.

A primeira destas conseqüências era a obrigação, para os dois cônjuges, de se entregarem um ao outro, gerando uma unidade em que ambos se convertiam em carne de uma só carne. Esta união mística dos amantes já ocorria pela facto mesmo do amor, que, de acordo com a análise psicológica dos sentimentos empreendida pela escolástica, fazia com que a coisa amada se incorporasse o próprio amante.<sup>7</sup>

O matrimônio deveria acontecer apenas se ambos os nubentes estivessem de acordo, mas não coibia o poder paterno de reprovar uma união. Aqui, encontramos uma incongruência, pois a legislação do reino, composta pelas Ordenações previa que os pais pudessem deserdar “as filhas

<sup>7</sup> HESPANHA, A. Manuel. Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. In: *Análise social*, vol. XXVIII 1993. p. 952.

menores (25 anos) que casassem contra vontade dos pais e, em complemento, puniam com degredo quem casasse com mulher menos sem autorização do pai.”<sup>8</sup>

A Igreja neste contexto regulou e normatizou as formas de uniões matrimoniais, na Colônia, ela era incisiva e dominadora. Era responsável por vigiar e resguardar a fé e a vida cotidiana de seus fiéis. A instituição do casamento estava desta forma, ligada aos preceitos da fé, regularizado pela Igreja Católica no caso do Brasil colônia, mas também era através dele que se concretizavam alianças entre famílias e ascensão social a determinada camada da sociedade. Estes arranjos matrimoniais eram prática recorrente na sociedade de Antigo Regime, que buscavam basicamente levar em consideração a consolidação do patrimônio e sua transferência de recursos. Scott (1995) ao analisar as estratégias de famílias paulistanas no século XVIII confirmou a predominância e importância de se manter as alianças familiares:

Confirmou-se, portanto o consenso existente entre estudiosos da família das sociedades tradicionais, que reconhece que a escolha do cônjuge e as estratégias de aliança e parentesco estavam intrinsecamente ligadas aos interesses do grupo social que representavam e, em última análise, à sobrevivência do mesmo.<sup>9</sup>

Resta saber quais foram as escolhas matrimônias envolvidas nos casamentos da freguesia Nossa Senhora da Conceição de Viamão, percebidas através dos registros paroquiais. O foco deste trabalho direciona-se aos nubentes em que a naturalidade discriminada é das Ilhas Açorianas. Começamos pelos registros de casamento, tendo em vista que o matrimônio se constituía como a base da formação familiar.

O livro de casamento da freguesia de Viamão que trabalhamos nesta pesquisa encontra-se em péssimo estado de conservação, por este motivo iremos trabalhar com um número reduzido de assentos registrados entre os anos de 1747 e 1759. Foi possível analisar 184 assentos matrimoniais que correspondem a 368 nubentes de condição jurídica variada podendo ser classificados como: livres, escravos, forros e administrados. Por se tratar de um livro misto, todos aqueles em que não foi feita menção sobre condição jurídica, ou seja, em que não foi especificado tratar-se de um escravo, administrado, ou mesmo forro, este nubente foi automaticamente classificado como pessoa de condição jurídica livre.

Destes casamentos, 60% representaram uniões envolvendo nubentes em que ambos são considerados livres, 19% destas uniões envolveram apenas casais escravos, 2% de casamento entre forros e 1 % entre administrados, portanto, os outros 18% foram compostos por casamentos mistos, abarcando livres, escravos, forros e administrados.

---

<sup>8</sup> Hespanha, A. 1993. p. 960.

<sup>9</sup> SCOTT, S. V. Ana. Família, casa e fortuna: os grandes proprietários de escravos em São Paulo (1765- 1836). In: *Boletín de La Asociación de Demografía Histórica*. San Sebastián: IV Congresso ADEH, p. 91-139, 1995. p. 125.



Estes percentuais nos indicam primeiramente que o casamento na freguesia procurou assim, como para outras regiões luso-brasileiras, unir pessoas com condição jurídica igualitária. Nizza (1993) ao estudar os casamentos, percebeu uma tendência ao casamento entre pessoas de igualdade social. Ao relatar casos em que o casamento misto era mal visto e necessitava de autorização eclesiástica, através da intervenção do Desembargo do Paço, confirma-se a disposição de casamentos entre iguais, seja em condição social, idade, naturalidade etc.. “Casamentos desiguais do ponto de vista social eram mal vistos na Capitania, como m geral no Brasil colônia, e os parentes não hesitavam em recorrer ao governador para impedir tais enlaces”<sup>10</sup>

A tabela abaixo contempla os casamentos realizados na freguesia, por ano. Através dela percebemos um índice cada vez maior de casamentos sendo realizados a partir de 1752. O primeiro registro de casamento em que açorianos aparecem, data de 1750, mas foi no ano de 1753 que encontramos uma incidência maior casamentos envolvendo ilhéus.

Dos 28 matrimônios realizados, em 13 assentos foi constatada a presença de ilhéus, o que nos possibilita conectar este volume demográfico em Viamão com a guerra guaranítica que, segundo historiografia, teria impossibilitado os ilhéus de chegarem ao seu destino inicial, que pelo projeto da Coroa Portuguesa, seria a região das missões ocupadas neste momento pelos índios guarani e jesuítas espanhóis.

**Tabela 1 – Casamentos Freguesia Nossa Senhora da Conceição de Viamão por ano**

Ano	Quantidade de Casamentos
1747	2
1748	11
1749	3
1750	15
1751	6
1752	15
1753	28
1754	9
1755	21
1756	22
1757	16
1758	18
1759	18
<b>Total</b>	<b>184</b>

<sup>10</sup> SILVA, N. Maria Beatriz. *Vida privada e cotidiano no Brasil: na época de d. Maria e d. João VI*. Lisboa: Espanta, 1993. p. 69.

Fonte: Registros de Casamentos de Viamão AHCMPTA – Livro I (1747 – 1759)

Para os matrimônios em que a naturalidade é declarada no assento paroquial, encontramos um percentual de 26% para as noivas, enquanto que para os noivos este percentual é de 19%. A região central dos Açores (Faial, Pico, São Jorge, Terceira e Graciosa) forneceu 89% dos imigrantes constantes dos assentos paroquiais de casamento.

O que ocorreu segundo Cardoso e Madeira (2003), foi que, nas ilhas centrais, houve uma procura maior da população em geral para emigrar. Este fato muito se atribui a duas causas primordialmente: de um lado as crises sísmico-vulcânicas e de outro, a escassez na alimentação, já discutidos no primeiro capítulo deste trabalho. Estima-se que no século XVIII, 5% da população total do arquipélago tenham emigrado para espaços na América - lusa. Embora este percentual seja relativamente pequeno, devemos considerar que a população emigrante se constituiu de jovens em idade fértil e em plena atividade socioeconômica. O próprio edital deixa clara a idade máxima para embarque 30 anos mulheres e 40 anos homens.

Este contingente populacional que emigra para o Brasil em setecentos não tem uma quantificação concreta, podemos falar em números aproximados, mas devido à falta de listas de passageiros de saídas não se pode chegar a um número absoluto. “não há unanimidade entre os diversos autores que se têm dedicado ao estudo da temática sobre o número concreto de açorianos que terão transitado para o Brasil.”<sup>11</sup>. Pela tabela abaixo é possível identificar melhor o quadro geral dos imigrantes açorianos e suas respectivas ilhas de nascimento na freguesia de Viamão.

**Tabela 2 – Ilhas de naturalidade dos nubentes açorianos**

Ilhas	Noivos	Noivas
Santa Maria	2	3
São Jorge	9	14
Faial	6	12
Pico	4	2
Graciosa	1	1
Terceira	5	8
Flores	1	-
Ilhas	2	-
Total	30	40

Fonte: Registros de Casamentos de Viamão AHCMPTA – Livro I (1747 – 1759)

<sup>11</sup> CORDEIRO, Carlos; MADEIRA, Arthur. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820) uma leitura em torno de interesses e vontades. *Arquipélago-história*. Ponta Delgada, 2ª Série. Vol. XII, 2003. p. 108.

O que podemos notar através destes registros de casamento é uma maior procedência de pessoas da ilha de São Jorge, seguidas da ilha do Faial, confirmado a demanda populacional do grupo central do Arquipélago dos Açores, como sugere Meneses “a maioria dos alistamentos e, por conseguinte, das deslocações acontecem no grupo central, mais atreito às crises de subsistência e às adversidades da natureza que motivam a deterioração das condições de sobrevivência”<sup>12</sup>.

A partir da destes dados, procuramos identificar os matrimônios sacramentados entre ilhéus, para verificar se houve um padrão seguido pelos recém-chegados em suas escolhas, e possivelmente identificar suas estratégias e alianças. Em um total de 51 casamentos foi notada a presença açoriana: desse conjunto, 19 foram casamentos foram realizados entre ambos os nubentes naturais das ilhas dos Açores.

Dentre os casamentos realizados entre ilhéus, devemos destacar que onze apresentaram a referência explícita de se tratar de “casais Del Rey”, indicando, portanto uma união entre os imigrantes financiados pelo projeto da Coroa Portuguesa de povoar o sul. Esta informação era descrita pelo pároco e é questionável a real intenção desta menção.

Podemos considerar que se tratando de um grupo em evidência pela Coroa registrá-los como “casais Del Rey” poderia ser uma forma de controlar este contingente populacional. Outra hipótese seria o próprio interesse destes ilhéus em garantir o registro de sua forma de imigração, uma vez que, havia promessa de benefícios para os mesmo. Em nenhum destes matrimônios consta algum cargo, título ou atributo aos noivos que não os de ser ilhéus.

Nos casamentos em que apenas a noiva é natural dos Açores houve alguns casos de escolha por noivo de origem portuguesa. Foram encontrados 21 casamentos com noivas açorianas, entre estes, nove tinham noivos portugueses reinóis. O restante era natural de capitânicas coloniais como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, porém nenhum noivo apresentou títulos ou patentes militares e, à partida, não foi identificada a partir dos registros uma distinção social.

Para o caso dos noivos notamos que dos 11 casamentos, em sete localizamos noivas naturais de Laguna, sendo as demais de capitânicas de outras regiões coloniais. Ainda é curioso notar o aparecimento de duas índias como nubentes destes açorianos e uma administrada. Podemos concluir que para os homens o mercado matrimonial fosse mais acessível as moças locais, ou próximas a freguesia.

Embora também não tenha sido possível encontrar nenhum atributo que distinguisse as famílias destas nubentes no registro, se poderia supor, através destes dados, que para os homens, constituir matrimônio com famílias já estabelecidas fosse uma estratégia para se inserir dentro da sociedade local.

---

<sup>12</sup> MENEZES, Avelino. OS açores na colonização do Brasil: do descobrimento ao advento de Pombal. *Ciência & Letra. Porto Alegre*, n. 41, p 9-34, jan/jun. 2007 p. 29.

## O Batismo

O ato do batismo deve ser entendido para o período colonial como algo inevitável de ser realizado, uma vez que, a sociedade no Brasil Colonial, estava imersa em uma cultura Católica propagada pela Coroa Portuguesa. Neste sentido, todas as crianças da colônia deveriam ser batizadas ao nascer como indicava as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. O batismo adulto era imposto no caso da conversão de escravos e indígenas, como forma de aceitação da doutrina católica.

Para ser considerado um indivíduo pertencente a Coroa Portuguesa e a sociedade, era, portanto necessário o sacramento do batismo, não importando a cor/etnia ou condição socioeconômica, lembrando que neste momento não havia separação entre Igreja e Estado. As disposições das *Constituições* estavam adaptadas ao Brasil Colônia, mas em grande medida respeitavam as normatizações estabelecidas pelo Concílio de Trento (1545-1563). Segundo sugeriam as *Constituições* o batismo é “porta por onde se entra na Igreja Católica”<sup>13</sup>.

O ritual católico do batizado simbolizava deixar para trás todo pecado original cometido por Adão, que deveria ser concretizado até oito -dias após o nascimento, devendo ser realizado com água para purificar a alma, para Hameister:

O batismo, a imersão na água benta, acompanhado dos demais atos do rito, purifica a alma e purga este pecado. Através do batismo, o ser humano – carnal, imperfeito, pecador em sua essência – renasce para o reino de deus, tocado pela graça divina, purificado, limpo de alma, redimido tanto do pecado original como dos atuais.<sup>14</sup>

Segundo as *Constituições* quem deveria realizar o sacramento eram os padres das paróquias, pois se tratando de um ritual católico a autoridade deveria guiar o ato, apenas em caso de perigo de morte é que qualquer pessoa poderia realizar o batizado. Este processo indicava o nascimento espiritual da criança em que era obrigatório para que a mesma pudesse futuramente ganhar o reino dos céus:

Porque muitas vezes acontece perigarem as mulheres de parto, e outrossim perigarem as crianças, antes de acabarem de sair do ventre de suas mães, mandamos as parteiras, que aparecendo a cabeça, ou outra alguma parte da criança, posto que seja mão, ou pé, ou dedo, quando tal perigo houver, a batizem na parte que aparecer, e em tal caso, ainda que aí esteja homem, deve por honestidade batizar a parteira, ou outra mulher, que bem o saiba fazer.<sup>15</sup>

Conseqüentemente, é reforçada mais uma vez a ideia de que, sendo o batismo um ritual tão importante e presente na sociedade vigente da época, podemos através dos registros paróquias

<sup>13</sup> VIDE, 1707, Livro Primeiro, Título X: 14.

<sup>14</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do rio grande (1738-1763)*. Ppg-História Social/UFRJ, 2006 [tese de doutorado]. p. 200.

<sup>15</sup> VIDE, 1707, Livro Primeiro, Título XIII: 19, 20.

“acessar” parcela considerável da população. Como sugere Marcílio “A cobertura universal da população nos Registros Paroquiais brasileiros é, pois, primeira grande característica positiva dessa documentação serial.”<sup>16</sup>

Para os anos que abrange esta pesquisa (1747 – 1775) foram computados um total de 1497 batismos na freguesia de Viamão. O primeiro batizando foi o pequeno Inofre<sup>17</sup> filho natural de Maria Tapanhuna escrava, batizado aos três dias de dezembro no ano de 1747. Como era filho de mãe escrava, Inofre ao nascer tornou-se escravo de Manuel Brás, senhor de sua mãe. O registro consta que todos os envolvidos eram moradores na freguesia de Viamão. Seus padrinhos Salvador Brás e sua mulher Bernarda Rodrigues não são relacionados como escravos. Abaixo tabela que indica os nascimentos por ano na freguesia de Viamão:

**Tabela 3 – Batismos na freguesia Nossa Senhora da Conceição de Viamão**

Ano	Nº de batizados
1746 – 1750	99
1751 – 1755	313
1756 – 1760	198
1761 – 1765	185
1766 – 1770	403
1771 – 1775	299
Total	1497

Fonte: Registros de batizados de Viamão AHCMPA – Livros I, II, III (1747 – 1775)

A primeira observação a ser feita sobre esta tabela 4, é que o primeiro pico de nascimentos ocorre entre os anos de 1751/55, ano em que os casamentos tiveram um acentuado crescimento, portanto devem estar diretamente associados a essa situação. Já entre os anos de 1756/65 ocorre uma estabilidade nos batizados, neste período devemos lembrar a fundação de outras freguesias aos arredores de Viamão. Triunfo e Santo Amaro que a partir de 1754 e respectivamente 1757, ganharam paróquias próprias, registrando assim, os nascimentos próximos a estas freguesias, contribuindo para a distribuição dos mesmos nessas novas freguesias.

<sup>16</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. *Revista Varia Historia*, nº 31, Belo Horizonte, p.13-20, jan.2004. p. 17

<sup>17</sup> Registro de Batismo fl. 4. Inofre (03/12/1747) Livro 1 – Batismo de Viamão (1747 - 1759) – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA).

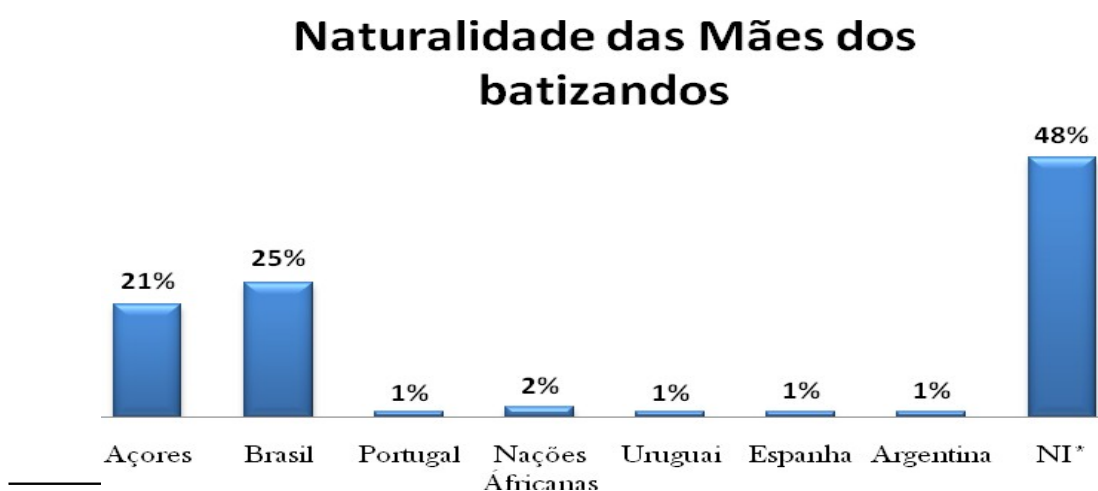
Outro pico de natalidade é o ano de 1767 que registrou nada menos que 83 batizados. A partir de então, novamente, os batizados aumentam, até o ano de 1772. Neste mesmo ano outra freguesia é desmembrada de Viamão, a Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, e então podemos perceber um declínio nos batismos em Viamão. Com isto, podemos perceber o papel de agente formador da freguesia de Viamão, pois a partir dos registros, conseguimos visualizar os picos de batismo, como perceber como a formação de novas freguesias afetou Viamão.

Vale ressaltar que em 1763 o forte de Rio Grande foi invadido pelos espanhóis, o que trouxe muitos moradores da vila para Viamão, percebemos isto, nos anos seguintes em que os batizados aumentam. Nos próprios registros podemos encontrar passagens em que o pároco faz questão de registrar que os pais eram moradores do Rio Grande, mas que chegaram a Viamão fugido dos inimigos. Como o caso do menino Manuel, filho legítimo de Pedro de Oliveira e Catarina Maria naturais da Ilha de São Jorge e que o padre registra ao final “dos casais que vieram fugidos dos inimigos do Rio Grande, ora assistentes nesta Freguesia”<sup>18</sup>

Dos 36 batizados realizados no ano de 1763 na freguesia de Viamão, em 11 registros podemos notar semelhante observação feita pelo pároco nos assentos batismais. Para o registro de Vicente, filho legítimo de Francisco da Rosa e Maria Antônia o padre fez a seguinte observação “nasceu em perigo no mar com o susto dos inimigos que entraram no Rio Grande.”<sup>19</sup>

Nota-se que a freguesia de Viamão, assim como a capitania vai aos poucos criando raízes e crescendo demograficamente. Pois bem, nos registros de casamentos foi notório um crescimento a partir de 1753, e o envolvimento de considerável número de açorianos, mas, será que o mesmo vale para participação dos pais nos batizados? Esta questão está presente nos gráficos abaixo, que indica a naturalidade dos pais das crianças batizadas, quando informado pelo pároco.

**Gráfico 1- Naturalidade das Mães nos registros paróquias da freguesia de Viamão**



<sup>18</sup> Registro de Batismo fl. 28. Manuel (08/09/1763) Livro 2 – Batismo de Viamão (1759 - 1769) – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA).

<sup>19</sup> Registro de Batismo fl. 25. Vicente (05/06/1763) Livro 2 – Batismo de Viamão (1759 - 1769) – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA).

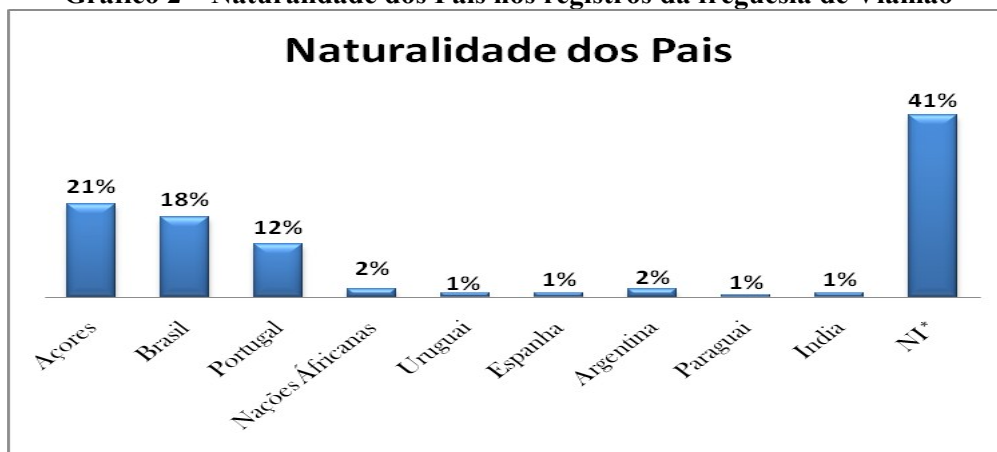
\*NI: Não informado

Fonte: Registros de batizados de Viamão AHCMPTA – Livros I, II, III (1747 – 1775).

Como podemos ver, no gráfico 1, apesar do alto índice de registros em que não é discriminada a naturalidade da mãe (48%), as naturais das Ilhas tem uma porcentagem elevada 21%, se comparada com as outras localidades, ficando apenas atrás das naturais do território colonial brasileiro. Outro dado relevante neste gráfico é o número de naturalidades não informado. Mesmo constando nas *Constituições* que a naturalidade dos pais deveria ser registrada, na prática percebemos um alto índice de negação a esta informação.

Ao analisar a naturalidade dos pais, gráfico 2, notamos uma maior diversidade nas naturalidades. O índice de registros em que não é informada a naturalidade é próximo ao das mães, Assim como constatamos a mesma porcentagem para os pais e mães açorianos 21%. Os açorianos constantes nos registros representam deste modo, o grupo de maior expressão entre os pais dos batizados.

**Gráfico 2 – Naturalidade dos Pais nos registros da freguesia de Viamão**



\*NI: Não informado

Fonte: Registros de batizados de Viamão AHCMPTA – Livros I, II, III (1747 – 1775)

Fica evidente a participação destes açorianos na freguesia de Viamão, mesmo que apenas de passagem, estas famílias deixaram suas marcas individuais e coletivas nos assentos paroquiais. Após análise dos registros foi possível identificar 146 casais em que pai e mãe tiveram naturalidade açoriana declarada. Destes casais apenas três tiveram uma prole elevada até o ano em que se encerra esta pesquisa (1775), com seis filhos registrados: Manuel Caetano e Inês de Jesus da Silveira; Manuel Martins Ferreira e Maria do Rosário; e Antônio Rodrigues e Rosa Perpétua. Para os demais a média é 1,5 filhos por casal. Precisamos agora estabelecer quais os vínculos destes açorianos com o restante da população de Viamão.

## Considerações Finais

Este trabalho procurou identificar a participação dos naturais das ilhas açorianas nos registros paroquiais de Viamão, assim notamos uma efetiva presença dos mesmos em ambos os registros (batismo e casamento). Entre outras considerações notamos uma tendência destes ilhéus de manter relações sociais com pessoas em igual condição social e jurídica. Contudo, estes resultados preliminares não se esgotam aqui. Os registros paroquiais são uma fonte riquíssima, que permite várias análises e aprofundamentos, partindo de diferentes perspectivas. Procuramos elencar alguns aspectos, mas há muito para ser analisado e pesquisado.

## Referências

### Fontes

#### Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA)

##### *Registros paroquiais:*

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão

1º livro de casamentos de Viamão (1747 - 1759)

1º livro de batismo de Viamão (1747 – 1759)

2º livro de batismo de Viamão (1759-1769)

3º livro de batismo de Viamão (1769 – 1775)

### Bibliografia

BASSANEZI, Maria Silvia. Uma fonte para o estudo da migração e do migrante: os registros dos eventos vitais. *Idéias*, campinas (SP), n. 2 (nova série), p. 89-107, 1º semestre 2011.

CORDEIRO, Carlos; MADEIRA, Arthur. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820) uma leitura em torno de interesses e vontades. *Arquipélago-história*. Ponta Delgada, 2ª Série. Vol. XII. p. 99-122, 2003.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do rio grande (1738-1763)*. Ppg-História Social/UFRJ, 2006 [tese de doutorado].

HESPANHA, António Manuel. Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. In: *Análise social*, vol. XXVIII, 1993. p. 951-973



MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. *Revista Varia Historia*, nº 31, Belo Horizonte, p.13-20, jan.2004.

MENEZES, Avelino. OS açores na colonização do Brasil: do descobrimento ao advento de Pombal. *Ciência & Letra. Porto Alegre*, n. 41, p 9-34, jan/jun. 2007

NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Abep, 2004

NEUMANN, Eduardo & KUHN, Fábio. Resgate de fontes paroquiais – Porto Alegre, Viamão, século XVIII. Porto Alegre, 2006.

SILVA, N. Maria Beatriz. *Vida privada e cotidiano no Brasil: na época de d. Maria e d. João VI*. Lisboa: Espanta, 1993.

SCOTT, S. V. Ana. Família, casa e fortuna: os grandes proprietários de escravos em São Paulo (1765-1836). In: *Boletín de La Asociación de Demografía Histórica*. San Sebastián: IV Congreso ADEH, p. 91-139, 1995.

VIDE, D. Sebastião Monteiro. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, vol. 79 2007.

**“MELHOR SOZINHO DO QUE MAL ACOMPANHADO”: A VIDA CELIBATÁRIA E  
AS OUTRAS FORMAS DE UNIÕES DA FREGUESIA MADRE DE DEUS DE  
PORTO ALEGRE (1772-1822)**

*Denize Terezinha Leal Freitas<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo principal identificar o quanto as relações amorosas dos fregueses da Madre de Deus de Porto Alegre, durante o século XVIII e XIX extrapolavam o âmbito do sacramento do casamento. Neste sentido, optamos por conduzir o leitor a partir de dois casos de celibatários definitivos, que ilustram o quanto o estudo de trajetórias pode contribuir para revelarmos os bastidores das formas de uniões, desta localidade para além do casamento. Trata-se assim, de casos detentores de um protagonismo social singular. Para tanto, nos valeremos dos usos teóricos da História da Família, População e Social e, no campo metodológico, da onomástica e da Demografia Histórica. De modo geral, podemos inferir que os dois casos nos permitem visualizar uma sociedade pautada por relações pessoais e familiares complexas que convivem entre a norma e a prática lado a lado.

**Palavras-Chave:** Família – Porto Alegre – Celibatários

### **Introdução**

As alianças matrimoniais nem sempre corresponderam a todas as formas de uniões. Apesar de ser considerada a maneira, teoricamente, oficial de selar uma relação conjugal, muitas outras formas de uniões estiveram lado a lado com o casamento<sup>2</sup>. Necessariamente, nem sempre as trajetórias de vidas dos moradores da Freguesia Madre de Deus, no final do século XVIII e início do XIX estiveram ligadas através dos laços do matrimônio. Em alguns casos, permanecer solteiro era uma estratégia fundamental para o bem viver nesta sociedade nos confins da América Meridional Portuguesa.

Neste sentido, objetivamos neste estudo realizar uma breve exposição sobre duas trajetórias de celibatários que tiveram suas vidas marcadas por um modo de viver bem distinto daquele proposto pelas normativas da Igreja no que tange a formação de famílias legítimas a partir da promoção do sacramento do casamento. Entretanto, especificamente estes dois sujeitos históricos não são representantes de relações ilícitas diretamente, mas sim, nos indicam aquela parcela dos celibatários definitivos que segundo Sérgio Nadalin:

A base estatística deste conceito é constituída pela frequência dos homens e mulheres que, numa determinada população, atingem a idade de 50 anos sem nunca terem se casado. Em sociedades nas quais são poucas as evidências de uniões consensuais – e, portanto, sendo a regra o casamento na regulação da união entre um homem e uma mulher – uma maior ou menor taxa de celibato definitivo pode refletir problemas que impedem o casamento; ou, ao contrário, que o estimulam. Esta taxa é

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora de História da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ezequiel Nunes Filho, Esteio, RS. Parte integrante de editoração da Revista Brasileira de História e Ciências Sociais e Vice-Coordenadora do GT de História da Infância, Juventude e Família da ANPUH-RS. E-mail: denizehistoria@gmail.com

<sup>2</sup> Para mais informações ver: FREITAS, Denize Terezinha Leal. O casamento fora do casamento: os índices de ilegitimidade entre os nubentes que casam na Freguesia Madre de Deus de Porto 1772 a 1835. In: Seminário Internacional - Migrações: Mobilidade Social e Espacial - XIX Simpósio de Imigração e Colonização, 2010, São Leopoldo. XIX Simpósio de Imigração e Colonização. São Leopoldo: Oikos, 2010.

geralmente confrontada com as médias de idade dos homens e mulheres ao contraírem pela primeira vez um matrimônio<sup>3</sup>.

Todavia, compreendemos os celibatários definitivos como uma parcela da população ativa, em termos de possibilidades de relacionamentos extraconjugais, isto é, mesmo sem contrair núpcias sacramentadas pela Igreja. Mulheres e homens que não casaram poderiam ter outras formas de relacionamentos amorosos sejam eles furtivos ou permanentes mesmo sob a clandestinidade. Portanto, compreendemos este grupo de celibatários, como indivíduos importantes para a compreensão, das outras formas de relacionamentos, contraídas nesta Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre.

Para tanto, a partir do cruzamento nominativo de fontes eclesiásticas e civis buscaremos mostrar ao leitor o quanto o estudo das trajetórias pode ser singular para desvendarmos características da população e famílias de Porto Alegre que se escondem sobre a frágeis e intangíveis certezas que as análises estatísticas nos fornecem<sup>4</sup>. Obviamente, que elas nos fornecessem indicadores indispensáveis para que assim possamos a partir destes dados investigarmos os bastidores pelos quais foram construídos e, mais do que isto, averiguarmos o porquê as fontes nos apresentam tais resultados.

Neste sentido, a possibilidade de cruzar e analisar diferentes conjuntos documentais, isto é, civis, eclesiásticos, jurídicos, etc. são enriquecedores, pois fornecem ao historiador, mais do que olhares diferentes, mas permitem que o mesmo perceba quais os discursos estão implícitos ou explícitos através dos discursos oficiais. Portanto, o que propomos é aliarmos o nosso conjunto de banco de dados estatístico referentes aos registros paroquiais da localidade com outras fontes de cunho civil ou eclesiástico, com o intuito de darmos “carne e ossos” aqueles sujeitos que os números destacaram em nosso primeiro olhar<sup>5</sup>.

Sendo assim, a seleção dos dois casos foi considerada a partir da relevância destes dois sujeitos históricos na localidade. Ambos foram marcados por duas características fundamentais que nos ressaltaram a importância dos mesmos na localidade: o celibatário definitivo e a recepção de crianças expostas<sup>6</sup>. Além disso, são figuras de destaque na sociedade por atuarem em ambas as esferas

---

<sup>3</sup> NADALIN, 2004, p. 167

<sup>4</sup> De acordo com NADALIN & FALCÃO (2003, p. 553), os dados quantitativos nos revelam grandes surpresas, mais que isto, “as análises de caráter quantitativo têm suas limitações e virtualidades. De um lado, fazem aparecer o que está imerso, encobrendo a complexidade da sociedade. Por outro, apontam para novos problemas e direcionamentos de pesquisa. Nesse sentido, estamos convictos, é vital que a metodologia articule-se a análises ‘micro’”.

<sup>5</sup> O recurso metodológico fundamental para a elaboração deste trabalho é o nome, o nosso *filho de Ariadne*, conforme a usada por Ginzburg, referente ao mito grego (em que Teseu recebe, de Ariadne, um fio que o orienta pelo labirinto, onde encontrou e matou o minotauro). Nesse sentido, o nome é o fio que nos orienta, através do cruzamento de fontes, para se reconstituir a História. Cf. GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>6</sup> Os dados referentes a exposição de crianças e seus receptores foram adquiridos graças a gentileza e parceria de pesquisa com o historiador Jonathan Fachini da Silva. Para mais informações a respeito da exposição de crianças em Porto Alegre durante o respectivo período destacamos: SILVA, Jonathan Fachini. **Os filhos do destino: A exposição e os expostos na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)**. 2014. 122 f. Qualificação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

de poder, a religiosa – a Igreja e, também, no ambiente social – *status* social. Em outras palavras, eram agentes sociais, que invariavelmente atuavam de maneira direta no andamento da vida social na localidade.

Do primeiro caso, podemos adiantar que se trata de uma mulher de destaque em Porto Alegre, já anteriormente caracterizada em outras edições<sup>7</sup>. Porém, percebemo-la mais do que uma *Dona* ou proprietária de terras e escravos, mas sim, como uma matriarca, aquela que foge a trajetória de subalternidade feminina de muitas das casadas ou solteiras (que casarão) encontradas nesta sociedade marcada por traços do Antigo Regime. Neste sentido, buscaremos tratar a *Dona Anna Marques de Sampaio* como uma filha e mulher autônoma de destaque pela sua atuação na sociedade.

Do segundo caso, também trataremos de um homem de destaque nesta sociedade, também criador de expostos, um homem de papéis que atuou no cenário político da Madre de Deus. No bastidor, dessa atuação tem fortes influências no que nos propomos compreender – *as outras formas de uniões*. De modo geral, ele é o representante ímpar desta sociedade de aparências que nem sempre conseguiu passar despercebida, pelo menos, perante a nossa investigação pelos arquivos de Porto Alegre.

### **O primeiro Caso: Uma Senhora da Igreja**

A família *Marques de Sampaio* compõe uma das trajetórias familiares das mais importantes para compreendermos esta sociedade que se forma nessa Porto Alegre Colonial. Os *Marques de Sampaio* estão presentes desde o primeiro livro de casamento da freguesia. Nele, encontramos pai e filho (*Manuel Marques de Sampaio*) homônimos numa sincronizada atuação como testemunha de diversos matrimônios realizados na localidade.

O patriarca, intitulado como *Cirurgião-Mor*<sup>8</sup> veio de Portugal e casou-se com *Clemência Maria*, na localidade de origem da noiva, em Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis). O *pater* família *Manuel Marques de Sampaio* está presente nas Atas da Câmara de Vereadores, o que nos indica sua atuação política e acentua seu prestígio na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. Este paroquiano que possui presença marcada nos livros de casamento e batismo da localidade, migrou de Évora, para o extremo Sul da América Portuguesa. No Continente de São Pedro, acabou passando por

---

<sup>7</sup> FREITAS, Denize T. Leal; SILVA, Jonathan Fachini. *Dona Anna Marques de Sampaio: filha do cirurgião-mor Manuel Marques de Sampaio, irmã do Padre Coadjutor Manuel Marques de Sampaio, Mãe de Duarte Marques de Sampaio (exposto) – Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, séculos XVIII-XIX*. In: **XI Mostra de Pesquisa do APERS**: produzindo História a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2013.

<sup>8</sup> O cargo de cirurgião-mor foi extinto em 17 de junho 1782, com o surgimento da *Junta do Protomedicato*, que passou a exercer tais competências por meio de seus delegados. Com a criação da Junta, centralizou-se em um único órgão atribuições que antes eram desempenhadas tanto pelo físico-mor quanto pelo cirurgião-mor. No entanto, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, foram restabelecidos, através de mercês, os cargos de físico-mor e cirurgião-mor dos Exércitos do Reino. Cf. ABREU, Laurinda. *A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados*. In: CARDOSO, A.; BRAZ DE OLIVEIRA, A.; MARQUES, M. S. (Coords.) **A Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2010. p. 97-122.

Viamão e, posteriormente, tornando-se freguês da Madre de Deus de Porto Alegre.

O filho *Manuel Marques de Sampaio* atuou como pároco coadjutor na localidade por muitos anos. Sendo posteriormente, enviado a Cachoeira do Sul para atuar como vigário da dita localidade<sup>9</sup>. A família de modo geral, tem sua vida marcada pela paróquia e pela política. Seja pelo casamento da filha *Isabel*, mas, sobretudo, pela carreira eclesiástica dos filhos *Manuel* e *Antônio*.

Mas sua família mudar-se da freguesia vizinha de Viamão para a Madre de Deus, na segunda metade do século XVIII, *Dona Anna Marques de Sampaio* permanece na freguesia até sua morte, com a avançada idade de 103 anos. Mas o que ressalta de fato a trajetória de *Anna Marques de Sampaio* deve-se a sua atuação social que fica bastante evidente no seu testamento e inventário. Ela era integrante de quatro Irmandades, além disso, os registros de batismo colocam-na numa posição de destaque enquanto madrinha de crianças livres, escravas, forras (as quais, a mesma alforriou) e expostas. São ao todo, dezoito aparições na pia batismal enquanto madrinha, contabilizando apenas o final do século XVIII<sup>10</sup>.

Quanto aos expostos, em determinados momentos ela atua de forma mais direta, como na criação do exposto *Duarte*, mas na maioria das vezes, sua participação dá-se de modo indireto, isto é, aparece como intermediária do destino destas crianças. Em outras palavras, as crianças apenas são abandonadas na porta de sua residência, assumindo outro destino<sup>11</sup>.

O fato de atuar como madrinha de diferentes esferas das camadas sociais, e de seu lar ser um dos mais importantes redutos de exposição, já nos permitem inferir que esta *Dona* tem uma atuação bastante ativa e atípica para o perfil das mulheres durante o período colonial. O ato de amadrinhar deve ser pensado como um vínculo para além dos laços espirituais e de educação cristã para quais estão direcionados o papel da madrinha<sup>12</sup>.

Neste sentido, seja pela posição social da dita *Dona*, seja pelo seu destacado papel nesta comunidade paroquial, obter um laço espiritual com a família *Marques de Sampaio* significava muito mais do que garantir um profícuo laço espiritual. Além disso, o fato de ser celibatária não era

---

<sup>9</sup> Cf. RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUCRS, 1994.

<sup>10</sup> Conforme o testamento de *Dona Anna Marques de Sampaio*, esta celibatária pertencia a quatro irmandades religiosas: Irmandade do Santíssimo Sacramento, Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e das Almas, Irmandade de Nossa Senhora das Dores e Irmandade Nossa Senhora do Rosário. Segundo Mauro Tavares (2008, p.25) As Irmandades eram instituições socioreligiosas importantes no Brasil desde a Colônia, as irmandades reuniam boa parcela da sociedade, entre homens, mulheres e crianças. Sustentavam o culto católico e a Igreja propriamente dita, conformando aquilo que muitos chamaram de catolicismo tradicional. Eram integradas por pessoas comuns, simples leigos, interessados em cultuar santos, viver a religião católica, buscar proteção diante das adversidades da vida — ou da morte —, encontrar pessoas, estabelecer relações, praticar a caridade e o auxílio mútuo.

<sup>11</sup> A personagem *Dona Anna Marques de Sampaio* recebe sete expostos entre o século XVIII e XIX, os quais foi madrinha de três além de um ter criado e tornado herdeiro como o caso de *Duarte*.

<sup>12</sup> Consideramos que o que se estabelece em uma relação de compadrio é um tipo de troca e, nesse caso, mui notadamente, entre desiguais, há que se pensar que benefícios teriam na troca cada uma das partes. Também há que se pensar que se está diante de uma sociedade de Antigo Regime, onde a reciprocidade é um de seus aspectos estruturais, regendo-se esta pela economia do dom, ou seja, na prestação de dádivas recíprocas. (XAVIER & HESPANHA, 1998, p. 340)

empecilho para que pudesse proporcionar as suas afilhadas boas possibilidades de arranjos matrimoniais, ou para seus afilhados importantes contatos no mundo da política ou da Igreja.

No caso das camadas menos abastadas, ter *Dona Anna Marques de Sampaio* como madrinha poderia significar inúmeros benefícios, desde a possibilidade da carta de Alforria do batizando (filhos de escravos), a ascensão social (filhos de agregados, libertos, etc.) ou reafirmar laços de solidariedade e relações de dependência (filhos de indígenas administrados, forros ou agregados)<sup>13</sup>.

No *quadro 1* podemos observar essa diversidade mais claramente. Foram relacionados todas as vezes que nossa personagem amadrinhou uma criança no período de 1772 à 1791. Das dezoito vezes que foi convocada a pia batismal, amadrinhou crianças filhas de pretos forros, índios guaranis bem como filhos legítimos de reinóis militares de grande prestígio na Madre de Deus. Muitas dessas famílias não receberam algum qualitativo social, que mostra também, sua relação com famílias livres, entretanto, sem grande prestígio ou estatutos de qualidade típicos do Antigo Regime.

**Quadro 1: Batismos em que Anna Marques de Sampaio foi madrinha na paróquia (1775-1791)**

<b>Data</b>	<b>Batizando</b>	<b>Legitimidade</b>	<b>Qualidade dos pais</b>
01/11/1775	Arnaldo	Legítimo	s/ qualitativos
21/11/1775	Ana	Legítima	s/qualitativos
28/05/1778	João	Legítimo	Ilustríssimo e Dona
31/03/1779	José	Legítimo	s/ qualitativos
14/04/1779	Ana	Legítima	s/ qualitativos
30/12/1782	Francisco	Legítimo	Cirurgião-mor e Dona
08/09/1783	Jacinto	Legítimo	s/ qualitativos
10/11/1783	Joaquim	Legítimo	s/qualitativo
01/10/1785	Manuel	Legítimo	militar
15/11/1785	Cândido	Legítimo	s/ qualitativos
08/04/1786	Mariana	Legítima	s/ qualitativos
26/08/1786	Bernardino	Legítimo	s/ qualitativos
20/08/1787	Justa	Natural	Preta forra
27/07/1788	Rita	Legítima	Sargento-mor
21/12/1788	Francisco	Legítimo	Índios guaranis
20/01/1789	Maria	Exposta	-
02/04/1791	Aldrina	Legítima	s/ qualitativos

<sup>13</sup>HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)**. 2006. 474 f. Tese (Doutorado em História) – Programa do Instituto de Ciências Sociais e de Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

29/05/1791	Álvaro	Legítima	Pretos forros
------------	--------	----------	---------------

Fonte: AHCMPTA, Livro I dos Registros Paroquiais de Batismo da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. (NACAOB)

Sendo assim, podemos perceber que esta *Dona* tinha relações sociais com todas as hierarquias do Antigo regime. Mais uma vez reiterando os estudos de compadrio e confirmando os diversos laços sociais realizados ou reafirmados na pia batismal<sup>14</sup>. Portanto, é inegável o protagonismo social desta celibatária definitiva. Possivelmente sua opção por não casar deve ter sido uma estratégia importante tanto para manter seu estatuto social como para torná-lo proeminente, visto que para as camadas mais abastadas o casamento significava muito mais do que uma aliança entre afins, mas sim, um negócio familiar com grande peso econômico e social entre os envolvidos. De acordo com André Cavazzani:

Desta feita, o matrimônio tinha um papel decisivo: ‘**elites inegavelmente homogâmicas procuravam uniões com pessoas do reino ou, no limite, com filhos de reinóis**’. Orientando-se por um caráter nitidamente racial, o matrimônio nas elites visava, sobretudo, a preservação da pureza da classe dos **homens bons**. Assim, ao que tudo indica, entre os grupos proeminentes o casamento chancelado pela Igreja cumpriu um papel importantíssimo, construindo uma família suficientemente introvertida para proteger os seus recursos e, ao mesmo tempo, extensa para criar alianças sociais e políticas<sup>15</sup>.

Assim, fica evidente que o mercado matrimonial foi determinante na opção de permanecer solteira. Muito provavelmente, não existiam parceiros a altura social da dita *Dona* para que a mesma contraísse núpcias de acordo com as condições familiares, pessoais e econômicas estabelecidas para tal enlace. Daí, a escolha de permanecer solteira como um importante veículo de manutenção e preservação do seu *status* social e econômico. Isto de maneira nenhuma impediu o protagonismo social da mesma, pelo contrário, ela conseguiu destacar-se socialmente nesta comunidade por outras vias: o batismo e as ações de caridade (participação nas Irmandades e recepção de expostos).

## O Segundo Caso: Um Homem dos Papéis

O segundo caso trata de um homem de papéis, José Bernardino Sena, natural da cidade de Lisboa, batizado na freguesia de Santa Justa, filho de Francisco da Silva e Eugênia Maria, também reinóis. Pelo seu *registro de óbito sabemos que faleceu no dia três de janeiro de 1828, de moléstia interior, com a idade de 68 anos, deixando testamento*<sup>16</sup>.

*José Bernardino Sena era um “homem bom”<sup>17</sup> designação para homens que pertenciam à*

<sup>14</sup> Estudos como os de Hameister (2006), Kühn (2006), Farinatti (2007), entre outros já demonstraram importantes indicativos sobre a temática para o extremo sul da América Portuguesa.

<sup>15</sup> CAVAZZANI, 2005, p. 103. (grifo do autor).

<sup>16</sup> AHCMPTA. Livro 3 de óbitos da população livre de Porto Alegre.

<sup>17</sup> Para mais informações sobre os ditos “homens bons” ver: COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

*uma elite política*: designação que se referia a uma elite local que deveria atender uma série de requisitos: ser maior de 25 anos, casado ou emancipado, católico e sem “nenhuma impureza de sangue” isto é, nenhum tipo de mestiçagem racial. Também, era necessário que fossem homens de cabedal, o que significava, de alguma forma, serem proprietários de terra<sup>18</sup>.

Este celibatário definitivo também exerceu, tal como a *Dona Anna Marques de Sampaio* um significativo papel na recepção de expostos. Sua residência se destacou no que tange a exposição de crianças, ao todo foram quatro casos. No quadro a seguir podemos observar alguns exemplos encontrados nos registros de batismo da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre onde destacamos tais casos:

**Quadro 2: Crianças expostas na casa de *Bernardino Jose de Sena***

DATA DO BATISMO	NOME DO EXPOSTO	PADRINHOS	MADRINHAS
20/05/1812	Bernardina	Manoel Pereira Fernandes	Rita de Sena
01/06/1816	Manoel	Bernardino Jose de Sena	Clemência Maria do Espírito Santo
01/03/1817	Manoel	Francisco de Paula Macedo	Flora F. P. de Sampaio

*Fonte*: ACMPA, Livro 1 e 2 dos Registros Paroquiais de Batismo da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, 1772-1822 (NACAOB).

A procura por tal padrinho ou receptor (no caso dos expostos), também não é furtiva. A atuação de *Bernardino Jose de Sena* como procurador da câmara (1811-1816) deve ter sido um fator decisivo na escolha do mesmo para desempenhar tal papel no sacramento do batismo. O cargo de procurador da Câmara era ocupado por um oficial camarário, cargo de extrema importância, pelo qual, tinha a função zelar pelos bens da mesma fiscalizando as obras públicas e o uso dos bens públicos. Servia também como representante judicial do Senado, cobrava multas estipuladas pela almotaçaria e prestava contas anualmente<sup>19</sup>.

É interessante destacar as relações estabelecidas entre os dois casos no que tange a exposição dos expostos. Como podemos observar no *quadro 2*, encontramos o nome *Flora Florentina de Sampaio amadrinha um exposto deixado na porta de Anna Marques de Sampaio, também amadrinha um exposto de Bernardino Senna. A probabilidade de tal fato não é admirável pela proximidade social de ambos, pois pertencem a camadas mais abastadas desta sociedade. Mas é salutar*

<sup>18</sup> No capítulo “conselheiros municipais e irmãos de caridade”, Boxer ainda comenta que esses oficiais usufruíam de regalias como a dispensa do serviço militar e recebiam a isenção do confisco de qualquer bem para uso da Coroa. Cf. BOXER, Charles H. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 263-282.

<sup>19</sup> Sobre as atribuições do Procurador, ver: Ordenações Filipinas, livro 1, título LXIX.



*salientarmos que tal coincidência não é casual, mas sim digna de uma análise mais profícua, pois são indicadores importantes da comunicação e laços estabelecidos entre indivíduos dentre da mesma camada social e, sobretudo, reiterados dentre da comunidade paroquial desta localidade.*

*No que diz respeito às outras formas de uniões, destacamos que Bernardino Jose Sena não se furtou de estabelecer outros vínculos amorosos mesmo estando solteiro. Pelo contrário, a partir do cruzamento nominativo de fontes encontramos em seu inventário uma importante revelação que nos indica que estes celibatários definitivos também podem representar o grupo da população que tiveram outras formas de uniões para além do casamento. De acordo com seu inventário:*

*Nunca foi casado, sempre viveu no estado de solteiro “porém neste estado declaro que de uma mulher legitimamente desimpedida na minha mocidade dele tive uma filha de nome Claudina que foi casada com o falecido Antônio de Azevedo e hoje em segundas núpcias com Luís de tal cuja filha foi batizada na Freguesia da Sé da Cidade do Rio de Janeiro em cujo ato foi reconhecida minha filha”. E por isso foi feita herdeira.<sup>20</sup>*

*Através deste documento podemos constatar que o fato deste “homem bom” permanecer solteiro não impediu de contrair outras relações amorosas. De uma delas, aliás, nasceu Claudina, sua filha natural. Além disso, podemos inferir que, tal como Maria Peraro, constatou para Mato Grosso os casos de relações ilícitas ocorriam também entre as camadas abastadas da sociedade<sup>21</sup>.*

Stuart Schwartz salienta que mesmo com a ausência de “reconhecimento jurídico” as relações ilícitas poderiam ter sido “mais íntimas e duradouras que as relações formais”, o que naturalmente, implicava numa dinâmica de predileção nas relações entre pais e filhos, também<sup>22</sup>.

A atitude de legitimar ou não os filhos naturais nos indica um quadro complexo de relações familiares. Porém é necessário reiterar que é por proteção e preservação da mesma que o destino de muitas crianças estabeleceu-se de maneiras bastantes distintas mesmo compartilhando dos laços de consanguinidade. Novamente, as disposições de linhagem, posição e status social dos filhos envolvidos e, sobretudo, dos pais dos mesmos nos remontam as práticas de uma sociedade com fortes traços de Antigo Regime<sup>23</sup>.

---

<sup>20</sup> APERGS, Inventário de **Bernardino José de Sena**, 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, Processo 949 M: 40 Ano: 1828.

<sup>21</sup> Em Mato Grosso, Peraro (2001) observou em seus estudos que as famílias abastadas também computavam seus desvios morais com relação ao sétimo sacramento. A autora encontrou casos em que mulheres brancas de distinção social tinham filhos resultantes de envolvimento com outros homens de prestígio social, sobretudo, militares.

<sup>22</sup> SCHWARTZ, 2011, p. 274.

<sup>23</sup> Deste ponto de vista Hunould Lara (2007, p. 84-85) nos informa que “nas sociedades do Antigo Regime imperavam as diferenças: concebida a partir desse princípio, a arquitetura social previa para cada um o seu lugar, numa rede ordenada e hierarquizada de posições. Na vida cortesã, essa estrutura era visível através de um minucioso cerimonial, mas também se espalhava por todo o conjunto de relações sociais – representadas à imagem e semelhança do círculo mais privilegiado à volta do rei. Rodos possuíam seus direitos, privilégios e atribuições, distribuídos de modo diverso conforme o lugar ocupado na rede hierárquica”.

Sendo assim, legitimizar laços familiares ou amorosos era uma variável que dependia de inúmeros fatores. Muitos deles diretamente relacionado à posição social dos envolvidos. Dessa forma, se para o primeiro caso, não casar foi uma estratégia de manutenção do estatuto social, no segundo caso, as relações ilícitas foram impossibilitadas pelo fato da pretendente – mesmo sendo do mesmo extrato social- ser casada.

*Mais uma vez, destacamos a importância do casamento como um negócio familiar e que, sobretudo, o fato da opção pelo não casar, não se tornava um obstáculo para o protagonismo social. Pelo contrário, visto que Bernardino Sena comparece a pia batismal dez vezes. Além disso, vale lembrar que numa sociedade pautada sobre uma moral de Antigo Regime, no qual as aparências sociais são essenciais, este relacionamento ilícito era comprometedor para ambos os casos, portanto, sumariamente colocada em evidência sob a condição inerente da morte do dito Procurador.*

De modo geral, tanto a *Dona*, quanto o *Procurador* nos permitem verificar um universo familiar e social bastante complexo e diverso. Este breve exercício de cruzamento nominativo de fontes nos revelam a pluralidade de papéis exercidos ao longo da vida destes sujeitos históricos. Alguns desempenhados às claras, outros camuflados e revelados apenas no túmulo.

### **Considerações Finais**

Os dois casos apresentados nos permitiram averiguar o quanto a prática do casamento não corresponde a todas as práticas de uniões. Não obstante, os próprios registros de casamento já apontam o trabalho que os párocos tiveram, para ampliar e fomentar, o hábito da procura do sétimo sacramento. Independentemente das explicações possíveis (custos da cerimônia, impedimentos de consanguinidade ou afinidade, ausência de documentos, etc.) percebemos que as escolhas pessoais e familiares, pesavam muito na opção de casar ou não casar.

Na balança das decisões, nem sempre o peso das normativas morais e eclesiásticas que regiam esta sociedade eram definitivas, aliás, no balanço das emoções, às vezes, os pesos e as medidas eram relativizados. Os casos descritos acima indicam que, muitas vezes, escolher por uma vida só, não necessariamente era sinônimo de viver solitário, pelo contrário. Provavelmente, a atuação destes dois celibatários, seja mais proeminente do que muitos cônjuges que contraíram núpcias nesta freguesia.

De modo geral, os dois casos apresentados permitem ao leitor retirar três importantes considerações para refletir. Em primeiro, que existiam *outras formas de uniões* e de viver em família, que extrapolavam aquela imposta pelas normativas da Igreja, ou estimuladas pelo processo de ocupação Meridional da América Portuguesa. Em segundo, que na prática, existia uma sociedade, que mesmo, imensamente diversa e complexa, ainda tentava manter as aparências e um modo de viver tipicamente alicerçado nas práticas de Antigo Regime.

E, por fim, que a pesquisa correspondente ao período analisado, relativo aos primórdios da formação e ocupação da América Portuguesa, exige do pesquisador mais do que uma boa leitura paleográfica, mas fundamentalmente, a capacidade de estar atento a todos os fragmentos deixados pelo passado. Assim, buscar cruzar e analisar diferentes fontes e documentos, o que torna enriquecedor para a compreensão dos sujeitos históricos. É, também, vital e fundamental para não perdemos de vista os descaminhos dos mesmos, que nos ajudam a compreender as dinâmicas deste viver, nascer ou morrer numa sociedade de Antigo Regime nos “Subtrópicos da América Portuguesa”. Em suma, entre mal escolher, o melhor mesmo é não casar, do que casar e dispensar o bem viver.

### **Referências Bibliográficas**

ABREU, Laurinda. A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados. In: CARDOSO, A.; BRAZ DE OLIVEIRA, A.; MARQUES, M. S. (Coords.) *A Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2010. p. 97-122.

BOXER, Charles H. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAVAZZANI, André Luiz M. **Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. 2007. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

FRAGOSO, João. **Afogando em Nomes: temas e experiências na história econômica**. *Topoi*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, p. 41-70, 2002.

\_\_\_\_\_. “Efigênia Angola, Francisca Muniz, forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial”. In: *Topoi*, n. 21, jul.-dez., p. 74-106, 2010.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. **O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835**. Dissertação (Mestrado em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo: RS, 2011.

\_\_\_\_\_. O casamento fora do casamento: os índices de ilegitimidade entre os nubentes que casam na Freguesia Madre de Deus de Porto 1772 a 1835. In: **Seminário Internacional - Migrações: Mobilidade Social e Espacial - XIX Simpósio de Imigração e Colonização**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

\_\_\_\_\_. SILVA, Jonathan Fachini. Dona Anna Marques de Sampaio: filha do cirurgião-mor Manuel Marques de Sampaio, irmã do Padre Coadjutor Manuel Marques de Sampaio, Mãe de Duarte Marques de Sampaio (exposto) – Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, séculos XVIII-XIX. In: **XI Mostra de Pesquisa do APERS: produzindo História a partir de fontes primárias**. Porto Alegre: CORAG, 2013.

GALVÃO, Rafael Ribas & NADALIN, Sérgio Odilon. . Arquivos paroquiais, bastardia e ilegitimidade: mães solteiras na sociedade setecentista. In: **V JORNADA SETECENTISTA**. Anais... Curitiba-PR, Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – Cedope, Departamento de História, UFPR, 2003, pp. 538-563.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Org.) **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. SP: Cia das Letras, 2007.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)**. 2006. 474 f. Tese (Doutorado em História) – Programa do Instituto de Ciências Sociais e de Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

HESPANHA, Antônio M. “Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português” In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, M. F. (Orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 43-93.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – Século XVIII**. 2006b. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006b.

LARA, Silvia Hunold. **Fragments setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: ABEP, 2004. (Coleção Demographicas).

PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império: família e sociedade no Mato Grosso no século XIX**. São Paulo: Contexto, 2001.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUCRS, 1994.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Jonathan Fachini. **Os filhos do destino: A exposição e os expostos na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)**. 2014. 122 f. Qualificação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades, igreja, devoção no sul do Império Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (dir). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Lisboa (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998.

## Fontes

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE. **Livro dos Termos de vereança**. [manuscrito] 12v. (1773-1837). Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo Judicial/ Inventário** - 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, Processo 949 M: 40 – Inventariante: Bernardino José de Sena 1828. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL **Processo Judicial/Inventário** - N144 cx. 004-02.66, EST 137H(7) - Inventariante: Anna Marques de Sampaio 01/01/1856. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo Judicial/Testamento** - N1087 – cx. 222, P/EST.. 2 297-7. Testador: Anna Marques de Sampaio - 01/01/1844. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

COIMBRA. **Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal**: recopiladas por mandato d’el-Rei D. Felipe I. Ed. Fac-similar da 14a ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de Almeida. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE) **Livros de registro de batismos (1772-1822)**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-18122. 6 v. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE) **Livro de registro de óbitos (1772-1822)**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-1822. 4 v. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

## DISTINGUINDO OS IGUAIS: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS SOBRE O ESTUDO DE ATORES SOCIAIS NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

*Rachel dos Santos Marques<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente texto busca debater o uso da metodologia de cruzamento nominativo em pesquisas que tenham como objeto o estudo de populações do período proto-censitário e que impliquem a utilização de um grande conjunto documental (registros eclesiásticos e cartorários, notariais, entre outros). As reflexões aqui apresentadas são fruto tanto da experiência vivenciada no levantamento e tratamento de fontes em uma pesquisa anterior da presente autora (projeto de mestrado) como da investigação atualmente realizada (projeto de doutorado). Considerando-se que a relação entre fonte e método é primordial no trabalho historiográfico e que cada fonte e cada método apresentam dificuldades em sua utilização, acredita-se que a discussão desse tema pode ser de grande relevância, compartilhando questões, possíveis respostas e criando novas indagações. Pretende-se tratar de alguns dos problemas e dificuldades encontrados, assim como algumas soluções, objetivando uma melhor compreensão dos processos de produção do conhecimento histórico.

**Palavras-chave:** Metodologia da história – Fontes históricas – Cruzamento nominativo

O objetivo do presente trabalho é discutir algumas relações entre fontes, metodologias e procedimentos de pesquisa em história, tendo por base as experiências vivenciadas pela presente autora em suas pesquisas, as quais estão vinculadas ao estudo da sociedade que se formou no território onde hoje se localiza o Estado do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.<sup>2</sup> Para os estudos realizados se fez necessário o levantamento de um grande volume documental, no qual se incluem registros paroquiais, como assentos de batismo, casamento e óbito; notariais, como inventários, procurações, registros de compra e venda; camarárias, entre outros. Uma vez estabelecido o acesso a essa documentação se fez preciso coletar nela as informações pertinentes e organizá-las de modo que pudessem ser trabalhadas e analisadas. Esse processo, parte integrante da maior parte dos estudos históricos, apresenta uma série de problemas, os quais precisam ser, ainda que em parte, resolvidos para que se possa dar prosseguimento à pesquisa.

Organizar os dados para análise é uma tarefa que implica escolhas metodológicas que podem inclusive influenciar os resultados encontrados, portanto, devem receber a devida atenção dos pesquisadores, os quais muitas vezes passam por essa etapa como autômatos, sem refletir sobre ela e sem pensar nas consequências de suas escolhas. Acredita-se que o debate acerca dessas questões e o compartilhamento de informações entre os pesquisadores pode auxiliar não apenas os estudiosos envolvidos como também os processos de produção do conhecimento histórico de forma geral.

Os documentos investigados são, em si, apenas vestígios do passado, deixados por seres humanos que os produziram com os mais diferentes propósitos. Cada registro de batismo, rol de confessados, testamento etc., foi produzido com um objetivo diverso daquele que leva o pesquisador a

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista REUNI/CAPES.

<sup>2</sup> Entre os trabalhos realizados anteriormente estão: MARQUES, Rachel dos Santos. **A mortalidade de inocentes escravos em São Francisco de Paula (1812-1834)**. Trabalho de conclusão de curso - Licenciatura plena em História, UFPel, Pelotas, 2009.; MARQUES, Rachel dos Santos. *Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820)*. Curitiba: UFPR, 2012.

buscá-los, e, portanto, as informações necessárias à pesquisa se apresentam fragmentadas e estão distribuídas pelo conjunto documental. É preciso então unir esses fragmentos, organizar essas informações, de forma que sejam “maleáveis”, para que possam ser cruzadas e comparadas, permitindo assim a análise.

A necessidade de organizar as informações retiradas das fontes de modo a serem mais bem trabalhadas é comentada por Alan Macfarlane, quando o autor trata de questões metodológicas concernentes à reconstituição de comunidades históricas. Comentando a necessidade, apontada por Marc Bloch, que tem o historiador de reunir todos os documentos necessários à sua pesquisa, afirma que

Precisamos incluir sob o rótulo ‘reunir’ não apenas a compilação de registros em um só lugar, mas a subsequente indexação e análise desses registros de forma que eles possam ser mais facilmente usados. Ambos processos podem parecer ao não historiador questões bastante triviais, porém o sucesso ou fracasso de um projeto que envolve o estudo de uma comunidade em particular depende dos métodos de coleta e preparação dos dados para subsequente análise.<sup>3</sup>

Faz-se necessário, então, escolher uma maneira, um método que possa orientar o pesquisador nessa etapa. Um dos caminhos possíveis foi apontado por Carlo Ginzburg, em seu famoso texto “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. Nele o autor declara que a melhor maneira de buscar e agrupar informações sobre os agentes estudados é por meio do nome:

[...] se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grandes grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome.<sup>4</sup>

Utilizando-se o nome se torna possível buscar e aglutinar as informações a serem trabalhadas pelo pesquisador, sendo esse método conhecido como cruzamento nominal ou nominativo. Entretanto, esse método não está livre de suas (várias) limitações. A principal delas, já bem conhecida dos pesquisadores que estudam populações do chamado período proto-censitário, é a existência de um grande número de homônimos, o que faz com que seja necessário, primeiro, determinar a qual dos vários "Antônio" ou "Maria" o documento que se tem em mãos diz respeito.

---

<sup>3</sup> MACFARLANE, Alan. **Reconstructing Historical Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. Tradução livre. No original: *We must include under ‘assemble’ not only the gathering of records into one place, but the further indexing and analyzing of this records in such a way that they may more easily be used. Both these processes may appear to the non-historian to be fairly trivial matters, yet upon the methods of collecting and preparing the data for subsequent analysis will depend the whole success or failure of a project concerned with studying a particular community.*

<sup>4</sup> O Nome e o Como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

Esse problema metodológico – da identificação do agente histórico – foi endereçado pelos autores Wrigley e Winchester, em textos nos quais eles discutem algumas questões metodológicas acerca do cruzamento nominal. Segundo os mesmos, o nome, ainda que seja o principal “instrumento” na busca e organização das informações, não basta para que os agentes sejam identificados e distinguidos uns dos outros.<sup>5</sup> Segundo o primeiro autor, cruzamento nominal é o processo pelo qual itens de informação acerca de um indivíduo em particular são associados entre si em um todo coerente de acordo com certas regras. Isso só deve ser feito, entretanto, se duas condições forem atendidas: a primeira, que seja possível distinguir satisfatoriamente entre associações falsas e verdadeiras. A segunda, que o cruzamento nominal entre diferentes registros revele algo a respeito do objeto de pesquisa que, de outra forma, não seria conhecido.<sup>6</sup>

Com relação à distinção entre associações falsas e verdadeiras – ou seja, a verificação de que dois registros têm como “protagonistas” a mesma pessoa – Winchester aponta a importância da utilização de itens identificadores que, juntamente com o nome, permitam ao pesquisador diminuir a margem de incerteza com relação a tal associação.<sup>7</sup> Esses itens identificadores podem ser a idade, o local de nascimento ou de moradia, a filiação, o nome do cônjuge, algumas designações tal como cargos e patentes ou, no caso de algumas mulheres, a designação “Dona” que precede o nome.

A utilização de *itens identificadores* auxilia muito na *identificação histórica* – para usar os termos de Winchester – a medida que gera múltiplos pontos de referência. Esses múltiplos pontos acabam produzindo uma situação próxima ao que ocorreria se cada indivíduo tivesse seis ou sete nomes no que se refere à identificação. Assim, torna-se bem mais rara a possibilidade de existir mais de uma relação entre, digamos, o registro de casamento de uma noiva e seu precedente registro de batismo. Dependendo da quantidade de itens identificadores, as ambiguidades podem ser reduzidas quase a ponto de desaparecerem.<sup>8</sup> Diz-se “quase” pois, infelizmente, não há fórmula que diga que está certa a associação. É apenas pela soma de diversos itens identificadores que poderá diminuir o nível de incerteza, o qual, por mais próximo de zero que possa estar, nunca se converterá em certeza.

Para tornar esses apontamentos metodológicos mais claros traz-se a experiência de utilização dos mesmos realizada em pesquisas anteriores, que tinha por objetivo investigar as estratégias sociais de um grupo familiar proeminente no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII.<sup>9</sup> Para a realização da pesquisa se fez necessário primeiramente identificar os membros da família e

---

<sup>5</sup> WRIGLEY, E. A. Introduction. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973; WINCHESTER, Ian. On referring to ordinary historical persons. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973.

<sup>6</sup> WRIGLEY, E. A. Introduction. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973, p. 5.

<sup>7</sup> WINCHESTER, Ian. On referring to ordinary historical persons. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973, p. 21.

<sup>8</sup> WINCHESTER, Ian. On referring to ordinary historical persons. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973.

<sup>9</sup> MARQUES, Rachel dos Santos. Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Curitiba: UFPR, 2012.



diferenciá-los dos demais. As maiores dificuldades encontradas na identificação dos atores pesquisados se dava pela existência de muitas pessoas com o mesmo sobrenome (Silveira) no contexto em que habitavam. Por outro lado facilitava a associação, ao utilizar os itens identificadores, o fato de que se tratava de um grupo de elite, o que fazia com que seus nomes dificilmente viessem desacompanhados de algum título ou outro caractere qualificativo.

Assim, utilizando itens identificadores foi possível, por exemplo, encontrar uma filha de Francisco Pires Casado e Mariana Eufrásia da Silveira de quem não foi encontrado o registro de batismo, em função dos nomes de seus pais:

Aos 28 de janeiro de 1833 faleceu de moléstia interna Dona Joaquina Francisca da Silveira, branca, solteira, natural do Rio de Janeiro, filha legítima do Capitão Mor Francisco Pires Casado e Dona Mariana Eufrásia da Silveira, de idade 60 anos, com pouca diferença: foi sepultada com enterro solene nas catacumbas do cemitério desta matriz de São Francisco de Paula. E para constar fiz este assento que assinei.  
O Vigário encomendado Francisco Florêncio da Rocha<sup>10</sup>

Também foi encontrado um registro de batismo no qual Joaquina Francisca aparece como madrinha:

Aos 25 de Abril de 1785, no oratório da Fazenda do Capitão mor Manoel Bento da Rocha desta Freguesia de São Pedro do Rio Grande, batizou e pôs os Santos Óleos, de licença minha, o Padre Antônio Vieira da Silva a **João**, parvulo, filho legitimo de Inácio Antonio da Silveira, natural e batizado na Freguesia de Santa Luzia na Ilha do Pico, e Dona Maurícia Inácia da Silveira, natural desta Freguesia; neto por parte paterna de Francisco Pires e de Felipa Antonia da Silveira, naturais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Villa da Horta da Ilha do Faial; e pela materna de Francisco Pires Casado, da Freguesia de Santa Luzia, termo da Villa nova de Sam Roque da Ilha do Pico, e de Dona Mariana Eufrásia da Silveira, da Freguesia de Sam Salvador da Ilha do Faial. Nasceu aos doze de Março do dito ano. Foram padrinhos o sobredito Francisco Pires Casado e sua filha Dona Joaquina Pires da Silveira, solteira. Por verdade fiz este assento.  
O Vigário Pedro Pereira Fernandes de Mesquita<sup>11</sup>

A incerteza com relação ao pertencimento de Joaquina à família pesquisada foi drasticamente diminuída pela presença dos nomes de seus pais e de seu cunhado. Entretanto, caso o termo “sua filha” não tivesse sido escrito, a identificação poderia não ter sido feita, ou, no mínimo, muitas dúvidas permaneceriam.

Tais questões podem parecer óbvias ao pesquisador experiente, no entanto, acredita-se na necessidade de refletir sobre os "movimentos automatizados" nos procedimentos de pesquisa, para que seja possível refinar o entendimento de como se dá a construção do conhecimento em história.

Os itens identificadores também são importantes nos casos em que ao cruzamento nominativo falta, justamente, o nome: são os casos em que o mesmo estava ilegível, corroído, ou não constava no

<sup>10</sup> ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Óbitos de São Francisco de Paula, fl. 155. Grafia por mim atualizada.

<sup>11</sup> ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 5º Livro de Batismos de Rio Grande, fl. 105.

documento por falha ou esquecimento de quem o produziu. Foi o que aconteceu com o registro de batismo de um dos filhos do casal Inácio Antônio da Silveira e Maurícia Inácia da Silveira, nascido em 1787. O estado de deterioração da página em que foi assentado o registro não permitiu a total leitura do mesmo, tendo ficado a transcrição da maneira que segue:

Aos vinte e nove d[ia]s do mez de julho de mil s[e]tecentos e oitenta [e sete] no Oratório da Fazenda dos Prazeres do Capitão mor M[anue]l Bento da Rocha desta Freguesia de São Pedro do Rio Grande [corroído] os Santos oleos o Padre Antônio [corroído] a [???iano], filho legítimo de Inácio Antônio [da Silveira] [corroído] e de Dona Maurícia [Inácia] da [Silveira] [corroído] parte paterna de [corroído] Fl. 156v.  
pela materna de Francisco Pires Casado e de Dona Mariana Eufrazia da [Ilha] do Fayal. Nasceo a oito de janeiro do ditto anno. Foi Padrinho Manoel Antonio de Carvalho, solteiro. Por verdade fiz este assento.  
O Vigário Pedro Pereira Fernandes de Mesquita<sup>12</sup>

Foi por meio dos nomes e locais de nascimento dos pais e avós do batizando – já conhecidos anteriormente – que o mesmo pôde ser identificado.

Utilizando caracteres distintivos foi possível, então, equacionar alguns dos problemas encontrados na identificação dos agentes. Mas, mesmo com todos os procedimentos apontados acima, em alguns casos é muito difícil, quando não impossível, distinguir duas pessoas, principalmente quando há poucos itens identificadores. Observou-se que a qualidade das informações disponíveis está intimamente relacionada à qualidade dos registros e que esse último fator modifica-se de acordo com elementos contextuais relacionados aos processos de feitura dos mesmos. Exemplifica-se tal questão referindo-se à utilização de registros paroquiais como fonte.

Fontes paroquiais são aquelas produzidas nas diversas paróquias cristãs, não necessariamente católicas, que dizem respeito a momentos da vida de seus fiéis, como batismo e casamento, e existem, em formatos diferentes, por períodos muito vastos. O mais interessante dessa documentação é que ela pode abarcar um conjunto populacional bastante grande e diversificado em sua composição. Geralmente entre os fiéis de uma dada religião estão pessoas das mais diversas posições sociais, o que torna os registros paroquiais uma fonte mais “democrática” (por assim dizer), do que, por exemplo, inventários ou registros de compra e venda. Necessário perceber, a respeito do caráter “democrático” desses registros que, sendo esses registros religiosos, aquelas pessoas que não compartilham a fé não constam nos mesmos. No caso do contexto estudado, a América Portuguesa, estavam excluídos principalmente indígenas não convertidos e alguns escravos africanos, embora esses últimos geralmente fossem batizados quando trazidos da África.

A existência sistemática de Registros Paroquiais Católicos foi fruto da disposição da Igreja Católica de efetuar um melhor controle de seus fiéis, principalmente após o Concílio de Trento (1545 a 1563) quando foram formuladas ou reforçadas uma série de preceitos e normas a serem cumpridas

---

<sup>12</sup> ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 5º Livro de Batismos de Rio Grande, fl. 156.

por párocos e fiéis. Entre essas normas constava a obrigatoriedade do registro dos principais sacramentos católicos. Na América Portuguesa as determinações do Concílio de Trento foram adaptadas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*<sup>13</sup> (1707). Trata-se de um compêndio de cinco livros cujo conteúdo visava ordenar a vida cristã, e também estabelecer ou reforçar as regras a serem seguidas pela comunidade católica. Segundo tais ordenações, em cada paróquia deveriam existir livros, encadernados e numerados, que dessem conta do registro dos sacramentos. As *Constituições...* diziam também como deveriam ser realizados os assentos, como, por exemplo, o de batismo:

Aos tantos de tal mez, & de tal anno bautizey, ou bautizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. & de sua mulher N. & lhe puz os Santos Oleos: foraõ padrinhos N. & N. casados, viúvos, ou solteyros, freguezes de tal Igreja, & moradores em tal parte.<sup>14</sup>

Mas, como é bem sabido por quem trabalha com registros paroquiais, dificilmente as atas encontradas estão exatamente no formato preconizado. O conteúdo dos registros existentes varia muito, dependendo do período, do lugar, e mesmo do pároco que realiza o registro. No caso específico dos batismos, seguidamente estão ausentes algumas informações, principalmente quando o registro se refere a pessoas pobres, a migrantes ou a escravos. Algumas vezes, porém, os párocos não só faziam os registros com todas as informações exigidas, mas também incluíam outras, como a “legitimidade” do batizando (se filho legítimo, ilegítimo ou natural), o nome e a naturalidade dos avós e, em casos mais raros, o nome e a naturalidade dos pais dos padrinhos.

As experiências com registros paroquiais levaram a observação da grande diferença existente nesses documentos de acordo com a posição ocupada pela pessoa a que eles se referem na hierarquia social. Observe-se o registro transcrito a seguir, referente ao batismo da filha de um Capitão:

Aos cinco dias do mez de Julho de mil oitocentos e treze nesta Matriz de S. (São) Francisco de Paulla O Reverendo Joaquim Joze Correia de Licença minha batizou solemnemente a Bernardina filha legítima do Capitão Manoel Soares da Silva natural do Estreito, e sua mulher D. (Dona) Clara Barboza de Menezes natural da Freguesia nova do Bom Jesus do Triunfo. Neta Paterna de Simão Soares da Silva natural do Estreito, e sua mulher Joaquina Roza do Nascimento natural do mesmo. Materna de Joze de S. (São) Paio e Silva natural de S. (São) Paullo, e sua mulher Christina Barboza de Menezes natural de Porto Alegre Nasceo a vinte de Maio de mil oitocentos e treze. Forão Padrinhos Domingos de Castro Antiqueira, e sua mulher Maria Joaquina de Castro. E para constar mandei fazer este assento que assinei.  
O Vigr.<sup>o</sup> (Vigário) Felicio Joaq.<sup>m</sup> (Joaquim) da Costa Per.<sup>a</sup> (Pereira)  
[margem: Bernardina]<sup>15</sup>

<sup>13</sup> DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

<sup>14</sup> DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

<sup>15</sup> ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula, fl. 8 verso.

Por meio desse registro é possível saber, sem necessidade de consulta a nenhum outro, nome, naturalidade e estado conjugal dos pais da batizanda, nome e naturalidade dos avós paternos e maternos, data de nascimento da criança, nome e estado conjugal dos padrinhos. Informações básicas, porém bastante importantes. Não se obtêm, no entanto, os mesmos tipos de informação na leitura do assento a seguir:

Aos oito dias do mez de Agosto de mil oitocentos e treze nesta Matriz de São Francisco de Paulla o Reverendo Francisco Joze Pereira de licença minha batizou solemnemente a Israel filho natural de Silvanna Maria Solteira. Nasceo aos vinte e trez de Julho do mesmo. Forão Padrinhos João Peixoto de Faria solteiro. E para constar mandei fazer este assento que assinei.  
O Vigr.<sup>o</sup> (Vigário) Felicio Joaq.<sup>m</sup> (Joaquim) da Costa Per.<sup>a</sup> (Pereira)  
[margem: Israel]<sup>16</sup>

Nesse segundo registro tem-se algumas informações do mesmo tipo encontrado no assento anterior, como nome da mãe, data de nascimento, nome e estado conjugal do padrinho. No entanto não consta a naturalidade da mãe do batizando, não há referência aos avós maternos – informações que poderiam constar, independentemente do fato de que a criança não tem pai declarado. Repare-se que o padre responsável pela feitura do registro é o mesmo e o período é próximo.

Com relação ao assento citado a seguir, referente ao batizado de um escravo adulto, há aproximadamente a mesma quantidade de informações do imediatamente anterior, embora sejam informações de tipo diferente:

Aos desassete dias do mez de Janeiro de mil oitocentos e treze nesta Matriz de São Francisco de Paula de Pelotas baptizei e pus os Santos Oleos a Antonio adulto nação Cabinda escravo de Manoel Alx'(Aleixo) de Moraes. Forão padrinhos Caetano e Francisca solteiros. e para constar mandei fazer este acento que assignei.  
O Vigr.<sup>o</sup> (Vigário) Felicio Joaquim da Costa Per.<sup>a</sup> (Pereira)  
[margem: Antonio preto]<sup>17</sup>

Tanto por meio de um quanto do outro é possível obter pelo menos duas informações acerca das relações existentes entre o batizando e outros atores sociais: na primeira uma relação de filiação (materna) e uma relação de apadrinhamento, e na segunda uma relação de propriedade e uma de apadrinhamento. Observou-se, então, que muitas vezes há pouca diferença, em se tratando da qualidade das informações obtidas, nos registros de batismos de escravos e de batismos de livres sem nenhum qualificativo (patente, dona). O mesmo fenômeno foi encontrado com relação a registros de óbito:

---

<sup>16</sup> ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula. Fl. 9 verso.

<sup>17</sup> ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de Escravos de São Francisco de Paula. fl. 2

Aos nove dias do mez de Fevereiro de mil oitocentos e treze nesta Freguezia de S. (São) Francisco de Paula de Pelotas faleceu da vida presente de moléstia do peito Joze Garcia Ribeiro cazado com Anna de Oliveira, de idade de quarenta annos, morador na Freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Piratinim. Deixou três filhos. Não fez testamento. Recebeu todos os sacramentos. Foi encomendado, de licença minha, pelo Reverendo João Joze da Silva e Souza, e sepultado no simiterio da Fazenda do Capitão Mor Antonio Francisco dos Anjos. E para constar fiz este assento que assignei.

O Vig.º (Vigario) Felicio Joaquim da Costa Per.ª (Pereira)  
[margem: Joze Garcia Ribeiro]<sup>18</sup>

Aos três de Dezembro de mil oito centos e doze anos no Cemitério da Fazenda de Pelotas pertencendo a esta Freguesia de São Francisco de Paula foi sepultado **Gonsalo** crioulo, mais de cinqüenta anos com todos os sacramentos casado com Zelinda, escravos de Dona Isabel Francisca da Silveira, o qual morreu de ataque do peito, e foi por mim encomendado. E para constar fiz esse assento que assinei.

O Vigario Felicio Joaquim da Costa Pereira  
[margem: Gonsalo cazado]<sup>19</sup>

Tem-se, a partir dessas observações, que, de modo geral, quanto mais abaixo na pirâmide social estiver o ator maior a nossa dificuldade em encontrar informações sobre ele – embora os registros referentes aos escravos algumas vezes fujam à regra do que seria esperado. Essa questão, de origem metodológica, se reflete no direcionamento que é feito das pesquisas em história – portanto da produção do conhecimento. A maior parte dos estudos por mim encontrado a respeito de relações de compadrio, por exemplo, ocupam-se de atores que ocupam as mais altas posições na hierarquia social, ou de populações escravizadas.<sup>20</sup> Acredita-se aqui que isso se dá menos por uma falta de interesse dos pesquisadores em conhecer melhor as práticas de escolhas e as estratégias da parcela livre pobre da população, e mais pela dificuldade existente em distinguir as pessoas que ocupam essa posição social umas das outras utilizando a documentação disponível.

E não se trata de uma parcela pequena da população. Em um levantamento realizado de 2176 batizados do quinto e sexto livros de batismos da Freguesia de São Pedro do Rio Grande (1766-1795), em apenas 154 batizados o nome do padrinho vinha acompanhado de qualquer qualificativo (patente, ou cargo) que pudesse facilitar sua identificação, e apenas 69 madrinhas possuíam o qualificativo "Dona" acompanhando seus nomes.<sup>21</sup> Uma proporção bem pequena, como pode-se observar nos quadros a seguir.

---

<sup>18</sup> ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Óbitos de São Francisco de Paula, fl. 1.

<sup>19</sup> ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Óbitos de Escravos de São Francisco de Paula, fl. 1.

<sup>20</sup> no caso específico do compadrio escravo, embora existam os mesmos problemas de identificação com relação ao nome, esse geralmente vem acompanhado do nome do senhor, e poucos são os senhores que não apresentam outros qualificativos junto ao nome.

<sup>21</sup> O total de batismos levantados foi de 2176. Destes, não constava o padrinho ou o mesmo estava ilegível em 19 casos. Com relação às madrinhas, esse número sobe para 418, e ainda é necessário considerar os 75 casos em que a madrinha escolhida era uma Santa de devoção. ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE. Livros 5º e 6º de Batismos de Rio Grande.

Fonte: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE. **Livros 5º e 6º de Batismos de Rio Grande.**

Fonte: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE. **Livros 5 e 6 de Batismos de Rio Grande.**

Na pesquisa levada a cabo atualmente busca-se justamente encontrar informações acerca das escolhas e estratégias de um grupo de população que pode ser chamado de "setor intermediário". E esbarra-se justamente na dificuldade de distinguir essas pessoas umas das outras para poder melhor estudá-las. A utilização dos *itens identificadores*, tão profícua na pesquisa anterior – que focava um grupo de pessoas no qual abundavam os qualificativos que acompanham seus nomes – mostra agora, também suas limitações. Questiona-se, então, de que maneira prosseguir. Como identificar essas pessoas? Como saber que o José Silveira que convidou o Capitão-Mor da localidade para padrinho de seu filho é o mesmo que apadrinhou o filho de um terceiro?

No momento aposta-se no cruzamento de uma quantidade grande de registros, não apenas paroquiais, como forma de tentar diminuir as ambiguidades. No entanto é certo que pelo menos uma parte das pessoas não serão distinguíveis, e em muitos casos não vai ser possível diminuir o nível de incerteza a respeito da informação encontrada.

Como solução para essa limitação intrínseca à documentação trabalhada, nesse momento, apenas ter clareza dessas limitações, não apenas para mim, mas também ter essa clareza no meu texto, para que o leitor dos resultados da minha pesquisa conheça, ele também, as limitações desses resultados, impostas pela limitação da fonte.

Fica o apelo aos demais pesquisadores para que também reflitam a respeito de suas práticas, compartilhem suas experiências, de modo que se possa, por meio da contribuição e do debate, buscar superar alguns dos problemas enfrentados na construção do conhecimento histórico.

### **Fontes Manuscritas**

#### **ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE:**

– 5º Livro de Batismos de Rio Grande (1766-1789).

– 6º Livro de Batismos de Rio Grande (1776-1795).

#### **ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS:**

– 1º Livro de Batismos de Escravos de São Francisco de Paula (1812-1835).

– 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula (1812-1825).

– 1º Livro de Óbitos de Escravos de São Francisco de Paula (1812-1846).

– 1º Livro de Óbitos de São Francisco de Paula (1812-1846).

## Referências

DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

MACFARLANE, Alan. **Reconstructing Historical Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MARQUES, Rachel dos Santos. **A mortalidade de inocentes escravos em São Francisco de Paula (1812-1834)**. Trabalho de conclusão de curso - Licenciatura plena em História, UFPel, Pelotas, 2009.

MARQUES, Rachel dos Santos. *Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820)*. Curitiba: UFPR, 2012.

O Nome e o Como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

WINCHESTER, Ian. On referring to ordinary historical persons. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973.

WRIGLEY, E. A. Introduction. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973; WINCHESTER, Ian. On referring to ordinary historical persons. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973.

# ANATOMIA DE UM GRUPO: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS RELIGIOSOS NA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. (XVIII-XIX)

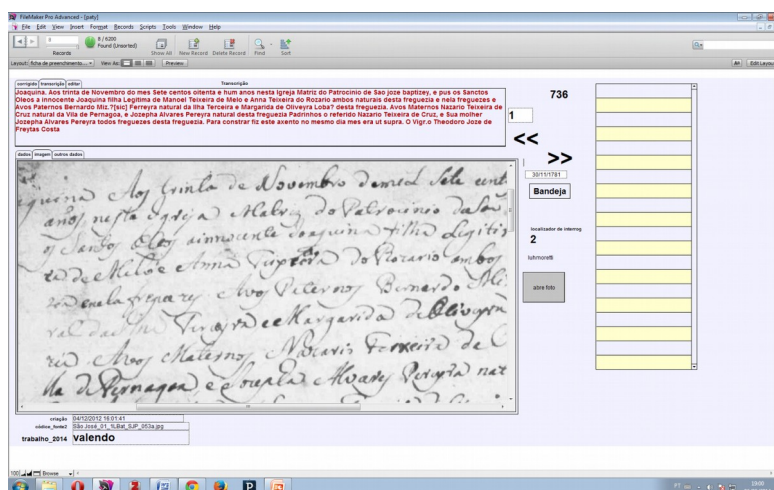
Carlos Antonio Pereira de Carvalho<sup>1</sup>  
Leonardo Pereira Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar as redes de relacionamento social entre a cúria episcopal e a população da freguesia de São José dos Pinhais de Curitiba. Como fonte foram utilizados registros de batismos da tal freguesia. O trato metodológico foi realizado mediante a criação de um banco de dados para uma análise quantitativa e qualitativa das informações. Além disto, por meio de um estudo prosopográfico foi possível montar uma rede social para observar com quem os padres da região se relacionavam.

**Palavras Chaves:** São José dos Pinhais – Padres – Análise de Redes – Prosopografia

O presente trabalho tem por objetivo compreender e analisar as relações sociais de um determinado grupo de padres com a sociedade de sua época. O local escolhido para tal foi a Freguesia de São José dos Pinhais, entre finais do século XVIII e início do século XIX. Pretende-se, por meio de um estudo prosopográfico<sup>3</sup> destes vigários, compreender como se executavam as ações políticas/sociais<sup>4</sup> destes agentes históricos dentro de uma rede de relacionamentos sociais na freguesia de São José dos Pinhais, pertencente à jurisdição da vila de Curitiba, na segunda metade do século XVIII.

Foram utilizados para este trabalho, registros paroquiais da freguesia supracitada. Este *corpus* documental está dividido em certidões de batismo, casamento e óbito. Porém, para que a feitura da análise, por opções metodológicas<sup>5</sup>, foram utilizados somente os registros de batismos. Toda a documentação foi retirada do Arquivo Paroquial de São José, disponível no sitio dos Mórmons, (FAMILYSEARCH.ORG). Segue abaixo uma exemplificação:



<sup>1</sup>Autor. carlos.decarvalho95@gmail.com\_(61) 8592-2667. *Graduando em História pela Universidade de Brasília.*

<sup>2</sup>Coautor. leonarp@hotmaill.com\_(61) 8199-1860. *Graduando em História pela Universidade de Brasília*

<sup>3</sup> Será explicado o que é Prosopografia adiante, na parte que envolve a metodica da pesquisa.

<sup>4</sup> O conceito aqui desenvolvido é tomado de empréstimo de Max Weber.

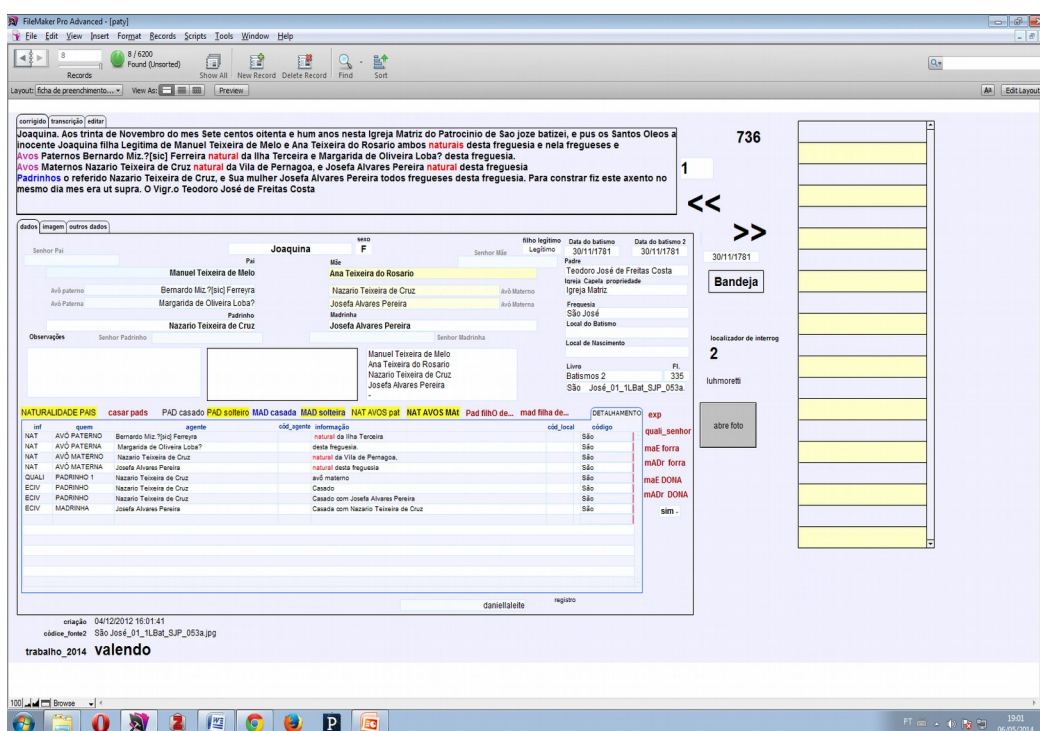
<sup>5</sup> Devido ao tempo e delimitação metodológica do campo da pesquisa, foi necessário selecionar os dados disponíveis.



**“Imagem de fundo: Banco de Dados produzido a partir de pesquisas com fontes primárias. Programa utilizado: FileMaker Pro Advanced”  
Metodologia**

O aparato metodológico dos dados selecionados foi realizado mediante a confecção de um banco de dados que permite analisar de forma quantitativa e qualitativa os mesmos. Conta-se com 2.830 registros feitos por todos os padres da freguesia no período compreendido entre a metade do século XVIII e os primeiros anos do XIX. O banco de dados está dividido por campos, tais como, nome do padre, número de registros efetuados e possíveis datas em que foi vigário na freguesia da vila de São José dos Pinhais de Curitiba.

Importante lembrar que já se conta com um banco de dados – produzido pelos mesmos envolvidos no projeto<sup>6</sup> – com os registros transcritos de cada um dos batismos. Em que foi feito o processo – em parte já supracitado – de resgate no sítio dos Mórmons, leitura, transcrição, contabilização dos dados e que por sua vez foram analisados. Segue uma exemplificação abaixo:



Obtendo estas informações sistematizadas, foi realizada uma crítica interna e externa destes dados selecionados como necessários para uma melhor compreensão da lógica discursiva que está por trás das informações disponíveis nas fontes.

Para a análise dos dados deste trabalho, foram utilizados alguns pressupostos metodológicos da história social, sendo eles: a prosopografia, análise de redes sociais e história serial.

<sup>6</sup> Projeto Atlas Digital da America Lusa, que conta com a coordenação do Pr. Dr. Tiago Luis Gil, com os autores deste presente trabalho e demais membros.

A Prosopografia pode ser conceituada como um instrumento metodológico que tem como objetivo investigar os caracteres em comum de um determinado grupo de agentes sociais. Busca-se por meio deste método analisar<sup>7</sup> carreiras e biografias coletivas por meio de um estudo coletivo de suas respectivas vidas. O método consiste na investigação de um conjunto de questões uniformes- a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais, posição econômica herdada, residência, ocupação, religião, experiência em cargos<sup>8</sup>, etc.

A partir das informações dos agentes, pode-se cotejar e analisar estas tendo em vista a possibilidade de serem encontradas tanto correlações internas, quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação. O modo como eles se relacionam, como se dá a coesão entre os párocos e demais membros do clero, como pensam de forma conjunta as questões envolvendo a administração da freguesia em que possuem a jurisdição dentre outras questões desta espécie podem ser desveladas por um estudo prosopográfico. Quanto às correlações internas destes vigários com a população da freguesia é possível detectar pela análise dos registros batismais como os agentes sociais do passado se relacionavam com a Igreja e com os padres locais, como se dava e se a legitimavam certas práticas carregadas de valor simbólico entre os moradores da freguesia. Esta ferramenta metodológica é eficaz no sentido de desvelar as origens da ação política e social estabelecida nas relações sociais.

Logo, esta metodologia foi utilizada para rastrear os padres da freguesia de São José e ver como se davam as ações deste grupo tanto de forma coletiva, como individual em relação às hierarquias sociais existentes dentro da região na qual os vigários residiam. Por exemplo, há uma hipótese ainda em estudo de que geralmente em batismo de crianças ligadas às pessoas da elite os padres utilizam uma melhor caligrafia e o tamanho dos registros costumam ser maiores, pois os mesmos relatam com maior precisão as ligações parentais do agente batizado.

Surgida no final dos anos de 1960 por meio dos trabalhos de Bott, Mitchel, Boissevain e Barnes<sup>9</sup>, a análise de redes tem como pressuposto o entendimento das conexões entre redes sociais estabelecidas em determinada época de interesse. As mesmas servem para desvelar os laços e relações, tais como, de amizade, afinidade, parentesco ou qualquer motivo aparente que permita tal objetivo do método.

Tratando agora da História Serial, esta foi outra metodologia utilizada como forma de lidar com os dados disponíveis. Tal método pressupõe o uso de fontes homogêneas que sejam comparáveis em um período de longa duração. Trata-se, de grosso modo “serializar” o fato histórico, para medi-lo em sua repetição e variação. Segundo François Furet “Assim, talvez pela primeira vez, há a possibilidade de analisar como objeto um conjunto de materiais que foram depositados no decorrer dos tempos sob a forma de signos, de traços, de instituições, de práticas, de obras, etc...” “FURET, 1982”

---

<sup>7</sup> Conceito tomado de empréstimo do trabalho “Família Escrava e Produção de Aguardente: reflexões sobre a constituição familiar escrava residente nos fogos produtores de álcool em Catas Altas da Noruega, 1831-1832” de Mariana Leonardo, Leonardo Pereira e Eduardo Bicudo.

<sup>8</sup> STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2011, vol.19, n.39, pp. 115-137.

<sup>9</sup> BOISSEVAIN, 1979; MITCHELL, 1974; BARNES, 1969,

## Os Registros Paroquiais

Os primeiros registros de batismos feitos conhecidos remontam ao século XIV em paróquias na região conhecida atualmente como Itália, mais especificamente em Arezzo, Udine, Siena e Florença. Mais recentes ainda são os assentos de regiões suíças, francesas e inglesas. Contudo, vale lembrar, são poucos os registros batismais de todo o período medieval e moderno, notadamente na Europa Central e nos Países Baixos.<sup>10</sup>

A prática do batismo carrega consigo múltiplos significados simbólicos. O primeiro dos sete sacramentos da Igreja Católica tem uma importante função na estruturação, inclusão/exclusão de determinada comunidade política e modos com que os agentes realizam suas escolhas sociais.

Ainda assim, vale ressaltar que, o ato batismal de se colocar os santos óleos sobre a cabeça da criança representa mais do que uma simples mudança de condição existencial, onde se deixa de ser criatura para tornar-se filho de Deus. Segundo Sirtori, “o batismo tinha um significado para aquela população que ia além de suas crenças religiosas, sua atribuição ultrapassava os muros das Igrejas e fazia-se presente no cotidiano daquelas pessoas, afinal ele criava relações ou formalizava aquelas já existentes”.

O parentesco ritual formalizado no ato do batismo envolvia estratégias no modo como os atores sociais representavam sua ação social e política. Uma destas relações é a assimétrica trabalhada por Hameister, onde uma pessoa localizada em um posto mais elevado do estrato social apadrinhava outra de posição inferior. Por trás desta lógica discursiva, havia uma cultura política que obrigava os agentes a darem e receberem segundo a noção de justiça do Antigo Regime. Logo, a noção de *oeconomia* é aqui, por acaso, valorosa, pois havia uma rede de deveres e obrigações parafamiliares que era diversificada. O ato do batismo por si só não assegurava o fortalecimento dos laços familiares, outras variáveis devem ser consideradas, tais como vizinhança, amizade, etc.

Além das relações parentais assimétricas nas hierarquias sociais, havia as simétricas que também possuíam uma lógica própria, uma dinâmica intrínseca, um *modus operandi* específico. O trabalho de Robert Slenes é exemplar neste sentido, pois o autor mostra como a escolha do padrinho de uma criança escrava entre a própria comunidade política escrava pode servir de estratégia para fortalecer certos laços dentro do próprio grupo. Todavia, como ressalta Sirtori, dentro deste mesmo grupo há desigualdades e hierarquias, o prestígio de uns era maior que de outros. Logo, a escolha do padrinho entre os membros de uma mesma condição social também passava por estratégias e seleções. Havia certa assimetria dentro da simetria, uma exclusão dentro de uma mesma comunidade política de pares “iguais”.

## A Freguesia de São José

---

<sup>10</sup> Ideias desenvolvidas da dissertação de mestrado de Bruna Sirtori intitulada: “Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime. (1765-1784)”.

O início da povoação da região em estudo, - freguesia de São José de Curitiba - provavelmente se deu em meados do século XVIII em torno da atividade econômica da mineração, invernagem de gado, pequenos núcleos de pousos da atividade tropeira e ambulantes do sertão curitibano. Outra hipótese sobre o surgimento da região, segundo Sbravati, “seria a da povoação de São José dos Pinhais originária de ponto de parada dos caminhos que iam de Curitiba para o litoral, Arraial Grande e Campo dos Ambrósios”. Como se percebe, uma das explicações historiográficas acerca do surgimento da freguesia é sua localização entre estradas paranaenses que exportavam e faziam funcionar o comércio interno local com produtos tais como: madeira, mate, gado, feijão, fumo, trigo, etc.

Quanto às características populacionais que habitavam tal região em estudo, os caracteres da população e etnias eram em geral praticamente os mesmos do restante do território brasileiro colonial. Índios, negros, brancos e uma variada gama de mestiços compunham o cenário demográfico de São José nos seus primeiros anos. O povoamento da região também estava ligado à procura do ouro e apresamento indígena no território do Paraná, pertencente à Capitania de São Paulo. A apreciação dos caracteres específicos e exatos de tal população é em grande parte desconhecido, haja vista as enormes lacunas de fontes. Somente em meados do século XVIII e XIX, segundo Sbravati, a partir de censos populacionais é possível conhecer um pouco melhor esses povos e bairros da freguesia.<sup>11</sup>

A data exata do momento em que São José deixa de ser Capela Curada para se tornar paróquia é desconhecida e suscita controvérsias entres os pesquisadores. Uma das hipóteses mais aceitas, de acordo com Sbravati, é de que “por volta de 1799, Francisco Ignácio Guimarães, zelador da capela e de seus bens, providenciou, por determinação do administrador Pe. Antônio do Valle Porto, na época no Rio de Janeiro, a demolição da capela para posterior reconstrução.<sup>12</sup> Com a demolição da capela, a imagem do Senhor do Bom Jesus dos Perdões foi remetida para o Rio de Janeiro, a fim de ser restaurada, e os paramentos e as alfaias foram depositados na matriz da paróquia. A 18 de fevereiro de 1786, D. Frei Manuel da Ressurreição, bispo de São Paulo, obtendo conhecimento de que os bens da Capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões estavam sendo dilapidados pelos administradores, deu ordem para que o Pe. Francisco das Chagas Lima, vigário da vara de Curitiba, encarregasse o Pe. Theodoro José de Freitas Costa da administração. Mas, em 1795, este vigário fez a entrega dos bens da capela ao administrador que havia sido nomeado, capitão Antônio Teixeira de Oliveira Cordeiro. Os bens consistiam, nesta ocasião, em alfaias da capela, 65\$000 em dinheiro, 238\$505 em crédito, 232 animais na fazenda das Águas Belas, também conhecida como Guaraitiba ou Guarautuba, e cerca de 481 animais na fazenda de Capocu, além de algumas ferramentas.”

---

<sup>11</sup> SBRAVATI, Myriam. *São José dos Pinhais, 1776-1852 Uma paróquia Paranaense em Estudo*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1990.

<sup>12</sup> ↑ Idem

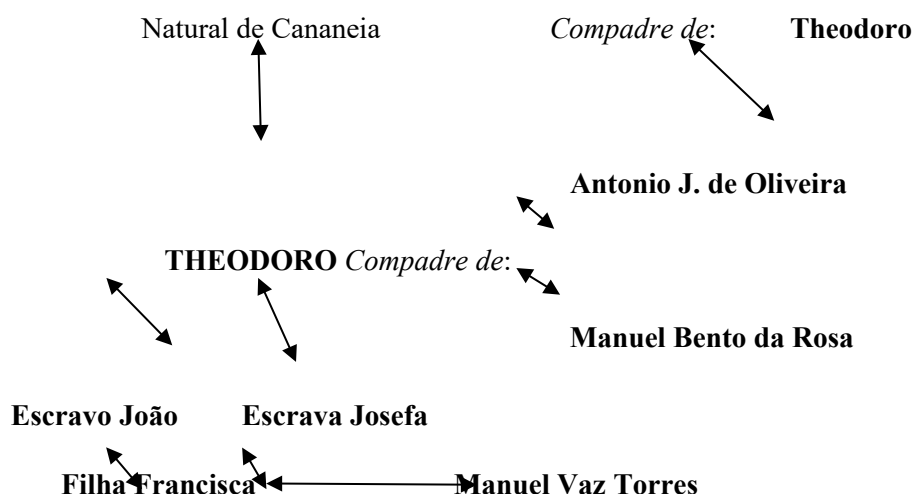
Os primeiros registros de batismo da região que chegou até nós provavelmente não são os primeiros realizados na paróquia. Oficialmente, o primeiro batizado foi lançado em 25 de dezembro de 1775.

Voltando para o objeto deste trabalho, os párcos, como já ressaltados, têm uma enorme importância para o contexto tratado aqui. Várias “figuras” são analisadas. E dentre delas, cada nome de suma importância, a exemplo do Vigário Colado Theodoro José de Freitas Costa, dentre outros. Aqui, são contabilizados 2830 números de registros feitos por 08 padres, que nos permitem produzir o restante do trabalho.

Tem-se que admitir que as únicas fontes que contamos, são as já supracitadas certidões de óbito, casamento e batismos, sendo esta última tomada como ênfase. Os agentes históricos não costumam aparecer em outros tipos de fonte, por isso a escolha dessas três e especificamente a última.

Para que fique mais claro, é importante entender também que toda a metodologia proposta aqui é de grande importância para o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho. Tudo o que foi demonstrado aqui por meio da explicação do contexto, imagens das ferramentas e o uso de propostas da metodologia social, é pra enfatizar de como está sendo feito esse trabalho com as fontes primárias, as quais seriam os registros de batismos realizados pelos Párcos da Freguesia de São José de Pinhais. Sabendo que a proposta do presente artigo é justo a análise social entre os Padres e a Freguesia de São José, todo o percurso de contabilizar os dados das fontes, organiza-las em um sistema de banco de dados, criar uma ferramenta que nos adequa ao problema que estamos fazendo para a fonte, tudo isso nos ajuda a concluir o trabalho proposto.

Por isso concluímos que o resultado deste trabalho é a própria análise dos Padres da Freguesia de São José dos Pinhais. Para tornar isso inteligível, nos valem desta simples e pequena exemplificação em forma de uma rede social:



Os agentes históricos do qual nos valemos aqui são: O vigário Theodoro José de Freitas Costas; os Coronéis Manuel Bento da Rosa e Antonio José de Oliveira e Manuel Vaz Torres; os Escravos João e Josefa e sua filha Francisca e . Como diversas vezes já suscitado aqui, estamos dando o enfoque na figura social do Padre.

Por isso concluímos que – através de todo o aparato metodológico para com as fontes utilizados aqui – o Vigário Colado, Theodoro José de Freitas Costas, responsável por determinado tempo pela cúria episcopal da Freguesia de São José, mantém uma boa relação com a sociedade em sua volta, e com alguns, uma relação mais amigável e de um possível clientelismo entre eles. Falamos isso por saber que no contexto histórico o qual vivia o Padre, não era permitido a este que apadrinhasse filhos de quaisquer pessoas, e que muito menos obtivesse escravos em seus fogos, como foi demonstrado na exemplificação da rede social. Importantes agentes históricos estão envolvido com o Padre, à exemplo de Manuel Vas Torres, Manuel Bento da Rosa e Antonio José de Oliveira, sendo estes, compadres do Padre que através disso também, presume-se a que poderia haver até uma relação de clientelismo entre eles, visto que o Padre apadrinhou os seus filhos.

Esse pequeno recorte espacial e temporal em um primeiro momento da pesquisa nos permite, em momentos posteriores, expandir estes resultados por meio de análises similares para outras localidades de semelhante contexto e assim compreender outras realidades cujas tradições culturais ressoam, com uma nova roupagem, até a contemporaneidade.

### **Referências Bibliográficas**

**CARDOSO, BRIGNOLI.** *Os Métodos da História.* 4. ed. cap. 4. Editora Graal.

**Phillipe Mouchez,** Demografia; **Pierre Guillaume e Jean-Piere Possou,** Démographie Historique, col. U, Paris, Armand Colin, 1970  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso)

**BURKE, Peter** (org.) *A escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: Unesp, 1992.

**SHARPE, Jim.** *A história vista de baixo.* In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: Unesp, 1992. p. 40.

**LEVI, Giovanni.** *Sobre a micro-história.* In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: Unesp, 1992.

**NADALIN, Sérgio Odilon.** *História e Demografia: Elementos Para Um Diálogo.* Campinas: ABEP, 2004.

**WEBER, Max.** *Economia e Sociedade- Fundamentos da Sociologia Compreensiva.* Trad. Barbosa, Regis; Barbosa, Karen Elsabe. 3.ed. v. 1 . Brasília: editora UnB, 1994.

### **Referência das Fontes**

As fontes utilizadas aqui foram todas retiradas do sítio dos Mórmons – FAMILYSEARCH.ORG – onde os mesmos digitalizaram e publicaram diversas fontes de diversos locais. Nós usamos, especificamente, os registros de batismos referentes à Freguesia de São José dos Pinhais, datadas de 1765 a 1785. Todo este material pode ser consultado no referido sítio, a partir de seus mecanismos.

Vale ressaltar também que é bem extenso o volume analisado. Isso porque essas fontes estão envolvidas num projeto maior em que as Universidades Federais do Rio de Janeiro, do Paraná e de Brasília, UFRJ – UFRP – UNB, respectivamente, estão fazendo o trabalho de resgatar essas fontes a partir da disponibilidade delas no sítio dos Mórmons, fazendo a transcrição, e produzindo trabalhos como este, aqui intitulado de: ANATOMIA DE UM GRUPO: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS RELIGIOSOS NA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. (XVIII-XIX).

## PATRIMÔNIO, FAMÍLIA E PODER: A TRANSMISSÃO DE GRANDES PROPRIEDADES NO SÉCULO XIX

*Andréa Pagno Pegoraro*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como finalidade discutir as formas de transmissão de patrimônios no século XIX, através de pesquisas realizadas com inventários *post-mortem* de três famílias proprietárias de grandes extensões de terras na cidade de Vacaria (RS), Lages (SC) e São José dos Ausentes (RS), valorizadas por seu destaque social e por terem sido donas de fazendas importantes para a história regional. Busca-se analisar as interações entre as mesmas, através de relações de reciprocidade, troca de favores, laços matrimoniais e de compadrio. A documentação pesquisada encontra-se no Museu Tiago de Castro (SC) e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). O estudo tem como apoio teórico trabalhos de Comissoli (2011), Faria (1998) Garcia (2010), Kunh (2006), Menegat (2009), Vargas (2007) e Zarth (2002) que abrangem questões respeitáveis para a abordagem histórica referida.

**Palavras-chave:** Família – Propriedade – Poder – Heranças – Sociedade

### Introdução

Este trabalho tem o objetivo de analisar como ocorriam as transmissões de grandes propriedades durante o século XIX na região sul do Brasil, em municípios em que a presença de latifúndios foi extremamente marcante e fundamental para a formação regional. Busca-se inicialmente abranger os ramos familiares de grande importância para a história de Vacaria (RS), Lages (SC) e São José dos Ausentes (RS), os quais mantinham vínculos de parentesco, seja por uniões matrimoniais ou relações de compadrio e trocas de favores. O interesse pelo assunto surgiu a partir de estudos sobre a fazenda do Socorro, propriedade de José Joaquim Ferreira até 1872. Sua família da origem a formação do município de Vacaria (RS), sendo que o município tem sua história ligada com o município de Lages (SC), pois foi de lá que vieram os fazendeiros que se estabeleceram nos campos do atual município de Vacaria.

A família de José Joaquim Ferreira mantinha vínculos diretos com a família Velho, dona até os dias atuais da fazenda do Ausentes (São José dos Ausentes-RS). Fidélis Ramos, proprietário da fazenda Estrela (Vacaria), era filho de Laureano José Ramos, proprietário de vastas extensões de terras na Coxilha Rica em Lages, entre elas a fazenda Guarda-Mor. Seus filhos foram muito influentes politicamente e seus descendentes exerceram vários cargos administrativos no governo de Santa Catarina durante o século XX. Estas três famílias serão o alicerce de nosso trabalho, que volta-se para a história social, buscando resgatar as relações parentais, vínculos de compadrio, troca de favores, entre essa elite latifundiária, e entender como essas relações sociais influenciaram nas transmissões de patrimônio.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História UPF (Universidade de Passo Fundo), bolsista CAPES. E-mail: apagnopegoraro@gmail.com



## Relações familiares, posses e transmissões de grandes propriedades durante o século XIX

A leitura de inventários permite ao historiador compreender melhor os fatos históricos, esclarecer dúvidas e encontrar respostas para as inquietações do presente, representando uma fonte de grande auxílio para os estudos sobre os modos de vida, situação econômica dos grupos estudados. Ressaltamos o valor da documentação judiciária na realização desta pesquisa para pensar as formas de transmissão de propriedades. Estes documentos nos ajudam a evidenciar as formas de partilha de bens, as relações familiares, os vínculos de parentesco e de compadrio, além dos conflitos gerados em alguns casos pela partilha de heranças.

Teoricamente, um inventário deveria começar um mês após a morte do titular e, caso não houvesse contestação, ser concluído com a partilha, listando-se os bens que cabiam a cada herdeiro separadamente. Havia, algumas vezes, a descrição de valores que um herdeiro ficava a dever a outro, por “levar demais”. Terminava desta forma, o inventário, caso não houvesse contestação. Aparentemente, grande parte (quase 95%) dos inventários e as respectivas partilhas estavam de acordo com os interesses dos beneficiados.<sup>2</sup>

A documentação é para o historiador o alicerce de conhecimento, de descobertas que permite compreender o passado aproximando-se de seus atores sociais. Ao trabalhar com a documentação do século XIX conseguimos nos aproximar dos pensamentos e juízos de valores de quem os escrevia, pois estes carregam muito da subjetividade e das impressões de seus personagens sociais.

Tratando-se de um momento histórico onde a escrita era manual, conseguimos identificar aspectos de correção de erros em traços de rasuras propositais ou não. Todos esses elementos vão nos ajudando a reconstruir não só a história impressa em suas páginas, mas a história nas entrelinhas. Sabemos que a história oficial também não é neutra e pode trazer informações contraditórias, no entanto a fonte histórica é o suporte essencial para a realização de qualquer pesquisa histórica.

Os inventários revelam detalhes minuciosos dos bens arrolados proporcionando uma reconstituição dos utensílios de época, permitem também verificar as condições sociais e econômicas dos grupos familiares. Atualmente, esses documentos anteriores a nosso século nos causam certo espanto. A quantidade de coisas listadas abarcava quase todos os bens materiais dos indivíduos. Tudo era detalhado: uma jarra de vinho quebrada; um oratório pequeno com três imagens, muito velho; uma saia de baeta, preta, já muito usada; escravos; terras; instrumentos de trabalho; casas e mais uma infinidade de, diríamos hoje, quinquilharias, que permitem, felizmente, ter uma ideia bastante aproximada da realidade de vida material e cotidiana dos homens coloniais.<sup>3</sup>

A importância dessa documentação para os estudos históricos é facilmente percebida pela

---

<sup>2</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 258.

<sup>3</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.224.

abrangência de informações fornecidas. Com elas podemos desenvolver estudos de caso, genealogia, entender os processos familiares, como também reconstruir um cenário de época baseado nos bens de uso domésticos, presença de escravos, relações de amizade e compadrio. Em nosso caso vamos nos deter nas evidências que nos ajudem a compreender melhor as questões familiares aliadas a transmissão de grandes latifúndios.

Ser dono de grandes extensões de terras durante o Brasil Imperial significava muito mais do que possuir boas condições econômicas, representava manter certo *status* social. As famílias eram cuidadosas em preservar as posses já adquiridas entre seus membros, e o convívio com outras famílias de equivalente prestígio favoreciam a criação de vínculos aproximativos, como os matrimoniais, de compadrio e troca de favores. Era comum neste período que os filhos de fazendeiros se casassem e continuassem a viver próximos de sua família ou dentro do seu limite de terras, ajudando a administrar a propriedade. Desse modo, mantinham-se as condições necessárias à preservação dos bens materiais e econômicos, fundamentais para o bem estar e também de visibilidade social da elite latifundiária.

As fazendas possuíam uma economia ligada principalmente a criação de gado, característica típica da região que liga Vacaria – Lages. Apesar da agricultura ser uma atividade quase sempre presente nos estabelecimentos, a pecuária era a atividade que gerava mais lucro e, portanto, em torno dela giravam os investimentos produtivos. Sabemos que o gado *vacum* era o mais valorizado entre todos os rebanhos e também o predominante em número de cabeças, ao longo de todo o período Imperial. “Um levantamento de finais de 1766 dá conta da existência de 18 estâncias e 77 pessoas na Vacaria e 16 estâncias e 82 pessoas em Lages, o que perfaz 52 fazendas e 292 pessoas. Menos de 6 pessoas em média, por estância.”<sup>4</sup>

Em Vacaria as primeiras estâncias deram início à criação de bovinos e equinos, mas foram os muares quem tiveram mais prioridades devido ao comércio com Sorocaba. Zarth<sup>5</sup> destaca que no planalto rio-grandense a criação de mulas competiu com a criação de gado bovino até a década de 1880. Mas não era apenas no sul do Brasil que existiam grandes propriedades criadoras de gado. Outros países próximos como a Argentina também possuíam grandes fazendas, como a dos três irmãos Anchorena, comerciantes de Buenos Aires, que adquiriram vastos terrenos e organizaram um império de fazendas de gado. Até 1830 tinham oito e provavelmente eram os maiores fazendeiros de gado da Argentina.<sup>6</sup>

A fazenda do Socorro manteve até o século XX a pecuária como estrutura econômica, constando no inventário de José Joaquim Ferreira, entre outros animais, mil quinhentos e oitenta e cinco reses, duzentos e onze novilhos, cento e onze cavalos mansos. Até meados de 1930, a fazenda

---

<sup>4</sup> OSÓRIO, Helen. *Apropriação de terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre. Dissertação de mestrado/PPGH-UFRGS, 1990.

<sup>5</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí. Ed. da Unijuí, 2002, p. 234.

<sup>6</sup> MONSMA, Karl. *Repensando a escolha racional e a teoria da agência fazendeiros de gado e capatazes no século XIX*. RBCS Vol. 15 no 43 junho/2000.

foi passo de tropeiro importante para a região. O gado seguia pelo Passo do Socorro ou pelo Passo de Santa Vitória, que se tornou o maior escoadouro no mercado gaúcho até a década de 1870, desempenhando papel militar fundamental durante a Guerra dos Farrapos, Mas perdeu expressão, em virtude da abertura do Passo do Socorro, o qual proporcionou uma diminuição do trajeto entre Lages e Vacaria, ficando a apenas 40 quilômetros dessa cidade, enquanto o Santa Vitória pertencia ao atual município de Bom Jesus (RS). No entanto, durante mais de meio século, o Passo do Socorro apoiou-se na utilização de balsas, provocando enorme atraso no tráfego de tropas e veículos.<sup>7</sup>

Considerando o valor que essas fazendas possuíam transmiti-las para herdeiros não era tarefa fácil, pois requeria uma reflexão em vários aspectos para garantir que sua administração estivesse bem assegurada. Ao escrever o testamento várias inquietações assolavam os testadores no momento de estabelecer a sua última vontade. Entre as questões refletidas estavam a de resolver quem era o mais capaz para ficar na direção da família, fazer o levantamento daqueles que já estavam colocados e se deviam ou não ficar satisfeitos, lembrar os que ainda não tinham saído, garantindo-lhes os direitos, recordar os que estavam ao seu cargo, preservando-lhes o sustento e o bem estar.<sup>8</sup> Entretanto devemos considerar que o mundo social não é perfeitamente integrado, e que todos os sistemas de normas podem ser fraudados por incoerências, cada indivíduo age em função de uma situação que lhe é própria e que depende dos recursos de que dispõe, recursos materiais decerto, mas também cognitivos e culturais.<sup>9</sup>

Nesse período o conceito de família era bem mais amplo do que em nossos dias. As famílias eram formadas por pessoas que se uniam por diferentes conexões não se limitando ao núcleo de casal e filhos, base comum em nossa sociedade contemporânea. Era corriqueiro que morassem em uma mesma fazenda irmãos, tios, sobrinhos, parentes distantes e parentes de cônjuges. Os casamentos em geral mantinham-se por toda a vida ou até o falecimento de um dos cônjuges, mas valorizava-se muito o apadrinhamento religioso, pois sendo a sociedade respeitosa e fiel aos princípios da Igreja Católica, os padrinhos viam em seus afilhados uma ligação que transcendia a vida terrena continuando a existir após a morte. Esse vínculo chegava a ser mais importante que o vínculo matrimonial, embora ambos fossem elos valorizados e duradouros, sobre a formação familiar devemos considerar que:

A definição do corpo de indivíduos que formam um grupo familiar pode se dar a partir dos fundadores da linhagem – o casal que compõe inicialmente o núcleo parental, e que ao longo do tempo, em geral, centraliza as relações – e incorpora os parentes diretos, os colaterais e aqueles que são definidos por afinidades, com reconhecimento a partir de relações instituídas, através do matrimônio ou do

---

<sup>7</sup> BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Caxias do Sul. Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1978, p. 151.

<sup>8</sup> DURÃES, Margarida. Filhos e enteados práticas sucessórias e hereditárias no mundo rural (Braga, século XVIII e XIX). *Cadernos do Nordeste*, 15 (1-2), 2001, pp. 175-218 (Série História 1). Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2884>>. Acesso em 20 jul. 2014.

<sup>9</sup> ROSENAL, Paul. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 151-172.

compadrio.<sup>10</sup>

As uniões familiares tinham mais do que a função de criar laços de parentescos, de unir famílias e preservar heranças, elas costumavam delimitar os espaços de sociabilidade, promover status e garantir visibilidade social. Procurava-se manter os recursos econômicos circulando entre as famílias da elite, sendo que:

Outra possibilidade de imbricação entre família e poder está claramente posta na prática costumeira do dote. Não se pode reduzir essa prática somente a uma mera transferência patrimonial, na medida em que ela selava as alianças matrimoniais, unindo famílias e facções políticas. Certamente os recursos econômicos circulavam desse modo entre as famílias da elite, mas creio que mais importante é ressaltar que, por detrás da prática dotalícia, estaria a consecução de uma política de alianças, fundamental para unir determinadas famílias e separar outras.<sup>11</sup>

O casamento marcava a inserção de novos membros no grupo familiar, motivando alguns arranjos propositais. “Não é, pois, a fertilidade do núcleo conjugal que faz variar a dimensão da família, mas a sua capacidade de reunir sob um mesmo teto mais do que a sua descendência. A dimensão das famílias é mais um índice de poder social do que de vitalidade demográfica.”<sup>12</sup>

Mas, casar filhas não era tarefa simples, implicava um enorme investimento para a família, pois dotá-la poderia significar abrir mão de uma grande parte do patrimônio. O dote era assunto negociado entre as famílias dos noivos e nos núcleos familiares mais modestos, já que o seu custo podia empobrecê-los, ou representar a ruína. “Arrumar os rapazes até que não era difícil, se tudo corresse bem. Ora, as raparigas..., essas ‘são o cabo dos trabalhados’! É que não basta o enxoval, se não lhes der o dote, ninguém as quer. E mesmo assim, sabe-se lá...!”<sup>13</sup>.

Nas classes mais abastadas muitas famílias recorreram ao crédito para dotar as filhas ao nível do seu estrato social, o mesmo acontecendo para estas se unirem a Deus. Não o fazer podia ser sinônimo de desprestígio e quebra da respeitabilidade social da casa a que a rapariga pertencia<sup>14</sup>. Desse modo, o matrimônio podia ser encarado como um dos mecanismos onde os interesses da elite eram melhor atendidos. Porém, o reforço dessa “união”, ampliando o que poderia ser apenas um ponto de contato para um entrelaçamento de duas malhas distintas, poderia ser construído através do

---

<sup>10</sup> MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. (Rio Grande de São Pedro, século XIX)*. Porto Alegre, 2009, p.42.

<sup>11</sup> KUNH, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói, 2006, p. 175.

<sup>12</sup> BURGUIÈRE, André e LEBRUN, François. *As mil e uma famílias da Europa*. In: BURGUIÈRE, André et. all. *História da Família*, vol.3, Lisboa:Terramar, 1987, p. 31.

<sup>13</sup> DURÃES, Margarida. *Filhos e enteados práticas sucessórias e hereditárias no mundo rural (Braga, século XVIII e XIX)*, p. 176. Cadernos do Nordeste, 15 (1-2), 2001, pp. 175-218 (Série História 1). Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2884>>. Acesso em 20 jul. 2014.

<sup>14</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Casar raparigas pobres na confraria de S. Vicente de Braga (séculos XVIII -XIX)*. Universidade do Minho/ Portugal, 2010, p. 369. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/>> Acesso em 04/jun./2014.

compadrio.<sup>15</sup> Muitos interessados em pertencer a um grupo familiar distinto não podiam almejar ao título de casamento por não se enquadrarem nos moldes requeridos, os quais incluíam ter bons rendimentos financeiros, status social, cargos administrativos, políticos, ou outros adjetivos valorizados, mas se conseguissem um bom padrinho na certa suas possibilidades de ascensão social seriam bem maiores. De qualquer modo, a diferença social desse elo espiritual se traduzia na escolha dos sujeitos envolvidos, evidenciando a hierarquia dos valores da sociedade analisada. “O apadrinhamento e o compadrio formavam afinidades eletivas que representavam a confiança dos pais para com o compadre e a comadre”.<sup>16</sup>

As relações de compadrio podiam ocorrer entre amigos e parentes do mesmo *status*, ou verticais, assentados no relacionamento patrão-cliente. O primeiro tipo de vínculo era estabelecido entre os nobres e os “notáveis”, pois os compadres eram escolhidos dentre do próprio grupo, sendo o objetivo principal a proteção do seu próprio prestígio e prosperidade. A função do compadrio para as elites seria reforçar as alianças existentes, enfatizando a solidariedade interna e assinalando a exclusão de outros grupos sociais. O segundo tipo de vínculo, ou seja, a escolha de compadres de *status* social superior, prevalecia entre os camponeses pobres e artesãos, cuja estratégia passava pelo estabelecimento de relações clientelísticas.<sup>17</sup>

Além disso, uma casa não era unicamente uma residência, sua representação remetia aos antepassados, e as riquezas da propriedade não eram determinadas unicamente pelo seu cultivo agrícola ou criação de animais, mas também pela inserção de seus moradores na comunidade, expressada simbolicamente no intercâmbio de relações sociais.<sup>18</sup> Não podemos pensar, no entanto, que haviam apenas uniões afetivas ou desprovidas de interesses secundários, pelo contrário, existia uma especulação acentuada de pais querendo selecionar seus genros, suas noras e até de irmãos incentivando casamentos vantajosos para seu próprio interesse. Casar moças com homens mais velhos com uma boa estrutura financeira era prática comum e almejada por muitos, porém poucos podiam concretizar seus projetos, apenas os que tinham condições de serem aceitos para ingressar no outro grupo familiar, e para isso era preciso estar a altura da solicitação. Ou seja, “apesar das elites formarem um grupo razoavelmente pequeno, o que limitava os possíveis laços matrimoniais, sempre havia uma margem de escolha considerável.”<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. (Rio Grande de São Pedro, século XIX)*. Porto Alegre, 2009, p. 67.

<sup>16</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro. (1808c. – 1831c)*. Rio de Janeiro, 2011.

<sup>17</sup> KUNH, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói, 2006, p. 231.

<sup>18</sup> CAMPS, Joan Bertard. La estrechez del lugar: Reflexiones en torno a las estrategias matrimoniales cercanas. In: JIMÉNES, Francisco Chacon e FRANCO, Juan Hernández (Eds). *Poder, família e consanguinidade em la Espanha del Antigo Régimen*, Barcelona. Antropos:1992, p. 107-156.

<sup>19</sup> VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre, 2007, p. 197.

Em uma sociedade onde a propriedade tinha um importante valor não apenas econômico<sup>20</sup>, mas, sobretudo simbólico, ter a posse de fazendas, extensões territoriais era de interesse geral. Diante desse contexto vamos abordar três situações particulares de transmissões de propriedades, que ocorreram na fazenda do Socorro em Vacaria (RS), fazenda Guarda-Mor em Lages (SC) e fazenda dos Ausentes (São José dos Ausentes (RS)).

Domingos Gomes da Cunha, seria o único herdeiro de José Joaquim Ferreira,<sup>21</sup> proprietário da fazenda do Socorro, mas devido a desentendimentos, o fazendeiro decide alterar o testamento deixando-o sem absolutamente nada da herança.

Domingos Gomes da Cunha inconformado por perder a fortuna que há tempos tinha como sua, decide assassinar José Joaquim Ferreira contando com a ajuda de um escravo da fazenda de nome Anacleto. A autoria do assassinato, motivo, mandante e executor era de conhecimento geral na Freguesia de Vacaria, mas os culpados só foram punidos um tempo após a ocorrência dos fatos, quando pressionado o escravo confessa o crime e seu mandante, como consta no livro de registros da Cúria Diocesana de Vacaria:

Aos quinze do mês de abril do anno de mil oitocentos e setenta e dois, nesta Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria, foi assassinado José Joaquim Ferreira, natural da Província de Santa Catarina com sessenta e oito anos de idade, casado com Dona Gertrudes da Assumpção do Senhor. Foi encomendado nesta Igreja Matriz e sepultado no cemitério desta Paróchia. E para constar fiz o presente assento que assigno.<sup>22</sup>

Analisando o inventário de José Joaquim Ferreira (1872)<sup>23</sup> percebemos que Domingos Gomes da Cunha se negava a aceitar que os bens e propriedades do finado fazendeiro não mais lhe pertenciam. Diante dos conceitos sociais do período com a herança do fazendeiro ele ganharia status e visibilidade social, estaria mais próximo do poder político e seria bem conceituado diante da elite local. Todavia, ao perder a herança além de arruinar todos esses benefícios de que já se via usufruir, sua imagem social foi profundamente afetada, o que talvez explique o fato dele negar-se a realizar a sua entrega. Transcrevemos parte da citação do inventário que comprova a inobservância do ex herdeiro quanto ao cumprimento da lei:

A inventariante por seu curador, representada por seus legítimos e bastante procuradores constituídos nos autos, por mais de uma vez, como consta nos presentes autos, do requerido a intimação do ex inventariante Domingos Gomes da Cunha para fazer entrega de todos os papéis, certidões, documentos e dinheiro,

---

<sup>20</sup> Lembrando que só a partir da Lei de Terras de 1850 a terra passa a ser um produto comercial.

<sup>21</sup> José Joaquim Ferreira não tinha filhos, era casado com Maria Gertrudes de Assunção do Senhor, que sofria de alienação mental.

<sup>22</sup> O assassinato do antigo proprietário da Fazenda do Socorro está registrado no livro de Óbitos N° 3 página 05, do Arquivo da Cúria Diocesana de Vacaria, com data entre 1870/1880.

<sup>23</sup> O documento encontra-se disponível no acervo documental do APERS (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul).

pertencentes a herança, afim de preencher os deveres de que lhes sam impostos por lei, descrevendo e declarando no inventário semelhantes bens, que o mesmo Domingos Gomes da Cunha com grande escandalo da lei e grave prejuiso dos interesses da herança ainda retem em seu poder. Expedido, porem, o mandado requerido para o fim exposto, não tratou o dito Domingos Gomes da Cunha até o presente de dar cumprimento ao que lhe foi determinado por este juiso sahindo-se com a ridicula allegação da petição de fé de que não é depositario judicial...<sup>24</sup>

Constatamos que Domingos Gomes da Cunha após ter sido intimado por mais de uma vez a fazer a entrega da herança do finado José Joaquim Ferreira, se negou a cumprir o pedido continuando a manter a posse dos bens. Diante das circunstâncias de não ter sido até aquele momento acusado da morte do ex proprietário, ele se mantém firme no propósito de tentar justificar que tem direito a herança alegando existir bens como animais<sup>25</sup> que lhe pertenceriam. Hipótese negada em inventário pela afirmação de testemunhas que alegaram a venda desses animais a José Joaquim Ferreira antes de sua morte.

Domingos Gomes da Cunha era um parente agregado por parte da esposa do fazendeiro. Temos neste caso o exemplo das formas diversas como as famílias eram compostas e os elos criados por uniões de matrimônio:

A utilização de “casamentos”, no plural, informa que as alianças de casamento de “pessoas que descendem dos mesmos pais” (que parecem indicar uma “linhagem”) passa a tornar parentes todas as outras que um dos membros estivessem ligadas, consanguíneas ou não. As relações eram múltiplas e permitiam que pessoas se sentissem aparentadas umas com as outras de forma, hoje, absolutamente surpreendente.<sup>26</sup>

O inventário possui um total de quase duzentas páginas em que podemos acompanhar o drama da família diante da trágica morte do fazendeiro e a súbita mudança de herdeiros. Com o decorrer do tempo toda a fortuna de José Joaquim Ferreira acaba se extinguindo, e em período posterior a fazenda do Socorro acaba sendo vendida.

Contrastando com a situação referida da transmissão de propriedade da fazenda de Vacaria temos o caso da família Ramos de Lages (SC), proprietária entre outras terras da fazenda Guarda-Mor. O inventário analisado referente ao período estudado equivale ao de Laureano José Ramos. Sua esposa Dona Maria Gertrudes é quem administra a partilha.

É importante lembrar que os casamentos, em geral, realizavam-se em regime de comunhão de bens ou de “carta a metade”, o que significava a junção de todos os bens (passados, presentes e futuros) dos cônjuges, no ato do matrimônio. Na morte de um dos cônjuges, a metade dos bens era do sobrevivente e outra dividida em três, duas para os “herdeiros necessários” e uma para quem o

<sup>24</sup> Trecho retirado do inventário de José Joaquim Ferreira (1872), disponível no APERS.

<sup>25</sup> Trata-se de 400 reses que Domingos Gomes da Cunha alegava lhe pertencerem.

<sup>26</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.41.

falecido deixasse em testamento. Caso não houvesse testamento, as três eram dos herdeiros, retirando-se somente o necessário para ritos funerários. Na ausência de filhos, a ordem de sucessão era: descendentes (netos), ascendentes, cônjuges, colaterais até o décimo grau.<sup>27</sup>

Ao falecer, Laureano José Ramos não deixou testamento e assim o fez por vontade própria, segundo aborda em inventário sua esposa Dona Maria Gertrudes de Moura. É interessante observar como os relatos pessoais tinham credibilidade e ao inventariar os bens os herdeiros faziam uma narrativa pessoal do que lhes fora deixado, citando por vezes os interesses do pai. Cada um dos nove filhos<sup>28</sup> concorda com a partilha, não constando desentendimentos relatados.

Transcrevemos a primeira parte do inventário, com as palavras do escrivão sobre o momento em que Dona Maria Gertrudes de Moura é intimada a dizer a “verdade” sobre a herança deixada por Laureano José Ramos. O escrivão descreve o que estava acontecendo no momento sem a preocupação de isolar-se no discurso, pelo contrário faz questão de mencionar tudo o que via, ouvia e enfatizar ao final que os fatos se desenrolaram tal como afirma colocando-se como testemunha:

Anno Nascimento de Nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cessenta e dois aos nove dias do mês de outubro do ditto anno nesta fazenda da Guarda Mor termo da cidade de Lages comarca de mesmo nome Província de Santa Catharina aonde se achava o Senhor Doutor Juíz de Órfãos de Termo José Nicolau Pereira dos Santos commigo Escrivão de seo cargo abaixo nomeado e sua então representante a viúva inventariante cabessa do casal Dona Maria Gertrudes de Moura aceita do referido Juiz o juramento dos Santos Evangelhos em um livros deles em que pos mão direita sob cargo sob o qual lhe faz encarregado de que com verdade declarado, em que dia tinha fallecido seu marido Laureano José Ramos se com testamento ou sem elle e quanto filhos ou herdeiros havia deixado, assim como quantos bens, móveis, semoventes, ou de raíz, dinheiro, ouro, prata, escravos, tudo o mais que pelo dito fallecimento ficou afim de ser escripto e dar de partilha aos herdeiros. E recebido por Ella o dito juramento afirma prometer cumprir, e logo foi ditto que seu marido faleceu no dia vinte e oito de abril do corrente anno de mil oitocentos e cessenta e dois sem testamento algum e que seus herdeiros fariam declaração em termo apartado, assim como faria partilha de todos os bens que ficarão pelo ditto fallecimento e de que esta defira-se com as declarações necessárias, e como afirmo disse.<sup>29</sup>

Tal relato para os dias atuais causa confusão ao ler, porque não temos o costume de engajar o escrivão como personagem narrador dos episódios por ele relatados, como acontecia no século XIX,

<sup>27</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 275.

<sup>28</sup> David José de Moura Ramos, casado, idade 56 annos.

Policarpo José de Olivera Ramos, fallecido, representado por seus filhos: Amélia cazada com Pedro Thomas de Moura e Silva. Enrique idade treze annos, solteiro e Maria, idade oito annos, solteira.

João José Ramos, idade cincoenta e dois annos, cazado.

Henrique Ferreira Ramos, idade 50 annos cazado.

Fidélis José Ramos, idade 49 annos, solteiro.

Luiz José de Oliveira Ramos, 46 annos cazado.

Gertrudes Maria de Moura Ramos, idade 44 annos, cazada.

Vidal José de Oliveira Ramos, idade 42 annos, cazado.

Maria Gertrudes de Moura Ramos, idade 38 annos, cazada com José Antunes Lima.

<sup>29</sup> Inventário de Laureano José Ramos (1862), disponível no Museu Tiago de Castro (Lages SC).



mais especificamente neste caso. Percebemos o tom de seriedade que o escrivão coloca em suas palavras, de modo a demonstrar que por estar presenciando cada detalhe e relatar as minúcias dos acontecimentos pretende transmitir a veracidade dos fatos, como a afirmar que tudo o que diz é tal qual esta acontecendo, e assim registra com precisão cada detalhe por mais insignificante que pareça. Na declaração da inventariante Dona Maria Gertrudes de Moura o escrivão anota que:

Declara primeiramente Ella viúva inventariante Dona Maria Gertrudes de Moura ter ficado por falecimento de seu marido Laureano José Ramos com cessenta e nove mullas mansas que sendo bem vistas pelos avaliadores acharam valer cada huma a trinta mil reis, e todas na quantia de hum conto quatrocentos e cetenta mil reis. Declarou mais ter ficado pelo ditto falecimento cetenta e nove mulas chucras de dois annos que sendo bem vistas pelos avaliadores acharão valer-se cada huma a dez mil reis, todas na quantia de cetecentos e oitenta mil reis.

Os valores aferidos dos bens possuíam também uma lógica peculiar e própria do período, geralmente os rebanhos eram avaliados com base na qualidade dos animais, mas, acima de tudo, no número de cabeças de gado que o compunham. Algo similar acontecia com a terra, que era avaliada a partir da qualidade de seus pastos, existência ou não de rios, sangas ou matos, da existência ou não de cercas de pedra ou arame, mas acima de tudo, através de sua área.<sup>30</sup>No inventário de Laureano José Ramos constatamos a presença do valores bem esclarecidos de cada bem ou imóvel material arrolado:

Declarou mais haver ficado pelo ditto falecimento cessenta e sete cavalos mansos banso, que sendo bem vistos acharão valer-se cada hum e dezecete mil reis e todos na quantia de hum conto cento e trinta e nove mil reis (... )Declarou mais Ella inventariante ter ficado pelo dito falecimento vinte cavallos mansos inferiores que sendo bem vistos pelos Avaliadores acharão valer cada hum a treze mil reis, todos na quantia de duzentos e cessenta mil reis..

Uma primeira aproximação com a forma de perceber os espaço territoriais e declará-lo para fins de avaliação e herança, pode ser feita através da questão da extensão dos campos inventariados. Na maioria dos casos essa informação esteve presente, nem sempre de forma precisa, mas talvez a necessidade de avaliação explique porque a maior parte dos campos tenha sido legada com extensão pelo menos aproximada.<sup>31</sup> No inventário de Laureano José Ramos, aparece o valor referente dos campos herdados por cada filho, todavia, não é evidenciada a quantidade de campos referentes a esse valor:

José Thomas de Moura e Silva, no Inventário de seu finado pai Laureano José Ramos, importando sua legitima na total quantia de quatro contos quinhentos quarenta dous mil setecentos e cincoenta e dous reis. Haverá primeiramente em seu pagamento, nos Campos Mattos da Fazenda Guarda-Mor, a quantia somente de novecentos noventa mil seiscentos trinta e dous reis.

<sup>30</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*. Niterói, 2010, p. 83.

<sup>31</sup> GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*. Niterói, 2010, p. 83.

Considerando que o inventário estudado remete ao ano de 1862, é preciso recordar que estamos diante de um período de legitimação de posse das terras, que passa a vigorar a partir de 1850 com a promulgação da Lei de Terras, que pretendia impedir que os fazendeiros ampliassem seus domínios, assim como visava evitar a apropriação de terras sem o devido pagamento correspondente a elas, mas na realidade, os grandes proprietários foram beneficiados com a lei porque além de garantir a posse das extensões de domínio a lei valorizou o capital financeiro com a comercialização das terras.

Os processos de legitimação estavam previstos no regulamento de 1854. Em um primeiro momento, os posseiros e concessionários deveriam declarar suas terras nos registros paroquiais da sua freguesia. Após o encerramento das declarações, os livros dos registros foram encaminhados à Repartição Especial de Terras Públicas, órgão submetido diretamente ao presidente provincial. Em seguida, os presidentes nomeavam os juizes comissários, que eram responsáveis pelos processos de revalidação e de legitimação de terras em cada município.<sup>32</sup>

Todavia, é preciso considerar que a Coroa não pressionou os fazendeiros a cumprirem as exigências impostas na Lei de Terras, sejam pelos registros paroquiais, processos de legitimação e revalidação, como também as titulações da área e assim sendo, não impôs seu projeto. O Governo, na verdade sabia que a “aplicação rigorosa” da lei certamente lhe traria desvantagens políticas. Recorrendo às sólidas redes de relações sociais, estabelecidas em torno das estruturas políticas do Estado Imperial, os fazendeiros contribuíram significativamente, para a centralização e afirmação do poder monárquico, empreendida pela Coroa a partir da década de 1850.<sup>33</sup>

Os filhos de Laureano José Ramos mesmo antes da morte do pai já haviam se estabelecido territorialmente e economicamente. Os filhos mais velhos compraram terras no Rio Grande do Sul e os nascidos na Guarda-Mor dedicaram-se a comprar a Coxilha Rica<sup>34</sup>. Luis José comprou a fazenda das Bananeiras, Henrique formou a fazenda Penteado, o genro José Thomaz a região do Faxinal e Pelotas, e Vidal José, filho mais novo, que chegou a estudar na capital, Desterro, comprou as terras da fazenda Morrinhos, redefinindo limites para esta e as fazendas São João e Santa Tereza. Com a morte de Laureano Vidal fixou residência na sede da Guarda-Mor, e tornou-se o representante do imperador D. Pedro II na região de Lages, sendo nomeado Tenente-Coronel da Guarda Nacional e chefe do Partido Conservador.

Teve dois filhos varões e uma filha, e dali da Coxilha Rica passou a influenciar a política em toda a Província, fazendo seu filho Vidal Júnior, a quem doou a fazenda Santa Tereza, Deputado

---

<sup>32</sup> CHISTILLINO, Cristiano Luis. *Sob a pena presidencial: a Lei de Terras de 1850 no Rio Grande do Sul e a negociação política*, 2011, p. 225.

<sup>33</sup> CHISTILLINO, Cristiano Luis. *Sob a pena presidencial: a Lei de Terras de 1850 no Rio Grande do Sul e a negociação política*, 2011, p. 228.

<sup>34</sup> A região da Coxilha Rica compreende uma área de dois mil quilômetro quadrados ao sul da cidade de Lages SC, caracterizada por amplas pastagens naturais e relevo suavemente ondulado que recebe o nome genérico de *Coxilha*. (RAMOS, Marco Avila. *No coração da Coxilha Rica: Florianópolis*, 2006.

Provincial aos 19 anos de idade.

Com a Proclamação da República aliou-se a Deodoro tornando-se chefe do Partido Republicano, e acabou tendo sua fazenda invadida pelos federalistas, que travaram batalhas no Passo de Santa Vitória.<sup>35</sup>

Podemos evidenciar a importância da família Ramos para a história da região de Lages SC. A família é homenageada em vários prédios públicos, estabelecimentos comerciais, em nomes de ruas e avenidas. Conforme salientamos:

Uma elite social pode ser definida por, pelo menos, três atributos essenciais: riqueza, status e poder. O primeiro aspecto é o mais óbvio de todos, talvez condição preliminar para a própria existência do grupo. A ocupação de cargos nas instituições coloniais conferia, por seu turno, o acesso a um estatuto social diferenciado, que se cristalizava na formação do grupo dos “homens bons” ou ainda da “nobreza da terra”, em alguns casos. Mas eram as possibilidades advindas do exercício do poder local – mesmo que limitado - que fazia com que as famílias se imbricassem.<sup>36</sup>

É importante destacar que membros da família Ramos governaram o Estado de Santa Catarina por mais de um terço do século passado. Foram governadores: Vidal Ramos (dois mandatos: 1902 e 1905 a 1914), Cândido de Oliveira Ramos (1932 e 1933), Aristiliano Laureano Ramos (de 1933 a 1935), Nereu Ramos (de 1935 a 1945), Aderbal Ramos da Silva (de 1947 a 1951) e Celso Ramos (de 1961 a 1966).<sup>37</sup>No caso da família Ramos seu poder não se restringia apenas ao domínio territorial, abrangendo como podemos evidenciar o espaço político.

Nesse sentido é importante salientar o uso dos sobrenomes para a consolidação do status social, porque o que define de fato o vínculo de pertencimento parental é sem dúvida alguma o sobrenome, o qual vai aos poucos se tornando símbolo de reconhecimento, prestígio e auxiliando a aproximação com o poder político, como foi o caso da família Ramos. Ou o sobrenome pode acabar sendo maculado pela incidência de fatores negativos que leva a um enfraquecimento das relações sociais e consequente afastamento das condições de poder, como ocorreu com a família pertencente a fazenda do Socorro após o assassinato de José Joaquim Ferreira e posterior decadência da fortuna deixada pelo ex proprietário, assim:

Intimamente ligado a esse dado, a repetição de determinados prenomes pode ser reveladora de outro aspecto dentro do universo de análise. Sobrinhos receberão o nome de tios, algumas vezes seus padrinhos, outras vezes não. Netos receberão o nome dos avós. A estratégia de repetição de prenomes em alguns casos intercalará uma geração, mas terá o mesmo sentido dos homônimos entre pais e filhos, apesar

<sup>35</sup>WOLFF, Nazareno Jorgealém. Procurador da República/ Mestre em Direito do Estado de SC. In\_ GUALBERTO, José. *Abra e Ache: Memórias de uma cidade/ Os Campos da Coxilha Rica*, Lages: 2006, p.17-18. Disponível na biblioteca central da UNIPLAC (SC).

<sup>36</sup> KUNH, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói, 2006, p. 174.

<sup>37</sup> CELSO, Ramos Filho. *Coxilha Rica: Genealogia da Família Ramos*. Florianópolis: Insular, 2002, p. 17.

de não gozar provavelmente do mesmo efeito.<sup>38</sup>

Observamos incessantemente nos estudos genealógicos das famílias estudadas a repetição dos prenomes, geralmente remetendo aos avós, mas também repetindo os nomes dos próprios pais. Os nomes herdados pelos netos e filhos eram geralmente de pessoas que sendo notáveis obtiveram destaque, portanto almejava-se que repetindo os nomes em seus descendentes os mesmo alcançassem a visibilidade social através desta herança.

As redes de relações sociais permeiam as interações entre as famílias estudadas, favorecendo os vínculos de interesses e ajuda mútua. Os entrelaçamentos matrimoniais também ampliaram o capital entre os grupos favorecidos. Antônio Manoel Velho<sup>39</sup>, pai de Ignácio Manoel Velho, casado com Ana Gonçalves Vieira, recebeu do sogro por dote de seu casamento uns campos no distrito da Vila de Santo Antônio do Patrulha, com a denominação de fazenda de Santa Ana. O casal também recebeu outras áreas na fazenda denominada de Santa Bárbara, após o julgamento do embargo do Sargento Mor Miguel Pedroso Leite e sua mulher Inocência Maria Pereira Pinto, contra os herdeiros do comprador Antônio Gonçalves Padilha, por este não ter concluído antes de seu falecimento o pagamento da compra da fazenda em 1782.<sup>40</sup>

Posteriormente, em 1816, Antônio Manoel Velho pede registro legítimo por sesmaria de uns campos que comprou de Bernardo Lopes da Silva e José Pereira da Silva, estes havidos por arrematação em praça de ausentes. Em 10 de maio de 1816 pede registro novamente, de uns campos comprados de seu sócio Manoel José Leão. Podemos evidenciar que apesar do fazendeiro já ser dono de uma quantidade de terras bem significativas, ele continuava se interessando em adquirir novas posses. “A fazenda Santo Antônio dos Ausentes era reconhecida como área de três sesmarias, mas na medição e redemarcação, feita em 1887 pelo agrimensor Felício dos Santos, a área superficial encontrada foi de 1.296.336.900 m<sup>2</sup>, aproximando-se de dez sesmarias”.<sup>41</sup>

De acordo com Oliveira<sup>42</sup> as três sesmarias da fazenda dos Ausentes foram avaliadas por Mâncio Ivo da Fonseca e José Domingues Boeira em doze contos de réis, sendo a fazenda do Silveira, com duas Sesmarias, em oito contos. A fazenda Santa Ana, em três contos de réis. A fazenda Chácara (Pascoal), uma sesmaria, em quatro contos de réis. A herança de Antônio Manoel Velho é dividida entre seus filhos, dos quais Antônio recebe uma recompensa de 300 reses por ter administrado seus negócios, Antônio, José e Ignácio ganham uma fazenda denominada Invernada da Extrema, nos fundos de Vacaria tendo ela já alguma criação. Francisco Antônio de Cândia comprou uns campos

---

<sup>38</sup> MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. (Rio Grande de São Pedro, século XIX)*. Porto Alegre, 2009.

<sup>39</sup> Proprietário da fazenda dos Ausentes até a metade do século XIX.

<sup>40</sup> OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Aurorescer das sesmarias serranas: História e genealogia*. Porto Alegre: Edições EST, 1996, p. 149)

<sup>41</sup> OLIVEIRA, 1996, p. 150.

<sup>42</sup> idem ao anterior.

denominados Faxinal, em São Francisco de Paula, de Antônio Bonete, mas quem pagou foi Antônio Manoel Velho.<sup>43</sup>

Em seu testamento Antônio Manoel Velho destina esses campos a serem repartidos em igualdade com seus filhos Antônio, Ignácio, José, Gertrudes, Francisca, Manoel e os herdeiros de Maria Antônia já falecida, casada com Francisco Antônio de Cândia.

A história das fazendas Santo Antônio dos Ausentes, fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e fazenda da Estrela se entrelaçam através de casamentos, vínculos de amizades, e de compadrio. Era comum que os grandes proprietários buscassem manterem-se unidos, legitimando suas relações de poder e estabilidade social. A construção de redes clientelares permitiu às diversas elites coloniais exercer e manter uma posição de mando dentro da sociedade. Essas redes resultavam das relações que esses potentados estabeleciam com diversos segmentos sociais e que lhes garantiam a possibilidade de intervir em diversos níveis dessa mesma sociedade.<sup>44</sup> A classe favorecida, com os chamados “homens bons” dominavam o campo social, político, econômico, subordinando as demais pessoas aos seus interesses.

### **Considerações Finais**

A análise dos inventários *post-mortem* de Joaquim José Ferreira e Laureano José Ramos, encontradas respectivamente no APERS (RS) e Museu Tiago de Castro (SC) permitiram compreender um pouco melhor as formas de transmissão de propriedades durante o século XIX. Através da comparação destes dois inventários percebemos que nem todas as transmissões de heranças ocorriam de forma tranquila, assim como nem todas eram tumultuadas, variando conforme cada caso em específico.

O acontecimento da transmissão de posse da Fazenda do Socorro, em Vacaria RS resultou na morte de Joaquim José Ferreira, homem casado mas sem filhos. Podemos considerar este episódio da Fazenda do Socorro como um fato isolado, felizmente casos de morte em transmissões de herança não eram tão frequentes assim, embora não podemos deixar de lembrar a importância que a posse de terras representou durante boa parte da história brasileira, estendendo-se até os dias atuais.

Diferentemente da situação ocorrida em Vacaria (RS) em 1872, com a morte de Joaquim José Ferreira, em Lages (SC) no ano de 1862 a esposa de Laureano José Ramos, Dona Gertrudes Maria de Moura faz a partilha tranquila dos bens e posses deixadas pelo marido entre seus nove filhos herdeiros, sendo um deles já falecido, representado por seus filhos. Não houve confrontos, cada herdeiro já possuía uma estrutura de vida, alguns com propriedades independentes.

Ao comparar os dois inventários é fácil perceber a simplicidade com que Dona Gertrudes

---

<sup>43</sup> idem ao anterior.

<sup>44</sup> COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Niterói, 2006, p. 83.

Maria de Moura consegue elencar e partilhar os bens herdados de seu falecido marido, dividindo entre seus filhos, sendo que Laureano José Ramos não havia deixado testamento. A leitura exprime uma certa segurança sobre o que está sendo realizado, os bens são elencados de modo preciso sem maiores explicações, porque as mesmas não se fazem importantes, pois todos os herdeiros estão de acordo com os trâmites efetuados. O inventário é bem simples em sua escrita, com poucas páginas.

Por outro lado o inventário de Joaquim José Ferreira é extenso, confuso, repleto de recortes que revelam os conflitos gerados por Domingos Gomes da Cunha em não querer desfazer-se da herança que não lhe pertencia mais. Ao todo são cerca de duzentas páginas em que Ignácio Manoel Velho Inventariante de sua irmã Gertrudes de Assunção do Senhor, uma senhora que sofria de alienação mental, depara-se com inúmeras dificuldades para concluir o processo e realizar a entrega dos bens aos seus verdadeiros herdeiros.

A partilha da herança de Antônio Manoel Velho é feita de acordo como os interesses gerais dos filhos herdeiros, pois alguns já haviam adquirido suas próprias terras com a ajuda do pai. A posse dessas terras é legitimada em inventário, e os bens e patrimônios divididos conforme testamento deixado pelo fazendeiro. A fazenda dos Ausentes passa a ser administrada então, por Ignácio Manoel Velho, filho de Antônio Manoel Velho.

A comparação destas fontes documentais contrastantes revelam as especificidades que envolviam a sociedade, a importância dos vínculos parentais, das relações de compadrio, mas antes de tudo, deixa a certeza de que a fonte documental é essencial ao trabalho do historiador, sem ela não teríamos acesso a reconstruções minuciosas do passado como verificamos nos inventários *post-mortem*, nem teríamos como comprovar que nossas informações são verídicas ou desmentir certas versões fantasiosas que sempre surgem quando a memória coletiva está presente.

## Referências Bibliográficas

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Caxias do Sul. Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1978.

COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Niterói, 2006.

\_\_\_\_\_. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro. (1808c. – 1831c)*. Rio de Janeiro, 2011.

CHISTILLINO, Cristiano Luis. *Sob a pena presidencial: a Lei de Terras de 1850 no Rio Grande do Sul e a negociação política*, 2011, p. 223-245.

DURÃES, Margarida. *Filhos e enteados práticas sucessórias e hereditárias no mundo rural (Braga, século XVIII e XIX)*. Cadernos do Nordeste, 15 (1-2), 2001, pp. 175-218 (Série História 1). Disponível em < <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2884>>. Acesso em 20 jul. 2014.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha rio-*

*grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*. Niterói, 2010.

KUNH, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói, 2006.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. (Rio Grande de São Pedro, século XIX)*. Porto Alegre, 2009.

MONSMA, Karl. Repensando a escolha racional e a teoria da agência fazendeiros de gado e capatazes no século XIX. RBCS Vol. 15 no 43 junho/2000.

OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Aurorescer das sesmarias serranas: História e genealogia*. Porto Alegre: Edições EST, 1996.

OSÓRIO, Helen. Apropriação de terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino. Porto Alegre. Dissertação de mestrado/PPGH-UFRGS, 1990

ROSENTAL, Paul. *Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 151-172.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre, 2007.

WOLFF, Nazareno Jorgealém. Procurador da República/ Mestre em Direito do Estado de SC. In: GUALBERTO, José. *Abra e Ache: Memórias de uma cidade/ Os Campos da Coxilha Rica*, Lages: 2006. Disponível na biblioteca central da UNIPLAC (SC).

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí. Ed. da Unijuí, 2002.

## **Fontes Pesquisadas**

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Inventário de José Joaquim Ferreira. Disponível no APERS/Nº 90/MAÇO: 3/ESTANTE: 119/ ANO: 1872/ Vacaria RS/ Cartório Órfãos e Ausentes.

Cúria Diocesana de Vacaria.

Livro de Óbitos Nº 3 página 05, com data entre 1870/1880  
Museu Tiago de Castro (Lages SC).

Inventario de Laureano José Ramos. Levantamento do Acervo MTC. Nº do objeto: 1776.

**DANDO A LUZ À LIBERDADE:  
TRAJETÓRIA DE UMA MÃE ESCRAVA E SUA PROLE  
(VILA DE SÃO BORJA, RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, SÉCULO XIX)**

*Leandro Goya Fontella<sup>1</sup>*

**Resumo:** Nos anos 1850 algumas escravas alcançaram a liberdade para si e seus filhos. Os fragmentos da trajetória de uma destas cativas desvelam elementos do processo de busca pela liberdade, que integrava um projeto coletivo mais amplo. As ações dessa mulher insinua uma iniciativa consciente de utilização estratégica das normas e costumes sociais, e nos sugere as seguintes hipóteses: a tentativa de manutenção do grupo familiar diante as possibilidades de fragmentação do mesmo; o desenvolvimento de um projeto familiar que viabilizasse a mobilidade social em perspectiva geracional; uma considerável capacidade de formulação e execução de projetos de acordo com as limitações do campo de possibilidades dessas mulheres; e, a utilização de vínculos com a casa senhorial e com outros sujeitos que viviam na órbita desta com o objetivo de conservar o grupo familiar em ambientes estáveis, onde suas expectativas pudessem continuar sendo organizadas dentro de um horizonte de previsibilidade.

**Palavras-chave:** Mulheres escravas – Mães escravas – Alforrias – Mobilidade social – Brasil meridional.

Embora tenhamos consciência de que a boa etiqueta acadêmica desaconselha à utilização de referências e citações em partes introdutórias e conclusivas de artigos, monografias, dissertações e teses, decidimos, sob o risco presumido, começar este texto abrindo uma exceção às normas. Nossa decisão, entendemos, se explica não só por nossa escassa familiaridade com os temas de gênero, e, por consequência, o pouco conhecimento sobre a historiografia da história das mulheres no Brasil, mas, principalmente, por julgarmos o fragmento transcrito abaixo de inestimável pertinência ao assunto de que tratamos neste artigo. Em recente texto, Nikelen Acosta Witter alerta que:

[...] muito ainda há por saber, pesquisar e historiar sobre a vida das mulheres no século XIX. Seus sistemas de aprendizagens, suas ações no mundo do trabalho, suas formas de renda, suas escolhas, sua adequação e inadequação à sociedade em que viviam. Especialmente, ainda são necessários estudos que aprofundem o conhecimento sobre como eram vividas as diferenças étnicas e sociais por estas mulheres. O que era ser branca, negra, índia, “china”? Quais as implicações de ser escrava, liberta, agregada, pobre, remediada, ter posses ou ser sustentada, ser imigrante, ser solteira, viúva ou descasada? O que há para saber é ainda maior do que o que sabemos, por isso a história das mulheres no Rio Grande do Sul [...] do século XIX é, ainda, um território em aberto.<sup>2</sup>

A partir das considerações da autora, constata-se que, até então, a maioria dos historiadores – e porque não dizer dos demais cientistas sociais, que se dedicam a história do Rio Grande do Sul – não foram seduzidos pelos encantos de *pesquisar* e *historiar* sobre de quais maneiras viviam as mulheres

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela UFRGS (2013); doutorando em História Social pela UFRJ, bolsita CAPES; integrante do Grupo de Pesquisa *Sociedades e Hierarquias no Brasil Meridional* <leandro-goya@hotmail.com>.

<sup>2</sup> WITTER, N. A. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX. In: Weber, B. T.; RIBEIRO, I. (orgs.). **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: RS, [s.n.], 2010, p. 282 [*grifos da autora*].



sul rio-grandenses, em especial nos séculos XVIII e XIX.<sup>3</sup> Esta situação se agrava quando se refere às mulheres dos estratos sociais mais empobrecidos, e ainda mais quando se trata de mulheres escravas e libertas.<sup>4</sup> Isto, de certo modo, justifica, ou ao menos torna menos grave, os poucos conhecimentos que temos sobre as experiências históricas (individuais e/ou coletivas) vivenciadas por nossas antepassadas.

Examinando as cartas de liberdade registradas nos cartórios da Vila de São Borja entre 1834 e 1859,<sup>5</sup> nos deparamos com quatro alforrias em que as cativas manumitidas conseguiram, junto aos seus senhores, a liberdade também para seus rebentos. De uma destas escravas conseguimos ter acesso a um número um pouco maior de informações, o que nos permitiu lançar luz sobre certa parcela dos múltiplos contextos em que ela e sua prole estiveram inseridas e, assim, esboçar possíveis cenários sociais circunscritos e, talvez, até mesmo da sociedade mais ampla a qual a Vila de São Borja era uma minúscula parte em meados do Oitocentos. Por meio dos fragmentos das trajetórias de Maria e seus filhos, buscamos neste texto refletir sobre a elaboração e a condução de projetos coletivos, os quais

---

<sup>3</sup> É importante destacar que aqui estamos nos referindo especificamente à produção historiográfica sobre as experiências históricas das mulheres sul rio-grandenses. Além disso, não nos cabe aqui realizar um balanço sobre as possíveis razões que levaram a pouca incidência de estudos sobre a participação feminina na história do Rio Grande do Sul. No que tange a historiografia brasileira o volume de produção sobre a história das mulheres é consideravelmente mais significativo. Neste caso, a referência obrigatória é: PRIORE, M. del. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997; ver também: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012; GRAHAM, S. L. **Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Para uma revisão historiográfica ver: SILVA, T. M. G. da. Trajetória da Historiografia das mulheres no Brasil. In: **Politeia: história e sociedade**. Vol. 8, n. 1, p. 223 – 231, 2008; MUNIZ, D. do C. G. Mulheres na historiografia brasileira: práticas de silêncio e de inclusão diferenciada. In: STEVENS, C. et. al. (orgs). **Gênero e feminismos: convergências (in)disciplinares**. Brasília: Ex Libris, 2010.

<sup>4</sup> Sobre a mulher escrava no Rio Grande do Sul destaca-se: BAKOS, M. Sobre a mulher escrava no Rio Grande do Sul. In: **Estudos Ibero-Americanos**. Vol. XVI, nºs 1 e 2, p. 47 – 56, jul. e dez., 1990; e BITENCOURT, M. K. P. **A resistência da mulher escrava**. Porto Alegre (RS): EST, 2004. Já em relação à escravidão feminina no Brasil a produção historiográfica também é maior em relação ao Rio Grande do Sul, destaca-se: DIAS, M. O. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984; GIACOMINI, S. **Mulher e escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988; FARIA, S. S. C. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: as Pretas Minas nas Cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1750-1850)**. Niterói: UFF, 2004; SOARES, C. M. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. In: **Afro-Ásia**, n. 17, 1996, p. 57 – 71; GRAHAM, S. L. **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2005; ROCHA, S. P. **Na Trilha do Feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba, 1828 – 1888**. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2001; SILVA, M. da P. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista. In: **Cadernos Imbondeiro**, v. 1, n. 1, 2010. DIAS, M. O. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. Op. cit., p. 360 – 381; NEPOMUCENO, B. Mulheres negras: protagonismo ignorado. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. Op. cit., p. 382 – 410; NASCIMENTO, F. R. No Agreste das Mulheres: a alforria no cotidiano da escravidão feminina (Feira de Santana, 1850 – 1888). In: **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 42, jun. 2010. MACENA, F. F. Mulheres em busca de liberdade: resistência escrava em Minas Gerais na segunda metade do século XIX. In: **Anais do XVIII Encontro Regional ANPUH-MG**. Mariana (MG), 2012.

<sup>5</sup> Sobre a estrutura socioeconômica da Vila de São Borja em meados do século XIX ver: FONTELLA, L. G. **Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828 – c. 1860)**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013 [dissertação de mestrado].

tiveram na busca pela liberdade via alforria um de seus principais objetivos e, posterior, alicerce para a mobilidade social, em especial sob um viés familiar-geracional.

\* \* \*

Maria, escrava de Luis Antonio de Azevedo e sua mulher D. Anna Gertrudes de Menezes, foi a principal protagonista de um amplo projeto familiar que, entre tantos outros objetivos, visava obter a liberdade. Segundo a carta de alforria, registrada no dia 23 de novembro de 1852, os ditos senhores libertavam

a escrava parda de nome Maria [...] de idade de vinte e nove anos [...] em atenção aos bons servissos que nos tem prestado e nos está prestando [e também] aos filhos da mesma escrava Maria, de nomes Andreza de idade trese annos, Serino sete annos, Bemvindo seis annos, Bento três annos Anna hum anno [...] pelo muito que lhes queremos e os termos criado como filhos próprios, e foi nossa intenção desde seus nascimentos o darmos lhes as suas liberdades o que agora efectuamos muito de nossa expontanea vontade: de forma que logo que tivermos fallecidos nós ambos todos gozarão da liberdade outorgada mas enquanto isto não aconteça a ambos nós, não poderá a Ella dita escrava Maria e todos os seus filhos gosar da referida liberdade. Outro sim declaramos que aquelle de noz que a outro sobreviver não poderá vender, trocar, nem de forma alguma alienar a dita Escrava e seus filhos referidos [...] finalmente a dita Escrava Maria e seus filhos já especificados são [...] somente escravos de nós ambos por morte de hum tem de prestar ao outro os seus serviços.<sup>6</sup>

Mesmo sem ainda termos informações mais consistentes sobre como e/ou com quem Maria conduziu o projeto de alcançar sua manumissão e a de seus cinco filhos, existem alguns elementos na escritura de liberdade destes seis cativos que nos possibilitam ter noções sobre algumas estratégias adotadas pela cativa, e também pelos senhores. O primeiro ponto a ser ressaltado é que embora o senhor Luis Antonio de Azevedo e sua esposa Dona Anna Gertrudes de Menezes reconhecessem os bons serviços que Maria vinha prestando, e tivessem, a julgar pela retórica da escritura, uma manifesta afeição para com a cativa e seus rebentos, não estavam dispostos a abdicar da mão-de-obra de nenhum deles, tanto que para isso condicionaram o gozo da plena liberdade de todos eles ao falecimento de ambos. Voltaremos a isso mais adiante.

Neste momento, faz-se necessário abrir um parêntese para tratar das expressas manifestações de afeto que os senhores fizeram questão de proclamar na carta de liberdade. Como veremos mais adiante, no momento de abertura do inventário do Sr<sup>o</sup>. Luiz Antônio de Azevedo, no ano de 1853, com exceções de Maria e suas duas filhas (Andreza e Anna), a escravaria de seus senhores contava apenas com mais uma mulher sexagenária, a africana de nome Bernarda.<sup>7</sup> Esta situação provavelmente

---

<sup>6</sup> FUNDO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA Subfundo: 1º Tabelionato Espécie/tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 4, p. 14r; APERS. Neste trabalho as transcrições dos documentos pesquisados preservam sua grafia original.

<sup>7</sup> Fundo 074, Comarca de São Borja, Localidade: São Borja, Subfundo: Cível e Crime, Ano 1853, processo nº 16; APERS.

acarretou que a senhora D. Anna Gertrudes de Menezes vivesse intensamente as sucessivas gestações de Maria, participando, inclusive, dos trabalhos de parto e estando, portanto, entre as primeiras pessoas a acolher os recém-nascidos e a prestar cuidados e solidariedade à parturiente no período do seu resguardo. Obviamente, estas intensas experiências poderiam ter gerado em D. Anna Gertrudes uma afeição especial não só por cada uma das crianças que ajudava a vir ao mundo, mas também pela própria Maria. Além disso, no testamento de seu marido, anexado junto ao inventário supracitado, tem-se a informação que D. Anna Gertrudes de Menezes e seu marido não possuíam filhos de seu matrimônio, nem herdeiros descendentes ou ascendentes. O fato de não ter sido mãe, muito provavelmente, pode ter aguçado ainda mais o afeto que a senhora cultivara pelos filhos de Maria. Da mesma forma, esse raciocínio é tão válido para a senhora quanto para o senhor Luiz Antônio de Azevedo. E se torna ainda mais plausível se levarmos em consideração que ele era natural de Lisboa, e que provavelmente há muitos anos vivia longe de seus familiares, em uma terra onde conseguiu arranjar um casamento com uma nativa – D. Anna Gertrudes era natural de Rio Pardo –, se tornar um pequeno terratenente e criador, um médio escravista – graças aos rebentos de Maria –,<sup>8</sup> mas onde não conseguiu gerar descendência, ou seja, ser pai.

Não consideramos desproporcional pensar que a carência da paternidade e da maternidade tenha gerado naqueles senhores um sentimento de apego para com aquelas crianças, as quais, embora fossem suas escravas, preenchiam a casa senhorial de vitalidade infanto-juvenil. Não se trata aqui de criar uma imagem romântica e idílica das relações entre senhores e escravos, mas sim, de tentar entender, a partir dos fragmentos remanescentes da vida destas pessoas, os significados daquilo que elas deixaram expressos por meio destes documentos. Nesse sentido, examinando o que as fontes revelam sobre a trajetória de vida dos envolvidos naquele pequeno círculo de relações entre senhores e escravos, pode-se perceber contextos mais complexos e menos arbitrários do que supomos.<sup>9</sup> Desse modo, entendemos o texto da carta de manumissão não como uma retórica senhorial irônica, e tampouco como uma verdade em si mesma de amor e carinho entre senhores e escravos, mas sim como um evento que precisa ser problematizado para que possamos escapar de interpretações anacrônicas, simplistas e maniqueístas. Em um mundo naturalmente hierarquizado, em que a escravidão era a norma e não a exceção, a afeição entre senhores e escravos não era necessariamente uma condição contraditória, embora, aos nossos olhos contemporâneos, esta contradição fosse a explicação mais coerente de se esperar das relações senhor-escravo.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> No inventário do Srº. Luiz Antônio de Azevedo foi arrolado nove escravos: Os escravos arrolados foram: Antônio, 50 anos, Nação, 500\$; Israel, 72 anos, Nação, 300\$; Bernarda, 67 anos, Nação, 250\$; Maria, mulata, 30 anos, 800\$; Andresa, mulata, 13 anos, 600\$; Serino, mulato, 8 anos, 400\$; Bemvindo, mulato, 6 anos, 300\$; Bento, 4 anos, Crioulo, 300\$; Ana, 2 anos, Crioula, 200\$. Fundo 074, Comarca de São Borja, Localidade: São Borja, Subfundo: Cível e Crime, Ano 1853, processo nº 16; APERS.

<sup>9</sup> GRAHAM, S. L. **Caetana diz não**: ... Op. cit.

<sup>10</sup> Neste sentido, Marcelo Matheus analisa a trajetória do cativo crioulo Jacinto que inclusive chegou a possuir um escravo. Ver: MATHEUS, M. S. **Fronteiras da liberdade**: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

Analisando 356 cartas de alforria entre 1634 e 1707 na Bahia colonial, Lúgia Bellini defende que

entre as cartas que parecem ter sido concedidas em nome de relações de afeto e cumplicidade, ressalta-se a grande proporção (71%) daquelas em que os senhores alegam estar alforriando o escravo por tê-lo criado ou ainda o estar criando, pelo fato de o escravo ter nascido na casa do senhor e pelos bons serviços da mãe, alguns declarando que ‘amavam como se fosse filho’ ou que ‘o haviam criado como filho’. [...]. O fato de um escravo ser criança deve ter favorecido a conquista de afeto e atenção especial dos senhores. Segundo relato de Vilhena, todas as crianças, mulatas ou negras, eram criadas com extrema indulgência. Além disso, muitas foram beneficiadas pela fidelidade da mãe aos proprietários. Os escravos alforriados por terem sido criados pelos donos, ou ainda eram crianças, ou obtiveram a liberdade, já adultos, em nome dos cuidados que receberam desde pequenos. Do total dos 116 casos analisados, 64 (55%) tratavam da alforria de menores, designados pelos termos ‘mulatinho’, ‘crioulinho’, etc., ou cuja idade é declarada na carta. É uma proporção bastante alta, se considerarmos o pequeno número de crianças, nos quadros da escravidão.<sup>11</sup>

Por sua vez, em sua obra clássica, *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*, Eugene D. Genovese coloca que em meados do século XIX,

Frederick Law Olmsted e William Howard Russel – dois viajantes argutos, nenhum deles simpatizante da escravidão – atestaram o arraigado senso de dever dos senhores de escravos e seu constante cuidado com os negros. [...]. Na Carolina do Sul, Russel falou da senhora de uma *plantation*, que passara a noite inteira ajudando no parto de uma escrava. Embora antiescravista, Russel comentou que atos como este eram mais comuns do que se supunha, e que seria injusto atribuí-los unicamente a interesses materiais. Citou as palavras de uma senhora: ‘Eu é que pertenço aos escravos. De manhã, de tarde e de noite tenho de cuidar deles, medicá-los e prestar-lhes todo o tipo de assistência’.<sup>12</sup>

Em outra passagem, Genovese coloca que

John Brown, ex-escravo de Talladega, Alabama, assim recordou sua senhora: ‘Ela ficava com as escravas sempre que nascia um bebê. E quando havia qualquer epidemia entre os escravos, ela sabia o que fazer e que remédios usar para acabar com as dores e sofrimentos. Que Deus a abençoe! Ela certamente amava os negros’.<sup>13</sup>

No inventário Luís A. de Azevedo aberto em 1853, um ano após a primeira carta de alforria, encontra-se em anexo o testamento deste senhor e de Dona Ana G. de Menezes, feito em 16 de janeiro do ano de 1849. Nele pudemos averiguar que a intenção de libertar Maria e seus filhos Serino e

<sup>11</sup> BELLINI, L. Por amor e por interesse: relação senhor – escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 79 – 80.

<sup>12</sup> GENOVESE, E. D. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 111.

<sup>13</sup> GENOVESE, Op. cit., p. 115. Agradeço ao historiador Marcelo Matheus por indicar-me a leitura do livro clássico de Genovese e alertar-me sobre tais evidências empíricas exploradas por tal autor.

Bemvindo já existia ao menos três anos antes da carta de liberdade supracitada ter sido registrada em cartório no ano de 1852. Em testamento, os senhores declararam que era de suas vontades deixarem “forra a noça crioula Maria, por a termos criado, e por bem nos ter servido, e ser obediente, e a sim mais os dois filhos da mesma Maria, Serino e Bemvindo, com o onnus de que hão de estar em nossa companhia, e servirmos como captivos enquanto nós vida tivermos”.<sup>14</sup> Podemos notar que nesse momento os senhores não expressavam a intenção de conceder a liberdade a Andreza, escrava que na carta de liberdade de 1852 acabou sendo alforriada e, provavelmente, Bento e Ana ainda não haviam nascido. Contudo, em 22 de maio de 1855, tanto Bento, então com 6 anos, quanto Ana, com 4, acabaram recebendo outra carta de alforria que revisava a primeira carta (de 1852), esta segunda carta expressava que

[de acordo com a primeira alforria, os ditos escravos Bento e Ana deveriam servir] a outorgante até a sua morte, mas tendo ela outorgante muito amor aos ditos seus escravos [...] pelos haver criado como filhos, por isso que de sua livre e espontânea vontade e pela presente carta de liberdade de hoje para todo o sempre concede a liberdade aos ditos seus crioulos.<sup>15</sup>

Portanto, Bento e Ana ficavam isentos das condições da primeira carta. Com efeito, tanto na primeira carta de liberdade, quanto no testamento os senhores justificam a atitude de libertar os cativos fazendo alusão aos bons serviços prestados por Maria, além de sua obediência. Foi, portanto, por meio da prestação de seus bons serviços e de sua obediência que Maria conseguiu obter sua liberdade e dos cinco filhos que já havia gerado até 1852. Mas como vimos as conquistas desta escrava não pararam somente nesta alforria, e nem mesmo na segunda carta de 1855. No dia 5 de outubro de 1858, a nossa já conhecida Dona Ana Gertrudes registrou mais uma carta de liberdade (doravante terceira carta), onde declarava que:

de sua livre e espontânea vontade e sem constrangimento algúm, dava e concedia pela presente escriptura a plena liberdade sem condição alguma a seus escravos menores de nomes Basilio idade cinco anos, filho de sua escrava Maria, e João idade quatro meses, filho de sua escrava Andreza, os quais desde já ficão gosando de sua liberdade, como se de ventre livre fossem nascidos.<sup>16</sup>

Com aproximadamente 35 anos em 1858, a matriarca da família Maria havia ganhado, ao menos, mais um filho. Por sua vez, Andreza, que naquele momento girava em torno dos seus 19 anos, provavelmente dava início a seu ciclo reprodutivo e começava a gerar a terceira geração daquele grupo familiar. Transcorrido seis anos após o registro da primeira carta de liberdade, nos parece que os bons

---

<sup>14</sup> Testamento de Luís Antonio de Azevedo e de Dona Ana Gertrudes de Menezes, anexo ao inventário de Luís Antonio de Azevedo. Fundo 074, Comarca de São Borja, Localidade: São Borja, Subfundo: Cível e Crime, Ano 1853, processo nº 16; APERS.

<sup>15</sup> FUNDO DO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA, Subfundo: 1º Tabelionato Espécie/tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 8, p. 69r; APERS.

<sup>16</sup> FUNDO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA Subfundo: 1º Tabelionato Espécie/tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 7, p. 37r; APERS.

serviços prestados e a obediência de Maria, e agora também de Andreza, continuavam sendo capitalizados por estas escravas para a manumissão dos integrantes do grupo familiar. No entanto, havia uma diferença fundamental entre as duas manumissões: enquanto a primeira outorgava uma liberdade condicional aos cativos, a terceira “escriptura [concedia] a plena liberdade *sem condição alguma*” [*grifos nossos*]. A postura tomada pela senhora na segunda carta (de Bento e Ana, em 1855), voltava a se confirmar para Basílio e João, em 1858, ou seja, recebiam suas manumissões sem condicionamento algum. Além disso, é interessante notar que João, de apenas quatro meses, filho de Andreza e neto de Maria, já representava a terceira geração daquela família. Deste modo, em vista processual, podemos argumentar que Maria elaborou e vinha desenvolvendo, junto a sua descendência, um projeto familiar, o qual caminhava, gradativamente, na direção da mobilidade social por meio da sucessão geracional.<sup>17</sup>

Por outro lado, é preciso dizer que, uma relação de significativa proximidade e afetividade tampouco anulava as tensões e as sólidas muralhas das hierarquias sociais alicerçadas de forma consistente, entre outras coisas, sobre as diferenças de condição jurídica – livres, libertos e escravos –, de origem e/ou cor de pele – brancos, índios, pretos, pardos, índios, crioulos, africanos, brasileiros, portugueses, etc – e de riqueza – ricos e pobres.<sup>18</sup> Em outras palavras, mesmo que as relações senhor-escravo fossem mais ou menos íntimas e/ou afetivas, o senhor continuava sendo senhor, e o escravo, por sua vez, continuava sendo escravo. A relação desigual de controle-força mantinha-se intacta, pois era sobre ela que se erigia o caráter sistêmico da escravidão. O que alterava era a intensidade das tensões, a recorrência dos conflitos, a maior facilidade ou dificuldade de administrar as demandas da escravaria, o controle sobre o trabalho, a severidade das práticas disciplinares, a possibilidade de se elaborar e conduzir projetos (individuais e/ou coletivos), e por consequência, as possibilidades de se alcançar a liberdade (se fosse este um dos objetivos do escravo), e tudo isso influenciava na qualidade com que os cativos viviam suas vidas. Enfim, uma vez que, se para aqueles sujeitos a relação entre

---

<sup>17</sup> GUEDES, Roberto. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). **Afro-Ásia, Centro de Estudos Afro-Orientais** – CEAO da FFCH-UFBA, n. 35, 2007, p. 83-141.

<sup>18</sup> Obviamente que apresentamos de forma bastante simplificada alguns dos parâmetros que orientavam a complexa hierarquização socioeconômica do Império do Brasil.

senhor-escravo não estava posta de forma necessariamente antagônica, logo, não haveria contradição se dentro de um mesmo círculo de pessoas coexistisse relações de afeição e de trabalho compulsório.<sup>19</sup>

Por isso, consideramos que não fica difícil de entender porque apesar da aparente estima que os senhores tivessem por Maria e seus filhos, eles procuraram manter os serviços destes, condicionando a liberdade definitiva de cada um deles a suas respectivas mortes. Possivelmente para eles, esta era uma atitude benévola e plenamente coerente, sendo que, além de concederem a liberdade aos seus cativos e os manterem sob a guarda da casa senhorial,<sup>20</sup> estariam protegendo os seus interesses políticos e econômicos, pois, se poupariam de ter que recorrer a um instável e restrito mercado de mão-de-obra livre, nem mesmo despendendo com pagamentos de jornais e salários a seus escravos recentemente libertos, ou a estranhos.

Neste momento, faz-se importante deixar claro qual a conjuntura histórica do Império brasileiro por volta do ano de 1852-1853. O ano de 1850 marcou a extinção do tráfico transatlântico de escravos. A decisão imperial de coibir definitivamente o tráfico de cativos africanos desencadeou um longo processo para a erradicação da escravidão no Brasil, o qual teria seu desfecho, em 1888, com a abolição da escravatura. Nos anos subsequentes a 1850, paulatinamente, desenvolveu-se um movimento de canalização de escravos, principalmente aqueles em idade produtiva, para regiões economicamente mais dinâmicas do Império. Muito provavelmente os cativos, em especial aqueles que viviam nas regiões mais débeis economicamente, estavam atentos a esse processo e procuravam elaborar estratégias para evitar a fragmentação compulsória do grupo familiar e/ou de convívio. Já por parte dos senhores, em uma conjuntura de dificuldades de se recorrer ao mercado de escravos devido à proibição do tráfico negreiro, a concessão de alforrias condicionais, pode indicar, entre outras coisas, uma estratégia de manutenção de suas escravarias por prazos determinados, a busca da reprodução endógena dos cativos e o reforço das relações de dependência. Neste último ponto, os senhores, ao concederem as manumissões condicionais, possivelmente, apelavam aos sentimentos de gratidão, lealdade e obediência dos libertos, para que estes continuassem prestando seus *bons serviços*.

---

<sup>19</sup> Lembremos também que, a justificativa da escravidão africana e dos ameríndios passava também pelos conceitos cristãos de guerra justa e justo cativo, os quais justificavam e legalizavam a escravização. Além disso, estes conceitos povoavam um imaginário de conquista e civilizador. Os senhores imbuídos destes conceitos, poderiam facilmente se ver como benevolentes, já que, estavam salvando os cativos da barbárie e os educando na verdadeira fé; vendo os escravos como incapazes de se autogerirem devido a sua boçalidade (MATTOS, 2010). Levados ao pé da letra, estes conceitos poderiam ser capazes de influenciar significativamente na relação afetiva entre senhores e escravos, pois, os senhores se veriam como verdadeiros tutores de uma educação cristã de seus escravos. Isto seria tanto mais provável, se os senhores fossem católicos fervorosos, condição essa que parece ter sido concreta no caso dos senhores de Maria e seus filhos, haja vista que, eles fizeram questão de colocar no texto da carta de liberdade que Maria era “nascida e baptizada nesta Villa”, e que seus filhos também eram “todos nascidos e baptizados nesta Villa”, fato muito bastante raro para um documento de tabelionato. FUNDO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA Subfundo: 1º Tabelionato Espécie/tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 4, p. 14r; APERS. Por fim, gostaríamos de colocar que consideramos que a afetividade é um sentimento quase que inerente da condição humana, a qual, por sua vez, é fundamentalmente cultural.

<sup>20</sup> Lembremos que no ato de registro da manumissão Maria contava com 29 anos, Andreza com 13, Serino com 7, Bemvindo com 6, Bento com 3 e Anna com 1.

Se ao mesmo tempo, os *bons serviços* prestados por Maria aos seus senhores renderam a ela e cinco filhos a liberdade condicional, eles fizeram também com que os senhores julgassem que não poderiam abrir mão deles e, por conseguinte, quisessem garanti-los ao menos até o fim dos dias de ambos. Porém, entendemos que esses mesmos *bons serviços* tiveram, para Maria, significados bem distintos daqueles atribuídos por seus senhores a eles. Talvez, tivessem representado os principais recursos que ela dispunha para conduzir um projeto coletivo, no qual a alforria se constituía em mais um objetivo, quiçá o principal, mas de forma alguma o único.

Portanto, a prestação de *bons serviços*, provavelmente, fora uma conduta proposital tomada por Maria diante de um leque de opções significativamente restrito para uma escrava que havia se tornado mãe com aproximadamente 16 anos, durante a primeira metade do século XIX, na Vila de São Borja. Levando em consideração esses condicionantes que limitavam consideravelmente o campo de possibilidades de Maria, acreditamos que se pode perceber que, da mesma forma que seus senhores avaliaram que não podiam dispensar *os bons serviços* da cativa, ela, por sua vez, considerou que prestar *bons serviços* seria a melhor estratégia a ser seguida para angariar melhores condições de vida para si e sua prole. Nesse contexto, para reger esse projeto, dentre todos os recursos materiais e simbólicos acessíveis ao seu campo de possibilidades, Maria acabou recorrendo a aqueles os quais julgou mais adequado às suas demandas e de sua coletividade, operando, assim, por meio de parâmetros racionais específicos. Assim, como coloca Lima:

[...] em algumas das reflexões de caráter sociológico sobre a experiência dos livres pobres e dependentes no Brasil escravista, constrói-se às vezes uma imagem da sociedade brasileira onde se reconhece racionalidade e cálculo para apenas um dos pólos da relação senhorial. São análises que opõem uma classe de proprietários que operam dentro da lógica ‘moderna’ da maximização a uma classe de desprovidos e dependentes que agem a partir de uma lógica definida como ‘tradicional’ e desprovida de racionalidade. Ora, me parece que essa oposição idealiza, por um lado, o sentido das ações dos ‘novos’ sujeitos, enfatizando seu individualismo, sua compreensão e clareza sobre seus próprios ‘interesses’, seu acesso ilimitado à informação e recursos, univocidade das ações e coerência de suas estratégias, etc; e, por outro lado, subestima largamente qualquer componente ‘racional’ das ações dos trabalhadores [...] dependentes, supostamente imbuídos de um comportamento (social e econômico) reativo e visceral, incapazes de inovação e aprisionados a redes de dominação [...].<sup>21</sup>

Sem dúvida as escolhas de Maria acarretaram, de certo modo, no reforço dos laços de dependência e reciprocidade vertical com seus senhores. Porém, longe de representar um servilismo passivo, significava a manutenção de vínculos com a casa senhorial e com sujeitos que viviam na órbita desta. Sendo mãe de cinco filhos, dos quais quatro deles menores de 10 anos de idade, se não foi intencional, ao menos parece não ter sido nenhum pouco inconveniente para Maria continuar inserida em um espaço sócio-produtivo estabelecido, onde suas expectativas pudessem continuar sendo

---

<sup>21</sup> LIMA FILHO, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. In: **Topoi**. v. 6, n. 11, jul./dez. 2005, p. 300. [*grifos do autor*]



organizadas dentro de um horizonte de previsibilidade. O que temos procurado dizer é que, diante de uma conjuntura que apresentava uma liberdade precária, devido as iminentes possibilidades de carestia, doenças e até mesmo de reescravização<sup>22</sup> – que se agravavam mais ainda em razão das vicissitudes decorrentes da epidemia bélica característica da posição fronteiriça da Província de Rio Grande de São Pedro do Sul até aproximadamente o ano de 1870 –, ela tenha formulado e implementado um projeto de longo prazo de acordo com as limitações de seu campo de possibilidades. Nesses termos, mesmo que não tivessem sido desejadas, as condições da manumissão estiveram, ao menos, dentro dos limites do aceitável, visto que, no mínimo proporcionaram a Maria e sua prole condições viáveis para conservarem alguma estabilidade no presente, possibilidade de previdência e segurança com relação ao amanhã. Desse modo, não seria inconcebível sugerir que a cativa tenha deliberadamente transformado o cumprimento dos condicionamentos da carta de liberdade numa tentativa de garantir: o prosseguimento da prestação de seus *bons serviços* naquele espaço sócio-produtivo estável; a subsistência; e, a constante redução das incertezas frente às instabilidades do futuro.<sup>23</sup>

Sem dúvida, a conjuntura pós-1850 acabou se tornando mais uma baliza no campo de possibilidades de Maria, tendo sido por ela observada. Nesse contexto, é no mínimo razoável sugerir que uma das finalidades, e talvez prioritária, do projeto familiar teria sido impedir a dispersão forçosa dos membros da família. Objetivo este que, a julgar uma vez mais pela retórica senhorial expressa na escritura de liberdade, parece ter sido atingido, lembremos as palavras registradas em cartório pelos senhores: “Outro sim declaramos que aquelle de noz que a outro sobreviver não poderá vender, trocar, nem de forma alguma alienar a dita Escrava e seus filhos referidos”.<sup>24</sup>

Temos defendido que Maria formulou e conduziu um projeto familiar de longo prazo, no qual a liberdade era um objetivo, talvez o principal, entre diversos outros. Mas além desta manumissão, encontramos os registros paroquiais de batismo de Basilio e João. Consta que o primeiro:

Bazilio Esc. [foi batizado] a treze de Julho de mil oito centos e sincoenta e sinco nesta Freguezia da Vila de São Borja [tendo] nascido em sinco de Abril do anno passado filho de Maria Escrava de Anna Gertrudes de Menezes, Forão Padrinhos Antonio Marques de Menezes e Senhorinha Candida de Menezes.<sup>25</sup>

Já o segundo:

---

<sup>22</sup> Sobre reescravização ver GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli (org.). **Direitos e Justiças: ensaios e história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

<sup>23</sup> LIMA FILHO, H. E. Op. Cit.

<sup>24</sup> FUNDO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA Subfundo: 1º Tabelionato Espécie/tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 7, p. 37r; APERS.

<sup>25</sup> Arquivo da Diocese de Uruguaiana: Livro de Batismos de junho de 1855 a maio de 1858 da Paróquia São Francisco de Borja, f. 12r.

João escr [compareceu a pia batismal] a quinze de Julho do anno de mil oito centos cincoenta e oito, nesta freguesia de S. Francisco de Borja em Missões [tendo] nascido a vinte e quatro de Maio d'este anno, escravo filho de Andreza, escrava de Anna Gertrudes de Menezes, sendo padrinhos Joaquim Pinto de Menezes e Maria Patricia.<sup>26</sup>

São muitos os elementos novos que esses documentos trazem a tona, todavia, a maior parte deles não pode ser enfrentada com o fôlego deste texto. O que de momento nos interessa é mostrar que o projeto familiar de longo prazo continuava em curso, e colhendo seus frutos. Fica evidente que, no decorrer dos anos, o grupo familiar permaneceu prestando seus serviços à viúva D. Anna Gertrudes de Menezes. De imediato, essa situação pode indicar duas coisas: primeira, salvo alguma situação de óbito,<sup>27</sup> parece que o conjunto familiar não sofreu abalos como apartação involuntária e; segunda, mantiveram-se em um ambiente estável, onde puderam continuar organizando suas expectativas dentro de um campo de previsibilidade.

Porém, é necessário constatar que, embora seja muito evidente a existência desse projeto familiar, não possuímos base empírica suficiente para sabermos como, se é que ocorreu, o engajamento das gerações futuras nele. Assim sendo, é interesse considerar o seguinte argumento de Gilberto Velho: “um *projeto* coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de status, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração”.<sup>28</sup>

Vale ressaltar que, os atos de lavrar uma alforria para os menores (Basílio e João) e de batizá-los como escravos, e não diretamente como livres, sugere que o processo de reconhecimento de suas liberdades pode guardar diversos significados. Assim, uma hipótese levantada é que as liberdades incondicionais de Basilio e João podem ter representado o reconhecimento senhorial da condição de libertas de Maria e Andreza, embora elas ainda fossem identificadas nos documentos como cativas e estivessem cumprindo o compromisso assumido na *primeira carta*. Contudo, essa é uma suposição de difícil sustentação se for levado em conta os dados constantes nos registros que se dispõe. Além de Maria e Andreza terem sido arroladas no inventário do Sr. Luis Antonio de Azevedo em 1853<sup>29</sup> e reconhecidas pelo Vigário João Pedro Gay e pelo escrivão do cartório como escravas de D. Anna Gertrudes de Menezes, fica patente na escritura da *terceira carta* que, no imaginário de sua senhora,

---

<sup>26</sup> Arquivo da Diocese de Uruguaiana: Livro de Batismos de junho de 1858 a maio de 1871 da Paróquia São Francisco de Borja, f. 2r.

<sup>27</sup> Os quais, se existem, ainda não conseguimos mapear.

<sup>28</sup> VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**: Antropologia das Sociedades Complexas. 2ª ed., RJ: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 41.

<sup>29</sup> Embora na *primeira carta* de 1852 conste a seguinte promessa: “Outro sim declaramos que aquelle de noz que a outro sobreviver não poderá vender, trocar, nem de forma alguma alienar a dita Escrava e seus filhos referidos e nem hum bem entrarão em Inventario ou na Terça [...]”, como já vimos, Maria e seus cinco filhos da libertados condicionalmente nesta alforria foram relacionados no inventário do Sr<sup>o</sup>. Luiz Antônio de Azevedo, aberto em 1853. Esta situação sugere que possa ter havido certo grau de tensão sobre o cumprimento ou não das cláusulas estabelecidas na *primeira carta*. No entanto, isto é apenas uma intuição, a qual infelizmente não se pode por a prova, uma vez que, não possuímos base empírica para tanto.

elas, mesmo estando sob condições, ainda eram consideradas cativas, assim também como suas descendências. Se assim não fosse, não teria havido a necessidade da senhora declarar que Basílio e João “desde já ficão gosando de sua liberdade, *como se de ventre livre fossem nascidos*”. Ora, se Basílio e João podiam desde já gozar de sua liberdade como se de ventre livre tivessem nascidos, é porque aos olhos de D. Anna Gertrudes os ventres de Maria e Andreza continuavam escravos.

De tal modo, a constante reiteração nos registros públicos da condição jurídica das cativas pode indicar uma atitude senhorial de manifestação social de que elas, e os outros beneficiados na *primeira carta*, ainda se encontravam sob o cativo e, concomitantemente, rememorá-los de que ainda não haviam cumprido as condições estabelecidas na alforria. No entanto, ainda que considerasse os contemplados na *primeira carta* como escravos, D. Anna Gertrudes tinha consciência da vigência de um pacto moral com estes sujeitos, e que não poderia colocar em risco seu poder, frustrando as expectativas do projeto coletivo deles.

Aos nossos olhos, D. Anna de Gertrudes parece ter conduzido esse processo de maneira bastante hábil. Atenta ao acordo assumido junto com seu marido em 1852, ela o referendara, porém, o interpretava e o administrava a sua maneira. Assim sendo, possivelmente, reconheceu que a primeira manumissão havia gerado uma nova condição àqueles cativos, mas não ainda a de liberdade, haja vista que, ainda não haviam cumprido as condições colocadas naquele pacto. Entendemos que, os contemplados na *primeira carta* passaram a viver em uma condição intermediária. Não viviam nem na plena escravidão, tampouco na plena liberdade. Para construir este espaço social, fruto de uma condição jurídica indefinida (nem liberta e nem cativa), que foi edificada costumeiramente, e que, provavelmente, tenha sido muito mais comum do que tenhamos conhecimento, D. Anna Gertrudes continuava a considerar os favorecidos na *primeira carta* como seus escravos, para isso, continuava a registrá-los como tal. Em contrapartida, a dita senhora pode ter resolvido demonstrar a eles os resultados pragmáticos do bom cumprimento das condições do compromisso de 1852. Para isso, talvez, tenha decidido considerar os descendentes pós-pacto como herdeiros da liberdade de suas mães, com o acréscimo da incondicionalidade, sem admitir, entretanto, que os ventres destas já não eram mais escravos. Deste modo, D. Anna Gertrudes a cada novo rebento de Maria e/ou de suas filhas não só poderia ritualizar a concessão da liberdade e o cumprimento do acordo moral da primeira alforria – a qual possivelmente tenha se transformado simbolicamente no mito fundador da liberdade deste grupo familiar –, como também estimularia os sentimentos de gratidão e lealdade dos libertos e cativos de sua escravaria. Sentimentos que reforçariam os laços de dependência e reciprocidade vertical dos cativos com a casa senhorial.

Por outro lado, não menos hábeis foram os escravos envolvidos neste projeto coletivo, pois além de manterem-se em um grupo familiar coeso e se conservarem em um ambiente estável, o qual possibilitava que continuassem organizando suas expectativas dentro de um horizonte de

previsibilidade, percebiam que, para além destas perspectivas conservadoras,<sup>30</sup> o projeto familiar transformava de forma prática a vida dos membros do conjunto familiar, em especial se fosse avaliado o trânsito entre as condições jurídicas e a mobilidade social sob um viés geracional.

Nesse sentido, se tomarmos como parâmetros apenas a condição jurídica dos envolvidos nos batismos de Basílio e João, a escolha de padrinhos livres para estas crianças – batizadas como escravas meses antes de serem libertos – sugere uma manifestação daquele grupo familiar de estender seus laços, por meio do compadrio, com pessoas colocadas num estrato superior da hierarquia social. Nas palavras de Silvia Brügger (2007), uma *aliança para cima*. Todavia, é preciso certo cuidado nesta interpretação sobre os laços de compadrio. Não é possível resumi-los a um ato meramente mecânico e funcionalista de alpinismo social dos sujeitos posicionados em camadas inferiores da hierarquia social. Como já vem sendo argumentado, de fato consideramos que Maria elaborou e conduziu um projeto familiar que, entre outras coisas, avistava a sua liberdade e de seus descendentes. Mas não uma liberdade qualquer, e sim uma liberdade que, se não trouxesse dentro de um prazo razoável consideráveis melhorias nas condições e oportunidades de vida do grupo, ao menos mantivesse a existência da coletividade dentro dos limites do aceitável, os quais teriam como referência as vivências imediatamente precedentes, isto é, as experiências e as condições de existência do cativo. Voltando, portanto, à escolha dos padrinhos de Basílio e João, provavelmente, a condição de livres dos escolhidos tenha se constituído em um entre tantos elementos de avaliação no momento em que Maria – mãe de Basílio e avó de João –, Andreza – mãe de João –, D. Anna Gertrudes e quem mais tenha tido influência na escolha – quiçá os próprios pais dos meninos – se reuniram para decidir quem seriam os convidados para apadrinhar as ditas crianças, mas, possivelmente, não tenha sido a razão mais importante para as escolhas que acabaram sendo feitas.

Embora a hipótese de *aliança para cima* não seja inconciliável com outras possibilidades, haja vista que, mesmo que a escolha de padrinhos livres não tenha sido feita somente a dar prosseguimento a uma estratégia de mobilidade social, é inegável que o grupo familiar de Maria dilatava a sua rede de reciprocidades com sujeitos que se colocavam para além do mundo dos escravos e libertos. Se este alargamento de rede produziu significados efetivos para a vida do grupo familiar não podemos saber. Mas o fato é que, a julgar pela conjuntura específica da formação de aliança, por meio do compadrio, esta família de libertos condicionais e incondicionais, ao menos, aparentemente alargava seus horizontes de possibilidades e seus laços de reciprocidade com indivíduos que ocupavam outras posições na hierarquia social.

Temos defendido que Maria e seus descendentes foram componentes de um projeto familiar de longo prazo, que tinha por objetivo produzir melhores condições de existência para aquela prole, o qual se viabilizou pelas relações pessoais estabelecidas por Maria e, principalmente, pela forte ligação

---

<sup>30</sup> Ressalto com veemência que utilizo aqui a expressão *perspectivas conservadoras* sem quaisquer conotações políticas partidárias atuais. Uma *perspectiva conservadora* como abordada neste trabalho significa qualquer agência humana, individual e/ou coletiva, que tenha por objetivo, ao menos, conservar condições de existência estáveis que, conseqüentemente, proporcionassem uma mínima margem de previdência aos sujeitos históricos.

entre os cativos e seus senhores. A íntima relação entre aqueles escravos e sua senhora fica mais uma vez evidente em seu último testamento, datado do dia 15 de setembro do ano de 1862. Neste documento, Dona Ana Gertrudes de Menezes se expressa da forma seguinte:

Declaro que deixo forro os meus escravos seguintes: Antonio, idade 53 anos, Serino, idade 17 anos, Bemvindo, idade 15 anos, Maria, idade, 39 anos, Andreza, idade 22 anos, sem outra condição mais que por meu falecimento o meu testamenteiro lhe passar a competente carta. Declaro mais que meus escravos Bento, Ana, Basilio, e João, estes a muito tempo lhes passei a carta de liberdade, e quero que seja comprida, assim como Cesaria, e Maria, que mandei ser baptizadas livres, a fim de todos gosarem de sua liberdade, por ser esta minha última vontade. Declaro mais que minha escrava Andreza tem um filho recém nascido o qual ainda não está baptizado, o qual fica também livre, assim como todas as demais crias que qualquer de minhas escravas tenham depois deste meu testamento, ficão livres.<sup>31</sup>

O testamenteiro da senhora, Gustavo José de Oliveira, acabou cumprindo sua vontade após o seu falecimento. Em 28 de maio de 1868, ele registrou as cartas de liberdade de Antonio, com 60 anos, Andreza, 29 anos, Serino, 23 anos, Ana Maria, 3 anos, e Luís de 2 anos.<sup>32</sup> Provavelmente, Ana Maria e Luís eram filhos de Andreza. Não encontramos, como esperávamos, o registro da última carta de liberdade de Maria, deste modo, não sabemos se não foi registrada ou ainda se ela acabou falecendo entre 1862 e 1868.

Contudo, a últimas informações que nos foi dado a saber de Maria, que estão no testamento de 1862, são ainda mais reveladores de sua relação com sua senhora e também do próprio alcance do projeto familiar por ela desenvolvido. No testamento, Dona Ana Gertrudes não apenas corroborou as cartas de liberdade concedidas aos seus cativos, como também acrescentou assim: “declaro que deixo para as despesas de meu interro, a terça de meus bens, e o que sobrar deixo de esmola á minha escrava Maria, já mencionada”. Se Maria, ou algum de seus descendentes, recebeu o que sua senhora lhe havia deixado em testamento não pudemos saber já que não localizamos o inventário *post-mortem* de dita senhora. No entanto, por uma estimativa realizada a partir do patrimônio declarado no inventário do esposo de Dona Ana Gertrudes, o Sr. Luís Antônio de Azevedo, aberto no ano de 1853, verificamos que descontados as dívidas passivas e o valor montante dos escravos arrolados, a terça daquele inventário correspondeu a 1:781\$640. Assim, se Dona Ana Gertrudes tivesse conservado o mesmo nível de fortuna até 1863, o valor da terça desta senhora giraria em torno deste valor. Deste modo, descontados as despesas do funeral desta senhora, a esmola prometida a Maria, seguramente, lhe renderia um patrimônio nada desprezível.

Enfim, o que interessa notar nos fragmentos da trajetória desta família é que em aproximadamente duas décadas, por meio dos recursos que lhes era possível acessar e parâmetros racionais específicos,

---

<sup>31</sup> Fundo 074, Comarca de São Borja, Localidade: São Borja, Subfundo: Provedoria, Ano 1862, processo nº 78; APERS.

<sup>32</sup> FUNDO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA Subfundo: 1º Tabelionato Espécie/tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 8, p. 158v; 159r; 159v; 160r; APERS.

Maria conduziu um projeto familiar que, entre outras coisas: obteve um novo *status* na condição jurídica para os membros de sua prole, e gerações futuras desta; conservou o grupo familiar em um ambiente estável, no qual havia a possibilidade de continuarem organizando suas expectativas dentro de um horizonte de previsibilidade, e reduzindo as incertezas frente às instabilidades; e, por fim, abriu a possibilidade à sua família acumular patrimônio e, até mesmo, de constituir uma pequena unidade produtiva.

## **Bibliografia**

BAKOS, M. Sobre a mulher escrava no Rio Grande do Sul. In: **Estudos Ibero-Americanos**. Vol. XVI, nºs 1 e 2, p. 47 – 56, jul. e dez., 1990.

BELLINI, L. Por amor e por interesse: relação senhor - escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 73 – 86.

BITENCOURT, M. K. P. **A resistência da mulher escrava**. Porto Alegre (RS): EST, 2004.

BRÜGGER, S. M. J. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João Del Rei (1736 – 1850). IN: CARVALHO, J. M. de. (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIAS, M. O. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.  
\_\_\_\_\_. Escravas: resistir e sobreviver. In: PINSKY, C. B; PEDRO, J. M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 360 – 381.

FARIA, S. S. C. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: as Pretas Minas nas Cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1750-1850)**. Niterói: UFF, 2004.

FONTELLA, L. G. **Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828 – c. 1860)**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013 [dissertação de mestrado].

GENOVESE, E. D. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIACOMINI, S. **Mulher e escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

GUEDES, Roberto. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). **Afro-Ásia, Centro de Estudos Afro-Orientais** – CEAO da FFCH-UFBa, n. 35, 2007, p. 83-141.

GRAHAM, S. L. **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRINBERG, K. Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, S. H; MENDONÇA, J (org.). **Direitos e Justiças: ensaios e história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

LIMA FILHO, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. In: **Topoi**. v. 6 , n. 11, jul./dez. 2005, pp. 289-325.

MATTOS, H. M. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. IN: FRAGOSO, J; BICALHO, M. F. (orgs.); GOUVÊA, M. de F.. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MACENA, F. F. Mulheres em busca de liberdade: resistência escrava em Minas Gerais na segunda metade do século XIX. In: **Anais do XVIII Encontro Regional ANPUH-MG**. Mariana (MG), 2012.  
MATHEUS, M. S. **Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

MUNIZ, D. do C. G. Mulheres na historiografia brasileira: práticas de silêncio e de inclusão diferenciada. In: STEVENS, C. et. al. (orgs). **Gênero e feminismos: convergências (in)disciplinares**. Brasília: Ex Libris, 2010.

NASCIMENTO, F. R. No Agreste das Mulheres: a alforria no cotidiano da escravidão feminina (Feira de Santana, 1850 – 1888). In: **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 42, jun. 2010.

NEPOMUCENO, B. Mulheres negras: protagonismo ignorado: In: PINSKY, C. B; PEDRO, J. M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 382 – 410.

PINSKY, C. B; PEDRO, J. M. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRIORE, M del. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto: 1997.

ROCHA, S. P. **Na Trilha do Feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba, 1828 – 1888**. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco. 2001.

SILVA, M. da P. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista. In: **Cadernos Imbondeiro**, v. 1, n. 1, 2010.

SILVA, T. M. G. da. Trajetória da Historiografia das mulheres no Brasil. In: **Politeia: história e sociedade**. Vol. 8, n. 1, p. 223 – 231, 2008.

SOARES, C. M. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. In: **Afro-Ásia**, n. 17, 1996, p. 57 – 71.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas**. 2ª ed., RJ: Jorge Zahar Ed., 1999.

WITTER, N. A. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX. In: Weber, B. T; RIBEIRO, I. (orgs.). **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: RS, [s.n.], 2010.

## Fontes

- 1) Inventário do Sr. Luiz Antônio de Azevedo. Fundo 074, Comarca de São Borja, Localidade: São Borja, Subfundo: Cível e Crime, Ano 1853, processo nº 16; APERS.
  - 2) Testamento de Luís Antonio de Azevedo e de Dona Ana Gertrudes de Menezes, anexo ao inventário de Luís Antonio de Azevedo. Fundo 074, Comarca de São Borja, Localidade: São Borja, Subfundo: Cível e Crime, Ano 1853, processo nº 16; APERS.
  - 3) FUNDO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA Subfundo: 1º Tabelionato Espécie/tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 4, p. 14r; APERS.
  - 4) FUNDO DO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA, Subfundo: 1º Tabelionato Espécie/tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 8, p. 69r; APERS.
  - 5) FUNDO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA Subfundo: 1º Tabelionato Espécie/tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 7, p. 37r; APERS.
  - 6) Arquivo da Diocese de Uruguaiana: Livro de Batismos de junho de 1855 a maio de 1858 da Paróquia São Francisco de Borja, f. 12r.
  - 7) Arquivo da Diocese de Uruguaiana: Livro de Batismos de junho de 1858 a maio de 1871 da Paróquia São Francisco de Borja, f. 2r.
  - 8) Fundo 074, Comarca de São Borja, Localidade: São Borja, Subfundo: Provedoria, Ano 1862, processo nº 78; APERS.
- FUNDO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA Subfundo: 1º Tabelionato



## **6. Alguns Olhares sobre a História do Brasil**

# NOVOS PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO PARA A HISTÓRIA SOCIAL: O USO DE CRÔNICAS PARA GEOPROCESSAMENTO EM HISTÓRIA, ATRAVÉS DA OBRA DE HANS STADEN "HISTÓRIA VERDADEIRA E DESCRIÇÃO DE UMA TERRA DE SELVAGENS" E DO "DIÁRIO" DO DEMARCADOR JOSÉ DE SALDANHA

*David da Silva Carvalho*<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem por finalidade analisar a forma como os indígenas foram descritos em duas obras distintas durante o período colonial no Brasil. A primeira é a obra de Hans Staden: Duas viagens ao Brasil, proveniente de duas viagens ao atual território brasileiro, produzida no século XVI. E o segundo texto abordado é a obra de José de Saldanha, demarcador português da quarta campanha, a serviço da coroa portuguesa no século XVIII. Ambas as fontes oferecem uma descrição detalhada do modo de vida nativa. Podemos observar, analisar e interpretar os assuntos inerentes aos indígenas nas narrativas quando comparadas com a finalidade de um entendimento mais abrangente sobre os primeiros relatos feitos por esses autores. Sendo assim, tais obras possibilitaram esse tipo de estudo.

## Introdução

O presente trabalho tem por finalidade analisar o relato do viajante Hans Staden<sup>2</sup> e do demarcador português José de Saldanha<sup>3</sup> e como ambos apresentam o homem americano ou os “tipos indígenas” encontrados na nova terra dentro da cronologia estabelecida em cada narrativa.

Para a realização deste trabalho utilizei o diário do demarcador José de Saldanha produzido durante a quarta campanha demarcatória do extremo sul do Brasil de 1786 - 1787 em virtude do Tratado de Santo Ildefonso. O trabalho de registro é feito pelo Dr. José de Saldanha, encarregado, até então de trabalhos técnicos devidos a suas múltiplas funções e habilidades (Bacharel Civil em Ciências Filosóficas, Engenharia e Astronomia), mas além de registrar o dia a dia dos trabalhos o demarcador se dá ao trabalho de falar da flora e da fauna locais e dá atenção significativa ao falar dos termos usados para compor o vocabulário local, até hoje utilizados, pelos camponeses. Outra contribuição e umas das partes mais ricas do diário é a descrição dos povos indígenas e de sua relação com portugueses e espanhóis. Saldanha se utiliza da classificação de Carolus Linnaeus, que assim divide os homens: americano, europeu, “aziático”, africano e o monstruoso. A categoria monstruoso tem uma subdivisão que abrange o homem americano, tal subdivisão é feita em cinco partes, Saldanha as apresenta assim: Patagoens - Pampas – Tapes – Guaranis – Minuanos. O autor dá maior enfoque ao Minuano. Aborda como com maior riqueza de detalhes a vida e costumes desse povo, mas, assim mesmo, encaixa todos dentro disso que chama de monstruoso e passa a maior parte de seu relato descrevendo os maus hábitos indígenas, entretanto, os descreve-os de forma significativa, de modo que possa se fazer uma análise mais pautada a respeito desses grupos ou povos. Enfim, como dito no prefácio do diário: “Pode o pintor representar a natureza; mas não expressar as circunstâncias, notícias, movimentos e sucessos. Está é a parte reservada ao historiador. Feliz a enérgica

<sup>1</sup> Discente de História, Universidade de Brasília – UnB.

<sup>2</sup> STADEN, Hans. “História Verdadeira e Descrição de Uma Terra de Selvagens Nus e Cruéis Comedores de Seres Humanos, Situada No Novo Mundo Da América, Desconhecida Antes e Depois de Jesus Cristo Nas Terras de Hessen até Os Dois Últimos Anos, Visto Que Hans Staden, de Homberg, Em Hessen, a Conheceu Por Experiência Própria e Agora a Traz a Público Com Essa Impressão,” 5ª ed. (Rio de Janeiro: Dantes, 2004).

<sup>3</sup> SALDANHA, José de. Diário Resumido do Dr. José de Saldanha. 2014. Disponível em:

<<http://lhs.unb.br/biblioatlas>>. Acesso em: 03/09/2014

pena, que ao seu escritor sabe desempenhar: felizes palavras que uma nova pintura compõe aquela perceptível à vista; esta ao discurso.” É um extenso diário, fastigioso às vezes por causa de alguns termos próprios que exigem tal tarefa, mas muito rico, por conta dos detalhes e das habilidades de quem as fornece.

O segundo relato é o do viajante Hans Staden: “História Verdadeira e Descrição de uma Terra de Selvagens Nus e Cruéis Comedores de Seres Humanos, Situada no Novo Mundo da América, Desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas Terras de Hessen até os Dois Últimos Anos, Visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a Conheceu por Experiência Própria e agora a Traz a Público com essa Impressão.” Publicado em 1557 em Marburgo<sup>4</sup>, por Andres Colben. A publicação está dividida em dois livros, sendo o primeiro intitulado: “Verdadeira História e descrição de uma paisagem dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens, encontrados no novo mundo, a América, e desconhecidos antes e depois do nascimento de Cristo na terra de Hessen, até os últimos dois anos passados, quando o próprio Hans Staden de Homberg, em Hessen, os conheceu, trazendo-os agora ao conhecimento do público por meio da impressão deste livro”, distribuído em cinquenta e três capítulos. E o segundo livro dividido em trinta e seis capítulos intitulado: “Verdadeira e curta narrativa sobre todos os usos e costumes dos Tupinambá, como os presenciei durante o tempo de meu cativo em seus domínios. Eles moram na América e sua terra fica a 24 graus de latitude sul, fazendo fronteira com a região da embocadura do Rio de Janeiro”. A época de seu lançamento na Europa teve grande repercussão. O autor nos fala dos locais por onde passou, além de narrar com detalhes, quando possível, caminhos, fauna e flora. Fala mais da fauna e da flora no segundo livro, onde dedica boa parte as lembranças de seu cativo em mãos Tupinambá, povo do qual foi prisioneiro durante meses, tendo conseguido prolongar sua vida por vontade de Deus. Deus “misericordioso e salvador e, por causa dele escreve seu relato, não para se vangloriar, mas para que se saiba que sua fé e seu Deus o salvaram nos momentos de angústia frente aos selvagens nus da América”. Capturado enquanto andava pela floresta, em Bertioga, Staden foi levado para Ubatuba, onde habitavam os selvagens, antropófagos, daí em diante o próprio autor nos fala da incerteza quanto ao calendário e aos dias de seu cativo. Menciona muitos locais dentre eles a Baía de todos os Santos, que ainda hoje faz parte do atual território brasileiro. A Primeira viagem realizada em 1549, passando por Pernambuco e Paraíba e a segunda em 1550, passando pela de Ilha de Santa Catarina, dirigindo – se posteriormente à capitania de São Vicente, no litoral sul do atual estado de São Paulo. As viagens duraram mais ou menos sete anos e meio.

A primeira viagem realizada em 1547(ficou mais ou menos 19 meses) e a segunda em 1550 ou 1549 ficando mais ou menos 5 anos. É importante lembrar que a obra foi reescrita várias vezes e em nossa fonte atual as datas das viagens foram as citadas a cima. Existe uma dúvida quanto a as datas, pois em alguns livros encontramos a primeira viagem iniciada em 1547 e em outros 1549, tal

---

<sup>4</sup> STADEN, Hans. *Duas Viagens Ao Brasil*, 1ª ed. (L&PM, 2008).

discrepância deve ser levada em conta. A vida dos habitantes nativos, principalmente dos quais foi prisioneiro, é retrada com peculiaridade, pois à medida que polpa sua vida dia após dia, Staden tem a oportunidade de observar de perto os hábitos e costumes locais. Durante sua estada com os Tupinambá pode ver rituais antropofágicos, cultivos para alimentação, moradia, nomenclatura local, batalhas (entre nativos e portugueses ou entre nativos de várias etnias) e participar de algumas dessas batalhas. Teve local privilegiado para narrar como um todo o modo de vida nativa e descrevê-la, sem deixar de lado seu local de fala, ou seja, o mundo europeu, além disso, mostrar a sempre oportuna intervenção divina fruto de sua fé para salvá-lo.

### **José de Saldanha e as Demarcações**

O início das demarcações tem seu destino traçado ainda pelo tratado de Santo Ildefonso em 1777, quando as realezas de Madrid e Lisboa decidem demarcar os limites territoriais na expectativa de fixar um limite entre as duas colônias americanas, ou seja, Sacramento e a região Sul do Brasil em disputa, buscando a manutenção comercial e as boas relações entre coroas, pois o clima de hostilidades se acentuara por conta de conflitos ocorridos na região, que era sempre flutuante, visto a incerteza demarcatória. Dadas ordens no ano seguinte, mas precisamente em 6 de junho de 1778, divide-se em quatro pontos expedicionários, repartindo assim a linha da fronteira. A parte sul ficou sob a responsabilidade de Vice-rei do Rio de Janeiro, Luiz de Vasconcelos, que encarregou como Primeiro Comissário o Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, então Governador do Rio Grande do Sul, para indicar uma equipe demarcadora. A equipe foi montada sob ordem real portuguesa em 1781, chegando ao Rio Grande do Sul em 1784, teve como integrantes: O Coronel Francisco João Roscio, o capitão ajudante da praça da ilha de Santa Catarina, Domingos a Ponte Cabral, capitão de engenheiro Alexandre Eloy Portelli, ajudante de engenheiro Francisco das Chagas Santos, os matemáticos capitão de artilharia Joaquim Felix da Fonseca Manso e Dr. José de Saldanha, os comissários assistentes e pagador Manuel José da Silva e Meneses, Sebastião Pereira Barbosa, o cirurgião João Manuel de Abreu e o relojoeiro Euzébio Manuel Antônio. Dentre esses nomes destaco o do Dr. José de Saldanha (1750 -1850) <sup>5</sup>por sua grande contribuição na descrição do trabalho por meio de seus diários que agora podemos consultar. Ricos em detalhes, muito além de medidas e datas, fala da riqueza da flora em alguns momentos e da variedade populacional encontrada durante seu trajeto contribui com cálculos matemáticos precisos nas operações de sua responsabilidade técnica, pois fora parte da expedição nesses termos, como encarregado de serviços técnicos (Bacharel Civil em Ciências Filosóficas, Engenharia e Astronomia).

Saldanha chega à equipe de demarcação e ao Rio Grande do Sul em 1783, depois de ter passado algum tempo no Rio de Janeiro aprofundando seus conhecimentos geográficos sobre o Brasil.

---

<sup>5</sup> SALDANHA. José de. *Diário Resumido, e Histórico Ou Relação Geográfica Das Marchas e Observações Autônomicas, Com Algumas Notas Sobre a História Natural Do País. IN: Anais Da Biblioteca Nacional Do Rio de Janeiro*, vol. LI (Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde - Serviço Gráfico, 1938).

Com o tempo adquiriu postos militares. Saldanha embarca para o Brasil para não mais retornar a Portugal. Presta serviços iniciais dentro de suas funções civis, mas ao decorrer de alguns anos de demarcação e tarefas executadas com louvor, segundo seus superiores, recebe a patente de capitão de infantaria, mas como engenheiro, progredindo a Sargento-mor do Real Corpo de Engenharia, pelos serviços prestados, a cronologia de avanço de patentes se desenrola de 1º de março de 1790 a 8 de janeiro de 1806, mais ou menos perto da data de sua morte. Dentre seus trabalhos mais notáveis destaca o seu Diário resumido da 1ª campanha de demarcação 1786 - 1787. O corpo do diário, como explica o autor em seu prefácio tem por principais objetivos mostrar: Direções gerais, marchas, distâncias retas e andadas, bem como resultado das observações de latitude, longitude e variações da agulha. Entretanto mostra bem mais que isso, pois revela lugares, arvoredos, bosques e planícies muito longas. Outro diferencial em sua redação é o uso etimológico "local" e a busca de significado do idioma local. Quanto a produção natural do continente argumenta: "falarei na medida do possível a respeito da variedade animal, mineral e vegetal, descrito com detalhes conforme permite o diário, reduzindo-os ao sistema de Linneu", mas faz bem mais que isso, contribui com descrições sobre vegetação, encontro entre rios e riachos e a hidrografia de modo geral, além de observar com detalhamento a flora observa e compara várias espécies da fauna local às europeias. Existem características em sua narrativa que chamam atenção, principalmente em se tratando do homem americano, como diz, pois embora este esteja dividido em cinco variedades de "homens" é assim que José de Saldanha começa seu relato sobre os minuanos e outros tipos da América. Apoiado nas teses de Carolus Linnaeus, que assim divide os homens: americano, europeu, "aziático", africano e o monstruoso. E é nessa última categoria que se encaixa o tipo de homem americano, ainda, dentro da classificação de Linnaeus, existe uma subdivisão da categoria em cinco partes. O autor é detalhista em algumas partes, por exemplo, ao falar das subdivisões do monstruoso, tomado de Linnaeus, "Patagoens" - Pampas – Tapes – Minuanos - Guaranis. Os primeiros seriam mais arredios, obrigando assim, que os espanhóis se associassem a eles na "divisa do território", por tanto, mais difíceis de lidar. Os Pampas, também arredios, arrumavam problemas aos estancieros em Buenos Aires, além disso, eram poucos, comparados aos Tapes. Os Tapes, já catequizados em grande maioria, não davam muito trabalho e foram até usados como modelo de "bons modos", se comparados aos Pampas. Os Minuanos merecem mais análise, pois o autor é mais polido ao lidar com eles. Fala com mais particularidade deles que dos outros, mesmo sendo essa uma subdivisão do monstruoso com as outras. Além disso, parece simpatizar com eles, em alguns aspectos, também passa a maior parte de seu relato descrevendo os maus hábitos dos índios. Encontramos essas marcações ao longo do texto distribuídas na forma de notas de rodapé, seja explicando nomenclatura ou coisas mais relevantes, segundo ele. Muitas notas percorrem várias páginas, por exemplo, a nota "G", falando dos Minuano: formas de habitação, alimentação, relacionamento com espanhóis e portugueses. Existe um empenho em mostrar a classificação europeia, no caso de Linneu, para descrever a fauna local, enfim tudo de que se tinha

notícia na Europa sobre animais da América Saldanha busca exemplificar ao máximo, mas sempre dentro das explicações de Linneu, quando essas cabiam e quando se tinha o devido conhecimento de tal animal na Europa. Os tipos humanos encontrados são detalhados dentro dos ditos padrões civilizatórios quando submetidos aos europeus, a partir daí o autor faz um relato de como cada um dos “nativos” se relaciona com portugueses ou espanhóis. Segundo sua observação alguns índios teriam, em alguns casos, evoluído e se “domesticado”, como exemplo, o caso Tape: “Se domestica o Tape mais fácil que os Pampas”, relata o autor. Entretanto existe uma pergunta levantada a respeito da “identidade” dos “naturais”: quem sabe se eles são os mesmos? E a pergunta segue sem resposta ao longo da narrativa, mas são muitos detalhes a serem analisados por meio das descrições de nativos fornecidas nas notas de rodapé do diário.

A Primeira parte do diário trata do reconhecimento da primeira campanha e da divisão das partidas, onde se nota mais precisamente o uso de astronomia, bem como a utilização da nomenclatura de alguns equipamentos como carretas equipadas com montaria auxiliar e bússola. Dentro dessa parte ele nos mostra a nomenclatura local: gaúcho ou vagabundo do campo e portenho são apenas alguns exemplos da vasta nomenclatura encontrada na descrição de locais e rios, mas a leitura pode se tornar enfadonha. Como alerta no prefácio, por causa de termos próprios da linguagem demarcatória. Na segunda parte continuam os reconhecimentos, traçados os planos de trabalho no acampamento geral portugueses, daí em diante da-se sequência as demarcações, existe uma série de detalhamentos quanto às direções que tomaram e locais de acampamento. Outro fato registrado nesta parte é a aparição de muitos touros, o gado Rincão, criados soltos nas grandes planícies e o registro de alguns barcos para atravessar arroyos ou correjos pelo caminho, todos esses arroyos devidamente marcados e nomeados, desde o local onde se encontra a equipe de demarcação até seu encontro com outros cursos d’água, bem descritos nessa passagem do texto. A terceira parte também consiste no reconhecimento, contudo desta vez portugueses e espanhóis aguardam ordens no acampamento geral do Piray, combinados os planos anteriores de demarcação, a partir dessa parte já temos maior contato com nomes de locais, digamos mais fixos: Santa Tecla, Mbatobi e Albardões, que separam alguns rios, são mais frequentes e muito citados, outros pontos são acampamentos fixos e móveis devido à adversidades, como chuvas, montados e utilizados até que o tempo melhore. Encontramos grande disposição de idioma nativo, que na fala do autor não deve ser desprezado, existem ainda possíveis indicações de cemitérios indígenas e possíveis locais de conflito, mas ainda resta fazer uma leitura mais minuciosa sobre a passagem. Várias passagens sugerem aliança entre espanhóis e indígenas, dentro de território, tecnicamente dominado, por espanhóis, entretanto isso é colocado no texto como algum meio de sobrevivência. Na quarta e última parte do diário temos maior detalhamento dos locais, assim como de rios e maior quantidade de paradas em acampamentos, maior incidência de arroyos e detalhamento quanto a travessias de rios, encontro de gado e linguagem indígena. Encontra-se boa quantidade de Estancias e

sua localização, contudo o autor continua os trabalhos até finalizar seu trabalho no Acampamento Geral do Monte Grande no dia 10 de Novembro de 1778.

As possibilidades de trabalho são variadas, entretanto estou abordando o diário como fonte de pesquisa com maior ênfase na busca por grupos indígenas mencionados no texto: Patagoens - Pampas – Tapes – Minuanos - Guaranis. Para falar sobre estes habitantes encontrados durante as demarcações Saldanha apoia-se nas formulações de Carolus Linnaeus, que qualifica este tipo humano como uma subcategoria do monstruoso, entretanto o autor não só descreve esses tipos como também mostra aqueles que já receberam certo grau "civilizatório" transmitido a eles por padres em missões. Seus costumes são encontrados com alguma "facilidade" e mesmo o autor faz uma ressalva quanto à relevância do idioma local, sempre que relata algum novo local temos uma dualidade, quanto à nomenclatura, pois sempre se dá ao trabalho de explicar, quando possível, o nome dos locais ou animais dados pelos indígenas, portugueses e espanhóis. Mas o autor dá maior destaque aos Minuano, dentro da nota "G", que se estende por 7 (sete) páginas, não se sabe ainda o porquê de tanto destaque, mas o autor demonstra maior apreço por essa etnia, algo visível, não apenas por seu detalhamento, mas pelo modo como narrou a respeito deles.

### **Os Minuano**

Quem sabe se eles são os mesmos? É a pergunta que fica solta enquanto são apresentados os tipos humanos mostrados no texto e ao mesmo tempo vemos assistimos o desenrolar de grandes detalhes que podem de alguma forma colaborar na perspectiva analítica mais apurada sobre a relação entre tipos humanos do local, portugueses, espanhóis e entre os próprios nativos. Dentro do detalhamento oferecido aqui a descrição corporal e a regência pelo costume é ressaltada como sendo parte dos modos de vida indígenas. Como mencionado acima, as subvariedades de tipos humanos apresentados, segundo critérios classificatórios de Linné, dentre elas está a monstruosa, na qual se encaixa a subvariedade "C" - Os Minuano. Escolhida a forma de abordagem, pretende-se observar o modo como o nativo é descrito no diário. A partir da nota "G" o autor descreve os Minuano, abordando-os, principalmente, pelos seguintes pontos: Do seu traje, casas e comida – Das suas armas, costumes e religião – Dos seus idiomas, número e habitação. Quanto a estrutura muito semelhantes aos outros no que diz respeito a feições corporais, tem em geral boa formação, com algumas exceções para as mulheres pequenas as vezes, mas sem maiores ressalvas, tem em sua vestimenta "tradicional", como dito no texto, o "*cayapi*" ou grande manta de couro, de gado ou veado. Quanto a sua moradia, "*Toldos em conjunto Chamam-se de Todaria*", que se montava com tecidos e couros tinham divisões e não acomodavam mais que cinco indivíduos, limpam a casa e ali comem e dormem, mas, segundo o autor, os próprios índios não gostam muito de banho e são preguiçosos até com sua comida, por isso relata a sujeira tomando conta dos índios, mascam fumo, bebem mate em grande quantidade e são consumidores de aguardente, consomem fumo, mas são raros os que fumam, geralmente, apenas

mascam. No que diz respeito ao uso de armas o texto nos mostra flechas e a aljava, local para colocar flechas, carregados nas costas, entretanto usam-nas pouco, pois as carregam como respaldo para uma possível eventualidade as disparam muito bem a pé ou a cavalo. Outro instrumento usado na caça é a lança, rápida e forte, serve para caçar touros e animais de médio porte. Para a atividade campeira utilizam outras armas: bolas e laços, armas adotadas, mais tarde, por vaqueanos que adaptaram estas armas ao seu cotidiano, principalmente para capturas éguas, potros e cavalos bravos, como faziam os índios. Estes também levam consigo uma faca na cintura o tempo todo, atada por uma tira de algodão, e dentro de uma bainha de couro. A divisão percebida entre Minuanos é de bandos ou tribos, percebe-se uma “liderança” interna entre cada grupo que se dá por descendência ou por comum acordo e a esse que eleito o autor chama cacique. Cada um desses “caciques” toma sobre si seu “bando”, aqui constam alguns nomes: Salteinho, Maulein, Batú, Tajuy e o D. Miguel. D. Miguel é apontado como ex-peão de uma estância portuguesa, onde teria servido por mais de vinte anos, até sua fuga para junto de seu povo. Saldanha descreve vestimentas e aparência desses ditos “caciques”, ilustrando bem algumas características corporais e alguns adereços que utilizam em seus rostos. Outro rito descrito é o fato de que na causa de morte de um deles os outros se feriam nas costas, em sinal de sentimento, em situações mais extremas, relata, cortavam parte dos dedos ou os polegares, por falta dos filhos. O casamento pode ser realizado com várias mulheres, geralmente as mais jovens eram escolhidas, desprezando as mais velhas. Casamento que se efetuava mediante conversa entre o noivo e os pais da noiva, efetuando o casamento na entrega da noiva, tendo recebido, prévia orientação de sua mãe, que lhe dissera quais seriam suas obrigações para com seu marido. Relatos de trocas de cavalos capturados em outras estâncias por minuanos e trocados por panos de algodão, facas flamencas e aguardente aparecem como possível roubo, pois sempre que precisam de algo, segundo o autor, dirigem-se a algumas povoações meridionais, Missões, Guarda de São Martinho ou Estâncias portuguesas e fronteira do Rio Pardo. Conflitavam com os Tapes, com quem já tiveram alguns embates, segundo Saldanha, os Minuano tinham mais coragem e por isso os Tapes tinham receios em conflitá-los. Outro fator importante para escapar do frio é o tecido, muito utilizado e comercializado desde suas versões mais baratas até as mais caras, compradas pelos mais ricos para cobrir camas e fazer ponchos muito utilizados, também pelos caciques, como relata Saldanha ao descrever as vestimentas de D. Miguel, tecidos mais baratos são fabricados em missões e vendidos por até oito pesos ou mais caros chegam a custar noventa pesos. Nas palavras do autor “vivem os Minuanos num estado propriamente livre entre os espanhóis e portugueses”, relatando existir mais afinidade entre portugueses e minuanos, que com outro povo, no caso com espanhóis. E dentro dessa vivência os Minuano não seriam tão cruéis quanto os Tapes, sem causar perversidade alguma contra portugueses ou espanhóis perdido nas matas, como por fazem os Guaranis. A linguagem ou idioma minuano também é entra no texto como algo “agradável” aos ouvidos, muito diferente do idioma do Tapes. Tal idioma minuano se assemelha ao idioma praticado pelos índios na América Septentrional. Outro questionamento levantado a respeito



dos Minuano seria sua origem naqueles territórios, entretanto conclui que o conhecimento a respeito dos Minuano seria melhor explorado se tivesse informações mais antigas, quanto aos habitantes daquela região, ou seja, do Novo Mundo. Quanto ao número de habitantes especula-se que gire em torno de 30 a 50, que é regularmente o número encontrado em cada toldaria, estima o autor, que não passem de 200 indivíduos no seu estado atual, a época da demarcação, o que facilitaria o domínio deles por parte dos povos ditos “cultos”, no caso, portugueses e espanhóis. Essa não é a realidade apontada no texto, revelando uma série de dificuldades para “dominar” ou articular com a população autóctone, Saldanha mostra isso, ao argumentar que a coroa teria mais se os índios fossem criados já dentro da fé católica, talvez assim conseguissem os estancieiros maior tranquilidade, por causa dos constantes “saques” provocados por indígenas. Entretanto boa parte dessa população indígena se reduziu a fé católica e seus filhos cresciam à sombra dos grêmios da igreja, nessa parte o relato ganha outros tons, pois relata um indígena mais obediente se criado dentro da fé católica, perdendo assim o apego ao campo e alguns questionamentos da vida adulta, se criado no campo, como por exemplo: O porquê de se batizar? Se o fizessem seria cristãos e teriam que trabalhar mais para terem o que comer e o que vestir, se eles no modo de vida deles teriam mais descanso? Tais questionamentos são feitos com base nos Tapes, mais dóceis e já domesticados e em número muito maior que outros povos, tidos como não domesticados, tendo em vista, segundo argumentos do autor, que esse seria um bom caminho para evitar algumas truculências envolvendo povos indígenas. De modo geral é falado o texto das doenças ou bexigas que tem afetado muitos índios, em grande parte crianças, tal impacto levou quase toda uma geração. Localizar-se-iam os Minuanos ao longo do Rio Sabuiaty, ali estenderiam as suas mais numerosas toldarias, depois de expulsos por espanhóis, se retirarão mais ao norte, atualmente entre o Rio Bacacay Cassequey e o Ybicuyguasú, e ao norte do Serro de Mbatobi, e a habitação dos seus volantes Toldos, não deixando de chegarem às vezes até a costa Oriental do Rio Uruguai.

### **Hans Staden: A Nova Terra e os Nativos**

A outra narrativa que dá título a esse trabalho é a aventura de um viajante do século XVI: Hans Staden<sup>6</sup>. A obra: Hans Staden – duas viagens ao Brasil titulam secundário, foi publicado em 1557 em Marburgo e traz a descrição da nova terra, de seus habitantes incomuns e das aventuras do narrador, que servem como pano de fundo a sempre oportuna explicação religiosa. Staden foi capturado e viveu entre os nativos, sendo resgatado pelo navio Frances Catherine de Votteville em 1554. Sua primeira viagem, com portugueses foi realizada em 1549, passando pelos atuais estados de Pernambuco e Paraíba e a segunda em companhia de espanhóis em direção ao Rio da Prata em 1550,

---

<sup>6</sup> STADEN, Hans. “*História Verdadeira e Descrição de Uma Terra de Selvagens Nus e Cruéis Comedores de Seres Humanos, Situada No Novo Mundo Da América, Desconhecida Antes e Depois de Jesus Cristo Nas Terras de Hessen até Os Dois Últimos Anos, Visto Que Hans Staden, de Homberg, Em Hessen, a Conheceu Por Experiência Própria e Agora a Traz a Público Com Essa Impressão.*”

mas naufragou perto da Ilha de Santa Catarina, dirigindo – se posteriormente à capitania de São Vicente, no litoral sul do atual estado de São Paulo. A obra está dividida em dois livros, o primeiro com cinquenta e três capítulos, intitulado: “Verdadeira História e descrição de uma paisagem dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens, encontrados no novo mundo, a América, e desconhecidos antes e depois do nascimento de Cristo na terra de Hessen, até os últimos dois anos passados, quando o próprio Hans Staden de Homberg, em Hessen, os conheceu, trazendo-os agora ao conhecimento do público por meio da impressão deste livro”. E o segundo livro dividido em trinta e seis capítulos intitulado: “Verdadeira e curta narrativa sobre todos os usos e costumes dos Tupunambá, como os presenciei durante o tempo de meu cativo em seus domínios. Eles moram na América e sua terra fica a 24 graus de latitude sul, fazendo fronteira com a região da embocadura do Rio de Janeiro.” Embora sejam numerosos capítulos em cada obra eles são bem pequenos, por vezes contam com menos de três páginas. Ele tem sua primeira viagem em 1549, passando por Pernambuco e Paraíba, são narradas no primeiro livro com a descrição dos locais por onde passou, bem como sua saída de Hessen e sua pretensão, se fosse vontade divina, de viajar até as Índias. Dai em diante passa a registrar todos os locais por onde passa com o máximo de detalhes possível: atividades comerciais – convívio entre portugueses, franceses demais nações “pagãs”. Relata ainda a “revolta” dos selvagens de Pernambuco, causada por culpa portuguesa, mostrando o alto número de indígenas frente ao escasso número de portugueses nessa revolta. Staden trabalhava com portugueses e narrou muitos confrontos com indígenas e franceses. Ainda no primeiro livro ele narra sua captura pelos Tupinambá, perto de Santo Amaro, enquanto andava pela floresta em busca de alimento, temos a partir desse ponto um rico relato envolvendo os nativos, tendo em vista que fala de outros grupos: Guaranis, Tupiniquins e Tupinambás. No segundo livro se pauta mais sobre os costumes indígenas, seu cativo e sua fuga, por meio do navio francês Catherine de Vottville. A partir de sua captura o autor explica e percebe uma série de fatos ocorridos como sendo intervenções religiosas tidas como salvadoras em momentos decisivos de sua jornada, como por exemplo, o episódio em que passa por uma tormenta e põem-se a rezar para seu Deus a mando dos nativos para que passe a tormenta e, caso ela não passasse o matariam no ato, mas Deus teria atendido ao pedido de Staden, acalmando a natureza e os nativos, sendo assim por diante a explicação religiosa preponderante na redação. Ele oferece uma descrição muito detalhada dos costumes nativos, como relatado acima, principalmente de seus apressadores e da fauna e da flora da América. Dentro de dessa descrição está a constante a nomenclatura indígena, passando a fazer parte do seu vocabulário diário, são variadas as línguas utilizadas nessa parte do mundo pelos selvagens nus. Quanto ao conjunto visual diante de seus olhos o autor avalia como sendo “amistosa” a paisagem, pois a flora sempre verde e clima diferente do europeu, proporcionando a seus habitantes uma pele de cor marrom-avermelhada. Quando fala dos Carijó, lembra a produção de tecidos ou peças de roupa feitas de algodão, por parte das mulheres, mas também relata o uso de peles de animais por parte desses nativos, sempre limpas e preparadas como vestimentas, nessa parte do

segundo livro o autor ressalta um pouco das características dos nativos que encontrará até então: “Tratar-se-ia de um povo orgulhoso muito astuto e sempre pronto a perseguir e devorar seus inimigos. A América estende-se por algumas centenas de milhas ao sul quanto ao norte. Já velejei 500 milhas ao longo da costa e estive em muitos lugares, numa parte daquela terra.”

A descrição dos habitantes foi rigorosamente narrada no segundo livro, onde encontramos os seguintes pontos na fala de Staden: Habilidades de caça (arco e flecha – laço – armadilhas – imitar sons no mato para aumentar o poder de caça), mudança constante, rituais antropofágicos entre “tribos”, como faziam fogo para assar seu alimento, formas de acampamento para proteção, uso de instrumentos para “adoração”, danças e bebidas. Relata a crueldade de alguns grupos, por conta dos métodos, utilizados na captura do inimigo, como por exemplo: Os Guiana, que faziam expedições constantes e pegavam muitos inimigos enquanto esses colhiam lenha pela floresta, seriam esse índios Guiana cheio de ódio e desmembravam seus inimigos ainda vivos, diferente dos outros índios, que matavam antes seus inimigos para poder proceder no ritual antropofágico. Essa é a descrição de um rico e relato dado por Hans Staden ainda no século XVI, nos primeiros anos de vida do recém-descoberto território que viria a ser o Brasil na América. Passou por vários locais, mas também falou como poucos dos seus apresadores: Os Tupinambá. E é com eles que pretendo desenvolver minha redação, com maior enfoque na descrição oferecida por Staden de seus hábitos e costumes como detalha: sua moradia, formas de fazer fogo, como caçam, aparência, modo como trabalham a terra para plantio, a colheita dos alimentos, como cozinham seus alimentos, qual forma de governo obedecem, bem como seu entendimento de direito e ordem, produção de panelas de barro, nomes dados a cada um, enfeites, produção de bebidas para “cerimônias”, relação matrimonial, horárias, suas crenças, equipamentos de guerra, o motivo pelo qual devoram seus inimigos e quais preparativos devem seguir para matar o inimigo. Enfim esses são os tópicos mais relevantes no segundo livro, explicados passo a passo pelo autor, que narra com conhecimento de causa, pois viveu entre os Tupinambá durante alguns meses e pode observar seu comportamento, além de participar de algumas incursões em sua companhia e narra tais fatos sempre mostrando a benevolência do seu Deus em poupar sua vida frente as adversidades e frente à morte certa pelas mãos dos Tupinambá.

## **Conclusão**

O trabalho está em andamento e estou incorporando novas fontes ao trabalho. Mas até então pude analisar duas formas de narrativa distintas e muito ricas. O presente trabalho apresentou um paralelo entre crônicas com maior ou menor ênfase no século XVI. Sua análise e configuração para melhor entendimento dos fatos e posterior interpretação também foram levados em conta, feito esse paralelo pretendeu-se avaliar pontos de vista, interesses e perspectivas contidos em cada obra, antes de tomar um posicionamento na confecção desse texto. Como trabalhei com crônicas como fontes primárias de dois séculos distintos, respectivamente XVI e XVIII, se fez necessária uma longa

exposição de ambas as obras. A descrição no diário de Hans Staden mostra de forma mais elaborada a configuração do modo de vida nativa para melhor entendimento dos fatos e posterior interpretação do modo de ocupação territorial, além das relações que se estabeleceram com o contato entre nativos e europeus. O narrador "viveu" entre os indígenas, teve por tanto uma possibilidade maior de avaliá-los de perto, dando um caráter mais pessoal ao seu texto, pois fala com propriedade de vários temas da sociedade Tupinambá, com a qual conviveu. O ritual antropofágico tem maior destaque, visto que isso estruturava questões inerentes a conflitos e posição social, é importante lembrar que cada um exercia uma função no ritual antropofágico, como descrito na fonte, isso ajuda a ver a posição daquele que era devorado dentro da sociedade Tupinambá, pois o mesmo era incorporado a essa sociedade quando capturado e depois era desincorporada, se assim podemos falar, para novamente ser um inimigo. A partir disso se avalia que os indígenas não devoravam/matavam simplesmente para se alimentar, mas por questões de vingança contra seus inimigos e isso acabou estruturando a sociedade Tupinambá em algum grau, partindo disso Staden nos dá um bom ponto de análise estrutural não só da sociedade com a qual conviveu mais de perto, mas de todas as outras com as quais ficou perto, sempre de modo muito pessoal.

Com o diário do demarcador José de Saldanha pude trabalhar a localização dos grupos humanos por ele encontrados na região sul do que hoje é parte do atual território brasileiro e, assim como, no primeiro diário ter uma visão mais aprofundada dos indígenas e de como foram os relatos e impressões provenientes dessa demarcação. A narração dele é mais ligada a um olhar etnográfico sobre os indígenas, podemos dizer de caráter até mais científico, tendo em vista que ele cita Carolus Linnaeus e fez uso de sua classificação para descrever Patagoens – Pampas – Tapes – Minuanos – Guaranis, enquadrando-os no que chamou-se de categoria Monstruoso. E ele se afasta claramente de seus "objetos" de descrição encontrados no caminho, no que tange a sua relação com os indígenas, ou seja, o oposto do que fez Hans Staden. Concluo, lembrando que em muitos casos é mais fácil reconhecer o mundo que cerca o cronista ou conhecer o próprio cronista do que aquilo do que fala. Sendo assim o trabalho de pesquisa com essas fontes trabalho aqui utilizadas requerem um detalhamento maior em relação ao seu trato e um detalhamento dos métodos de pesquisa empregados para a obtenção dos resultados.

### **Bibliografia**

SALDANHA, José de. **Diário Resumido do Dr. José de Saldanha**. 2014. Disponível em:

<<http://lhs.unb.br/biblioatlas>>. Acesso em: 03/09/2014

SALDANHA, José de. **Diário Resumido, e Histórico Ou Relação Geográfica Das Marchas e Observações Autônomicas, Com Algumas Notas Sobre a História Natural Do País**. In: Anais Da Biblioteca Nacional Do Rio de Janeiro, vol. LI (Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde - Serviço Gráfico, 1938).

STADEN, Hans, **Duas Viagens Ao Brasil**, 1ª ed. (L&PM, 2008).

## REPUBLICANISMO NA REGIÃO DA CAMPANHA E NÚCLEO MISSIONEIRO: UM PERFIL PROSOPOGRÁFICO DOS ELEITORES DO TERCEIRO CÍRCULO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL (DÉCADA DE 1880)

*Tassiana Maria Parcianello Saccol<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este estudo propõe uma reflexão acerca da difusão das ideias republicanas no terceiro círculo eleitoral da província do Rio Grande do Sul na década de 1880. Tal distrito eleitoral era formado por municípios da região da campanha e do núcleo missioneiro e constituía a base política de Joaquim Francisco de Assis Brasil, tendo-o eleito ao cargo de deputado provincial por duas vezes consecutivas (1884,1886). Nosso objetivo é traçar um perfil socioeconômico dos eleitores republicanos do terceiro círculo e desvendar características comuns que levaram os mesmos a aderirem ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Para tal, utilizamo-nos do método prosopográfico, tendo investigado as seguintes informações: dados educacionais, ocupação dos agentes e níveis de riqueza dos mesmos. Cremos que a existência de características sociais comuns e de experiências compartilhadas pelos membros do grupo eram fatores que facilitavam sua mobilização conjunta, numa década em que o PRR ainda era um partido minoritário na província.

**Palavras-chave:** Partido Republicano Rio-Grandense – Eleitores – Terceiro Círculo Eleitoral – Prosopografia – Propaganda Republicana

Após intensa campanha nas páginas do jornal *A Federação* e de uma disputa acirrada nos pleitos eleitorais, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) pôde, no ano de 1884, comemorar a vitória do jovem Joaquim F. de Assis Brasil nas eleições provinciais. A conquista de uma vaga na Assembleia Provincial vinha coroar os esforços da agremiação, há poucos anos fundada e ainda deficiente em termos numéricos. Dois anos depois, mais uma vez Assis Brasil conquistou a vitória nas urnas, o que demonstra que o discurso político do PRR e de seu candidato vinham ganhando a simpatia do eleitorado.<sup>2</sup>

Assis Brasil era membro de uma importante família de estancieiros de São Gabriel, município que integra a região da campanha, cuja base econômica era essencialmente pecuarista. A cidade-natal de Assis Brasil, juntamente com mais onze municípios (parte deles da região da campanha e outra parte do núcleo missioneiro), compunham, à época, o terceiro círculo eleitoral da província do Rio Grande do Sul, espaço político pelo qual o jovem republicano conseguira se eleger.

O presente estudo propõe uma reflexão acerca da difusão das ideias republicanas e da legitimidade social alcançada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) na região fronteira do Rio Grande do Sul, ao longo da década de 1880. Sendo assim, nossa análise centrar-se-á no grupo de eleitores republicanos do terceiro círculo eleitoral, que formavam a base política de Assis Brasil no interior da província. Mais especificamente, nosso objetivo é o de traçar um perfil socioeconômico deste eleitorado – partindo do método prosopográfico - a fim de saber quem eram os indivíduos que se sentiam atraídos pelo discurso republicano naquela região.

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2010). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013). Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: tassianasaccol@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Em minha dissertação de mestrado, analiso detalhadamente as circunstâncias que levaram a eleição de Assis Brasil à deputação provincial, destacando, inclusive, o quanto o apoio dos conservadores foi decisivo para a sua vitória nas urnas. Para mais informações, ver SACCOL (2013).

O estudo de Eloísa Capovilla Ramos, embora analise as relações entre o PRR e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul, nos traz alguns indícios da força do movimento republicano em nossa região de estudo. A autora assinala uma significativa adesão por parte dos municípios da fronteira e da campanha rio-grandense ao movimento republicano, já nos primeiros anos da década de 1880. Conforme Ramos, a maioria dos primeiros clubes e núcleos republicanos instalados na Província entre 1881 e 1883, eram daquela região, bem como sua mobilização em torno das disputas eleitorais era bastante intensa, tendo o PRR conseguido eleger vários vereadores às câmaras locais, na última década monarquista.<sup>3</sup>

Além disso, vários indivíduos que formavam a elite intelectual e ocupavam os quadros de liderança dentro do PRR eram daquela região, o que facilitava a mobilização política ali iniciada. Assim, se São Gabriel era o município de origem de Assis Brasil e dos irmãos João e Fernando Abbott, Santo Ângelo contava com a importante liderança de Venâncio Ayres. No município de São Borja, obtiveram destaque os republicanos Francisco Miranda e Aparício Mariense da Silva, mas também os irmãos Homero e Álvaro Baptista, enquanto que Alegrete era o núcleo de Demétrio Ribeiro, Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro e João de Barros Cassal.<sup>4</sup>

Tais indivíduos, que tomaram a dianteira na formação do PRR, também disputavam as eleições, bem como ocupavam espaços importantes nos diretórios dos clubes republicanos locais.<sup>5</sup> Ou seja, estas lideranças interagem, em seus municípios, com os demais adeptos da causa republicana – em muitos casos convencendo-os a essa adesão – com bastante frequência. De fato, a liderança do movimento sabia o quão importante era manter/aumentar o número de adesões ao PRR e, o quanto esse contato com os correligionários locais e, de forma mais abrangente, com seus núcleos eleitorais, era essencial para as disputas políticas.

Tomando como pressuposto o fato de que era um número reduzido de indivíduos que ocupava este espaço de liderança dentro dos clubes republicanos e que alcançaram uma projeção regional dentro dos quadros do PRR, ocupando, muitos deles, a própria comissão executiva do partido, resta-nos responder qual era o perfil do conjunto de indivíduos que, para além das lideranças, esse tipo de agremiação atraía, bem como as possíveis motivações que levavam a esta adesão.

As principais pesquisas que tratam do movimento republicano na província do RS destacaram majoritariamente a atuação dos líderes republicanos de maior notabilidade, conferindo pouca ou quase

---

<sup>3</sup> A respeito das agremiações republicanas, Ramos destaca que, entre os anos de 1882 e 1883 já existiam clubes nos municípios de São Borja, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Itaqui, Uruguaiana, Alegrete, Rosário do Sul, São Gabriel, Livramento, Bagé e Jaguarão. No que diz respeito às eleições, a mesma autora enfatiza que, “a maioria das adesões ao PRR, logo após a sua fundação, em 1882, aconteceu na região da campanha e em quase todos os municípios daquela região eles conseguiram eleger um vereador, sendo que, em Alegrete, assumiram dois”. (RAMOS, 1990, p. 109-110).

<sup>4</sup> SPALDING (1952).

<sup>5</sup> Tal foi verificado a partir de uma leitura dos Livros de Atas dos Clubes Republicanos de São Borja, São Gabriel e Alegrete. De fato, os indivíduos de maior prestígio em suas localidades e aqueles que portavam diplomas de curso superior (os “doutores”, conforme registro dos próprios Livros) costumavam ser os mais votados para exercerem cargos no diretório dos clubes.

nenhuma atenção àqueles que tinham atuação mais restrita às suas comunidades locais, embora estes também tivessem papel importante no interior do partido. Os principais trabalhos que tomaram as lideranças do PRR como objeto acabaram por construir um modelo que identificava tais agentes como indivíduos altamente educados e, provenientes, em sua grande maioria, de uma classe média urbana, que não tinha vínculos com os estancieiros da região da campanha e tampouco com as elites mais tradicionais da província.<sup>6</sup>

Por outro lado, e contemporaneamente a estas ideias, Joseph Love aponta para uma origem agrária dos principais líderes do PRR, afirmando que muitos dos republicanos provinham de ricas famílias de estancieiros, citando os casos de Pinheiro Machado, Assis Brasil, Borges de Medeiros e de Júlio de Castilhos.<sup>7</sup> Luiz Alberto Grijó, referindo-se aos bacharéis formados em Direito em São Paulo durante o século XIX, aponta que a origem social destes estava ligada a regiões de criação de animais e de atividades comerciais ou administrativas.<sup>8</sup> Jonas Vargas, analisando a elite política sul-riograndense da segunda metade do século XIX, aponta que deve-se evitar a criação de modelos rígidos para compreender o comportamento político-partidário das elites sul-riograndenses. Segundo este autor “Havia negociantes, charqueadores e estancieiros com posições políticas conservadoras, liberais e posteriormente republicanas em todas as regiões da Província onde estas atividades econômicas eram realizadas”.<sup>9</sup> Conclui que, na prática, as famílias, que constituíam o principal núcleo político no Brasil do século XIX, se dividiam entre os partidos Liberal e Conservador, aderindo, mais tarde, também ao PRR, quando de sua fundação.

Em minha dissertação de mestrado, tomei a trajetória de Assis Brasil como objeto principal, e analisei sua origem social, paralelamente a das demais lideranças do PRR, apontando que, a grande maioria destes líderes tinha vinculação bastante estreita – dada através da própria origem familiar – com as elites estancieiras da região da campanha, famílias estas que participavam da política em seus diversos níveis (local, provincial e mesmo nacional) através de gerações, especialmente através do Partido Conservador. Naquela oportunidade, concluí que muitas das principais lideranças do PRR não estavam socialmente desvinculadas dos municípios que compunham o terceiro círculo eleitoral, mas pelo contrário, eram lideranças originárias daquela região, e, mesmo que sua formação superior, ocorrida nas academias imperiais, os levassem a desenvolver suas atividades profissionais nos centros urbanos, não perderam o contato com suas regiões de origem, mantendo sempre a sua base social e política de apoio, no que os demais membros da família tinham atuação importante.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> Veja-se, por exemplo, os trabalhos de FRANCO (1967); FRANCO (1993); PINTO (1979); TRINDADE (1979); e BARETTA (1985). Ainda que estas pesquisas apresentem algumas diferenças acerca do perfil dos líderes republicanos, todas elas, de alguma forma, contribuíram para que o modelo explicativo apresentado se perpetuasse ao longo dos anos.

<sup>7</sup> LOVE (1975). A versão original, publicada na língua inglesa, é do ano de 1970.

<sup>8</sup> GRIJÓ (2005).

<sup>9</sup> VARGAS (2010, p. 93).

<sup>10</sup> SACCOL (2013).

Portanto, a relação entre as lideranças do PRR a nível regional e os municípios que compunham o terceiro círculo eleitoral da província é evidente e, certamente, favoreceu a mobilização em torno das ideias republicanas, bem como a criação de um elevado número de clubes naquela região na década de 1880. Do mesmo modo, ajuda a justificar as várias vitórias eleitorais ali obtidas, se comparadas aos demais círculos eleitorais da província. Levando em conta que não existem pesquisas que tenham tratado do perfil socioeconômico do eleitorado republicano, as próximas páginas buscam suprir esta lacuna na historiografia sobre o tema, trazendo como protagonistas aqueles que, mesmo sem alcançar projeção regional, tinham grande importância dentro do partido, sendo os mesmos os responsáveis pelas vitórias do PRR na região.

### **Definindo o Grupo *Eleitores***

Conforme já mencionamos, a presente análise objetiva propor um perfil socioeconômico dos indivíduos que, entre os anos de 1881 e 1889, participaram das reuniões dos clubes republicanos no 3º círculo eleitoral ou apoiaram localmente estes núcleos de propaganda. A partir disso, será possível vislumbrar o perfil do eleitorado republicano na fronteira, tanto na região da campanha como na missioneira, ou seja, dos homens que trabalharam para eleger Assis Brasil ao parlamento provincial e que formavam a sua base social e política local e regional. A esse grupo, a partir de agora, chamaremos *Grupo Eleitores*. Muitos deles eram líderes políticos nos distritos rurais em que residiam e era em nome deles e de seus interesses que Assis Brasil atuou nos anos em que ocupou uma vaga no Parlamento.<sup>11</sup>

Para uma melhor delimitação de nossa região de estudo, é importante ressaltar que o terceiro círculo eleitoral da província do RS, na década de 1880, era composto por doze municípios, quais sejam: Uruguaiana, Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul, São Gabriel, São Vicente, Itaqui, São Francisco de Assis, São Borja, Santiago do Boqueirão, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo. Logo, este núcleo eleitoral incluía a maioria dos municípios da região da campanha, mas não a sua totalidade (municípios tais como Bagé, Livramento e Dom Pedrito, ficaram pertencendo ao quarto círculo eleitoral), ao passo que outros, situados mais ao norte da Província, pertencentes à chamada região missioneira (São Borja, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo), foram incorporados ao terceiro círculo.<sup>12</sup>

Para realização de nosso estudo foram analisados os livros de atas das reuniões dos clubes republicanos de Alegrete, São Borja e São Gabriel, e uma listagem dos republicanos de Uruguaiana.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> Em minha dissertação de mestrado, a partir da leitura dos discursos parlamentares, procurei demonstrar que o então deputado Assis Brasil, defendia os interesses dos criadores da região, buscando benefícios diversos e pleiteando melhorias para a atividade pecuarista (SACCOL, 2013).

<sup>12</sup> Para mais informações sobre a divisão político-administrativa da província ao longo do século XIX, ver: NOLL; TRINDADE (2004).

<sup>13</sup> Livro de Atas do Clube Republicano de São Gabriel. Acervo do Museu João Pedro Nunes (São Gabriel); Livro de Atas do Clube Republicano de Alegrete (1882-1889). Fundo Diversos - República. Maço 01. Nº 04. (AHRs); Livro de Atas do Clube Republicano de São Borja (IHGRGS). A Listagem dos republicanos de Uruguaiana foi



Tal seleção foi realizada de maneira involuntária, haja vista que estes quatro municípios foram os únicos para os quais encontramos este tipo de documentação. Todavia, e felizmente, essas quatro localidades constituíam-se nos principais municípios do círculo eleitoral – eram os maiores em números de população, bem como os mais representativos política e economicamente.

A partir dessa pesquisa inicial foi possível organizar listagens com os nomes dos indivíduos que apoiavam o PRR em suas localidades. Dessa maneira, estabelecemos nossa população primária, que corresponde um total de 399 indivíduos: esta reúne 71 indivíduos de Alegrete, 86 de São Gabriel, 126 de São Borja e 117 de Uruguaiana. O tratamento quantitativo dado ao referido material inspirou-se em diferentes autores. Além das recomendações teórico-metodológicas sobre o uso da prosopografia para a análise das elites<sup>14</sup>, nos baseamos em trabalhos que utilizaram o método para tratar de elites políticas em diferentes níveis de atuação.<sup>15</sup> Para a análise da riqueza e das estruturas agrárias do grupo, a leitura de outras pesquisas foi fundamental, assim como os métodos empregados por estes autores.<sup>16</sup>

Tendo estabelecido a referida população primária, - o que foi feito tomando por base as listas de frequentadores das reuniões dos clubes republicanos - nosso próximo passo foi cruzar os nomes destes indivíduos com outras fontes documentais que poderiam nos dar informações acerca de suas profissões, idade, escolaridade, entre outras. Entre as principais fontes pesquisadas estão as listas de qualificação de Votantes e da Guarda Nacional para os respectivos municípios. Essa etapa juntou-se à outra, na qual foi realizada uma profunda pesquisa bibliográfica em dicionários biográficos e histórias municipais. Na última etapa da pesquisa, buscamos localizar os inventários *post-mortem* dos mesmos republicanos do grupo ou de suas cônjuges (pois nesta ocasião eram avaliados os bens do casal), com a finalidade de obter uma estimativa aproximada de sua riqueza e padrões de vida.<sup>17</sup>

### **Grupo *Eleitores*: Análise dos Dados Coletados**

No que se refere aos resultados obtidos a partir do cruzamento de dados, o primeiro aspecto a ser desenvolvido trata da ocupação profissional e/ou das atividades econômicas em que os republicanos do círculo estavam envolvidos. É importante ressaltar que esse tipo de informação é bastante difícil de ser encontrada. Autores que pesquisaram elites políticas de maior notabilidade nunca conseguem obter 100% das informações. Para os deputados provinciais da Bahia, por exemplo,

---

publicada por SOARES (1942).

<sup>14</sup> HEINZ (2006); CHARLE (2006); STONE (2011).

<sup>15</sup> CARVALHO (2003); MARTINS (2007); VARGAS (2010); VISCARDI (2000).

<sup>16</sup> FARINATTI (2007); GARCIA (2005); ORTIZ (2006); VARGAS (2012).

<sup>17</sup> Maiores detalhes sobre a metodologia aplicada ao grupo de eleitores, bem como informações acerca dos indivíduos citados ao longo do texto e das fontes investigadas para a o cruzamento de informações podem ser vistos em SACCOL (2013).

Katia Mattoso obteve pouco mais da metade desses indicadores.<sup>18</sup> São Gabriel foi o município em que obtivemos o maior sucesso, visto que foram localizadas as ocupações/profissões para 50% do grupo. Alegrete foi o segundo colocado, com 46,5%; seguido de Uruguaiana, com 39%; e São Borja, com 31%. No geral, localizamos essas informações para 40% dos 399 republicanos dos quatro municípios somados. Tendo em vista a pouca proeminência social dos indivíduos que formavam o grupo – lembremos que eles atuavam apenas localmente, no interior da Província – acreditamos ser esse um bom índice para realizar uma análise do perfil socioeconômico dos mesmos.

Algumas questões se destacam inicialmente na Tabela 1. Optamos por dividir as ocupações/profissões em três subgrupos distintos, utilizando como referência a divisão estabelecida por José Murilo de Carvalho.<sup>19</sup> A adoção desse critério corresponde a uma opção expositiva, que busca evitar reunir num mesmo grupo indivíduos que recebiam do governo vencimentos fixos e que estavam sujeitos aos desmandos dos seus superiores (*burocracia*), indivíduos que extraíam suas rendas das atividades ligadas à terra (em geral, com o trabalho de escravos) e/ou ao comércio de mercadorias (*economia*) e, de pessoas que eram “profissionais” no exercício de suas funções, atuando geralmente na cidade e apresentando certas especificidades técnicas, que necessitavam de certo saber especializado (*profissões*).

Exercer múltiplas atividades era uma das características das elites brasileiras no século XIX.<sup>20</sup> Daí que o critério para separar os indivíduos nos subgrupos *economia* e *profissão* foi o mesmo realizado por outros pesquisadores.<sup>21</sup> Sempre que o indivíduo possuía um diploma de curso superior (Direito, Medicina e Engenharia), o mesmo foi classificado entre os “profissionais”. No geral, eram esses os que poderiam acumular funções, atuando no jornalismo, lecionando em cursos superiores ou em atividades ligadas ao subgrupo *economia*. É provável que os profissionais de menor prestígio social (carpinteiros, professores, farmacêuticos, artistas, boleiros etc.) reservavam-se a exercer somente as suas atividades. No entanto, como demonstrou Jonas Vargas<sup>22</sup>, entre os advogados era comum que muitos também fossem grandes proprietários. O próprio Assis Brasil, que era advogado, declarou-se fazendeiro diante dos seus eleitores, embora não cuidasse dos negócios da família. Ele declarou-se enquanto tal certamente por ser filho, cunhado e irmão de fazendeiros.

Prosseguindo na análise dos dados, é importante ressaltar que, de acordo com Carvalho, o subgrupo *burocracia* estaria menos propenso a se envolver com o movimento republicano, pois seus integrantes eram empregados do governo monárquico e podiam sofrer represálias ou até exoneração por conta deste envolvimento. A exceção, segundo esse autor, estaria entre os militares, que, de fato,

---

<sup>18</sup> MATTOSO (1992).

<sup>19</sup> CARVALHO (2003).

<sup>20</sup> MARTINS (2007).

<sup>21</sup> CARVALHO (2003); VARGAS (2010).

<sup>22</sup> VARGAS (2010).

tiveram importante papel na propaganda republicana e na difusão do positivismo. Os militares teriam funcionado como uma contra-elite dentro do sistema político imperial, se opondo aos bacharéis.<sup>23</sup>

**Tabela 1 – Profissões e atividades econômicas dos membros dos clubes republicanos por município**

Atividade econômica/ Profissional	Municípios				Total
	Alegrete	São Gabriel	São Borja	Uruguaiana	
Magistrados	1	1	-	-	2
Empregados públicos	-	2	-	1	3
Militares	-	15	6	1	22
Padres	1	-	1	-	1 <sup>24</sup>
<b>Total Burocracia</b>	<b>2</b>	<b>18</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>28</b>
Professor	-	1	-	-	1
Estudante	-	-	-	2	2
Advogados	4	5	2	4	15
Jornalistas	-	-	-	1	1
Médicos	-	2	1	-	3
Engenheiros	1	1	-	-	2
Farmacêuticos	1	-	1	1	3
Rábula	-	-	2	1	3
Carpinteiro	-	-	1	-	1
Boleiro	1	-	-	-	1
Cirurgião	-	-	1	-	1
Padeiro	-	-	-	1	1
Artista	-	1	2	-	3
<b>Total Profissões</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>37</b>
Fazendeiros/criadores	18	11	12	18	59
Comerciantes	3	3	2	4	12
Agência	-	-	3	12	15
Proprietário	3	1	5	1	10
<b>Total Economia</b>	<b>24</b>	<b>15</b>	<b>22</b>	<b>35</b>	<b>96</b>
Não localizados	38	43	87	70	238
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>86</b>	<b>126</b>	<b>117</b>	<b>399</b>

*Fonte:* A construção da tabela tomou como base as informações de fontes como inventários *post-mortem* (APERS), listas de qualificação de votantes (AHRS) e listas de qualificação da Guarda Nacional (AHRS).

A Tabela 1 demonstra que no 3º círculo a presença dos militares entre os republicanos foi bastante significativa. Em termos quantitativos, esse grupo só perdeu em importância para os

<sup>23</sup> CARVALHO (2003).

<sup>24</sup> Trata-se do mesmo padre que esteve presente em sessões nos clubes de Alegrete e São Borja. Portanto, na soma total contabilizamos somente um indivíduo.

fazendeiros/criadores. No entanto, é importante fazer uma ressalva: é possível que entre os militares indicados na Tabela 1 estejam alguns estudantes da Escola Militar do Rio de Janeiro ou de Porto Alegre, pois não nos foi possível identificar com precisão estas informações. Caso fossem estudantes, isto os retiraria do grupo *burocracia*. Ainda assim, como São Gabriel possuía muitas companhias e batalhões do Exército, é provável que vários dos militares presentes na Tabela estivessem prestando serviços naquele município. Em resumo, é possível afirmar que mais de 1/3 do grupo republicano gabrielense era formado por militares. Entre esses, havia desde veteranos da Guerra do Paraguai, como Acácio de Faria Corrêa, até soldados rasos humildes, como Alípio Menezes, que faleceu na pobreza.

Podemos dizer, de início, que o republicanismo em São Gabriel, mais do que em qualquer outra localidade aqui analisada, tinha um importante espaço dentro dos quartéis. Não foi por coincidência que a família Assis Brasil atraiu dois desses oficiais propagandistas do grupo gabrielense para se casarem com suas irmãs: o Tenente Juvêncio Zubaran e o Capitão Miguel de Oliveira Paes. Esse último estudou na Escola Militar da Corte, importante centro positivista e republicano, e devia ser um importante interlocutor entre a família e a mocidade republicana<sup>25</sup>, ajudando a explicar o sucesso dos escritos de Assis Brasil entre os militares.<sup>26</sup>

O subgrupo dos *profissionais* formava 23% do total dos republicanos com informações. Tratava-se do grupo mais diversificado da nossa amostra. Os advogados somados aos 2 estudantes de Direito formavam quase a metade do grupo. Os médicos (3) e os engenheiros (2) somavam-se aos republicanos com formação superior. Aliás, de todos os republicanos aqui analisados, pelo menos 25 deles, ou seja, 15,5%, possuíam formação educacional de nível considerado superior.<sup>27</sup> Esse número devia ser maior, visto que não foi possível identificar os militares que estudaram nas academias do Império. Esse índice é totalmente aceitável, visto que estamos analisando membros de clubes políticos e eleitores em regiões agrárias e com organização de caráter local e não a elite republicana da Província (potencialmente elegível a altos cargos).

Os demais profissionais formavam uma pequena minoria e exerciam atividades de menor prestígio. Os rábulas (advogados provisionados e sem diplomas), sempre presentes nos foros do século XIX, comumente se destacavam entre as elites políticas locais.<sup>28</sup> Também exerciam atividades mais intelectualizadas um professor público e um jornalista. Além desses, temos três artistas (um deles era um ourives), um farmacêutico, um carpinteiro, um boleeiro, um padeiro e um cirurgião. Notamos que eram todas profissões exercidas nas cidades. Alguns deles compunham os setores mais pobres entre os republicanos.

---

<sup>25</sup> CASTRO (1995).

<sup>26</sup> Lembre-se que seu livro *A República Federal* era leitura obrigatória entre os membros de um clube republicano secreto, formado pelos alunos da Academia, conforme aponta Castro (1995, p. 81).

<sup>27</sup> Desses 25, também havia dois doutores em Uruguai cuja profissão não foi identificada, um padre e dois militares diplomados na Escola do Rio.

<sup>28</sup> VARGAS (2010).

De longe, a principal atividade exercida pelos republicanos em todos os municípios era a de fazendeiros/criadores de gado – os militares só perdiam para eles. Eles compunham 61,4% do subgrupo *economia* e 36,6% de todos os republicanos para os quais encontramos informações. É muito provável que o número de criadores fosse ainda maior, visto que não localizamos a atividade de uma boa parte do grupo, como já dissemos.<sup>29</sup> Além daqueles que se autodeclararam “proprietários”, qualificamos também neste grupo aqueles que possuíam muitas terras e nenhum rebanho, podendo arrendá-las, e aqueles que tinham como único patrimônio muitas casas na cidade. Os proprietários somavam 10 republicanos. Vivendo na cidade também havia 12 comerciantes, que formavam um grupo importante, visto que as lojas e vendas eram um ponto de grande circulação de pessoas e certamente serviam para o contato e disseminação de ideias.

O núcleo dos “agências” completava o subgrupo *economia*. Ser um “agência” no século XIX significava que o indivíduo “vivia de suas agências”, ou seja, não possuía uma única ocupação que o definisse, como criador ou negociante. A agência geralmente era mais pobre que aqueles. Podia realizar transações com gado e animais diversos, realizar pequenos negócios, possuir uma roça, vender sua força de trabalho eventualmente ou executar outras tarefas. Dos 12 republicanos que o Conselho de Qualificação de Uruguaiiana classificou como “agência”, conseguimos localizar o inventário de somente um deles. Luciano Gomes faleceu em 1893 e possuía dois terrenos na cidade, cedidos pela Câmara Municipal, uma chácara e uns terrenos numa sesmaria.<sup>30</sup> É provável que Gomes residisse na chácara e buscasse negociar alguma produção da mesma. Como não tinha animais, devia arrendar parte dos outros terrenos. Seu patrimônio está entre os menores de todo o grupo.

O significativo número de “agências” em Uruguaiiana está relacionado, é preciso ressaltar, ao tipo de fonte que utilizamos para analisar este município. O município foi o único para o qual localizamos listas de qualificação para a Guarda Nacional na década de 1880. Levando em conta que a Guarda qualificava a maior parte dos homens livres maiores de 21 anos, foi possível chegar até esses indivíduos pouco conhecidos e de menores posses. Se tivéssemos encontrado listas da Guarda para os outros municípios, provavelmente iriam aparecer outros “agências”, pois é muito difícil obter informações sobre estes sujeitos mais pobres em fontes como inventários *post-mortem*, dicionários biográficos, entre outros. Tendo em vista o tipo de atividades do mencionado Luciano Gomes, classificamos outros três indivíduos de São Borja como “agências” por apresentarem um patrimônio bastante semelhante ao dele.

Tendo observado o perfil sócio-ocupacional dos republicanos do 3º círculo, agora analisaremos melhor a hierarquia socioeconômica no interior do grupo. Seria o eleitorado republicano economicamente mais pobre se comparado ao monarquista? Os dados expostos a seguir começam a sugerir que isso servia para algumas regiões, mas talvez não para outras, e, mais do que isto, que

<sup>29</sup> Lembramos que esses municípios tinham como principal atividade a criação de gado e que pequenos criadores tendiam a não dar início a processos de inventários.

<sup>30</sup> Inventário de Luciano Gomes. Estante 78, Maço 21, Número 406, Ano 1893. Uruguaiiana. Cartório de Órfãos e Ausentes (APERS).

dentro dos próprios clubes havia muita diferença entre as fortunas. A fim de testar essa hipótese, partimos da listagem dos 399 indivíduos dos clubes republicanos dos quatro municípios analisados e buscamos localizar os seus inventários *post-mortem* no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Essa pesquisa resultou numa amostra de 75 inventários, ou seja, poucos menos de 20% do grupo. De acordo com o que ressaltaram os autores trabalhados, estamos cientes de que os inventários *post-mortem* sobrerrepresentam a população analisada, pois negligenciam a camada mais pobre da sociedade, cujos bens praticamente não são passíveis de serem inventariados.<sup>31</sup> No entanto, como não estamos tratando de um grupo cuja presença de homens livres pobres tenha grande destaque, essa análise é válida.

**Tabela 2 – Propriedades urbanas e bens rurais nos inventários *post-mortem* analisados por município**

	Municípios				Total
	Alegrete	São Gabriel	São Borja	Uruguaiana	
Inventários com reses de criar	24	7	13	6	50
Inventários com imóveis rurais	26	9	17	6	58
Inventários com imóveis urbanos	11	5	11	6	33
<b>Total de inventários</b>	28	13	24	10	75

Fonte: Inventários *post-mortem* (APERS).

A pesquisa com os inventários *post-mortem* reforça aspectos verificados anteriormente e aponta outros para serem investigados. A partir da Tabela 2 é possível perceber que 58 dos inventariados (77.3%) possuíam imóveis rurais em seus municípios. Foram classificados como imóveis rurais as propriedades que apareciam como estâncias, fazendas, estabelecimentos rurais, partes de campos ou sesmarias. Dos 75 inventariados, 50 possuíam rebanhos de gado *vacum* (66,6%). Ainda é importante mencionar que menos da metade dos inventariados possuía casa na cidade. Essa informação evidencia o forte caráter rural do grupo aqui analisado.

O caráter rural desse grupo é reforçado mais ainda quando agregamos os dados da Tabela 2, inter-relacionando os mesmos. A partir disso verificamos que, dos 33 proprietários de imóveis urbanos, somente 11 não possuíam também imóveis rurais. Desse modo, somente 14,6% de todos os inventariados eram, sem dúvida, moradores da cidade e ligados a sua vida urbana (para os padrões da época). Portanto, é possível concluir que o movimento republicano no 3º círculo, envolvendo a

<sup>31</sup> Além dos trabalhos já citados VARGAS (2010); e MARTINS (2007), o texto do historiador João Fragoso também problematiza a questão. Para mais informações, ver: FRAGOSO; PITZER (1988).

campanha e a região missioneira, possuía uma forte base social no meio rural. Dos 28 inventariados de Alegrete, por exemplo, somente 2 eram moradores na cidade e não possuíam imóveis rurais. Um deles era um comerciante e o outro um boleiro. Além disso, analisando os inventários percebemos que grande maioria dos proprietários criavam seus gados em suas próprias terras. Portanto, havia poucos indivíduos despossuídos de imóveis (somente 3) e poucos arrendatários, o que demonstra que, entre os criadores de gado, o grupo era formado por proprietários de terra, o que, sem dúvida, não os colocava entre os setores mais pobres daquela sociedade. Contudo, uma análise da composição dos seus rebanhos e dos montantes acumulados em vida pode trazer outras questões para a análise.

Conforme demonstra a Tabela 3, mais da metade dos criadores de gado do grupo podiam ser classificados como *pequenos criadores*, pois possuíam rebanhos menores do que 500 reses. De acordo com Farinatti e Garcia, essa era a faixa que separava pequenos de médios criadores em Alegrete nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX. Entretanto, isso não significa que todos eles pertencessem às camadas pobres da sociedade. Como demonstrou Garcia, boa parte desses pequenos criadores possuía escravos.<sup>32</sup> Além disso, conforme demonstrou Farinatti, a pequena criação de animais podia ser combinada com outras atividades econômicas e estar associada a uma economia familiar que envolvia outros membros da casa, empregados em outras ocupações acessórias e complementares.<sup>33</sup>

**Tabela 3 – Faixas de rebanho por município entre os republicanos inventariados**

Faixas de rebanho de gado vacum	Municípios				
	Alegrete	São Gabriel	São Borja	Uruguaiana	Total
A Mais de 2000 reses	2	-	-	1	3
B De 1001 a 2000 reses	5	1	4	-	10
C De 501 a 1000 reses	3	3	2	2	10
D De 201 a 500 reses	6	2	1	1	10
E De 101 a 200 reses	6	-	1	1	8
F Menos de 100 reses	2	1	5	1	9
<b>Total de inventários</b>	<b>24</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>50</b>

Fonte: Inventários *post-mortem* (APERS).

Ainda segundo Graciela Garcia, os rebanhos entre 500 e 1.000 reses de criar podiam ser considerados como intermediários e os proprietários com mais de 1.000 reses como grandes

<sup>32</sup> GARCIA (2005).

<sup>33</sup> FARINATTI (2007).

criadores.<sup>34</sup> Assim sendo, 13 republicanos ocupavam essa faixa superior, o que significa que pelo menos alguns dos membros da elite agrária da fronteira também compunham o eleitorado republicano. Os maiores criadores eram Joaquim Antônio da Silveira, com 2.800 reses de criar, e Candido Machado da Silveira, com 2.438 reses. Na vizinha Uruguaiana, Bernardino Sant'Anna possuía 2.088 cabeças de gado. É importante ressaltar que Alegrete reunia mais da metade desses ricos criadores de gado, ao passo que São Gabriel, onde os militares tinham maior destaque, quase não os possuía.

Conforme Farinatti<sup>35</sup>, a quantidade de rebanhos necessários para qualificar um criador como grande, médio e pequeno pode variar de região para região. Seriam os mais ricos criadores republicanos comparáveis aos mais ricos criadores monarquistas? No caso aqui analisado, temos como ensaiar uma comparação entre os rebanhos dos republicanos alegretenses com o dos monarquistas somente para Alegrete. Graciela Garcia levantou essas informações para todos os criadores de Alegrete na década de 1870. Como os patrimônios dos mesmos foram avaliados antes do surgimento do Clube Republicano de Alegrete, podemos considerar esses criadores como sendo todos de famílias monarquistas, fossem liberais ou fossem conservadores. Segundo a autora, a média dos rebanhos dos 8 maiores criadores de gado naquela década ficava em torno de 2.836 reses. Portanto, os rebanhos dos republicanos alegretenses equiparavam-se aos rebanhos dos estancieiros monarquistas.

É possível que para a região missioneira os padrões de tamanho de rebanhos fossem semelhantes, sendo o teto para se tornar um grande criador ainda menor. Conforme Thiago Araújo<sup>36</sup>, em Cruz Alta somente um criador possuía mais de 1.000 reses de criar. Ele era o Barão de Ibicuí, inventariado também na década de 1870 e possuidor de um plantel de mais de 40 escravos. Em São Borja, temos quatro republicanos com rebanhos superiores a 1.000 reses. É plausível que São Borja, na década de 1880, possuísse uma estrutura agrária semelhante a de Cruz Alta. Se isso for verdade, os estancieiros monarquistas teriam uma fortuna agrária semelhante ou até inferior aos quatro republicanos são-borjenses.

Associada à análise dos rebanhos construímos uma outra tabela (Tabela 4) onde destacamos a hierarquia das fortunas acumuladas pelos inventários. Nela, convertemos o valor do monte-mor de cada inventário para libras esterlinas. Esse procedimento é muito comum e recomendado por autores que analisaram as fortunas inventariadas no Brasil do século XIX, visto que o mil-réis era uma moeda bastante instável, e a moeda inglesa assegura uma comparação entre valores de diferentes épocas. Como aqui estamos reunindo patrimônios avaliados na década de 1870 até outros da década de 1890, optamos por realizar tal conversão.<sup>37</sup>

**Tabela 4 – Faixas de fortunas por município dos republicanos com patrimônio inventariados**

Faixas de fortuna	Município
-------------------	-----------

<sup>34</sup> GARCIA (2005, p. 46-47).

<sup>35</sup> FARINATTI (2007).

<sup>36</sup> ARAÚJO (2008).

<sup>37</sup> Os autores aqui citados são FARINATTI (2007); GARCIA (2005); e VARGAS (2012).



	(em libras esterlinas)					Total
		Alegrete	São Gabriel	São Borja	Uruguaiana	
A	Acima de 10 mil	-	-	-	1	1
B	De 5 a 10 mil	2	-	1	1	4
C	De 3 a 5 mil	5	1	1	-	7
D	De 1 a 3 mil	12	5	3	4	24
E	De 500 a 1 mil	-	2	2	2	6
F	De 100 a 500	7	1	10	1	19
G	Menos de 100	1	1	7	1	10

*Fonte: Inventários post-mortem (APERS).*

Analisando a Tabela 4 é bastante perceptível a diferença entre pelo menos dois municípios. Ao passo que os republicanos de Alegrete pertenciam, na sua maior parte, aos setores intermediários e mais ricos, os de São Borja ocupavam as faixas mais pobres da amostra. O fato de São Borja ocupar a posição econômica mais subalterna entre os municípios aqui analisados pode ajudar a explicar porque Aparício Mariense da Silva e Francisco Miranda tornaram-se os líderes mais proeminentes do republicanismo naquela localidade. Ao contrário de São Gabriel e Alegrete, onde os seus principais líderes eram advogados, médicos ou engenheiros, ou seja, indivíduos com formação superior, em São Borja, Miranda e Mariense não apresentavam este perfil. Ambos não haviam estudado nas academias imperiais e não tinham este recurso para se impor perante os demais membros do seu clube. No entanto, tendo em vista o baixo nível de renda dos republicanos são-borjenses e o fato de que eles também estavam entre os de menor nível de educação dos quatro municípios, é possível concluir que as exigências para tornar-se líder do Clube Republicano em São Borja eram menores do que nos demais clubes.

Se em termos de comparação de rebanhos os republicanos alegretenses não perdiam em nada para os monarquistas (e talvez os de São Borja também não), na comparação das fortunas acumuladas eles sofrem uma significativa desvantagem. Elencando as 8 maiores fortunas da década de 1870 em Alegrete, Graciela Garcia verificou que as mesmas ficavam entre 10 mil e 45 mil libras esterlinas. Na nossa amostra, nenhum republicano alegretense atingiu esse nível de riqueza. Somente o estancieiro Bernardino Sant'Anna, membro do Clube Republicano de Uruguaiana e dono de terras no Uruguai, ingressou nessa faixa, ultrapassando as 11 mil libras. Analisando a composição das fortunas trabalhadas por Graciela Garcia, percebemos que o fator que favoreceu essa grande diferença entre monarquistas e republicanos foi a participação das propriedades rurais no patrimônio dos primeiros. Entre os 8 mais ricos estancieiros estudados por Garcia, algo em torno de 70% e 80% dos seus bens eram compostos por terras. Portanto, é possível mencionar que alguns dos eleitores republicanos eram

grandes criadores de gado, mas não possuíam terras na mesma qualidade e quantidade que os mais ricos de Alegrete, o que tornava suas fortunas inferiores. É bem verdade que os dados de Garcia foram levantados na década de 1870. Uma afirmação mais segura deveria comparar os rebanhos e as fortunas dos republicanos com as dos monarquistas na década de 1880. Visto a derradeira crise das charqueadas escravistas que marcou essa década e a gradual emancipação e abolição da escravidão, é possível que as fortunas dos monarquistas fossem menores na década de 1880, ficando mais à altura do alcance dos criadores republicanos.

Para finalizar essa parte analisaremos a condição dos mais ricos republicanos. Dos 16 republicanos mais ricos da amostra total (com fortunas superiores a 2.500 libras esterlinas) temos 15 criadores de gado, sendo que um deles também era rábula, e um farmacêutico. Esses 16 republicanos mais ricos, que constituem 21,3% dos inventários analisados, concentravam 71% da riqueza total do grupo. Portanto, havia uma nítida hierarquia socioeconômica entre os membros dos clubes aqui analisados. Seria possível considerar que o poder econômico se confundia com o poder político? Cremos que sim. Entre os 16 mais ricos estão membros das famílias proeminentes de todos os clubes. Em São Borja, por exemplo, temos Aparício Mariense e Felisberto Baptista da Costa, que era pai dos doutores Homero e Álvaro Baptista.<sup>38</sup> Secretário da Câmara de Vereadores de São Borja desde a década de 1860, Felisberto era uma importante liderança local e certamente foi responsável por encaminhar os filhos na vida política.

Em Alegrete, por exemplo, temos Sebastião Nunes de Miranda e Joaquim Antônio da Silveira.<sup>39</sup> O primeiro pertencia a uma família onde o republicano mais importante foi o engenheiro Demétrio Nunes Ribeiro, presidente do Clube de Alegrete. O segundo foi figura presente em diversas reuniões do Partido e era respeitado em toda a Província. E em São Gabriel, João de Assis Brasil estava presente no grupo dos mais ricos.<sup>40</sup> Analisando os demais afortunados do grupo dos 16 mais ricos, temos também membros de outras famílias de destaque, como os Jobim (de São Gabriel), os Alves Pahim e Machado da Silveira (em Alegrete), e os Dornelles (em São Borja). Na faixa D, com fortunas intermediárias, também é possível verificar três parentes de Assis Brasil, sendo dois militares (Juvêncio Zubaran e Miguel de Oliveira Paes) e um fazendeiro (Antônio Martins da Cruz Jobim).<sup>41</sup> Portanto, é possível concluir que riqueza, prestígio social e liderança política local, nos quadros do Partido Republicano da região da campanha e missioneira, possuíam uma forte relação.

---

<sup>38</sup> Inventário de Henriqueta de Sá Baptista. Estante 95, Maço 5, Número 222, Ano 1901. São Borja. Cartório do Cível (APERS).

<sup>39</sup> Inventário de Lélia Nunes Nogueira. Estante 65, Maço 42, número 565, Ano 1887. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes (APERS). Inventário de Joaquim Antônio da Silveira. Estante 11, Maço 4, Número 133, Ano 1891. Cartório de Cível e Crime (APERS).

<sup>40</sup> Inventário de João de Assis Brasil. Estante 107, Maço 26, Número 441, Ano 1890. São Gabriel. Cartório de Órfãos e Ausentes (APERS).

<sup>41</sup> Inventário de Jacintha Jobim Zubaran. Estante 107, Maço 24, Número 417, Ano 1888. São Gabriel. Cartório de Órfãos e Ausentes (APERS).

\*\*\*\*\*

Em síntese, o movimento republicano nas regiões missioneira e da campanha tinha forte base social rural. Os criadores de gado do grupo estavam entre os maiores criadores da região. No entanto, em Alegrete, os seus patrimônios agrários não eram rivais para os grandes latifundiários monarquistas inventariados na década de 1870. A partir do caso de Alegrete não se pode afirmar que os republicanos eram os maiores proprietários de terra da localidade (apesar de terem grandes rebanhos vacuns), mas sim, que, mesmo ocupando uma faixa secundária de afortunados, eles estavam entre os proprietários mais ricos. Não cremos que essas diferenças de fortuna fossem motivo para que os mesmos aderissem ao PRR. Talvez o fossem para aqueles que vinham tendo seu patrimônio diminuído ao longo dos anos e sendo prejudicados pela crise da pecuária. Os são-borjenses, por exemplo, podiam ter uma motivação mais econômica, visto a sua posição de inferioridade. Por outro lado, cremos que a falta de representantes no parlamento e a situação de abandono político vivenciada pelas comunidades locais eram fatores que favoreciam a crítica ao regime e, conseqüentemente, a adesão ao PRR.<sup>42</sup>

O grupo aqui analisado era profundamente hierarquizado, reunindo na sua camada superior famílias com uma riqueza muito acima da média da população local. No entanto, a maior parte dos donos de rebanhos eram pequenos criadores e junto deles um outro grupo era formado por figuras de pouca notabilidade socioeconômica, como os agências, os pequenos comerciantes e os profissionais de modestas posses que atuavam na cidade, como o boleeiro José Alves de Macedo, o carpinteiro João Carbunk e o padeiro Antônio Cidade.

Ocupando um setor de riqueza intermediário, temos os médios criadores, e, provavelmente, boa parte dos profissionais de maior prestígio (como os advogados, médicos e engenheiros) e os militares. Era nesses dois últimos estratos, que tinham íntimos laços de parentesco com os grandes criadores, que o republicanismo fluía das cidades para o meio rural. Era desse grupo que emergiam boa parte das lideranças – dentre elas Joaquim Francisco de Assis Brasil -, que intermediavam o contato dos clubes do interior e a capital da província. Em sua maioria, esses líderes se nutriam do poder econômico de suas famílias, que financiavam sua formação escolar, para ocupar os cargos de maior prestígio político. Eles formavam a elite intelectual da propaganda no Rio Grande do Sul, pois se tornaram os mais conhecidos e proeminentes membros do PRR, regendo os editoriais de *A Federação*, formulando e debatendo as ideias que eram defendidas pelo Partido, liderando as reuniões nas convenções do PRR, negociando o apoio eleitoral dos fazendeiros nas mais diversas localidades e sendo escolhidos como candidatos às eleições em que o Partido concorria. Mas se estes personagens eram essenciais para o PRR, os demais – que, também formavam o Grupo *Eleitores* aqui analisado - não eram desprovidos de importância política, uma vez que, era de seus votos que o partido se alimentava a cada eleição.

---

<sup>42</sup> Análise mais profundamente as possíveis motivações da adesão ao PRR na região estudada em trabalho já referido anteriormente. Para mais informações, ver SACCOL (2013).

## Referências

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade**: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

BARETTA, Sílvio Rogério Duncán. **Political violence and regime change**: a study of the 1893 civil war in southern Brazil. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial / **Teatro das Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio. (Org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 41-53.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

FRAGOSO, João; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres pobres e escravos – notas sobre uma fonte múltipla. Os inventários post-mortem. **Revista Arrabaldes**, Petrópolis, a. I, n. 2, p. 37, set./dez. 1988.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A guerra civil de 1893**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

\_\_\_\_\_. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Globo, 1967.

GARCIA, Graciela. **O domínio da terra**: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

HEINZ, Flávio Madureira. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 07-15.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975. A versão original, publicada na língua inglesa, é do ano de 1970.

MARTINS, Maria Fernanda. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOSO, Kátia. **Bahia**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héglio. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823-2002)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes: a lei de terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade – 1850-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – UPF, Passo Fundo, 2006;

PINTO, Celi Regina Jardim. **Contribuição ao estudo do Partido Republicano Rio-Grandense**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 1979.

RAMOS, Eloísa H. Capovilla. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul (1882-1895)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 1990.

SACCOL, Tassiana. **Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2013.

SOARES, Manoel Adolpho. **Uruguaiana: um século de história (1843-1943)**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1942.

SPALDING, Walter. Propaganda e propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul. **Revista do Museu Júlio de Castilhos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 57-136, jan. 1952.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: UFPR, p. 115-137, n. 39, 2011.

TRINDADE, Héliogio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 119-191;

VARGAS, Jonas Moreira. De charque, couros e escravos: a concentração de riqueza, terras e mão-de-obra em Pelotas (1850-1890). **Saeculum - Revista de História** (UFPB), v. 26. João Pessoa, jan/jun. 2012, p. 79-92.

\_\_\_\_\_. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: UFSM/Anpuh-RS, 2010;

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico**. Porto Alegre: FEE, 2000 (Comunicação - Primeiras Jornadas de História Regional Comparada - FEE).

### Fontes Consultadas

Livro de Atas do Clube Republicano de São Gabriel. Acervo do Museu João Pedro Nunes (São Gabriel);

Livro de Atas do Clube Republicano de Alegrete (1882-1889). Fundo Diversos - República. Maço 01. Nº 04. (AHRS);

Livro de Atas do Clube Republicano de São Borja (IHGRGS);

Listas de Qualificação da Guarda Nacional – Fundo: Guarda Nacional - Conselhos de Qualificação e Revisão. Municípios de São Gabriel, Alegrete, São Borja e Uruguaiana (1860-1890) (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul)

Listas de Qualificação de Eleitores – Fundo Eleições - Conselhos de Qualificação e Revisão. Municípios de São Gabriel, Alegrete, São Borja e Uruguaiana (1860-1890) (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul)

Inventários *post-mortem*: Municípios de São Gabriel, Alegrete, São Borja e Uruguaiana; Período: 1870-1900. (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul).

## O NACIONALISMO BRASILEIRO EM UMA ÁREA DE IMIGRAÇÃO DURANTE O ESTADO NOVO: SÃO LEOPOLDO E AS AÇÕES DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES

*Rodrigo Luis dos Santos<sup>1</sup>*

**Resumo:** Em 1937, no mesmo período em que no Brasil passa a vigorar o regime autoritário instaurado pelo Estado Novo, no município de São Leopoldo, berço da colonização e imigração alemã no Brasil, é nomeado como secretário de governo da Prefeitura Municipal o advogado Carlos de Souza Moraes. Além do exercício de funções jurídicas e políticas, Carlos de Souza Moraes é um dos fundadores e dirigentes do Núcleo Rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, cuja fundação no Rio Grande do Sul ocorreu em 1936. Os membros desta entidade mantêm e adaptam algumas ideias nacionalistas do político e pensador social fluminense Alberto Torres (1865 – 1917), que ganharam novo fôlego no começo da década de 1930. O objetivo aqui é apresentar aspectos que vinculam as ideias nacionalistas desta entidade com as práticas nacionalizantes aplicadas em São Leopoldo e região, vista como área ainda não completamente brasilianizada, durante o período estadonovista (1937 – 1945).

**Palavras-Chave:** Nacionalismo – Sociedade Amigos de Alberto Torres – São Leopoldo – Estado Novo

### Notas Introdutórias

Existe na historiografia acerca do período do Estado Novo no Brasil (1937-1945), uma quantidade de obras que traça um panorama bastante interessante deste período<sup>2</sup>. Essas obras permitem perceber que, entre as ações governamentais de nacionalização e os grupos étnicos atingidos por estas medidas, há uma série de mecanismos, estratégias, concepções ideológicas e perspectivas inseridas contextualmente. Não faremos aqui uma exposição ampliada desses pormenores. Mas queremos lançar luzes sobre um aspecto que, de uma forma geral, não é analisado no tocante ao processo de nacionalização no Rio Grande do Sul. Iremos aqui fazer algumas apreciações acerca da inserção e da atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (conhecida também pela sigla SAAT), através de seu núcleo sul-rio-grandense, neste processo sociopolítico.

Antes de emprendermos uma verificação da participação do núcleo sul-rio-grandense na Campanha de Nacionalização em nível estadual, se faz importante trazer elementos da trajetória nacional desta sociedade. A estruturação e a plataforma ideológica da Sociedade dos Amigos de

---

<sup>1</sup> Mestrando em História – Bolsista FAPERGS/CAPES, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

<sup>2</sup>Entre estas obras, podemos citar: ABREU, Luciano Aronne de. *O Rio Grande Estadonovista: Interventores e Interventorias*. São Leopoldo, 2005. Tese [Doutorado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História, 2005; GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005; NEUMANN, Rosane Marcia. “*Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor*”. As colônias germânicas e a campanha de Nacionalização. São Leopoldo, 2003. Dissertação [Mestrado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História, 2003; PETRY, Andrea Helena. *É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, é o Brasil do Brasileiro: Campanha de Nacionalização efetivada no Estado Novo*. São Leopoldo, 2003. Dissertação [Mestrado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História, 2003.

Alberto Torres nos ajudarão a compreender como se deu esta aproximação junto às autoridades estaduais e de alguns municípios do Rio Grande do Sul. Por questão de honestidade para com os eventuais leitores, cabe aqui ressaltar que a análise ora empreendida ainda se encontra em um estágio inicial, necessitando ainda de pesquisas mais aprofundadas. Podemos dizer que aqui tentaremos abrir espaço para essa temática, assim dando uma contribuição para a história política e da imigração.

Fundada no Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1932 (cerca de um mês antes, em 7 de outubro, era fundada a Ação Integralista Brasileira – AIB – por Plínio Salgado), entre seus fundadores e primeiros associados, encontramos nomes como Juarez Távora, Barbosa Lima Sobrinho, Humberto de Campos, Edgar Roquette-Pinto, Oliveira Viana, Rafael Xavier, Raul de Paula, Heloísa Torres (filha de Alberto Torres), Roberto Marinho, Félix Pacheco, entre outros. Ao analisarmos o perfil dos membros desta sociedade, percebemos que, notadamente, ela é marcada pela forte presença de intelectuais. Além deste grupo, também há a participação de empresários do ramo jornalístico, como Roberto Marinho, vinculado às Organizações Globo, e Félix Pacheco, proprietário do *Jornal do Comércio*. Este jornal seria, inclusive, o grande meio de divulgação das ideias e das ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Não podemos também deixar de notar a presença e a vinculação com lideranças políticas. Um de seus fundadores é Juarez Távora (presidente da SAAT em 1936), que exerceu cargos políticos durante o Governo Vargas. Além disso, políticos como Miguel Couto e Antônio Xavier de Oliveira (também presidente desta sociedade), deputados pela Assembleia Constituinte de 1934, foram porta-vozes de ideias pregadas pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Ideologicamente, os membros desta entidade se baseiam nas ideias nacionalistas do político e pensador social fluminense Alberto Torres (1865 – 1917), que tiveram espaço no meio sociopolítico brasileiro entre o final do século XIX e início do século XX, ganhando novo fôlego no começo da década de 1930. Convém aqui destacar que, em muitos casos, as ideias de Alberto Torres passam por um processo de apropriação e ressignificação por parte da entidade. Iremos esclarecer melhor este aspecto posteriormente. Todavia, a estruturação do ideário e da plataforma de atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres tem como eixo condutor percepções e orientações advindas de seu patrono. Entre os pontos principais que podemos elencar, aqui destacamos: 1) Políticas agrícolas e preocupações com a natureza; 2) Educação, sobretudo de caráter ruralista e 3) preocupação com a questão imigratória no Brasil.

Com o objetivo de melhor analisar o objeto de estudo que aqui propomos, iremos dedicar-nos mais aos dois últimos pontos, educação e imigração, pois são os dois aspectos mais visíveis quando nos dedicamos a apreciar as formas como as ideias da SAAT se fizeram presentes em São Leopoldo. Antes, porém, ainda teceremos algumas considerações acerca dessa problemática em nível nacional.

O processo educacional, dentro das perspectivas elaboradas pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, deveria ser de cunho nacionalista, com ênfase em imbricar as relações do cidadão com



a terra. Neste sentido, terra ganha um valor não apenas simbólico, mas se torna objeto de ação por parte da SAAT, quando modula suas diretrizes educacionais para uma educação de caráter rural. Se levarmos em conta que o momento de maior atuação da entidade, em nível nacional, se dá entre 1932 e 1940, período em que ainda não se desenvolve com maior peso a política industrialista, é no mínimo coerente a proposta educacional apresentada. Silvia Campos de Pinho, ao analisar a documentação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres<sup>3</sup>, acentua esta preocupação, alicerçada por sua vez no ruralismo presente nas concepções do próprio Alberto Torres. Dar ao cidadão o conhecimento da terra, de respeito à natureza, de valorização das técnicas e práticas agrícolas, pela busca de uma vida saudável, que correspondesse às necessidades da nação, eram os elementos norteadores do ideário educacional da SAAT.

Entre as ações práticas impetradas, podemos citar a fundação dos *Clubes Agrícolas* e a realização das *Semanas Rurais*<sup>4</sup>. Além disso, ações em acordo com os governos estaduais, como no caso da Bahia, e com alguns ministérios do Governo Vargas, como os ministério da Agricultura e da Educação, mostram que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres possuía uma capacidade de organização e um poder relacional com diferentes esferas políticas, buscando se envolver e agir dentro da estrutura governamental vigente.

### **A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul e em São Leopoldo**

A partir de 1938, quando é deflagrada a Campanha de Nacionalização, tendo como principal instrumento o ensino escolar, os integrantes do núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres buscam agir de forma mais incisiva neste espaço. Na verdade, essa tentativa ocorre desde 1937, quando ocorre a renúncia do então governador Flores da Cunha e assume o governo o general Manoel de Cerqueira Daltro Filho. Sendo assim, partiremos agora para uma análise da atuação local da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Por questões metodológicas, nosso foco de análise será o município de São Leopoldo<sup>5</sup>, entre 1937 e 1945. Uma visão geral da política educacional da SAAT foi exposta anteriormente. Agora iremos desenvolver uma análise mais verticalizada, relacionando-a com o processo de nacionalização de imigrantes e descendentes, não exposta ainda neste trabalho.

---

<sup>3</sup> Segundo Silvia Campos de Pinho, grande parte da documentação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres foi perdida em um incêndio, ocorrido na sede do Jornal do Comércio, situada no Rio de Janeiro, onde também estavam localizadas as salas que serviam de sede para a entidade. A documentação existente, utilizada por Sonia Campos de Pinho em sua Dissertação de Mestrado, se encontra em fundos documentais de acervos pessoais, como os arquivados no Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Para maiores informações, queira ver: PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Belo Horizonte, 2007. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

<sup>5</sup> Neste período, o município de São Leopoldo era composto pela sede (que forma o município atual) e vários distritos, que hoje constituem municípios do chamado Vale do Rio dos Sinos, como Sapiranga, Campo Bom, Esteio, Sapucaia do Sul, Estância velha, Ivoti, Dois Irmãos, entre outros.

Em 1937, no mesmo período em que no Brasil passa a vigorar o regime autoritário instaurado pelo Estado Novo, no município de São Leopoldo, berço da colonização e imigração alemã no Brasil<sup>6</sup>, é nomeado como secretário de governo da Prefeitura Municipal o advogado Carlos de Souza Moraes. Além

do exercício de funções jurídicas e políticas, Carlos de Souza Moraes<sup>7</sup> é um dos fundadores e dirigentes do núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, cuja fundação ocorreu em 1936. Afora Carlos de Souza Moraes, que ocupa a presidência do núcleo, podemos citar, entre seus integrantes, Camila Furtado Alves, delegada de Ensino da Secretaria Estadual de Educação, que exercera esta função também na região de São Leopoldo, ocupando a vice-presidência, e Othelo Rosa, primeiro secretário de Educação do Rio Grande do Sul (entre 1935 e 1937), que recebeu o título de presidente de honra do núcleo.

A nomeação de Carlos de Souza Moraes para uma função importante dentro da estrutura governamental de um município como São Leopoldo não deve ser entendida como aleatória. Alguns aspectos devem ser levados em consideração. Entre eles, o fato de que São Leopoldo ainda era vista por muitos como um município onde ainda existiam fortes raízes germânicas. Os mesmos argumentos que recaiam sobre o município vizinho, Novo Hamburgo, distrito de São Leopoldo até 1927. Em Novo Hamburgo, por exemplo, temos até 1937, quando da proibição dos partidos políticos, uma forte presença do Partido Nazista e um núcleo atuante dos integralistas (estes liderados pelo médico Wolfram Metzler). Em São Leopoldo, o núcleo integralista está sediado principalmente no distrito de Campo Bom, onde também há a influência de Wolfram Metzler. Em Novo Hamburgo, o então prefeito, Ângelo Provenzano, é destituído do cargo, sendo nomeado para o cargo de prefeito Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro. Amigo pessoal de Getúlio Vargas, uma de suas tarefas, além de reorganizar as finanças do município, era de implementar ações de nacionalização, que desse uma conformação brasileira à Novo Hamburgo, vista ainda como “muito alemã”. No caso de São Leopoldo, o prefeito, coronel Theodomiro Porto da Fonseca, é mantido no cargo (que ocupa desde 1928). Mas São Leopoldo também necessita, ao julgamento das autoridades, de medidas nacionalizantes, visto que existem regiões dentro do município onde aspectos da cultura alemã, como

---

<sup>6</sup> Título concedido através da Lei Federal nº. 12.394, sancionada em 4 de março de 2011, pela presidenta Dilma Rousseff.

<sup>7</sup> A documentação utilizada na escrita deste trabalho faz parte do acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, doado por seus familiares ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Esta documentação se encontra em fase de catalogação. Por conta disso, ainda não foram conferidas referências específicas aos documentos existentes. Neste trabalho, iremos utilizar as referências provisórias dadas ao material: Coleção Carlos de Souza Moraes. Pasta 115. Materiais sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – MHVSL.

a própria língua, por exemplo, são mais preponderantes que a cultura brasileira e a língua portuguesa. Diante deste cenário, Theodomiro Porto da Fonseca convida Carlos de Souza Moraes para assumir o cargo de secretário da prefeitura leopoldense, ainda em 1937. Além do exercício deste cargo, Carlos de Souza Moraes é encarregado de outras funções: assume a direção do jornal *Correio de São Leopoldo* (entre 1938 e 1943) e é nomeado diretor da Instrução Pública do município (entre 1939 e 1943).

Em um primeiro momento, a nomeação de Carlos de Souza Moraes pode parecer resultado apenas da amizade que possui com Theodomiro Porto da Fonseca. Mas ao lançarmos luzes sobre alguns aspectos de sua trajetória, veremos que sua nomeação também está relacionada com suas ideias. E estas ideias também são desfraldadas pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Sobretudo no que tange a visão sobre a imigração no Brasil.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres se colocava em uma posição de contrariedade ao processo de imigração no país. Suas críticas eram direcionadas, sobretudo, aos imigrantes árabes e japoneses, assim como a qualquer tentativa de permitir que estes grupos fossem instalados no Brasil. Ao longo da década de 1930, a SAAT utilizou de várias formas para intensificar a campanha contra a imigração. A utilização de publicações em jornais, como o *Jornal do Comércio* e em jornais do grupo Globo, palestras, conferências, além de discursos incisivos na Assembleia Constituinte, onde se destacavam Xavier de Oliveira e Miguel Couto. Outra forma de difusão da campanha anti-imigração foi a publicação de livros sobre o tema. E neste quesito temos presente a atuação de Carlos de Souza Moraes.

Em 1937, Carlos de Souza Moraes lança a primeira edição da obra *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Este livro, cuja primeira edição fora custeada pelo próprio autor, vai ao encontro dos discursos pregados pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, sendo que esta obra é inclusive dedicada à mesma, assim como dedicação especial ao deputado Xavier de Oliveira. Em 1942, após o ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor, no Havaí (em dezembro de 1941), é lançada uma nova edição, desta vez pela Livraria do Globo. Nesta edição, que passou por um processo de ampliação, as críticas aos japoneses e ao *perigo nipônico* são veementes. Carlos de Souza Moraes enviou correspondências aos interventores federais dos estados do Amazonas e Pará, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Instituto Nacional de Imigração, solicitando informações sobre processos de colonização e de entrada de imigrantes japoneses no Brasil. As respostas concedidas foram utilizadas como argumentos que demonstravam o quanto poderia ser perigoso permitir a imigração deste grupo étnico.

Quando da publicação da segunda edição de seu livro, Carlos de Souza Moraes já ocupara cargos importantes na administração de São Leopoldo, além de ter contatos com diversas autoridades governamentais e membros da intelectualidade sul-rio-grandense. Em 1938, Carlos de Souza Moraes ingressa na Academia Rio-grandense de Letras, ocupando a cadeira número 03, que tem como patrono

Félix Xavier da Cunha. A obra de Moraes que lhe permitiu a indicação e ingresso na Academia foi justamente *A ofensiva japonesa no Brasil*. O parecer sobre o livro foi realizado por Radagasio Taborda, que emitiu parecer favorável para a inclusão de Carlos de Souza Moraes no grupo de membros. A posse na Academia se deu em novembro de 1938, sendo o discurso de ingresso em sua homenagem proferido por Deoclécio Paranhos Antunes, conhecido no meio literário como De Paranhos Antunes.

Mas em seu livro *A ofensiva japonesa no Brasil*, não são tecidas apenas críticas aos imigrantes japoneses. Também imigrantes alemães e descendentes são citados, como no exemplo que segue, além de críticas ao padrão da política imigratória realizada até então:

foi em razão dessa política imigratória que se desenvolveram e se fortaleceram certos grupos demogênicos em território nacional, permitindo o aparecimento de sociedades para cultivarem exclusivamente usos e costumes, língua e tradições de outras nacionalidades, como é um exemplo a veterana “Sociedade Orpheus”, fundada em 1858, na cidade de São Leopoldo, neste estado do Rio Grande do Sul.<sup>8</sup>

Deste modo, o pensamento de Carlos de Souza Moraes, alinhado com o ideário e com os planos de ação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, estava em sintonia com as necessidades *nacionalizadoras* do município de São Leopoldo. Mas o núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres tinha planos de uma política educacional nacionalizadora em nível estadual. Entre 1937 e 1938, Carlos de Souza Moraes encaminha correspondências endereçadas aos interventores federais Manoel de Cerqueira Daltro Filho e Osvaldo Cordeiro de Farias e ao secretário de Educação José Pereira Coelho de Souza, colocando o núcleo sul-rio-grandense da SAAT a disposição do governo estadual, pois a mesma poderia ser útil no empreendimento da Nacionalização por meio do viés educacional. Não foi possível, até o momento, verificar se foram estabelecidos acordos formais, mas tendo em vista que membros do núcleo ocuparam cargos importantes dentro da estrutura governamental do estado e de alguns municípios, ocorrera no mínimo uma colaboração por parte da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no tocante da nacionalização.

Cabe aqui uma ressalva quanto à visão que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres possuía sobre a imigração (e sua campanha contra a mesma) e a compreensão difundida por seu patrono. Segundo Sonia Campos de Pinho,

particularmente nessa questão das campanhas anti-imigração, fica patente como as ideias de Torres foram apropriadas. Afinal, nas obras de Torres, as críticas à imigração aparecem sempre como parte de sua defesa do trabalhador nacional, abandonado e condenado à degradação e à miséria pelos diversos governos, que preferiam os imigrantes. Dessa forma, embora essas passagens possam dar margem à especulações relacionadas à xenofobia, não acreditamos que por si só elas possam ser responsabilizadas por reações tão violentas e intolerantes como as que foram verificadas na década de 1930, e que diversas vezes utilizaram o nome de Alberto Torres como justificativa e legitimação. As campanhas anti-imigratórias promovidas pela SAAT eram explicitamente racistas, e o argumento racial era utilizado o tempo

---

<sup>8</sup> MORAES, 1942, p. 235.

todo. O que não era coerente com um autor que tantas vezes declarou não existirem raças superiores ou inferiores.<sup>9</sup>

A leitura da obra de Carlos de Souza Moraes, por exemplo, permite ver elementos referidos pela autora. É cabe aqui destacar que, no caso dos imigrantes e descendentes de alemães, desde o final do século XIX existem comentários acerca do *perigo alemão*. Além de discursos promovidos na Câmara dos Deputados, como o proferido por Barbosa Lima em 1902, alguns escritores chamaram a atenção para esta *ameaça*, como é o caso de Silvio Romero em *O elemento português no Brasil*, lançado em 1902 e *O aleanismo no sul do Brasil; seus perigos e meios de os conjurar*, publicado em 1906. Também é importante destacar que, no período do Estado Novo, a literatura também voltou a chamar a atenção para esse perigo. O grande destaque nesse sentido é o romance *Um rio imita o Reno*, do diplomata e escritor leopoldense Clodomir Vianna Moog. Escrito e publicado em 1939, o livro chamava a atenção para o preconceito e para o *germanismo* das áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Além deste panorama mais geral, *Um rio imita o Reno* oferece outros pontos que podem ser melhor analisados. Trabalho este que fica para outra oportunidade.

Neste sentido, a solução que se efetivou na década de 1930 foi usar de meios coercitivos e repressores para forçar uma integração destes grupos étnicos à sociedade brasileira. Dentre os meios coercitivos, o ensino escolar foi visto como um instrumento eficaz para permitir esta integração. E dentre os meios repressivos, o uso da força policial fora empreendida comumente. Este aspecto é tão forte que, por exemplo, temos a existência de pelo menos duas prisões onde imigrantes e descendentes foram encarcerados, sendo submetidos a trabalhos forçados: uma em Santa Rosa, na antiga Escola Agrícola, e outra em Charqueadas, a Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho.

Em 1936, quando da fundação do núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, fora realizada uma entrevista com Carlos de Souza Moraes, sobre o início das atividades do núcleo e os objetivos do mesmo. Nesta entrevista, publicada na edição do dia 27 de março de 1936 do jornal *Diário de Notícias*, Carlos de Souza Moraes deixa claro qual o fio condutor da atuação no núcleo sul-rio-grandense. No que tange o processo educacional, ele enfatiza que já não se pode permitir que as áreas de colonização fiquem isoladas, vivenciando aspectos culturais e sociais que não sejam condizentes com o Brasil, país que acolhera estes imigrantes e descendentes.

voltemos nossas vistas para o problema da nacionalização do ensino. Constitue para todo o “torreano” um grande pesadelo ver-se, na zona colonial do nosso Estado escolas perfeitamente aparelhadas e com apreciável frequência infantil, onde é ministrado o ensino primário e até mesmo complementar, em língua estrangeira. Essas crianças, não raro, crescem e ganham a maioria sem conhecerem mesmo o idioma da terra onde nasceram. O nosso idioma é tão ignorado nessas zonas que, muitas vezes, os filhos de colonos, ao atingirem a maioria, são chamados a servir nas colunas do Exército Nacional, sem ao menos poderem pronunciar nem uma palavra em português.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> PINHO, 2007, p. 181-182.

<sup>10</sup> Diário de Notícias, 27/03/1936, p. 03.

Ao tomar posse de suas funções na administração municipal de São Leopoldo, Carlos de Souza Moraes tem a oportunidade de colocar em prática algumas concepções da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. E neste sentido, tanto as medidas advindas da Campanha de Nacionalização quanto o ensino escolar baseado na educação rural são aplicadas.

Em 1938, ao assumir a direção do jornal *Correio de São Leopoldo*, além de divulgar as realizações do governo Theodomiro Porto da Fonseca, utiliza a publicação como uma forma de difusão nacionalizadora, divulgando também as ações estaduais e federais neste sentido. Quando da deflagração da Segunda Guerra Mundial e da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, se intensificaram as propagandas contra o nazi-fascismo, além da campanha contra possíveis *agentes infiltrados* entre a população de origem alemã. O tom áspero dos textos apontava para o acirramento da campanha, sobretudo a partir de 1942.

No tangente ao ensino escolar, encontramos aí algumas ações mais incisivas, que merecem considerações importantes. Estas podem ser aqui apontadas como possibilidades, cujo aprofundamento das pesquisas pode referendá-las de forma mais sólida. A primeira delas, podemos assim dizer, possui um caráter pedagógico junto aos imigrantes e descendentes, que é a utilização da memória de um imigrante de liderança destacada para despertar um nacionalismo brasileiro. Em 1941, a antiga Casa da Feitoria<sup>11</sup> foi comprada pela prefeitura de São Leopoldo. Após a reforma, foi transformada em escola municipal, com denominação de João Daniel Hillebrand. Em um período de nacionalização e de abasileiramento dos nomes de instituições e locais de origem alemã, pode soar estranho colocar o nome de uma liderança alemã em um educandário. Mas se analisarmos a trajetória de João Daniel Hillebrand, poderemos compreender as razões que fundamentam a escolha de seu nome para denominação da escola. O médico João Daniel Hillebrand (1800-1880), chegado ao Brasil em 1824, em pouco tempo passaria a exercer uma liderança dentro do núcleo imigrante. Também era bem visto pelas autoridades imperiais, mesmo cobrando muitas vezes melhores condições para os colonos. Quando rompera a guerra civil Farroupilha, em 1835, assumira uma postura favorável aos legalistas, contra os rebeldes farrapos. Por conta de seu empenho em favor do império, recebeu a patente de coronel da Guarda Nacional e a condecoração da Ordem de Cristo, a mais importante do império do Brasil. Nesse sentido, a figura de Hillebrand é exaltada como um imigrante que, ao assumir uma postura favorável ao império do Brasil, se identificou e agiu como um brasileiro. Ao dar seu nome ao educandário, as autoridades, de forma especial Carlos de Souza Moraes, assinalava que os imigrantes

<sup>11</sup> A Casa da Feitoria, também conhecida como Casa do Imigrante, hoje é propriedade do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Entre 1788 e 1824, era parte da Real Feitoria do Linho Cânhamo, responsável pelo fornecimento de matéria-prima utilizada na fabricação de cordas para o império português e, posteriormente, do Brasil. Em 1824, com a desativação da feitoria e a criação da Colônia Alemã de São Leopoldo, recebeu as primeiras famílias de imigrantes, antes de estes receberem seus lotes de terra. O projeto da reforma é do arquiteto Theodor Wiederspahn (1878-1952), que foi responsável também pelos prédios onde estão atualmente o Memorial do Rio Grande do Sul, o Museu de Artes do Rio Grande do Sul e a Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre, dentre outras obras nessa cidade e em outros do Rio Grande do Sul.

e descendentes de São Leopoldo deveriam se espelhar em Hillebrand, tornando-se brasileiros autênticos.

Além destas medidas mais pedagógicas, o processo de nacionalização do ensino também passava por ações mais drásticas. Entre elas a municipalização de escolas, tanto de caráter comunitário quanto confessional, sobretudo nas localidades mais coloniais. Muitas vezes essas ações ocorriam de forma arbitrária, sem um acordo prévio com os responsáveis por estas instituições. Um caso emblemático neste sentido ocorreu no mesmo ano de 1941. De um lado estava o governo leopoldense e de outro o pároco da Matriz de São Miguel de Dois Irmãos. No dia 2 de março de 1941, o Pe. José Maria Kroetz encaminha uma carta<sup>12</sup> ao prefeito Theodomiro Porto da Fonseca. Nesta carta, o presbítero reclama que a escola paroquial localizada em Picada São Paulo (atual município de Morro Reuter), pertencente à Paróquia de Dois Irmãos, fora tomada pela municipalidade, mesmo com o apoio da Igreja Católica à Campanha de Nacionalização. O padre inclusive adota um tom no mínimo irônico, pois diz que se o município pode se apropriar da escola sem autorização, ele também pode colocar uma placa no sítio pertencente ao prefeito, dizendo que agora passaria a ser propriedade da Paróquia de Dois Irmãos.

Não foi possível ainda verificar se o prefeito recebeu esta correspondência e se deu algum tipo de retorno. Porém, no verso deste documento se encontra a palavra *germanismo* (vista como um sinônimo de nazismo pelas autoridades). E estas correspondências passavam pela análise do secretário da prefeitura, no caso, Carlos de Souza Moraes. Uma interpretação possível é que, para algumas autoridades, se opor as ações governamentais era se colocar contra a nação brasileira, assumindo uma postura inimiga. No caso do Pe. Kroetz, fora enquadrado como adepto do nazismo. Também não se sabe o que ocorreu com o referido sacerdote. Mas cabe aqui assinalar outro ponto importante: mesmo com o acordo assinado entre a Igreja Católica do Rio Grande do Sul, através do arcebispo Dom João Becker, e o governo estadual, através do secretário Coelho de Souza, em 1940, ainda persistiram problemas referentes ao processo de nacionalização do ensino. E este aspecto merece ser vislumbrado, pois muitas pesquisas apontam para os atritos entre o governo estadual e o Sínodo Rio-grandense<sup>13</sup> (órgão dirigente da Igreja Evangélico-Luterana no estado), mas não muito sobre os atritos com a Igreja Católica após 1940.

Um último caso, que se relaciona mais estritamente com o perfil de educação ruralista da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, é a fundação do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo. Na mesma entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, em 1936, Carlos de Souza Moraes comenta sobre um perfil de educação rural da instrução pública:

---

<sup>12</sup> Documento pertencente ao acervo de Carlos de Souza Moraes – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

<sup>13</sup> Fundado em 1886, na cidade de São Sebastião do Caí, sob a liderança do pastor Wilhelm Rotermund, o Sínodo Rio-grandense possuía sua sede em São Leopoldo. Em 1949, ao se unir com outros sínodos, deu origem a Confederação Sinodal, que em 1968 se transformou na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, cuja sede ainda permanece em São Leopoldo.

subindo a escala das nossas cogitações, entraremos na esfera do ensino secundário. Nesse terreno a nossa tarefa será mais fácil. Entretanto, sabemos que muito se precisa fazer e não ficaremos no meio do caminho. Pleitearemos junto aos poderes competentes a criação de cátedras específicas de ensino rural-agrário. É preciso que deixemos de copiar do estrangeiro, de olhos fechados, aquilo que nós mesmos podemos fazer, sem os inconvenientes da importação, atendendo as próprias necessidades geograficas e climatericas do meio.<sup>14</sup>

Parte deste projeto se concretiza nos anos posteriores. Desde 1939, existem tratativas para a criação de uma escola agrícola em São Leopoldo. Escola essa que deveria fornecer uma educação mais segmentada aos meninos, visando à formação de cidadãos patriotas, preocupados com os rumos da nação brasileira, protetores da natureza e capazes de ajudar no desenvolvimento da agricultura nacional. Em 1944, é inaugurado o educandário, já na fase final do governo de Theodomiro Porto da Fonseca. Após dezesseis anos a frente do governo de São Leopoldo, renuncia ao mandato em novembro de 1944. Em seu lugar, por indicação do próprio Theodomiro Porto da Fonseca, assume Carlos de Souza Moraes. Este permanece até 1945. Assume novamente como prefeito em 1946, exercendo a função até 1947, quando é eleito vereador de São Leopoldo, cargo que ocupa até 1951.

### **Algumas Conclusões Parciais**

Conforme relatado nos comentários iniciais deste texto, essa pesquisa ainda se encontra em seu começo. Há a necessidade de aprofundamento, para podermos compreender melhor a extensão das ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul. Mesmo no que diz respeito ao município de São Leopoldo, ainda temos muito que fazer. Mas, com base nestes indícios, podemos vislumbrar que as tentativas de participação do núcleo sul-rio-grandense da SAAT no processo de Nacionalização foram contundentes. O caso de São Leopoldo, que aqui escolhemos também por uma questão de disponibilidade inicial de fontes, nos mostra que existe uma configuração mais intrincada, onde interesses distintos e diversos se perpassam, não ficando os processos de nacionalização atrelados apenas com a dicotomia governo/imigrantes e descendentes.

Sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, o mapeamento de seus integrantes, as redes que estes formaram, os contatos e as relações sociais e políticas que possuíam, os cargos que ocuparam, o quanto de alcance teve suas ideias e ações, tudo isso pode contribuir para expandir e complexificar os estudos do período do Estado Novo, não apenas em nosso estado, mas em nível de Brasil também. A história política brasileira e rio-grandense, assim como a história da imigração, podem receber impulsos profícuos, com a ampliação das pesquisas acerca da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e de outros grupos de conotação semelhante, que atuaram no país, sobretudo a partir da década de 1930.

---

<sup>14</sup> Diário de Notícias, 27/03/1936, p. 03



## Fontes

Coleção Carlos de Souza Moraes. Pasta 115. Materiais sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – MHVSL

## Referências

ABREU, Luciano Aronne de. *O Rio Grande Estadonovista: Interventores e Interventorias*. São Leopoldo, 2005. Tese [Doutorado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

ARENDT, Isabel Cristina. *Educação, Religião e Identidade Étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1991.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

NEUMANN, Rosane Marcia. “*Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor*”. As colônias germânicas e a campanha de Nacionalização. São Leopoldo, 2003. Dissertação [Mestrado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História, 2003.

PETRY, Andrea Helena. *É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, é o Brasil do Brasileiro: Campanha de Nacionalização efetivada no Estado Novo*. São Leopoldo, 2003. Dissertação [Mestrado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História, 2003.

PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Belo Horizonte, 2007. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Reações diante das imposições: as estratégias adotadas nas escolas luteranas durante o Estado Novo (o caso da Escola Fundação Evangélica de Hamburgo Velho)*. In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. *A História da Imigração e Sua(s) Escrita(s)* [ebook]. São Leopoldo: Oikos, 2012.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

## OS ARQUIVOS SOBRE A REPRESSÃO: O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS NO ACERVO PARTICULAR OMAR FERRI

*Paola Laux*<sup>1</sup>  
*Renata dos Santos de Mattos*<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende analisar a trajetória de Omar Ferri, enquanto advogado dos uruguaios, Lilián Celiberti e Universindo Díaz, sequestrados em Porto Alegre, no ano de 1978 pelas polícias políticas gaúcha e uruguaia. Além disso, busca-se mostrar, através dos detalhes organizacionais do acervo documental doado pelo próprio advogado ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e de suas fontes, a importância dos arquivos sobre a repressão na reconstituição da história e memória coletiva, na consolidação da democracia e dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Acervo Particular Omar Ferri – Arquivos sobre a Repressão – Sequestro dos Uruguaios – Ditaduras no Cone Sul

### A Doutrina de Segurança Nacional e o Plano Condor

O Plano Condor, o sequestro dos uruguaios Lilián Celiberti, seus dois filhos e Universindo Díaz e as Ditaduras civil-militares no Cone Sul podem ser compreendidas através do conceito-chave que embasou todas as ações terroristas por parte do Estado: a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Ao longo das décadas de 1960-70, um grupo significativo dos governos democráticos da América Latina sucumbiu por meio de golpes de Estado. Esses novos governos antidemocráticos se estabeleceram como ditaduras civil-militares, contando com o apoio efetivo de setores da elite, classe média e do governo estadunidense, sendo encabeçados pelas forças armadas de cada país. Além disso, enquadrando-se nas diretrizes dessa Doutrina de Segurança tentaram justificar toda e qualquer ação por eles empreendida.

A DSN criada nos Estados Unidos e “exportada” para a América Latina - principalmente após a Revolução Cubana -, contou com os setores dominantes de cada país, adaptando-as às suas especificidades e necessidades, mantendo seus preceitos essenciais. Sustentou ainda a bandeira do binômio segurança e desenvolvimento<sup>3</sup>, aos moldes da Guerra Fria. O desenvolvimento deveria acontecer nos padrões capitalistas e a segurança, para a vigência deste sistema, ocorrer em oposição à ideologia socialista/comunista. Ou seja, visava a proteção dos países pertencentes ao bloco do Oeste frente à ameaça Leste que crescia e manifestava-se cada vez mais no território americano. Joseph Comblin discorre sobre a doutrina e sua ideologia:

---

<sup>1</sup> Graduanda do 8<sup>a</sup> semestre do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul..

<sup>2</sup> Graduanda do 8<sup>a</sup> semestre do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> KOCH, Adolar. “Pra frente Brasil: Contextos”. IN: PADRÓS, Enrique S.; GUAZZELLI, César A. B. (Orgs.). *68: História e cinema*. Porto Alegre: EST, 2008. p. 108.

Ora, a guerra fria da Doutrina Truman forneceu uma chave para interpretar, daí por diante, tudo o que poderia acontecer no mundo. Cada vez que o *status quo* fosse questionado, em qualquer lugar do mundo, cada vez que surgisse um governo desfavorável aos Estados Unidos, ou suscetível de tornar-se desfavorável, seria necessário ver nisso o espectro da guerra fria: a presença do dedo de Moscou. Seria necessário, portanto, reagir dentro do contexto da guerra fria, como se se tratasse de uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos.<sup>4</sup>

De modo a atingir seus objetivos, constituíram-se Estados prontos para defenderem seus países do inimigo externo, bem como, dispostos a sustentarem uma guerra, também, contra o inimigo interno nos próprios territórios e para além das fronteiras geográficas.<sup>5</sup> A esse respeito Fernandes e Padrós defendem que:

Um dos principais elementos que conferiam eficiência à Doutrina de Segurança Nacional foi o conceito de *'inimigo interno'*. Na readaptação deste corpo doutrinário pelos teóricos militares brasileiros, isto não foi diferente. Entretanto, sua força residia na sua indefinição: este conceito foi flexibilizado constantemente ao longo dos vinte e um anos de ditadura para poder enquadrar a todos que, de uma maneira ou de outra, pudessem questionar, opor-se e, de alguma forma, levar à desestabilização do regime. Tornava-se, então, toda a população suspeita, podendo ser controlada, perseguida e eliminada, conforme a necessidade.<sup>6</sup>

Iniciou-se na América Latina, então, dentro de cada uma das fronteiras nacionais, uma *guerra total e permanente* em defesa da manutenção da dita segurança nacional, sendo a política utilizada para tal, a do “Terrorismo de Estado”. A eliminação de todo elemento e/ou indivíduo que contestasse de forma direta ou não a ordem vigorante, foi a ação mais eficaz para a sustentação desses governos. Efetivamente, a aplicação da política de Terrorismo de Estado implicou no completo controle dos governos sobre mecanismos de segurança e informações – ligados oficial ou clandestinamente a organismos administrativos e judiciais<sup>7</sup> – que realizaram suas tarefas pelo uso da violência. Esses agentes da repressão, por vezes, eram integrantes das Forças Armadas e das polícias regionais (Departamento de Ordem Política e Social / Destacamento de Operações de Informações do Centro de

---

<sup>4</sup> COMBLIN, Joseph. *A ideologia de Segurança nacional e o poder Militar na América*. Ed. Civilização Brasileira. 1978. p. 40.

<sup>5</sup> Nilton Borges diz que um governo que sustenta ‘guerras internas’ nestes parâmetros, “... *visa não somente a esclarecer os limites geográficos do Estado, mas trabalhar com as fronteiras ideológicas [...]. Ocupando posições estratégicas no interior do Estado, os militares estabelecem os limites e restringem a ação civil*” in: BORGES, Nilton. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.27

<sup>6</sup> FERNANDES, Ananda S.; PADRÓS, Enrique S. “Introdução – Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os ‘anos de chumbo’ no Rio Grande do Sul”. IN: Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964-1985: Conexão Repressiva e Operação Condor*. Porto Alegre: Corag, 2010. Vol.2. p. 34.

<sup>7</sup> SÃO PAULO, Arquidiocese de. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. 4ª Parte.

Operações de Defesa Interna) além de civis, estrangeiros ou não, que executavam essas tarefas durante o exercício de suas funções ou por conta de suas ideologias.

Dentro dessa lógica e inserida na Doutrina de Segurança Nacional, o Plano Condor pode ser considerado o maior expoente dessa colaboração entre os órgãos de inteligência da América. A partir de 1975, iniciada por Pinochet e Manuel Contreras<sup>8</sup>, o plano teve como principal objetivo combater a oposição exilada no Chile, Uruguai, Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil em toda e qualquer forma de dissidência, manifestação e denúncia contra as ditaduras sul-americanas.<sup>9</sup> Desse modo, as fronteiras interamericanas foram burladas facilmente, com o propósito de produzir todas as formas de agressão aos opositores dos regimes e, principalmente, militantes da esquerda armada.

### **O Caso do Sequestro dos Uruguaios em Porto Alegre**

A atuação política de Lilián Casariego Celiberti iniciou na Agrupação “Lista 3” da Associação de Estudantes de Magistério. Posteriormente, em 1968 passou a atuar na *Resistencia Obrero Estudiantil* (ROE), expressão de massa do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP).<sup>10</sup> Lilián foi detida no ano de 1972, após ser liberta rumou à Itália, onde viveu por quatro anos e desenvolveu atividades relacionadas à defesa dos Direitos Humanos. Já Universindo Rodríguez Díaz, desde muito jovem iniciou sua militância política na *Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas* (UTAA), base inicial do Movimiento de Libertación Nacional – Tupamaros, realizando ocupações e marchas, acompanhado de seu pai.<sup>11</sup> Universindo, ativo nas agremiações políticas estudantis, foi perseguido e ficou refugiado na Argentina.

Os caminhos se cruzaram mais tarde e os dois militantes políticos, um exilado na Itália e outro na Suécia, retornam à América do Sul com o objetivo de contatar e estruturar a resistência exilada uruguiaia. Esse encontro, localizado em Porto Alegre, tinha como finalidade reunir informações que sustentassem as denúncias sobre as ações do Estado que atentavam contra os direitos humanos.

A *Operación Zapato Roto* inserida no Plano Condor, realizada pela *Compañía de Contra Informaciones* do Exército uruguiaio, visava apreender militantes do PVP e, para tanto, atravessou a fronteira com o Brasil. Em novembro de 1978, juntamente com o DOPS-RS, Lilián, seus filhos e Universindo que moravam na Rua Botafogo, no bairro Menino Deus da capital gaúcha, foram sequestrados. Comandada por Pedro Seelig (delegado do DOPS) e Glauco Yanonne (torturador e

<sup>8</sup> Chefe da DINA (Dirección de Inteligencia Nacional).

<sup>9</sup> PADRÓS, Enrique Serra. “Elementos do terror de Estado implementado pelas ditaduras de Segurança Nacional”. IN: PADRÓS, Enrique S. (Org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG; Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006. pp. 49-81.

<sup>10</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 1, doc. 1.0235.6.01, Jornal Compañero 18/10/1978.

<sup>11</sup> REIS, Ramiro. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de Porto não muito Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós- Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. p. 66.

membro dos serviços de Inteligência do Exército uruguaio), a detenção dos militantes ocorreu e em seguida foram levados ao prédio do DOPS, onde sofreram torturas e interrogatório. Sobrevivente dessa ação, Universindo Díaz confirma através de suas memórias o *modus operandi* do aparato repressivo de ambos os países:

Me llevaron donde estaba Lilián con Camilo y Francesca. Nos saludamos. Nos deseamos suerte conscientes que los tormentos recién comenzaban. Me introdujeron en una pieza de torturas. Seelig y Yanonne dirigían los interrogatorios y las torturas. Ya desnudo me golpean con patadas, puños y cachiporras. Gritan, preguntan, insultan y amenazan. Están apurados, desesperados, enloquecidos.<sup>12</sup>

A defesa de Ferri começou com o contato feito pela inglesa Jan Rocha, colaboradora do grupo CLAMOR<sup>13</sup> ligado à Igreja Católica em São Paulo, avisando que Hugo Cores<sup>14</sup> teria buscado ajuda denunciando a existência de um casal sequestrado na capital gaúcha. Apesar da intensa luta travada por Omar Ferri, então advogado do casal, juntamente com políticos da oposição gaúcha contra o Estado, Lilián e Universindo foram condenados a cinco anos de prisão no Uruguai. A CPI instaurada para apurar os fatos do sequestro não foi eficiente na busca de culpados e o único condenado judicialmente, pelo Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, a seis meses de detenção foi Orandir Portassi Lucas, vulgo Didi Pedalada, que era escrivão do DOPS/RS e agente ao lado de Pedro Seelig. A dissertação de mestrado de Ramiro Reis aponta dados para a posterior reparação do Estado brasileiro aos uruguaios e conseqüentemente, reconhecimento da ação empreendida pela Polícia gaúcha em colaboração com o Uruguai: “A transcendência política da vitória de Lilián e Universindo nesta causa indenizatória estava no inédito reconhecimento do Estado brasileiro frente a um crime de lesa-humanidade, praticada sob a cobertura do Plano Condor.”<sup>15</sup>

### **Arquivos sobre a Repressão: Acervo Particular Omar Ferri (APOF)**

Os arquivos públicos são poderosas armas democráticas. O espaço de salvaguarda que esses acervos compõem juntamente com políticas públicas que os deem sentido transformam os registros em ferramentas da luta pelos direitos humanos. A criação de um arquivo está intimamente ligada à vontade de preservar e manter viva uma história, um passado, uma memória. Ludimila Catela contribui para a reflexão sobre os espaços de memória e história afirmando que:

---

<sup>12</sup> DÍAZ, Universindo. Todo está cargando La memoria, arma de La vida y de La historia. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964-1985: Conexão Repressiva e Operação Condor*. Porto Alegre: Corag, 2010. Edição rev. e amp. Vol.3. p. 189.

<sup>13</sup> Em São Paulo, no final de 1977, um grupo composto por um advogado, uma jornalista inglesa e um pastor, se organizou após constatar o aumento dos casos de prisões sem justificativas, torturas, sequestros e desaparecimentos frequentes. Esse grupo levou o nome de CLAMOR e tinha o apoio institucional da Igreja Católica, além do financiamento internacional.

<sup>14</sup> Secretário Geral do Partido por la Victoria del Pueblo, do Uruguai.

<sup>15</sup> REIS, Ramiro. *op. cit.* p. 166.

El territorio de memorias posibilita la puesta en escena de una pluralidad de verdades. El documento, que puede ser usado en varios espacios y con objetivos diversos (indemnización a las víctimas, investigación histórica, denuncia periodística, etc.), provee de material y constituye un campo de posibilidades para la construcción de verdades y de potenciales acciones judiciales. Esto es posible a través de una red de agentes que portan esas verdades, defienden posturas y luchan por imponer memorias y lecturas sobre el pasado.<sup>16</sup>

Ao longo do século XX, a América do Sul sofreu golpes que agiram em prol do esquecimento e da impunidade. Desse modo, a versão oficial do Estado opressor foi tomada como verdade até o início de pesquisas sobre as memórias de resistência e da oposição a partir da abertura política. Foram nas quedas das ditaduras civil-militares – 1983 a 1990 - que iniciou um processo de responsabilização dos crimes cometidos pelo Estado e para isso foram necessárias provas.

Os arquivos repressivos, aqueles produzidos pelos órgãos estatais repressores, foram e são fundamentais para as vítimas e familiares de mortos e desaparecidos na ditadura, visto que trazem em si um potencial comprobatório imenso. A atuação clandestina dos diversos órgãos de segurança e informação permitiu uma extensa produção de documentos secretos, indicando a metodologia e o funcionamento dessas instituições. Assim, as práticas do Terrorismo de Estado passaram a ser conhecidas e, além disso, segundo Jelin, “en el periodo de transición, una primera tarea del nuevo régimen es responder a la demanda social por el esclarecimiento de las violaciones a los derechos humanos (...)”<sup>17</sup>

Os arquivos sobre a repressão, diferentemente dos arquivos repressivos, são constituídos por documentos de entidades, órgãos e particulares que contam parte da história dita “não-oficial”. As pessoas que, de algum modo, atuaram no período do regime e acumularam informações, constituíram com a conglobação de registros, memórias particulares e arquivos sociais, arquivos estes que tratam de questões sócio-políticas. Os suportes que podem formar um acervo são múltiplos, vão desde papéis, fotos, revistas, jornais até gravações áudios-visuais.

A criação de diretrizes internacionais para garantia de organização e preservação dos documentos repressivos pode também ser pensada para documentos sobre a repressão. Embora haja maior interesse nas documentações oficiais e, a partir destes, se busquem responsabilizações judiciais, os arquivos particulares também podem auxiliar na comprovação dos fatos contidos nos documentos do Estado e, quiçá, na descoberta de outros tantos dados dos quais a produção estatal não dispunha. Assim, os dois tipos de arquivos, apesar de diferentes entre si, buscam cumprir as funções fundamentais dos arquivos no fortalecimento dos direitos humanos. Ramon Fugueras elenca a

---

<sup>16</sup> CATELA, Ludmila da Silva. Territorios de memória política. In: CATELA, Ludmila da Silva y JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad*. Siglo Veintiuno, Madrid, 2002. p. 73.

<sup>17</sup> JELIN, Elizabeth. Introducción. In: CATELA, Ludmila da Silva y JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad*. Siglo Veintiuno, Madrid, 2002. p. 5.

importância desses documentos para a consolidação dos direitos coletivos e individuais, que incluem os direitos à verdade, o direito a identificar os responsáveis dos crimes de lesa-humanidade, assim como o direito de saber o paradeiro de entes queridos. E ainda, o direito à investigação histórica e científica, entre outros.<sup>18</sup>

O sequestro dos uruguaios, por se tratar de um crime orquestrado pelo Brasil em conexão com o Uruguai, no então Plano Condor, conta com vastos acervos espalhado por diversos arquivos em ambos os países. Ademais, a rica documentação desclassificada pelo Departamento de Estado norte-americano, disponível no site do NSA, contém inúmeras fontes acerca da organização do Plano, bem como da participação estadunidense, com as *covert actions*<sup>19</sup>, nos países envolvidos. Além do Arquivo Histórico do RS, analisando o trabalho de Ramiro Reis é possível encontrar referências de utilização de materiais abrigados no Archivo Histórico-Diplomatico del Ministerio de Relaciones Exteriores de la Republica Oriental del Uruguay, bem como na Assembleia Legislativa e Movimento de Justiça e Direitos Humanos em Porto Alegre.<sup>20</sup>

Entretanto, o presente artigo pretende dar um maior enfoque ao Acervo Particular Omar Ferri<sup>21</sup>, sua atuação enquanto advogado no caso dos uruguaios e na relevância dessa documentação.

Omar Ferri, formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em 1957, exerceu advocacia e atuou como Vereador em Encantado (mandato de 1958 a 1962 pelo PTB) e, logo após, foi chamado a ser Procurador da Fundação Brasil Central em Brasília, sendo exonerado com o advento do golpe militar de 1964. Ligado, principalmente a causas de direitos humanos, passou então a atuar em processos penais de repercussão internacional, em especial, representando os uruguaios sequestrados em Porto Alegre em 1978. É importante ressaltar a participação de Ferri no Movimento de Justiça e Direitos Humanos, juntamente com Jair Krischke. Em depoimento para o livro “Memórias da resistência e da solidariedade”, o advogado comenta:

Tínhamos um grupo muito bom lá também, e atuávamos sem honorários, sem nada, atuávamos por atuar, para trabalhar, para fazer alguma coisa, enfim, para lutar contra a ditadura militar, ou, em outras palavras, para reestabelecer o Estado de Direito, a democracia aqui no Brasil. Nosso objetivo era esse.<sup>22</sup>

<sup>18</sup> ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. *Archivos y derechos humanos*. Trea, [2008]. p. 54.

<sup>19</sup> Ações encobertas financiadas pela CIA e empresários norte-americanos.

<sup>20</sup> REIS, Ramiro. op. cit., p. 173.

<sup>21</sup> O recebimento da documentação, ordenação cronológica, bem como higienização e desmetalização, em 2008, contou com as bolsistas Camila Provenzi e Vanessa Lirberknecht da Pontifícia Universidade Católica do RS e os voluntários José Sobral e Vera Mendonça. A fase descritiva foi inicialmente coordenada pela historiadora Fernanda Sturmer e posteriormente, por Rejane Pena. A descrição contou ainda com o trabalho das estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estagiárias do AHRs Renata dos Santos de Mattos, Naiara Rotta Assunção e a bolsista Luísa Valdez.

<sup>22</sup> PADRÓS, Enrique Serra; VIVAR, Jorge Eduardo Enriquez. *Memórias da resistência e da solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras no Cone Sul e sua conexão repressiva*. Porto Alegre. Ed. ASF-Brasil, 2013. p.126.

Em 1985, foi anistiado, atuando como Vereador em Porto Alegre (pelo PSB, em data não confirmada, e pelo PDT em 1993) e como Deputado Estadual (suplente). É autor de diversas obras, dentre as quais se destacam o “Manual de Direito Tributário” e o livro “Sequestro no Cone Sul: o caso Lílian e Universindo”, em que descreve o caso e sua atuação na defesa dos uruguaios.<sup>23</sup>

Localizado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, o Acervo Particular Omar Ferri faz parte do Acervo da Luta Contra a Ditadura. A Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura foi criada por ocasião das comemorações dos 20 anos da Anistia no Brasil, em 1999. Com o compromisso de recuperar a memória da luta pela democracia durante o período do regime militar e suas consequências para o Rio Grande do Sul, a Comissão está vinculada à Secretaria da Cultura através do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Além de arquivos de órgão repressivos da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (documentação das SOPS, delegacias do interior e fichas nominais do DOPS) e da CPI da Espionagem Política instaurada em 1991, tal acervo também conta com arquivos doados por particulares com atuação política e na área dos direitos humanos durante o período do regime ditatorial brasileiro.<sup>24</sup>

No início dos anos 2000 o APOF foi doado pelo próprio advogado ao AHRS. O trabalho de organização do acervo foi realizado em dois momentos. Primeiramente, ocorreu o recebimento da documentação, ordenação cronológica, bem como higienização e desmetalização. Após quatro anos, a fim de difundir o acervo e facilitar a pesquisa da comunidade em geral, iniciou-se a segunda etapa do processo de organização: a descrição. Ao longo de um ano e meio foram descritas dezesseis caixas e classificadas em cinco séries, sendo elas: Sequestro dos uruguaios (10 caixas), Política, pessoal e diversos (2 caixas), Ditaduras do Cone Sul (2 caixas), Direitos Humanos (1 caixa) e Diversos (1 caixa), essa dividida, ainda, em oito subséries - Reforma Agrária; Brigada Militar; Política Nacional; Cone Sul: notícias; Drogas; Assuntos Internacionais; Convites e participação em eventos; diversos. As datas- limites são os anos de 1978 a 2000 e a dimensão do acervo é de 2,08 m lineares.

A breve apresentação de informações desse acervo pode ser acessada no Guia de arquivos e fundos documentais do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul. O site do instituto, alimentado pelo arquivista Jorge Vivar, professor do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aponta alguns detalhes arquivísticos importantes sobre o APOF tais

---

<sup>23</sup> FERRI, Omar. Entrevista: DR. Omar Ferri. Revista Justiça & História, Porto Alegre, v. 8, n. 4, p.1-26, set. 2002. Entrevista concedida à historiadora Márcia de la Torre e à estagiária Carine Medeiros Trindade, em 07 de junho de 2004, no Escritório do entrevistado. Disponível em: <[http://www1.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_ga\\_ucho/revista\\_justica\\_e\\_historia/issn\\_1676-5834/v4n8/doc/08\\_Omar\\_Ferri.pdf](http://www1.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_ga_ucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v4n8/doc/08_Omar_Ferri.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2012.

<sup>24</sup> A DITADURA, Comissão do Acervo da Luta Contra. Acervo. Disponível em: <<http://www.acervoditadura.rs.gov.br/acervo.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2012.



como: a temporalidade permanente do fundo documental, a trajetória da organização do acervo e o livre acesso pela Lei Nº 12.527, de 18/11/2011<sup>25</sup>, entre outros.<sup>26</sup>

O acervo contempla desde jornais e revistas até processos e correspondências com órgãos internacionais. A criação da ferramenta para pesquisa ansiou auxiliar tanto na construção do conhecimento quanto na difusão de um espaço de memória que visa preservar a história dos homens e mulheres no tempo. O trabalho com arquivos sobre a repressão, norteados pelas demandas sociais, traz esperanças de um futuro com chances reais de combate ao esquecimento. Nesse sentido o APOF aponta diversas possibilidades e comprova a conexão repressiva Brasil-Uruguai, o Plano Condor e as arbitrariedades das ditaduras civil-militares do Cone Sul. O acervo foi organizado conforme as temáticas de maior relevância e cronologia. O sistema de arranjo e a descrição foram elaborados pelo AHRS.

## As Fontes

A série “Sequestro dos Uruguaios” compila a maioria das fontes que compõem o acervo. Somam-se aos jornais, correspondências e relatórios que permitem compreender os fatos desde a prisão até a soltura dos uruguaios. Um dos documentos dessa série destaca-se por revelar os detalhes da operação e principalmente por ser o relato de um uruguaio participante da mesma. Hugo Garcia Rivas, fotógrafo e ex-agente da Companhia de Contra Informações do Exército Uruguaio, incumbido de levar Lilian, seus filhos e Universindo para Montevideu procurou Omar Ferri na tentativa de vender seu depoimento. Apesar de Ferri negar-se a pagar pelas memórias de Rivas, o jornal Zero Hora o fez, mas comprometendo-se a manter sigilo temporário. O ex-agente então depôs ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos confessando a conexão Brasil-Uruguai e conseqüentemente, contestando a versão que o governo brasileiro tentou manter:

(...) No cumprimento desse mister, foi incumbido pelo Órgão onde atuava de participar de uma operação militar consistente no seguinte: Levar Lilian Celiberti e Universindo Dias de Porto Alegre para Montevideo, a pretexto de que ambos mantinham, em Porto Alegre, uma base, um núcleo de pessoas agindo, clandestinamente, contra o regime uruguaio. Sabia, desde que partiu do Uruguai, que, aqui em Porto Alegre, contar-se-ia com o apoio da polícia brasileira, podendo assinalar, nominalmente Pedro Seelig e “Didi Pedalada”. (...)<sup>27</sup>

<sup>25</sup> REPÚBLICA, Presidência da. Lei Nº 12.527, de 18/11/2011. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm) . Acessado em: 20/08/2013.

<sup>26</sup> Guia de arquivos e fundos documentais. Vinculados com as graves violações dos direitos humanos acontecidos no marco das coordenações repressivas do Cone Sul. IPPDH – Instituto de políticas públicas em derechos humanos Mercosur. Disponível em: [http://ica.ipdh.mercosur.int/index.php/acervo-particular-omar-ferri-2;isad?sf\\_culture=pt](http://ica.ipdh.mercosur.int/index.php/acervo-particular-omar-ferri-2;isad?sf_culture=pt) Acessado em: 20/08/2013.

<sup>27</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 07, doc. 1.1543.2.07, Depoimento de Hugo Garcia Rivas ao MJDH, 03/05/1980.

É interessante ressaltar que o governador do Estado do Rio Grande do Sul, na época dos acontecimentos, Sinval Guazzelli, afirmava ser uma questão de honra resolver o caso, que a declaração de uma criança – no caso, Camilo, filho de Lilián, que através de fotos identificou os agentes do DOPS- não deveria ser levada em consideração e ainda defendeu a Secretaria de Segurança Pública sem pestanejar, subestimando os advogados, os políticos e a mídia<sup>28</sup> Contudo, como pode se observar o advogado Omar Ferri não aceitou as versões oficiais sobre o caso e por anos, tentou provar a culpabilidade dos sequestradores gaúchos e uruguaios.

Nas páginas seguintes do mesmo documento citado, Garcia Rivas ainda admite a permanente investigação dos familiares de Lilián e do advogado Omar Ferri:

(...) O depoente pode afirmar com absoluta certeza, que o telefone de Da. Lilia, em Montevideo estava e ainda está, constantemente censurado. Quem faz o serviço de escuta é um policial “jubilado”. Todas as manhãs a Companhia vai à chefatura de polícia buscar os rolos de gravação. Todos os telefonemas do advogado Omar Ferri foram gravados.(...)<sup>29</sup>

A espionagem e perseguição foram ferramentas sistematicamente utilizadas na coleta de informações e no amedrontamento dos indivíduos. No caso dos uruguaios não foi diferente, não apenas a família e companheiros de luta de Lilián e Universindo foram investigados, como também seu advogado, que inclusive sofreu ameaças de morte por tentar desmarcar a farsa que envolvia a ação conjunta Brasil- Uruguai. Nos documentos reunidos por Omar Ferri é possível encontrar notícias sobre ameaças recebidas, por ele e sua família, do Comando de Caça aos Comunistas (CCC)<sup>30</sup>, corroborando com as ideias de vigilância do aparato repressivo contidas no excerto acima.

Ademais, outro ponto presente no mesmo depoimento de Garcia Rivas refere-se à presença da CIA, direta ou indiretamente, nas ações consideradas importantes para as ditaduras e a manutenção da DSN. Sobre isso o ex-agente afirma que “(...) O homem de bigode que os jornalistas viram no apartamento é o capitão Ferro<sup>31</sup>, e é o homem que trabalha para a CIA no Uruguai; (...)”<sup>32</sup>. Esse dado confirma o que trabalhos extensos como o de Luiz Alberto Moniz Bandeira apresentam sobre a participação dos Estados Unidos, através da CIA, na desestabilização e queda dos governos democráticos, além do permanente financiamento e infiltração nas diversas esferas do Estado terrorista.<sup>33</sup>

<sup>28</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Acervo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 1, doc. 1.0137.4.01, 02/12/1978, Jornal Folha da Manhã.

<sup>29</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 7, doc. 1.1543.2.07, Depoimento de Hugo Garcia Rivas ao MJDH, 03/05/1980.

<sup>30</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 7, doc. 1.1410.1.07, Jornal Zero Hora, 06/10/1979.

<sup>31</sup> O Capitão Eduardo Ferro, aos 31 anos em 1978, era o chefe da seção de operações da Companhia de Contrainformaciones do OCOA (Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas).

<sup>32</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 7, doc. 1.1543.2.07, Depoimento de Hugo Garcia Rivas ao MJDH, 03/05/1980.

Apesar de o acervo contemplar inúmeros documentos como o supracitado, sua maioria é formada por jornais que repercutiram o caso do sequestro ao longo dos anos 70-80. A mídia teve uma grande importância já nos primeiros momentos do sequestro com o seu flagrante pelos jornalistas Luíz Cláudio Cunha e J. B. Scalco, da revista *Veja* na época. A partir do APOF fica nítida a ampla cobertura sobre o caso e a pressão imposta pela mídia ao Estado solicitando respostas. Algumas destas manchetes demonstram a tentativa de denúncia, por parte dos veículos de comunicação, sobre as atrocidades veladas que estavam acontecendo: “Advogado quer que os ‘federais’ investiguem o caso. DOPS e Polícia Federal negam envolvimento no misterioso sequestro dos fugitivos uruguaios”<sup>34</sup>, “Quem facilitou o sequestro dos exilados uruguaios?”<sup>35</sup>. Também é possível avaliar a repercussão na imprensa internacional, além da comoção e apoio advindo de órgãos defensores dos direitos humanos. Na França, o jornal *Libération*, dias após as notícias do sequestro no Brasil, publicou:

Família uruguaia sequestrada no Brasil: Os membros da repressão de Montevideu participaram na operação. Uma família inteira de cidadãos uruguaios refugiados no Brasil desapareceu há uma semana em Porto Alegre e se sabe em Paris que os membros das forças armadas uruguaias estavam envolvidos no seqüestro deles. Entre os desaparecidos duas crianças de oito e três anos. O caso foi levado ao conhecimento do Alto Comissariado da ONU pelos refugiados no Brasil. Cem cidadãos uruguaios desde o golpe de Estado de 27 de Junho de 1973, desapareceram da mesma forma nos países vizinhos. Alguns foram mortos, outros foram encontrados em prisões uruguaias.<sup>36</sup>

Na França mesmo, havia se estabelecido o *Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistia em Uruguay* (SIJAU), órgão internacional composto por juristas europeus como Jean-Louis Weil, francês que manteve constante contato com Omar Ferri e denunciou das maneiras possíveis o sequestro e a conexão repressiva no sul da América para todo o mundo. O SIJAU, em novembro de 1978, por meio de um Memorando elogia as atuações da imprensa brasileira e de Omar Ferri na incessante busca pela verdade.<sup>37</sup> A tarefa de lutar contra um Estado, que tinha como princípio a eliminação dos indivíduos subversivos à sua ordem e, portanto, passíveis de desaparecimento e morte, era árdua e merecia reconhecimento.

Os anos se passaram desde as primeiras denúncias. As tentativas de visitas, pelos pais e pela Comissão Especial da OAB para investigação do caso, foram diversas vezes negadas. Não obstante, a

<sup>33</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos: A derrubada de Salvador Allende*. 1970-1973. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2008.

<sup>34</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 1, doc. 1.0009.1.01, *Jornal Folha da Tarde*, 22/11/1978.

<sup>35</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 1, doc. 1.0158.4.01, *Jornal Em Tempo*, 04/12 a 10/12/1978.

<sup>36</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 1, doc. 1.036.2.1, *Jornal Liberation*. 24/11/1978, documento em francês, tradução nossa.

<sup>37</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 1, doc. 1.0109.3.01, *Memorandum do SIJAU sobre el secuestro de una familia uruguaya em Porto Alegre y su posterior aparicion em Montevideo em manos de las fuerzas conjuntas uruguayas*, 30/11/1978.

frustração não se abateu sobre a família e os advogados que mantinham esperanças na libertação do casal. Lilián Celiberti, apesar de viver sob a permanente ameaça de represálias dentro da prisão, tentou comunicar-se, por meio de bilhetes em papel laminado de maços de cigarro, com sua mãe. Alguns desses bilhetes encontram-se preservados no Acervo Particular Omar Ferri contribuindo com a ideia de que os acervos sobre a repressão são arquivos vivos, repletos de memórias e trajetórias importantes para o conhecimento e para o tempo presente.

A leitura desses bilhetes apontam o caráter emocional da relação mãe/filhos e a tentativa de manter fortalecidos, o corpo e a mente, maltratados pela tortura física e psicológica:

Filhos meus, queridos, recordo-os cada dia e só espero que vocês estejam bem com os avós, que joguem com Hermann e Lara e sejam como irmãos. Sua mamãe está também aqui, embora não possamos falar mas sempre estamos próximos humanamente, com o coração apoiando-nos e dando-nos ânimo e o que mais me anima é pensar que vocês quatro vão ser bons amigos. Camilo, tu és o maior, não pense que te menti, não voltei porque não me deixaram e espero que tu tenhas acompanhado a tua irmã. Recordem sempre que os quero muito deem também a Herman e Lara o beijo da mãe. Espero que tenham lindos presentes, um beijo ao papai, que te ensine a ler bem em espanhol e não te esqueças de estudar a tabuada. Alvaro te ajudará, irão à praia e não pensem com tristeza no fato em que a mamãe não está porque estou com o coração. Lhes fiz também um principezinho e muitos outros bonecos que talvez um dia lhes possa mandar. Mamãe espero que todos estejam bem. Nós estamos desde o 12 mas eu aqui vim no dia 17 de Porto Alegre, enfim outro dia lhes conto.. Bueno, fico por aqui. Beijos. Lilian.<sup>38</sup>

Registros como esse são claros exemplos do Terrorismo de Estado atuando sobre os homens e mulheres contrários à ditadura. A geração de um ambiente de medo, desmobilização, silêncio, paralelamente ao isolamento, deserção e desmoralização do inimigo se dá também pela prisão e constante tortura, tirando do indivíduo suas características físicas e mentais próprias. Nos cinco anos de cárcere, tanto Celiberti, quanto Díaz foram submetidos a maus-tratos que comparam-se ao sofrimento psicológico da falta de notícias, da impossibilidade de conviver com seus familiares, da perda de momentos importantes na vida dos filhos e sobretudo, das lembranças que duram para sempre.

As provas do sequestro, a repercussão nos meios de comunicação e as memórias dos envolvidos nesse emblemático caso inserido no Plano Condor formam um acervo que traz em sua essência a constatação de um passado recente de arbitrariedades e repressão. A reunião dos documentos pelo advogado Omar Ferri transformou um acervo particular em um acervo sobre a repressão e logo, uma ferramenta rica para a pesquisa acadêmica acerca das ditaduras no Cone Sul. Desse modo, mostrou-se aqui a transformação de jornais, correspondências e outros documentos em fontes que contam os detalhes do sequestro dos uruguaiois em Porto Alegre, da conexão repressiva

---

<sup>38</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 10, doc. 1.2092.1.10, bilhetes, 04/01 à 13/01.

entre Brasil e Uruguai e a implantação da Doutrina de Segurança Nacional, de modo pontual, nos dois países.

### **Considerações Finais**

A Doutrina de Segurança Nacional determinou as políticas de Terrorismo de Estado e inserida nela, o Plano Condor reuniu as forças de diversas ditaduras com a finalidade de conter o inimigo interno. Através de fontes documentais e de estudos recentes tentou-se debater sobre a importância dos acervos documentais para a comprovação da história do tempo presente ainda ligada à história oficial.

O caso do sequestro de Lilián Celiberti, seus dois filhos e Universindo Díaz na cidade de Porto Alegre, na década de 70, se fez emblemático justamente por fazer parte de uma conexão repressiva ainda sob suspeita na época. Apesar da incessante busca por culpados e pela libertação dos sequestrados, os governos brasileiro e uruguaio permaneceram com discursos de inocência no tocante a sua colaboração e ações criminosas, o que, com a análise do conjunto documental e das memórias dos sobreviventes, se confirma inverossímil.

A trajetória de Omar Ferri como advogado e assim, parte da resistência às ditaduras, possibilitou a formação de um acervo documental capaz de lançar bases para políticas de memória futuras e para além da pesquisa acadêmica, o auxílio na retomada da história coletiva brasileira. A organização de um acervo como o APOF demonstra a preocupação com a difusão de informações necessárias para o conhecimento do que foram os regimes ditatoriais na América do Sul e suas consequências sócio-políticas.

Em tempos de democracia, ainda é possível constatar o desconhecimento do passado e suas implicações nas atuais violações dos direitos humanos. Ao passo que são realizadas reflexões acerca das temáticas que circundam as ditaduras, tanto nos meios acadêmicos, quanto na sociedade em geral, vai se suscitando um anseio de pertencimento e necessidade de conhecimento de um passado de todos. Dessa forma, Celiberti, Díaz<sup>39</sup> e Ferri, sobreviventes e militantes, por meio de seus registros e lembranças ainda lutam para trazer à tona a verdade, a memória e a justiça de tempos difíceis.

(...) Éramos jóvenes y estábamos comprometidos con la construcción colectiva de un mundo mejor. Ahora, ya no somos tan jóvenes pero seguimos creyendo que otro mundo es posible.<sup>40</sup> (...)

### **Bibliografia**

---

<sup>39</sup> Falecido em 2012 por motivos de saúde.

<sup>40</sup> PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964-1985: Conexão Repressiva e Operação Condor*. Porto Alegre: Corag, 2010. Edição rev. e amp. Vol.3. p.202

A DITADURA, Comissão do Acervo da Luta Contra. Acervo. Disponível em: <<http://www.acervoditadura.rs.gov.br/acervo.htm>>. Acesso em: 21/08/2013.

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. *Archivos y derechos humanos*. Trea, [2008].

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos. A derrubada de Salvador Allende. 1970-1973*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2008.

BORGES, Nilton. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CATELA, Ludmila da Silva. Territorios de memoria política. In: CATELA, Ludmila da Silva y JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad*. Siglo Veintiuno, Madrid, 2002.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia de Segurança nacional e o poder Militar na América*. Ed. Civilização Brasileira. 1978.

DÍAZ, Universindo. Todo está cargando La memória, arma de La vida y de La historia. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964-1985: Conexão Represiva e Operação Condor*. Porto Alegre: Corag, 2010. Edição rev. e amp. Vol.3.

FERNANDES, Ananda S.; PADRÓS, Enrique S. “Introdução – Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os ‘anos de chumbo’ no Rio Grande do Sul”. IN: *Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor*. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964-1985: Conexão Represiva e Operação Condor*. Porto Alegre: Corag, 2010. Vol.2.

FERRI, Omar. Entrevista: DR. Omar Ferri. *Revista Justiça & História, Porto Alegre*, v. 8, n. 4, p.1-26, set. 2002. Entrevista concedida à historiadora Márcia de la Torre e à estagiária Carine Medeiros Trindade, em 07 de junho de 2004, no Escritório do entrevistado. Disponível em:<[http://www1.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaucho/revista\\_justica\\_e\\_historia/issn\\_1676-5834/v4n8/doc/08\\_Omar\\_Ferri.pdf](http://www1.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v4n8/doc/08_Omar_Ferri.pdf)>. Acesso em: 10/01/2013.

JELIN, Elizabeth. Introducción. In: CATELA, Ludmila da Silva y JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad*. Siglo Veintiuno, Madrid, 2002.

KOCH, Adolar. “Pra frente Brasil: Contextos”. IN: PADRÓS, Enrique S.; GUAZZELLI, Cezar A. B. (Orgs.). *68: História e cinema*. Porto Alegre: EST, 2008.

MERCOSUR, Instituto de políticas publicas em derechos humanos. Disponível em: [http://ica.ippdh.mercosur.int/index.php/acervo-particular-omar-ferri-2;isad?sf\\_culture=pt](http://ica.ippdh.mercosur.int/index.php/acervo-particular-omar-ferri-2;isad?sf_culture=pt). Acessado em: 20/08/2013.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964-1985: Conexão Represiva e Operação Condor*. Porto Alegre: Corag, 2010. Edição rev. e amp. Vol.3.

PADRÓS, Enrique Serra. “Elementos do terror de Estado implementado pelas ditaduras de Segurança Nacional”. IN: PADRÓS, Enrique S. (Org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG; Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra; VIVAR, Jorge Eduardo Enriquez. *Memórias da resistência e da solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras no Cone Sul e sua conexão repressiva*. Porto Alegre. Ed. ASF-Brasil, 2013

REPÚBLICA, Presidência da. Lei Nº 12.527, de 18/11/2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acessado em: 20/08/2013.

REIS, Ramiro. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de Porto não muito Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós- Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SÃO PAULO, Arquidiocese de. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. 4ª Parte.

## Documentos

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 1, doc. 1.0235.6.01, Jornal Compañero, 18/10/1978.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Acervo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 1, doc. 1.0137.4.01, 02/12/1978, Jornal Folha da Manhã.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 07, doc. 1.1543.2.07, Depoimento de Walter Garcia Ribas ao MJDH, 03/05/1980.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Acervo particular Omar Ferri (APOF). Caixa 7, doc. 1.1410.1.07, Jornal Zero Hora, 06/10/1979.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 1, doc. 1.0009.1.01, Jornal Folha da Tarde, 22/11/1978.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 1, doc. 1.0158.4.01, Jornal Em Tempo, 04/12 a 10/12/1978.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 1, doc. 1.036.2.1, Jornal Liberation. 24/11/1978, documento em francês, tradução nossa.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 1, doc. 1.0109.3.01, *Memorandum* do SIJAU sobre *el secuestro de una familia uruguaya em Porto Alegre y su posterior aparicion em Montevideo em manos de las fuerzas conjuntas uruguayas*, 30/11/1978.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 10, doc. 1.2092.1.10, bilhetes, 04/01 a 13/01.

GOVERNO DO ESTADO  
DO RIO GRANDE DO SUL

**TO****DO****S**  
**PELO RIO GRANDE**

SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO  
ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS



**ARQUIVO PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Rua Riachuelo, 1031 – Centro  
CEP 90010-270 - Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil  
Fone/fax:(0xx51) 32889100  
[www.apers.rs.gov.br](http://www.apers.rs.gov.br)  
[www.arquivopublicors.wordpress.com](http://www.arquivopublicors.wordpress.com)

